



Anais do



Trabalhos completos

ISSN 2447-9357

*Seminário de Pesquisa, Pós-
Graduação, Ensino e Extensão*

v. 5, n. 2, 2019

11 a 13 de junho de 2019

Câmpus Anápolis de CSEH

Anápolis - GO

**ANAIS DO SEMINÁRIO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO E
EXTENSÃO (SEPE)**

v. 5, n. 2, 2019

**FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO CONTEXTO DAS
POLÍTICAS NEOLIBERAIS**

TRABALHOS COMPLETOS

Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de
Ciências Socioeconômicas e Humanas

ISSN 2447-9357

Volume V, Número 2, 2019

Ficha catalográfica

S471a Seminário de Pesquisa, Pós-graduação, Ensino e
Extensão (2019 : Anápolis,GO)
Anais [recurso eletrônico] / Seminário de Pesquisa,
Pós-graduação, Ensino e Extensão : financiamento da
universidade pública no contexto das políticas neoliberais,
11 a 13 de junho 2019.-
v.5, n.2

Modo de acesso: <http://www.sepe.ccseh.ueg.br>
ISSN : 2447-9357

1.Educação superior – Pesquisa - Eventos.
2.Universidade pública – Financiamento - Eventos. 3.
Universidade pública – Políticas neoliberais - Eventos. 4.
Seminários – Anais – UEG/CCSEH. I.Universidade Estadual
de Goiás. Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas.
II.Título.

CDU: 378:001.8(817.3)(042.3)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/CCSEH
CRB1/2385

Esta obra é em formato de e-book. A exatidão das referências, a revisão gramatical e as ideias expressas e/ou defendidas nos textos são de inteira responsabilidade dos autores.

Organizadores

Luiza Pereira Monteiro
Elisabete Tomomi Kowata

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS

Diretor do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas
EWERTON DE FREITAS IGNÁCIO

Coordenadora Adjunta de Pesquisa, Iniciação Científica e Tecnológica
LUIZA PEREIRA MONTEIRO

Coordenadora Adjunta de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
MARIA EUGÊNIA CURADO

Coordenação Pedagógica do Campus
MARCO ANTÔNIO ROSA MACHADO

Coordenação dos cursos

Curso de Administração
MARIA APARECIDA SOUZA MELO (Coord. do Curso)

Curso de Ciências Contábeis
RODRIGO ELIAS RESENDE (Coord. do Curso)

Curso de Ciências Econômicas
ANTÔNIO JORGE DE OLIVEIRA (Coord. do Curso)

Curso de Geografia
LOÇANDRA BORGES DE MORAES (Coord. do Curso)

Curso de História
JULIA BUENO DE MORAIS SILVA (Coord. do Curso)

Curso de Letras
FRANCISCO EDILSON DE SOUZA (Coord. do Curso)

Curso de Pedagogia
VIRGINIA MARIA PEREIRA MELO (Coord. do Curso)

Coordenação Administrativa do Campus
APARECIDA PERPÉTUA NIGRI MOREIRA

Coordenação Colegiada do SEPE

Luiza Pereira Monteiro
Virginia Maria Pereira Melo
Loçandra Borges de Moraes
Antônio Jorge de Oliveira
Maria Aparecida Souza Melo
Júlia Bueno de Moraes Silva
Marco Antônio Machado Rosa

Comissão Organizadora

Coordenação Geral

LUIZA PEREIRA MONTEIRO – Coordenadora Adjunta de Pesquisa
Secretaria Geral do evento

FRANCISCO EDILSON DE SOUZA – Coordenador do Curso de Letras
Coordenação da Comissão Científica

MARCO ANTONIO ROSA MACHADO - Coordenador Pedagógico
Comissão de divulgação

JOSÉ SANTANA DA SILVA – Docente Curso de História

Comissão Organizadora Adjunta

Coordenadora Adjunta de Pesquisa, Iniciação Científica e Tecnologia;
LUIZA PEREIRA MONTEIRO

Coordenadora Adjunta de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis;
MARIA EUGÊNIA CURADO

Coordenação Pedagógica do Campus
MARCO ANTÔNIO ROSA MACHADO

Coordenador do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e
Tecnologias (PPG-IELT);
JOÃO ROBERTO FERREIRA

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no
Cerrado (TECCER);
DIVINA APARECIDA LEONAL LUNAS

Coordenador do Curso de Especialização Lato Sensu em Políticas Públicas e Dinâmicas
Territoriais;
ANTONIO JORGE DE OLIVEIRA

Coordenadora do Curso de Especialização Lato Sensu em Linguagens e Educação Escolar;
VIRGINIA MARIA PEREIRA MELO

Coordenação de Especialização Lato Sensu em Educação Ambiental: perspectivas
interdisciplinares e tecnológicas;
JANES SOCORRO DA LUZ

Comissões Organizadoras Específicas por Cursos

Curso de Administração

MARIA APARECIDA SOUZA MELO (Coord. do Curso)
ANA EMÍLIA SOARES RIBEIRO (Docente)
PAULO HENRIQUE DE FREITAS MIRANDA (Docente)

Curso de Ciências Contábeis

RODRIGO ELIAS RESENDE (Coord. do Curso)

Curso de Ciências Econômicas

ANTÔNIO JORGE DE OLIVEIRA (Coord. do Curso)
JOANA D'ARC BARDELLA CASTRO (Docente)

Curso de Geografia

LOÇANDRA BORGES DE MORAES (Coord. do Curso)
JANES SOCORRO DA LUZ (docente)
RAFAEL RIBEIRO DOS SANTOS (discente)

Curso de História

JULIA BUENO DE MORAIS SILVA (Coord. do Curso)
JOSE SANTANA DA SILVA (Docente)

Curso de Letras

FRANCISCO EDILSON DE SOUZA (Coord. do Curso)
SILVAIR FELIX DOS SANTOS (Docente)
LETÍCIA GOTTARDI (Discente)

Curso de Pedagogia

VIRGINIA MARIA PEREIRA MELO (Coord. do Curso)
SIMONIA PERES DA SILVA (Docente)
ANA PAULA DE OLIVEIRA LIMA (Discente)

Comissão Científica

Ana Emília Soares Ribeiro
Andrea Kochhann Machado
Antônio Jorge de Oliveira
Divina Aparecida Leonal Lunas
Eliane Gonçalves Costa Anderi
Elson Marcolino Silva
Francisco Edilson de Souza
Janes Socorro da Luz
João Roberto Ferreira
Jose Santana da Silva
Julia Bueno de Moraes Silva
Kesia Rodrigues dos Santos
Loçandra Borges de Moraes
Luiza Pereira Monteiro
Marcelo de Mello
Maria Idelma Vieira D'Abadia
Mary Anne Vieira da Silva
Maria Aparecida Souza Melo
Marco Antônio Rosa Machado
Maria Eugênia Curado
Nelson Abreu Junior
Rodrigo Elias Resende
Simone de Magalhães Vieira Barcelos
Sônia Maria Rodrigues
Veralucia Pinheiro
Virginia Maria Pereira Melo

MONITORES – SEPE 2019

1. Administração

Arielly dos Reis Dias.
Cristiane dos Santos Lima
Gabriel de Souza Manoel
Ingrid Gomes Silva
Kátia Manoel da Veiga
Luiz Gabriel de O. Nunes
Pedro Henrique Almeida Machado
Raissa Nakao Vieira
Talissa Teixeira Coelho

2. Ciências Contábeis

Carlos Eduardo Nascimento Fernandes
Gabriel Galdino Leão Padilha
Gislaine Aprigio da Silva
Henrique Caetano Soares
João Marcos da Silva Braga
Josafat Batista de Pina
Joyce da Silva Martins
Lafayette de Lima Ramos
Leide Caroline H. Cardinel da Silva
Pedro Henrique Pereira Rocha
Rebecca Alencar de Almeida

3. Ciências Econômicas

Ailson da Silva Fernandes
Livia Ramêro

4. Geografia

Edjane Rodrigues Nunes
Emanoel Vitor de Oliveira
Leidiane Francisca Ferreira

5. História

Daniela dos Reis Souza
Edson da Silva Fonseca
Eduarda Camargo Rocha
Hágata S. de Oliveira Alencar
Isabel Cristina Medeiros Borges

Maria Eduarda Oliveira
Regiana Geronimo de Moraes
Thainá B. de Oliveira
Thais Aparecida Batista dos Santos

6. Letras

Amanda Eliziário da Gama
Antônio Jesus de Oliveira
Carlos Matheus da Silva Mello
Jean Carlo Fernando Gomes Ataídes
Letícia Mendes da Silva
Marina Jardim da Silva
Mithielly A. Silva
Vitor Emanuel Souza de Lima

7. Pedagogia

Dhenneffer Barbosa Neto
Isabella Luiza Fernandes
Lidiane Fialho Andrade
Pablo Filgueiras Soares da Silva
Raiane Guimarães do Nascimento
Thainá Sampaio Silva
Vitória Dias de Lima

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 18

UNIDADE I EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E EXPRESSÕES ARTÍSTICAS CULTURAIS

A representação da infância no curta-metragem *Vida Maria* 24
Zilmar de Souza Fiori
Luiza Pereira Monteiro

Educação à Direita: Ou Como Forjar Projetos Político-Pedagógicos Neoliberais 37
Edinei Oliveira Vasco

As rodas do tempo e a expressão da cultura no cerrado: a Romaria dos Carros de Bois de Mossâmedes – GO 48
Rozângela Aparecida de Oliveira
Haroldo Reimer

Tira a tesoura da mão e investe na educação: uma breve análise sobre o PIBID e os cortes propostos pelas políticas governamentais 57
Marco Aurélio Dias Zózimo
Amanda Vieira Leão

A gestão neoliberal nas escolas 71
Andreia Marquezan

No seu pescoço: confrontos e desconstruções de narrativas coloniais 82
Mauricio Gabriel Santos

Experiência do Pibid no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa 93
Andressa Rodrigues da Silva
Maria de Lurdes Nazário

As representações do feminino na literatura goiana contemporânea 105
Hevellyn Cristine Rodrigues Ganzaroli
Ewerton de Freitas Ignácio

Cultura material dos indígenas: xingu e cerrado 112
Josué P. Machado Júnior
Poliene Soares dos Santos Bicalho

Marxismo, cinema e totalidade	120
Clodoaldo do Nascimento Bastos	
O Ensino da diversidade cultural em uma escola municipal de Anápolis	130
Mirian Taynara Silva de Castro	
Sandra Elaine Aires de Abreu	
O ensino de matemática: breves considerações sobre seu histórico e contribuições	142
Juliana Aparecida Boaventura	
Kesia Rodrigues dos Santos	
O Parque Indígena do Xingu: as pinturas corporais dos índios Trumai	152
Rafael Oliveira Faria	
Poliene Soares dos Santos Bicalho	
O Processo de implantação da Base Nacional Comum Curricular na Educação Básica: algumas reflexões	160
Ivana Alves Monnerat de Azevedo	
Percepções do bullying no espaço escolar	167
Mirelle Antônia Souza Freitas	
Rita Castorina Gonçalves Gundim Lemes	
Pressupostos teóricos das tendências pedagógicas educacionais: construções iniciais	178
Cristina Gomes Serafim Neves.	
Elson M. da Silva.	
Movimento <i>Urban Sketchers</i>: janelas do cerrado para o mundo	188
Giovanna Carolina Silva	
Maria de Fátima Oliveira	
Tecnologias na educação: um estudo de caso sobre as concepções e usos das tics em sala de aula	199
Emylene Cristina Dias Pena	
Elson M. da Silva	
Construção da identidade docente	211
Andiara Magri Custodio Silva	
Elson Marcolino Silva	
Caracterização da trajetória dos cursos de pós-graduação Lato Sensu da UEG: contribuições para a formação continuada de professores	221
Pollyane Maciel Bortolotti	
Yara Fonseca De Oliveira e Silva	

Ensino de jovens e adultos: relato de uma experiência do Pibid de Língua Portuguesa	231
Ana Luísa Carvalho Rodrigues Maria de Lurdes Nazário	
Honra e infâmia no cerrado: análise da violência representada na literatura goiana	240
Leonardo José Rodrigues Ewerton de Freitas Ignácio	
A influência de G. K. Chesterton nas obras de J. R. R. Tolkien	248
Carlos Alberto O. Neiva Júnior	
A presença do preconceito linguístico no Facebook: análises iniciais	256
Yasmin Teles dos Santos Elisabete Tomomi Kowata	

UNIDADE II

HISTÓRIA, POLÍTICA, AMBIENTE E ECONÔMICA

Amália Hermano Teixeira em defesa dos Clubes Agrícolas de Goiás na década de 1930	266
Victória Marques Bento Corrêa Maria de Fátima Oliveira	
Valoração econômica ambiental da área de proteção ambiental dos Pirineus	273
Talita Freitas Souza Barros Joana D’Arc Bardella Castro	
A ambiguidade da palavra <i>Gewalt</i> em Walter Benjamin: uma crítica ao poder e/ou violência de Estado	281
Amanda Beatriz Silva de Godoi Rita Castorina Gonçalves Gundim Lemes	
Estado e capitalismo dependente no Brasil (1964-1985): planejamento econômico, industrialização e conflito de classes	
Políticas de planejamento econômico durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)	289
Glauber Lopes Xavier Wennder Jonas dos Reis Souza	

**Análise dos custos do sistema de compensação de energia elétrica no fornecimento pela
geração distribuída em Goiás** 296

Bárbara Kamilla P. M. Costa
Luiz Batista Alves

**Unidade de Conservação Parque Nacional Chapada dos Veadeiros e principais
características das cidades onde se localiza** 305

Amanda Barbosa Rêgo
Joana D'arc Bardella Castro
Talita Freitas Souza Barros

O Protagonismo da mulher na agricultura familiar em Goiás, 2006-2017 317

Suellaayne Martins Ribeiro
Divina Aparecida Leonel Lunas

Polpa de fruta orgânica, uma tendência contemporânea 324

Fernando Antônio Silva Júnior
Murillo Borges Sidião
Talita Freitas Souza Barros
Joana D'arc Bardella Castro

**Acondicionamento e descarte de medicamentos em domicílios e impactos econômicos
nas famílias dos moradores da cidade de Anápolis-GO** 332

Hellen Costa Rodrigues
Kelly Cristina de Oliveira Alves
Thállita Alves
Mauricio Gabriel Santos
Joana D'arc Bardella Castro

**Implicações dos Impactos Socioeconômicos da Unidade de Conservação Parque dos
Pirineus Sobre As Comunidades Águas Lindas de Goiás, Padre Bernardo e Vila
Propício** 344

Raphaella Ribeiro Oliveira

As consequências de um mercado oligopolizado 352

Lucas Silva Oliveira
Thayla Cavalcante Martins
Joana D'Arc Bardella Castro
Talita Freitas Souza Barros

**Orçamento Municipal de Anápolis-GO: uma análise das finanças públicas no impacto
social de 1998 a 2014** 364

Alessandro Cardoso Oliveira
Breno Soares dos Santos
Luiz Batista Alves

Valoração Ambiental: Sequestro do Carbono em Detrimento ao Cultivo da Abobrinha Verde	375
Miridiam Pereira Serafim dos Santos Joana D'arc Bardella de Castro	
Reciclagem no Brasil: situação atual e o que se pode mudar	390
Kennedy Sebastião dos Reis Souza Joana D'arc Bardella Castro Talita Freitas Souza Barros	
Desempenho econômico: instituições	398
Luiz Paulo Tavares Gonçalves Gabriel Santana Oliveira Joana Dar'c Bardella Castro Talita Freitas Souza Barros	
O processo (des)civilizador dos povos do Alto Xingu: de Karl Von den Steinen a Jean-Jacques-Rousseau	408
Filipe Inácio Fontes Poliene Soares dos Santos Bicalho	
Política pública: conceitos, tipos e fases	416
Wesley Hanzabro Gomes de Watanabe	
Por que estudar história ambiental de Vila Boa (Cidade de Goiás)	428
Pedro Henrique Pereira	
Uma reflexão ambiental sobre o Cerrado goiano frente à sua ocupação econômica	445
Carlos Alberto da Costa Poliene Soares dos Santos Bicalho Josana de Castro Peixoto	
A estratégia de análise de investimentos financeiros de renda fixa em instituições financeiras perante ao perfil do investidor	455
Maria Aparecida Borges Yasmin Ferreira Cecote Luiz Batista Alves	
Gestão de projetos como instrumento de captação de recursos para a gestão municipal: estudo de caso na Prefeitura de Anápolis 2018	468
Daniele de Sá Cardoso Alves Anadélia Teles de Castro	

Gestão dos resíduos sólidos em Anápolis-GO	479
Elianne Rodrigues Costa Joana d'arc Bardella Castro Talita Freitas Souza Barros	
Análise do programa minha casa minha vida no Município de Goianápolis/GO	491
Jefferson Dias Andrade de Jesus. Gabriel Renan da Costa Almeida. Janes Socorro da Luz	
História esporte e política: uma análise do documentário 1958 o ano que o mundo descobriu o Brasil	498
Jefferson Soares Freire Ademir Luiz Da Silva	
Degradação ambiental: diagnóstico e análise nos estados brasileiros	507
Bárbara Kamilla P. M. Costa Luiz Batista Alves	

UNIDADE III TERRITORIALIDADE, IDENTIDADES E POPULAÇÕES

Estudo de caso sobre a dinâmica territorial do município de Anápolis (GO): fragmentações e emancipações políticas	520
Luan Filipe F Coelho Janes Socorro da Luz	
Breves considerações sobre possibilidade de estudo sobre a cidade de Anápolis a partir de mapeamentos digitais	531
Rafaela de Paula Oliveira Matheus Augusto Camargo Oliveira Kesia Rodrigues dos Santos	
Cacunda de Librina: a mulher Geraizeira e suas tradições	540
Yara F. de Farias Veras.	
Programa minha casa minha vida – entidades: atuação dos Movimentos Sociais e a produção de habitação de interesse social	550
Karyolne Stephany Leite Mary Anne Vieira Silva	
Manifestação de fé no cerrado goiano: resistência e desafios	558
Sirlene Alves da Silva Maria de Fátima Oliveira	

As ações do Serviço Sanitário da Comissão Rondon nos relatórios dos oficiais médicos militares (1907-1915) 570

Michelly Janaiza do Nascimento Gomes
Robson Pereira Mendonça

Crescimento da cidade e segregação urbana: caso do Residencial Leblon em Anápolis (GO) 580

Rubens Elias Santana Moraes
Bruno Augusto de Souza

Cidade, espaço público e arte criativa 591

Talles Santos Faria Silva
João Luiz Pereira
Jean Carlos Vieira Santos

Passeios de Jundiá a Jaiara: desenho, uso e apropriação do espaço público das calçadas em dois bairros de Anápolis (GO) 604

Ana Laura Lopes Cabral
Osvaldo Lino Alves Junior
Janes Socorro Da Luz
Milena D'Ayala Valva

Centro e Centralidades como categorias de análise geográfica: limites e possibilidades 614

Kevin Guimarães Barbosa dos Santos
Marcelo de Mello

CONSIDERAÇÕES FINAIS 623

Apresentação

É com satisfação e, ao mesmo tempo, preocupação com os rumos que a Universidade Estadual de Goiás está tomando, que apresentamos a organização deste E-book com cinquenta e cinco os textos completos que foram apresentados no V SEPE (Seminário de Ensino Pesquisa Pós-Graduação e Extensão) 2019. Todos resultados parciais e finais de pesquisas científicas, dos Programas Pós-graduação *Strictu Sensu* e *Lato Sensu*, do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e de atividades de extensão. O SEPE ocorreu durante três dias no Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis. O mesmo se configura como um espaço-tempo de integração e socialização de conhecimentos produzidos pelos docentes e discentes desse Campus da UEG e de outras Instituições de Ensino Superior.

O SEPE vem ocorrendo desde 2005, inicialmente na forma de Jornada de Iniciação Científica, que foi integrada no ano seguinte (2006), ao Seminário de Pesquisa dos Professores e, em 2014, aos seminários de pesquisas dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT) e Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) e, posteriormente, às semanas dos cursos, como seguem:

Início em 2005, com a jornada de iniciação científica, com a união, em 2006, do Seminário de Pesquisa de Professores e, em 2014, já com dois mestrados sediados no Campus (**PPG-IELT** e **TECCER**), passando a contar com a participação das pós-graduações *stricto* e *lato sensu*, juntamente com a extensão. Ampliação, em 2015, com a inclusão de apresentação de trabalhos (a) de conclusão de curso, (b) dos egressos do CCSEH-UEG, (c) dos discentes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Incorporação, em 2016, dos seguintes eventos: (a) as semanas dos cursos de graduação, tanto das licenciaturas (Geografia, História, Letras e Pedagogia) quanto dos bacharelados (Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas) e (b) o Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (SEMIPE/PPG-IELT). Inclusão, em 2017, do Seminário do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG-TECCER) e do Seminário dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. (SEPE, 2019)¹

O SEPE a partir de 2017 se constitui como um grande evento do Campus e um dos maiores da UEG, já consolidando a política de integração dos três pilares da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão, os quais articuladamente contribuem para fortalecimento da

¹ Conferir: http://www.sepe.ccseh.ueg.br/conteudo/16872_apresentacao

autonomia universitária, que vem sendo conquistada a duras penas e agora se encontra ameaçada pela política de intervenção do Governador Ronaldo Caiado, que sob o discurso de crise econômica do Estado e de reorganização da universidade para a melhorar a qualidade do seu tripé: ensino, pesquisa e extensão está impondo corte de econômicos, centralização, hierarquização e burocratização da UEG, por meio de reformas administrativas e pedagógicas, sem consulta e debate no Conselho Superior Universitário, a quem compete as decisões tomadas coletivamente sobre qualquer tipo de mudança. As reformas não apenas desconsideram os 21 anos de história e luta dos professores, alunos e servidores administrativo no processo de constituição e consolidação da UEG - que foi criada com a Lei nº 13.456 de 16 de abril de 1999, e organizada na forma de multicampi – como afetam diretamente a qualidade das atividades pedagógicas de formação profissional e científica dos jovens estudantes, além de precarizar o trabalho docente.

O V SEPE em 2019 só pode ser realizado pelo esforço conjunto de professores, alunos e servidores administrativo dos cursos de licenciatura, bacharelado e pós graduações, que se esmeraram e bancaram financeiramente o evento, com o intuito de não deixar causar ruptura e descontinuidade nas atividades acadêmicas de investigação científica, ensino e extensão, e resistir ao desmantelamento que a UEG vem sofrendo além de fortalece-la na construção e na formação profissional de qualidade, baseadas não apenas no ensino no âmbito das disciplinas e sala de aula, mas também por meio da iniciação à pesquisa e da relação dos discente e docentes com a sociedade, para o conhecimento da realidade social e a socialização de saberes com a comunidade, aproximando assim, universidade e sociedade.

O V SEPE foi organizado em oito eixos temáticos de modo a abarcar todos os grupos e temáticas de pesquisas e extensão existentes no Campus. Assim, os artigos e resumos expandidos foram inscritos nos seguintes eixos: 1) Língua, linguagem e ensino; 2) Literatura, histórias e outras expressões culturais; 3) Questões socioambientais urbanas e rurais; 4) Educação e tecnologia; 5) Política, estado e conflitos; 6) Políticas públicas, educação e escola; 7) territorialidade e identidades e; 8) sociedade, economia e tendências contemporâneas. O evento contou com mais de 800 inscritos, 128 artigos completos e 73 resumos expandidos, totalizando 201 trabalhos apresentados. Paralelamente foi realizada uma Mostra de Curtas Metragens durante os três dias, com organização e curadoria do Projeto de Extensão Cine Clube Tribuna Livre: Cinema e Educação e do Laboratório Universitário de Pesquisa e Produção (LUPA) do CCSEH. Realizou-se também uma instalação fotográfica, com

curadoria de uma docente e um discente do curso de letras, bem como conferências e mesas redondas nos turnos matutino e noturno.

Os textos para publicação foram analisados pela Comissão Científica e estão organizados em volumes: um Anais e dois E-books, nos quais os oito eixos temáticos foram sintetizados em apenas três unidades, em cada publicação: *Educação Linguagens e Expressões Artísticas Culturais*; *História Política Ambiente e Economia*; *Territorialidade Identidades e Populações*.

Os textos da primeira unidade: *Educação Linguagens e Expressões Artísticas Culturais* versam sobre os diversos aspectos da educação, arte, cultura e linguagens. Tais como as políticas educacionais para formação de professores, abordando sobretudo os cortes de verbas e as experiências importantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) para a formação inicial de professores e para as escolas de ensino básico, apontando também a importância da luta das universidades, alunos e professores em favor da manutenção dessa política. Temas como identidade docente, tendências pedagógicas, a relação entre educação e tecnologias, leitura crítica, ensino da diversidade cultural, ensino de matemática, a cultura material indígena, as relações analíticas entre cinema e marxismo, estudos das romarias na cultura do cerrado, confrontos e desconstruções de narrativas coloniais, entre outros, também compõem este eixo.

As representações do feminino na literatura goiana na atualidade, é aqui discutido criticamente apontando os estereótipos presentes na literatura como discutem os autores ao se proporem

investigar mais a fundo como se dão as representações femininas, na literatura contemporânea goiana. Temos, em nossa sociedade, um arquétipo feminino construído a partir de rótulos, pressuposições ou julgamentos capazes de, ao longo dos anos, desvalorizar, construir uma imagem negativa da mulher, colocá-la sempre em posição de fragilidade, posição de inferioridade em relação ao homem ou o que representa o masculino. Dito isso, é comum vivenciarmos atos que distorcem o retrato feminino. Esses episódios, por sua vez, partem de um processo histórico culturalmente arraigado, sendo executado, não raro, por mulheres. (INÁCIO; GANZAROLI, 2019).

Nestas representações arquetípicas e preconceituosas do feminino, as próprias mulheres participam na reprodução dos estereótipos sobre elas mesmas e sobre a manutenção da dominação de gênero presente na cultura e, com efeito, na literatura. Outros diversos temas que discutem a educação, às expressões e linguagens artísticas culturais vinculados às

pesquisas educacionais e ao campo das letras e artes, são nesta unidade abordados sob perspectivas teórico metodológicas de análise diferenciadas.

A segunda unidade: *História Políticas Ambiente e Economia* aglutina as produções derivadas das pesquisas socio econômicas, ambientais, históricas abordando relações entre esses temas e o sistema capitalista, a política, entre outras. São apresentadas neste eixo pesquisas que relacionam, de certo modo, a condição da mulher na década de 30 e seus destaques, como a educação rural e a criação de clubes agrícolas em contexto de crise econômica no Brasil e no mundo, visando compreender o desenvolvimento regional em Goiás. São também apresentados estudo ambientais relativos à criação do Parque Estadual dos Pirineus (PEP) em Goiás, o desenvolvimento do turismo na região e seus impactos. O PEP

foi criado em 1987 com a lei nº 10.321 e a APA surge em 2000 através do Decreto nº 5.174. O PEP possui um total de 2.833,26 hectares, a Área de Proteção Ambiental dos Pirineus (APA Pirineus) possui 22.800 hectares, totalizando um perímetro de 73.400 m². Conforme o Decreto nº 5.174/2000 essas áreas foram criadas com intuito de preservar os recursos hídricos, pois a região é berço de rios importantes como o Rio das Almas e Rio Corumbá, encontro de duas bacias hidrográficas (Paraná e Araguaia/Tocantins). Também tem o objetivo proteger a região da Serra dos Pirineus, fomentar o turismo ecológico, melhorar a qualidade de vida das populações limítrofes e incentivar a educação ambiental (BRASIL, 2000). (BARROS e CASTRO, 2019, p. 211).

O texto contribui não apenas para a compreensão da importância do Parque Estadual dos Pirineus e da Área de Proteção Ambiental criada na região, como também traz conhecimentos históricos importantes, ainda que de forma latu, sobre a criação de parques ambientais nos Estados Unidos e em outras regiões do Brasil. Mais duas pesquisas buscam estudar a questão ambiental em outros parques de preservação ambiental, como por exemplo o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. Estudos relacionados, podemos citar O sequestro do carbono em detrimento ao cultivo da abobrinha verde, investigação sobre a questão da reciclagem no Brasil e sobre a questão energética e climática no país.

Outros estudos também se configuram como eixo epistemológico constituinte dessa unidade. Os mesmos versam sobre a questão do poder, da violência e do Estado a partir dos estudos das obras de Walter Benjamin e alguns de seus leitores acerca da temática. Na mesma linha, os estudos sobre políticas de planejamento econômico na Ditadura Militar (1964 – 1985), agrega também conhecimentos acerca do desenvolvimento industrial, do

endividamento do país com a entrada de capital estrangeiros e do aprofundamento das relações de exploração dos trabalhadores brasileiros entre outras contribuições.

Na terceira unidade, estão organizados trabalhos que tratam da territorialidade, da identidade e das populações. A maior parte das pesquisas que compõe este eixo, são estudos sobre a cidade de Anápolis sob diferentes perspectivas: dinâmica territorial fragmentações e emancipações políticas do município, estudos a partir do mapeamento digital da cidade, crescimento da cidade e segregação urbana; desenho, uso e espaço público das calçadas de dois bairros da cidade Anápolis; cidade, espaço público e arte criativa, entre outros temas vinculados.

Por fim, ressalta-se que a organização das publicações não segue à risca a relação entre os textos e os cursos, aos quais pertencem seus autores. A lógica de cada unidade segue as afinidades temáticas, desse modo, pesquisas de diferentes áreas podem compor a mesma unidade temática, desde que tenha certa unidade epistemológica.

Referências

INÁCIO, Ewerton de Freitas e GANZAROLI, Hevellyn Cristine Rodrigues. *As representações do feminino na literatura goiana contemporânea*. Texto apresentado no V SEPE da Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis, de Ciências Socioeconômicas e Humanas, nos dias 12 e 13 de junho de 2019.

SANTOS, Miridiam Pereira Serafim dos; CASTRO, Joana D'arc Bardella de. *Valoração Ambiental: Sequestro do Carbono em Detrimento ao Cultivo da Abobrinha Verde*. Texto apresentado no V SEPE da Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis, de Ciências Socioeconômicas e Humanas, nos dias 12 e 13 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Raphaella Ribeiro. *Implicações dos Impactos Socioeconômicos da Unidade de Conservação Parque dos Pirineus Sobre As Comunidades Águas Lindas de Goiás, Padre Bernardo e Vila Propício*. Texto apresentado no V SEPE da Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis, de Ciências Socioeconômicas e Humanas, nos dias 12 e 13 de junho de 2019.

RÊGO, Amanda Barbosa; CASTRO, Joana D'Arc B.; BARROS, Thalita F. S. *Unidade de Conservação Parque Nacional Chapada dos Veadeiros e principais características das cidades onde se localiza*.

UNIDADE I

EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E EXPRESSÕES ARTÍSTICAS CULTURAIS

A representação da infância no curta-metragem *Vida Maria*

Zilmar de Souza Fiori²
Luiza Pereira Monteiro³

Resumo:

Este texto faz uma análise do Curta-Metragem *Vida Maria* de Marcio Ramos (2006). Uma animação ambientada no insípido sertão cearense, que narra sobre a condição de pobreza e analfabetismo da família no semiárido nordestino, tendo como centralidade de análise a representação da infância neste contexto de precárias condições socioeconômicas e culturais. O filme representa o ciclo de reprodução da pobreza, da exclusão e da opressão da criança e, com efeito da mulher, até a sétima geração das *Marias*, que significam mulheres comuns, sem lugar e socialmente invisíveis. Mulheres que estão fora das redes institucionais. A metodologia adotada foi a da análise fílmica proposta por Vanoye e Goliot-Lété (2002), que compreende a metodologia de análise fílmica como um processo minucioso de decomposição do filme, seguindo os passos e processos de criação, para em seguida, recompô-lo de outro modo, por meio da escrita, transformando-o em trabalho científico. Como resultado, espera-se que o filme e, principalmente o texto, possibilitem a ampliação dos conhecimentos sobre a infância e suas vicissitudes, bem como a diversificação dos campos de pesquisa sobre a infância, compreendendo o cinema e a obra fílmica como dados empíricos de segunda ordem.

Palavras-chave: Vida Maria. Representação. Infância. Pobreza.

Introdução

O trabalho tem como objetivo demonstrar através da análise fílmica do curta-metragem *Vida Maria*, os lugares e não lugares da criança e a representação da infância da pequena Maria José, protagonista do filme. Compreender de que forma a herança cultural das famílias empobrecidas, que vivem no semiárido Nordeste, contribui para a reprodução da pobreza e a manutenção da exclusão social, engendradas pelos modos de operacionalização da estrutura política brasileira. Analisar como se dão esses processos reprodutivos que perpassam de geração em geração, representados pelas personagens Marias do cineasta Márcio Ramos, as quais evidenciam os diferentes mecanismos de sujeição da mulher à condição, no filme, de reprodutora da sua opressão.

O percurso fílmico, faz uma discussão sobre a representação da infância e da mulher pobres no Nordeste brasileiro. Concebidas como objeto investimento para o trabalho, pela própria condição socioeconômica da família, dada pela negligência das políticas governamentais, cuja ausência se fazia presente na representação fílmica. Com efeito, a

² Graduando do Curso de Pedagogia, bolsista de Iniciação Científica PBIC/UEG/CCSEH E-mail: zilfior1969@gmail.com.

³ Pós-doutorado em Sociologia da Infância pela Universidade do Minho, Portugal – Docente na UEG, Curso de Pedagogia CCSEH e PPGAS Campus Morrinhos. Orientadora. E-mail: luizaintelect@hotmail.com

criança é concebida como mais uma boca para alimentar, mas também como força de trabalho para a sobrevivência da família, um modo de aliviar o peso da exclusão e da miséria que as famílias pobres nordestinas carregam em seus ombros. A menina Maria José, precisa deixar os estudos para ajudar a mãe nas atividades da casa.

A representação da infância no filme é a da criança com seus direitos sequestrados, em que a família, a sociedade e o Estado, subtraem-lhe o seu próprio tempo de infância. A representação é aqui compreendida como narrativas imagéticas, orais, sonoras e pictóricas que substituem a criança real e suas relações familiares e sociais mais amplas, sendo, portanto, a representação considerada como um dos modos de significação e simbolização. (AUTONT e MARIE, 20120).

A análise de *Vida Maria* é realizada através de referenciais teóricos, que elencam os possíveis lugares e não lugares da criança na família e na sociedade. Lugares e não lugares historicamente constituídos e mantidos pelo ciclo reprodutivo de pobreza e exclusão social da família nordestina do semiárido brasileiro, representada a partir da visão do diretor de *Vida Maria*. Evidenciar como a criança está inserida na cultura opressiva e paternalista da criança e da mulher.

Reflexões: discussões conceituais da representação da infância

A categoria geracional infância, durante alguns séculos passou despercebida, já que não havia a preocupação com o pequeno infante. A sociedade na pré-modernidade, concebia a criança apenas como parte da família, sem distinção da idade, e de desenvolvimento psíquico e emocional, era apenas a extensão do pai e da mãe. Os enlaces afetivos, o cuidar, o bem-estar social da criança ficou adormecido, incubado, não havia uma concepção da criança como um ser próprio, independente, único. A criança era apenas um pequeno adulto representado em forma de miniaturas, acreditavam que eram anjos sujeitos as enfermidades e privações do meio em que viviam, sendo a morte precoce encarrada de maneira natural. (ARIÉS, 1978).

A arte medieval no século XII desconhecia a concepção de infância. Segundo Ariès, “É difícil crer que essa ausência se devesse a incompetência ou a falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÉS, 1978, p. 50).

As crianças não frequentavam escolas, não brincavam, não tinha tempo para sonhar. Eram preparadas para o trabalho, fazer pequenas tarefas na lida da casa, ocupar-se de ter o

que fazer junto aos adultos. A criança na concepção do adulto não precisava pensar, apenas reproduzir de forma obediente, ou até mesmo pela força. Este era o seu lugar no mundo. Apesar das diferenças históricas, na atualidade muitas crianças ainda vivem como pequenos adultos, não pelo desconhecimento das especificidades da criança, mas pela necessidade do trabalho e o processo de exploração e exclusão de suas famílias, como representada no filme *Vida Maria*, ambientado no semiárido nordestino.

Por volta do século XVII, forma-se o sentimento de infância, de afetividade na família, os quais se desenvolveram tanto mais surgiam os conhecimentos das especificidades da criança. Simultaneamente e em correlação, emergia à necessidade de escolarização, de formação de um homem novo para atuar na nova sociedade, a capitalista. As distrações, brincadeiras e diversões que as crianças traziam até então, foram deixadas de lado:

[...] o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral. A criança não era nem divertida nem agradável: “Todo homem sente dentro de si essa insipidez da infância que repugna à razão sadia; essa aspereza da juventude, que só se sacia com objetos sensíveis e não é mais do que o esboço grosseiro do homem racional” (ARIES, 1978, p. 162).

A história social da criança no Brasil não foi diferente dos relatos iconográficos, históricos descritos por Ariès na Europa. Os abusos frequentes, os maus tratos, as condições desumanas, a fome, as doenças, a exploração infantil aconteciam de maneira costumeira. O adulto não se importava com a fragilidade da criança, acreditava que essas intempéries faziam parte da vida, ou seja, a criança estava sujeita a cumprir seu destino, era a vontade de Deus, passar por muitas privações, um estágio natural na concepção do adulto (NETO, 2000).

No Brasil, os primeiros modelos de crianças foram trazidos pelos jesuítas, “A puberdade era entendida como o momento da passagem da inocência original da infância à idade perigosa do conhecimento do bem e do mal, em que a criança assumiria o comportamento do adulto” (NETO, 2000, p. 105).

Assim, entendiam que a criança deveria receber “luz”, ser “modulada”, antes que atingisse a idade da puberdade, momento esse que já seria corrompido pelos adultos que estão a sua volta. Os relatos de passageiros das naus afirmam a prevaricação, o abuso sexual de crianças como sujeitas as satisfações das taras humanas.

Aos poucos a criança passa então a participar de outras instituições como: a igreja e a escola. Os jesuítas são os percussores do ensino no Brasil, assim, a instrução e a religião são

os eixos da formação do indivíduo. No Brasil “o ensino público só foi instalado, e mesmo assim de forma precária, durante o governo do marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII” (DELPRIORE, 2013, p. 10).

Segundo Del Priore (2013) mesmo com a percepção da importância da educação para o desenvolvimento da criança, a educação escolar no Brasil chegou tardiamente.

[...] tanto a escolarização quanto a emergência da vida privada chegaram com grande atraso. Comparado aos países ocidentais o capitalismo instalou-se no alvorecer da Idade Moderna, o Brasil, país pobre, apoiando inicialmente no antigo sistema colonial e, posteriormente, numa tardia industrialização, não deixou muito espaço para que tais questões florescessem. Sem a presença de um sistema econômico que exigisse a adequação física e mental dos indivíduos a esta nova realidade, não foram implementados os instrumentos que permitiriam a adaptação a este novo cenário. (DEL PRIORE, 2013, p. 10).

Porém, a educação era privilégio dos pequenos burgueses, famílias abastadas. A escola era uma benesse, ofertava conhecimento e saber aos filhos da classe elitizada, ou seja, esse regalo era privilégio somente dos que podiam pagar. As crianças ricas, filhas dos grandes fazendeiros e comerciantes deveriam frequentar uma escola, com o intuito de adquirir o conhecimento para dar continuidade aos negócios da família. O interesse era meramente capitalista.

As crianças pobres, filhas de lavradores, trabalhadores braçais ao contrário deveriam aprender o ofício dos pais, trabalhar na roça, colher café, tratar dos animais, a lida doméstica. Ou seja, a função da escola como instrumento da educação era qualificar a classe dominante, a que detém o prestígio social, as posses e títulos, e desqualificar a classe trabalhadora, pobre, marginalizada. No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares (DEL PRIORE, 2013, p. 10).

A história social da criança constituída historicamente através dos relatos de Ariès na Europa, e principalmente dos relatos históricos no Brasil, fundamentados e contextualizados por Del Priore, são conhecimentos que confirmam lugares diferentes para crianças das camadas sociais pobres e ricas. A sociedade moderna é repressora e excludente, deseja crianças comportadas, obedientes e disciplinadas, ou seja, sujeitos passivos da sua própria sujeição social.

Segundo Sarmiento (2005), a construção simbólica da infância na modernidade desenvolveu-se em torno do processo de disciplinarização da infância.

São inerentes à criação da ordem social dominante e assentaram em modos de “administração simbólica”, com a imposição de modos paternalistas de organização social e de regulação dos cotidianos, o desapossamento de modos de intervenção e a desqualificação da voz das crianças na configuração dos seus mundos de vida e a colonização adulta centrada nos modos de expressão e de pensamento das crianças. Esse processo se encontra incompleto e o seu curso tem vindo a acentuar os paradoxos da condição social da infância contemporânea, (SARMENTO, 2005, p. 369-70).

Para Monteiro (2010), “os não lugares da infância são percebidos pelo entendimento do seu oposto: os seus lugares, instituídos no percurso da modernidade e da Sociologia da Infância, em especial os estudos de Sarmiento (2005, 2006, 2008)”. Ou seja, as crianças ricas detentora de um grande saber pelas condições financeiras, são privilegiadas pelas benesses que o sistema capitalista pode oferecer. Possuem as melhores escolas, os melhores brinquedos com tecnologia de última geração, frequentam shoppings centers, viajam pelo mundo, têm mesadas, celulares, alimentação de qualidade, lazer, plano de saúde, tem aulas particulares de reforço escolar, de idiomas, praticam esportes, vão ao cinema, teatro, uma infinidade de benefícios, vantagens que o consumismo e o status social permitem, isto é, o privilégio da classe elitizada.

A outra face da moeda é explicitada por crianças pobres, negras, filhos de pais da classe operária, filhos de mães solteiras, moram com a avó aposentada, faveladas, marginalizadas, crianças de rua, pedintes, vendedores em semáforos. Boa parte das crianças que frequentam um banco de escola faz isso com o intuito de garantir a merenda escolar, matar a fome. Não possuem livros, cadernos, lápis, uma mochila decente, andam de chinelas, na maioria das vezes não brincam, não passeiam, não tem professores particulares e tão pouco tem acesso ao lazer, não tem plano de saúde e muito menos sabe o que é tecnologia.

A reprodução geracional do ciclo de pobreza e exclusão em *Vida Maria*

O curta-metragem “Vida Maria” do animador gráfico Marcio Ramos, animação em 3D, de 2006, tem uma ambientação com palheta de cores que retrata aridez da vegetação nordestina, uma trilha sonora emblemática, elementos estilísticos de uma estética narrativa bem articulada, envolvente, capaz de impactar os telespectadores nos primeiros minutos do filme, comover e compadecer com a personagem “Maria José”, uma menina de cinco anos, filha de sertanejos pobres do semiárido nordestino.

A casa rústica, de poucas acomodações, em cuja janela se encontra debruçada Maria José sobre um pequeno tamborete, olhos arregalados, atentos a desenhar o seu nome, uma coordenação motora ainda precária, a relutar em suas mãos desformes. A criança mal acomodada no parapeito da janela de madeira, caderno velho, empoeirado, lápis desgastado, porém, isso não lhe incomoda. O que mais chama atenção é o interesse das letras, são os olhos a contemplar, fitar as letras cursivas ao desenhar seu nome “Maria José”, (RAMOS, 2006).

Na cozinha ecoa uma voz que aos poucos vai ganhando sonoridade, ampliação e brutalidade; é *Maria Aparecida* mãe de *Maria José* ao se aproximar indignada ao ver a menina ali envolvida, quase em estado extase e encantamento com a escrita de algumas poucas letras que formam o seu nome.

A mãe puxa-a abruptamente pelo braço e lhe dá uma bronca: *Maria José* o que faz aí menina, sabendo que há tanta coisa a fazer, vai colocar água pros bichas, varrer o quintal, onde já se viu perder tempo desenhando nome. Assustada *Maria José* sai correndo em obediência a mãe. Parece mais uma imposição, certa implicância com a criança. Lá fora, o sol escaldante, a terra seca, o chão batido do pequeno quintal, cercado por paus retorcidos, em um cenário rústico e amplo, destacam-se com apenas uma árvore centenária e um poço para tirar água.

Segundo Althusser (1977), a família é um dos aparelhos ideológicos do Estado, fortemente reprodutivista, capaz de ramificar e perpetuar suas gerações através das inculcações que lhe são passadas, é a reprodução inconsciente, repetida de forma sistemática.

A criança (*Maria José*), sujeitada à opressão e exclusão passada de geração em geração, não encontra espaço de resistência, restando-lhe seguir o mesmo caminho de sua mãe, *Maria Aparecida*, que seguiu os passos de *Maria de Fátima* (sua mãe e avó de *Maria José*), de *Maria das Dores* (sua avó e bisavó de *Maria Jose*) até sétima geração, reproduzindo a mesma fala ordenada a *Maria José*, a qual também reproduziu com sua filha *Maria de Lurdes*.

— Maria José. Oh, Maria José, tu não tá me ouvindo chamar não, Maria? Tu não sabe que aqui não é lugar pra tu ficar agora? Em vez de ficar perdendo tempo desenhando nome, vá lá pra fora arranjar o que fazer. Vá. Tem o pátio pra varrer, tem que levar água pros bichos. Vai menina, vê se tu me ajuda Maria José,” (RAMOS, 2006, p. 6).

A história das *Marias* de Marcio Ramos revela a cultura da opressão da criança e da mulher, suas invisibilidades e seus abandonos políticos, historicamente em funcionalização no

Brasil. *Maria Aparecida*, além de analfabeta não compreendia a importância da escolarização para a superação da sua própria condição e da sua filha, o trabalho era o valor primordial que ela conhecia para a sobrevivência da família.

A exploração de crianças e adolescentes nas atividades agrícolas canavieiras só recentemente passou a ser objeto de preocupação dos formuladores e executores de políticas públicas. [...] o trabalho das crianças era visto como parte integrante da força de trabalho familiar. No município de Ipojuca, um dos mais representativos da história colonial pernambucana, 59% das crianças e adolescentes entre sete e dezessete anos, que já trabalharam no corte de cana, são analfabetos (DOURADO, DABAT E ARAÚJO, 2010, p. 407-408).

Segundo Arias (2002, p. 103) “A construção de uma cultura está repleta de elementos e significados que vão identificar esse povo como pertencente a uma determinada comunidade ou região, diferenciando-os de outras comunidades, surge assim, a identidade cultural”. Essas tradições, costumes, vestimentas, comidas são heranças culturais típicas de cada povo, região, é a cultura a tomar várias formas, é o conhecimento popular passado de gerações em gerações e reproduzindo suas condições de opressão e miséria.

No sertão nordestino, terra de homens e mulheres valentes, destemidos, a seca não é novidade, é a chuva que não cai, o sol escaldante, a novena milagrosa de São José para que chova no sertão. Mas também o sertão não é só de penar, a peleja da seca é terra de gente alegre e feliz, o baião, o forró, o baião de dois, quadrilhas, festas juninas, o reisado, o cordel de patativa do assaré, o repentista, o sotaque, a manteiga de garrafa, a carne seca e a vaquejada, compõem o cenário do sertanejo.

Segundo os autores Marconi e Lakatos (2011, p. 17), o conhecimento popular “é o saber que preenche nossa vida diária e que se possui sem o haver procurado ou estudado, sem a aplicação de um método e sem haver refletido sobre algo”. Dentro desse conhecimento popular, simplista, ingênuo, a mãe de *Maria José* acredita estar fazendo a coisa certa, ao reproduzir a opressão, a cultura familiar à maneira como foi criada. A criança tem que ter ocupação, trabalhar, fazer alguma coisa, ser útil, é a herança cultural enraizada no meio familiar. Observa-se que a mãe está de luto, e suas palavras carregadas expressam um sentimento de dor e de revolta, a menina com um olhar de espanto, apenas ouve, sem nada falar.

No conhecimento popular, há um conservadorismo. Reza à tradição que a criança deve respeitar os mais velhos, não contestar, e nem tão pouco dar a sua opinião, apenas

cumprir a sua obrigação, submeter-se à imposição materna. Então *Maria José* obedece à ordem da mãe, corre em direção à porta em passos apressados (RAMOS, 2006, p. 1-36).

A câmera externa em grande plano faz diversas tomadas, para compor a ambientação que amplifica a dimensão tanto das cenas quanto da frustração da criança, exposta a um ambiente de desolação e sofrimento. A menina ao bombear a água, olha imediatamente para ver se a mãe a observa. Ao carregar a lata d'água com dificuldade, o trabalho pesado é também o fardo do passar dos anos, do tempo implacável e amalgamado com a seca e o sol escaldante. Agora *Maria José* é uma adolescente ainda mais recalcada, pessimista, seu olhar de tristeza e fadiga do esforço demasiado representa o seu lugar de servidão. A sujeição é a herança herdada a antagonizar com o que dela foi tirado, negado: o seu direito de estudar, de autonomia e emancipação como sujeito.

Cada close-up que a câmera captura, os enquadramentos, as tomadas, as sequências, o espaço-tempo, é a vida a suprimir os sonhos e vontades de *Maria José*. É o tempo a denunciar a sua existência apática e invisível ao mundo. É a moça a enamorar Antônio, um fio de esperança de constituir um lar e desvencilhar da submissão perversa e reprodutiva da mãe e das *Marias* que a antecede, e que representa e impõe a repetição cíclica da pobreza e desesperança familiar (RAMOS, 2006).

Tal como *Maria Aparecida*, sua mãe, *Maria José* agora é casada com Atonio e mãe de seis filhos, a carregar no ventre mais um filho, uma menina *Maria de Lurdes*, a qual conforme a tradição carregará o fardo das *Marias*. Aos poucos as roupas floridas vão dar lugar às roupas sombrias: cinzenta-desbotado e surrado, e depois pretas representando o luto. Assim, também se dá a passagem do tempo, marcada pela elipse na personagem *Maria José*, revelando as transições da vida, a lida de casa, o socar o arroz no pilão, o estender da roupa no varal, o varrer do chão de terra batida no quintal. Rotinas que aos poucos vão desgastando o seu físico, judiando a sua alma, estampados em seu rosto sofrido e rude.

A elipse é um procedimento estético do cinema inspirado na literatura, e significa a omissão espacial ou temporal de acontecimentos da história contada. Sabemos que aquilo aconteceu, mas não os vimos acontecer. Salta-se “de um acontecimento a outro, exigindo do espectador que ele preencha mentalmente o intervalo entre os dois e restitua os elos que faltam” (AUMONT e MARIE, 2012, p. 96).

Assim, em um tempo de apenas oito minutos de filme, Ramos (2006) consegue contar a história de sete gerações por meio do ciclo de vida da protagonista *Maria José*, que reproduz a mesma herança cultural com sua filha *Maria de Lourdes*: rigidez,

autoritarismo, pobreza, falta de esperança, analfabetismos e incompreensão da importância da educação se tornam ainda mais fortes. É a geração das Marias a perpetuar a concepção de família ao modo da exclusão social.

Travamos nossa luta por responsabilidade contra um ser mascarado. A máscara do adulto chama-se “experiência”. Ela é inexpressiva, impenetrável, sempre a mesma. Esse adulto já vivenciou tudo: juventude, ideais, esperanças, mulheres. Foi tudo ilusão. – Ficamos, com frequência, intimidados ou amargurados. Talvez ele tenha razão. O que podemos objetar-lhe? Nós ainda não experimentamos nada. (BENJAMIN, 2002, p. 21)

O caderno é como o tempo, a contar as histórias de todas as Marias da família, o desenhar o nome ficou apenas na lembrança, já que no dito popular, dos conservadores, “menina mulher não precisa estudar”, deve saber lidar apenas com os afazeres da casa, cozinhar, lavar, passar, ou seja, virar uma moça prendada para constituir o enlace familiar. Assim esses são os lugares que as Marias devem assujeitar-se. Os não-lugares são os não permitidos pelos direitos que elas têm, mas que lhes são negados pelas políticas sociais e suas próprias inconsciências e inércia diante da vida no sertão (MONTEIRO, 2014).

O caderno revela o passado e o presente das Marias, que nascem, crescem, envelhecem e morrem. Assim vão se perpetuando os costumes de geração a geração. Estas constatações servem para refletir, quais seriam os lugares em que as Marias deveriam estar a viver e participar: a escola, a brincadeira, a música, o teatro, o cinema, as danças, o cordel, o brincar e o sonhar. Porém, o descaso político e cultural, insiste em dizer que, talvez elas terão que esperar mais algum tempo.

Estratégias reflexivas, construtivas, reconstrutivas da análise fílmica

A metodologia utilizada é de cunho teórico e empírico baseada em reflexões conceituais e na metodologia de análise fílmica. Segundo Vanoye e Goliot-Lété (2002), analisar um filme não é mais vê-lo e se encantar apenas, mas vê-lo, revê-lo, concebê-lo de forma a perceber pequenos detalhes, detalhes esses que a um leigo pode passar despercebido, porém, ao olhar atento, perceptivo, comprometido de quem analisa, pode trazer prazeres e conhecimentos específicos.

Trata-se de uma outra atitude com relação ao objeto-filme, que, aliás, pode trazer prazeres específicos: desmontar um filme é, de fato, estender seu registro perceptivo, e com isso, se o filme for realmente rico, usufruí-lo melhor. Contudo, também existe, um trabalho de análise, pelo menos dois motivos. Primeiro, porque a análise

trabalha o filme, no sentido em que ela faz “mover-se” ou faz se mexerem suas significações, seus impactos. Em segundo lugar, porque a análise trabalha o analista, recolocando em questão suas primeiras percepções e impressões, conduzindo-o a reconsiderar suas hipóteses ou suas opções para consolidá-las ou invalidá-las. (VANOYE; GOLLOT-LÉTÉ, 2002, p. 12-13).

A Análise fílmica permite fundamentar através dos pressupostos dos teóricos, lugares e não lugares da criança, na representação fílmica da infância. O desafio da análise talvez seja questionar o deslumbramento inicial do espectador. O analista, ao mergulhar no campo diegético do filme e desconstruí-lo, refaz os passos do diretor Marcio Ramos e reconstrói outra coisa: o texto analítico e científico argumentando e fundamentando a partir dos conceitos propostos no filme pelo diretor. (VANOYE; GOLLOT-LÉTÉ, 2002).

Visionamento sim, ao assistir o curta-metragem

Contexto de representação. A representação fílmica é parte crucial do filme. É através da constituição das personagens que se dá o embate, a narrativa do enredo a ser contado, o olhar crítico, a mensagem que o cineasta deseja passar. A ambientação, o cenário, os objetos em cenas, os diálogos, os gestuais, a resignação, compõe o espaço-tempo para que as personagens possam desempenhar, contar suas histórias, expor seus dramas. A ficção imita a vida, confunde com a realidade. E o imaginário permeia ao real, de forma inconsciente (VANOYE; GOLLOT-LÉTÉ, 2002).

Para Vanoye e Goliot-Lété (2002), o termo diegese nos remete ao universo ficcional próximo, mas não sinônimo de história (pois de um alcance mais amplo), designa as relações e seus circuitos com a história, remetidos pelo espectador ao extradiegético.

O conteúdo e a expressão formam um todo. Apenas sua combinação, sua associação íntima é capaz de gerar a significação. Não é possível pretender trabalhar sobre o sentido de um filme sem convocar de imediato e em sincronia a história e a forma fílmica. (VANOYE; GOLLOT-LÉTÉ, 2002, p. 40-41).

Em outros termos, a história de ficção idealizada e com inferências sobre a visão particular do cineasta também se confunde com a realidade do espectador, o qual está envolvido com a trama, a história, elementos que são reproduzidos, o objeto fílmico no curta-metragem “Vida Maria”.

Acompanhamos *Maria José* durante o seu trabalho no sítio onde vive. O filme mostra ciclos de vida pelos quais muitas vezes vivemos. Ciclos estes que em “Vida Maria” vai dos cinco aos quarenta e cinco anos, revelando a imutabilidade da vida no sertão nordestino como repetição dos seus antepassados e a continuidade opressiva e excludente dessa cultura para sua filha *Maria de Lourdes*. Essa é a crítica ao filme, pois, na sociedade humana há sempre dinâmicas de mudança, os hábitos, as culturas não são imutáveis, embora a dinâmica interna de mudança possa ser lenta, ainda assim, há mudanças resultantes das resistências do cotidiano afetando a dinâmica cultural (LARAIA, 2001).

É o relógio da vida a contar o tempo, o passar dos anos, das mágoas, das tristezas. A menina, a moça, a mulher sob estética diegética temporal a olhar para vida sem esperança, mas também sem nada exigir, apenas a súplica do olhar comunica a sua desesperança e cansaço. É à roda da vida que não para de girar, são os ciclos da vida de *Maria José*. O corpo formado, vestido florido, a vaidade que chega, a admiração, o chamego por Antônio. Agora mulher casada, mais afazeres, grávida, na mesma lida do campo, roupa para estender, chão para varrer, arroz para socar no pilão. Sete filhos para cuidar, mais roupa pra lavar, e o cansaço que chega, a vida sofrida de sempre continua. Assim Maria vai levando do jeito que Deus dá. É chuva que não cai, é vida que não muda. A filha que trás ao mundo, *Maria Lourdes*, a Luli, história que se repete, a velar pela mãe e o marido Antonio que se foram.

Assim, o filme termina com a imagem da pobre menina, sertaneja, cinco anos de idade, agora *Maria de Lourdes*, que vai repetir a mesma história da mãe *Maria José*. Ela também abandona o caderninho onde está registrado o nome de sete gerações. É o tempo que não para, é vida que segue para as invisíveis *Marias* brasileiras.

Resultados esperados

Dentro de uma perspectiva de análise fílmica “Vida Maria” do animador gráfico Márcio Ramos, teve como objeto de análise compreender a representação social e cultural da infância, o seu lugar e não lugar da criança concreta, que em um ambiente culturalmente herdado de geração e geração, se rende passivamente, a reprodução dos costumes e tradições. Espera-se que os elementos centrais do curta-metragem tenham alcançado a sua função social: compreender a criança como sujeito geracional, os lugares e não lugares dados a ela. Os sequestros dos seus direitos de ser amada, de estudar e brincar, de exercer a sua cidadania. Que a arte de Marcio Ramos tenha dado o seu recado: denunciar a invisibilidade das *Marias*

pelo Brasil afora, a sua insignificância para as políticas públicas, os seus lugares são lugares comuns, restritos ao espaço doméstico e a reprodução da vida biológica e da exclusão social.

Considerações finais

A representação social da condição de exclusão socioeconômica e cultural da infância no curta-metragem “Vida Maria”, é concebida de forma reclusa, traumática e submissa. A criança não tem voz ativa, é apenas uma mera reprodutora do seu próprio destino e do destino de sete gerações perdidas. O ambiente da seca no semiárido nordestino, as condições precárias, a falta de opções de vida, são algumas das formas de sujeitar a criança, representada pela personagem *Maria José*, no seu meio familiar. Em *Vida Maria*, a criança como sujeito geracional é concebida apenas para as lidas da casa, os afazeres do sítio, ou seja, tirar água no poço e tratar dos animais. A concepção de educação, frequentar uma escola, aprender desenhar o nome é visto culturalmente como “ficar aí fazendo nada” (RAMOS, 2006:6).

Portanto, os lugares em que as crianças deveriam estar e participar são - em *Vida Maria* - os seus não lugares. Não lhe são permitidos: a escola, a brincadeira, o teatro, o cinema, a dança, o lúdico, o carinho e o acesso ao seu próprio tempo de infância: viver como criança, ter infância.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Ideologias e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: presença, s.d. _____ Posições. Lisboa: Livros Horizontes, 1977.
- ARIAS, P. G. **La cultura**. Estrategias conceptuales para comprender a identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia. Escuela de Antropologia Aplicada UPS-Quito. Ediciones Abya-yala, 2002.
- ARIÉS, P. **História social da Criança e da família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar. Editores, 1978.
- BENJAMIN, W. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2002.
- DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 7ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- DOURADO, Ana et.al. Crianças e adolescentes e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In. Del Priore, Mary (Org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo, contexto, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
MONTEIRO, L.P. **Pesquisa censitária sobre crianças e adolescentes em situação de rua: Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia**. População e Perfil. Goiânia: PUC – Goiás, MMMRGO UEG, 2010.

_____. **Abril despedaçado e o governo da infância**. Texto apresentado no II Simpósio Luso Brasileiro: pesquisa com crianças desafios éticos e metodológicos. UFRGS: 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/12141952-Abril-despedacado-e-governo-da-infancia.html>

NETO, J.C.S. **História da criança e do adolescente no Brasil**. São Paulo, 2000.

Unifeo, revista semestral do Centro Universitário FIEO – ano 2 nº 3.

SARMENTO, J.M. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia Infância**. **Educ. Soc.**v.26 n.91. maio/ago 2005. Universidade do Minho. Braga. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>; acesso em: 11 Dez.2018.

VANOYE, F.GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 2 ed. Campinas: Papirus, 2002.

Filmografia:

RAMOS, M. RAMOS, J. **Vida Maria**. Brasil, 2006. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4. Acesso em 26 maio 2019.

Educação À Direita: Ou Como Forjar Projetos Político-Pedagógicos Neoliberais

Edinei Oliveira Vasco⁴

Resumo: Apesar de se restringirem especificamente ao campo educacional dos Estados Unidos, as críticas de Michael Apple – educador e sociólogo da educação – direcionadas aos projetos político-pedagógicos neoliberais e neoconservadores também podem ser aplicadas à realidade de outros países, tal como o Brasil, pois permitem a compreensão de determinados aspectos da atual conjuntura político-partidária, na qual os elementos discursivos não podem se efetivar na realidade concreta das práticas políticas e econômicas, a não ser quando compactuam com os interesses de tais práticas. De acordo com Apple (2003), existe a configuração de uma “Nova Direita” que está relacionada ao conjunto de grupos políticos – que integram a direita e a esquerda no interior do bloco governista – e aos setores empresariais e membros da sociedade civil, formando, assim, uma aliança entre *neoliberais*, *neoconservadores*, *populistas autoritários* e a *nova classe média*. Tal aliança compõe, na verdade, a nova constituição e concretização ideológicas do bloco dominante, cuja união é estratégica e tem por interesse – além dos pessoais e grupais – garantir a reestruturação capitalista que só pode ocorrer a partir do aumento da exploração e punição da classe trabalhadora. Nesse sentido, esse texto tem como objetivo analisar, ainda de maneira sucinta, os elementos constitutivos desta aliança, assim como as suas perspectivas e posições em relação ao processo educacional.

Palavras-chave: Capitalismo. Educação. Neoliberalismo. Política.

Introdução

Em seus trabalhos mais recentes, principalmente no livro *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*, Michael Apple – educador e sociólogo da educação – tem analisado os movimentos neoliberais e conservadores que pretendem reconstruir e direcionar a educação conforme interesses políticos e, principalmente, econômicos, utilizando-se para isso de artifícios prejudiciais não somente ao processo educacional, mas também à sociedade como um todo.

Nessa perspectiva, Apple (2003) tem pesquisado e conceituado sobre a ascensão de um movimento político que ele designa como a “Nova Direita” e sobre as tradições e discursos políticos que daí derivam, constituindo um imaginário coletivo que é, em partes, mitologizado sobre estas questões. Os alvos de suas críticas, endereçadas ao projeto político-pedagógico neoliberal e neoconservador – apesar de se restringirem especificamente ao campo educacional dos Estados Unidos – também podem ser aplicadas à realidade de outros

⁴ Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de (PPGS/UFG.). E-mail: dineyvasco@outlook.com

países, tal como o Brasil, pois permitem que se entendam aspectos da atual conjuntura político-partidária, na qual os elementos argumentativos do discurso eleitoral não podem – nem têm a intenção – de se efetivarem na realidade concreta das práticas políticas e econômicas, a não ser quando compactuam com os interesses do bloco dominante.

Ou seja, as práticas no exercício do poder político – diferentemente do discurso eleitoral, seja de direita ou de “esquerda” – devem ser sempre direcionadas a condescender com as diretrizes governamentais. E isso acontece devido ao comprometimento que as instituições políticas/partidárias – regidas por leis estatais – têm com o moderno Estado capitalista. Segundo Offe (1984), o Estado moderno, embora não seja ele próprio capitalista – pois a totalidade dos seus atos não está relacionada com o processo de valorização –, precisa ser compreendido, sobretudo, como um Estado Capitalista, e não somente como um Estado dentro de uma sociedade capitalista.

Em outros termos, Offe (1984) alega que a comprovação do caráter de classe capitalista de uma organização de poder estatal depende, primeiramente, das convergências estruturais e recíprocas entre o Estado e o modo de produção organizado sob formas capitalistas; e, por conseguinte, se for possível demonstrar que as instituições políticas possuem uma seletividade própria, especificamente classista, correspondente aos interesses do capital. Ou, ainda, se realmente, conforme Marx e Engels (1983, p. 68), o Estado capitalista é, por excelência, “o comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Para Offe (1984, p. 162), afirmações teóricas como a de que o Estado seria um “comitê executivo da burguesia” ou o “capitalista global ideal” dependem de uma evidência que não pode ser obtida simplesmente a partir de teorias, mas somente através das práxis.

Sob essa ótica, Apple (2003) analisa a constituição de uma “Nova Direita”, cujas bases estão visivelmente relacionadas a uma aliança entre Estado e grupos influentes da sociedade civil. É um conjunto de políticos que integram a direita e a “esquerda” partidárias no interior do bloco governista, juntamente com setores do complexo financeiro-empresarial e membros da sociedade civil que formam uma aliança constituída por *neoliberais*, *neoconservadores*, *populistas autoritários* e a *nova classe média*. Essa realidade política, a partir de alianças conceituais, é na verdade a nova constituição e concretização ideológicas do bloco hegemônico, cuja união é estratégica e tem por interesse a reestruturação econômica, garantindo, assim, a dominação, a exploração e, por conseguinte, a manutenção do *status quo* de seus membros.

Nesse sentido, e a partir do supracitado, o presente trabalho tem como objetivo

compreender quais são as perspectivas, posições e convicções da “nova direita” em relação ao processo educacional. E, para tal compreensão, torna-se necessário analisar, mesmo de maneira concisa, cada um dos grupos constitutivos desta aliança – *neoliberais*, *neoconservadores*, *populistas autoritários* e a *nova classe média* –, uma vez que estes, no âmbito da sociedade capitalista, têm como propósito, conforme Apple (2003), a efetivação de uma “modernização conservadora” a partir de interesses bem definidos.

Desenvolvimento

De acordo com Wacquant (2012), o neoliberalismo possui uma noção frágil e contestada, pois é um termo híbrido que transita entre o linguajar simplório do debate político e as terminologias técnicas das ciências sociais. E, nesse sentido, seu teor é quase sempre invocado sem uma definição clara, sendo predominante a noção essencialmente econômica que o caracteriza apenas como um sistema de políticas favoráveis ao mercado, tais como: a desregulamentação do trabalho, a mobilidade do capital, a privatização, a liberalização do comércio, a redução dos gastos públicos etc. Essa concepção econômica de neoliberalismo é limitada e incompleta; e, ao mesmo tempo, excessivamente associada ao discurso moralista dos seus defensores. É preciso ir além desse núcleo econômico e entender o projeto neoliberal com base em uma noção mais sólida que o identifique como um projeto político transnacional que visa reestruturar e fortalecer uma aliança – a partir de cima – entre mercado, Estado e grupos seletos da sociedade civil.

Wacquant (2012) também deixa claro que o projeto neoliberal necessita não apenas da reafirmação das prerrogativas do capital e da primazia do mercado, mas requer, sobretudo, uma primorosa articulação entre quatro lógicas institucionais: 1) a *desregulamentação econômica*; 2) *delegação, retração e recomposição do estado de bem-estar*; 3) *um aparato penal em expansão, invasivo e proativo* e 4) *a alegoria cultural da responsabilidade individual*.

Nessa perspectiva, os *Neoliberais* tornam-se o elemento mais poderoso de uma aliança que sustenta uma nova reestruturação econômica e simbólica do capital. Eles sempre buscam a introdução da noção de mercado em todas as esferas da vida; e, assim sendo, tendem a executar uma ruptura entre o Estado e a realidade social, isto é, colocam em prática uma destruição metódica (sucateamento) de todas as instituições coletivas e públicas, considerando-as como ineficientes e obstáculos à lógica do livre mercado. Ou seja, o

neoliberalismo orienta-se pela concepção de que o Estado seja mínimo em relação a políticas econômicas, públicas e assistenciais; mas, por outro lado, que seja um Estado forte, no sentido de vigiar e punir aqueles insatisfeitos com o aprofundamento das desigualdades sociais. Conforme Apple (2003), no campo simbólico o neoliberalismo tende a modificar a própria ideia de democracia, revelando-a como um conceito econômico e, assim, distanciando-a de sua acepção política (soberania popular) e etimológica (governo do povo), pois o núcleo do poder não está mais centrado nas decisões meramente políticas a partir de demandas sociais; mas, sim, no complexo financeiro-empresarial cujas dimensões globais impõem adaptações e especificações locais.

Em termos mais precisos, em uma sociedade dividida em classes, a “democracia dominante” é a democracia que interessa ao bloco dominante, podendo ela tomar a forma que a este grupo convier nos momentos de reestruturação econômica. Isso significa que uma percepção correta do neoliberalismo tende a ser ofuscada quando se interpreta a democracia moderna como um valor universal, ideal e a partir de sua etimologia clássica que a define como “governo do povo e para o povo”; quando, na verdade, ela deve ser compreendida como realmente é no domínio da moderna sociedade capitalista: uma democracia classista, cuja forma e durabilidade depende das crises e reestruturações econômicas.

Assim, a ideia básica do neoliberalismo, no que diz respeito à educação, é a de que somente pela introdução da livre competição comercial entre as escolas e uma maior produtividade destas, assim como o reconhecimento meritocrático entre os indivíduos, é que fará com que a educação supere o seu esfacelamento na esfera pública e, conseqüentemente, a sua crise estrutural e pedagógica. A educação deixa de ser discutida como um bem de uso e passa a ser entendida como uma mercadoria, transformando-se num bem de troca – com valor qualitativo e quantitativo – adquirido no mercado de trabalho e, dependendo do poder aquisitivo de quem a compra, no mercado dos bens simbólicos.

Para os neoliberais a ideia de consumidor torna-se crucial, uma vez que a liberdade individual de escolhas num mercado acessível é a garantia de uma sociedade democrática. Ou seja, e conforme já mencionado, a democracia é vista a partir de práticas econômicas e de consumo, onde o indivíduo é valorizado enquanto consumidor, sendo destituído de raça, classe, gênero etc. E as escolas, nesse sentido neoliberal, devem ser articuladas em função do consumidor e não para os burocratas estatais que, como em todas as instituições públicas, estão sugando o sangue da vida financeira da sociedade (APPLE, 2003).

Aos olhos dos defensores do projeto neoliberal, é somente com a inserção das escolas no mercado competitivo que haverá algum tipo de melhoria, já que, na atual circunstância em que se encontra a educação pública, não existem alternativas que se possa considerar, pois o mundo é governado pelos mercados e por uma competição intensa, e as escolas não podem ficar de fora. Para Apple (2003, p. 21), “embora nos digam constantemente que nada mais é possível, é importante entender que o neoliberalismo é, em essência, o capitalismo sem luvas de pelica”, e que a aceitação e o uso de suas categorias e conceitos mercadológicos, como se estes fossem parte de um processo evolutivo normal, impossibilitam a percepção do verdadeiro processo histórico em sua totalidade. E isso, por conseguinte, impede a efetivação de críticas antes mesmo que elas comecem a surgir.

Outro elemento desta aliança, os *Neoconservadores* buscam embasamento referente à manutenção e perpetuação de um passado considerado organizado e perfeito. Em sua maioria, reclamam a volta de um passado do qual não viveram e de situações e sentimentos que não experimentaram, mas que afirmam ser melhores. Referem-se à uma época em que os valores tradicionais, a ética e a moral eram transmitidas e aceitas sem problemas, e a escola ensinava o verdadeiro, único e adequado saber. O objetivo do grupo é o retorno e estabelecimento da ordem tradicionalista, da disciplina e da hierarquização de padrões a serem seguidos, difundidos e enfatizados no âmbito escolar.

Por trás de grande parte da posição neoconservadora há claro sentimento de perda. Perda da fé, perda de comunidades imaginárias, perda de uma visão quase idílica de pessoas com a mesma mentalidade e que partilhavam normas e valores nos quais a tradição ocidental reinava de maneira suprema. Entre os muitos temores culturais e sociais que impulsionam as ações conservadoras está a preocupação com uma suposta perda do controle sobre a cultura, juntamente com a sensação de um mundo cada vez mais degradado. No entanto, segundo Apple (2003), os neoconservadores não se atentam para o fato de que a dinâmica econômica dominante e as políticas neoliberais – das quais eles defendem – são quem produzem as condições históricas, sociais, educacionais e, sobretudo, as condições ideológicas que eles tanto lamentam.

Enquanto os neoliberais podem ser vistos como um grupo ideológico emergente, os neoconservadores fundamentam-se em formas residuais, isto é, baseiam-se em uma visão romântica de um passado no qual as comunidades eram estáveis e onde seus membros, em virtude da moralidade, estavam protegidos dos estragos da sociedade moderna. Para estes, as políticas educacionais e sociais não podem levar a resultados igualitários, pois as diferenças

em grau de inteligência e realizações são geradas basicamente pela genética. Assim supondo, os neoconservadores enfatizam que os legisladores não devem alimentar falsas esperanças nos pobres e “menos inteligentes”, mas que o Estado deve, sim, aceitar esse fato e planejar uma sociedade que reconheça essas diferenças para que, a partir de uma “ordem natural”, as pessoas harmoniosamente “reconheçam o seu lugar” (APPLE, 2003).

Uma percepção seletiva, discriminatória e defeituosa acerca da história alimenta as ambições nostálgicas dos neoconservadores, cuja ira tenta justificar que mudanças trazem consigo um declínio moral e social. Acreditam – ao contrário dos neoliberais – que somente um Estado forte e intervencionista pode providenciar não somente o conteúdo “legítimo” a ser ensinado nas escolas, mas também os métodos “legítimos”, além de policiar alunos e professores por meio de regimentos, provas e exames em âmbitos estadual e nacional.

Os neoconservadores, tal como os neoliberais, fazem parte de grupos que possuem influências – e até mesmo poder de decisão – nos espaços onde as políticas são debatidas e as resoluções são tomadas. Mas, conforme Apple (2003), mesmo com a influência crescente das políticas neoliberais e neoconservadoras, estas certamente teriam menos êxito se também não tivessem como aliados os fundamentalistas religiosos, populistas e autoritários; ou seja, os religiosos conservadores que formam a “direita cristã”.

Os *Populistas autoritários* são os fundamentalistas cristãos que querem impor, para a sociedade em geral, sua visão religiosa conservadora como verdade absoluta e inquestionável, estabelecendo seus dogmas e alegando que (seu) Deus deve estar presente e acima de todas as instituições, pois a autoridade religiosa deve sobrepor-se à política pública. A religião, para este grupo, não deve ser meramente uma questão privada, mas deve ser ampliada e chegar até aos debates públicos que incidem sobre práticas e propostas culturais, educacionais, políticas, econômicas e corporais (APPLE, 2003).

Algumas de suas tendências têm grande semelhança com a teologia da libertação, pois demonstram preocupações com temáticas relacionadas à justiça social, pobreza, segregação racial etc. E isso significa que suas convicções nem sempre levam, de maneira inflexível, a posições totalmente conservadoras. No entanto, as tendências dominantes e influentes – isto é, aquelas que mais chamam a atenção – tomam direções conservadoras por razões político-teológicas e, principalmente, por questões de classes, posição social e interesses pessoais. Acreditam que é crucial aos cristãos convictos tornarem-se parte da arena política, caso realmente queiram garantir as condições de sustentação da ordem moral e espiritual. Na verdade, como coloca Apple (2003), é uma crença providencialista na árdua

luta entre Deus (representado por eles) e Satã (a oposição, responsável pelas mazelas sociais) que contribui claramente para a militância de muitos conservadores cristãos.

Para esse segmento, a escola deve ser uma das instâncias responsáveis por difundir a fé com base nos mandamentos e na tradição bíblica como norma de conduta e alicerce do conhecimento. Suas propostas estão adquirindo cada vez mais poder, não apenas retoricamente, mas em termos de conflitos sobre como as escolas e professores devem atuar e quem deve controlá-los. Têm como plataforma curricular as questões de gênero, sexualidade, família, princípios cristãos etc., estendendo-se também a um leque muito maior de argumentações sobre o que deve ser considerado o saber adequado e “legítimo” nas escolas.

Os populistas autoritários da “direita cristã” – como elemento constitutivo de uma “nova direita” institucional –, querem basear suas posições políticas e sociais, e, de forma mais contundente, suas posições relacionadas à educação, a partir de certas visões da autoridade bíblica. Para eles, o ensino público é uma força perigosa – em termos religiosos, sexuais, econômicos, patrióticos e físicos – que existe na vida de uma criança. E isso está diretamente ligado à sensação de perda, para a “nova direita”, no que diz respeito ao controle sobre a rigidez na educação e na família nuclear tradicional. Nesse sentido, novas e influentes coalizões – a partir de grupos conservadores e cristãos – acabam sendo formadas. E dentre as muitas vozes que, baseadas em suas convicções, buscam regulamentar e direcionar os projetos políticos pedagógicos, estas tendem a ser ouvidas e reproduzidas por boa parte da população.

Por último, a *nova classe média* é o grupo que adequa os conhecimentos técnicos de gerenciamento e faz a avaliação das práticas necessárias à manutenção da aliança dominante. Estabelecem o consenso e os clichês que devem ser aceitos em torno da lógica do mercado em todas as esferas sociais, enfatizam a valoração das tradições morais e a manutenção destas, e exaltam suas perspectivas religiosas conservadoras como um comprometimento que deva ser geral.

Esse grupo participa da “nova direita” em função de interesses pessoais e procurando garantir a sua mobilidade social. Para Apple (2003), a nova classe média tem o interesse na manutenção das desigualdades, pois suas credenciais, privilégios e participação como classe em ascensão só têm valor quanto menos pessoas conseguirem fazer parte deste processo. Deste modo, a produção e reprodução de ideologias – que estratificam cada vez mais as classes sociais – tendem a aumentar o valor das credenciais e do capital cultural, fazendo com que apenas a nova classe média tenha a probabilidade de acumulá-los e garantir suas posições.

E isto acaba provocando a elevação dos intelectuais da classe média a uma posição privilegiada – e de forma distorcida e equivocada – como se eles fossem, em sua totalidade, os únicos capazes de compreender e desenvolver uma análise correta da realidade. É nesse sentido que as várias interpretações sobre a sociedade, realizadas pela maioria dos intelectuais, ao invés de contribuir para revelar o processo de exploração e opressão, o que fazem é ocultá-lo e, por conseguinte, reproduzi-lo como um discurso legítimo e consensual (MARQUES; BRAGA, 2013).

Tanto o culto a determinados saberes, teorias e concepções – que se manifesta com frequência no mundo escolar/acadêmico, onde as exigências reforçam a reprodução do saber institucionalizado – quanto a idolatria consequente dos valores hegemônicos acabam por dificultar uma percepção crítica de certos discursos e produções intelectuais que, também, marginalizam e desqualificam as análises que partem da perspectiva daqueles que são explorados, oprimidos e que não são considerados portadores de capital cultural.

Mais do que isso, as propostas dos intelectuais da nova classe média para o campo educacional – semelhante às propostas conservadoras e cristãs – também tentam regulamentar o conhecimento, decidindo quem pode pensar e o que é permitido pensar. Ou seja, para manter a conformação total dos trabalhadores, diante da alienação do seu trabalho, procuram constantemente monopolizar os meios de produção e reprodução da cultura, aí incluídas as instituições educacionais, moldando-as segundo os seus valores e interesses.

Metodologia

O presente trabalho centra-se em uma pesquisa de caráter qualitativo e de natureza analítico-descritiva que tem como base referencial bibliográfico a respeito da temática proposta. Buscam-se, portanto, resultados compreensíveis a partir das leituras, análises e reflexões sistematizadas destas referências.

Resultados e Discussões

Mesmo esses quatro grupos se interconectando e formando uma aliança estratégica, esta não tende a formar um bloco coeso e, assim sendo, não está garantida para sempre, pois sua consolidação depende de constante rearticulação e renovação de peças-chaves. Em outros termos, mesmo que em certos momentos haja uma concordância em determinados aspectos

ideológicos e políticos para garantir o *status quo* do bloco, este é formado por uma aliança em que há contradições de interesses políticos, econômicos e religiosos etc. E isto acaba gerando crises internas – conflitos particularistas –, mas que repercutem externamente como se fossem um problema de toda a sociedade. Es crises são minimizadas, historicamente, através de uma costura de pactos, acordos políticos e, principalmente, por meio de medidas e ações que beneficiam os interesses comuns de cada grupo (APPLE, 2003; GANDIN, 2011).

Assim, a articulação da “nova direita” vem produzindo o que Apple (2003) chama de “modernização conservadora”, isto é, um processo que perpetua a ideia de que se está modernizando e valorizando o social a partir de reformas e políticas públicas. Essa “modernização conservadora” é equivalente ao “reformismo” que, segundo Mészáros (2008), baseia-se na tentativa de postular uma reestruturação do capital com algumas mudanças paliativas em determinados fenômenos ou aspectos da sociedade. Através destas reformas apenas se ajustam “defeitos específicos” – sem nenhuma mudança significativa na base – de forma a modificar elementos sobre os quais possíveis reivindicações populares possam ser organizadas. Logo, essa “modernização” não está direcionada a tornar o social mais justo e igualitário; mas, ao contrário, tende a aumentar o processo de exploração e vigilância da classe trabalhadora, controlando as insatisfações e, por conseguinte, criminalizando e punindo as lutas sociais, o que garante a conservação e reprodução do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, a mercantilização da educação – na qual os interesses neoliberais, partidários e econômicos de grandes setores empresariais prevalecem – tende a sucatear a educação pública em favor de uma lógica do livre comércio e, assim, reduzir a educação a uma mera mercadoria e a instituição educacional a um grande mercado, cuja dinâmica fabril deve produzir a nova classe média – profissionais qualificados e intelectuais necessários à manutenção da máquina capitalista –, onde quem não se adapta aos padrões pré-estabelecidos é rapidamente descartado.

Em outras palavras, a lógica do processo educacional da “nova direita”, ao contrário dos discursos proferidos, não intenta promover transformações na ordem social, econômica e política que venham a favorecer aqueles que mais necessitam. Suas propostas tendem a um modelo estratificador e basicamente taylorista que leva o educando à alienação (APPLE, 2003). É nesse sentido que, conforme destaca Saviani (1991, 2001), a aparente crise na educação é, na verdade, o êxito de um projeto político; ou seja, aquilo que se pensa ser uma disfunção é, de fato, a própria função.

Por tudo isso, mais do que entender como as manobras e alianças políticas estão operando, Apple (2003) enfatiza também o aspecto contraditório da educação e a escola como um espaço de luta de classes que reproduz as relações conflituosas entre dominantes e dominados. E, principalmente, a luta incessante dos trabalhadores contra o processo de dominação, exploração e opressão que os afligem, não apenas no âmbito escolar, mas em todas as esferas da sociedade. E, assim sendo, é preciso articulações e organizações contra-hegemônicas de contestação e de resistência às políticas neoliberais, pois o espaço escolar pode assumir a função política de instrumento da crítica, já que ele contém em si todas as contradições inerentes à moderna sociedade capitalista.

Portanto, e de acordo com Alvite (1981), são justamente as contradições inseparáveis do discurso educacional e do sistema capitalista que impedem a escola e os indivíduos de reproduzirem, de maneira estática e imutável, a ideologia da classe dominante. Ou seja, apesar de se reconhecer que o sistema educacional moderno, a partir das escolas, reproduz a ideologia e os valores hegemônicos, ele também gera – devido às suas contradições– os elementos críticos que questionam, que se opõem e, enfim, que colocam em xeque essa hegemonia.

Considerações finais

Esta concisa análise procurou abordar o que Apple (2003) define como uma “Nova Direita” que se configura a partir de grupos políticos integrantes do bloco governista (sejam de direita ou de “esquerda”), do complexo financeiro/empresarial – cujas dimensões globais impõem adaptações e legislações locais – e também membros da sociedade civil formando, assim, uma aliança que integram *neoliberais*, *neoconservadores*, *populistas autoritários* e a *nova classe média*.

Nesse sentido, o objetivo aqui proposto foi o de analisar, ainda de maneira breve e superficial, cada um dos elementos constitutivos desta aliança, procurando compreender quais são suas posições e convicções em relação à escola e ao processo educacional como um todo. Logo, o texto aqui apresentado é uma introdução crítica e, por assim ser, não tem o desejo de nessas poucas linhas encerrar a discussão e o desenvolvimento do assunto; mas, espera-se, sobretudo, levantar novas perspectivas e indagações a respeito da temática proposta.

Referências

- APPLE, M. *Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.
- ALVITE, M. M. C. *Didática e Psicologia: Crítica ao psicologismo na educação*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- GANDIN, L. A. Michael Apple: a educação sob a ótica da análise relacional. In: REGO, T. C (org.). *Currículo e Política educacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MARQUES, E; BRAGA, L. (Orgs.). *Intelectualidade e Luta de Classes*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.
- MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OFFE, C. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: _____. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações*. São Paulo: Autores Associados, 1991.
- SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- WACQUANT, L. Forjando o Estado Neoliberal. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

As Rodas do Tempo e a Expressão da Cultura no Cerrado: A Romaria dos Carros de Bois de Mossâmedes – GO

Rozângela Aparecida de Oliveira
Haroldo Reimer

Resumo: O presente trabalho é fonte das minhas experiências vivenciadas na festa do padroeiro na cidade de Mossâmedes, São José, a cidade de Mossâmedes está localizada na mesorregião do Centro Goiano, distante a 145 km da capital, Goiânia. A ideia da realização da romaria dos carros de bois de Mossâmedes, na festa do padroeiro da cidade foi coordenada por um antigo morador e proprietário rural chamado Antônio Horácio Amorim, mais conhecido como “seu” Tota, no ano de 1991. A romaria dos carros de bois de Mossâmedes, além do recebimento da proteção divina e estandarte de espetáculo dentro da festa, se configuram como a expressão da cultura material e imaterial nos postulados dos tempos modernos. As primeiras maneiras de acessar o território goiano estiveram – em grande parte durante a história colonial no espaço goiano – condicionadas à utilização de canoas e muares (tropeiros), foi pensando na romaria dos carreiros e na importância que os carros de bois tiveram e ainda tem para os povos do cerrado que se justifica a escrita.

Palavras-chave: Romaria, Cultura, Carros de Bois.

Introdução

A ideia inicial deste objeto de estudo surge das minhas experiências vivenciadas a partir da minha participação na festa em louvor ao Santo padroeiro de São José, na cidade de Mossâmedes, localizada na mesorregião do Centro Goiano, distante a 145 km da capital, Goiânia.

A tradição festiva de ‘São José’ – como é chamada - neste ano de 2018 completou duzentos e oitenta e quatro anos de celebração (a festa acontece na última semana de agosto).

Como meus familiares pertenciam ao núcleo de devoção ao santo padroeiro, mas também como organizadores da festa, cresci me envolvendo naquele espaço assistindo e comungando dos rituais festivos sejam eles sagrados (as rezas, as missas, o ato novenário, o pagamento de promessas etc.), como também os emoldurados como profanos (os desfiles dos carros de bois, os shows musicais, as danças, a soltura de fogos de artifícios, o comércio ambulante em barraquinhas, dentre outras).

Todos os anos a festa é esperada por mim como um momento de grande expectativa, pois as pessoas da cidade comentam o ano inteiro e se sentem profundamente gratas em poder participar da festa e das diversas atrações propiciadas por sua chegada. Quando a festa termina não significa a potencialização do seu fim. Na verdade, é o recomeço para que a população local lembre seus ritos de passagens e já se prepare até que próxima romaria

aconteça. Como a população local, eu me incluo nos momentos vibrantes do acontecer da festa e também na memória dos seus ‘ritos de passagens’.

A romaria dos carros de bois de Mossâmedes, além do recebimento da proteção divina e estandarte de espetáculo dentro da festa, se configuram como a expressão da cultura material e imaterial nos postulados dos tempos modernos.

Todos estes acontecimentos fizeram parte da minha infância e se fazem presentes nos dias atuais como parte da minha formação cultural.

Desenvolvimento

É pela cultura, conforme mencionou Claval (2002), que compreendemos o sentido que as pessoas dão à sua existência. Nesse sentido, retorna-se a Claval (2007, p. 149), pois, “todos os fatos geográficos são de natureza cultural”.

A cultura e suas faces dinamizadoras reveladas nas linguagens, nas práticas, nos hábitos, nos costumes, nas tecnologias nos conduzem a pensar da seguinte maneira: não há como perceber o mundo a não ser através do filtro de alguma cultura.

E a romaria dos carros de bois de Mossâmedes é o testemunho de que a população presenciou a chegada dos tempos modernos, mas não perdeu a conexão com as expressões culturais, sobretudo no espaço do cerrado.

Quanto à delimitação do projeto será estruturado da seguinte maneira: no primeiro momento far-se-á uma leitura de modo mais fecundo sobre os aspectos da cultura dos carros de bois e sua incursão no território goiano, entre os séculos XVIII e XX, momento pelos quais os mesmos exerciam as principais funcionalidades tanto na lida do campo, como condutor da produção goiana entre as regiões do estado, bem como a busca de outros gêneros (sal para o gado, insumos para as lavouras e até mesmo alguns artigos de “luxo”, como roupas e calçados) que chegavam aos entrepostos das estações de trem.

Noutro momento, os carros de bois serviam como transportes de pessoas para as diversas atividades: festas rurais de santos padroeiros, casamentos, jogos de futebol, etc., num período em que a presença do automóvel era bastante limitada no estado.

Na segunda, será pertinente uma abordagem do entendimento de cultura, uma vez que é a partir dela (da cultura) que o objeto em questão (carro de bois) será amparado e terá ressonância. Pois, segundo Barbosa (2014), é pela cultura que as populações interagem com a natureza, fazem a sua mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular.

Na última subdivisão que se segue na delimitação do tema, faremos uma discussão sobre o território enquanto uma categoria de análise geográfica que julgamos mais apropriada para compreender o objeto proposto.

Inicialmente, adotaremos a título de exemplo, dois autores que farão jus a nossa justificativa quanto à opção pela categoria.

Haesbaert (2004) diz que o conceito de território é demasiadamente amplo e tem sido apreendido por várias áreas do conhecimento, sendo que cada uma apresenta uma perspectiva própria.

Em Santos (1994), o entendimento do território passa pela análise dos seus objetos, das suas ações bem como a constituição de redes onde o mesmo está inserido, e pode ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado. Decorre desse entendimento a expressão utilizada por aquele autor de *'território usado'*.

A cidade de Mossâmedes se presta, nos dias da comemoração do padroeiro de São José, aos anseios de uma população ávida pela festa e pelos desfiles da romaria dos carros de bois que sintetizam uma das faces culturais das expressões do cerrado.

Desde o começo de sua colonização de modo mais específico com a exploração aurífera, iniciada em 1725, o território goiano sofria com a carência de meios de transportes e comunicação. Sua posição na geografia do Planalto central brasileiro, distante das grandes metrópoles de destaques nacionais (a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro) são as justificativas comentadas pela historiografia goiana.

As primeiras maneiras de acessar o território goiano estiveram – em grande parte durante a história colonial no espaço goiano – condicionadas à utilização de canoas e muares (tropeiros), conforme analisou Barbosa (2007 e 2014). Em função do tamanho das dimensões e das distâncias entre os poucos municípios goianos da época e de outras opções de transportes mais modernos, os carros de bois passaram a ser a alternativa (ou, às vezes, a única).

Ramos (1984), atento à vida social do sertanejo goiano no século XVIII, destacou que as marcas no território goiano eram comprovadas pelos carris profundos deixados à passagem pela roda ferrada dos pesados carros de bois. Ainda assim, segundo Nogueira (2003), os carreiros, juntamente com os tropeiros, foram os grandes promotores da Marcha para o Oeste, entre os séculos XVIII e XIX.

Para Borges (2000), os carros de bois e as tropas eram os meios de transportes disponíveis em Goiás, ambos com capacidade de carga restringida por volume. Um tempo

depois, com o desenvolvimento do transporte ferroviário e rodoviário em Goiás, mesmo favorecendo as comunicações apenas na parte sul e central do Estado de Goiás, a importância dos carros de bois persistiu, por muito tempo, no contexto rural do cerrado goiano. Segundo o relato de França (2008), era comum nos terminais ferroviários e nas estradas boiadeiras, o apito do trem ser confundido com a manhosa cantiga dos carros de bois.

Diante dos fatos em que evidenciam a presença, a importância e a participação dos carros de bois, no cenário goiano e também da cidade de Mossâmedes, surge a primeira indagação (um problema): Qual é a representatividade simbólica do carros de bois para os diversos atores sociais participantes desta expressão cultural?

Dessa indagação surgem outras três: Qual era a importância social e econômica dos carros de bois na história da cidade e região?

Como e por que esta expressão cultural resiste à massificação da atualidade?

Trata-se de uma expressão “autêntica” ou é um folclore religioso para inserir a cidade no circuito do turismo cultural e religioso?

Diante das indagações, para a maioria dos atores sociais envolvidos, os carros de bois remetem para memórias constituidoras da identidade rural goiana, fazendo emergir a importância dos mesmos na vida social e econômica na cidade e região. Esta expressão se configura como resistência ou permanência cultural em face da massificação, embora também se verifique aspectos utilitaristas para sua inserção no calendário turístico religioso em Goiás.

Dentre os objetivos estão: Analisar a manifestação da romaria dos carros de bois de Mossâmedes como uma expressão cultural no cerrado.

- averiguar a história dos carros de bois em Goiás (a partir do século XVIII) e suas funcionalidades na vida diária do território, enquanto meio de transportes de cargas e de passageiros da época;

- entender a importância da cultura, encenada na romaria dos carros de bois, e sua significação para vários sujeitos sociais envolvidos na festa de romaria: moradores, romeiros, turistas, comerciantes (informais ou não), políticos regionais e locais etc.;

- discutir sobre as vantagens e as desvantagens da não utilização dos carros de bois nas vidas diárias, como eram em tempos idos (lentos e poucos meios de transportes), em comparação aos tempos modernos (do automóvel, do asfalto e da pressa);

- refletir acerca da importância dos carros de bois nos momentos atuais, enquanto expoentes de uma expressão cultural no cerrado via festa de romaria, na cidade de Mossâmedes – GO.

Muitos autores da ciência geográfica e de outras instâncias das ciências sociais tecem abordagens acerca do conceito de território. Por exemplo as de Almeida (2006), Raffestin (1993), Haesbaert (1997 e 2004), Santos (1977, 1984, 1988, 1996 e 2001), Saquet (2001, 2003 e 2007).

No entanto, não podemos esquecer contribuições de igual importância na geografia, como as de Paul Claval, David Harvey, entre outros, que reelaboram os postulados geográficos mostrando e explicando aspectos relacionais e processuais da formação e dominação do espaço geográfico ou do território, sem perder de vista os aspectos culturais.

Em Raffestin (1993, p. 223), há um entendimento do espaço como substrato, onde o palco situa-se como pré-existente ao território: “A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um dado, pois preexiste a toda ação humana”. Nesse sentido, ela equivale ao espaço.

No entanto, é possível apropriar das abordagens desse autor e retirar das entrelinhas a presença e a dominação restrita ao Estado-Nação, gerindo e administrando todas as maneiras no que concerne ao controle social.

Mesmo considerando as contribuições de Raffestin inegáveis aos estudos geográficos do território, Saquet (2007, p. 77) considera que seu conceito é superficial acerca daquela categoria, uma vez que essa superficialidade está alicerçada entre natureza-superfície, recursos naturais, onde a cultura passa despercebida. “O espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato. Ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis” pondera Saquet.

O conceito de território, numa abordagem econômico-material, ampliando a discussão da conceituação categórica em geografia, busca em Santos (1994) o conceito de território ‘usado’. Conforme aquele autor, o território significa objetos, ações e a constituição de redes, e pode ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado ou, ainda, como é denominado por Saquet (2007) “quadro de vida e híbrido”.

Santos e Raffestin acrescenta que o território passa a ser analisado sob uma perspectiva materialista do seu desenvolvimento, deixando quase que a deriva a associação com os aspectos humanísticos.

A pesquisa aqui proposta trata de estudo de caráter qualitativo, buscando a compreensão dos fenômenos da área em foco, através de sua descrição e interpretação. Assim, o objeto de estudo, *As rodas do tempo e a expressão da cultura no cerrado: a romaria dos*

carros de bois de Mossâmedes – GO, será investigada mediante os objetivos propostos, pautado por algumas etapas e procedimentos metodológicos, e, claro, acatando as sugestões proferidas pelo (a) orientador (a).

A primeira etapa trata-se da definição da base teórico-metodológica da pesquisa, que será buscada nas disciplinas apresentadas, estudo em várias fontes bibliográficas que dê embasamento para reflexão e entendimento acerca de carros de bois, cultura, território. Para tanto, faremos uso das contribuições teóricas de autores citadas nas referências, dentre outros que forem recomendados pelo pretenso orientador.

A segunda etapa se baseará em pesquisa de campo, vivenciando a romaria dos carros de bois -, aplicando questionários, fazendo uso do empirismo junto aos participantes (romeiros, moradores, turistas, comerciantes).

Somados aquelas ações estarão os entrelaçamentos dos relatos que venha comprovar a nossa tese de que as rodas do tempo se constituem como um componente identitário da cultura e evidencia a força do lugar diante das forças do mundo contemporâneo. Diga-se de passagem: um mundo apressado.

Considerações finais

Para Borges (2000), os carros de bois e as tropas eram os meios de transportes disponíveis em Goiás, ambos com capacidade de carga restringida por volume. Um tempo depois, com o desenvolvimento do transporte ferroviário e rodoviário em Goiás, mesmo favorecendo as comunicações apenas na parte sul e central do Estado de Goiás, a importância dos carros de bois persistiu, por muito tempo, no contexto rural do cerrado goiano. Segundo o relato de França (2008), era comum nos terminais ferroviários e nas estradas boiadeiras, o apito do trem ser confundido com a manhosa cantiga dos carros de bois.

Diante dos fatos em que evidenciam a presença, a importância e a participação dos carros de bois, no cenário goiano e também da cidade de Mossâmedes, surge a primeira indagação (um problema): Qual é a representatividade simbólica dos carros de bois para os diversos atores sociais participantes desta expressão cultural?

Dessa indagação surgem outras três: Qual era a importância social e econômica dos carros de bois na história da cidade e região?

Como e por que esta expressão cultural resiste à massificação da atualidade?

Trata-se de uma expressão “autêntica” ou é um folclore religioso para inserir a cidade no circuito do turismo cultural e religioso?

Diante das indagações, para a maioria dos atores sociais envolvidos, os carros de bois remetem para memórias constituidoras da identidade rural goiana, fazendo emergir a importância dos mesmos na vida social e econômica na cidade e região. Esta expressão se configura como resistência ou permanência cultural em face da massificação, embora também se verifique aspectos utilitaristas para sua inserção no calendário turístico religioso em Goiás.

Referências

ALMEIDA, Jaime de. Todas as Festas, a Festa? In: SWAIN, Tânia Navarro (org). **História no Plural**. Brasília: UNB, 1994.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 103-114, 2005.

BARBOSA, Romero Ribeiro. **Rali de jegues de Turvânia – GO: a refuncionalização da paisagem para o lazer e turismo no Mato grosso Goiano**. 2007, 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

BARBOSA, Romero Ribeiro. Tempos e movimentos: uma breve digressão cultural dos carros de bois no território goiano. **Revista Mirante**, Anápolis (GO), v. 7, n. 2, dez. 2014. ISSN 19814089. Disponível em: file: <///C:/Users/NADIA/Downloads/3178-Texto%20do%20artigo-9532-1-10-20150101.pdf> Acesso em: 14 de março de 2019.

BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

CASTRO, Laura Viveiros de. **Cultura Popular: Um Olhar sobre a Cultura Brasileira**. MEC, 2000.

CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora UFPR, 2002, p. 11-43.

DAMANTE, Hélio. **Folclore Brasileiro**. São Paulo: Ministério da Cultura, 1980.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Paullinas, 1989.

ELÍADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a Essência das Religiões. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANÇA, R. D. **As trajetórias socioespaciais dos carreiros da fé da Romaria do Divino Pai Eterno, em Trindade – Goiás**. 2008, 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

GAARDER, Jostein et.al. **O Livro das Religiões**. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

HAESBBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MANESCHY, Maria Cristina. Capital cultural e economia: a Sociologia Econômica de Pierre Bourdieu. **Sociologando**. Disponível em: <www.sociologando-online.blogspot.com.br/2010/12/capital-cultural-e-economia-sociologia.html>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

MEYER, Marlyse. **Caminhos do Imaginário no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1986.

MORAES FILHO, Melo. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Loyola. In: Cadernos do ISER, 1996.

MORIM, E. **Ciência como consciência**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NOGUEIRA, Willson Cavalcanti. **Mestre carreiro**. Goiânia: Autor, 2003.

OLIVEIRA, R. A. **O rural e o urbano na festa do Divino Espírito Santo, na cidade de Mossamedes – GO**. 2003. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Universidade Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Hugo de Carvalho. **Tropas e boiadas**. Goiânia: Cultura Goiana, 1984.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Lisboa - Portugal: Edições 70, 1976.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et al. (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, 1994, p. 15-20.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Tira a tesoura da mão e investe na educação: uma breve análise sobre o PIBID e os cortes propostos pelas políticas governamentais

Amanda Vieira Leão⁵
Marco Aurélio Dias Zózimo⁶

Resumo: A prática docente se manifesta de extrema importância para a formação profissional do licenciando. O presente trabalho objetiva compreender o papel e as principais contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), utilizando-se como exemplo o Subprojeto PIBID Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH). Além disso, visa analisar os movimentos reivindicatórios com foco nos impactos e nas lutas contra os cortes direcionados à educação. Parte-se do pressuposto de que o PIBID é uma política pública importante para a formação inicial de professores, pois possibilita o contato com o ambiente escolar, seus desafios, seus sujeitos, os processos e metodologias que norteiam a educação. Desta maneira, os cortes de recursos destinados à educação afetam tanto as universidades, como também as escolas de educação básica.

Palavras-chave: Educação; PIBID; Formação de Professores; Políticas Públicas.

Introdução

A formação de professores continua sendo um dos maiores desafios no que diz respeito à melhoria da educação no Brasil. A problemática se instaura quando há o distanciamento entre os saberes universitários e os fazeres escolares. O distanciamento promove a dicotomia entre teoria e prática, desconsiderando os aspectos econômicos, sociais e culturais dos sujeitos que compõem a comunidade escolar. Isto é, a articulação teórico-prática é relevante para uma formação docente não fragmentada e desarticulada com a realidade das escolas de educação básica (SARTORI, 2011).

Assim, surgiram várias propostas no sentido de transformar e valorizar a formação docente. Dentre elas, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O PIBID visa mudar essa realidade dicotômica de aplicação, pela e na escola, dos conhecimentos produzidos na academia.

⁵ Mestranda em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC) pela UEG - Campus Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET). Especialista em Educação Ambiental e licenciada em Geografia pela UEG - CCSEH. Bacharel em Direito pela Faculdade Anhanguera de Anápolis (FAA). E-mail: amandaa.leao@hotmail.com

⁶ Mestrando em Ensino e Aprendizagem em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Licenciado em Geografia pela UEG - CCSEH. E-mail: marcoaurelio.madz@outlook.com

Como política do governo federal, o PIBID representa um avanço significativo na melhoria da formação de professores, considerando o exercício inicial da docência como uma etapa relevante do processo de *saber-fazer*, *saber-ensinar* e *saber-ser* professor. Concomitantemente, o Programa se constitui como um “atestado” de que a universidade e a escola ainda se encontram distantes. A Portaria nº. 46, de 11 de abril de 2016, que aperfeiçoa e atualiza as normas do PIBID deixa isso evidente, uma vez que objetiva promover “[...] a integração entre educação superior e educação básica” e também “contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes [...]” (CAPES, Portaria nº 46/2016, Art. 4º, III e VI). Nestes termos, a Portaria atesta que a dicotomia está presente na relação universidade e escola e, por consequência, entre teoria e prática.

Nos últimos anos, os cortes na educação estão sendo cada vez maiores, os quais tem refletido no PIBID. De acordo com uma notícia redigida por Tada (2019) e publicada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), de 2014 para cá, os dados do MEC revelam que a rede federal teve queda nos investimentos em torno de 15%, passando de R\$ 39,2 bilhões para R\$ 33,4 bilhões.

Assim, o presente estudo visa analisar as principais contribuições do PIBID, tanto na formação inicial de professores quanto na formação dos alunos da rede básica de educação, especificamente em relação ao Subprojeto PIBID Geografia da UEG-CCSEH. Além disso, busca abordar os impactos, as lutas e as resistências frente aos cortes propostos pelas políticas governamentais direcionadas à educação, enfocando os reflexos no PIBID.

O papel do PIBID na formação inicial de professores

A formação de professores, muitas vezes, é fragmentada e descolada das possibilidades concretas do licenciando *aprender a aprender*, *aprender a fazer*, *aprender a ensinar* e *aprender a ser* por meio do contato com as dificuldades e os desafios da realidade escolar. Dessa forma, necessita-se de mudanças em relação às concepções das práticas formativas vigentes nas universidades.

Callai (2013) explana que a formação de professores decorre do pensar e teorizar a própria prática. A reflexão sobre os aspectos teóricos e práticos, vivenciados na realidade escolar, são relevantes para o conhecimento da realidade e para a transformação desta. “Entre teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como

passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas.” (VASQUEZ *apud* SAVIANI, 1997, p. 51).

Segundo Sartori (2011) conhecer a realidade se constitui como pressuposto indispensável à inserção do licenciando no contexto socioeducacional e ao exercício da docência. A realidade vivida e percebida na escola é o ponto inicial para que o professor, provido de fundamentação teórica, possa intervir e propor estratégias de ação que promovam efetivas e concretas contribuições no cotidiano da sala de aula. Preparar o licenciando para os fazeres escolares implica diretamente num processo complexo regado por desafios, resistências, tentativas, rupturas, erros, frustrações, reflexões e êxitos. Esse tem sido o papel do PIBID na formação docente.

O PIBID possui os elementos essenciais – licenciando em formação (bolsista); professor universitário (coordenador); e o professor da escola básica (supervisor) – para criar as devidas condições para uma formação inicial consistente e articulada. Além disso, o programa possibilita o diálogo entre universidade e escola, viabilizando a proposição e execução de ações interventivas.

Diante de um cenário de constantes transformações, o ensino de Geografia perpassa por profundos rompimentos em sua postura teórica metodológica no que tange à prática docente. Dessa maneira, cabe ao bolsista PIBID, seja ele aluno da graduação, ou até mesmo estagiário, ser mediador no processo de ensino e aprendizagem de conteúdos geográficos em sala de aula. Logo, tal mediação parte do pressuposto da importância de uma formação de professores consolidada em bases teóricas que sustentam uma didática e prática dentro do ambiente escolar. Sendo assim, é possível correlacionar os conhecimentos aprendidos nas disciplinas enquanto alunos da graduação, para com a prática em sala de aula na escola.

Nesse sentido, o PIBID tem como objetivo aperfeiçoar a formação inicial de professores, dando novas possibilidades aos licenciandos de se familiarizem com o ambiente escolar, os seus sujeitos, processos e metodologias que norteiam a educação básica. Em outras palavras, o programa busca incentivar a iniciação à docência por meio de propostas teóricas e metodológicas e ações didático-pedagógicas que aproximam os alunos de graduação com a realidade escolar.

O PIBID Geografia da UEG-CCSEH no cotidiano das escolas-campo

A Universidade Estadual de Goiás mediante o curso de Geografia do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, incorporou o PIBID em 2014, com o compromisso de promover: a qualidade e valorização dos fazeres escolares; o incentivo a iniciação à docência; a aproximação entre universidade e escola de educação básica; a articulação teórico-prática, refletindo na qualificação profissional numa perspectiva holística.

O cancelamento do Subprojeto do PIBID Geografia ocorreu no ano de 2018. Antes do cancelamento, o PIBID Geografia atuava em parceria com dois colégios da rede estadual de educação: Colégio Estadual Polivalente Frei João Batista, situado no bairro Maracanã, Anápolis/GO, durante os anos de 2014 até o primeiro semestre de 2017; e Colégio Estadual Genoveva Rezende Carneiro, situado no Setor Tropical, Anápolis/GO, durante o último semestre de 2017 até o início de 2018.

Ambos os colégios buscavam melhorar a qualidade no processo de ensino e aprendizagem para a formação dos alunos e, viram no Subprojeto do PIBID Geografia, a possibilidade dessa melhoria acontecer. Assim, firmaram parceria com a UEG e os integrantes do PIBID, a qual viabilizou propostas metodológicas capazes de promover um maior desenvolvimento de práticas interdisciplinares por intermédio da utilização de novas linguagens como, por exemplo, a cartografia e a educação ambiental no ensino de Geografia.

Em 2014, o Subprojeto contava com doze bolsistas de iniciação à docência, duas professoras supervisoras e uma professora coordenadora. No início de 2016, sofreu um corte de quatro bolsas, passando a ter apenas oito bolsistas. Ainda no mesmo ano, o Subprojeto passou a ter somente uma vaga para professor supervisor devido ao ajuste de cotas realizado pela CAPES (Ofício Circular nº 3/2016-CVD/CGV/DEB/CAPES). Quando ocorreu o cancelamento do PIBID Geografia, havia oito pibidianos bolsistas e quatro voluntários, uma professora coordenadora e um supervisor.

As atuações nas escolas-campo variavam desde o acompanhamento em sala de aula das turmas de Ensino Fundamental e Médio a outras atividades de intervenção extraclasse, como realização de oficinas e trabalhos de campo, etc. Em sua essência, o Subprojeto viabilizava a investigação, o aprofundamento e a discussão teórica, a produção de conhecimento e a intervenção pedagógica na realidade da escola.

A parceria com as escolas-campo do PIBID Geografia foi fundamental para a propositura e o desenvolvimento de atividades de intervenção. As atividades interventivas

tiveram como finalidade delinear a intencionalidade das ações a serem implementadas nas escolas-campo. Assim, o Subprojeto possibilitou uma formação docente pautada na observação, compreensão, reflexão e ação no que diz respeito à realidade escolar.

Abordar atividades de intervenção que relacionem conteúdos acadêmicos com os conteúdos aplicados nas escolas-campo foi um dos principais objetivos do Subprojeto PIBID Geografia. Nesse contexto, a experientiação, a reflexão e a discussão foram essenciais no processo de elaboração e desenvolvimento das atividades.

Na construção da experiência em sala de aula com turmas do Ensino Fundamental e Médio, os pibidianos realizavam observações nas aulas de Geografia; elaboravam registros/relatórios consubstanciados com o intuito de relacionar o conteúdo acadêmico com o conteúdo escolar; identificavam, refletiam e discutiam sobre métodos e metodologias de ensino para propor atividades que propiciassem uma aprendizagem com significado para o aluno. Isto é, que o instigasse a participar e interagir com os professores e colegas no momento de execução das atividades. Além disso, todas as ações nas escolas-campo tinham o intuito de despertar a criticidade do sujeito em relação ao ambiente que o cerca.

O Subprojeto PIBID Geografia também visou incentivar e propiciar a inserção dos licenciandos em práticas de pesquisa relacionadas à docência. Os pibidianos elaboravam propostas de intervenção e as executavam, produzindo relatórios das práticas realizadas, artigos, resumos e relatos de experiência para serem apresentados e publicados em eventos científicos. A título de exemplo, vale destacar a participação no VI Encontro Nacional das Licenciaturas, V Seminário Nacional do PIBID e IV Encontro Nacional dos Coordenadores do PIBID, realizado em dezembro de 2016, com apresentação e publicação do relato de experiência intitulado “O PIBID na formação de professores de Geografia: nosso olhar, nossa prática na escola-campo”. Assim, o PIBID Geografia contribuiu com a formação inicial de professores pesquisadores.

Desta maneira, o programa proporcionou momentos, tanto aos bolsistas quanto aos professores (supervisor e coordenador), de questionamentos e reflexões para buscar compreender a prática docente. A vista disso, colaborou (e ainda colabora) para um posicionamento consolidado diante das políticas educacionais propostas pelo governo federal nos últimos anos, proporcionando embasamentos teóricos e metodológicos sobre a temática em questão. Assim sendo, elevando a qualidade do profissional e sua produção docente, como também contribuindo com uma formação cidadã mais consciente.

Fica PIBID: impactos, lutas e resistências frente aos cortes na educação

As leis não bastam.
Os lírios não nascem da lei. [...]
Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!
Mas eu não sou as coisas e me revolto.
- *Novo Tempo* de Carlos Drummond de Andrade

Esse fragmento do poema de Drummond se mostra tão atual em relação à educação no Brasil. Coisificados⁷, os professores passaram a fazer parte das classes oprimidas, ao lado de outras que estão nessa posição há muito tempo e que, em fase avançada de organização, lutam e resistem pela formação de pontas históricas de superação e transformação. Os autores da presente produção textual, enquanto professores e ex-pidianos, sentem a necessidade de se posicionarem diante do desmonte da educação proposto pelo governo federal. Em referência ao título deste artigo, deixou-se claro o posicionamento: “Tira a tesoura da mão e investe na educação!”, pois exige-se respeito. Educação não é gasto, é investimento. Professores e estudantes não são coisas, eles revoltam e vão à luta.

Segundo Silva (2011b) um debate sério somente se configura por meio de argumentos fundamentados na realidade concreta. Para o autor, se o objetivo é discutir um problema nacional, defendendo uma determinada posição, espera-se que seja abordado a partir de fatos concretos para sustentar tal posicionamento. Do contrário, a argumentação não pode ser chamada de séria e ganha o *status* de especulação. Nesse sentido, apresenta-se a seguir uma breve contextualização das políticas que visam o desmonte da educação brasileira nos últimos anos, com foco no PIBID.

Em maio de 2015, estudantes de todo o país se mobilizaram frente ao corte de R\$ 9 bilhões no orçamento da educação, fruto dos ajustes fiscais promovidos pelo governo Dilma. Na ocasião, diversas instituições e movimentos sociais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outros, convocaram os professores, estudantes e a população de todo o Brasil para a luta.

⁷“O que significa coisificar o professor? Significa triturar a sua consciência de modo a impedi-lo de exercer a prática da liberdade; significa, mais especificamente, afastar a sua possibilidade de luta por uma nova concepção de vida e do homem. Amortecido o seu poder de ação libertária, seria fácil fazer permanecer a realidade idealizada pelo militarismo parasitário e pela burguesia privilegiada [...]” (SILVA, 2011a, p. 28-29).

Em Goiânia, capital do estado de Goiás, foi realizada a campanha “Nenhum centavo a menos para a educação! Eu quero 10% do PIB” em resposta ao corte de R\$ 9 bilhões no setor. Na capital federal, foi montado um acampamento em frente ao Ministério da Fazenda, no mês de junho. O acampamento foi denominado de “Ocupe Brasília”, representando uma ofensiva contra os cortes (BARS, 2019a).

Em paralelo a esses acontecimentos, o PIBID também foi alvo, sofrendo cortes e atrasos no pagamento das bolsas. Em reunião realizada no dia 23 de novembro de 2015, entre representantes da CAPES e do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do PIBID (FORPIBID)⁸, foi apresentado o orçamento previsto para o ano de 2016. Na reunião, discutiu-se a respeito da redução da ordem de 274 milhões (45%) de recursos destinados ao Programa PIBID (FORPIBID, 2015).

Os representantes da CAPES apresentaram como solução, o desligamento de bolsistas que completassem (ou que já tivessem completado) 24 meses a partir de março de 2016, visando reduzir gastos mês a mês para manter o programa até dezembro do mesmo ano. A medida tinha como consequência o corte de até 80% das bolsas em algumas Instituições de Ensino Superior (IES) e nacionalmente representava o desligamento de 45.000 bolsistas (FORPIBID, 2015).

O Ofício Circular nº 2/2016CGV/DEB/CAPES foi enviado a todos os coordenadores de Subprojetos do PIBID via e-mail, o qual tratava de corte de pelo menos 50% das bolsas do PIBID e do PIBID DIVERSIDADE. Na prática, as IES já estavam impedidas de fazer a inserção de novos bolsistas no sistema da CAPES, o que criou vários problemas para a gestão dos Subprojetos institucionais. Essas medidas representaram um desrespeito à Portaria nº 096/2013 da própria CAPES, bem como aos Termos de Cooperação Técnica assinados com as IES (FORPIBID, 2016).

De acordo com o regulamento do PIBID (Portaria CAPES nº 096/2013⁹, Anexo I, art. 11), as equipes de cada Subprojeto do programa têm que ter necessariamente cinco estudantes de licenciatura (bolsistas de iniciação à docência), um docente da universidade (professor coordenador) e um professor da escola (professor supervisor). Com os desligamentos compulsórios e a restrição de que não poderia haver novas contratações devido à adequação orçamentária, inicialmente muitas áreas do conhecimento seriam excluídas e

⁸ O FORPIBID é um grupo que atua como interlocutor entre os projetos do PIBID e a CAPES, para os coordenadores.

⁹ Esta era a Portaria vigente à época dos cortes. Ela foi revogada pela Portaria Gab nº 45/2018.

numa esfera mais ampla, a medida poderia excluir do programa IES inteiras, assim como muitas escolas da rede pública onde as atividades são realizadas. Essas medidas fragilizam o PIBID e apontam para um desmonte do programa, enfraquecendo-o aos poucos.

Nesse período, o Subprojeto do PIBID Geografia da UEG-CCSEH perdeu quatro vagas de bolsistas. O desligamento de licenciandos que completaram 24 meses e o impedimento de cadastrar novos bolsistas no sistema da CAPES implicaram a redução de 33,3% do quantitativo de bolsas do Subprojeto. É evidente como o corte de verbas destinadas à educação afeta de maneira drástica a vida dos estudantes e professores que participam do PIBID, bem como das escolas-campo.

O anúncio do corte nas bolsas do programa gerou diversos protestos em várias cidades brasileiras. Em 2016, professores, estudantes e movimentos sociais se uniram para dizer não ao retrocesso do pacote imposto pelo governo Michel Temer¹⁰. Protestos, passeatas e até a ocupação do escritório da presidência, em São Paulo, marcaram o ano. Após muita pressão, o governo federal decidiu suspender o Ofício Circular nº 2/2016CGV/DEB/CAPES, mas é visível os impactos negativos ocasionados nos Subprojetos do programa.

No entanto, a CAPES informou via Ofício Circular nº 3/2016-CVD/CGV/DEB/CAPES, com orientações sobre como proceder o ajuste de cotas. Vale lembrar que a CAPES bloqueou as inclusões de bolsistas de dezembro de 2015 até março de 2016. Porém, devido à grande manifestação nacional e empenho do FORPIBID juntamente com Fórum de Reitores e Secretarias, bem como as audiências públicas, retomou-se uma nova fase de negociação. Para o ajuste, a CAPES tomou como base o montante financeiro da folha de pagamento de fevereiro de 2016 e, solicitou a realização de adequações do número de bolsistas dos Subprojetos dentro desse valor estipulado, seguindo a proporcionalidade de bolsistas exigida pela Portaria CAPES nº 096/2013.

Para atender esses requisitos, a CAPES permitiu a transferência de cotas de bolsa entre os Subprojetos da mesma IES, bem como a transformação de bolsas de coordenação e de supervisão em bolsas de iniciação à docência, respeitando a equivalência em termos orçamentários. Por exemplo, uma bolsa de professor coordenador pode ser transformada em

¹⁰ O vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente o cargo de presidente no dia 12 de maio de 2016, devido ao afastamento da presidenta Dilma até que o processo de *impeachment* fosse julgado. O processo foi proposto pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e os advogados Janaína Paschoal e Miguel Real e Júnior, acusando a presidenta de ter cometido crimes de responsabilidade por pedaladas fiscais; e por créditos suplementares sem autorização legislativa. Manifestações a favor e contra o impedimento ocorriam frequentemente no país. Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff perdeu o cargo de Presidenta da República.

três bolsas de iniciação à docência e uma bolsa de supervisor poderá ser transformada em uma bolsa de iniciação à docência. Não foi permitida a transformação de bolsas iniciação à docência em outras modalidades. Após esses ajustes, o sistema foi liberado em todas as suas funcionalidades, inclusive para a inserção de bolsistas.

Ao verificar a tabela de adequação dos Subprojetos da UEG, constatou-se uma perda de 139 bolsistas: 2 professores coordenadores; 20 professores supervisores; e 117 de iniciação à docência. No reajuste, verificou-se que 18 Subprojetos estavam com um número inferior ao mínimo estipulado pela Portaria CAPES nº 096/2013. Adotou-se como critério recompor esses 18 Subprojetos com as vagas disponíveis de supervisores, coordenadores de área que serão excluídos e vagas remanescentes da exclusão do mês de março de 2016. Assim, foi possível manter os 61 Subprojetos da UEG em funcionamento.

Os atos públicos realizados em vários estados brasileiros revelaram o espírito aguerrido dos pibidianos professores e estudantes. O movimento em defesa do PIBID se destacou na história da educação brasileira, principalmente por conquistar o reconhecimento do Programa. O esforço de articular ações organizadas e abrangentes envolveu as bases parlamentares nos estados, a busca de apoio e a construção de diálogos com as escolas, as entidades e a sociedade. O movimento criou meios de protesto, atuando politicamente de forma coerente, responsável, comprometida, criativa e crítica. A experiência foi formativa no sentido de mostrar, na prática, novas possibilidades de resistência e luta pelo respeito aos professores, reforçando a certeza de que “juntos somos mais fortes!”.

A proposta autoritária de reforma do ensino médio também entrou na pauta estudantil. Diversos protestos ocorreram em todos os estados do país. Em todo o Brasil escolas e universidades foram ocupadas por estudantes que lutavam contra os retrocessos na educação e a “PEC da maldade”.

Os Projetos do PIBID que foram aprovados nos editais CAPES nº 61 e 63/2013, tinham período de vigência de quatro anos, com início em 2014 e término em 2018. No entanto, o reajuste de cotas feito em 2016 nos Subprojetos provocou alterações significativas no cronograma de desenvolvimento das atividades propostas inicialmente, o que inviabilizou a conclusão destas dentro do prazo de quatro anos. Além disso, sobrecarregou os bolsistas, pois no caso do PIBIG Geografia da UEG-CCSEH, as tarefas que antes eram realizadas por 12 passaram a ser feitas por 8 pibidianos. Em outros Subprojetos, o impacto foi ainda maior. Diante dessa situação, por meio de pedido protocolado em 17 de janeiro de 2018, solicitou-se a prorrogação da vigência dos editais até a finalização do processo seletivo dos novos projetos

institucionais em agosto de 2018, conforme previsão anunciada pela Diretoria de Educação Básica da CAPES.

A CAPES decidiu por não prorrogar os editais. Segundo o Informe nº 03/2018 do FORPIBID é fato que há previsão orçamentária para os programas em 2018, como apresentado em reunião com a CAPES realizada em janeiro de 2018. Logo, não existem argumentos nem pedagógicos, nem orçamentários. Não há razões plausíveis e fundamentadas para a interrupção do programa.

Tal decisão foi insensível diante dos inúmeros argumentos e manifestações de diversas entidades, comunidades escolares, IES, parlamentares, câmaras de vereadores, as 318 mil assinaturas dos abaixo-assinados, enfim, de todos aqueles que defendem o PIBID como uma política pública de qualidade, com impacto social significativo na formação inicial e continuada de professores no Brasil.

A interrupção do programa implicou sérios prejuízos pedagógicos. De um lado, teve-se o desligamento de cerca de 70 mil bolsistas em 28 de fevereiro de 2018 e ou por desvincular as mais de 5 mil escolas de seu principal parceiro dos últimos anos: os pibidianos. Todos sabem que o planejamento escolar é realizado em janeiro/fevereiro e a não participação do PIBID como parceiro estratégico nas atividades escolares teve impacto. De outro, quebrou-se um ciclo de trabalho nas licenciaturas, ao retirar as condições materiais e acadêmicas de licenciandos, que veem no PIBID sua referência de formação docente.

O descaso é a pior manifestação frente àqueles que visam o diálogo, certamente, suscita a insatisfação. A greve, os protestos, os movimentos são apenas algumas formas de demonstrar insatisfação. A revolta permanece com ou sem essas demonstrações. “O cerco de estacas ideológicas é fincado quase que invisivelmente ao longo dos anos. De repente não existe mais espaço para um trabalho transformador e criativo. Sob a avalanche opressiva. Nada mais do que o silêncio e o retrocesso [...]” (SILVA, 2011a, p. 25). Mesmo em tempos sombrios e de incertezas, continua a luta por um programa que muito contribui com a formação de professores e preocupa com a distribuição de renda, na tentativa de garantir a todos os alunos da educação básica um profissional com alto grau de qualificação.

Mais recentemente, foi anunciado pelo MEC um corte no orçamento das universidades e institutos federais de todo o Brasil. Se esse cenário não for revertido, qual será o impacto nos programas sociais semelhantes ao PIBID? E em relação às demais pesquisas de outras áreas igualmente relevantes para a sociedade? São muitas as dúvidas, os questionamentos, as incertezas e as insatisfações, enfim, a revolta continua. E a luta também!

No dia 15 de maio de 2019, Dia Nacional em Defesa da Educação, a aula foi na rua. A UNE estima que cerca de 1,5 milhão de pessoas estiveram nas ruas em todo país, entre estudantes, professores e movimentos sociais. Todas as universidades e institutos federais paralisaram suas atividades contra os cortes anunciados. O movimento foi forte e cheio de disposição, sendo denominado de “Tsunami da Educação”. Os atos aconteceram nas 27 unidades federativas brasileiras. Em 250 cidades do país aconteceram manifestações, incluindo todas as capitais. Esse 15 de maio é histórico e os manifestantes declararam que não recuarão enquanto a medida não for revogada pelo governo Bolsonaro (REDAÇÃO, 2019).

Em resposta aos protestos do dia 15 contra os cortes anunciados no orçamento da Educação, manifestantes ocuparam as ruas de várias cidades brasileiras no dia 26 de maio em apoio ao governo Bolsonaro. No entanto, o tamanho da mobilização não parece ter sido suficiente para fortalecer o presidente nas negociações com o Congresso Nacional, de acordo com analistas políticos¹¹ ouvidos pela BBC News Brasil. Dessa forma, afirmam que a crise política tende a continuar (SCHREIBER, 2019).

“A onda que chegou por último, chegou mais forte. Não esmoreceu.” Foi assim que Bars (2019b, online) descreveu o segundo “Tsunami da Educação”, realizado no dia 30 de maio. Os manifestantes convocados pelas entidades estudantis, tomou as ruas de todo o país em 211 cidades. Ademais, a luta brasileira em favor da educação repercutiu no exterior, contando com protestos em 9 países.

Em meio aos atos, os manifestantes convocaram para o próximo dia 14 de junho uma greve geral. Impulsionada pelas últimas grandes manifestações contra os cortes na educação, o movimento promete continuar a luta e ainda rechaçar a tentativa de reforma da previdência do governo Bolsonaro.

Segundo Silva (2011a) as greves dos estudantes e professores podem ser interpretadas como um primeiro fator de mobilização do setor educacional: como uma semente que pode gerar bons frutos. As lutas por meio de greves e protestos são apenas um germen que aponta a formação de um marco histórico para a transformação da sociedade.

¹¹ As manifestações desse domingo mostram que Bolsonaro tem apoiadores dispostos a ocupar as ruas, mas não é um mito de popularidade com capacidade de constranger o Congresso. O ato na Avenida Paulista (em São Paulo) ocupou várias quadras, mas o público estava espalhado, deixando espaços vazios’, observou o cientista político Carlos Melo, professor do Insper. Na leitura do cientista político Antônio Lavareda, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), as manifestações tiveram ‘tamanho proporcional à popularidade do presidente hoje’. Ele lembra que as pesquisas de opinião têm mostrado que um terço dos brasileiros avaliam positivamente o governo, enquanto outro terço rechaça a gestão e o restante a avalia como regular. (SCHREIBER, 2019, online).

Apesar desses movimentos gerarem uma organização interna, não basta, pois a política da palafita continuará sendo a mesma após a conquista das reivindicações.

Portanto, a luta para que a transformação ocorra (e acredita-se que já tenha começado a ocorrer, mesmo que vagarosamente) deve se dar em dois âmbitos: um contra o poder dominante e o regime de privilégios, outro no contexto da escola e da sala de aula. Estas lutas paralelas parecem ser inevitáveis mesmo porque o ato pedagógico é, em essência, um ato político - seria extremamente incoerente a presença de um professor que, no exercício de suas funções não lutasse pela superação da sua condição de oprimido e continuasse a pregar ou reproduzir a ideologia imposta pelo Estado.

Considerações finais

No que diz respeito ao corte de bolsas, ou até mesmo ao cancelamento de vários Subprojetos do PIBID, é inquestionável a importância do programa para a formação de futuros professores. O posicionamento unilateral da CAPES, antes instituição de inabalável credibilidade, revela autoritarismo e representa um flagrante retrocesso na vivência democrática em construção no país. Sem falar que não cumpre o seu compromisso de ampliar e incentivar o PIBID, de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Educação e na Política Nacional de Formação de Professores. A decisão tomada atinge vários aspectos fundamentais dispostos no regulamento do Programa:

- retira o incentivo à formação e provoca evasão dos alunos dos cursos de licenciatura, sob o risco de fechamento desses cursos, tanto em IES particulares quanto nas públicas;
- compromete a qualidade da formação ao desarticular a rede escola-universidade, interrompendo o modelo de formação comprometido com a superação dos problemas do processo de ensino-aprendizagem;
- caracteriza uma intervenção nos projetos institucionais aprovados para quatro anos, impedindo o desenvolvimento das ações, gerando impasses diante da institucionalização do Programa, ferindo a autonomia das IES.

Assim, a CAPES praticamente decreta o fim do PIBID. Há um esforço coletivo de todos os bolsistas no Brasil para a permanência do programa. Trata-se da defesa de um dos melhores programas de formação de professores que o país já criou. Além de melhor formar o aluno nos cursos de graduação, contribui com a distribuição de renda e executa uma

intervenção nas escolas de educação básica. Diante da reestruturação do capital e de políticas neoliberais, a luta para a defesa do programa e da educação, de uma forma geral, deve ser fortalecida, pois como tem sido anunciado o corte do programa e a redução nos investimentos no setor da educação podem ser uma realidade não muito distante.

Destaca-se a necessidade da continuidade e solidificação da luta, da resistência. Outros movimentos reivindicatórios, com organização, direção e objetivos concretos, deverão ser articulados: é dessa forma que se faz história. Assim, os movimentos transformam-se em mecanismos de união da classe dos professores e servem para convencer os indecisos (aqueles que foram massageados pelo sistema). De certa forma, também educam os alunos à medida que estes presenciam a prática de atitudes contestatórias, bem como a própria curiosidade dos alunos poderá levá-los a questionar os motivos da insatisfação/revolta dos professores. Como resultado, a conscientização, a transformação e a politização parecem ser inevitáveis.

Referências

BARS, R. Ao lado da educação ou contra o governo? **União Nacional do Estudantes**, São Paulo, 22 maio 2019a. Disponível em: <https://une.org.br/noticias/sempre-em-defesa-da-educacao/>. Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. 30M: Segundo tsunami pela educação reafirma força estudantil. **União Nacional do Estudantes**, São Paulo, 31 maio 2019b. Disponível em: <https://une.org.br/noticias/30m-segundo-tsunami-pela-educacao-reafirma-forca-estudantil/>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ofício Circular nº 2, de 18 de fevereiro de 2016**. Informativo sobre prorrogação de bolsas do PIBID. Brasília: CAPES, 2016. Disponível em: http://www.fai.com.br/portal/arquivos/itens_home/d182a0a6f5053c853c453e0fa9d12328.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ofício Circular nº 3, de 06 de abril de 2016**. Ajuste de cotas. Brasília: CAPES, 2016. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/742016-Oficio-Circular-Ajuste-de-Cotas-Pibid.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013**. Brasília: CAPES, 2016. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_Aprova_RegulamentoPIBID.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 46, de 11 de abril de 2016**. Brasília: CAPES, 2016. Disponível em:

<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/15042016-Portaria-46-Regulamento-PIBID-completa.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia**. Ijuí : Editora Unijuí, 2013.

FORPIBID. Informe nº 09/2015. Reunião com a CAPES: cortes para 2016. Diretório Nacional do FORPIBID, 25 nov. 2015. Informe enviando para os e-mails dos coordenadores dos Subprojetos do PIBID.

_____. Informe nº 01/2016. Em defesa da continuidade do PIBID e do PIBID DIVERSIDADE. Diretório Nacional do FORPIBID, 25 jan. 2016. Informe enviando para os e-mails dos coordenadores dos Subprojetos do PIBID.

_____. Informe nº 03/2018. Haverá luta! Diretório Nacional do FORPIBID, 07 fev. 2018. Informe enviando para os e-mails dos coordenadores dos Subprojetos do PIBID.

LEÃO, A. V.; ZÓZIMO, M. A. D.; SILVA, A. M. O PIBID na formação de professores de Geografia: nosso olhar, nossa prática na escola-campo. In: _____. **Anais do VI Encontro Nacional das Licenciaturas, V Seminário Nacional do PIBID e IV Encontro Nacional dos Coordenadores do PIBID**/Curitiba, 14/15/16 dez. 2016.

REDAÇÃO. Dia Nacional em Defesa da Educação leva 1,5 milhão de pessoas nas ruas. **União Nacional do Estudantes**, São Paulo, 15 maio 2019. Disponível em: <https://une.org.br/noticias/dia-nacional-em-defesa-da-educacao-leva-15-milhao-de-pessoas-nas-ruas/>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SARTORI, J. Formação de professores: conexões entre saberes da universidade e fazeres na educação básica. In: _____. **Anais do II Encontro Institucional do PIBIDUFRGS**/Porto Alegre, 01/02 mar. 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 6ª Edição. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas: Editora Autores Associados, 1997.

SCHREIBER, M. Manifestações não foram grandes o suficiente para Bolsonaro vencer crise, avaliam analistas políticos. **BBC News Brasil**, 26 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48411715>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SILVA, E. T. **O professor e o combate à alienação imposta**. Coleção questões da nossa época. v. 24. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Os (des)caminhos da escola**. Coleção questões da nossa época. v. 23. São Paulo: Cortez, 2011b.

TADA, C. Dia Nacional de Defesa da Educação lota ruas de cidades em todo o Brasil. **União Nacional do Estudantes**, São Paulo, 15 maio 2019. Disponível em: <https://une.org.br/noticias/dia-nacional-de-defesa-da-educacao-lota-ruas-de-cidades-em-todo-o-brasil/>. Acesso em: 01 jun. 2019.

A gestão neoliberal nas escolas

Andreia Marquezan¹²

Resumo: Este trabalho é uma discussão acerca da gestão neoliberal nas escolas, embasado em artigos sobre educação, liberalismo e neoliberalismo, bem como da formação do professor, principalmente da área de História, e de suas ações enquanto disseminadores do conhecimento e confrontadores das políticas de mercado inseridas nas escolas brasileiras. É difícil elencar os problemas enfrentados pelo professor no contexto educacional contemporâneo, pois são muitos. Assim como é difícil medir a gravidade de cada um desses problemas e o nível de afetação ao indivíduo que se envereda pelos caminhos da educação. São obstáculos provindos da formação escolar, da formação universitária, da remuneração, da violência nas escolas, da dura realidade dos alunos, da falta de investimento, dentre outros advindos de outros problemas e que perpassam toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Gestão Escolar, Professor de História.

Introdução

A propagação do liberalismo pela Europa, Estados Unidos e os demais países capitalistas, inclusive os periféricos, conferiu ao século XIX o ingresso de seus ideais em todas as instituições, impactando altamente a educação com os princípios de liberdade e individualismo, basilares da ideologia liberal. Esses dois postulados foram entranhados mais fortemente nos Estados Unidos e utilizados por eles como argumento para o expansionismo. São nítidos os atributos de oportunidade, individualismo e competição dos norte-americanos, bem como são várias as razões que explicam esses atributos.

De acordo com Eisenbach Neto e Campos (2017, p. 10986), “a visão de mundo liberal foi usada como justificativa para o expansionismo dos Estados Unidos e sua ampla presença nas esferas da vida política, econômica, social e cultural de outras nações, como o Brasil”.

Nesse sentido, confere-se a existência de ideias opostas que representam, por um lado, o desenvolvimento econômico sob a lógica do capitalismo liberal, e, por outro lado, um projeto que leva em consideração as desigualdades e as especificidades sociais (ALMEIDA et al., 2015 *apud* EISENBACH; CAMPOS, 2017, p. 10986). Libâneo (2018, p. 49), preceitua que:

¹² Graduanda do Curso de História. E-mail: andreiamarquezan@gmail.com.

A atenção para o desenvolvimento humano inclui a busca do bem-estar para todos para superar a marginalidade e a pobreza, tendo em vista potencializar a capacidade produtiva e, assim, contribuir para desenvolvimento econômico e social. A ideia de desenvolvimento humano, assim, vincula-se à concepção individualista e competitiva de ser humano conforme os princípios do liberalismo”.

Nessa perspectiva, Bloom (2004, p. 220) *apud* Libâneo (2018, p. 49) afirma que o indivíduo é visto “não só como objeto de exploração, mas como sujeito que demanda e consome e, portanto, suscetível de ingressar no mercado”.

A contraposição *desenvolvimento econômico-desigualdades sociais*, no caso do Brasil, país com dimensões vultosas, se torna mais evidente, visto que as desigualdades entre suas regiões são graves e inquietantes, acalorando discussões acadêmicas sobre o papel da educação nesse cenário dinâmico e conflituoso. As relações coadunadas com a educação perpassam pelo liberalismo sufocando-as e, nesse entremeio, são desabilitadas como fundamentais, elencando com relevância somente a relação econômica, em prejuízo da social, cultural e política. Isto é, a educação está subjugada à lógica do mercado.

Esta realidade parece se estabelecer cada vez mais no Brasil, principalmente no atual momento político ao qual os brasileiros vão adentrar. Com isso, a inquietante pergunta que se faz é sobre o futuro da formação crítica do indivíduo, num país que já vem subjugando e desvalorizando a educação em seu papel elementar, e, se os professores das Ciências Humanas, especialmente da área de História, têm condições de impactar essa ideologia liberal voltada ao mercado de trabalho sem que, para isso, concorram para o fim de suas carreiras.

Porém, essas questões circundam problemas gravíssimos impostos aos educadores e que tocam em todos os campos de suas vidas (emocional, profissional, econômico, etc.), tornando sua atuação nas escolas dependente de fatores agigantados que, muitos, não se veem em condições de embater. Não obstante, ainda há que se levar em consideração a formação dada à esses profissionais dentro das universidades. Aqui entra um ponto central e que norteia este trabalho, porquanto a hipótese trabalhada é a de que se pode fazer das salas das universidades um local de preparo para os professores para a luta contra princípios que não deveriam ser incorporados pela educação, contribuindo para tornar a escola num lugar de aprendizado concreto. Como afirma Bittencourt (2005, p. 50-51):

O professor é quem transforma o saber a ser ensinado em saber apreendido, ação fundamental no processo de produção do conhecimento. Conteúdos, métodos e avaliação constroem-se nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos. Efetivamente, no ofício do professor um saber específico é constituído, e a ação

docente não se identifica apenas com a de um técnico ou de um “reprodutor” de um saber produzido externamente.

A autora ainda alerta que deve-se considerar que o professor não atua isoladamente, mas coletivamente, e, justamente nesse fato, é que se efetiva sua contribuição, que pode ser revertida, do que se vê na realidade, em ações que demandam sim muitos esforços, porém, a luta pela educação e emancipação, conseqüentemente, pode se transformar na abertura de caminhos para o reconhecimento, também, da profissão.

Diante de tais fatos, este ensaio é uma discussão acerca do tema, embasado em artigos sobre educação, liberalismo e neoliberalismo, bem como da formação do professor, principalmente da área de História, e de suas ações enquanto disseminadores do conhecimento e confrontadores das políticas de mercado inseridas nas escolas brasileiras. Para tal, utiliza-se, além de vários artigos científicos, de obras como *Ensino de História: fundamentos e métodos* (2005), de Circe Maria Fernandes Bittencourt, *Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar* (2018), de José Carlos Libâneo e Raquel A. Marra da Madeira Freitas, e *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?*, de Celso João Ferretti et. al.

Optou-se por dividir este artigo em três tópicos. O primeiro, apresenta uma breve historicidade das razões da formação do pensamento individualista norte-americano e dos conceitos de liberalismo e neoliberalismo, a título apenas de revisão da importância dos Estados Unidos nas políticas neoliberais da educação brasileira e da explicação desses dois conceitos elucidativos sobre a economia de mercado inserida nas escolas. O segundo tópico trata dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica, principalmente sob o embasamento de Vitor Henrique Paro (*In: FERRETTI et. al, 1999*) e de Libâneo e Freitas (2018). No terceiro tópico, expõe-se reflexões acerca do papel do professor dentro deste contexto neoliberal, com destaque à obra de Bittencourt (2005).

A formação do pensamento individualista norte-americano, o liberalismo e o neoliberalismo: propagação nas escolas brasileiras

A formação do pensamento individualista norte-americano está intimamente vinculada à propagação do liberalismo, como projeto ideológico, principalmente nos países

periféricos, que adentrou em suas instituições e, conseqüentemente, dita as ações do sistema educacional.

O individualismo liberal

Dentre as razões para esta formação, pode-se citar, inicialmente, a inexistência de um projeto colonial sistemático que proporcionava a ausência da metrópole no século XVII, permitindo aos colonos constituir suas vidas na colônia sem a tutela do Estado, com muitas dificuldades e isso desenvolveu um sentimento de pertencimento ao lugar. Na Inglaterra, a pobreza nas cidades aumentava e pessoas sem posse viram na América a oportunidade de uma vida melhor.

Duas outras questões e, talvez, as principais, foram o pensamento liberal, a modernidade política em desenvolvimento na Inglaterra, e o pensamento protestante, a ideia de povo eleito. A Inglaterra era marcada pela diversidade religiosa e essa diversidade contribuiu para o pensamento mais moderno na ilha e, conseqüentemente, nas 13 colônias. Ou seja, a colônia não estava sob o jugo da Igreja e do Estado.

A formação de universidades tão cedo nas 13 colônias foi outro favorecimento. Essas instituições foram as que mais receberam influência do pensamento ilustrado e das ideias liberais, constituindo uma população com um nível de educação formal muito superior à realidade dos séculos XVII e XVIII da Europa. Todas essas razões desenvolveram o pensamento de pertencimento à América e não à Inglaterra; e, o pensamento de trabalhar para construir e ser abençoado por Deus para obter posses, o pensamento de formação intelectual baseados nos princípios do protestantismo, do liberalismo e do capitalismo. Os colonos construíram a América para eles, os americanos, como a terra onde se consolidou os ideais iluministas, como a terra da liberdade.

Os fatores listados acima e que desembocaram na ‘personalidade norte-americana’, por assim se dizer, e no ardor que os Estados Unidos possuem em expandir suas fronteiras exploratórias, implementando em países, como o Brasil, os ideais liberais, não vinculam despretensiosamente a educação sob a égide capitalista liberal, nem tem por objetivo o desenvolvimento econômico dos países submetidos a este ardor. De maneira oposta, os tentáculos sanguessugas, não só norte-americanos, bem como das outras potências capitalistas a quem a divisão internacional do trabalho está submetida, se inserem em países periféricos, com economias dependentes, frágeis e emergentes, pelas trocas vantajosas que estes

oferecem, pela especialização produtiva que é reflexo da solidificação da globalização. O neoliberalismo econômico tem terreno fértil na globalização.

Liberalismo

Mais conhecido pelo termo liberalismo clássico, é a doutrina político-econômica “que prega a necessidade de desregulamentar e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções bastante definidas” (MORAES, 1997, p. 2). Esse sistema, em sua essência, surge da necessidade de limitação do Estado à ascensão da liberdade individual, do livre comércio e da proteção à propriedade privada. Necessidade ligada às lutas burguesas da Inglaterra do século XVIII. Nesta concepção, o mercado é o regulador e o provedor da sociedade, e o lugar de cada um dentro desta sociedade depende de seu mérito. Porém, a sociedade referida, que possui direitos e liberdade abarcam apenas aqueles que têm propriedade. Considerado o ‘pai do liberalismo’, Adam Smith, por meio de sua obra *A riqueza das nações* (1776), é um dos teóricos do liberalismo econômico.

Neoliberalismo

O termo neoliberalismo surgiu no final dos anos 1980 significando um ressurgimento do liberalismo como ideologia predominante internacionalmente, tanto na economia quanto na política. A crise capitalista de 1970, o surgimento da globalização de mercados, a defesa de uma maior desregulamentação econômica, as privatizações de empresas estatais e o afrouxamento das garantias dos trabalhadores, são ações que, nesse novo contexto, garantiriam maior liberdade à iniciativa privada. Portanto, o neoliberalismo é a aplicação dos princípios liberais dentro de uma realidade econômica pautada pela globalização.

Efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola

A Divisão Internacional do Trabalho (DIT) é uma divisão produtiva em âmbito internacional, onde países que, como o Brasil, tiveram tardiamente uma industrialização, oferecem benefícios e incentivos aos países industrializados para instalação de indústrias e com abundância de mão de obra. Assim, a DIT aponta determinada especialização produtiva, a nível global, a cada país, onde os países ‘em desenvolvimento’ exportam matérias primas a

um custo razoável para os países ‘desenvolvidos’ que desenvolvem tecnologia e vendem aos primeiros a um custo elevado. Isto é, a lógica da ‘colonização’ se moderniza, mas permanece.

Tomando como exemplo de países ‘em desenvolvimento’ apenas o Brasil, esta lógica capitalista se insere nas instituições e, dentre elas, a educação que fica submetida, assim como as demais, à dinâmica de circulação e produção imposta pela DIT, ou seja, a educação para o mercado de trabalho, em termos globais. Lenoir (2016, p. 8) *apud* Libâneo (2018, p. 48) entende globalização como

um projeto ideológico impulsionado pelo neoliberalismo econômico que tem por efeito submeter a população às leis do mercado [...] uma opção do capitalismo a serviço apenas de seus interesses financeiros, sustentado pela ideologia neoliberal, entre outros possíveis que oferece a mundialização.

A globalização tem como fachada o ilusório discurso de que todos estão fadados à ela, como um fenômeno que atinge a todas as sociedades, disfarçando o fundamento por trás da integração econômica, social, cultural e política que ela prega, que é o consumismo e a sobreposição das culturas hegemônicas às culturais locais de povos menos favorecidos, obrigados a aceitar este princípio em troca de apoio financeiro, movimentando um mercado socioeconômico ao qual aceitam passivamente (LAQUÉSIA, s/d). E a escola é um terreno perfeito para a consolidação desse discurso.

Um dos componentes mais marcantes do neoliberalismo é a ‘liberdade’ e “entendida a educação como constituição cultural de sujeitos livres” (PARO, 1999, p. 102), é importante conceituar este componente aos moldes neoliberais. O mesmo autor preceitua que quando se fala em liberdade nesta ideologia, está se referindo à liberdade de mercado. Seguindo a lógica, liberdade de mercado pressupõe concorrência, competitividade e meritocracia. Dentro do universo da gestão, esses princípios dominam o raciocínio do que é ‘melhor’, mais produtivo e, conseqüentemente, ocupa um lugar privilegiado e conquistado por mérito. Porém, dentro desse mesmo universo, a administração (gestão) se ocupa de melhores resultados e “tem como principal função trazer os melhores resultados organizacionais, colocando em prática um gerenciamento com base em resultados e maximizando a possibilidade de crescimento, eficácia e ganho” (MARQUES, 2018).

É este princípio que está entremeado nas gestões escolares dentro da ótica neoliberal. O gerenciamento com base em resultados é verificável nas metas que as escolas públicas se veem obrigadas a alcançar, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

(Ideb), condicionado ao investimento na área do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Mundial. Essas instituições estão submetidas à DIT e, logicamente, à ideologia neoliberal que faz do Brasil um provedor de mão de obra, segundo a especialização do trabalho conferida. Ou seja, as escolas públicas brasileiras devem fornecer um ensino adequado à finalidade estabelecida pelas organizações internacionais, o que desfavorece o real sentido da educação, que é o de obtenção de um aprendizado completo, crítico e que desperte no aluno uma visão real de mundo.

[...] de acordo com um entendimento de finalidades educativas e de critérios de qualidade baseados em uma visão de qualidade de educação orientada para o desenvolvimento humano e à justiça social, as políticas educacionais sustentadas em critérios de qualidade baseados na obrigação de resultados representam, na verdade, um salto para trás (LIBÂNEO, 2018, p. 77).

Paro (1999, p. 105) justifica esse salto para trás da educação sob o aspecto da historicidade humana. Para ele, o homem “é produto da atividade humana em sua autocriação histórica”, ele se constrói por meio da divisão social do trabalho, coletivamente, e constrói sua liberdade com a convivência social. À medida que ele é cerceado dessa construção, pela falta do total conhecimento de sua história e de suas habilidades, sob a dominância de outrem, ele se perde em sua humanidade e se reduz à condição de objeto. A DIT efetua exatamente isso, a redução do homem na insignificância do que lhe é imposto e na negação do conhecimento, do que se conclui que “qualquer tipo de dominação é desumana, pois concorre para negar a própria especificidade histórica do homem” (PARO, 1999, p. 105).

O papel do professor dentro do contexto neoliberal

A educação brasileira se tornou um jogo de interesses, do qual os alunos das escolas públicas são peões e estão lá exatamente para permanecerem como peões e reproduzirem o que não é do interesse deles, mas que eles não veem, pois esta educação é alienante e falaciosa. O professor, em meio a esta realidade, está se formando um reproduzidor deste projeto neoliberal de subordinação ao capital estrangeiro.

É difícil elencar os problemas enfrentados pelo professor no contexto educacional contemporâneo, pois são muitos. Assim como é difícil medir a gravidade de cada um desses problemas e o nível de afetação ao indivíduo que se envereda pelos caminhos da educação.

São obstáculos provindos da formação escolar, da formação universitária, da remuneração, da violência nas escolas, da dura realidade dos alunos, da falta de investimento, dentre outros obstáculos advindos de outros problemas e que perpassam toda a comunidade escolar.

A ignorância da sociedade ante a esta realidade piora o quadro. A ignorância programada de muitos professores agrava o que já é ruim, pois muitos desses profissionais fingem não ver, não saber para não tomar posição, não agir. Isso se torna um paradoxo, porque geralmente se luta por aquilo que é de sua alçada, de sua competência. Mas, a falta dessa luta é apatia adquirida por uma vivência desfalcada de tantas coisas, sem se pensar no saldo final desta apatia. Porcheddu (2009, p. 682) diz em relação à educação que:

A ignorância leva à paralisia da vontade. Quem não sabe o que guarda no depósito, não tem como calcular os riscos. [...] a dominação através da ignorância e da incerteza deliberadamente cultivadas é mais aceitável e menos cansativa do que o princípio baseado na discussão atenta dos acontecimentos e no esforço demorado de estabelecer a verdade dos fatos e os modos menos arriscados de proceder. [...] É preciso uma educação permanente para dar a nós mesmos a possibilidade de escolher. Mas temos ainda mais necessidade de salvar as condições que tornam as escolhas possíveis e ao nosso alcance.

O professor, no contexto atual, se torna, cada vez mais, o principal autor da sociedade. E, claro, sem desconsiderar todos os problemas que este profissional enfrenta, ainda assim, é imprescindível que ele se embata com as dificuldades que se põem no exercício de sua profissão. E não só os professores das escolas, mas, e, sobretudo, os universitários, diante da formação de novos professores para exercerem nas escolas a função de criar condições reais de aprendizagem aos alunos. Como preceitua Bauman, na entrevista à Porcheddu, salvar as condições da escola que é o local onde se tornam possíveis as escolhas dos indivíduos.

São muitas metodologias, pedagogias, caminhos. Como, também, são muitos obstáculos. Em meio a isso tudo, ainda há a possibilidade de o professor, especialmente o de História, encontrar alternativas que possam suprir a deficiência educacional e enfrentar as barreiras construídas pela gestão neoliberal efetivada nas instituições de ensino. Não que o professor seja o salvador da educação, mas ele pode ser um viabilizador consciente do conhecimento da realidade política, econômica e social da sociedade em que o aluno vive.

Bittencourt (2005, p. 230) assinala que “o ensino de História tem-se caracterizado pelo uso do método dedutivo/indutivo”, e coloca que “uma questão que tem sido debatida é a possibilidade de introdução do método dialético no ensino de História e das demais

disciplinas escolares” (p. 231). Esse método força o conhecimento, pois é baseado em teses opostas, o que fortalece e permite a formação da crítica.

Nesse ponto se incorpora as respostas aos questionamentos feitos na introdução deste trabalho. Se a utilização do método dialético é uma possibilidade que tem sido debatida por profissionais da área da educação, significa que, obviamente, ele não é usado nas metodologias de ensino das escolas, especialmente as públicas. Presume-se, no entanto, que a educação no Brasil se pauta em ideologias que, como já exposto, vem pautadas na formação voltada para o mercado de trabalho, estabelecida pela DIT e que cerceia a constituição total do conhecimento.

A educação submetida à lógica liberal não permite a introdução como metodologia do método dialético, porquanto leva ao estabelecimento de relações críticas da História, entre passado-presente-futuro, permite a observação de acontecimentos sob um ângulo social em que se vive e, fatalmente, à percepção real dos fatos e ao descortinamento das intenções por trás das políticas educacionais. E, lembrando Bauman, a dominância se faz mais eficaz por meio da ignorância (PORCHEDDU, 2009, p. 682).

Em relação a isso, a educação crítica já embotada pelas políticas neoliberais, tem perspectivas sombrias com as novas reformas e um próximo governo que se apresenta duvidosas quanto à transformação do sistema educacional. Este fato faz com que o professor caminhe num terreno oscilante e incerto, podendo até pôr em risco sua carreira e emprego se tencionar o uso de metodologias que vão contrariamente aos objetivos mercadológicos que têm estrangulado a educação brasileira. Entretanto, o professor pode abrir atalhos nesse emaranhado de obscuro de ambigüidades e estabelecer uma pedagogia que adentre na dialética e contribua para a formação total dos alunos.

Bittencourt analisa também o método dialógico que “reside na aquisição social do conhecimento” (2005, p. 234), onde este não deve ser posse exclusiva do professor que reaprende sobre o objeto estudado estudando-o com os alunos. Ora, todo indivíduo carrega em si sua própria história e o contexto social em que ela se desenrolou. Conhecer esse processo é fundamental ao aluno e a reflexão sobre as perspectivas sociais se constitui na obtenção da consciência de pertencimento e não pertencimento de classe. O conhecimento prévio do aluno apreendido com os conteúdos e a reflexão dialética ou dialógica é o âmago do ensino de História. Perpassar pelos obstáculos na inserção desse conhecimento total, que apresenta a contraposição entre vencidos e vencedores, dominação e submissão, senhores e servos, numa

perspectiva de ampliação de olhares, de alteridade, é o que o professor deve fazer em sala de aula (escola e universidade).

É possível? Sim, desde que ele compreenda que o coletivo, em qualquer situação, possui mais força que o individual. O embate pela educação, contra doutrinas que estão fora de seu limite e que corrompem seus princípios é de todos os trabalhadores, não só dos educadores. Entretanto, para que eles alcancem contingente, precisa ser, como classe, um contingente, e não, se particularizar e pulverizar os objetivos educacionais em suas respectivas áreas de conhecimento.

Uma boa aliada que o professor possui para efetivar suas metodologias é a tecnologia que permite, atualmente, o conhecimento com tantas oportunidades que, o professor deve mudar o olhar sobre ela, de inimiga à aliada no processo de construção da historicidade do indivíduo.

Desta forma, não que o professor seja o salvador, mas ele pode contribuir muito por meio de suas habilidades e materiais disponíveis para a construção de uma consciência em seus alunos.

Considerações finais

Observa-se que a força da ideologia neoliberalista atingiu todos os setores da sociedade brasileira, inclusive a educação. Com base nas ideias liberais, a escola vem substituindo seu modelo de gestão, que lhe é tão peculiar, para o modelo de qualidade total, visando resultados e eficácia de suas ações. Com a inserção dessas tendências, o sentido real da educação fica prejudicado, fora de seus objetivos, deixando uma carga de alienação nos indivíduos com o discurso de cidadania, quando, na verdade, esse conceito é próprio da lógica do capitalismo, faz parte dele, porquanto tornar um indivíduo cidadão corresponde a dizer que o indivíduo deve estar ciente de seus direitos e deveres, acompanhando o ritmo da sociedade vigente. Contrariamente ao conceito de homem total, onde o indivíduo se forma por meio de indagações, sem limitação de conteúdo e tem, ao contrário da liberdade pregada pelo neoliberalismo, a livre escolha de suas ideias e sua vida. Não há possibilidade de se obter liberdade sem se obter conhecimento. Esta liberdade atestada nas sociedades contemporâneas neoliberais está limitada aos contornos desta ideologia. Esses são os prejuízos deste modelo de educação.

Ante as sombras que esta corrente sobrepôs à educação, o professor é uma figura que tem mobilidade e poder para auxiliar a dispersar essa obscuridade. Entretanto, é muito complexo este fato, pois ele toca não só no ardor da profissão, como, também, na formação dada a esse profissional. Provavelmente, se houvesse uma aproximação entre a docência universitária e a docência escolar, a luta por uma educação completa seria mais coesa. O que não deve continuar ocorrendo é a apatia por parte desses profissionais, uma vez que cabe muito à ele o futuro da educação.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **História:** fundamentos e métodos. Cortez Editora: São Paulo, 2ª edição, 2005.

EISENBACH NETO, Filinto Jorge; CAMPOS, Gabriela Ribeiro de. **O impacto do neoliberalismo na educação brasileira.** IV Seminário Internacional. 2017. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24420_12521.pdf> Acesso em 10 dez. 2018.

LAQUÉSIA, Wilson E. **Globalização e educação:** influência da globalização nas práticas educativas e na reformulação dos conteúdos da educação. Monografia Mundo Educação. s/d. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/influencia-globalizacao-praticas-educativas-e-reformulacao-conteudos.htm>> Acesso em 10 dez. 2018.

LIBÂNIO, José Carlos. Políticas educacionais neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. In: LIBÂNIO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. M. da Madeira. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública:** uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018, 1ª edição, p. 45-88.

MARQUES, José Roberto. **Você conhece as funções básicas da administração (PODC)?** Portal IBC, 2018. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portal/voce-conhece-as-funcoes-basicas-da-administracao-podc/>> Acesso em 10 dez. 2018.

MORAES, Reginaldo C. C. de. **Liberalismo e neoliberalismo:** uma introdução comparativa. IFCH/Unicamp: Campinas, 1997. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/68983218-Palavras-chave-sindicalismo-neoliberalismo-privatizacoes-usiminas-e-forca-sindical.html>> Acesso em 10 dez. 2018.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso João et. al. **Trabalho, formação e currículo:** para onde vai a escola? Xamã Editora: São Paulo, 1ª edição, 1999, p. 101-120.

PORCHEDDU, Alba. Zygmunt Bauman: entrevista sobre a educação/ Desafios pedagógicos. Segunda parte da entrevista. **Os desafios da educação:** aprender a caminhar sobre areias movediças. Tradução: Neide Luzia de Rezende e Marcello Bulgarelli. Espaço Plural, v. 39, n. 137, p. 661-684, maio/ago. 2009.

No seu pescoço: confrontos e desconstruções de narrativas coloniais

Mauricio Gabriel Santos

Resumo: O presente artigo propõe discutir o conto “No seu pescoço”, da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2017), o sétimo conto de uma série de doze numa obra de mesmo nome. Nesse livro a autora explora a colisão entre culturas diferentes e as consequências desse contato nos personagens. Por um lado, a cultura subalternizada e colonizada do negro, estrangeiro e pobre, por outro, o branco, colonizador e rico. É construindo esses contrastes aparentemente óbvios, que Chimamanda acaba por denunciar as incoerências impregnadas de tristeza, orgulho e inconformidade que insistem em se mostrar sob a figura resistente da beleza, da esperança e da dignidade. Do ponto de vista epistemológico, nossa abordagem segue rumos interdisciplinares ao abordar a produção literária em perspectivas sócio-históricas e estéticas. O caráter desse trabalho é teórico-formal e utiliza o aporte metodológico da pesquisa qualitativa-interpretativista, uma vez que se baseia na geração de dados flexíveis e sensíveis ao contexto social nos quais são produzidos e seus métodos de análise e construção de explicação envolvem a compreensão da complexidade, detalhe e contexto. O cerne das análises, nesse enfoque, gira em torno da teoria pós-colonial ao discutir a cultura e o imperialismo.

Palavras-chave: Literatura; pós-colonial; história única.

Introdução

A literatura e a arte contemporâneas fortemente ligadas à produção de imagens subsequentes e de objetos de consumo cada vez mais acessíveis e substituíveis são expressas e absorvidas pelas artes num movimento negativo e crítico das relações humanas. Dizer apenas isso, no entanto, parece pouco dada à complexidade da produção literária mundial e nos remete a um só modelo de civilização, a ocidental, acelerada e impulsionada pelo progresso, pela tecnologia e pela industrialização. Barilli (1989), Barbosa (1995), elucidam sobre como as artes se moveram conjuntamente com uma sociedade de imagens moventes para espaços e valorização de imagens e objetos igualmente perecíveis a exemplo da pop-art de Warhol, Duchamp, Pollock e Kandinsky. Essas expressões deflagraram muito mais que uma sociedade em mudança, mas contestaram o sistema imagético que utilizaram para compor suas obras até à incapacidade discursiva da linguagem.

No entanto, essa compreensão de fenômenos que ocorreram nos países que estão no centro do capital não pode ser estendida a produção de países que experimentaram o colonialismo, e que estiveram sob uma formação educacional que degradou as expressões culturais e linguísticas ao ponto de construírem imensos hiatos na literatura colonial. Parece natural, portanto, que com a independência tardia de muitos países africanos surja uma

literatura desvinculada do padrão eurocêntrico, questionadora, e que valoriza e resgata a cultura nacional, além de questionar os pressupostos da Teoria Literária ocidental.

Sabe-se, que as implicações culturais do imperialismo de países europeus na África estão longe de serem superadas tão rapidamente, suas raízes são extensas e permeiam a produção artística desses países de maneira irreversível, seja pelos bens de consumo e o marketing ou pela língua adotada. O inglês sobrepôs-se como língua oficial a todas as línguas indígenas, africanas nas colônias do Reino Unido, o que tanto serviu para reproduzir valores da cultura ocidental, quanto para construir uma expressão imaginativa na ficção literária que não representava a vivência do povo e autores africanos. É diante desse contexto que a obra da escritora anglófona, Chimamanda ganha relevância, e seu conto “No seu pescoço” (2017) embora inserido numa composição mais extensa se torna bastante representativo no tocante aos conflitos e resistências culturais e a busca de uma identidade artística pós-colonial.

A relevância de um conceito inacabado

Os muitos autores que se debruçaram sobre os conceitos de colonialidade e pós-colonial ainda não chegaram, talvez nunca cheguem, a um consenso, devido ao estado de transitoriedade desses processos e a complexidade com que ocorreram em diversos países. Entretanto, tais discussões por sua pluralidade e óticas particulares só realçam o quão importante é delimitar as preocupações acerca da produção cultural e da reorganização social que se dão a partir das independências de cada colônia.

Assim, dentre muitos, dois conceitos aparecem mais frequentemente na academia, por um lado o pós-colonial é tido como o tempo histórico posterior ao início do processo colonizador e posteriormente descolonizador do “Terceiro Mundo”. O que compreende todo o processo civilizatório que se deu nas Américas, África, ilhas do Pacífico e do Caribe, Austrália e Nova Zelândia, após os respectivos descobrimentos e ocupações. Essa concepção, portanto, enquadra toda essa literatura, produzida em línguas europeias e publicada na Europa como sendo pós-coloniais.

Entretanto, o segundo conceito, que será adotado doravante, considera o termo pós-colonial como crítica ao colonialismo e tem ganhado visibilidade em universidades dos Estados Unidos e Inglaterra desde a década de 80 do século passado. Sua maior contribuição para a reorganização das ciências humanas e sociais é o deslinde da naturalização de um estágio de dominação do homem pelo homem que se mascara de processo civilizatório, além

da ruptura com a história única, que se configura numa metarrativa autolegitimadora das ideologias do colonizador. Nesse sentido, compreende-se que,

na colonização o gesto decisivo é o do aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial (CÉSAIRE, 2010, p. 17).

Dessa maneira, a crítica pós-colonialista compreende o imperialismo e suas influências como um fenômeno mundial e o coloca sob um questionamento sobre as relações entre a cultura, política, economia e os efeitos danosos da colonização que ainda são sentidos na descolonização. Desde a década de 1970 pesquisadores têm se preocupado com a preservação da literatura produzida por povos indígenas, ditos primitivos, e consequentemente negligenciados pela teoria literária ocidental. É aqui, na tentativa de traçar caminhos para uma crítica literária pós-colonial e autônoma, que os principais autores desse movimento como Spivak (1985), Bhabha (1998), Said (1995), se aproximam do pós-estruturalismo e desconstrucionismo ainda em evidência na Europa, principalmente a partir de Deleuze, Foucault e Derrida.

Se considerarmos o quão contundente foram as independências de todas as colônias tanto para a administração política, econômica quanto para a produção artística de cada uma, há que se considerar as datas em que esses processos se deram. No Brasil a independência foi declarada em 1822, início do século XIX, e com ela todo um movimento de valorização nacional e de construção identitária ganhou força nos moldes do Romantismo europeu, impulsionados pela Revolução Francesa e pelos discursos abolicionistas que circulavam e ganhavam força em vários países.

A Nigéria, no entanto, só consegue sua independência em 1960, momento posterior ao movimento modernista e suas rupturas estético-formais, mais importante ainda, depois de cem anos de colonização britânica, que impôs o inglês como língua oficial num país que conta com 527 línguas, diversas etnias, e uma pluralidade religiosa igualmente numerosa. Essas são variáveis que desafiam a definição de um conceito dentro da própria crítica do que seria o pós-colonial. Para Erickson, a melhor maneira de estudar objetos culturais e sua complexidade é a compreensão, posto que “a ação humana comporta ser compreendida segundo nexos de finalidade e causalidade.” (1991, p. 308). Desse modo, as relações entre

fenômenos culturais permitem com que sejam vistos como uns em decorrência de outros, assim a interpretação é a forma mais adequada para compreensão de seus elementos e só assim podem ser observados e explanados interpretativamente.

Evidentemente, essa literatura que se pretende ou que se produz sob a alcunha de pós-colonial deve, portanto, expressar a cosmovisão de determinada sociedade, frente aquilo que o imperialismo a condicionou e com vistas ao que pretende ser. “A arte expressa algo que é comum a muitos e reflete, assim, as ideias da comunidade; porém isso é verdadeiro não só para a arte do povo como para toda a arte. A arte se origina de uma necessidade coletiva.” (FISCHER, 2002, p. 74-75). Para tanto, é importante considerar a delicada posição do artista pós-colonial e seu comprometimento, se com a verdade de natureza estética e individual ou com a verdade combativa e coletiva, se por um lado universaliza-se para emancipar-se dos elementos históricos, por outro constitui-se como sujeito que denuncia sua realidade e por isso arrisca-se a caminhar no limiar do perene ao se dedicar a eventos datados, mas compartilhados por outros. Acerca disso,

o artista tanto pode ter – e exprimir – um conhecimento do mundo exterior (relação sujeito/objeto), como de si-mesmo (relação sujeito/sujeito, em que o sujeito se desdobra simultaneamente em sujeito e objeto): mas, esteja voltado para o mundo interior numa atitude introspectiva, esteja voltado para fora numa atitude extrospectiva, ele nunca deixa de se projetar a si mesmo no conhecimento que produz. (BARBOSA, 1995, p. 189).

Além do árduo trabalho do artista, da instabilidade de determinados aspectos dessa crítica, depreende-se também a necessidade e contundência dessa abordagem. Segundo Bhabha “precisamos do pós-colonialismo para nos mostrar a experiência completa da descolonização”. (BHABHA, 1998, p. 240). Só assim as categorias metrópole/colônia, colonizador/colonizado, serão efetivamente evidenciadas, questionadas e talvez suspensas, construindo um conceito de cultura, de estética demandado pelas condições de vida daqueles que usufruirão da arte e literatura, sem que para isso a figura do colonizador seja desvirtuada em opressor e o colonizado seja caricaturado ao ponto de ser digno de condescendência.

É preciso, em todas as circunstâncias, ter claro que, o importante é que apesar das contingências e da sociedade que a justifique, a arte constrói-se “verdadeira e revolucionária ao mesmo tempo. Na qual a consciência mais lúcida do universal penetra a representação mais viva de cada particular.” (BOSI, 2000, p. 47). Clareza, sobretudo, ao descrever processos

tão irregulares quanto às transições dos impérios para o momento pós-independência que cada colônia enfrentou a seu modo.

Hall (2009) considera os limites do pós-colonial e enfatiza a necessidade de repensar as novas relações e disposições muitas vezes tumultuosas do processo de descolonização. Para o autor é importante que qualquer binarismo seja afastado, a fim de que não se ressalte a diferença, sem que seja valorizada ou refletida, e é justamente a consciência dessa diferença que configura num importante legado do pós-colonial, já que ela abrange um processo transnacional e transcultural. A crítica pós-colonial por seu caráter inconcluso se abre para novas apreensões artísticas e expande as fronteiras culturais, compreendendo em si mesma uma multidisciplinaridade que ao se distanciar de qualquer dogmatismo, vê no confronto com o outro a possibilidade de diálogo e de propostas efetivas para uma expressividade artística mais igualitária.

Tensões entre histórias únicas no conto: No seu pescoço

Chimamanda empresta muito de sua experiência de vida para a personagem Akunna, ambas negras, nigerianas e em mudança para os Estados Unidos da América. Tendo crescido numa cidade universitária, o pai da autora sendo professor universitário e sua mãe funcionária administrativo da universidade, não só forneceram a ela formação educacional e aparato cultural para que cursasse medicina e farmácia por um ano na Nigéria, mas também construiu um orgulho que fica evidente também na personagem Akunna que, por vergonha de sua origem simples, diz quando lhe é perguntada que seus pais são professores universitários em seu país.

Muitas dessas ligações estão presentes ao longo do conto e vão tecendo um misto de história, ficção e memória que enriquecem a prosa e torna o texto polissêmico, autorreferencial e com uma nuance autobiográfica discreta. Entretanto, vida e arte, ainda que relacionadas no plano mais óbvio se mostram aqui como o pano de fundo de questões muito mais graves e carentes de cuidada reflexão. A autora parte então para uma denúncia das histórias únicas que a protagonista tinha sobre os Estados Unidos e seus cidadãos, ao passo que ao desconstruir essas narrativas de acordo com que acumula experiências, vai também identificando as histórias únicas que os outros reproduzem em relação a ela.

A natureza conflituosa desse texto não é, todavia, um fenômeno particular e estético de Chimamanda, tampouco da literatura nigeriana anglófona, e embora tenha ligações

profundas com uma crítica pós-colonial, tampouco é algo oriundo dessa. Bakhtin (2009) aponta que o texto é sempre um diálogo, e é a natureza desse dialogismo que provoca atritos entre vozes sociais que entrecruzadas num texto, só evidencia as relações discursivas que estão longe de se mostrarem unilaterais e pacíficas. No entanto, a escritora faz disso não a condição *sine qua non* é possível escrever, mas incorpora como uma metáfora das relações entre o estrangeiro negro desconfortável pela diáspora realizada e o residente norte-americano não menos confortável diante de práticas culturais e vivências que ignora. A obra literária, portanto, se configura como uma

Fusão de estrutura, pensamento, experiência e criação. No compromisso das palavras, o impulso de superar o próprio eu flui valores e desvalores do homem e do mundo. O escritor deixa revelar sua cosmovisão que se apresenta em cores multifacetadas, sendo esta a percepção particular do mundo que o circunda e forma a realidade. Visão que provocará por meio de suas forças motrizes (aquilo que impele o escritor a transformar, magicamente, sua cosmovisão em criação literária) o surgimento de sua obra (MASSAUD, 1997, p. 70).

Com esses valores, uma cosmovisão e percepção particular do mundo que Akunna chega aos EUA para estudar e trabalhar, carregando consigo todas as histórias únicas que constituíam a forma de enxergar o outro e a orientava para a experiência da imigração. “Você pensava que todo mundo nos Estados Unidos tinha um carro e uma arma; seus tios, tias e primos pensavam o mesmo.” (p. 125). Eis o começo da narrativa habilmente escrita em terceira pessoa, para que a identificação com o leitor, as histórias únicas que ele carrega encontrem respaldo na prosa que será desenvolvida. Assim, somos igualmente advertidos junto com a personagem “Mas não compre uma arma como aqueles americanos.” (p. 125). Há aqui a suposição de que o bem-estar econômico de um país proporciona a todos os seus cidadãos condições suficientes para ter um carro e uma arma, ou em outras palavras, que garanta meios de adquirir bens e defendê-los caso necessário.

As narrativas que a personagem tem do novo país são o suficiente para introduzi-la num emaranhado de representações e de discursos que serão postos a prova durante todo o conto. A aceitação de sua etnia pelos americanos se mostrará incongruente, o tio, que recebe Akunna passa a receber mais do que receberia numa contratação normal, mas a empresa precisava passar uma ideia de diversidade nas contratações. Se o tio considera isso uma benfeitoria e conta a história com um ar de troça, de quem está saindo com vantagem, a narrativa é irônica e suficientemente direta no intuito de evidenciar a incoerência dessas relações.

Na faculdade comunitária que passa a frequentar a moça tem de lidar com o olhar curioso das colegas de turma e com excessivas perguntas que revelam as histórias únicas que os brancos constroem sobre os negros estrangeiros naquela situação. “Elas perguntaram onde você tinha aprendido a falar inglês, se havia casas de verdade na África e se você já tinha visto um carro antes de vir para os Estados Unidos. (...) Seu tio lhe disse que aquilo era esperado; uma mistura de ignorância e arrogância, foi como ele definiu.” (p. 126). O tio acrescenta ainda que quando se mudou os vizinhos começaram a associar um curioso caso de sumiço de esquilos com histórias que ouviram sobre africanos comerem todo tipo de animal.

Além das histórias únicas sobre a pobreza extrema na África, sobre a prosperidade norte-americana, hábitos alimentares, estéticos, processos civilizatórios que até aqui são apresentadas em forma de peripécias, a narrativa vai se tornando mais densa ao mostrar o abuso sexual por parte do tio de Akunna para com ela. Ao ouvir a recusa da moça, o homem expõe uma outra história única, “as mulheres espertas faziam isso o tempo todo. Como você achava que aquelas mulheres com bons salários em Lagos conseguiam aqueles empregos? E até as mulheres em Nova York?” (p. 127). Aqui é importante ressaltar que a misoginia denunciada é transnacional, percorrendo os centros urbanos de Lagos e mesmo em Nova York, cidades colocadas em parâmetros opostos de metrópole e colônia. Fica evidente que a posição da mulher é mais delicada nas sociedades coloniais uma vez que é duplamente colonizada, politicamente e sexualmente, pois constitui em seu corpo físico a metáfora da colônia.

A respeito disso, a escritora Chimamanda reconhecida e aclamada por seus escritos feministas constrói um discurso dialético entre o pós-colonial e lugar da mulher marginalizada numa sociedade patriarcal. Na tentativa da personagem de livrar-se do tio, sem que acordasse sua tia e primos, receosa de que não fosse crida, o conto traz uma questão que está longe de ser resolvida, qual esforço é preciso empreender primeiro: a libertação da mulher ou a luta contra o imperialismo presente na cultura ocidental? Efetivamente, a objetificação da mulher pela classe, raça, identidade sexual, é uma discussão premente e constitui parte das histórias únicas dos homens e da sociedade que precisam ser combatidas.

Esse episódio, no entanto, desencadeará todas as outras complicações na vida da personagem, desde arrumar um trabalho e se sustentar numa cidade nova e sozinha, a lidar com outras histórias únicas sobre o imigrante trabalhador que sempre dá duro. Agora o visto americano não lhe parece mais como um bilhete premiado da loteria, e muitas coisas de sua terra natal não permanecem muito tempo na memória devido ao cansaço e preocupações com

as finanças. Porém, é no ambiente de trabalho, uma lanchonete em que se empregou por um dólar a menos que outros funcionários que Akunna pode desconstruir muitas das narrativas que tinha sobre os americanos ao passo que obteve maior contato com o público geral. “Quis escrever que os americanos ricos eram magros e os pobres, gordos, e que muitos não tinham uma casa e um carro grandes; mas você ainda não sabia se tinham armas.” (p.129).

Há uma clara construção ao longo de todo o conto em torno das imagens de contração e expansão como metáfora antitética das relações sociais e afetivas a que a personagem tem que passar. Primeiro uma perspectiva otimista da diáspora que resulta numa disforia devido à realidade dura de mudar-se de cidade, trabalhar, as saudades de casa e a angústia que lhe aperta o pescoço, “à noite, algo se enroscava no seu pescoço, algo que por muito pouco não lhe sufocava antes de você cair no sono.” (p. 129). Esse movimento está presente ao longo do texto e ocorre ainda mais frequentemente depois que conhece um rapaz na lanchonete e com quem passará a manter um relacionamento afetivo e bastante contrastante devido às condições financeiras de ambos e suas implicações na convivência do casal. Quanto a isso é importante observar que

[...] o homem contemporâneo, colocado diante das múltiplas funções que deve exercer, pressionado por múltiplas exigências, bombardeado por um fluxo ininterrupto de informações contraditórias, em aceleração crescente que quase ultrapassa o ritmo orgânico de sua vida, em vez de se integrar como ser individual e ser social, sofre um processo de desintegração. (OSTROWER, 1987, p. 6).

Akunna tem de lidar agora com as apreensões de uma paixão incipiente por um rapaz que a surpreende por conhecer parte de sua cultura e não a trata como um ser exótico que causa admiração e espanto, também precisa desvencilhar-se de seus conceitos “os brancos que gostavam demais da África e os que gostavam de menos eram iguais – condescendentes” (p. 130). O jovem, no entanto, não tem qualquer pretensão de se impor ou exhibir, é um viajante que “queria ir a Lagos, para ver como as pessoas de verdade viviam, tipo nas favelas, pois nunca fazia aquelas coisas bobas de turista enquanto viajava.” (p. 131). A surpresa da moça nessas conversas iniciais faz com que ela revise algumas opiniões “você não sabia que as pessoas podiam simplesmente escolher não estudar, que as pessoas podiam mandar na vida. Você estava acostumada a aceitar o que a vida dava, a escrever o que a vida ditava.” (p. 131).

O namoro embora represente um alívio para o trabalho, a exaustão e angústia, embora represente nas tirinhas de papel em branco do biscoito da sorte que comeram a possibilidade de o futuro não estar escrito, alguns conflitos não tardam a começar. Akunna

começa a se sentir sufocada pela empatia excessiva do companheiro e pela constante mania que ele tem de mostrar sua inteligência, ao ponto de achar que o mundo deveria ter mais pessoas como ele. Ele não comia carne, sua mãe era professora de estudos feministas, comprava-lhe presentes sem qualquer utilidade prática, o que ela achava um gasto desnecessário de dinheiro, a família dele tinha uma casa de verão no Canadá, o que soava estranho à moça o desdém dele quanto a essa propriedade, pois na Nigéria só prédios administrativos e bancos tinham aquele tamanho. Apesar disso, “aquilo que se enroscava ao redor do seu pescoço, que quase sufocava você antes de dormir, começou a frouxar, a se soltar.” (p. 136).

A reação das pessoas diante do casal, e a reação dele frente a isso a incomodava, os grosseiros eram grosseiros demais, os simpáticos eram simpáticos demais, o que a incomodava e ele sequer percebia, diziam “que casal bonito num tom alegre demais, alto demais, como se quisessem provar para si próprios que tinham a mente aberta” (p. 136). A exceção dos pais do jovem que não lhe causaram desconforto e na presença dos quais não se sentiu um prêmio, uma presa de marfim, todavia o rapaz se queixava dos pais e ela só sentia raiva. Havia algo errado, e mais uma vez o movimento de contração quebra o alívio que os bons momentos partilhados causavam. “Mais tarde, no chuveiro, você começou a chorar. Observou a água diluir suas lágrimas, sem saber por que estava chorando.” (p. 137).

A aproximação de seus modos de vida somente revelou o abismo intransponível de valores, ainda que suavizados pela convivência e afeição a que se dedicavam, diferentes demais. Ao menos distantes o suficiente para que Akunna não se sentisse bem numa relação que para ela era social, conjuntural e politicamente discrepante. Tanto que, diferente das outras vezes em que mandou dinheiro para casa ela colocou o endereço para que a família pudesse lhe escrever, e assim recuperar algo de sua vida, do contato com sua cultura. A resposta vem com a notícia da morte de seu pai, a moça decide então voltar para Nigéria e quando o rapaz perguntou se ela voltaria “você virou de costas e não disse nada e, quando ele a levou de carro ao aeroporto, você abraçou-o apertado por um longo momento e depois soltou.” (p. 138).

Com esse abraço a narração realiza em um só plano os movimentos de expansão e retração discutidos no decorrer de toda a narrativa, sinalizando que esse ato para Akunna está encerrado. O conto termina e embora não se saiba se ela volta ou não aos Estados Unidos, uma coisa é certa, essa experiência marcou-a o suficiente para que tudo a partir dali fosse diferente. As histórias únicas que tinha foram confrontadas, as representações do outro e de si

ao serem questionadas abriram tantas possibilidades de se ver e posicionar no mundo que a jovem Akunna do início do conto parece quase irreconhecível tal é a evolução da personagem.

Considerações finais

A crítica pós-colonial traz uma tarefa árdua ao analisarmos uma obra literária porque implica discussões estético-formais além de socioculturais extensas e que não se mostram ou propõem de maneira alguma acabadas. Porém, é necessário contestar a teoria literária ocidental uma vez que ela vê em seu arcabouço teórico e epistemológico dificuldades em alcançar produções artísticas marginalizadas.

Posto que a literatura pós-colonial tem meios e referências próprias de construir suas histórias, e muitas dessas literaturas já são maduras no cenário artístico mundial, Chimamanda inova em proposições que aproximam a crítica pós-colonial do feminismo, ainda contribui para a desconstrução das histórias únicas e de maneira sensível expõe as dificuldades da mulher, do negro, do estrangeiro num país de cultura hegemônica e colonizadora. No seu pescoço acena para um cenário de ampla repercussão temática que encanta pela simplicidade e pela universalidade com que trata as relações interpessoais quando há tantos contrastes e incoerências, sejam elas étnicas, sociais ou de gênero.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozie. **No seu pescoço**. Tradução Julia Romeu. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 e. São Paulo: Hucitec, 2009..

BARBOSA, Pedro. **Metamorfoses do Real**: Arte, imaginário e conhecimento estético. Porto, Edições afrontamento, 1995.

BARILLI, Renato. **Curso de estética**. Editorial etampa Lda. Lisboa, 1989.

BHABHA, Homi K. O pós-colonial e o pós-moderno. A questão da agência. In: BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG. 1998.

BOSI, A. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Ática, 2000.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, p. 7-85. 2010.

ERICKSON, F. “Advantages and disadvantages of qualitative research design on foreign language research”. In: FREED, Barbara (Ed.). Foreign language acquisition research and the classroom. Lexington, Massachusetts, Toronto: D. C. Health and Company, 1991.

FISCHER, E. **A necessidade da arte**. Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: HALL, Stuart. (Org). Liv Sovik. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 95-120. 2009.

MASSAUD, M. **A criação literária**. São Paulo: Culturix. 1997.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPIVAK, G. C. **Can the subaltern speak?** Speculations on widow sacrifice. Wedge, v. 7/8, n.1 p. 120-130, 1985.

Experiência do Pibid no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa

Andressa Rodrigues da Silva¹³
Maria de Lurdes Nazário¹⁴

Resumo: O presente trabalho visa relatar a experiência vivida no Pibid Letras do CSEH/UEG, explicando como este se desenvolveu no segundo semestre de 2018, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Elias Chadud, no município de Anápolis. O programa desenvolve ações em escolas públicas com o objetivo de potencializar a formação docente em campo. Essa experiência propicia uma nova etapa na carreira docente, na qual os *pibidianos* têm encontrado um espaço de maior protagonismo na sua formação.

Palavras-chave: Pibid, Língua Portuguesa, Formação de Professor.

Introdução

O presente trabalho visa relatar a experiência vivida no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) de Língua Portuguesa do curso de Letras do Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CSEH) da UEG, explicando como este se desenvolveu no segundo semestre de 2018, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Elias Chadud em Anápolis.

O programa é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que tem como objetivo incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica. O programa fornece bolsas para alunos na primeira metade do curso de licenciatura desenvolverem projetos em escolas públicas. Os discentes são supervisionados por um professor da escola e orientados por um docente de sua instituição. Desse modo, o Pibid promove a iniciação à docência diretamente no ambiente escolar (BRASIL, 2018).

O Pibid foi iniciado na UEG em 2012, tendo a primeira proposta do programa contemplado 40 subprojetos em doze Câmpus. O resultado satisfatório alcançado reafirmou que a parceria entre Universidade e Escolas da Educação Básica deveria ser incentivada por contribuir de forma significativa na formação de professores. Essa parceria proporcionou não só melhor desempenho dos alunos bolsistas nas suas atividades de sala de aula, bem como

¹³ Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras na Universidade Estadual de Goiás – Câmpus CSEH.

¹⁴ Orientadora deste trabalho. Docente do Curso de Letras. Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: mariadelurdesnazario@gmail.com.

influenciou estudos teóricos no interior dos cursos de licenciatura, nas várias áreas do conhecimento (BRASIL, 2013).

O atual Pibid de Letras do CSEH/UEG iniciou-se em agosto de 2018 e irá até janeiro de 2020, contando com oito discentes que estão matriculados na primeira metade do curso. Sob a coordenação da professora Maria de Lurdes Nazário, o Plano de Atividades de Letras tem como foco as demandas de aprendizagem do aluno quanto às habilidades básicas em toda prática linguística (leitura, fala e escrita).

No programa, os acadêmicos desenvolvem atividades didático-pedagógicas na escola-campo e realizam atividades dentro da instituição acadêmica, como debates sobre o trabalho em sala de aula, acerca da relação entre teoria e prática; estudos de textos sobre linguagem, língua e ensino de língua portuguesa que dão base teórica às propostas do projeto; e planejamento de aulas e confecção de material didático.

Assim, os professores em formação mantêm um contato inicial com a prática de ensino e contato com a comunidade escolar, vinculando às teorias estudadas, para que possam refletir e adquirir conhecimentos que são fundamentais para a profissão a ser assumida.

O Plano de Atividade do PIBID de Letras

No 2º semestre de 2018, o Plano de Atividade do Pibid/UEG/Letras (NAZÁRIO, 2018) foi desenvolvido no CEJA Professor Elias Chadud em Anápolis, contemplando turmas do ensino fundamental ao médio, com alunos de variada faixa etária. O projeto teve a participação de oitobolsistas, uma professora supervisora (professora regente na escola-campo) e uma coordenadora de área (professora da licenciatura). A carga horária dedicada ao Pibid era de oito horas semanais. Nós passávamos um dia durante quatro horas na escola-campo, em que nós, pibidianos, frequentávamos em duplas e cada dupla ia em um dia da semana, e as outras quatro horas eram cumpridas nas sextas-feiras na UEG, alternando entre reuniões de orientação e grupo de estudos.

O primeiro contato com a escola aconteceu no mês de agosto, quando ocorreu a primeira reunião com a professora supervisora, os pibidianos e a coordenadora de área e, após a reunião, houve a apresentação do Pibid para a comunidade escolar. Nesse momento, buscamos conhecer o funcionamento da escola, sua estrutura organizacional e o perfil dos alunos a que atende, a fim de colher dados para seleção dos conteúdos e preparação das atividades que estivessem de acordo com aquela realidade escolar e que levassem em conta

sua estrutura e materiais oferecidos. Em seguida, buscamos, também, articular as propostas de atividades de acordo com os projetos já existentes na escola e de acordo com as diversas demandas de aprendizagem que os alunos dessa instituição apresentavam.

Durante o Pibid tivemos reuniões semanais com a coordenadora de área, quando nos foram repassadas informações da Capes, lemos o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola-campo, recebemos orientações metodológicas para desenvolvimento dos projetos que propomos e compartilhamos nossas experiências na escola. Ainda com a coordenadora, tivemos o grupo de estudos, onde líamos e debatíamos textos que serviam de referencial teórico para as atividades que realizávamos no Elias Chadud ou que simplesmente nos faziam refletir e trabalhar acerca das concepções de linguagem e das práticas pedagógicas, tanto nossas quanto das observadas na própria escola.

Teoria e Prática no Pibid

Para a fundamentação teórica e metodológica, foram feitas leituras e discussões sobre texto e ensino, tipologia textual, gramática e ensino, reescrita de textos, tipos de correção, concepções de língua/linguagem, crença de professores de português e práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa. Esse momento teórico foi feito durante os grupos de estudo nas sextas-feiras, de 15 em 15 dias.

Nesses estudos, debatemos e refletimos sobre essas temáticas, que nos ajudaram no planejamento das aulas, na correção de textos e criação de material didático, como também cartazes para divulgar o projeto na escola-campo, uma tabela com critérios de correção para utilizarmos nas produções textuais dos alunos, atividades acerca dos conteúdos abordados em sala, entre outras coisas.

De início, nossa coordenadora pediu que fizéssemos fichamentos dos textos lidos para o grupo de estudos e enviássemos para ela antes de cada encontro, para que pudesse direcionar nossa discussão de acordo com o que já havíamos pontuado nos fichamentos. Mas isso acabou não dando certo, pois, por mais produtivo que fosse somado aos trabalhos que tínhamos na faculdade e aos materiais que tínhamos que produzir para usar na escola durante o Pibid, fazer o fichamento se tornou uma coisa a mais que sobrecarregava. Então foi decidido de apenas lermos os textos e fazermos anotações em nosso próprio caderno para as discussões em grupo.

Em uma de nossas leituras, mais precisamente a do texto *Crenças de professores de Português sobre o papel da gramática no ensino de Língua Portuguesa* (MEDEIROS, 2005), o autor questiona a crença de que aprender língua significa aprender regras gramaticais fixas e termos técnicos. O autor se atenta ao fato de que a gramática normativa não está de acordo com os contextos de comunicação oral dos alunos, e a escola deve ensiná-los a ter competência para identificar isso e fazer o uso adequado da língua de acordo com cada contexto.

Ler esse texto nos fez imaginar como abordar gramática em sala de aula, como poderíamos explicar os tipos de gramática que o autor, por exemplo, cita (gramática normativa, descritiva e internalizada), para que serve esse conhecimento na vida do aluno e como ele pode usufruir disso no dia a dia dele. Na prática, no Elias Chadud, fizemos isso aos poucos, explicando a diferença entre as modalidades da língua (oral e escrita) e suas regras, desmistificando o discurso de “certo e errado” em relação a essas modalidades da língua portuguesa, ao mesmo tempo em que passávamos os conteúdos de cada aula.

No capítulo *A gramática na atividade discursiva: funções e limites* (ANTUNES, 2014), fala sobre a atitude linguística em relação à fala do outro, o que muitas vezes contém preconceito social. Ela discute o que é língua enquanto discurso, enquanto prática social, e diz que língua é sistema, discurso e prática, e incentiva o pensar na língua enquanto função, ou seja, pensar na função da língua na prática, na vida real, pensar que se uma pessoa fala algo, ela fala para alguém e com algum propósito. Então, atividades na escola em que, por exemplo, o aluno escreve frases soltas, fora de um texto, sem algum propósito que leve a compreender o conteúdo e relacionar à vida dele, são atividades que não se enquadram nessa ideia da autora.

Esse texto da Antunes (2014) nos ajudou a ter base na hora de falar sobre preconceito linguístico com os alunos da escola-campo, falar sobre a função do português padrão e não padrão e a importância de dominar os dois. Nos fez também entender a importância de nós mesmas, como professoras, sabermos o porquê estamos ensinando cada conteúdo e de fazer com que o aluno também entenda o porquê de ele estar estudando e como aquilo pode acrescentar na vida dele.

No capítulo *Linguagem como interação social: língua, gramática e ensino* (ANTUNES, 2014), analisa o trabalho pedagógico com a linguagem. Nessa análise é interessante quando a autora fala sobre os exercícios que são aplicados em sala de aula. Ela critica os exercícios em que os alunos estudam nomenclaturas, ao invés de aprender sobre a

funcionalidade dos elementos linguísticos dentro de um texto, oral ou escrito. E ela critica também quando professores ensinam o aluno a simplesmente identificar certa categoria no texto, sem de fato lê-lo e analisá-lo e então entender e interpretar aquilo que ele identificou.

Para Antunes (2014), no lugar de, por exemplo, ficar definindo os pronomes como as palavras que se referem a um nome e então pedir para o aluno formar frases soltas com alguns exemplos deles, “[...] vale mais procurar ver como os pronomes são usados, por quem, quando, com que funções, com que valores sociais a eles atribuídos; ou ainda, procurar identificar as perturbações causadas, para a compreensão do que dizemos, pelo uso indevido de um pronome” (2014, p. 26). Creio que ter lido e parado para refletir sobre isso já nos ajudou a repensar as práticas que à adotar dentro de sala de aula e também a pensar na forma que queremos trabalhar no nosso Pibid, fazendo atividades que sejam significativas para a vida do aluno.

Nós tentamos levar essa teoria para a escola, durante nossas oficinas de correção coletiva. Nessas oficinas, nós entregávamos para os alunos redações escolares que continham problemas de coesão, desvios gramaticais e quanto à estrutura do texto (faltavam parágrafos, o texto não correspondia à estrutura do tipo textual requisitado etc.), e pedíamos para que os alunos interpretassem essas redações, pensando nas ideias nelas contidas. Em seguida perguntávamos os pontos positivos de cada texto em relação ao tema, à estrutura e outros aspectos que os alunos pudessem gostar e achar produtivos dentro das redações.

Logo após, pedíamos os pontos negativos dos textos, também referente às ideias contidas neles, ao tema que cada um abordava, à sua estrutura, aspectos relevantes para o sentido desses textos, para que os alunos, em posição de leitores daquelas redações, entendessem o que cada autor estava querendo transmitir. Em seguida, iniciávamos a correção no quadro, analisando um período de cada vez desses textos, onde os alunos tinham que apontar os problemas que eles viam e nos dizer do que cada problema se tratava e como eles o nomeariam. Mas ao nomear, eles tinham também que refletir e dizer os possíveis motivos que levaram a pessoa que escreveu o texto a cometer aquele deslize e como poderíamos solucionar aquilo para melhorar o texto.

Os alunos não souberam nomear vários dos problemas que eles encontravam (como regência e concordância verbal), mas lendo o texto e entendendo as ideias nele, sabiam que alguma coisa podia melhorar em certas orações do texto. Nós, como professoras, nos encarregávamos de que eles entendessem também que, mesmo um texto podendo melhorar, se

eles conseguiam entender o sentido dele, as ideias do autor contidas nele, então aquele texto não estava sendo prejudicado por esses problemas superficiais.

Cremos que o resultado desse trabalho veio aos poucos. Depois de duas correções assim, percebemos que muitos alunos passaram a ter outro olhar em relação ao seu próprio texto e ao texto do outro, não descartando textos apenas por terem problemas referentes ao uso do português padrão. Eles foram entendendo que as ideias deles importavam mais para nós do que os deslizes que eles cometiam na superficialidade do texto. E considerando a superficialidade, com um semestre ou dois, fazendo um trabalho com mais correções coletivas e reescritas, a escrita dos alunos iria melhorar significativamente.

Claro que existem também alunos que cometem problemas que demandariam mais aulas, como problemas de seleção coerente das ideias para o texto, frases e raciocínios incompletos, organização coerente das ideias nos textos, entre outros. Esses problemas necessitam de uma atenção a mais, algumas aulas com um trabalho mais focado neles, os alunos demorariam a começar entender e resolver esses problemas nos seus textos, mas isso ocorre porque cada aluno tem suas dificuldades específicas. Na EJA isso fica bem evidente, por conta das diferenças de idade e tempo de escolarização bem divergente entre os alunos. Então ter maturidade quanto a isso, entendendo que as coisas vão funcionando aos poucos, foi importante para conseguirmos ficar felizes com o resultado já alcançado.

O CEJA Professor Elias Chadud: campo de vivência

O Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Elias Chadud da cidade de Anápolis é uma instituição estadual especializada, como o nome já diz, na Educação de Jovens e Adultos, atendendo em média mais de 1000 alunos. A escola trabalha também com Educação Prisional em salas multisseriadas, atendendo alunos jovens infratores e também presos do regime fechado (PPP, 2017).

A escola recebe alunos de diversas faixas etárias e com experiências escolares bastante distintas. Esse contexto torna o ensino em sala de aula ainda mais complexo, já que o professor precisa preparar aulas que contemplem demandas de aprendizagens muito diversas.

Na sala de aula, é clara a dificuldade de muitos alunos com leitura, interpretação e produção de texto. Então de início, nós *pibidianos* tentamos incentivar os alunos a lerem sempre que tínhamos a oportunidade. Falamos da biblioteca da escola, informando sobre alguns títulos contidos lá, como um livro de crônicas e contos da Clarice Lispector, a coleção

do *Sítio Do Pica Pau Amarelo* do Monteiro Lobato e alguns bestsellers que poderiam interessar os mais jovens, como *As Crônicas de Nárnia* do escritor inglês C.S. Lewis. Com essa atitude, vimos que interesse em ler muitos tinham, mas a vida que eles levam não favorece esse interesse.

Os alunos no geral têm insegurança linguística e baixa autoestima muito grande por conta de sua realidade de vida. Muitos passaram anos longe da escola e acham que não sabem mais nada e que tudo que fazem é ruim, outros não acham que são capazes de produzir textos por conta da idade ou porque têm necessidades específicas que atrapalham seu rendimento, comparado a outros alunos. E essa realidade exige um trabalho pedagógico mais sensível, que atenda às demandas de aprendizagem desses estudantes enquanto seres humanos.

Relato de algumas atividades

Logo em nosso primeiro mês de Pibid, a professora Magda, nossa supervisora na escola, nos informou sobre um projeto na escola chamado “Dia D da Leitura”, que era um dia em que em certo horário as turmas estariam fazendo alguma atividade voltada para a leitura. Assim, nós preparamos aulas, de 45 minutos, envolvendo leitura e interpretação de texto.

Foi nesse momento também que aprendemos a confeccionar material didático, a fazer um plano de aula. Para isso tivemos material base, pesquisamos sobre o que colocar em um plano de aula, fizemos um primeiro plano e com a ajuda da professora Maria de Lurdes (coordenadora) o aprimoramos e mandamos para a Magda (supervisora), para que ela avaliasse e aprovasse a aula que iríamos ministrar.

Fomos separados em grupos e cada grupo daria uma aula em uma das turmas da professora Magda. Meu grupo escolheu trabalhar com os gêneros charge e reportagem, escolhemos textos desses gêneros que falavam sobre o salário mínimo e desigualdade social, com a proposta de relacionar os dois temas. Tínhamos a preocupação em trabalhar temas que eram de interesse dos alunos e que fossem relevantes em sua formação social e humana, pensando em um leitor crítico de sua realidade.

No material impresso que levamos para a sala de aula (uma cópia para cada aluno), continha duas reportagens, *O salário mínimo real* (Exame) e *Salário mínimo em junho deveria ser de R\$3.804,06, diz Dieese* (Uol), que falavam sobre o salário mínimo e o reajuste do mesmo no ano de 2018 e criticavam como esse salário não atende às necessidades mínimas

de um cidadão real. Continham também no material, duas charges, *Desigualdade social* e *Percepção infantil* (Clube da Mafalda), que faziam crítica à desigualdade social.

Em sala nós lemos os textos com os alunos e iniciamos um debate. Eles identificaram os gêneros, relacionaram os temas e assim debateram suas interpretações sobre cada texto. Foi uma aula produtiva, em que tivemos um primeiro contato de fato com os alunos e os conhecemos um pouco. E posteriormente pudemos fazer uma autoavaliação do nosso trabalho, pontuando pontos negativos e positivos dessa experiência.

A professora Maria de Lurdes, seguindo uma orientação da coordenadora da escola, propôs que fizéssemos oficinas no quinto horário, que era o horário vago para várias turmas. Nessas oficinas, faríamos atividades práticas de leitura, interpretação, produção de texto com os alunos e atividades mais metalinguísticas, tratando de questões linguísticas percebidas na superficialidade do texto. A oferta seria para todas as turmas que tivessem aula vaga nesse quinto horário.

Depois de tudo planejado, com a produção do material didático já feita, as oficinas acabaram não funcionando por conta da ausência dos alunos. Creio que essa ausência veio em decorrência do perfil do estudante da EJA, que são alunos que trabalham, muitos são pais e mães, então eles têm uma dificuldade a mais para ficar além do horário de aula. Em decorrência disso, as professoras Magda e Ivaldete nos cederam algumas de suas aulas para aplicarmos essas oficinas em suas turmas. Dessa forma, as oficinas foram dadas em trios ou duplas, de acordo com o dia em que cada *pibidiano* já iria para a escola. De qualquer forma, conseguimos focar em leitura, oralidade, escrita e fazer, ao nosso ver, um trabalho produtivo com os alunos.

Nessas aulas, às quartas-feiras, juntamente das *pibidianas* Jeniffer e Ana Luísa, eu pude trabalhar Coesão Textual com os alunos. Elaboramos todo material teórico (slides) e atividades para ensinar os tipos de coesão, dar exemplos, refletir com os alunos esses exemplos e depois fazer exercícios para consolidar mais o aprendizado. Esses exercícios foram corrigidos em sala ainda com os alunos, e durante esse momento nós tiramos algumas dúvidas e procuramos deixar clara a importância daquele conteúdo em suas produções de textos. Os alunos participaram bastante durante essas oficinas, disseram gostar da aula e acharam interessante o conteúdo, então consideramos o resultado positivo.

Outra experiência importante ocorreu após o primeiro simulado do semestre, em que nós *pibidianos* fomos orientados a nos juntar aos estagiários do curso de Letras da UEG (orientados pela professora Maria de Lurdes), que também estavam na escola-campo, para

ajudarmos a corrigir as redações do simulado, para juntos aprendermos. Nesse momento, nos reunimos todos na sala dos professores, cada bolsista do Pibid ficou responsável pela correção das redações de uma turma, e a todo momento durante esse trabalho tirávamos dúvidas com os alunos do estágio, que tinham mais experiência. Os estagiários ficaram encarregados também de conferir nossas correções e nos informar se algo fugia do tipo de correção que fomos orientados a fazer.

Após esse dia, concluímos que fazer as correções de outras redações durante o semestre seria uma tarefa importante tanto para nós quanto para os alunos da escola, que teriam um retorno mais detalhado de seu trabalho com a escrita e assim poderiam aprimorá-la. Para nos ajudar nessa tarefa, decidimos criar um material que os orientassem com critérios de correção, uma vez que a escola não tinha critérios claros de correção de texto.

O objetivo da criação da tabela não foi para dar nota ou fazer uma avaliação positiva ou negativa dos textos dos alunos, mas sim criar condições de ensiná-los a corrigirem seus próprios textos, a terem mais autonomia. Além de utilizá-los nos textos, nós conversamos bastante sobre os critérios com os alunos, reforçando a ideia de que para escrever melhor, é preciso corrigir suas produções e reescrevê-las quando necessário.

O trabalho para criar uma versão final desses critérios foi feito aos poucos, durante as reuniões e grupo de estudos na UEG e em algumas discussões com a professora Magda, juntamente com a experiência que ganhávamos na escola já corrigindo alguns textos dos alunos. Assim íamos debatendo os tópicos que seriam acrescentados nessa tabela de acordo com as dificuldades que víamos nos textos feitos em sala de aula. Fizemos ainda consulta a diferentes tabelas de correção, com critérios de correção diferentes. Ao pensar nos critérios, também levamos em conta as cobranças do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e de centros de seleção das Universidades. Após algumas semanas, conseguimos finalizar nossa tabela e enviar para a professora regente da escola-campo, para que ela aprovasse.

A partir disso, realizamos aulas de correção coletiva, onde levamos uma produção de texto com problemas gramaticais e textuais, e corrigimos com os alunos em sala, ao mesmo tempo em que íamos apresentando os critérios com seus símbolos (correção classificatória). Assim ensinamos a interpretar e usar os símbolos contidos nesse material. Durante essas aulas, vimos uma participação maior dos alunos, eles se empolgaram em tentar nomear cada problema para conseguir achar o símbolo dele na tabela e marcar no texto.

Para os alunos era mais fácil indicar os problemas gramaticais em um texto ao invés dos problemas na estrutura e sentido do texto, porque o ensino que eles recebem é focado na

gramática. Mas era muito interessante quando um aluno dizia que certo problema correspondia a um símbolo e outro aluno discordava, apontando outro símbolo. Às vezes nem sabiam nomear o problema exatamente, mas pedíamos que eles explicassem o que achavam que seria e nisso a turma refletia sobre o texto, que era um dos nossos objetivos principais nessas aulas de correção.

Mas além de explicar a função dos critérios e dos símbolos, também trabalhamos com os alunos a reescrita, onde eles tinham que olhar os símbolos, entender do que se tratava cada um e ver como melhorar cada problema no texto. E com o tempo fomos vendo os resultados desse trabalho nos textos dos alunos e na participação em sala, eles mesmos já viam, por exemplo, o símbolo “o” na correção dos textos deles e falavam que era um problema de ortografia e em seguida já comentavam como corrigir aquilo. Então era assim que víamos que grande parte dos alunos estava entendendo nosso trabalho e fazendo uso dele.

Algumas considerações

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência é um auxílio gigantesco ao estágio, porque o aluno participante já teve toda a primeira experiência de sala de aula, já estudou um conteúdo mais voltado para a prática, encarou o receio de ficar diante dos alunos e passar um conteúdo para eles. Esse aluno também provavelmente já teve uma experiência de como falar com os membros da escola (professores regentes, coordenação, direção etc.). Então quando chegar ao estágio, esse aluno estará mais preparado, ele já tem noção do que vai enfrentar ali e não vai ficar tão apreensivo.

O projeto todo em si só vem para acrescentar à formação docente, tanto dos *pibidianos* quanto das escolas parceiras. Para os alunos das escolas-campo, os bolsistas do Pibid são rostos novos, que trazem um modelo de dar aula diferente, que oferecem uma oportunidade para que esses alunos tentem tirar dúvidas e revisar matérias para aprendê-las melhor, então também é algo positivo para esses estudantes.

A combinação do grupo de estudos mais as horas na escola foi essencial para nosso aprendizado no Pibid. As leituras no grupo de estudos, as conversas e debates sobre os textos, sobre nossos projetos na escola, sobre o Pibid em geral foram de extrema importância, porque deram base que de fato precisávamos ao ir para a escola-campo e executar nossos planos, deram todo um conhecimento que até então não tínhamos. E juntando isso tudo com as aulas da nossa grade curricular, é uma experiência mais completa de aprendizado na faculdade.

De ponto negativo, pontuamos o fato de não termos trabalhado com turmas específicas, conhecendo os conteúdos trabalhados pela professora regente durante o semestre e estabelecendo relação, criando vínculo com os alunos das turmas. Infelizmente, esta foi consequência de as oficinas não terem acontecido como estavam planejadas.

Ao trabalhar com diferentes turmas, tanto do ensino fundamental quanto do médio, em um Centro de Educação de Jovens e Adultos, foi uma experiência nova, muito diferente da vivência escolar, por isso não conseguimos filtrar quais conteúdos cada turma estava vendo com as professoras regentes e como nosso trabalho estava acrescentando à aprendizagem em cada turma especificadamente. No ano de 2019, no entanto, isso já foi resolvido ao assumirmos duas aulas semanais em duas turmas para trabalhar durante todo o semestre.

Não ter *feedback* por parte da professora regente propriamente dito foi o maior ponto negativo. Porque entrávamos em sala, ministrávamos nossas aulas e recebíamos resposta positiva e curta da supervisora. Mas esperávamos mais que isso, porque como iniciantes sentíamos necessidade de orientação sobreem que melhorar, como melhorar, queríamos um retorno do que realmente foi bom e podíamos continuar a fazer. Claro que para dar aula não tem um script fixo a ser seguido, mas, para quem nunca fez aquilo e está extremamente inseguro, esse tipo de orientação e retorno de uma pessoa mais experiente e que já está ali na escola ajuda bastante.

Esse feedback poderia ter sido dado nas reuniões que tínhamos toda semana com nossa coordenadora do projeto, porém a professora supervisora não participava dessas reuniões. A presença dela nesses momentos seria muito produtiva, tanto para retorno do nosso trabalho como para auxílio mais eficiente aos projetos que pensamos realizar e trabalhamos.

Referências

ANTUNES, Irandé. Gramática contextualizada o que é? In: _____. **Gramática contextualizada: limpando ‘o pó das ideias simples’**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 39-50.

ANTUNES, Irandé. Da gramática sem contexto à gramática para usos específicos. In: _____. **Gramática contextualizada: limpando ‘o pó das ideias simples’**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 51-58.

ANTUNES, Irandé A gramática na atividade discursiva e limites. In: _____. **Gramática contextualizada: limpando ‘o pó das ideias simples’**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 31-38.

BRASIL. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid. **Detalhamento do Projeto Institucional do Pibid 2014/2018/UEG**. Universidade Estadual de Goiás, Anápolis,

2013. Disponível em:

http://cdn.ueg.edu.br/source/pibid/conteudoN/8687/projeto_institucional__pibid_ueg_2014_c omissao.pdf. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Edital n. 7/2018. **Chamada pública para apresentação de propostas.**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, Brasília, 2018.

MADEIRA, Fábio. Crenças de professores de Português sobre o papel da gramática no ensino de Língua Portuguesa, **Linguagem & Ensino**, vol. 8, n. 2, 2005. p. 17-38.

NAZÁRIO, Maria de Lurdes. **Plano de atividades do Pibid Letras**. Universidade Estadual de Goiás, CSSEH, Anápolis, 2018.

PPP – **Projeto Político Pedagógico** do Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Elias Chadud. Seduce: Anápolis, 2017.

As representações do feminino na literatura goiana contemporânea

Hevellyn Cristine Rodrigues Ganzaroli¹⁵
Ewerton de Freitas Ignácio¹⁶

Resumo: Propõe-se neste artigo, investigar mais a fundo como se dão as representações femininas na literatura contemporânea goiana. Temos, em nossa sociedade, um arquétipo feminino construído a partir de rótulos, pressuposições ou julgamentos capazes de, ao longo dos anos, desvalorizar, construir uma imagem negativa da mulher, colocá-la sempre em posição de fragilidade, posição de inferioridade em relação ao homem ou o que representa o masculino. Este projeto se justifica pela possibilidade de fornecer novos elementos para a análise literária, sobretudo da literatura goiana, ao tocar num assunto tão pouco discutido na área. Busca-se compreender como parte da prosa contemporânea de autores goianos tem representado o feminino, bem como averiguar as implicações disso no interior dos romances estudados e no contexto maior de cultura. Este artigo baseia-se nas considerações tecidas por duas estudiosas, cujas produções discutem a respeito da representação feminina na literatura, quais sejam Cíntia Schwantes (2006) e Brandão (2006). A pesquisa terá duração de aproximadamente 24 meses e tem como princípio metodológico o estudo bibliográfico e a articulação entre as leituras teóricas e a análise dos romances.

Palavras-chave: literatura goiana, feminino, teoria literária.

Introdução

Em outras pesquisas (referentes à projetos de pesquisas de iniciação científica fomentados pelo CNPq e pelo programa institucional de bolsas da Universidade Estadual de Goiás – UEG), analisamos as relações entre a representação de diversos espaços urbanos e as personagens em que neles vivem, em romances escritos por autores goianos contemporâneos. Mais que isso, buscamos compreender melhor como se dá a leitura das cidades em que vive o homem contemporâneo, possibilitando entender o próprio sujeito urbano, suas características e as condições de sua vida na cidade.

Para tal, analisamos as obras *Terra de Casas Vazias* (2013), de André de Leones, numa primeira pesquisa, e *Cidade Livre* (2010), do escritor João Almino, numa segunda pesquisa. Durante a leitura desses romances, notamos a presença de personagens femininas peculiares, algumas das vezes ofuscadas pelos protagonistas das histórias em que estão inseridas.

¹⁵ Mestranda do TECCER. E-mail: hevellyn_cris@hotmail.com.

¹⁶ Orientador deste trabalho. Docente do Curso de Letras, Doutor em Literatura e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista. E-mail: ewertondefreitas@uol.com.br.

Em *Terra de Casas Vazias* somos apresentados a algumas figuras femininas marcantes. Teresa é uma das protagonistas e, junto com o marido Arthur, tenta superar uma grande perda “fugindo” da cidade de Brasília, carregada de memórias individuais. Também nessa obra, Marcela e Nathalie merecem destaque por retratarem um casal que, em meio à narrativa sombria e marcada pela presença da morte, representam uma esperança, uma utopia, de vida feliz.

No romance de Almino também nos deparamos com mulheres de personalidades distintas, mas que poderiam facilmente ser encontradas na sociedade, o que favorece a identificação do leitor com essas personagens. Tia Francisca é a “fornecedora de alimentos e também auxilia na cozinha do restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social” (ALMINO, 2010, p. 102), Lucrécia é uma prostituta moradora da Cidade Livre e Matilde, mulher por quem o protagonista da narrativa, João, nutre desejos eróticos.

Além desses, outros romances de escritores goianos contemporâneos possuem personagens femininas relevantes, como *Dentes Negros* (2011), também de André de Leones, que nos são apresentadas Renata Campos e Ana Maria, e *Herança de Sangue*: um faroeste brasileiro (2012), de Ivan Sant’anna, cuja narrativa fornece personagens femininas fortes e destemidas como Caetaninha, estalajadeira, chefe de um bando de assaltantes de estrada e amante do vigário Luiz Antônio da Costa.

Nesse sentido, propõe-se nesse projeto, investigar mais a fundo como se dão as representações femininas, na literatura contemporânea goiana. Temos, em nossa sociedade, um arquétipo feminino construído a partir de rótulos, pressuposições ou julgamentos capazes de, ao longo dos anos, desvalorizar, construir uma imagem negativa da mulher, colocá-la sempre em posição de fragilidade, posição de inferioridade em relação ao homem ou o que representa o masculino. Dito isso, é comum vivenciarmos atos que distorcem o retrato feminino. Esses episódios, por sua vez, partem de um processo histórico culturalmente arraigado, sendo executado, não raro, por mulheres.

Desenvolvimento

Nota-se uma vertente crescente de estudiosos da literatura que se propõem a estudar aspectos concernentes às produções literárias goianas da contemporaneidade. Podemos, como exemplo, citar Ribeiro e Ignácio (2015) cuja análise concentra na apropriação do conceito de fronteira e na contextualização desse conceito no contexto do cerrado goiano, Souza (2014), que busca estabelecer a relação entre a literatura do autor goiano André de Leones e o cinema,

e Zilberman (2012), que discute a respeito das cenas de fundação e da memória cultural em *Cidade Livre*.

No entanto, muito pouco foi estudado em se tratando da representação feminina na literatura goiana. Brandão (2006) e Schwantes (2006) fazem uma análise detalhada da mulher na literatura e da sua representação no texto literário, mas nenhum estudioso da Literatura debruçou-se sobre as representações femininas da literatura goiana contemporânea.

Dessa forma, este projeto se justifica pela possibilidade de fornecer novos elementos para a análise literária, sobretudo da literatura goiana, ao tocar num assunto tão pouco discutido na área. O estudo que aqui se propõe poderá contribuir na construção de uma importante base teórica a respeito da representação feminina na literatura contemporânea produzida no estado de Goiás.

Se partirmos da afirmação de Aristóteles de que “a arte imita a vida”, contraposto por Oscar Wilde em que diz que “a vida imita a arte”, temos, em nossas narrativas tanto personagens que representam a realidade, quanto sujeitos reais vivenciando o exposto nas narrativas. Assim sendo, não é possível afirmar qual é a origem do comportamento, se pela arte ou pela vida, entretanto, ambas as formas revelam representações estereotipadas, construídas ao longo da história da humanidade, e que traçam perfis para o sujeito, nesse caso, o perfil feminino.

Objetivos

Geral

- Compreender como parte da prosa contemporânea de autores goianos tem representado o feminino, bem como averiguar as implicações disso no interior dos romances estudados e no contexto maior de cultura.

Específicos

- Estudar a maneira como se efetivam as relações entre personagens femininas de ficção e o contexto no qual suas vivências se inserem;
- Analisar em que medida as representações do feminino na prosa contemporânea goiana têm se aproximado ou se distanciado dos rótulos preexistentes na sociedade de caracterização da mulher;
- Averiguar como e em que medida as representações femininas estão associadas à construção da memória coletiva e individual de um povo.

Referencial teórico

Este projeto baseia-se nas considerações tecidas por duas estudiosas, cujas produções discutem a respeito da representação feminina na literatura, quais sejam Cíntia Schwantes (2006) e Brandão (2006).

Schwantes (2006) discute a respeito da questão de que a representação feminina na literatura é complicada, uma vez que a obra em que o feminino representado está inserido foi produzida em um contexto patriarcal e sofre interferências diretas desse contexto. Dessa forma, tanto a figuração dessas personagens femininas na obra, como a sua análise, carregará influências do mundo comandado pelo patriarcado.

A autora salienta que, “evidentemente, a representação do feminino é regida por convenções que enfrentaram mudanças significativas ao longo do tempo” (SCHWANTES, 2006, p. 8). Ou seja, de acordo com o contexto em que as obras foram escritas, as representações femininas foram distintas, acompanhando as aberturas sociais que as mulheres adquiriam gradativamente. Isso acontece, pois, o autor, independentemente de seu gênero, necessita criar personagens femininas e essa criação vai seguir a visão de “mulher” vigente na sua realidade.

Uma vez que o patriarcado mantém as rédeas da sociedade ainda hoje, mesmo depois das grandes conquistas das mulheres, o cenário da produção literária continua parecido com o que apresenta a autora: “em uma cultura centrada em valores masculinos, as personagens femininas estão encerradas nos ‘textos da feminilidade’, nos quais elas seguem destinos à sombra dos personagens masculinos, cumprindo as expectativas deles em relação a elas” (SCHWANTES, 2006, p. 8, grifo da autora).

Brandão (2006) atenta-se para a complexidade da representação feminina na literatura. Para a autora, essa representação,

marcada pela letra e pela materialidade dos significantes, é, principalmente, figura de linguagem e figura literária. Como fetiche, remetendo à ilusão de completude, significa também a própria incompletude, que, se se cobre de letras, revela-se, entretanto, insuficiente para se definir (BRANDÃO, 2006, p. 29).

Percebemos, aí, a natureza contraditória da representação do feminino, que de forma ilusória, mostra-se completa, embora na realidade seja incompleta. Também, contraditoriamente, mesmo cobrindo-se de letras, e de significantes, parecer ser impossível de definir.

Nesse sentido, a mulher representada na literatura é complexa por si só, e é essa complexidade que a análise das figurações do feminino na prosa goiana contemporânea deve desvelar. Ressaltamos que “a feminilidade nunca se deixa capturar” (BRANDÃO, 2006, p, 29), por não existir um significante que englobe toda a complexidade que é o feminino. Portanto, o estudo proposto neste projeto tentará reconhecer traços, mesmo que fragmentados, do feminino nas obras a serem analisadas.

Metodologia

A pesquisa terá duração de aproximadamente 24 meses e tem como princípio metodológico o estudo bibliográfico e a articulação entre as leituras teóricas e a análise dos romances.

Inicialmente, escolher-se-á o *corpus* a ser analisado durante a execução desse projeto. Esse *corpus* será composto por textos literários produzidos em Goiás, em cujas narrativas contenham personagens femininas marcantes. Faz-se necessário lembrar das mulheres citadas na introdução deste projeto, presentes em alguns romances goianos, os quais são excelentes opções para constituir o conjunto de textos objetos da análise.

Depois, serão realizadas leituras preliminares das prosas a serem analisadas, a fim de nos familiarizarmos com o enredo e com as personagens, bem como com os perfis femininos nelas representados. A seguir, dedicaremos à leitura de livros e artigos que versam sobre dois temas-chave, quais sejam, o retrato do feminino na literatura (BRANDÃO, 2006) e (SCHWANTES, 2006) e o problema do padrão feminino na literatura e na sociedade contemporânea.

Numa terceira etapa, realizaremos a releitura das obras literárias, voltando nossa atenção, principalmente, para a construção dos perfis femininos nessas obras. Analisaremos também a influência que o contexto sócio-histórico e cultural tem na formação da imagem da mulher nos contextos literários das narrativas.

A partir daí, passaremos a investigar esses romances, alicerçando-nos em algumas categorias de análise. Para isso, será necessário reaproximarmos do campo teórico da teoria literária, especialmente do conjunto das reflexões em torno da narrativa e suas particularidades (BARTHES, 2011). A etapa de conclusão da pesquisa tem como princípio metodológico a articulação entre as leituras teóricas e a análise dos romances (IGNÁCIO, 2010).

Considerações finais

Interessa-nos, portanto, ao analisar as representações femininas presentes em obras literárias goianas contemporâneas, buscar características que se aproximam ou se distanciam do arquétipo construído socialmente sobre as mulheres. Assim, poderemos criar um panorama das representações femininas nas obras goianas da atualidade.

Para além disso, buscaremos reconhecer, por meio dos arquétipos, em que medida a formação cultural advinda de uma sociedade patriarcal pode influenciar nesse retrato feminino, bem como as consequências disso na personalidade do sujeito “mulher”.

Deste modo, uma vez compreendidas as razões pelas quais o perfil feminino é, em sua maioria, representado em nossa sociedade, em especial no contexto goiano, teremos a oportunidade de analisar os prós e os contras, de maneira a contribuir para que os malefícios sejam superados, e os benefícios sejam pulverizados. Objetivando assim, um processo facilitador para que o feminino alcance uma representação mais ativa, plural e valorizada.

Faz-se necessário, portanto, romper com os rótulos atribuídos às mulheres, quebrar paradigmas de que a mulher para ter destaque não pode ser feminina, deve adotar uma postura masculinizada ou feminista. Rótulos esses construídos ao longo de anos, imputando à mulher valores distorcidos, transtornos psicossociais, reduzindo a sua existência a aquela que nasceu para servir o seu homem.

Referências

ALMINO, João. **Cidade livre**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRANDÃO, Ruth Silviano. **Mulher ao pé da letra: a personagem feminina na literatura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

IGNÁCIO, Ewerton de Freitas. **Do campo abandonado para a cidade suportada: campo e cidade na literatura brasileira**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

LEONES, André de. **Dentes negros**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

_____. **Terra de casas vazias**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

RIBEIRO, Raphael Martins; IGNÁCIO, Ewerton de Freitas. Herança de sangue de Ivan Sant'anna: um faroeste brasileiro. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 25, n. 4, p. 551-560, out./dez. 2015.

SANT'ANNA, Ivan. **Herança de sangue**: um faroeste brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWANTES, Cíntia. Dilemas da representação feminina. **OPSIS** – Revista do NIESC, Catalão, v. 6, n. 1, p. 7-19, 2006.

SOUZA, Gustavo Ramos de. **Os filmes de papel de André de Leones**: quando literatura e cinema se encontram. Dissertação de mestrado. Londrina, 2014.

ZILBERMAN, Regina. Cidade livre: fundação e memória cultural. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, jul./dez. 2012.

Cultura material dos indígenas: Xingu e Cerrado

Josué P. Machado Júnior¹⁷
Poliene Soares dos Santos Bicalho¹⁸

Resumo: As primeiras ocupações humanas no Brasil deixaram poucos vestígios. As dificuldades de interpretação dos materiais, unida a uma visão eurocêntrica do conceito de cultura, fazem com que muitos, sejam pesquisadores ou não, acabem fazendo uma interpretação errônea do vasto acervo cultural dos povos indígenas. Os objetos principais dessa pesquisa são, justamente, os vestígios deixados por esses povos e suas influências culturais. Esses povos são aqueles que ocuparam a região do Xingu, principalmente após o século XII, mas que não deixam de sofrer influências daqueles que haviam ocupado a região antes. A perspectiva adota parte do que é comumente chamado de relativismo cultural, ou seja, a ideia de que não existe culturas superiores ou inferiores, nem uma história linear que todos os povos devem seguir. Essa visão, totalmente oposta ao positivismo eurocêntrico, se mostra muito mais útil para estudar esses povos, já que causa maior entendimento, devido ao fato de partir do ponto de vista do próprio indígena, ao invés de partir do ponto de vista daqueles que não pertencem à cultura, o não indígena. Dessa forma, estudaremos também as relações desses vestígios com os povos atuais, os primeiros estudos antropológicos feitos na região e os atuais, além da história do Xingu.

Palavras-chave: Xingu, Cerrado, Cultura Material

Introdução

Há cerca de 33 mil anos atrás o *Homo Sapiens* começou a fazer suas primeiras representações artísticas. O foco deste estudo, que é resultado do plano de trabalho intitulado Cultura Material indígena: Xingu e Cerrado, era, inicialmente, estudar a arte rupestre em áreas de Cerrado, presentes no interior ou nas proximidades do Parque Indígena do Xingu. Contudo, diante do avanço das leituras relativas à pesquisa, verificamos poucos indícios da presença desta expressividade artística nas regiões, o que nos levou a optar pelo estudo da cultura material, que propicia maiores subsídios à pesquisa.

A cultura material, como definida por Berta Ribeiro, inclui além das cerâmicas, tecidos e outros, também a arte, que está sempre interligada a esses objetos. E essa cultura, que estudaremos a partir de então, começou a aparecer há menos de doze mil anos (período holoceno), na região xinguna; e é composta por representações figurativas e abstratas, além de cerâmicas. Nesse caso, manufaturas, tecnologias e artes se misturam, segundo Berta Ribeiro,

Na qualidade de elemento da cultura, que efetivamente não deixa de ser, a arte indígena tem sido descrita pelos etnólogos no capítulo da cultura material, isto é, das manufaturas e das tecnologias, com o que se ressalta seu valor utilitário e técnico,

¹⁷ Graduando do Curso de História. E-mail: josue-pmachado@hotmail.com.

¹⁸ Orientador deste trabalho. Docente do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Doutora em História pela Universidade de Brasília. E-mail: poliene.soares@gmail.com.

passando a segundo plano o componente artístico que detém. (RIBEIRO, 1989, p. 31).

Os locais escolhidos para estudarmos a cultura material produzida pelos indígenas são o Parque Indígena do Xingu, criado durante o governo do então presidente Jânio Quadros, em 1961, devido ao fato de ser uma área extensivamente ocupada, no passado, por vários grupos humanos, ela se torna um interessante objeto; a outra área que também é o objeto de análise deste estudo é o Cerrado, bioma dominante em Goiás.

Consideraremos, nesse trabalho, as representações artísticas produzidas por povos que não possuíam escrita (chamados de pré-históricos) e que habitavam a região desde antes de 1500. O conceito de arte utilizado aqui também será diferente do utilizado habitualmente, visto que as diferentes etnias, do Brasil e do mundo, têm diferentes visões do que é arte.

Assim sendo, os desenhos vistos em cavernas, assim como as figuras esculpidas em pedras, poderão ser considerados representações artísticas, independente do fato de ter sido produzido para este fim ou não.

Isso se deve à assertiva de que nem sempre esses povos produzem a “arte pela arte”, como os ocidentais o fazem, mas produzem seus objetos sempre tendo em vista um fim prático. Ou seja, se fazem pintura corporal, não o fazem apenas visando a contemplação artística, mas fazem com fins ritualísticos. Da mesma forma são feitos todos os outros objetos da cultura material, incluindo a própria arte ruprestre.

A respeito disso, Gombrich diz:

[...] Não eram consideradas meras obras de arte, mas objetos que tinham uma função definida. Seria um medíocre juiz de casas aquele que ignorasse para que fins elas foram construídas. Analogamente, é improvável que compreendamos a arte do passado se desconhecermos os propósitos a que tinha de servir. Quanto mais recuamos na história, mais definidas, mas também mais estranhas, são as finalidades que se julga serem servidas pela arte. (GOMBRICH, 1999, p. 14)

Da mesma forma podemos pensar a respeito da arte indígena: é uma arte feita com fins práticos, mas que também anuncia preocupações estéticas. Franz Boas, em suas reflexões sobre a arte primitiva, chega a conclusão de que podemos chamar de arte a mistura da técnica com a intenção.

Dessa forma, o canto dos pássaros, mesmo com toda a sua beleza, não seria arte. Do mesmo modo, qualquer outro som, objeto ou dança não poderia ser considerado arte apenas pela presença da técnica. No caso da arte indígena, podemos ver os dois elementos: preocupação estética aliada a técnica.

Na região xinguana podemos dividir as ocupações em dois períodos: *DiauarumIpavu*, sendo que a maior parte das cerâmicas encontradas por arqueólogos na região pertencem ao período *Ipavu*, o que confirma as antigas teorias. Além disso, essa fase da ocupação (1220-1300 d.C.) guarda grandes semelhanças com a cultura indígena atualmente presente na região, o que indica uma provável continuidade, ao passo que os vestígios da antiga ocupação (*Diauarum*) são escassos.

Neste trabalho analisamos a cultura material presente nas etnias Xinguanas e do Cerrado, além dos achados arqueológicos, tendo em vista suas formas e expressividades artísticas.

Desenvolvimento

O objetivo geral é analisar as cerâmicas e achados arqueológicos mediante a ocupação xinguana e do Cerrado, fazendo um levantamento dos objetos e comparando as culturas anteriores às do presente.

Além disso, é preciso observar a importância da cultura material para o historiador, de modo a aprender a trabalhar com os documentos legados pela Arqueologia e a Paleografia,

Não se trata apenas de uma tentativa de empregar a etnografia na busca de um melhor entendimento do passado, ou, inversamente, de utilizar a arqueologia (ou a história) para um melhor entendimento do presente. Trata-se, ainda mais, de tentar revelar e relacionar padrões relevantes, visíveis em níveis analíticos diferentes (ou seja, relativos a escalas espaço-temporais variáveis), buscando entender história e cultura num sentido holístico; em outras palavras, trata-se de criar um diálogo conceitual entre modos diversos de pensar a história. (FRANCHETTO e HECKENBERGER, 2001, p. 25).

É preciso também problematizar a noção de pré-história, visto que esta perspectiva parte de uma visão ainda calcada no eurocentrismo, seguindo a teoria de que

os diferentes grupos humanos passariam pelos mesmos processos ‘evolutivos’, de forma a, por fim, alcançar o mesmo nível cultural dos povos europeus.

Assim sendo, usamos o termo pré-história apenas de forma didática, mas não em seu sentido literal, visto que a expressão não condiz mais com os estudos atuais. Da mesma forma, o termo ‘arte primitiva’ precisa ser problematizado, visto que também parte da noção de que as sociedades seguem caminhos pré-definidos. Assim sendo, o termo primitivo será usado no sentido de ‘primeiro’, ao invés de pior ou inferior.

Neste sentido, Berta Ribeiro (1989) aponta que, no âmbito tribal, a arte é um elemento da cultura, e essa cultura pode ser dividida em dois grandes grupos: aquela voltada às atividades de subsistência e aquela voltada a atividades supérfluas à subsistência.

No primeiro caso, podemos notar ferramentas utilizadas no dia a dia, como um ralador de mandioca cheio de ornamentos. Uma característica marcante das etnias brasileiras é o uso constante de materiais de origem vegetal em suas representações artísticas, e esse uso se deve, provavelmente, ao desconhecimento dos metais.

Foram realizadas leituras sobre a pré-história brasileira, além da análise da própria pré-história Xinguana, através das discussões de Vera Coelho (1993) sobre a viagem do antropólogo Karl von denSteinen ao Brasil, ainda no século XIX, e suas pesquisas sobre os habitantes da região, diferenciando as fases de ocupação de acordo com os momentos históricos; e também as regiões, para construir uma análise significativa sobre os achados arqueológicos na região.

É importante frisar que muito do que Von denSteinen teorizou ainda está sendo pesquisado – e confirmado – atualmente, como as duas fases de ocupação, ainda estudadas pelos etnólogos.

Pode-se notar que existiram dois períodos de ocupação na região Xinguana, a primeira, *Diauarum*, anterior ao século XII, não deixou um grande número de vestígios; além de aparentemente ter uma menor influência na cultura indígena atualmente presente na região. A segunda fase, *Ipavu*, começa a partir do séc. XII, e possui uma vasta influência sobre a cultura atual da região, além de um maior número de vestígios.

A região Xinguana pode ser dividida em Norte e Sul, com o Norte sendo uma região com cultura mais heterogênea, o que indica migrações mais recentes; e o sul se

apresenta justamente como o oposto da região norte, com uma grande homogeneidade étnica, o que indica, provavelmente, uma ocupação mais antiga.

Há, muitas vezes, uma dificuldade dos pesquisadores em interpretar os achados arqueológicos na região. Um desses exemplos são as valetas encontradas, que ainda levantam dúvidas sobre suas origens, se são naturais ou culturais.

Tratam-se de aberturas encontradas no solo, que, segundo algumas suspeitas, podem ter sido utilizadas pelos antigos habitantes da região (provavelmente ainda nas primeiras ocupações), em algum tipo de cerimônia ritualística.

Por outro lado, há pesquisadores que discordam da tese de que as valetas sejam obras daqueles povos. Nesse caso, atribui-se sua origem a um fenômeno natural, causado pelas chuvas e deslizamentos na região.

Outro ponto importante diz respeito à própria intenção desses grupos, ao fazerem suas pinturas e cerâmicas, visto que esses objetos eram utilizados em rituais, muitas vezes religiosos, e não para uma simples apreciação estética, desde as primeiras ocupações.

Dessa forma, a discussão sobre o conceito de arte, especialmente a arte indígena, se faz presente; e mais ainda quando se trata de períodos anteriores à invenção da escrita, já que, muitas vezes, o pesquisador acaba se deixando levar pelo conceito único de arte ocidental, o conceito iluminista de beleza e de arte pela arte.

Assim sendo, podem ocorrer interpretações equivocadas relativas aos achados arqueológicos, havendo uma tendência a classificá-los como meros objetos ritualísticos, ao invés de também se observar neles expressões e formas de uma arte muito específica.

Segundo Ribeiro (1989), se computarmos todos os instrumentos e utensílios mais importantes dos indígenas brasileiros, veremos que não ultrapassam duas dezenas. Apesar disso, cada um desses utensílios possui uma série de ornamentos que caracterizam as diferentes etnias. O fogo, que pode ser utilizado na metalurgia e na cerâmica, também é utilizado pelos indígenas.

A metalurgia, como dito anteriormente, era desconhecida pelos mesmos, mas a cerâmica está presente em todas as comunidades étnicas da floresta tropical, e ausente entre a maioria dos povos do Cerrado.

Essa ausência se deve, principalmente, à economia sazonal destes grupos étnicos, que se caracterizavam pelo modo de vida do caçador-coletor. A modelagem do barro se faz universalmente entre as etnias brasileiras, servindo para a construção de potes, panelas, tigelas, urnas etc.

A cerâmica e a tecelagem, segundo Ribeiro (1989), são artes características dos grupos da floresta tropical, sendo o grupo Pano, da bacia Juruá-Purus, o que possui a cerâmica mais refinada dentre as etnias indígenas, no que se refere à técnica de produção. A respeito das diferentes cerâmicas, Berta Ribeiro conclui:

Embora utilizando a mesma técnica oleira (de superposição de rolos em espiral feitos com argila misturada a cariapé ou outros temperos) (Lima 1986:176), a cerâmica de cada tribo apresenta atributos de formato e ornamentação inconfundíveis (RIBEIRO, 1989, p. 46)

De todas as cerâmicas, a mais conhecida no Brasil, atualmente, é a das oleiras *Iny-Karajá*, principalmente suas bonecas, que eram inicialmente simples brinquedos de crianças. São modeladas em barro cru e representam, principalmente, a figura humana de um *Iny-Karajá* com seus atributos culturais típicos.

É válido informar que estes povos se encontram localizado em áreas predominantes de Cerrado, nos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará. Com o passar do tempo, devido ao contato intensificado entre estas etnias e os agentes da sociedade nacional, eles foram, aos poucos, sendo encorajados à fabricação dessas bonecas para a venda. O que fez com que elas, aos poucos, ganhassem vida e movimento, representando seus rituais e atividades do dia a dia.

No entanto, a técnica mais importante dominada pelas etnias em geral, segundo Ribeiro (1989), é a manufatura dos trançados, que utiliza a mão livre. Os indígenas brasileiros alcançaram um alto nível de domínio técnico nesse tipo de manufatura, que tem uma ampla distribuição geográfica e uma variedade de formas e técnicas de confecção diferentes.

Segundo Berta Ribeiro (*apud* ADOVÁSIO 1976, p. 7), há indícios arqueológicos que apontam que esse tipo de confecção já era feito nas Américas há pelo menos 11 mil anos a.C. Esses objetos eram indispensáveis para o transporte de caça, pesca, frutos silvestres, sementes, dentre outros.

De acordo com as regiões, determinados tipos de objetos poderiam ser produzidos mais facilmente, ao passo que outros sequer poderiam ser produzidos. Em algumas situações, haviam trocas de objetos de uma etnia para outra, como no caso dos Trumái, que, no Alto Xingu, eram os responsáveis por fornecer machados de pedra aos demais grupos da área.

Dessa forma, podemos notar uma ampla variedade de objetos da cultura material, assim como podemos ver a técnica aplicada de diferentes formas, e como um modo de diferenciar as várias etnias.

Considerações finais

As dificuldades presentes em nossos estudos sobre a realidade indígena se devem, em muito, à visão eurocêntrica que ainda existe em nossos pensamentos.

Dessa forma, o primeiro passo a ser dado, ao fazermos esses tipos de estudos, deve ser estudar as teorias acerca do relativismo cultural, utilizando autores como Claude Lévi-Strauss e Franz Boas. Nessa compreensão, vemos que não há uma linha a ser seguida pelos vários grupos humanos, além da mudança no conceito do que entendemos como primitivos, rompendo com as antigas noções positivistas e eurocênticas, o indígena passa a ser visto apenas como o diferente, mas não como o inferior.

Além disso, é preciso avançar mais e compreender a realidade do outro a partir do ponto de vista dele próprio, dessa forma, vemos que a mera classificação desses grupos como indígenas é errônea, visto que são várias etnias com diferentes línguas e diferentes formas de arte, e essas diferenças, em vários casos, tornam-se notáveis ao estudarmos sua cultura material.

Ao estudarmos esses povos, torna-se de grande importância o uso da cultura material, ou seja, os vários tipos de objetos presentes naquela cultura. Este tipo de estudo nos proporciona uma nova visão acerca desses povos, que possuem uma vasta cultura material, que, muitas vezes, como no caso das culturas mais homogêneas, provém de ocupações muito antigas, de antes da chegada dos europeus, e que se mantem vivas nas tradições dos povos atuais.

Podemos ver casos notáveis dessas culturas, como nas bonecas *Iny-Karajá*, que chamam atenção não apenas pela técnica, mas também por se tratar de uma forma de arte antiga que se perpetua até a atualidade, e para além da comunidade étnica.

Além disso, foi possível compreender melhor como utilizar a cultura material e fontes arqueológicas no trabalho do historiador, fugindo da noção tradicional do uso apenas de fontes escritas, já que se tratam de povos que não se comunicam, necessariamente, através da forma escrita que conhecemos.

Ademais, é importante o diálogo constante com a antropologia, para tratarmos melhor a respeito das diferenciações culturais ou, até mesmo, a respeito da própria noção de cultura.

Essas fontes são utilizadas, principalmente, para se estudar povos que não possuem a escrita convencionalmente aceita como tal, e que, para alguns, acabam fugindo do domínio do historiador.

No entanto, é preciso lembrar que a história humana não é exatamente linear, e que alguns povos, sem escrita (mas que possuem outras noções gráficas, como o próprio grafismo indígena, presente ainda hoje entre algumas etnias, e importante como expressão das suas artes e culturas), se relacionavam com povos que já possuíam a escrita, que era desenvolvida principalmente por povos sedentários.

Dessa forma, compreender a história dos povos ditos primitivos é também conhecer e problematizar a história que geralmente conhecemos como único domínio possível do historiador.

Referências

BARBOSA, Altair Salles; SCHMITZ, Pedro Ignácio; NETO, Antônio Teixeira; GOMES, Horieste. **O piar da Juriti Pepena**: narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado. Goiânia, Editora da PUC. 2014

COELHO, Vera Penteado (Org.). **Karl von denSteinen: Um século de antropologia no Xingu**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1993.

FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael. Os povos do Alto Xingu: história e cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GOMBRICH, Ernst H. **A História da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

RIBEIRO, Berta G. Arte indígena. Linguagem visual. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1989.

Marxismo, cinema e totalidade

Clodoaldo do Nascimento Bastos¹⁹

Resumo: Esse artigo traz a discussão da ideia de totalidade nas análises sociais e sobre cinema; com isso propomos relacionar o materialismo histórico de Marx e Engels e os estudos filmicos. Fica explícito aqui que não tem como pesquisar o cinema sem pesquisar as múltiplas determinações do social, pois do contrário, estaríamos fragmentando e empobrecendo o estudo. A sociedade é fruto de múltiplas determinações, sendo uma delas a fundamental, é a partir dessa premissa que pesquisamos e analisamos as ideologias, a cultura, as relações de trabalho, o regime de acumulação etc., sempre partindo das relações concretas e históricas; isso é o que nos permite compreender e agir na vida social. Logo, pretendemos nesse texto mostrar a relevância para o estudo do cinema nas ciências humanas do materialismo histórico. Primeiramente faremos uma breve análise do materialismo histórico e depois sobre o cinema.

Palavras-chave: Marxismo, cinema, totalidade.

Introdução

A complexidade das relações sociais, as ideologias que dificultam um olhar mais claro sobre a realidade, o antagonismo de classes seguido de dominação, exploração e contestação; tudo isso faz parte da totalidade social, mas nem sempre é fica claro, ou é colocado em evidência no momento de se pesquisar nas ciências humanas.

Marx e Engels já diziam que as ideias dominantes são as das classes dominantes, logo, as ideias dominantes no mundo acadêmico geralmente não são as ideias que contestam a sociedade classista burguesa, quando falamos da sociedade capitalista. Dessa forma teorias contestatórias, revolucionárias que visam a totalidade e a dialética na hora de analisar a sociedade não são populares; esse é o caso do marxismo.

Nesse texto iremos explanar sobre o papel da totalidade na análise nas ciências humanas, especificamente nos estudos sobre a arte cinematográfica. O primeiro tópico será dedicado ao materialismo histórico, conceitos como modo de produção e ideologia serão trabalhados para entendermos a perspectiva crítica do marxismo. Em seguida será explanado sobre cinema, o que é um filme, mensagem e qual a condicionantes sociais dessa arte, pois o cinema aqui não será um ente transcendental, ou obra espiritual, mas sim produto social com suas determinações.

¹⁹ Graduado em História pela UEG e mestre em Sociologia pela UFG.

Materialismo histórico

Diferentemente da perspectiva dominante na atualidade não trabalhamos com o prisma da fragmentação, como o faz o pós-estruturalismo, que tem em Michael Foucault seu maior nome. Também não corroboramos com as teorias estruturalistas que encaixotando o ser humano em uma estrutura sem vida e obnubila as individualidades, deixando pouco espaço para as ações dos indivíduos.

Trabalhamos aqui com a perspectiva da totalidade social, onde olhamos para toda a formação social com suas múltiplas determinações, sendo uma fundamental; no caso de uma teoria geral da sociedade seria o modo de produção. Fica claro aqui a teoria materialista histórica elaborada por Marx e Engels, teoria essa inseparável da práxis social e que visualiza os seres humanos concretos em sua *materialidade*, ou seja, em suas relações sociais concretas e históricas.

Na obra *A Ideologia Alemã*, somos apresentados ao materialismo histórico já bem elaborado. Nessa obra os autores analisam a inseparabilidade da consciência e do ser, todo ser é ser consciente; a ideologia com sua inversão da realidade, o modo de produção, a historicidade das relações sociais, e o caráter ético e político de luta do proletariado.

Para iniciar essa elaboração começemos com as primeiras formulações de Marx na obra já citada acima.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida dependem, antes de mais nada, da natureza dos meios de vida já encontrados e que eles precisam produzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, ou seja, a reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa já, de um modo determinado de atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que eles produzem, quanto a maneira como produzem (MARX; ENGELS, 1998, p. 11).

Ao saciar suas necessidades básicas os seres humanos acabam criando outras novas, a forma como trabalham para suprir essas necessidades; como produzem, modificam a natureza, se sociabilizam e formam um modo de vida, chamamos de modo de produção.

Mesmo ainda não tendo um conceito muito claro de produção, é dele que os autores falam quando analisam a sociabilidade, as lutas de classe, a forma como os seres humanos produzem e reproduzem a realidade social.

Os autores continuam em seu livro falando da divisão social do trabalho, divisão

entre trabalho material e intelectual, da divisão entre campo e cidade, das formas de propriedade, que veremos que correspondem a formas de classes, como a propriedade tribal, a comunal e estatal clássica, a feudal medieval e a privada moderna, a capitalista. “São os homens que produzem suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de forças produtivas e das relações que elas correspondem” (MARX & ENGELS, 1998, p. 19).

Um distanciamento do idealismo, nas linhas acima dialogamos com uma teoria que analisa os seres humanos concretos, de carne e osso, e não fantasmagorias metafísicas; não partimos das ideias, mas das relações sociais e históricas para pensarmos as ideias, cultura e ideologias.

Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 1998). Uma inversão é feita, ao contrário da filosofia alemã da época não é dos céus à terra, mas da terra ao céu, Marx não parte do que os homens pensam, mas sim do contexto, da sociedade, do modo como se organizam para produzir, viver. Logo, ele parte dos seres humanos reais, concretos, para depois ir para a abstração que os mesmos fazem de si e do mundo, das ideologias e da consciência (BASTOS, 2018, p. 24).

Nesse diapasão temos a ideologia, a inversão da realidade, que surge com a separação entre trabalho material e intelectual, surgindo assim os ideólogos, os criadores das ideologias. Ideologia é uma falsa consciência, nela a realidade é substituída pela ideia da realidade, como no exemplo do Estado, instituição alicerçada na luta de classes e ligada umbilicalmente aos interesses da classe dominante, no caso do capitalismo à burguesia; mas passa a ideia de ser uma instituição neutra e representante dos interesses da coletividade, um conjunto harmônico e sem antagonismos.

Para entendermos as ideologias, assim como a consciência, temos que compreender as relações sociais concretas, o modo de produção, para entendermos a produção das ideias, da cultura, do mundo jurídico etc.

Mas somente retomando essa base real é que se pode explicar as representações, inclusive as ilusórias. A ideologia, então, seria uma falsa representação da realidade, uma falsa consciência. A consciência só pode ser o ser consciente e isto quer dizer que ela não pode ser autônoma, mas tão somente a manifestação de um ser, que é o ser humano envolvido em determinadas relações sociais e possuindo um determinado modo da vida (VIANA, 2007, p. 13).

Na *crítica à economia política* vamos encontrar uma discussão mais profunda sobre modo de produção, e é a partir desses escritos que dialogaremos com a relação entre modo e produção e “superestrutura”, com as formas ideológicas, jurídicas, políticas, artísticas e etc. (BASTOS, 2018).

No prefácio da citada obra o autor alemão coloca alguns apontamos resultantes de suas pesquisas, essas breves linhas são fundamentais para a nossa reflexão nesse trabalho.

Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas — assim como as formas de Estado — não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVII, compreende o conjunto pela designação de ‘sociedade civil’; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. (...). A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez, adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material — que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa — das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências. Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições gerais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer. Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo

tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com essa organização social termina, assim, a Pré-História da sociedade humana (MARX apud VIANA, 2007, p. 17-18).

Independente de nossas vontades, sonhos e desejos existe uma realidade na qual estamos inseridos, há forças produtivas com seus meios técnicos, meios de produção, relações sociais de produção, luta de classes; isso não é determinismo, mas determinante na vida social, marca e condiciona toda a totalidade social, sendo a determinante fundamental.

Sobre essa base material se ergue, metaforicamente um edifício, que Marx chamouem alguns lugares de superestrutura, mas chamaremos aqui, em diálogo com o com a conceituação de Nildo Viana, de *formas de regularização das relações sociais* (VIANA,2007), pois não é uma forma, mas várias formas de regularizar, tornar regular no sentido conservar a sociedade tal qual ela é; mas também abrindo espaço para mudanças e novas formas de pensar e agir. São formas de regularização das relações sociais as formas ideológicas, jurídicas, políticas, artísticas etc.

Essas formas são condicionadas pela “base”, pelo modo de produção, mas não de forma simplista, determinista, pois elas mantêm relativa autonomia e ação sobre o modo de produção. Não meras projeções, mas realidades que de forma dialética atuam nas múltiplas determinações sociais da totalidade.

Na sociedade capitalista a inversão da realidade cria a humanização das mercadorias e objetivação, coisificação, dos seres humanos, “onde os homens são realmente transformados em coisas e as coisas são realmente transformadas em gente” (CHAUÍ, 2008, p.56).

É a fetichização da mercadoria, onde seres humanos são alienados da produção e passam a ver as mercadorias como coisas metafísicas que valem por si mesmas e não tem relação com o trabalho humano; já os seres humanos são apenas instrumentos de produção e máquinas de consumir que só se tornam “humanos” ao comprarem, consumirem.

Nas sociedades classistas onde há propriedade privada temos a luta de classes; onde apesar de haverem várias classes, duas são fundamentais. No capitalismo essas duas classes são a burguesia e o proletariado, a primeira domina politicamente e explora economicamente a segunda.

Como a ciência não é neutra, o marxismo com sua teoria materialista histórica toma partido na luta de classes, ela é teoria revolucionária do proletariado, dos dominados e explorados.

Cinema e sociedade

Poderíamos nos perguntar o que é um filme? Teríamos inúmeras respostas, dentre elas que é uma forma de arte; mas isso ainda é superficial e limitado. Filme é uma produção coletiva com suas múltiplas determinações, pois é feita em determinada época, lugar, por determinadas pessoas (diretor, roteiristas, produtores, câmeras); desse modo é uma produção concreta, social e histórica, e não uma criação metafísica sem ligação com a produção socioeconômica, com as ideologias, lutas de classes, cultura, contexto histórico, etc.

O filme tem algumas características que o distingue de outras formas de arte, ele utiliza meios tecnológicos; mas isso por si só não o torna diferente de outros meios comunicacionais como o jornalismo, que também utiliza filmagem, por exemplo. O que distingue o cinema de outras formas de arte e comunicação é sua montagem, que utiliza meios tecnológicos para criar um universo ficcional. “A especificidade do filme reside no uso dos meios tecnológicos e reprodução para expressar figurativamente a realidade através da montagem que trabalha diversos recursos, inclusive os usados por outras formas de arte” (VIANA, 2012, p. 20).

Os meios de produção, os meios tecnológicos, não são a principal característica do cinema; sua montagem, a forma como é articulado esses meios e outras formas utilizadas nos meios artísticos é que dão a forma do cinema, que é uma representação da realidade, não uma cópia fiel, um espelho da realidade como pensava alguns marxistas vulgares, mas uma figuração ou representação (BASTOS, 2018).

O cinema é figuração social, não uma mera projeção, reflexo, mas uma representação do social a partir da realidade, dos sonhos, da luta de classes, da consciência dos indivíduos, do contexto histórico. Através do filme se constrói uma outra realidade, um universo ficcional que é alicerçado na totalidade e traz dentro de si o mundo real para a fantasia, que não é uma fantasmagoria, mas uma construção.

Essa representação é fruto de múltiplas determinações:

Essa representação figurativa da realidade tem múltiplas determinações, como a vida dos roteiristas, diretor, produtores, o contexto histórico, o modo de produção capitalista, a cultura; mas uma é fundamental, é a indústria cultural, com o papel preponderante do capital cinematográfico na produção cinematográfica (BASTOS, 2018, p. 14).

O cinema é antes de mais nada uma arte comercial, está ligada ao lucro, ao *show*,

depende de bilheterias para sobreviver. Com isso vemos a preponderância da importância do capital cinematográfico sobre decisões sobre roteiro, direção, finais, tipo de filme, gênero que irá para as telas.

O papel do capital cinematográfico pode mudar dependendo do tipo de financiamento do filme, se ele é feito por grandes estúdios, se é financiado pelo Estado, por pequenos estúdios, se é feito de forma alternativa.

O filme sofre influências do capital investido, pois é uma arte comercial, um produto, mercadoria posta à venda no mercado como outra qualquer. Tem filmes com menos interferência dos burocratas financeiros, e tem outros que são engessados e constrangidos pelas decisões dos produtores. Um exemplo clássico é o do filme *Blade Runner* de 1982, que teve seu final alterado e a inserção de uma narrativa em *off* pelo ator Harrison Ford, contra o gosto do ator e do diretor; mas foi uma imposição dos produtores, de quem investiu dinheiro no filme.

O cinema não é uma arte que vale por si mesma, é uma indústria como outra qualquer, como a de sabão em pó, cadeiras; a indústria cultural se torna mais uma produtora de dinheiro, onde a arte autêntica se torna uma exceção. “O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade é que não passam de negócio, eles a utilizam como uma ideologia para legitimar o lixo que propositalmente produzem. Eles se definem a si próprios como indústrias” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100).

O essencial num filme é sua *mensagem*, e essa não está isolada das relações sociais na totalidade constituinte do concreto. Ela é expressão da realidade, dos valores, sentimentos, ideologias, projetos, concepções; ou seja, é ela que manifesta o que um filme quer dizer (BASTOS, 2018).

O filme, neste sentido, é um produto social e histórico e, por conseguinte, possui uma historicidade que é dependente da historicidade da sociedade. Os filmes são criações coletivas que são manifestação social e do social. Por conseguinte, a mensagem de um filme é constituída socialmente, por meio das determinações anteriormente colocadas. O filme realiza uma reprodução da realidade social e o faz de uma forma determinada. A compreensão desta forma remete ao contexto histórico e social que estão na base de sua produção e os agentes que a realizam. Uma expressão figurativa da realidade é sempre expressão de quem expressa e, por tanto, a forma como se realiza- ou seja, a mensagem é repassada- determinada concepção de realidade é produto dos agentes do seu processo de produção em condições sociais e históricas delimitadas. Estes agentes interpretam e se posicionam diante deste processo histórico de forma diferenciada, dependendo dos valores, concepções, sentimentos, informações e interesses que possuem (VIANA, 2009, p. 70).

No filme percebemos as concepções, valores, sentimentos, sonhos, projetos dos realizadores, diretor, roteiristas, produtores; pois é uma obra coletiva. É uma reprodução social devido ao fato de ser uma figuração imersa na totalidade social condicionada pelo contexto histórico, pelo modo de produção, pelas sociabilidades da região, da época; pelo tipo de financiamento do filme etc. E é uma figuração do social, pois ela representa essa sociedade, reproduzindo, criando, criticando, projetando outras possibilidades, conservando, reformando ou revolucionando a imagem que temos do concreto.

Tudo isso fica claro na mensagem fílmica, que é onde fica expresso o que o filme quer dizer. Apesar de ser uma obra coletiva é no roteiro e na forma de direção que estão os elaboradores da mensagem, que é claro, pode ser condicionada pelos produtores e outras pessoas; mas é principalmente na escrita e na forma da direção que temos a mensagem do filme.

A partir da mensagem do filme podemos chegar ao significado original da obra, sem projeções, adjudicações.

Conclusão

Não tem como analisarmos um filme sem analisarmos a sociedade na qual tal filme está inserida, e não podemos analisar essa sociedade de forma fragmentada, isolada, sem termos em mente que ela é uma totalidade.

Em sua pesquisa de mestrado Bastos analisa a crítica social do filme *BladeRunner* em relação ao capitalismo, para isso foi preciso compreender o regime de acumulação que surge a partir da década de oitenta do século XX, *o regime de acumulação integral*, “toyotismo”, com sua forma de estado neoliberal, com o neoimperialismo, “globalização”, aumento das desigualdades socioeconômicas, retorno do sistema de estúdios na produção cinematográfica, cultura *cyberpunk* presente na década de oitenta. Ou seja, uma análise da totalidade social, com suas múltiplas determinações, sendo uma a fundamental, o capital cinematográfico.

O cinema é uma arte rica para estudos sobre e da sociedade, como o individualismo reinante numa sociedade cada dia mais individualista; o espírito de concorrência, inveja e ganância nas relações sociais. Um excepcional documento histórico para analisarmos as mudanças e continuidades, as características de época, lugar. Somente podemos fazer esse

tipo de estudo se tivermos um prisma mais amplo e abrangente da vida social.

Como pesquisar filmes neorrealistas italianos, assim como fez Pierre Sorlin(1992), sem ter em mente a situação da Itália pós-segunda guerra, sua realidade política, social, econômica; o tipo de indústria cinematográfica da época, as ideologias e mentalidades?

Assim como não é possível falar da saga 007 sem mencionar a guerra fria entre capitalismo privado e capitalismo de estado, “comunismo”; que condicionava os roteiros e a mensagem fílmica dessa série cinematográfica de espionagem, onde os vilões eram, até a década de oitenta, em sua maioria “comunistas”.

Somente através do marxismo, ou em diálogo com o materialismo histórico e dialético, temos a oportunidade de ter uma visão mais ampla e total do estudo social; isso vale para qualquer análise da sociedade, assim como para o estudo do cinema; seja pela história, filosofia, sociologia e/outra ciência.

Outro elemento importante é uma visão crítica que não nega, ou obnubila, a luta de classes, colocando a sociedade como um organismo harmônico, como o fez Durkheim, ou suavizando esse conflito jogando a responsabilidade nas costas dos indivíduos separados da sociedade, ao modo do liberalismo. A história da humanidade é a história da luta de classes, como já dizia Marx e Engels no *Manifesto Comunista*; se o burguês quer lucrar mais tem que retirar mais-valor do trabalho do proletariado, que resistirá criando assim um conflito entre essas duas classes fundamentais. Compreender isso é importante numa análise fílmica sobre o capitalismo.

Retornando mais uma vez ao filme *BladeRunner*, Bastos analisa a luta de classes ao analisar o embate entre os caçadores de androides e os replicantes²⁰ no filme; onde os interesses comerciais de uma elite são contrários aos de sobrevivência desses seres criados artificialmente para serem explorados pelo Capital.

²⁰O enredo do filme se passa em 2019, numa Los Angeles pós-guerra, onde grande parte dos animais foram extintos, tendo agora apenas seus simulacros, não se vê vegetação e a luz do sol não brilha mais como antigamente, pois é obstaculizada pela poluição. Neste futuro sombrio, onde a escuridão, fumaça, lixo e uma chuva ácida constante fazem parte da ambientação, há algo de melancólico e desumanizador, isso se intensifica com a questão das réplicas humanas, os *replicantes*, seres criados geneticamente para serem “escravos”, mercadorias que irão fazer o trabalho dos seres humanos nas colônias fora do planeta terra. Devido aos problemas ambientais a vida em nosso planeta se torna difícil e inóspita, com isso há a procura de outros planetas para abrigar os seres humanos, as colônias espaciais, que seriam algo parecido com que foram as colônias produtos da expansão marítima e capitalista no planeta Terra. Porém nem todos podem ir para esses planetas, parte considerável de marginalizados, doentes, pobres, e pessoas com profissões fundamentais para manter a produção e a ordem em nosso planeta são proibidos de saírem dele. Inversamente os replicantes, os androides que tem sua força de trabalho explorada, são proibidos de retornarem ao nosso planeta, sob a pena de serem “removidos”, “aposentados”, ou meramente exterminados pelos *BladeRunner's*, caçadores de recompensa que trabalham para a polícia e tem como função exterminar replicantes fugitivos (BASTOS, 2018, p. 56).

Fica claro nessas breves linhas o quanto é profícuo as pesquisas sobre cinema a partir da teoria marxista, como elas são importantes para entendermos o mundo onde vivemos e para agir nesse mundo.

Além do já dito, complemento aqui com as perspectiva revolucionária, pois se a ciência não é neutra, aqui tomamos o partido, não o burocrático eleitoral, mas o partido do proletariado; ao olharmos pelo prisma da totalidade e da luta de classes estamos tendo consciência das injustiças, exploração da possibilidade de mudanças através da luta cultural, da arte, das ciências e da política.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BASTOS, Clodoaldo do Nascimento. **Capitalismo e crítica social no filme BladeRunner**. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SORLIN, Pierre. **Sociologia Del Cine**. México: FCE, 1992.

VIANA, Nildo. **A Concepção Materialista da História do Cinema**. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2009.

VIANA, Nildo. **Cinema e Mensagem: Análise e Assimilação**. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2012.

VIANA, Nildo. **Escritos Metodológicos de Marx**. Goiânia: Alternativa, 2007.

FILMOGRAFIA

BladeRunner- o caçador de andróides. Direção: Ridley Scott (EUA, 1982).

O Ensino da Diversidade Cultural em uma escola municipal de Anápolis

Mirian Taynara Silva de Castro²¹
Sandra Elaine Aires de Abreu²²

Resumo: O presente artigo se propõe a discutir o tema diversidade cultural, especialmente no âmbito do ensino escolar. Propõe-se realizar uma análise de como a diversidade cultural é trabalhada em uma escola municipal de Anápolis-GO. Portanto, esse estudo tem como objetivo compreender o termo diversidade cultural, apontar os conteúdos trabalhados nas turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental dessa escola e realizar uma análise da prática pedagógica dos professores em cima dos autores estudados, enfatizando a importância de ensinar a diversidade cultural na escola edesenvolvendo a conscientização e compreensão em relação ao estilo de vida, linguagem, etnia, modelo familiar, crenças, vestimentas entre outras diferenças presentes no contexto escolar e social do aluno. A pesquisa em questão é de caráter qualiquantitativa, desenvolvida por meio de pesquisa de campo, aplicação de questionários e pesquisa bibliográfica a partir de artigos, documentos e obras publicadas sobre o tema abordado, delimitando o que é essencial ao objeto de estudo, buscando assim, compreender a forma como a diversidade cultural é abordada no ambiente escolar, tendo como premissa as teorias de autores que amparam à temática. Assim sendo, trata-se de olhar a diversidade cultural e sua pluralidade, bem como a relevância de abordá-la no meio escolar, contemplando o processo de formação dos sujeitos.

Palavras-chave: Diversidade Cultural, Ensino, Escola.

Introdução

A Diversidade Cultural é um tema da atualidade, estando presente nas diferentes esferas sociais e nos diversos grupos etários. Enfatiza-se a importância da temática para ser trabalhada durante a formação escolar do indivíduo, assim, partindo do princípio que o ambiente escolar possui grande diversidade, seja de caráter ético, social ou cultural. De acordo com Moraes e Velanga (2017), a educação escolar permite a preservação da diversidade cultural, sendo a sala de aula o lugar onde os estudos sobre as diferentes culturas podem fazer a diferença na vida das pessoas.

Na matriz curricular proposta pela Secretaria Municipal de Educação de Anápolis, o tema Diversidade Cultural deve ser trabalhado nas escolas do município no mês de agosto e, para tal, os professores devem organizar o seu trabalho na perspectiva de atender os conteúdos sugeridos nesse documento. No entanto, a partir de observações realizadas na

²¹ Discente do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA.. E-mail: miriancastroo@outlook.com.

²² Orientadora deste trabalho. Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente dos cursos de Pedagogia na UniEVANGÉLICA e na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH), onde atua também no Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagens e Tecnologias (PPG-IELT/CCSEH-UEG).E-mail: sandraeaa@yahoo.com.br.

prática do estágio supervisionado em uma escola municipal de Anápolis, foi possível observar que no ambiente escolar ela é discutida de forma seletiva, ou seja, dentro da diversidade existente apenas alguns temas são abordados, o que limita a discussão e consequente reflexão sobre o assunto.

No intuito de compreender melhor como se dá a prática pedagógica das professoras das turmas do 4º e 5º ano de uma escola municipal de Anápolis-GO, foi enviado um questionário para cada uma das professoras, com objetivo de verificar a forma como elas analisam e trabalham a respeito da diversidade cultural. O questionário foi composto por oito questões e oferecido um tempo para que elas pudessem respondê-lo, as questões deviam ser respondidas com sim ou não e mediante a alternativa escolhida foi pedido para que elas justificassem o seu posicionamento.

Ao considerar a relevância da discussão acerca da diversidade cultural, alguns questionamentos são levantados em relação às possibilidades de conhecimentos sobre esse tema, bem como os conteúdos que estão sendo ofertados para os educandos. Assim, à luz das teorias e do contexto de trabalho do tema supracitado, desponta-se o artigo, o qual está dividido em duas seções. Na primeira será tratada a compreensão de Cultura e Diversidade Cultural segundo pesquisas de caráter bibliográfico. Em seguida será descrito, por meio de observações, as práticas e os conteúdos abordados pelas professoras de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental da escola pesquisada, finalizando com a realização da análise da prática pedagógica das professoras com base no que são apontados pelos autores.

Cultura e diversidade cultural: breve contexto

Desde o século XIX há a preocupação em estudar diferentes culturas e discutir sobre elas, na medida em que aconteciam os contatos entre os povos e nações distintas esses estudos foram sendo desenvolvidos. Os encontros nem sempre aconteciam de forma amigável, fazendo que as preocupações culturais se voltassem para compreensão das sociedades modernas e industriais, contudo, não houve uma definição nítida e total sobre o que seja de fato a cultura. A associação da cultura ao estudo, educação e formação escolar não pode ser ignorada, porém, muitas vezes ao falar de cultura é realizada uma referência única às manifestações artísticas, festas, lendas ou cerimônias tradicionais (SANTOS, 1987).

Ao se tratar de cultura nota-se que um dos princípios indispensáveis é o das multiplicidades existentes no modo de vida de povos e nações, o que faz com que seja

impossível citar a cultura sem que se faça referência a essa diversidade. De acordo com Santos (1987), os autores da Grécia, Roma e China antiga já refletiam sobre o assunto, no entanto, o tema só começou a ser desenvolvido a partir do século XVIII na Alemanha, com filósofos decididos a interpretar e compreender as peculiaridades dos costumes e crenças, a fim de entender a história da humanidade.

Daí em diante a cultura foi usada constantemente como característica de afinação, sofisticação e de uma educação considerada adequada para ser adotada dentro de um contexto social. Todavia, somente a partir do século XIX, com o domínio das nações europeias industrializadas frente aos povos mundiais, que foram intensificadas as inquietações sobre cultura. Sua sistematização foi entendida como forma de influenciar outras sociedades, com a finalidade de conquistar novos mercados, desse momento em diante houve uma preocupação com a cultura, passando a ser vista como objeto de estudos e discussão das ciências humanas.

Conforme a sociedade fora evoluindo e progredindo, sobretudo em relação ao modo de pensar, houve uma espécie de ruptura com a visão religiosa, que até então impunha modelos de comportamentos e das relações sociais, já no século XIX há um avanço de uma visão laica do mundo social e da vida humana. Assim também, surgem novas teorias de que as alterações são produzidas e apoiadas em outros modos de vida e por seu contexto histórico-social, isso se controvertia com as teorias dominantes de cunho religioso que defendiam a atuação de uma divindade na criação do homem e da sua cultura. Com isso a cultura contribuiu para o predomínio político e econômico por parte das nações dominantes, impondo aos povos subjugados suas concepções culturais, assim sendo, a preocupação cultural fez-se tanto da precisão por conhecimento quanto as relações de poder (SANTOS, 1987).

É possível perceber que a busca pelo conceito de cultura foi historicamente discutida, no entanto, não obteve uma definição clara, sendo assim, a diversidade cultural pode ser interpretada de diferentes formas, dependendo da influência social, política e religiosa do contexto no qual o indivíduo está inserido. Freire (1997) assegura que a comunicação não pode ser vista como forma de domínio das relações, ela deve contribuir para que seja oferecida uma educação que atribui autonomia para o sujeito; geram-se oportunidades de reflexão, produzindo ações de transformações sociais.

Com base na construção histórica da cultura brasileira, Leite (2014) adverte que houve imposição dos povos europeus, um exemplo disso foi quando os portugueses

chegaram ao Brasil estabelecendo aos índios como deviam se comportar e caracterizando suas práticas como um modelo que deveria ser abolido. Outro fator que pode ser ressaltado diz respeito à forma dos batismos dos escravos na doutrinação cristã, pois os senhores ordenavam que eles abandonassem seus cultos e suas crenças e, por vezes, até mesmo seus nomes. Consequentemente, ao pensar as práticas anteriores com base na sociedade atual, percebe-se que nos diferentes povos a diversidade cultural sempre esteve presente, modificando-se de contexto para contexto e que as imposições de culturas sempre foram em busca da dominação de um povo (SANTOS, 1987).

Assim sendo, é possível compreender que a cultura se caracteriza como aquilo que é produzido pelo indivíduo, seus relacionamentos, valores, crenças, costumes e suas concepções de mundo. Moraes; Velanga (2017) ressaltam que é pela cultura que o sujeito se humaniza, ela está presente em todos os grupos sociais e é transmitida de geração em geração. Todas as nações ou povos produzem cultura, a qual precisa ser entendida e respeitada, buscando compreender qual é a visão de mundo criada nesse contexto cultural. Dessa forma, fica claro que a diversidade cultural não é apenas um conjunto de ideias, porém, uma motivação para as relações sociais.

O ensino da diversidade cultural em uma escola municipal em Anápolis

As escolas municipais de Anápolis contam com uma matriz curricular que serve como base, norteando os conteúdos que devem ser trabalhados em sala de aula. Essa matriz é construída por uma comissão definida pela Secretaria Municipal de Educação, contudo, o professor é responsável por escolher a forma de abordar os temas que são estabelecidos. Os dados analisados nesse artigo foram coletados durante dois anos, a partir da realização dos estágios curriculares do curso de Pedagogia em uma escola municipal de Anápolis. Agosto foi o mês definido pela matriz curricular do município para trabalhar o tema da diversidade cultural, e o estágio possibilitou a observação da metodologia e dos conteúdos abordados nas turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I durante esse mês do ano de 2018.

Nas turmas observadas há apenas uma professora para cada sala, ou seja, ela é a docente regente e responsável por aplicar todas as matérias definidas no currículo. Foi possível perceber a partir das observações que, seguindo a matriz curricular, cada professora aborda o tema de forma diferente. No entanto, há um foco maior em trabalhar as festas e os personagens folclóricos das diferentes regiões brasileiras, como por exemplo, em um projeto

que a escola mantém que prevê uma exposição no dia 22 de agosto, dia que se comemora o Folclore, e que cabe a cada docente decidir o que seus alunos irão construir para exporem nessa data (PPP da escola, 2018).

Durante esse período foi possível perceber que a prática pedagógica das professoras do 4º e 5º ano têm a criatividade como ponto de partida para os trabalhos desenvolvidos, tornando-as motivadoras e, portanto, contribuindo para o desenvolvimento das crianças. Os seres humanos têm a capacidade de gerar novas ideias, esta é uma capacidade inata que cada pessoa desenvolve consoante as suas predisposições e os estímulos recebidos na infância (TORRE, 2005 apud MOSER, 2015), ou seja, quaisquer estímulos dados aos alunos são fundamentais para o seu desenvolvimento.

Em uma das aulas observadas, a professora do 4º ano iniciou fazendo um trabalho manual, relacionado aos personagens folclóricos, no qual os alunos fizeram um origami do Saci-Pererê e, com material reciclado, o Boitatá e a Mula-sem-Cabeça. Em seguida, ela contou uma história envolvendo o personagem trabalhado no momento anterior, denominado de “motivando”, e, dessa forma, todo conteúdo trabalhado posteriormente nas diferentes disciplinas daquela data contemplaram os personagens confeccionados, como, por exemplo, as resoluções de problemas matemáticos que envolviam personagens, tais como, o Saci, a Sereia Iara, a Mula-sem-Cabeça, o Boi-Bumbá e o Lobisomem (DIÁRIO DE CAMPO, 2018)²³.

Na disciplina de Língua Portuguesa também foi possível observar a presença dos personagens folclóricos no texto e na cruzadinha realizada pelos alunos. Após apresentar as histórias e características dos principais personagens folclóricos brasileiros, a professora desenvolveu um projeto que foi exposto no dia 22 de agosto, que consistia na confecção de um painel feito com origamis dos personagens folclóricos estudados para exposição (DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

A professora do 4º ano trabalhou a história (folclore) e a construção dos personagens (sustentabilidade), uma vez que através da possibilidade de construção do seu próprio brinquedo com material reciclável, tendo em vista que maioria das vezes ao serem descartados no lixo demoram décadas para se decomporem; os alunos passam a contribuir na preservação do meio ambiente. Ao adotar essa prática, a docente está relacionando os conteúdos de forma que façam sentido para o aluno, ou seja, contextualizando-os com a

²³ Arquivo pessoal da autora. Decorre das anotações realizadas durante o período do Estágio Supervisionado no ano de 2018.

realidade dele. Desse modo, a professora ampliou o tema abordado, proporcionando aos discentes também a conscientização de brinquedos sustentáveis.

Já no 5º ano, ao contrário das turmas anteriores do Ensino Fundamental que foram observadas, é possível notar que não há tanta contação de histórias, e o momento de motivação não envolve mais trabalhos manuais. Assim sendo, para abordagem da diversidade cultural, a professora decidiu explorar as festas regionais brasileiras através de textos de diversos gêneros, tais como, fantasia, drama, romance, suspense e outros. A história era contada no início da aula, e em seguida a professora fazia a roda de conversa com os alunos a fim de analisar a história, promovendo um momento de reflexão e trocas acerca dos pensamentos dos alunos (DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

Após a conversa, os alunos criavam sua própria história tendo como base a história contada, registrando-a no caderno. Nas disciplinas de Matemática, Geografia e as demais, diferentemente da professora do 4º ano, que não trabalhava o assunto, no entanto, explorava-o de forma ampliada, através de ditados populares ou dos significados das palavras que surgiam nos textos e que os discentes ainda desconheciam. A professora do 5º ano elaborou para a exposição durante o projeto do Dia do Folclore, juntamente com os alunos, um varal de livretos, que foram produzidos pelos próprios alunos, sendo o gênero textual escolhido por cada educando, tendo como regra apenas o tema de folclore (DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

A professora do 5º ano, ao confeccionar os livretos com seus alunos, estimulou-os na leitura e na escrita, ao mesmo tempo em que os discentes se apropriaram do conteúdo estudado. O processo de construção dessa atividade proporcionou o desenvolvimento das habilidades individuais e autoconfiança de cada aluno, uma vez que é o professor que possibilita ao discente o acesso às relações humanas que não estão normalmente à disposição no seu cotidiano (NOGUEIRA, 2000). Outro ponto de destaque foi o da valorização da literatura e a variedade cultural nela existente, para Silva (2008) os professores têm como dever o de proporcionar ao educando situações que relacione os textos que trabalharam com a realidade, possibilitando-o expor suas ideias.

No dia da exposição pode ser observado que todas as salas, do 1º ao 5º ano, levaram trabalhos relacionados ao folclore. Os anos iniciais, alfabetização (1º ao 3º), expuseram pinturas e desenhos de personagens folclóricos, o 4º ano o painel de origamis e o 5º ano os livretos. A estratégia utilizada por cada professora foi desenvolver os trabalhos a partir da criatividade dos alunos, ainda que os personagens abordados nesse ano letivo já houvessem

sido trabalhados com os alunos nas séries anteriores, visto que a maioria dos alunos estuda na escola desde o 1º ano, dando continuidade até o 5º ano (DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

Desse modo, os alunos estudam, na sua grande maioria, durante todos os anos do Ensino Fundamental I o tema Diversidade Cultural sob a perspectiva do folclore brasileiro. Esses mesmos alunos conheciam histórias criadas por uma crença em comum, mesmo havendo diferenças nos nomes dos personagens e na forma como é contada a história de região para região. Foi possível notar que no caso dessa escola, há uma limitação em trabalhar a diversidade cultural, talvez por opção da gestão ou mesmo por parte dos professores, o que demonstra a oferta de um conhecimento com certa carência de reflexão para os alunos.

Embora haja grande capacidade criativa das professoras, abordagem do tema da diversidade cultural não é feita em sua totalidade, ou seja, contemplando a amplitude do tema, afinal, a matriz curricular limita o trabalho das professoras sob o viés das festas regionais brasileiras, enfatizando o folclore nacional. Entretanto, com base na compreensão de cultura e diversidade cultural e na importância de se trabalhar esse tema, mesmo havendo uma limitação por parte da matriz municipal curricular, as professoras têm possibilidade de expandir o seu trabalho, utilizando das mesmas práticas para alcançar a formação cidadã dos educandos. O docente em sua função tem como dever desenvolver a conscientização e compreensão em relação ao estilo de vida, linguagem, etnia, modelo familiar, crenças, vestimentas e outras diferenças presentes no contexto escolar e social do aluno. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) diz que:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual se deve comprometer (BRASIL, 2017, p. 8).

Cada cidadão traz consigo uma bagagem que foi construída por meio de suas vivências, o que alicerça e compõe sua cultura. Entretanto, (LEITE, 2014) diz que alguns grupos podem sofrer com a imposição cultural que estabelece valores e normas para com o outro, essa imposição nega características que implicam a homogeneidade do ser, buscando modelar o indivíduo conforme as perspectivas de um determinado grupo social. O autor supracitado aponta ainda que a cultura é o desenvolvimento intelectual do homem, seus

costumes, valores e suas concepções de mundo, nesse contexto a escola pode agir na (re)produção da cultura. Contudo é possível compreender que as práticas pedagógicas devem contemplar a diversidade cultural, preparando o discente para conviver em sociedade.

Em busca de uma maior compreensão da prática pedagógica dessas docentes no que diz respeito ao tema diversidade cultural, foi enviado a elas um questionário com as seguintes questões, para uma melhor análise das respostas foi pedido na explicação do questionário que todas as respostas fossem justificadas. No que denota a relevância do ensino da diversidade cultural, foi feita a seguinte pergunta: Como docente, você acredita o ensino da diversidade cultural na escola tem importância para formação cidadã do aluno? Ambas as professoras responderam sim, porém, em função da ausência de justificativa, não há elementos que validem essa importância de tratar o tema de forma crítica com os alunos. Sobre os conteúdos ofertados na matriz municipal de Anápolis, foi perguntado: Você considera que os conteúdos sugeridos pela matriz municipal de Anápolis são suficientes para aprendizagem dos alunos sobre o tema? Tanto uma quanto a outra responderam não, apontando que esses são insuficientes para uma melhor compreensão e formação do aluno sobre a diversidade cultural; no entanto também não especificam sobre a necessidade de outros conteúdos.

Ao tratar da ampliação do ensino de diversidade cultural, foi colocado em pauta a seguinte questão: Você acredita que os conteúdos propostos por essa matriz limitam o trabalho do professor? As professoras alegaram que sim, mas não justificaram o motivo desses conteúdos limitarem seu trabalho em sala de aula. Sobre a importância da abordagem de outros conteúdos foi perguntado: Você considera importante abordar outros conteúdos sobre diversidade cultural além dos sugeridos na matriz? As professoras concordam na resposta novamente que sim, entretanto novamente não justifica a resposta, o que deixa somente a observação feita para analisar as práticas pedagógicas de ambas.

Na pergunta de número cinco foi colocado em questão: Em sua opinião, ampliar o ensino sobre diversidade cultural influencia no processo de inclusão? Novamente as duas responderam sim, porém não disseram por qual motivo esse ensino influencia no processo de inclusão. A pergunta a seguir foi colocada como forma de compreender melhor a concepção de educação das professoras, para isso foi perguntado: Você concorda com a abordagem em sala, sobre os diferentes modelos: familiares, religiosos, concepções políticas e tudo que envolve as diferentes culturas presentes na sociedade? A professora do 4º ano respondeu que sim, já a professora do 5º ano respondeu que não. Nessa questão podemos perceber que ao colocar em pauta uma pergunta que envolve diretamente a diversidade existente no espaço

escolar. As concepções pedagógicas de educação tradicional e de educação crítico social se afrontam, pois, essas respostas embora não tenham sido justificadas por nenhuma das professoras, podem ser entendidas como cada professora atuaria e abordaria a diversidade cultural, quando notórias no contexto escolar.

Na questão de número sete no questionário aplicado foi: Em sua opinião, o professor que ignora a diversidade cultural presente na sociedade contribui para o aumento da intolerância? Nessa pergunta as duas professoras responderam que sim. Essa resposta é coerente para a professora do 4º ano analisando a resposta da pergunta anterior, já para a professora do 5º ano ao dizer sim, fica aparente certa contradição em suas respostas uma vez que ela não concorda com a abordagem em sala de aula dos diferentes estilos de vida presentes no âmbito estudantil. Faz-se difícil compreender o viés das suas respostas uma vez que não foi justificada nenhuma das questões.

A última pergunta para as duas professoras foi: Você acredita que o professor tem algum papel no combate contra os preconceitos existentes na sociedade relacionados à diversidade cultural? Tanto a professora do 4º ano quanto a do 5º ano responderam que sim. A colocação dessa questão inicialmente era observar como as professoras compreendem a diversidade cultural e a importância de abordá-la em sala de aula para formação cidadã do educando e para o combate aos diversos tipos de violências relacionados a esse tema.

Analisando as concepções dos autores e os estudos relacionados ao ensino escolar presentes nessa pesquisa, a falta de justificativas e de um posicionamento concreto nas respostas das docentes pode apontar um desinteresse ou falta de conhecimento formativo no assunto. Assim, foi possível perceber uma possível desvalorização em relação à pesquisa ou até mesmo uma indiferença com a temática. Deste modo, embora tenham respondido, não houve como abranger uma intencionalidade concreta das docentes em suas respostas.

Ao trabalhar a diversidade cultural na escola é preciso fazer uma mediação reflexiva, promovendo a interação e o impacto entre as diferentes culturas. Através da pluralidade há o reconhecimento dos diferentes sujeitos socioculturais, assim como a abertura para a manifestação e valorização das diferenças. No entanto, a escola tem dificuldade em lidar com essa pluralidade e diferença, silenciando-a e neutralizando-a, estando mais confortável com a homogeneização e a padronização (GOMES, 2000). Há uma necessidade de práticas educativas que promovam a diversidade no âmbito escolar, que lutem pelo direito e reconhecimento da diferença, não resultando em práticas culturais, políticas e pedagógicas excludentes. Moreira e Candau (2003) ressaltam que uma perspectiva emancipatória de

educação envolve o reconhecimento da diversidade e das diferenças culturais, e como elas coexistem nos mais diferentes espaços. A ação docente deve ser orientada para a diversidade cultural presente na sociedade e nas salas de aula, considerando a multiplicidade de culturas que devem ser trabalhadas, buscando estratégias pedagógicas que permitam o trato com essa heterogeneidade.

Mediante os argumentos apresentados pelos autores, é possível compreender que a cultura individual é importante na construção de um ambiente escolar que possa incluir a todos. Morais e Velanga (2017) afirmam que não há educação que não esteja imersa na diversidade cultural da humanidade, principalmente no contexto histórico em que se situa. A educação para a diversidade cultural não é discriminadora, a criança precisa ser capaz de questionar e refletir sobre a discriminação de determinada manifestação social ou cultura. A cultura escolar e a cultura da escola devem promover o diálogo, o questionamento, o debate para desenvolver um novo olhar sobre a cultura no cotidiano escolar. Nesse contexto, a escola deve favorecer a autoestima, o respeito e a valorização mútua, sendo um espaço de encontro com o diferente, devendo, portanto, exercer um caráter democrático.

Com isso, pode-se dizer que embora os docentes sejam norteados à abordagem dos conteúdos sobre o tema, os mesmos precisam ter consciência de que a diversidade cultural é mais complexa e multifacetada do que pensamos, por isso refletir sobre a diversidade cultural exige um posicionamento crítico e político, sob um olhar ampliado, que contemple seus múltiplos recortes (GOMES, 2000). Diante da realidade cultural racialmente miscigenada, como no contexto brasileiro, essa tarefa é ainda mais desafiadora, uma vez que englobam negros, indígenas, mulheres, portadores de necessidades especiais, entre outros; e todos buscam garantir o direito a diferença, o direito da existência, da vida.

Considerações finais

É possível perceber, após a realização da pesquisa, que os professores devem ter a conscientização de que a realidade de cada aluno é distinta, cada qual tem uma estrutura familiar individual e que todos devem aprender a respeitar e tolerar qualquer cultura, independentemente de ser similar ou não à sua. Além disso, as práticas educativas dos professores precisam ser elaboradas de modo que contemplem o entendimento do aluno, buscando sua capacitação para o exercício da cidadania e seu desenvolvimento de ações democráticas que estruturam a sociedade de modo ético.

Ao analisar as práticas pedagógicas utilizadas, buscou-se valorizar a presença criativa das professoras nas suas metodologias e atividades propostas, porém, de acordo com os autores citados nessa pesquisa a abordagem sobre diversidade cultural não pode ter seus conteúdos limitados. Gomes (2000) adverte que é necessário promover uma prática pedagógica que enxergue o outro com suas semelhanças e diferenças, sem uma postura discriminatória, portanto, que não colabore com a desigualdade, mas que enfatize as potencialidades de cada indivíduo.

Enfim, abordar a diversidade cultural em sala de aula de modo contextualizado possibilita um conhecimento que auxilia na formação crítica do sujeito, em busca de construir uma sociedade que respeite a heterogeneidade dos indivíduos. A construção histórica da cultura envolve diferentes influências e em momentos distintos, assim como os diferentes costumes, crenças, modelos familiares e hábitos, fazem parte da identidade do indivíduo, da sua construção pessoal. Assim, é possível compreender que as práticas sobre diversidade cultural precisam ser atuantes no combate contra preconceitos e intolerâncias existentes na sociedade, desenvolvendo a democracia e a convivência entre diferentes grupos culturais.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, Brasília, 2017. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf.
Acesso em: 29 out. 2018.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora paz e terra, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico-cultural. **Revista Educação em Foco**, Belo Horizonte, ano 4, n. 4, p. 70-78, dez. 2000. Disponível em:
http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Diversidade-na-educaCAo-reflexOes-e-experiEncias_Marise_Ramos.pdf#page=69. Acesso em: 30 out. 2018.

LEITE, Maria Aparecida. **Diversidade Cultural no contexto escolar**. 2014. Monografia (Especialização em fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares), Universidade Estadual da Paraíba, Itaporanga, 2014. Disponível em:
<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5737/1/PDF%20-%20Maria%20Aparecida%20Leite.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

MORAIS, Lerkiane Miranda de; VELANGA, Carmen Tereza. Diversidade cultural na escola: desafios para a prática docente. **RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 299-321, jul./dez. 2017.

Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/rech/article/view/4744>. Acesso em: 16 set. 2018.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação Escolar e Cultura (s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-168, mai./ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

MOSER, Vera Maria Dória Nóbrega de. **A criatividade**: a necessidade da promoção da atividade criadora no pré-escolar. 2015. Mestrado (Provas destinadas à obtenção do grau de mestre para a qualificação para a docência em educação pré-escolar), Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11066/1/A%20CRIATIVIDADE.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

NOGUEIRA, QuéfrenWeld Cardozo. **Educação física, jogo e cultura**. Pelotas: Cadernos de Educação, 2007.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Disponível em: <http://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/04/Cole%C3%A7%C3%A3o-Primeiros-Passos-O-Que-%C3%A9-Cultura.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

SILVA, Eunice Mendes. **A importância da motivação e o processo ensino-aprendizagem de zona rural x desempenho escolar**. 2008. Monografia (Especialização em Supervisão Escolar) Pós-graduação *Lato-Sensu* em Supervisão Escolar, Universidade Cândido Mendes, Caeté, 2008. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/41141.pdf. Acesso em: 25 out. 2018.

O ensino de matemática: breves considerações sobre seu histórico e contribuições

Juliana Aparecida Boaventura²⁴
Kesia Rodrigues dos Santos²⁵

Resumo: A matemática é uma ciência fundamental tanto para nossa sociedade quanto para os indivíduos que a constituem, ainda assim o ensino de matemática tem sido visto como algo complexo e descolado da realidade. O presente artigo faz parte de um estudo em construção, que busca na alfabetização matemática, caminhos para que aprendizagem dessa disciplina seja mais significativa. Por hora, para esse trabalho se objetiva realizar uma revisão bibliográfica sobre o ensino da matemática, em especial Alfabetização Matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental, subentende-se nessa afirmação tanto o objetivo do artigo quanto a metodologia empregada. Considerando que a pesquisa está em andamento, aqui são apresentadas breves considerações sobre a história do surgimento da Matemática no mundo e no Brasil e do seu ensino nas escolas, as contribuições advindas dessa ciência ao longo dos anos e teoricamente como acontece a alfabetização Matemática à luz de diferentes autores. Espera-se com esse estudo contribuir na formação de acadêmicos de licenciatura em Pedagogia, que busquem melhorar sua prática em relação ao ensino da Matemática.

Palavras-chave: Matemática, Alfabetização Matemática, Ensino.

Introdução

A Matemática, enquanto ciência é fundamental tanto para nossa sociedade quanto para os indivíduos que a constituem. Ainda assim, quando se trata da matemática enquanto disciplina escolar e, conseqüentemente, do ensino de matemática, a mesma tem sido vista como algo complexo e descolado da realidade. O presente artigo integra um estudo que objetiva verificar no cotidiano escolar como se dá o processo de alfabetização matemática a luz da teoria pertinente e trabalho empírico, com alunos do 1º ano do Ensino Fundamental, ao longo do processo de ensino da Matemática. Buscando assim caminhos para que o processo de ensino-aprendizagem seja mais significativo. Para isso será necessário identificar como os professores atuam nesse processo e como os alunos conseguem fazer a assimilação do número escrito à quantidade de objetos, utilizando como norte as teorias de aprendizagem voltadas ao ensino da Matemática. É da necessidade de entender esse caminho teórico a ser percorrido para a compreensão desse processo que se iniciou a pesquisa bibliográfica que resultou esse artigo.

²⁴Graduando do Curso de Pedagogia. E-mail: ju.lianaa2011@hotmail.com

²⁵Orientador deste trabalho. Docente do Curso de Geografia/Pedagogia. E-mail: k2r3s4@yahoo.com.br

Dessa forma, o presente trabalho objetivou realizar um estudo sobre a matemática enquanto campo científico que surge da necessidade cotidiana dos seres humanos e do ensino da matemática, vista enquanto disciplina fundamental para as sociedades contemporâneas.

A Matemática é uma ciência que está presente em todos os lugares, mesmo que não seja percebida diretamente. Ela possui grande importância para o nosso cotidiano, como em números de telefone, valor de mercadorias entre outros e é importante o estudo e pesquisa dessa ciência que está em constante construção/evolução/ressignificação, de forma que aprimore e contribua cada vez mais no âmbito educacional as questões referentes à Matemática.

Assim, a inquietação que levou a essa pesquisa passa pela resistência dos educandos e professores ao ensino de matemática. Assim, a motivação passa pelo intuito de contribuir na formação dos acadêmicos de Pedagogia, que se sentem desconfortáveis em relação ao ensino da Matemática no Ensino Fundamental e que possuem dúvidas sobre como se dá a apropriação das noções de número pela criança, pois como afirma Carvalho (2011, p. 16-17), uma característica dos graduandos do curso de pedagogia, “é o desgosto por Matemática”, diz ainda que esses futuros professores veem a matemática como “um objeto distante e inatingível”.

Inicia-se este estudo com alguns resgates sobre a história do surgimento da Matemática nas sociedades antigas e suas principais contribuições ao longo do tempo, passando por uma breve discussão sobre como essa ciência se tornou uma disciplina escolar no Brasil e chega a algumas considerações sobre a Alfabetização Matemática.

Metodologia

No presente estudo se pauta na metodologia denominada pesquisa bibliográfica, os materiais pesquisados foram: livros, revistas e outros documentos pertinentes à temática pesquisada.

Matemática, sua história, contribuições e ensino – algumas considerações

Ao se tratar do ensino da Matemática é essencial que os professores, identifiquem as características, os métodos, as ramificações e aplicações dessa ciência; que eles conheçam a história, os conhecimentos prévios dos conteúdos e os principais interesses de seus alunos; ter

entendimento das concepções acerca da Matemática, levando em consideração que elas nortearam sua prática em sala de aula (BRASIL, 1997, p. 29). Partindo dessa necessidade, o primeiro item destacado aqui é a história da ciência em estudo.

Durante o processo de ensino aprendizagem da Matemática é de extrema importância explicar a sua história, como surgiu e como foi utilizada facilitando a vida de diferentes povos em diferentes épocas. Além de proporcionar o entendimento aos alunos dos conceitos, processos e os sistemas matemáticos desenvolvidos ao longo dos anos por diferentes matemáticos. Isso contribui para que o aluno entenda a Matemática como uma ciência que está em constante construção (COL; LUIZ, 2013, p. 8-9). A partir desse entendimento, o professor e o estudante podem desenvolver uma identidade de sujeitos capazes de compreender e utilizar conceitos matemáticos.

Como afirma nos Parâmetros Curriculares Nacionais,

Ao revelar a Matemática como uma criação humana, ao mostrar necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, ao estabelecer comparações entre os conceitos e processos matemáticos do passado e do presente, o professor tem a possibilidade de desenvolver atitudes e valores mais favoráveis do aluno diante do conhecimento matemático (BRASIL, 1997, p. 34).

Essa importância de contextualização histórica da matemática é também discutida por D'Ambrosio (1996, p. 29-30) ao afirmar que, “a história da matemática é um elemento fundamental para perceber como teorias e práticas matemáticas foram criadas, desenvolvidas e utilizadas num contexto específico de sua época”, por isso se faz necessário “conhecer, historicamente, pontos altos da matemática de ontem poderá, na melhor das hipóteses, e de fato faz isso, orientar no aprendizado e no desenvolvimento da matemática de hoje”.

Ao se tratar da história da Matemática encontramos uma grande discussão sobre a origem dos números, sobre a necessidade de contar ou marcar algo, assim como afirma Boyer (1996)

[...] parece-nos improvável que tal noção tenha sido uma descoberta de um indivíduo ou de uma dada tribo, já que é mais plausível que a percepção tenha sido gradual, surgida tão cedo no desenvolvimento cultural do homem quanto o uso do fogo, talvez há 300.000 anos (BOYER, 1996, p. 1).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Matemática surgiu ainda na Antiguidade, quando era utilizada somente em cálculos relacionados ao cotidiano e se transformou em um grande sistema numérico, em uma

[...]ciência que estuda todas as possíveis relações e interdependências quantitativas entre grandezas, comportando um vasto campo de teorias, modelos e procedimentos de análise, metodologias próprias de pesquisa, formas de coletar e interpretar dados (BRASIL, 1997, p. 24).

Essa ciência tem como precursores no seu desenvolvimento os Romanos, os Gregos e Egípcios que contribuíram positivamente para sua construção, em cada período histórico novas descobertas, teorias e matemáticos surgiram, enriquecendo a Matemática que conhecemos hoje. UM dos principais matemáticos que surgiu ao longo da história da matemática foi Arquimedes de Siracusa (ca 287-212 a.C.) Esse matemático

[...] talvez o primeiro capaz desenvolver, com igual competência, as duas matemáticas, a utilitária e a abstrata. Arquimedes, por muitos considerado o primeiro matemático aplicado, desenvolveu inúmeros engenhos para uso civil e militar e resolveu problemas práticos, tais como definir a quantidade dos metais constituindo uma liga, ao mesmo tempo em que dava às suas intervenções um tratamento matemático teórico (D'AMBROSIO, 1996, p. 37).

Com o tempo os seres humanos desenvolveram vários conceitos e sistemas numéricos, utilizando diferentes objetos da natureza como sementes, pedras e outros objetos concretos, com o objetivo de conseguir contar seus animais, limitar suas terras e construir novos objetos para uso pessoal, facilitando cada vez seu dia a dia (ARANÃO, 2011. p. 35). Percebe-se que a matemática surge de necessidades práticas em várias sociedades e em distintos momentos históricos.

Os chineses também tiveram importante participação na criação de alguns conceitos matemáticos importantes. Eles utilizavam métodos de adivinhação relacionados aos fenômenos da natureza, no entanto, também utilizavam os meios de pesquisa racionais; por exemplo, o calendário e a astronomia-matemática originária de observações de fenômenos celestes, que, posteriormente, coincidiu com a matemática de outras civilizações (ARANÃO, 2011. p. 31). Por muitas vezes é negligenciada a contribuição dos povos orientais para o desenvolvimento das ciências, o que não é diferente com a matemática. No entanto, como poderá ser observado a seguir há contribuição desses povos em consonância com a contribuição dos povos ocidentais.

Os chineses contribuíram também com a criação de alguns instrumentos matemáticos, o mais conhecido e ainda atual é o ábaco voltado para a prática de calcular, ainda utilizado nas salas de aula. Os gregos também influenciaram no aprimoramento dessa

ciência, inclusive com o desenvolvimento da palavra “Matemática” que significa formas de conhecer ou aprender (ARANÃO, 2011, p. 33).

No segundo milênio, foi que se deu início ao ensino da matemática, no qual comparada as demais disciplinas era considerada a mais complexa. Como afirma Aranhã (2011, p. 30), “os tratados didáticos que chegaram até nossos dias classificam a matemática em duas categorias: a dos problemas e a das tabelas”. Nesse período os escribas podiam trabalhar com a Matemática de duas formas: ou ensinado os novos alunos, ou fazer a contagem dos produtos que havia sido colhido (ARANÃO, 2011). “Devemos ainda à matemática a invenção do avião, da energia elétrica, a bússola e tantas outras contribuições que hoje podemos usar em nosso cotidiano como telefone, fax, computadores e eletrodomésticos.” (ARANÃO, 2011, p. 34)

Contudo, o que antes era utilizado apenas na contagem de objetos, animais e outros bens, por meio de sementes ou simples pedras, hoje graças à observação dos fenômenos naturais e a inteligência do homem se tornou um grande sistema de conhecimento, capaz de facilitar cada vez mais a vida das pessoas. Esse desenvolvimento da ciência levou a necessidade de sistematização e, conseqüentemente, de repassar esse conteúdo sistematizado por meio do ensino. Isso ocorreu também no Brasil, onde o ensino da matemática percorreu um longo caminho até chegar aos dias atuais.

No Brasil, a história do ensino da matemática se dá ainda no período colonial. Nessa época o ensino era de modo tradicional, sendo que durante o início da república tivemos grande influência educacional francesa. No final da década de 1920 inicia-se em São Paulo o desenvolvimento da Matemática, na Escola politécnica (D’AMBRÓSIO, 1996, p. 55-56). A tradição europeia permeia essa história, como em outras ciências que se tornaram disciplinas escolares no Brasil.

A Matemática ganhou maior força no Brasil no final da década de 50, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o “grande desenvolvimento da pesquisa científica, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas em 1955 e seu Instituto de Matemática Pura e Aplicada/Impa e a realização dos Colóquios Brasileiros de Matemática a partir de 1957, em Poços de Caldas” (D’AMBRÓSIO, 1996, p. 56). Ainda assim, reconhecida no campo científico e claramente presente na vida cotidiana, a matemática ainda não havia alcançado o status de ciência acessível. Os documentos oficiais precisaram, anos mais tarde, trazerem essa necessidade de contextualização da matemática em relação ao dia a dia dos indivíduos.

A Matemática é uma ciência que está presente em todos os lugares. Utilizamos a matemática quase o tempo todo de modo direto ou indiretamente, como está explicitado nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

A Matemática comporta um amplo campo de relações, regularidades e coerências que despertam a curiosidade e instigam a capacidade de generalizar, projetar, prever e abstrair, favorecendo a estruturação do pensamento e o desenvolvimento do raciocínio lógico. Faz parte da vida de todas as pessoas nas experiências mais simples como contar, comparar e operar sobre quantidades. Nos cálculos relativos a salários, pagamentos e consumo, na organização de atividades como agricultura e pesca, a Matemática se apresenta como um conhecimento de muita aplicabilidade. Também é um instrumental importante para diferentes áreas do conhecimento, por ser utilizada em estudos tanto ligados às ciências da natureza como às ciências sociais e por estar presente na composição musical, na coreografia, na arte e nos esportes (BRASIL, 1997, p. 24-25).

De acordo com Carvalho (2011, p. 17) “se o professor, durante a sua formação, não vivenciar a experiência de sentir-se capaz de entender matemática e de construir algum conhecimento matemático, dificilmente aceitará tal capacidade de seus alunos.” Dessa forma, o melhor entendimento e uma aproximação da matemática que se ensina com a matemática cotidiana, passa pela formação do professor. Tanto a alfabetização matemática quanto o letramento matemático precisam de uma visão clara do professor sobre a importância do ensino de matemática.

Como está explicitado na Base Nacional Comum Curricular, é ao longo do Ensino Fundamental que acontece o desenvolvimento do letramento matemático, que é caracterizado como

[...] as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas. (BRASIL, 2017, p. 264).

A alfabetização matemática ainda é um assunto pouco comentado, e causa certa dúvida sobre seu significado e importância; no entanto ela é tão importante quanto a alfabetização na língua materna. É possível afirmar que o sujeito só está plenamente alfabetizado quando essas duas linguagens se unificam, pois antes mesmo de ingressarem no ambiente escolar, as crianças já possuem vivências relacionadas tanto com os números quanto com as letras (SOUZA, 2010, p. 1). A criança pode alcançar a alfabetização matemática de

forma concomitante ao letramento matemático, estando assim munido das habilidades essenciais para trilhar o caminho da Educação Básica.

Conforme afirma Souza (2010, p. 2) “Nossa idade, peso, altura, a hora no relógio, a posição em uma lista classificatória, a data de aniversário, o nosso endereço, constituem-se em diversas situações de nossa vida cotidiana nas quais precisamos recorrer aos números”.

E como ressalta Miguel,

Mesmo antes da escolarização a criança é constantemente envolvida em atividades matemáticas que mesmo não sendo assim reconhecidas por elas envolvem aspectos quantitativos da realidade. Isto significa que mesmo antes de frequentar a escola as crianças classificam, ordenam, quantificam e medem e desta forma mantêm uma boa relação com a Matemática (2004, p. 416) .

Mas afinal, o que é alfabetização matemática? De acordo com Souza (2010, p. 11) é definida como “o ato de aprender a ler e a escrever a linguagem Matemática, isto é, compreender e interpretar os sinais, signos e símbolos que representam as ideias básicas para o domínio da disciplina”.

Também está explicitado na Base Nacional Comum Curricular, que esse processo de aprendizagem matemático desenvolve, “competências fundamentais para o letramento matemático (raciocínio, representação, comunicação e argumentação) e para o desenvolvimento do pensamento computacional” (BRASIL, 2017, p. 266). Ambos os conceitos centram a discussão em torno da capacidade de compreensão da matemática, com função social, pela criança.

A alfabetização matemática deve acontecer por meio de “um trabalho de comunicação, contextualização, leitura, escrita e, acima de tudo, de envolvimento do aluno na construção do conhecimento”, com isso se faz necessário que o professor estimule outras competências nas séries iniciais além de apenas saber ler e escrever os nomes dos números (SOUZA, 2010, p. 7). É preciso oportunizar a criança situações que a levem a desenvolver as habilidades referentes a alfabetização matemática.

Dessa forma, é inegável que a alfabetização matemática deveria ser trabalhada tanto quanto a alfabetização da língua materna. No entanto, é perceptível nas escolas que a alfabetização matemática tem sido deixada em segundo plano, pois os professores apresentam maior interesse na alfabetização da língua materna (MIGUEL, 2004, p. 416). Como afirma Souza (2010, p. 5), “ignora-se o fato de que tanto a linguagem matemática, quanto a Língua

Materna são fundamentais e inseparáveis na interpretação e representação da realidade e resvala-se para uma relação dicotômica”. Ele completa o raciocínio dizendo que,

Muitas vezes nos deparamos com crianças que recitam a sequência numérica, mas não entendem a relação entre o dezoito e o dezenove ou entre o dezenove e o vinte. Não desenvolveram, ainda, a relação lógica de inclusão hierárquica, fundamental para o desenvolvimento da noção de número (SOUZA, 2010, p. 7).

Além de valorizar esse processo de alfabetização matemática, também é importante que o professor traga a realidade do cotidiano do aluno, para facilitar a associação entre o abstrato e o concreto, pois de acordo com Souza (2010) o processo de ensino matemático,

tem sido feita de forma desligada das outras áreas curriculares e da realidade do aluno, além disso, a tendência nas aulas é a apresentação dos conceitos em sua forma final e acabada, por meio de regras e fórmulas, ignorando seu processo de construção (SOUZA, 2010, p. 8).

Tal fato dificulta que a aprendizagem em matemática seja prazerosa e eficaz. Uma vez que é descolada da realidade do discente. Ainda de acordo com Souza,

se reconhecemos que alfabetizar em Matemática implica em trabalhar com a compreensão, interpretação de suas ideias básicas, bem como, com a expressão e comunicação dessas ideias através de sua linguagem específica, o ensino e a aprendizagem dos temas em questão tem um papel fundamental na consolidação desse processo (SOUZA, 2010, p. 10).

Assim, é possível afirmar que o indivíduo deve ser alfabetizado de modo que perpassasse os dois campos de conhecimento, se apropriando de números e letras, com o auxílio do professor que tem o trabalho de aproximar esses dois campos à realidade do aluno, de forma que ele entenda que a Matemática está presente em todos os lugares e que ele pode usa-la a seu favor na resolução de problemas cotidianos.

Considerações finais

Com base no que foi abordado neste artigo, que é fruto de um estudo em construção, podemos concluir que ao longo do processo de ensino aprendizagem, se faz necessário conhecer a história do surgimento da Matemática de forma global e em nosso país, com o

intuito de entender as principais contribuições proporcionadas por essa ciência, e a importância de seu ensino.

A apropriação dessa ciência dá-se o nome de alfabetização Matemática, que acontece quando o indivíduo desenvolve o conhecimento lógico-matemático, que ao longo do processo de ensino aprendizagem deve estar diretamente associada com a realidade do aluno, despertando seu interesse para a resolução de problemas envolvendo a Matemática em seu cotidiano.

Contudo, a partir dessa discussão teórica se passará para a próxima fase que é uma aproximação do tema em campo, no qual será necessário analisar os métodos utilizados pelos professores ao longo do processo de ensino aprendizagem, como é feito a avaliação desse conhecimento por meio de observações empíricas e verificação dos conteúdos matemáticos próprios do 1º ano do Ensino Fundamental por meio de análises documentais e proposta de intervenção.

Referências

ARANÃO, Ivana Valéria Denófrío. **A matemática através de brincadeiras e jogos**. 7. ed. Campinas, SP: 2011.

BOYER, Carl B. **A história da Matemática**. 1986. Disponível em:
http://www.academia.edu/download/30355601/a_historia_da_matematica.pdf. Acesso em: 23 maio 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 23 maio 2019.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino da Matemática**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COL, Lidiane de; LUIZ Elisete Adriana José. **Alternativas metodológicos para o ensino de matemática visando uma aprendizagem significativa: Educação Matemática no Ensino Médio**. 2013. Disponível em:
<http://www.conferencias.ulbra.br/index.php/ciem/vi/paper/viewFile/1015/115>. Acesso em: 23 maio 2019.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação matemática: Da teoria à prática**. 19. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

KAMII, Constance. **A criança e o número:** Implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. Tradução: Regina A. de Assis. 28. ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

MIGUEL, José Carlos. **Alfabetização Matemática:** Implicações pedagógicas. 2004
Disponível em:
<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2005/artigos/capitulo%205/alfabetizacaomatematica.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

SOUZA, Kátia do Nascimento Venerando de. **Alfabetização matemática:** considerações sobre a teoria e a prática. 2010. Disponível em:
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/download/273/259>. Acesso em: 23 maio 2019.

O Parque Indígena do Xingu: As pinturas corporais do Índios Trumaí

Rafael Oliveira Faria²⁶

Poliene Soares dos Santos Bicalho²⁷

Resumo:

Nesse artigo será trabalhado uma análise estética das manifestações culturais da sociedade dos Índios Trumaí do Parque Indígena do Xingu. No qual, basicamente, explicaremos sobre a origem do Parque e sobre algumas de suas características destacando sua importância. E também, não menos importante, destacaremos o valor que há na arte indígena que é tão rica quanto a arte de origem ocidental, que muitas vezes, cai-se no equívoco de desvalorizar estas manifestações artísticas. E depois, analisaremos as manifestações culturais e religiosas das pinturas corporal dos Índios Trumaí, destacando seu valor simbólico e estético. E nessa análise, mostraremos as principais características desse povo com suas peculiaridades.

Palavras chaves: Trumaí, Pinturas corporais, Simbolismo.

Introdução

Há uma riqueza muito grande nas artes indígenas, na qual há um valor estético e patrimonial tão vasto quanto na arte de origem europeia, ainda que de formas, modos, contextos e objetivos distintos. Muitas vezes caímos no equívoco de definir as manifestações indígenas como selvagens e primitivas, pois subestimamos sua complexidade e variedade. Este raciocínio deve ser combatido, pois as artes indígenas têm suas particularidades, da qual emana sua originalidade e valor.

Em nossa análise, pesquisamos sobre o Parque indígena do Xingu, destacando nesse trabalho sua origem e localidade. E deciframos, basicamente, algumas características da sociedade dos índios Trumaí, através de suas relações culturais; de modo que essas relações culturais são o nosso objeto de estudo deste artigo, que se configura como resultado parcial de do plano de trabalho de mesmo título, vinculado ao projeto de pesquisa **O Parque Indígena do Xingu: artes, culturas e biomas em confluência**, coordenado pela professora doutora Poliene Soares dos Santos Bicalho.

²⁶ Graduando do sétimo período de licenciatura em História da Universidade Estadual de Goiás.

²⁷ Professora e doutora da Universidade Estadual de Goiás da graduação de licenciatura em História e do TECCER.

Resultados e discussões

O Parque Indígena do Xingu foi criado em 1961, durante o governo do presidente Jânio Quadros, com o objetivo de preservar e conservar a riqueza das sociedades indígenas instaladas por lá, até então. O PIX encontra-se situado “na região nordeste do Estado do Mato Grosso, na porção sul da Amazônia brasileira”²⁸, no qual há um contingente bastante heterogêneo de sociedades indígenas.

Esse Parque tem um bioma bastante diversificado, que engloba Cerrado e a Floresta Amazônica. E também apresenta um clima bastante heterogêneo:

O Parque Indígena do Xingu (PIX) localiza-se na região nordeste do Estado do Mato Grosso, na porção sul da Amazônia brasileira. Em seus 2.642.003 hectares, a paisagem local exibe uma grande biodiversidade, em uma região de transição ecológica, das savanas e florestas semidecíduais mais secas ao sul para a floresta ombrófila amazônica ao norte, apresentando cerrados, campos, florestas de várzea, florestas de terra firme e florestas em Terras Pretas Arqueológicas. O clima alterna uma estação chuvosa, de novembro a abril, quando os rios enchem e o peixe escasseia, e um período de seca nos meses restantes, época da tartaruga tracajá e das grandes cerimônias inter-aldeias.²⁹

Como afirma acima, há muitas riquezas no Parque indígena do Xingu, que detém uma grande biodiversidade em seu vasto território. E além dessa biodiversidade, há também um emaranhado diverso de sociedades indígenas, que têm todas as suas particularidades, que as diferenciam recorrentemente. No Xingu há “16 etnias que habitam o Parque: Aweti, Ikpeng, Kaiabi, Kalapalo, Kamaiurá, Kĩsêdjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Wauja, Tapayuna, Trumai, Yudja, Yawalapiti.”³⁰. No caso do presente trabalho, terá como foco a etnia Trumai e toda a sua estrutura cultural.

No referido plano de trabalho, estão sendo estudadas as artes corporais dos índios Trumai, que é uma das principais características dessa sociedade e que define muito esse povo. Os Trumai são umas das emblemáticas sociedades que estão instaladas no Parque indígena do Xingu. Mais especificamente, eles estão “distribuídos em quatro localidades

²⁸ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu> . Acesso em: 13 mar. 2019.

²⁹ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu>.

³⁰ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil: Trumai. <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trumai> . Acesso em: 6 mar. 2019.

principais: aldeias Terra Preta, Boa Esperança e Steinen, e Posto Indígena de Vigilância Terra Nova [dados de 2002]”³¹.

Mulheres da Etnia Trumai, Foto por Maria Cristina Troncarelli, em 2000.



Fonte: <http://balaiovermelho.blogspot.com/2010/03/povos-indigenas-do-brasil-1.html>

O nome “trumai” tem sua origem etimológica na tradução da palavra “pintura” para a língua dessa sociedade, pintura esta que envolve rituais materiais e metafísicos.

Traduziremos por motivo – no sentido material do termo: marca, signo, conjunto de linhas, de pontos ou de superfícies, traçado ou recoberto de cor – a palavra trumaisaxo, que é utilizada para falar, por uma parte, daquilo que se chama tradicionalmente “pinturas” ou “decorações” corporais, e, por outra, de qualquer outro traçado, que se destaca por jogo de oposições de fibras na cestaria, por pinturas sobre a maior parte dos objetos domésticos ou rituais, ou ainda executado mediante o dedo ou a mão sobre a terra, a areia ou uma folha de papel. (COELHO, 1993, p. 513).

De acordo com os registros históricos, os Trumai são oriundos de uma localidade entre o Araguaia e o Xingu, mas tiveram que deixar essa área por causa de ataques de um

³¹ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil: Trumai.
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trumai> . Acesso em: 6 mar. 2019.

grupo inimigo, bem possivelmente os Xavante. Sua ocupação no Parque Indígena do Xingu é bastante recente – pois remonta às cinco primeiras décadas do século XIX – se comparada às outras etnias.

Os Trumai são considerados o último grupo a ter chegado na área dos formadores do Rio Xingu, tendo atingido a região na primeira metade do século XIX. Atualmente habitam a área central do Parque Indígena do Xingu, porém, culturalmente estão ligados ao complexo conhecido como Alto Xingu, cujos povos, apesar da diversidade lingüística, compartilham uma série de características culturais, estando articulados em uma rede de especializações comerciais e rituais inter-tribais.³²

Os trumaí tem uma língua bastante curiosa, pois ela não tem parentesco com nenhuma língua do complexo do Xingu. Esta se encontra isolada. E, além do mais, infelizmente, esta língua está em uma situação bastante sensível atualmente, pois, sua quantidade de falantes é bastante reduzida. A grande maioria das novas gerações de Trumaí têm o Português como primeira língua.

Entretanto, instituições indigenistas, como o ISA (Instituto Socioambiental), estão fazendo o possível para incentivar a conservação da riqueza dessa língua. Mas, para isso, precisam do apoio da comunidade Trumaí e do órgão indigenista oficial, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), além da contribuição de professores e linguistas.

Algumas tentativas têm sido feitas no sentido de estimular o uso da língua Trumai, com destaque para o trabalho educacional dos professores indígenas. Através de suas aulas, eles vêm tentando encorajar os mais jovens a voltarem a empregar o Trumai nas atividades do dia-a-dia. Com assessoria da equipe do ISA, os professores indígenas elaboraram um livro de ensino do Trumai como segunda língua, publicado em 2002. O trabalho de revitalização da língua é na realidade uma tarefa a longo prazo, que exigirá não somente o empenho dos professores mas também a participação da comunidade como um todo.³³

Um fator que define bastante os Índios Trumaí é a grande riqueza que apresentam em suas pinturas. Essas pinturas diversificam, sendo representadas tanto em objetos quanto nos corpos das pessoas. Sua simbologia varia entre os dois. Mas uma coisa que ambos têm em comum é o fato de não serem feitas para puro deleite, como compreende a concepção Ocidental de Arte.

³² INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil: Trumai.
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trumai> . Acesso em 06 mar. 2019.

³³ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil: Trumai.
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trumai>.

No que tange às pinturas dos objetos, estas são feitas em artefatos comuns do dia a dia dos Trumaí. Como, por exemplo, vasilhas, canoas, flautas, virador de beiju, entre outros. De acordo com Becquelin (In: COELHO, 1993), citando Steinen (1940, p. 115), “os motivos são tomados quase exclusivamente do reino animal”, no qual os Trumaí tem uma forte conexão da sua arte com o mundo animal, em que, para essa sociedade, os animais têm uma grande similaridade com o ser humano (esse detalhe também reflete na pintura corporal).

Steinen também destaca, e Becquelin – que mantem um diálogo com concordância e discordância com Steinen – reforça, os animais representados nos objetos não refletem o caráter funcional destes. Isto é, a pintura que há no objeto não representa sua função. Segundo Becquelin:

[...] dá pouca importância (e nesse ponto nós o seguimos) à relação analógica que pode existir entre o motivo e a função do objeto decorado. Por exemplo, as cobras sobre os zunidores que deverão silvar, as vespas que escavam a terra sobre os paus de desenterrar mandioca, ou ainda as pacas, reputadas por sua bela pelagem bem alisada, sobre os pentes; com efeito, estes casos não podem ser muito numerosos. Enfim, ele não acredita que a mitologia tenha uma grande influência sobre a frequência dos motivos (e com isso não concordamos); ele coloca a hipótese de que, quando as atividades artísticas se tornam muito intensas, os determinantes da execução se tornam “artísticos” e, em suma, formais; “o impulso artístico não é dirigido por considerações simbólicas” (STEINEN, 1940, p. 175 apud COELHO, 1993, p. 537)

Ao fazer um diálogo com Steinen, Becquelin concorda com um apontamento dele, mas discorda com um outro: ela concorda quando Steinen destaca a importância do mundo animal na arte dos objetos dos Trumaí, e também quanto à divergência entre a função destes objetos e a representação animal da pintura deles; mas ela discorda de Steinen quando à sua afirmação de que o simbolismo mitológico não influencia na frequência dos motivos da arte desses objetos. Neste sentido, Becquelin destaca que o fator religioso influencia bastante também.

Agora serão retratadas as pinturas corporais da sociedade Trumaí. Os Índios Trumaí chamam bastante a atenção dos pesquisadores por causa de sua complexa estrutura de artes corporais. Dentro desses rituais, encontramos situações diferentes que definem sua importância e função. Segundo Becquelin (1993), há duas diferentes situações: a primeira consiste na liberdade da escolha do fim que obterá a arte corporal, dentro dos parâmetros permitidos; já a segunda consiste em rituais que definem socialmente o indivíduo, festas e simbologias religiosas.

No que se refere aos rituais simbólicos, observa-se a riqueza das artes corporais e seu caráter funcional dentro dessa sociedade. E também, é válido ressaltar, a importância das representações dos animais nesses rituais. Destaca-se:

[...] nós pensaríamos de bom grado que os motivos corporais, em todo caso – everemos que eles podem se separar dos motivos usados nos objetos –, têm um papel *funcional* por pressão *analógica*; em um caso bem conhecido, a festa do javari, na qual o ponto culminante é “acertar” (visar e tocar o adversário), não é indiferente que combatentes se revistam de penas de águia e de jaguar, “que não perdem suas presas” e “não erram”; assim mesmo, durante o quarup, festa da revivescência também como festa dos mortos, os motivos que se exibem são, em grande parte, os dos peixes, que, como podemos lembrar, são donos do urucum, símbolo da vida. (COELHO, 1993, p. 543)

Percebe-se a relação que o valor funcional das pinturas corporais tem com a simbologia dos mitos que carregam o reino animal em sua complexidade. No entanto, outra curiosidade sobre essa sociedade é a escarificação, “feitas com a ajuda de um triângulo de cabaça, cuja base é nutrida de dentes de piranha” (COELHO, 1993, p. 521). Esta prática é efetivada com um sentido social e simbólico:

A formulação explícita das razões, da periodicidade e dos efeitos da escarificação permanece muito vaga entre os xinguanos. Fica claro, entretanto, que ela é um traço fundamental daquilo que “convêm” (*ae*) fazer para permanecer com boa saúde, para trocar o sangue e aumentar a força; ela se aplica a todo o mundo, crianças (...), jovens (...) e adultos (...), apenas os velhos a sofrem com menos frequência. Em reclusão, a escarificação é operada mais vezes, assim como antes das lutas do quarup, pois “ranhar” ou “tirar sangue”, conforme eles dizem em português, contribui para a aquisição e renovação da conduta no combate... (COELHO, 1993, p. 521)

Como vimos, a escarificação é um ritual indispensável para os Trumaí, no qual há um simbolismo que envolve saúde e força para o corpo desses indivíduos. E também, não menos importante, envolve um ritual para aceitação social em cada período da vida (juventude, maturidade e velhice).

Na escarificação, observa-se um sentido prático e físico dessa manifestação (precaução com a saúde) dentro dos parâmetros sociais. No entanto, percebe-se também o sentido religioso e metafísico: a adaptação simbólica do corpo humano para ter maior força física e coragem para o combate.

A arte indígena Trumaí é um ótimo exemplo do significativo panteão artístico que encontramos nas sociedades ameríndias, que, comparada à arte de origem ocidental, pode ser

tão complexa quanto. Nas artes indígenas encontramos particularidades e exclusividades que não são encontradas na arte de origem europeia, e a devemos analisar tendo em vista estes parâmetros. Ora, se fizermos essa análise a partir de preconceitos formulados pelo pensamento ocidental, cai-se no equívoco de observar essas manifestações artísticas em um sentido periférico, tendo como centro as manifestações ocidentais. O observador deve evitar esses erros. Por isso, deve-se fazer uma pesquisa dessas artes indígenas – a dos Trumai, no caso dessa pesquisa – tomando-as como centro da observação.

A metodologia usada nesse trabalho é a leitura bibliográfica sobre as artes indígenas dos índios Trumai e a análise estética das artes corporais dos índios Trumai destacando seu valor simbólico.

Conclusão

Nesse trabalho, concluímos, sobre a diversidade cultural do Parque indígena do Xingu, que é importante observar cada povo que ali vive em sua particularidade; pois a cultura e as artes de cada um apresentam pontos de aproximação e distanciamento. Neste sentido é que se optou por trabalhar especificamente a cultura e as artes do povo Trumai. A partir desta premissa, observou-se a importância de conhecer estes povos e as suas artes a partir delas mesmas, reconhecendo o qual valorosa ela é, sem preteri-la em relação à Arte de origem Ocidental. Pois, a arte indígena, ao ser analisada, deve levar em consideração suas particularidades e sua originalidade.

E também analisamos a sociedade Trumai e sua complexa rede de pinturas, tendo em vista a simbologia que há nas manifestações culturais e religiosas, que englobam suas artes e seus rituais.

Referências

BALAIÓ PORRETA 1986. Foto por Maria Cristina Troncarelli, em 2000. Fonte: <http://balaiovermelho.blogspot.com/2010/03/povos-indigenas-do-brasil-1.html> . Acesso em:31 maio 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil: Trumai. <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trumai> . Acesso em:31 maio 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil:
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu> . Acesso em:31 maio 2019.

MONOD-BECQUELIN, Aurore. O homem apresentado ou as pinturas corporais dos índios TrumaiS. In: COELHO, Vera Penteadó (org.). **Karl Von denSteinen**: Um Século de Antropologia no Xingu. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

O Processo de Implantação da Base Nacional Comum Curricular na Educação Básica: Algumas Reflexões.

Ivana Alves Monnerat de Azevedo³⁴

Resumo: O estudo tem como finalidade refletir acerca da implantação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) da educação básica, por meio de análises alusivas às políticas públicas educacionais, das indicações teóricas de diversos autores, dentre esses: CURY (2014); LIBÁNEO (2004); MACEDO (2017); PACHECO (2007) e SACRISTÁN (1998), bem como as orientações contidas na Constituição Federal Brasileira (1988); na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9.394(1996) e no PNE (Plano Nacional de Educação), 2014-2014, com vista da realização de uma breve análise das proposições concernentes à efetivação do processo de reformulação curricular, tendo como referência a proposta de regulamentação do processo de conteúdos mínimos, de competências, de habilidades e de desempenho nas avaliações nas escolas de educação básica.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular.

Introdução

Nas últimas décadas têm ocorrido intensos debates sobre os rumos da educação básica no Brasil com o objetivo de repensar a prática pedagógica, os conteúdos de ensino e redimensionar as atividades que permeiam a formação e a atuação dos educadores³⁵ que atuam nesse nível de ensino, no sentido de estabelecer uma política educacional que vislumbre a reconstrução de propostas curriculares para os sistemas e as unidades escolares de educação básica.

Dentre esses debates destaca-se a implantação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) realizado pelo Ministério da Educação (MEC), conjuntamente com o Conselho Nacional (CNE) de Secretários de Educação (SE) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Objetiva-se, a partir da BNCC ‘restaurar e aperfeiçoar’ a educação básica brasileira, estabelecendo, dentre outros aspectos, os conteúdos essenciais à aprendizagem do aluno, incidindo em mudanças no processo de reorganização curricular e pedagógica dos sistemas de ensino e, conseqüentemente, da prática pedagógica dos professores.

³⁴ Docente do Curso de Pedagogia. Mestre em Educação pela Universidade de Brasília E-mail: ivanamonnerat@ueg.br.

³⁵ Entende-se por educadores gestores, coordenadores e professores.

Nesse sentido faz-se necessário refletir acerca desse processo e a forma como essa proposta está sendo analisada e implantada nas escolas de educação básica, provocando um novo movimento, tanto nas universidades, no que se refere à formação inicial de professores relativa às suas propostas pedagógicas, a reformulação de seus currículos, dos seus métodos.

Implica também, em mudanças significativas na dinâmica das escolas, das redes estaduais, municipais e particulares de ensino que, além da efetuação de análises contínuas acerca da implantação dessas mudanças ofertar uma formação continuada para os educadores.

Desenvolvimento

Desde as primeiras décadas do século passado, as questões curriculares passaram a chamar, de forma mais intensa, de especialistas da área. Ao longo desse período, as políticas públicas, os estados e os municípios têm enfatizado a relevância da reformulação curricular, nos diversos níveis e modalidades de ensino, como parte do processo de ‘redemocratização da educação brasileira’.

Entretanto, a referida proposta precisa ultrapassar a prescritividade curricular, dando aos educadores e as unidades escolares oportunidades de construir novas propostas curriculares (SOUZA JÚNIOR, 2007), de forma ampla e integrada, com observância e deferência às diversidades socioculturais e econômicas existentes.

Segundo Pacheco (2005), a prescritividade curricular (Currículo Prescrito) se constitui em uma proposta formal adotada por uma estrutura organizacional escolar, por meio de um conjunto de planos curriculares, programas, listagem de conteúdos a serem vencidos, objetivos a serem alcançados, as competências construídas e as atividades executadas.

Essa organização curricular não oportuniza a organização e o desenvolvimento das ações pedagógicas, em conformidade com a realidade da escola, das suas necessidades e as expectativas dos educadores e alunos (Currículo Real).

Nesse contexto, as políticas públicas direcionadas ao ‘reordenamento’ do currículo escolar brasileiro, por meio da implantação de Base Nacional Curricular Comum (BNCC) especialmente, para a educação básica promovidas, desde meados nos anos oitenta estão gerando muitos debates acerca da formação de um currículo único para todo o país.

Essa proposta está prenunciada na Constituição Federal (CF), de 1988 e ampliada, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 1996, nos Parâmetros

Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, de 1997, e no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), de 1998.

O direcionamento alusivo à BNCC está implícito também, em documentos complementares: Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Básica (2010), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, de 1997, no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), de 1998 e no Plano Nacional de Educação (PNE), 2014-2014.

A existência de uma base curricular comum é prenunciada na Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988, no artigo 205 da Constituição Federal (CF) de 1988, que define:

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 118).

É enfatizado, no artigo 210 dessa constituição que é necessário organizar uma base nacional comum curricular que vai dar direção a um modelo curricular único, respeitando as dimensões brasileiras, estabelecendo que: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” (BRASIL, 1988, p. 122).

A Base está explicitada também, no art.26 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394:

[...] Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996, p. 21)

Desse modo, “[...] a LDB permite a compreensão de que a base nacional comum é constituída pelo que segue estabelecida nela própria” (MACEDO, 2014, p. 1532), conduzindo à identificação de que essa proposição de organização curricular se limita a convenções normativas constituída nos gabinetes das secretarias federais, estaduais e municipais de educação.

É perceptível que essa proposta não foi planejada, em conformidade com a rotina do professor, cuja essência está na contextualização dos conteúdos, o possibilitando repensar

seus conceitos e conceber competências de caráter conceitual, procedimento e atitudinal (LIBÂNEO, 2004).

O PNE (Plano Nacional de Educação PNE) instituído pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 contendo vinte metas e estratégias balizadoras, além de requerer o desencadeamento do processo de reelaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação descreve, dentre essas a elaboração da BNCC, que estabelece dentre outros direcionamentos, as diretrizes gerais para o desenvolvimento das áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas para a educação infantil e para o ensino fundamental.

Segundo a estratégia 2.2 - Meta 2 do PNE“ [...] a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental”. (2014, p. 1).

Nessa direção, a primeira versão da BNCC foi disponibilizada no *site* do MEC e, segundo informações contidas nesse site a proposta foi aberta para consulta e participação pública, incidindo por meio de audiências públicas, seminários, envolvendo especialistas, educadores e professores, tanto da educação básica, como das IES (Instituições de Ensino Superior), especialmente, àquelas destinadas à formação de professores.

Esse processo teve início, de forma mais ampla, a partir da disponibilização da 1ª versão da BNCC, o Portal da BNCC (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base>) no mês de setembro do ano de 2015, cujas sugestões e análises acenderam a elaboração de mais três versões, sendo que a versão definitiva foi promulgada em 21 de dezembro de 2017.

Ressalta-se que essas discussões acendem posições antagônicas por parte dos especialistas, educadores e representantes de entidades e órgãos representativos das esferas federais, estaduais e municipais de educação, haja vista que alguns concebem a ideia de que a BNCC consiste em um avanço no processo de organização curricular e da aprendizagem dos alunos.

Tanto a ANPED ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Educação) como a ABdC (Associação Brasileira de Currículo) se posicionam contrárias à BNCC e culparam o MEC de realizar o processo de ‘alinhamento’ ao projeto econômico neoliberal, dando ‘voz’ ao projeto unificador e mercadológico na direção que apontam as

tendências internacionais de uniformização/centralização curricular + testagem larga escala + responsabilização de professores e gestores”. (2015, p. 2)³⁶

É ressaltado também, nesse documento, “[...] a necessidade de cada instituição escolar, em seu currículo próprio, mesclar a parte comum à parte diversificada, que será elaborada coletivamente pela comunidade escolar”. (VERONEZE; NOGARO; SILVA; ZANOELLO, 2016, p. 1).

Entende-se, pois, que a BNCC não deverá instituir a totalidade dos currículos escolares, mas ser acrescida à parte comum, uma parte diversificada, cujos conteúdos deverão ser selecionados pela comunidade escolar.

A BNCC traz também, um novo conceito, quando trata de aprendizagens essenciais que a criança precisa aprender durante o seu percurso escolar, cuja relevância está relacionada, tanto para a idade dos alunos como para o seu aprendizado.

Nesse sentido, a organização do currículo escolar não pode ser pensada tão somente, por meio da identificação de um ‘currículo mínimo nacional’, para a educação básica, numa perspectiva de ‘equidade na educação’.

Silva (2007) afirma que o currículo é um documento de identidade, que revela uma trajetória, uma história, uma identidade, um discurso, uma relação de poder, sendo necessário refletir sobre o ‘jogo de forças políticas’ entre os envolvidos na formulação da BNCC.

Ressalta-se que o currículo escolar, não é composto exclusivamente de conteúdos, como também, de finalidade e de saberes culturais concebidos, a partir de “chaves psicopedagógicas. [...] dentro de um projeto socializador, formativo e cultural da escola”. (SACRISTÁN, 2000, p. 17-20).

Corroborando como essas afirmativas, Goodson (1995) ressalta que deve-se levar em consideração que, o currículo escolar se constitui em produção social e histórica repleta de princípios e metas que orientam o processo de ensino.

Desse modo, a produção de políticas e de práticas curriculares envolve a capacidade de seus propositores, de seus educadores de criarem condições viáveis para a construção e/ou reconstrução de novas culturas e de novas formas de pensar os processos de ensino e de aprendizagem.

O conjunto de informações referentes à organização do currículo escolar conduz, portanto, para a reconstrução no projeto institucional que prime pela a relevância da cultura

³⁶ Documento elaborado da equipe interinstitucional e pelos pesquisadores da ANPED e da ABdC: **Exposição de Motivos contra a Base Nacional Comum Curricular**, em 9 de novembro de 2015.

presentes e das diversidades existentes nos conteúdos e nas práticas escolares, nas instituições de educação básica.

Essas afirmativas auxiliam a uma noção de currículo distante das propostas requintadas oriundas dos órgãos destinados a esse fim, que envolvem a seleção de conteúdos na forma como está expresso.

Considerações finais

Os debates acerca da BNCC como documento orientador dos currículos dos sistemas (públicos e particulares) urge ser analisada, mais detalhadamente, com vista à assimilação das possibilidades ou inviabilidades de sua implantação.

Deve-se ter como meta, a partir dessa ‘Base’, a elaboração de uma proposta curricular que almeje uma formação educativa ampla e que considere as diversidades locais existentes como eixos para o desenvolvimento de um processo ensino aprendizagem que integre os saberes e as experiências diversos, aos quais são efetuados por meio da integração curricular.

Nesse direcionamento é necessária que seja disponibilizado nas instituições de ensino superior destinados à formação de Professores a oferta de disciplinas e de conteúdos de ensino que incitem a compreensão histórica, política e contextual dessa proposta.

Os sistemas de ensino e as unidades escolares de educação básica carecem organizar momentos destinados às análises e às discussões acerca da BNCC, como documento norteador das ações educativas.

Essas indicações sucedem à realização, pelos profissionais envolvidos (gestores, coordenadores e professores) de estudos complementares (formação continuada), haja vista que a sua implantação implicará em mudanças no currículo escolar e na forma como as atividades pedagógicas serão planejadas e realizadas nas escolas de educação básica.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira** (1988). Documentação e Informação. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados 2012. Brasília-DF. Disponível em: http://file:///C:/Users/User/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf. Acessado em: 10. abril.2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** - 24 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a base nacional comum. In: BRZEZINSKI, Iria. **LDB 1996 Contemporânea: contradições, tensões e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2014.

GOODSON, I. F. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: Novas Formas de Sociabilidade Produzindo Sentidos para a educação. In: **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1530 - 1555 out./dez. 2014 ISSN: 1809-3876 1530. Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo - PUC/SP <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acessado em: 04. abril 2017.

PACHECO, José Augusto. **Escritos Curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, Tomás. Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio. O saber e o fazer pedagógicos da educação física na cultura escolar: o que é um componente curricular. In: **CAPARROZ, F. E. (org.) Educação física escolar: política, educação e intervenção**. Vitória: Proteoria, 2007.

VERONEZE, Daniela Jéssica; NOGARO, Arnaldo; SILVA, Fernanda Levandoskida; ZANOELLO Simone Fátima. CONSENSOS E DISSENSOS ENTRE OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. In: **ENEMXII Encontro Nacional de Educação Matemática Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades** São Paulo- SP, 13 a 16 de julho de 2016. Disponível em: http://www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais/brpdf/64072699_ID.pdf. Acessado em: 29 de abril de 2019.

Percepções do bullying no espaço escolar

Mirelle Antônia Souza Freitas³⁷
Rita Castorina Gonçalves Gundim Lemes³⁸

Resumo: A proposta deste artigo consiste em apresentar as diversas consequências que são acarretadas pelo bullying no ambiente escolar, podendo gerar implicações na vida pessoal dos envolvidos, normalmente estudantes do ensino fundamental. Além disso, destacaremos como os alunos vitimizados lidam com a exposição ao bullying, e como os mesmos se sentem com esse comportamento agressivo, sendo a escola, a principal interventora no combate contra essa violência. Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste estudo foram pautados em pesquisas bibliográficas com autores que analisam a violência no ambiente escolar, seja ela de caráter verbal ou físico. Desse modo, segundo estudos levantados por pesquisadores, os adolescentes que estão mais propícios a desenvolver atitudes hostis, estão na faixa etária entre 11 a 13 anos.

Palavras-chave: agressões, comportamento, escola.

Introdução

Bullying é um tipo de violência repetitiva, sendo um fenômeno complexo que ocorre com maior prevalência no espaço escolar, entre crianças e adolescentes devido a maior interação social. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2016 escrita no Jornal Hoje pela Ana Carolina Raimundi aponta que:

Quase a metade dos alunos entrevistados na pesquisa (46,6%) diz que já sofreu algum tipo de bullying e se sentiu humilhado por colegas da escola. A maioria (39,2%) afirmou que se sentiu humilhado às vezes ou raramente e 7,4% disseram que essa humilhação acontece com frequência e entre os principais motivos está a aparência. (RAIMUNDI, 2016, s/p).

Há vários significados que são atribuídos a esta palavra, bullying, mas ressaltaremos que de acordo com Dellecave:

Bullying é um termo em inglês que vem do verbo bully, que significa ameaçar, amedrontar e, ainda, "valentão", *bullying* poderia ser traduzido como intimidação, mas isso reduziria a complexidade do fenômeno a uma de suas múltiplas formas de

³⁷ Graduada em História (licenciatura) pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG) Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Pós graduanda no curso de especialização Psicopedagogia Institucional e Clínica, Faculdade Católica de Anápolis. E-mail: mirelli.a.f@hotmail.com.

³⁸ Graduada em História (licenciatura) pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG) Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Graduada em Pedagogia pela UNIFACVEST. E-mail: rita.gundim@hotmail.com.

manifestação, que é o comportamento de ameaças e intimidações. (DELLECAVE, 2013, p. 27).

A partir da afirmação da autora considera-se que bullying envolve agressão; física, psicológica e/ou verbal, porém isto resumiria em apenas uma de suas formas de manifestação. No ambiente escolar os que cometem esse tipo de violência sempre estão em vantagem diferente daqueles que sofrem as ameaças ou intimidações. Uma das precauções que devem ser tomadas por profissionais da educação para evitar que o comportamento agressivo prevaleça na escola é semear respeito, paz e responsabilidade.

Deve-se lembrar de que nem todo tipo de violência que acontece dentro da instituição é de fato bullying, como as pequenas discussões e agressões isoladas entre os estudantes que são atos que ocorre quotidianamente. O que diferencia esse tipo de brutalidade com as outras formas de agressão, “são seu caráter repetitivo ou sistemático e sua intencionalidade de causar danos ou mal a alguém que geralmente é mais fraco ou está em posição mais fragilizada e que dificilmente possa se defender” (DELLECAVE, 2013, p. 28). Normalmente, os alunos que cometem essas agressões são considerados ‘populares’ pelos vitimizados, por várias questões; como status social e por serem fortes, porém por outro lado os mesmos não respeitam as regras, possui baixo rendimento, gostam de chamar atenção dos professores entre outros.

As intimidações contra as vítimas podem derivar de uma indefensibilidade, como; obesidade, dificuldades de aprendizagem e orientação sexual. Os envolvidos nesse tipo de violência são os agressores, os vitimizados e as testemunhas que presenciam as agressões. O bullying é praticado de forma direta pelos meninos e indireta pelas meninas, isto é, de forma relacional. O objetivo do agressor segundo Machado:

Os agressores consideram que é de extrema necessidade conseguirem satisfazer as suas necessidades e vontades, dado que muitas das vezes apresentam uma grande necessidade de serem o centro das atenções, sendo isso o que faz sentir recompensados uma vez que obtém estatuto, poder ou mesmo objectos materiais. (MACHADO, 2011, p. 5).

Objetiva-se identificar de que forma o bullying interfere na vida dos estudantes no contexto escolar e ressaltar o papel da escola na precaução contra essa violência.

Referencial teórico

A análise será fundamentada em dissertações e artigos na qual a autora Dellecave: o bullying na percepção de meninos e meninas do ensino fundamental e médio (2013), faz um estudo acerca do bullying conceituando-o recorrendo as suas implicações entre os estudantes. A autora Rodrigues em: o bullying nas escolas e o horror a massacres pontuais (2012). A autora Rosato em enfrentamento e prevenção do *bullying* na escola- Uma análise das mudanças/permanências nas produções do PDE (2016). E Machado em bullying em contexto escolar: uma proposta de intervenção (2011).

Sustentados pelo texto de Leão Junior (2011) as Redes Sociais e o Cyberbullying, situamos o cyberbullying relacionado a escola. AlbacheSallesFilho (2014) trabalham o Recreio como espaço de uma pedagogia da convivência, que foi percorrido neste artigo como um momento propício para a prática do bullying. Batista (2017) discute o papel do psicopedagogo institucional na prevenção e intervenção do bullying no cotidiano escolar, com esse texto foi discutida a relação professor-aluno diante do fenômeno bullying.

Foram utilizadas duas publicações de jornais online, um do Jornal Hoje que foi escrito pela Raimundi (2016) com o título: casos de bullying nas escolas crescem no Brasil, diz pesquisa do IBGE; que utilizamos as porcentagens de alunos que foram vítimas do bullying. E o outro um texto do Correio Braziliense escrito pelaAlves (2017) Bullying na escola: agressor precisa de tanta atenção quanto a vítima; no qual utilizamos trechos que mostram a visão das vítimas e um caso específico de um agredido que tornou-se o agressor. Esse material serviu de base para a construção do referido artigo.

Metodologia

Na elaboração deste artigo a metodologia escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa está pautada em pesquisa bibliográfica, que procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em livros revistas, periódicos e outros, foi realizado uma revisão da literatura sobre o tema proposto: o bullying no espaço escolar.

Diante disso os principais autores utilizados foram os que pesquisam sobre o bullying e os massacres nas escolas, a prevenção dessa atitude no contexto escolar. Além de outros autores secundários que discutem a qualidade do recreio, a participação do psicopedagogo na escola como participante na prevenção do bullying.

Resultados e discussões

Dentro do esboço acerca do Bullying no espaço escolar, percebemos que se trata de um tipo de violência que ocorre entre crianças e adolescentes. Os membros da instituição são os principais responsáveis em desenvolver ações preventivas contra esse tipo de agressão.

O bullying possui maior relevância no ambiente escolar e afeta principalmente crianças e adolescentes entre 11 a 13 anos que estão saindo do ensino fundamental I e adentrando ao ensino fundamental II. De acordo com Machado:

O fenômeno do bullying é considerado recente, sendo que só nos últimos anos se começou a prestar atenção aos comportamentos exibidos pelas crianças/adolescentes no contexto escolar que se traduziam em agressões entre estes, causando às vítimas dificuldades de interação social, baixa auto-estima, sentimentos depressivos e diminuição do rendimento escolar(MACHADO, 2011, p. 1).

O bullying é entendido como um tipo de violência perpetrada entre um ou mais estudantes que praticam a agressão contra aqueles indivíduos que não conseguem se defender. É um tipo de comportamento intencional e agressivo. Esse fenômeno ocorre em toda a sociedade, porém com maior incidência na instituição, podem durar dias, meses e anos se não for combatido dentro da escola.

Os envolvidos nesse fenômeno são os alunos agressores, ou seja, aqueles que cometem a violência, as vítimas que sofrem com a hostilidade e os que testemunham esse ato agressivo. Conforme Machado “os alunos agressores apresentam e adotam comportamentos de déspotas, perseguindo e oprimindo constantemente o seu colega, transformando este numa vítima, ou seja, aquela que será o alvo da sua perseguição” (MACHADO, 2011, p. 6). Os vitimizados que são os alvos dos agressores sofrem ameaças, intimidações e agressões físicas, podendo ser chutes, pontapés, socos e tapas.

A cultura do bullying está disseminada, o agressor precisa de tanta atenção quanto a vítima, como é notório nesse trecho escrito em uma matéria para o jornal o Correio Braziliense por Ana Carolina Alves:

“Eu praticava bullying porque, na maior parte do ambiente escolar, se você não zoar as pessoas, acaba se tornando o motivo da zação”, relata um estudante de 18 anos que preferiu não se identificar. O alvo das ofensas era um colega da escola que tinha deficit de atenção e hiperatividade. “Ele era muito diferente, e, com o tempo, começaram a surgir apelidos. Qualquer atividade realizada por ele era considerada fora do normal”, conta. A professora Renata Mendes dá aulas há 24 anos e percebe

que situações mais graves começam na adolescência. “As crianças pequenas se adaptam bem às atividades de prevenção. Os problemas geralmente acontecem com os mais velhos”, detalha (ALVES, 2017, s/p).

As consequências dessa violência refletem no psicológico dos sujeitos e principalmente na aprendizagem dentro do ambiente escolar, muitos entram em depressão, passam a ter baixa autoestima, e nem regressam as escolas por medo das ameaças feitas pelos agressores. Segundo Rodrigues o bullying possui um “caráter mais destrutivo em relação a novatos, obesos, estrábicos, gagos, ruivos, portadores de limitações físicas ou mentais, negros, tímidos, homossexuais e membros de outros grupos étnicos” (RODRIGUES, 2012, p. 13). Pois, para os agressores estes são vistos como os mais frágeis.

O caso de David Borges de 29 anos, mostra que pode haver mudanças, porém a dor de lembrar as práticas das agressões podem ser dolorosas, um tempo que deveria ser agradável de recordar torna-se um memória que as pessoas desejam apagar. Vemos o trecho deste caso, segundo Alves:

No caso do estudante de enfermagem David Borges, 29 anos, o que o ajudou a superar o assédio dos colegas foi a mudança de cidade. No início da adolescência, ela estava acima do peso, característica debochada pelos colegas do ensino fundamental. A situação só melhorou quando ele veio para Brasília e viu na mudança uma oportunidade de transformação: emagreceu, fez novos amigos e começou a namorar. Ao falar da época que sofria bullying, no entanto, a tristeza reaparece. “Na escola, se você se destoa, é zoadado. Eu sempre fui aguentando e, por isso, virei uma pessoa insegura”, afirma. Conta ainda que sofreu com um transtorno alimentar (ALVES, 2017, s/p).

Para evitar que as agressões se perpetuem, as vítimas se omitem durante as ameaças e humilhações feita pelos agressores na escola, porque segundo os vitimizados os atos violentos são vistos como brincadeiras. Existem várias maneiras de identificar se uma pessoa está sofrendo bullying: falta de interesse pela escola, para evitar o contato com o agressor; o isolamento; não se valorizam; ataques de fúrias quando estão sozinhos.

A conscientização deve ser feita desde o início da vida escolar, para evitar situações como esse exemplo no texto de Alves:

A ação chegou ao extremo da violência física com a filha do adestrador de cães Vilmar José de Oliveira, 46 anos. “Ela tinha um problema de estrabismo e as crianças ficavam zombando dela por causa disso. A primeira agressão física aconteceu 15 dias depois de ela fazer a cirurgia de correção, quando ela levou um soco no olho. A escola falou que não era nada demais. Mas a gota d’água foi quando a direção nos chamou para buscá-la, pois estava toda ensanguentada”, detalha. À

época, a menina tinha 7 anos. Vilmar procurou a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), mas saiu de lá com a resposta de que nada poderia ser feito, pois ela era menor de 9 anos. “Minha filha não foi amparada por ninguém”, indigna-se (ALVES, 2017, s/p).

O site Apoio a Vítima - APV³⁹, tem como conteúdo dúvidas frequentes a respeito de vários tipos de violências, dentre elas o bullying, o que é o bullying, quais as formas que existe, como se sente a vítima e o que fazer diante desse tipo de agressão psicológica ou física. Então esse site oferece orientação o lema deles são “informar para prevenir” e possui uma plataforma em que as vítimas podem entrar em contato com os profissionais, devidamente formados e preparados, que podem aconselhar, apoiar e responder às dúvidas e preocupações.

Rodrigues (2012) salienta que devido à prática dessas ações, os estudantes que ficam à mercê dos bullies⁴⁰ não conseguem se socializar com os demais e nem participar de atividades curriculares. O bullying é praticado com maior incidência entre os meninos, pois:

são orientados, desde tenra idade, para demonstrar coragem, ambição e agilidade, forjando seu perfil de homem pronto para vencer. As meninas podem ser também cruéis com as colegas ou meninos que manifestem dificuldade de afirmação, mas são mais dissimuladas. Optam, geralmente, pela fofoca, pela injúria ou por tratamento mordaz aos portadores de características percebidas como negativas. Estão muito atuantes no *cyberbullying*, que tem se alastrado pelo mundo moderno com danos irreparáveis à honra de moças e rapazes, especialmente quando há fotos ou vídeos desabonadores feitos à revelia do alvo (RODRIGUES, 2012, p. 16).

Embora o bullying seja praticado com maior prevalência entre os meninos, as meninas também cometem essa violência, mas de forma indireta e relacional, como fofocas entre si, diferente dos meninos que é realizada diretamente com insultos, ameaças e principalmente agressões físicas. Outra forma que a autora afirmou diz respeito ao “cyberbullying”, que se alastra no meio virtual, denegrindo a imagem de moças e rapazes nas redes sociais.

A sociedade do século XXI está imersa no mundo tecnológico, percebemos que o rápido avanço da tecnologia com a expansão do uso da internet nos traz grandes impactos em todos os campos da vida, já que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo têm perfis e compartilham fotos, arquivos, ideias e mensagens em plataformas que conhecemos como

³⁹ <https://www.apavparajovens.pt/pt>

⁴⁰ O termo surgiu a partir do inglês bully, palavra que significa tirano, brigão ou valentão, na tradução para o português, em outras palavras: o agressor.

redes sociais como Facebook, Twitter, WhatsApp, Instagram, Youtube. Com isso surgem novas profissões como as vendas online, marketing digital, influentes digitais⁴¹ e outros, esses avanços também afetam na educação, ora de forma positiva (como ferramenta facilitadora no ensino-aprendizagem) e às vezes negativas.

Os adolescentes e crianças fazem o uso dessas redes sociais mesmo tendo a idade mínima de 13 anos ou mais para a maioria das plataformas e 16 anos para o WhatsApp, antes dos 13 anos, há redes específicas, como Club PenguinKidzworld, GromSocial, Yoursphere, GiantHello. No entanto, nem mesmo os responsáveis desses jovens tem consciência da idade adequada para o uso das plataformas.

Diante das colocações sobre a tecnologia e a internet, vamos situar o cyberbullying relacionado à escola, Leão Junior sanciona que:

O entendimento sobre o cyberbullying para os usuários das redes sociais é muito pequeno, onde alguns até nunca ouviram falar do termo. O fenômeno vem ocorrendo em ambientes extraclasse, na sua maioria com vídeos fora da escola, mas envolvendo alunos. O problema fica evidente dentro da escola, com o uso do uniforme e por agressão direta entre alunos ou professores, por meio de agressões pejorativas e piadas ou agressões físicas, com a exposição para o mundo virtual podendo ser acessado por toda a comunidade e o mundo da web (LEÃO JUNIOR, 2011, p. 16007).

O cyberbullying é uma ramificação do bullying, aqui temos um exemplo de acordo com Alves, de um bullying que se expandiu e chegou até no cyberbullying,

O estudante Táiro Gomes, 25 anos, esteve nas duas situações. Ele praticou bullying durante o ensino médio. Em um dos casos, o pai de uma aluna denunciou uma situação de cyberbullying. A garota havia pedido ajuda da turma para ajudar pagar o álbum de 15 anos. Ele e os amigos não contribuíram e ainda fizeram piada com o fato nas redes sociais. Táiro não foi à direção, pois apagou o comentário a tempo, mas os colegas dele foram conversar com a psicóloga da escola (ALVES, 2017, s/p).

Táiro Gomes, ao cometer o ato de agressão verbal e exposição na internet, estava tentando se proteger, em uma citação acima, também de Alves, mostra que a cultura das escolas é agredir ou ser o agressor. E o estudante aqui em questão antes de praticar o bullying já tinha sido vítima dessa situação devido sua aparência física:

Quando estava no ensino fundamental, Táiro também sofreu bullying. Era chamado de “lacrão”, por ser magro, alto e negro, e os meninos mais velhos implicavam com

⁴¹ Influenciador digital ou digital influencer é um indivíduo que utiliza uma rede social para expressar análises e influenciar a opinião de outros indivíduos, através de publicações em texto ou vídeo online e, que são seguidos por um público massivo.

ele no futebol. Hoje, o jovem acredita que a experiência o fez mais forte, mas admite que passou a ser um agressor após mudar de escola e ver nisso uma nova chance de buscar respeito. “E isso aconteceu porque passei a implicar com as pessoas. Eu não achava que era errado para mim, era a continuação de um ciclo” (ALVES, 2017, s/p).

Uma das formas de prevenção contra as agressões é de responsabilidade da escola que deve propiciar meios para evitar a prática da violência, conforme Rosato:

a escola é ponto de partida para mudanças de atitudes e de valores e que o caminho mais viável é a prevenção de forma continuada, informando os alunos sobre as consequências para quem sofre a violência e as punições aos praticantes. Nesse sentido, a escola não pode se omitir diante dos casos mais graves, pois a lei estabelece punições que a responsabiliza, juntamente com o agressor, a reparar os danos físicos, materiais e morais (ROSATO, 2016, p. 22).

Existem diversas maneiras de identificação do bullying, sendo uma simples observação no momento do recreio dos alunos, Machado (2011) nos mostra o quanto esse momento que deveria ser de boa convivência pode ser palco das agressões, “os recreios escolares apresentam-se como os locais privilegiados para a prática do bullying. É aqui que esses problemas se apresentam com maiores frequências em comparação com qualquer outro espaço da escola como os corredores ou salas de aulas”.

Muitos pais/responsáveis tem reclamações sobre o recreio é justamente por estarem livres e sem a supervisão de um profissional, os alunos entram em conflito, tornando um momento adequado para a prática do bullying, e se machucam em correrias no pátio. Ao pesquisar o sentido da palavra “recrear” vem do latim *recreare* indica a possibilidade de proporcionar recreio, de divertir, causar alegria, prazer ou brincar. No entanto, nas escolas brasileiras públicas não existe a preocupação com a maneira como os alunos têm ocupado o seu tempo de recreio.

Ao pensar em diminuir os conflitos, os pequenos acidentes eventualmente ocorridos, é possibilitar aos alunos outras vivências diminuindo a cultura do bullying é preciso planejar e criar espaços adequados para esse momento que se torna como descanso da sala de aula e que possa realmente ser um tempo para divertir-se, portanto a necessidade de criar projetos de recreio dirigido. Os autores Albach e Salles Filho (2014) do texto: Recreio como espaço de uma pedagogia da convivência, apresenta que “o período de recreio precisa ser mais organizado e contemplar momentos orientados para que aconteça um

aproveitamentopedagógico de qualidade e que a interação e integração entre os alunos possam melhorar as convivências”.

Para acabar com a rotina de violência com a relação entre os alunos, como poderemos fazer com que as diferenças sejam alvo de respeito e não de discriminação? Permitir a socialização adequada para a comunidade escolar deveria ser um assunto mais debatido em escolas e universidades onde são formados os profissionais dessa área.

Uma possibilidade de responder a indagação acima, com ações práticas, é a criação de espaços de convivência dentro da escola, esses são de suma importância, pois iram permitir que alunos, funcionários que gostam de mesmos hobbies criem uma convivência tranquila. Com isso, as relações interpessoais amenizam os conflitos e melhoram as relações entre os membros da escola, todas as atividades ligadas às relações interpessoais exercitam a capacidade de valorizar o que o outro traz consigo, que cada pessoa é diferente da outra e que os sentimentos podem mudar dependendo do que vivenciamos nessa interação os envolvidos podem aprender com habilidades dos outros.

A biblioteca da escola deve sempre estar aberta no período do recreio, para os alunos utilizasse tempo para realizar pesquisas escolares, fazer leitura e poder pegar livros e gibis emprestados; a constante renovação do acervo é fundamental para o incentivo à leitura. Para serem disponibilizados jogos de Xadrez, jogos da memória e quebra-cabeças, é preciso um espaço adequado com mesas e cadeiras para serem realizados esses jogos. Além de ter jogos de mesa, como o tênis de mesa e o pebolim⁴².

Por isso, os professores devem incentivar os alunos com metodologias que favoreçam o diálogo e a interação na sala de aula, desenvolvendo atividades lúdicas e jogos dinâmicos em grupo, além de fornecer palestras acerca desse fenômeno que ocorre com grande intensidade no espaço escolar, os alunos devem estudar inclusive a lei do bullying⁴³, que diz que o responsável pode até ser processado se o caso for comprovado. Para Rosato de forma alguma a instituição deve se omitir diante das agressões.

O Psicopedagogo é outro recurso, neste caso um recurso humano, que a escola deve ter, em caso das escolas públicas devemos lutar para que haja esse profissional presente na escola. Este profissional é indicado para assessorar e esclarecer a escola a respeito de diversos

⁴² O futebol de mesa, popularmente conhecido no Brasil como Totó, pebolim, pacal e em Portugal como matraquilhos ou matrecos, é um jogo inspirado no futebol, que consiste em manipular bonecos presos a manetes, possibilitando "jogar futebol" numa mesa.

⁴³ São duas leis (13.663/2018 e 13.185/2015) que têm o objetivo de conscientização e prevenção do bullying.

aspectos do processo de ensino-aprendizagem e tem uma atuação preventiva. A atuação da Psicopedagogia nesses casos, segundo Silva e Costa:

A Psicopedagogia visa, justamente, ao desenvolvimento de um trabalho com a criança, a família e a escola, sensibilizando-os sobre a importância de sua conduta. Institucionalmente, o trabalho psicopedagógico contribui para a prevenção ou diminuição de dificuldades de aprendizagem, objetivando favorecer um ambiente educacional saudável que não estimule bloqueio ou limitação da aprendizagem, por meio da aplicação de métodos preventivos com os alunos, a equipe de profissionais e a família. Ademais, visa à detecção de problemas já instalados e, caso necessário, propor mudanças na estrutura geral da escola, na conduta de profissionais específicos e/ou encaminhar o discente a um clínico (SILVA, COSTA, 2014, p. 58).

Batista traz uma reflexão acerca da escola e relação professor-aluno diante do fenômeno bullying:

O fenômeno bullying ocorre na mesma medida em escolas públicas e particulares, mas os estudos apontam para uma postura mais efetiva contra tal fenômeno entre as escolas públicas. Estas já contam com uma orientação mais padronizada para tratar dos casos, quando necessário acionam os órgãos competentes como Conselhos Tutelares, Delegacias da Criança e do Adolescente etc (BATISTA, 2017, p. 13054).

Ainda nesse sentido é fundamental que o diagnóstico e a gestão do combate ao bullying e da indisciplina no ambiente escolar aconteçam e passem a ocorrer como atividade de rotina.

Considerações finais

Como é possível observar por meio desse artigo, que foi resultado de uma pesquisa bibliográfica, o bullying ainda é praticado, tendo suas ramificações: cyberbullying. É extremamente necessários programas preventivos e de intervenção contra essa prática de agressões físicas e verbais. A escola além de um espaço social deve ser democrática onde as relações interpessoais deveriam estar sempre constantes na rotina escolar, juntamente com a gestão, para o bem-estar de todos com o objetivo de promover sempre a qualidade educacional.

De todo modo, a realização de observações constantes por parte dos profissionais de educação, inspetores, professores de modo geral, pedagogos, psicopedagogos, diretor e outros, é importante para identificar quais os locais e horários mais propícios para acontecer o

bullying para que assim haja a intervenção de forma adequada para findar essa prática que faz mal tanto para agressor e a vítima.

Referências

ALVES, Ana Carolina. **Bullying na escola**: agressor precisa de tanta atenção quanto a vítima. Correio Braziliense, 2017. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/05/01/interna_cidadesdf,592415/bullying-na-escola-agressor-precisa-de-tanta-atencao-quanto-a-vitima.shtml. Acessado dia 15/05/2019 às 15:00 horas.

ALBACH, Arilei Rodrigues; SALLES FILHO, Nei Alberto. Recreio como espaço de uma pedagogia da convivência. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE Artigos**. Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3, cadernos PDE, volume I, 2014.

BATISTA, Iracema Dimaria Evangelista. **O papel do psicopedagogo institucional na prevenção e intervenção do bullying no cotidiano escolar**. XIII EDUCERE- Congresso Nacional de Educação - IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação? SIRSSE e o VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO). 2017. (Congresso).

DELLECAVE, Michelly do Rocio. O bullying na percepção de meninos e meninas no ensino fundamental e do ensino médio. **Dissertação** (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências humanas. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Florianópolis, SC, 2013.

LEÃO JUNIOR, Cleber Mena. **As Redes Sociais e o Cyberbullying** - Mesa Redonda durante o X Congresso Nacional de Educação. 2011. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda)

MACHADO, Mônica. Bullying em contexto escolar: Uma proposta de intervenção. **O Portal dos Psicólogos**, 2011.

RAIMUNDI, Ana Carolina. Casos de bullying nas escolas cresce no Brasil, diz pesquisa do IBGE. **Jornal Hoje**, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/08/casos-de-bullying-nas-escolas-cresce-no-brasil-diz-pesquisa-do-ibge.html>> Acessado dia 13/05/2019 às 13:13 horas.

ROSATO, Izabel Cristina Henrique. **Enfrentamento e prevenção do bullying na escola** - uma análise das mudanças/permanências nas produções do PDE. Produção PDE, 2016.

RODRIGUES, Gilda de Castro. O bullying nas escolas e o horror a massacres pontuais. **Ponto-e-Vírgula**: Revista de Ciências Sociais, [S.l.], n. 11, 2012.

SILVA, Adalgisa Conceição Ferreira da; COSTA, Alice Maria Figueira Reis da. O papel do psicopedagogo em relação ao bullying. **Rev. Psicopedagogia** 2014; 31(94): 56-62.

Pressupostos teóricos das tendências pedagógicas educacionais: construções iniciais

Cristina Gomes Serafim Neves⁴⁴
Elson M. da Silva⁴⁵

Resumo: O presente texto é parte de uma investigação que se encontra em desenvolvimento, na qualse procura identificar e analisar quais são os pressupostos teóricos e didáticos que subsidiam as práticas pedagógicas de professores e alunos em escolas públicas de Anápolis – GO. Como o estudo encontra-se em fase inicial de análise de dados, aqui serão apresentadas as discussões teóricas. Espera-se que essas discussões possam contribuir para reflexões em relação às práticas pedagógicas escolares, sobretudo no que diz respeito às principais tendências pedagógicas educacionais brasileiras.

Palavras-chave: Prática Pedagógica, Concepções Teórico-Pedagógicas, Sala de aula.

Introdução

O presente artigo traz como principal objetivo apresentar discussões teórico-pedagógicas à luz das principais tendências pedagógicas brasileiras, sendo elas: Tradicional, Nova, Tecnicista, Neotecnicista, Histórico-Crítica, Crítico-Social dos Conteúdos, Libertadora e Libertária. Essas discussões fazem parte de uma investigação que se encontra em desenvolvimento, na qual se procura identificar e analisar quais são os pressupostos teóricos e didáticos que subsidiam as práticas pedagógicas de professores e alunos em escolas públicas de Anápolis – GO. Como o estudo encontra-se em fase inicial de análise de dados empíricos, aqui serão apresentadas as discussões teóricas.

Para Saviani (2000), as tendências pedagógicas que tiveram maior repercussão no campo da educação podem ser analisadas a partir de pelo menos duas perspectivas: a) perspectiva hegemônica e, b) perspectiva contra-hegemônica. Na primeira perspectiva, encontra-se principalmente as tendências Tradicional, Nova, Tecnicista e a Neotecnicista. Já na segunda perspectiva, estão presentes os pressupostos pedagógicos das tendências Histórico-Crítica, Crítico-Social dos Conteúdos, Libertadora e Libertária.

Espera-se que as discussões teóricas possam contribuir para reflexões em relação às práticas pedagógicas escolares, sobretudo no que diz respeito às principais tendências pedagógicas educacionais brasileiras.

⁴⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia. E-mail: tininhaneves3@hotmail.com.

⁴⁵ Docente da UEG, Campus Anápolis de CSEH. E-mail: elsonmarcolino@gmail.com.

A Pedagogia Tradicional

De acordo com Saviani (2000), a Pedagogia Tradicional surge com o intuito de converter os ignorantes em cidadãos esclarecidos. Porque, segundo essa tendência, a marginalidade acontecia em decorrência da ignorância do povo.

Para Saviani (2009), a concepção pedagógica tradicional, Nova e Tecnicista, são as concepções classificadas como hegemônicas, porque se formam por meio de métodos e princípios estabelecidos para beneficiar a classe dominante. A Pedagogia Tradicional busca pela essência do homem. E na tentativa de alcançar essa essência, dá-se ao professor o poder centralizador de todo o processo educativo.

De acordo com Silva (2013), o aluno deveria sempre manter silêncio, disciplina, e estar atento para não se dispersar durante o processo educativo. O professor como centro do processo, mantém sua metodologia de ensino na exposição oral da matéria para os alunos. Os conteúdos são intelectualistas e enciclopedistas, separados da experiência e da vivência dos alunos. A avaliação é centrada no “mestre”, com interrogatórios e aplicação de provas.

Essa classificação de Pedagogia Tradicional se apresenta em duas vertentes: A primeira é a tradicional de cunho religioso, que procurava transformar os súditos em cidadãos, buscando converter todos para uma santa fé católica. Já a vertente leiga da Pedagogia Tradicional, identifica-se com a natureza humana. Essa concepção também expressa a ascensão da burguesia e das ideias liberais, trazendo a escola pública, universal, leiga, gratuita e obrigatória (SAVIANI, 2008).

A Pedagogia Nova

A Pedagogia Nova, para Saviani (2000), surge em contraposição à Pedagogia Tradicional. Com um forte movimento de crítica a essa tendência, considerando-a ineficiente para cumprir sua função que era a correção da marginalidade. Esse movimento de crítica ficou conhecido como escolanovismo.

A Pedagogia Nova difere-se da Pedagogia Tradicional no sentido de acreditar que o marginalizado é o rejeitado e não o ignorante. Sendo que o rejeitado é considerado o “anormal”, iniciando assim uma era das diferenças individuais. Ainda de acordo com Saviani (2000, p. 8), “marginalizados são os “anormais”, isto é, os desajustados e desadaptados de todos os matizes.”

Segundo Silva (2013), na Pedagogia Nova, o professor passa a exercer papel secundário no processo educativo, exercendo o papel de orientador da aprendizagem, dando ênfase ao aluno que passa a ser o centro do processo educativo. Aqui, o aprendiz pode expor seus interesses e suas escolhas para a efetivação do processo educativo.

Desta forma, segundo Saviani (2000), nessa tendência o professor é somente um orientador ou estimulador da aprendizagem. Assim, a responsabilidade de que essa aprendizagem se efetive dependeria somente do aluno.

Saviani (2000) diz também que com as mudanças no eixo da organização escolar, a escola nova propunha mudanças significantes para a época. Mas que devido à várias razões e principalmente pelo alto custo que isso geraria, não conseguiu seu êxito. “Provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos” (p. 10).

A Pedagogia Tecnicista

Com a ineficácia da Pedagogia Nova, demonstrando seu fracasso com relação à marginalidade, e os rumos que a Educação tomava, surge então uma nova tendência pedagógica: A pedagogia tecnicista.

Segundo Saviani (2000), essa nova teoria apresenta-se baseada na neutralidade científica, defendendo princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. Inicia-se uma nova era técnica e produtivista, buscando atender a nova estrutura econômica da época.

Com isso, houve uma propagação de propostas pedagógicas com concepções de aprendizagem mecanizadas, padronizadas, com enfoque técnico. Exemplo disso é a chegada do telensino, microensino, instrução programada, entre outros. De acordo com Saviani (2000, p. 13), “O elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e aluno posições secundárias”. De tal forma que as ações fiquem centradas no processo.

Para Saviani (2000), nessa concepção, quando a educação busca formar cidadãos eficientes e produtivos, ela está contribuindo pra superar o problema da marginalidade, acreditando que o marginalizado é o incompetente, e improdutivo.

Na tendência pedagógica tecnicista, o professor tem a função de um mero executor de um processo que somente os especialistas eram capazes de organizar, planejar, coordenar e controlar, exercendo assim uma posição secundária. Ao aluno caberia também posição secundária, sendo apenas um depositário de conhecimentos que devem ser acumulados na

mente por meio das associações. Há uma relação pedagógica baseada em contingência e manipulação do professor para o aluno. Busca-se preparar o aluno para o mercado, apresentando comportamento eficiente, eficaz e produtivo.

A metodologia de ensino na tendência tecnicista faz uso de tecnologias de ensino, instrução programada, máquina de ensinar, rádio e TV. Os conteúdos são a partir de conhecimento neutro, objetivo, positivo, fragmentado, especializado e padronizado. A avaliação é objetiva, mecânica, com estímulo-resposta.

Todas as teorias pedagógicas citadas acima são consideradas não-críticas, segundo Saviani (2000), pois consideram a educação autônoma, não reconhecendo as determinações sociais do fenômeno educativo.

As teorias consideradas crítico-reprodutivistas buscam compreender a educação a partir das condições sociais. Acredita que a educação é apenas a reprodução da sociedade, devido ao fracasso da escola na busca em atender à sociedade de classe e reforçar o modo de produção capitalista.

Segundo Saviani (2000), as teorias que serão apresentadas a seguir não são consideradas como teorias de Educação, mas teorias para a educação, pois elas buscam apenas explicar como acontece o fenômeno no contexto escolar, sem apresentar ações ou propostas de intervenção.

Saviani (2000) considera e nomeia essas teorias de crítico-reprodutivistas. Crítica porque são teorias que acreditam que a educação só pode ser compreendida com base na análise do contexto social. E reprodutivista porque considera como função básica da educação a reprodução da sociedade em que está inserida.

Dentre as que mais se destacaram nesse grupo estão: Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica; Teoria da Escola como Aparelho Ideológico do Estado; Teoria da Escola Dualista, desenvolvidas por P. Bourdieu e JC Passeron.

Portanto, Saviani (2000) conclui que enquanto as teorias não críticas buscam ingenuamente resolver o problema da marginalidade por meio da educação, as teorias crítico-reprodutivistas têm em seu próprio fracasso o êxito. Já que sua real função é reproduzir a sociedade de classes.

Tendências Pedagógicas Contra-hegemônicas no Brasil

Nas análises de Silva (2013), as concepções pedagógicas contra-hegemônicas iniciam-se num momento histórico no final da década de 1970 no Brasil, quando há o surgimento das propostas pedagógicas contra-hegemônicas. Essas tendências surgem e se desenvolvem a partir dos interesses e necessidades da classe dominada.

Para Silva (2013), as teorias pedagógicas contra-hegemônicas são aquelas que buscam constantemente colocar a educação como fator preponderante para que se tenha uma sociedade mas justa e igualitária.

Tendência Pedagógica Libertadora

Nos estudos de Silva (2013), a Tendência Pedagógica Libertadora, representada por Freire (1980), vai em sentido oposto a tudo o que a sociedade de classe vem impondo para a educação. Com olhar especial para os menos favorecidos e que têm menos acesso ao conhecimento.

De acordo com Silva (2013), percebendo que a escola busca apenas cumprir com as exigências do sistema produtivo, e assim reproduz as desigualdades sociais e culturais, Paulo Freire propõe, nessa tendência pedagógica, uma escola auxiliadora na construção de uma sociedade justa e igualitária. Propondo uma educação para a libertação das amarras dos opressores contra os oprimidos.

Desta forma, a escola na concepção freiriana tem o dever de buscar meios que possibilitem que seus alunos tenham uma educação crítica, percebendo a realidade social na qual estão inseridos, para que assim possam lutar contra ela.

A educação libertadora de Freire (1980) deve se pautar pela prática do diálogo, se opondo a uma educação tradicional, que vê o aluno como um objeto a ser manipulado e o professor o sujeito do processo e detentor de todo o saber, depositando o seu conhecimento e suas verdades prontas no aluno. Tal modelo tradicional, não proporciona um questionamento ou uma reflexão crítica do tema. Esse tipo de educação é conhecido como educação bancária (SILVA, 2013).

Na educação pautada em uma perspectiva libertadora, a relação pedagógica acontece de forma dialógica e dialética, tendo o professor a função de contribuir para uma formação crítica do aluno, sendo este sujeito consciente de sua própria história num mundo em

transformações. Desses alunos espera-se que, além das habilidades e competências linguísticas, eles desenvolvam consciência crítica perante a realidade.

Nessa perspectiva de educação libertadora, a avaliação é centrada no processo de aprendizagem. Sua concepção de aprendizagem é baseada na relação com o “outro”, e com o mundo, utilizando-se de temas geradores em sua metodologia de ensino, nos quais o professor extrai os conteúdos da realidade do aluno “oprimido”.

Para Silva (2013), a educação humanística, problematizadora e emancipadora, da visão freiriana, acredita que só por meio de uma educação que leve ao desenvolvimento de uma consciência crítica pelo diálogo é que o oprimido cultural e socialmente se desprenderá das amarras dos opressores, e poderá lutar por uma sociedade mais humanizada e solidária.

Pedagogia Libertária

Nas análises de Silva (2013) a tendência Pedagógica Libertária mantinha suas críticas ao modelo de educação burguesa e defendia uma concepção de educação autogestionária. Acreditando que a educação burguesa era submissa aos interesses das classes dominantes, a tendência Pedagógica Libertária propõe uma escola livre, autônoma e cooperativa. Propõe uma escola moderna, crítica ao modelo tradicional e ao autoritarismo.

De acordo com Silva (2013), uma forte característica da Pedagogia Libertária é não dar ênfase aos conteúdos, que eram disponibilizados, mas não exigidos. Isso porque os conteúdos deveriam ser selecionados de acordo com as necessidades e interesses do grupo, gerados pela prática social.

Nas análises de Silva (2013), os métodos de ensino eram baseados nas experiências geradas em grupo, tendo os alunos liberdade para se envolver ou não nas atividades pedagógicas que eram isentas de qualquer influência de poder externo.

Na Pedagogia Libertária, a relação professor-aluno é uma relação em nível horizontal, livre de qualquer imposição e coerção, sendo contra todo e qualquer tipo de autoritarismo. O professor é um orientador, podendo manter uma relação de troca de experiências com seus alunos (SILVA, 2013).

Para Silva (2013), os libertários buscam por uma gestão descentralizadora, apresentando uma relação pedagógica não diretiva, acreditando que isso prejudicaria o crescimento pessoal dos alunos. O comportamento esperado para esses alunos é a consciência crítica.

Essa tendência dispõe-se de uma concepção de aprendizagem que dê ênfase a uma aprendizagem informal, utilizando-se de metodologias de ensino ligadas à participação grupal e a mecanismos institucionais de mudanças tais como: assembleias; conselhos; reuniões e associações.

Pedagogia Histórico-Crítica

Conforme as análises de Silva (2013), na década de 1970, iniciam-se os primeiros pensamentos de Dermeval Saviani em busca de alternativas para a construção de uma pedagogia contra-hegemônica, surgindo assim em meio a movimentos de lutas e críticas à pedagogia oficial que passava por instabilidades.

De um lado estavam as influências de um pensamento crítico-reprodutivista, do outro, a hegemonia do tecnicismo e sua reprodutividade no sistema de ensino. Era a ingenuidade das visões das pedagogias hegemônicas, Tradicional, Nova e Tecnicista, que acreditavam na autonomia da educação em relação à sociedade. Acreditando que resolveriam o problema da marginalidade por meio da escola (SILVA, 2013).

Do outro lado estavam as teorias educacionais crítico-reprodutivistas, afirmando que o fracasso da escola é seu êxito, e sua função é de reproduzir o sistema capitalista. Saviani (2000, p. 31) diz: “A impressão que nos fica é que se passou de um poder ilusório para a impotência”. De certa forma, as tendências crítico-reprodutivistas têm seus méritos, pois elas desconstróem os pensamentos das tendências pedagógicas hegemônicas e abrem espaço para novos caminhos.

Assim, segundo Silva (2013), a pedagogia Histórico-Crítica surge na tentativa de buscar alternativas para explicar o sistema de ensino objetivando modificá-lo.

Saviani (2000) propõe uma nova pedagogia na qual a prática social é o ponto de partida, considerando o professor e o aluno agentes sociais diferenciados. O aluno inicialmente com uma visão sincrética e o professor com sua visão sintética. E esses atuam como agentes problematizadores da prática social vivenciada, amparados por instrumentos teóricos e práticos produzidos cultural e socialmente.

Portanto, o professor cumpre sua função com autoridade, sem agir de forma autoritária, exercendo papel de interventor na aprendizagem do aluno. O aluno atua como ser histórico inserido numa prática social concreta. Deles, espera-se que tenham preparo técnico e

intelectual, com uma visão crítica e ampla da realidade social com possibilidade de transformá-la.

A relação pedagógica é diretiva, resgatando, refletindo e propondo soluções sobre a prática social. Apresenta em sua concepção de aprendizagem a integração entre conteúdo e realidade concreta e viva, utilizando-se como metodologia de ensino instrumentos teóricos e práticos que auxiliem na compreensão e soluções dos problemas e dificuldades colocados pela prática social, valorizando os conteúdos dos saberes acumulados historicamente. A avaliação tem aqui papel importante, mas não como um fim em si mesma.

Desta forma, é mister destacar que Saviani (2000), vendo uma sociedade dividida em classes, propõe uma pedagogia revolucionária, uma pedagogia Histórico-Crítica, baseada na prática social, na luta pelos interesses dos menos favorecidos, colocando a educação como o caminho para a igualdade.

Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos

A pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos classifica-se como uma tendência progressista que, segundo Libâneo (1990), busca analisar criticamente a realidade social, se opondo à sociedade capitalista.

De acordo com Libâneo (1990), uma pedagogia crítica trilha os caminhos que levam o indivíduo a uma conscientização histórico-social. E a pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos, vai além, pois busca reforçar o papel transformador da escola por meio da apropriação dos conteúdos.

Esses conteúdos devem ser os conhecimentos universalmente acumulados, e confrontados com a realidade em seus vários aspectos. Utilizando-se de metodologias como dinâmicas de grupo e trabalhando a coletividade, buscando ensinar o professor a relacionar-se com a classe, percebendo os conflitos e adquirindo a confiança dos alunos.

O professor nessa tendência tem função de orientador e interventor na aprendizagem dos alunos. Buscando a transformação do aluno como sujeito de uma visão sincrética para uma visão sintética, esperando que eles desenvolvam a consciência crítica por meio da apropriação dos conteúdos.

A concepção de aprendizagem da Pedagogia dos Conteúdos é pautada no desenvolvimento das capacidades de processar informações e saber lidar com estímulos do ambiente, organizando os dados disponíveis da experiência.

Tendência Pedagógica Neotecnicista

Para Silva (2013), com a implementação do modelo toyotista e com o neoliberalismo em alta, ocorrem muitas mudanças no sistema econômico. Com essas mudanças no sistema produtivo capitalista, e sabendo que o sistema educacional se configura à medida que ocorrem as mudanças no meio econômico, surge o neotecnicismo pedagógico.

Com o enfraquecimento das tendências pedagógicas contra-hegemônicas, o neotecnicismo pedagógico surge na década de 1990 a partir de acontecimentos políticos mundiais que orientam as políticas de Estado, estabelecendo uma posição de Estado conservador e liberal (SILVA, 2013).

O tecnicismo pedagógico se pauta na concepção educacional produtivista, que segundo Silva (2013), relaciona o papel da educação às relações capitalistas. É nesse contexto que surge o novo tecnicismo ou o Neotecnicismo Pedagógico, com uma nova roupagem, com base em um novo capital humano, buscando atender às demandas do mercado.

A relação pedagógica na perspectiva do Neotecnicismo é flexível, desde que esteja alinhada aos interesses do capital, e sua concepção de aprendizagem é permanente. O professor é visto como um prestador de serviços, e sua função é preparar os alunos para internalizar ideias e continuar aprendendo sempre. Os alunos são clientes, e deles esperam-se comportamentos como: cooperação; maior capacidade de abstração, de flexibilidade e de integração; análise e síntese; estabelecimento de relações; rapidez de respostas; criatividade; comunicação clara e precisa; capacidade de trabalhar em grupo, gerenciar processos e estudar continuamente. Assim, os alunos devem saber relacionar-se com outros, trabalhar em grupo, ser polivalente e multifuncional, com capacidade de desempenhar funções diferentes.

Para isso, os conteúdos são ligados a conceitos gerais de ordem, especialmente aqueles de natureza matemática, com uma metodologia centrada nas decisões (porque) e descentralizada das ações (como), utilizando-se qualquer recurso didático. Tem-se na avaliação uma forma de controlar e direcionar o trabalho da escola, dando ênfase no resultado esperado e não no processo.

Considerações Finais

Na tentativa de buscar compreensão sobre quais são os pressupostos teóricos pedagógicos que subsidiam as práticas pedagógicas dos professores em sala de aula, recorreremos à literatura básica sobre tendências pedagógicas educacionais, pois entendemos que são essas que nos possibilitarão explicar teoricamente os dados empíricos que serão coletados ao longo desta investigação.

Acreditamos que se faz necessária uma reflexão por parte dos educadores a respeito de suas práticas pedagógicas em sala de aula, e se estas estão realmente contribuindo, de forma significativa, para o processo educativo dos alunos e sua emancipação política, social e cultural.

Referências

LIBANÊO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Cortez, 1990.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política/ Dermeval Saviani. 33. Ed- Campinas, SP: Autores Associados, 2000. – (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.5)

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Elson Marcolino da. **Letramento digital e pressupostos teórico-pedagógicos: neotecnismo pedagógico?** 2013. 197 f., il. Tese (Doutorado em Educação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013.<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15408>

Movimento *Urban Sketchers*: Janelas do Cerrado para o mundo

Giovanna Carolina Silva⁴⁶
Maria de Fátima Oliveira⁴⁷

Resumo: O presente trabalho tem como foco a análise de narrativas gráficas do movimento *Urban Sketchers*. Grupo de desenhadores do espaço urbano que representam em seus desenhos feitos à mão livre e no local as paisagens urbanas de forma individual, “reportagens” gráficas do cotidiano que são divulgadas ao mundo por canais eletrônicos encontrados na *web*. Investiga como estes relatos apresentam a paisagem de algumas cidades do Cerrado brasileiro, afunilando, especificamente na cidade de Goiânia. Analisa o movimento a partir de um diálogo com referenciais teóricos cujas pesquisas transitam em torno da imagem, seu significado como linguagem e discurso. Para tanto procedeu-se uma análise gráfica serial de produções diretamente ligadas ao tema. Os dados foram coletados por pesquisa bibliográfica e em meio eletrônico.

Palavras-chave: Narrativas Gráficas. Desenhadores Urbanos. Desenho de locação. *Urban Sketchers*.

Introdução

Com o advento das novas tecnologias de expressão gráfica os desenhos a mão livre, como forma de percepção e discurso do cotidiano, foram sendo deixados de lado. Visualizam-se hoje movimentos que buscam uma volta dessa expressão poética, narrativa proveniente de observação direta do espaço da cidade. Um expressivo exemplo dessa volta é o movimento *Urban Sketchers*, que mundialmente vem retomando o prazer de desenhar ao ar livre; retratando a paisagem urbana.

Em um espaço curto de tempo, cerca de 10 anos de existência, o grupo vem tomando uma grande repercussão. As milhares de postagens mundiais além de ter um valor documental, fornecido por narrativas gráficas, proporcionam a conexão de pessoas, que se apoiam, em torno de um mesmo intuito: mostrar ao mundo, a partir dos desenhos, os lugares onde vivem, por meio de suas “janelas” pessoais. É um fenômeno em termos de alcance.

O estudo parte das seguintes problematizações: Do que se trata o movimento *Urban Sketchers* dentro da contemporaneidade, e qual o sentido deste para seus adeptos? O que leva as pessoas a se unirem, no mundo todo, aderindo ao movimento, para produzir desenhos de

⁴⁶ Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Goiás, especialista em Gerenciamento de Obras pela UNIP, especialista em Docência Universitária pela Faculdade Católica de Anápolis, mestranda no programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: giocarolina@hotmail.com.br.

⁴⁷ Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente no programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado e no curso de História na Universidade Estadual de Goiás. E-mail: proffatima@hotmail.com.

locação, diante da tecnologia atual? Seria o fenômeno, uma volta ao passado, um movimento revisionista? O que os cadernos de desenho nos contam? São histórias pessoais? Como este sujeito desenhador vê a cidade em alguns pontos da região central do Cerrado brasileiro? Os membros seguem as prerrogativas indicadas no manifesto? Podem se identificar semelhanças entre os desenhistas de um mesmo grupo?

A pesquisa desvela esta nova forma de registro, percebendo que há uma lacuna de produções acadêmicas sobre o tema. Possibilita a produção de um estudo fenomenologicamente contemporâneo de leitura do lugar e movimento social.

A condução dessa pesquisa se justifica ainda pelo fato de que a autora, por sua formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo, tenha o espaço da cidade como objeto de estudo e aprendizagem. Está inserida no movimento *Urban Sketchers* participando e promovendo encontros de desenho urbano. Docente em disciplinas de expressão gráfica, desenho e projeto de arquitetura, faz o uso de forma pedagógica, da produção de desenhos de locação como método de aprendizagem e percepção do espaço.

O foco desta pesquisa é o movimento *Urban Sketchers* entre os anos de 2008 e 2018. Ano de sua fundação até a data de início da pesquisa. Para melhor compreender o movimento, está sendo feita uma análise em escala maior, apontando suas principais características e apreciando as manifestações em forma de croquis e diários gráficos que apresentem desenhos ou pinturas de cenas urbanas cotidianas. Assim, são contempladas séries determinadas (dentro das diversas postagens de representações gráficas), encontradas em canais da *web*, que estejam vinculadas ao grupo de desenhadores pesquisado, nas cidades que possuem correspondentes. Afunila nas escalas: nacional, regional (Cerrado), com aprofundamento na cidade de Goiânia, quando da apropriação dessa linguagem como fenômeno linguístico-discursivo, num contexto social contemporâneo.

O estudo é direcionado por análises gráficas, em torno de uma série de desenhos compartilhados *on-line* (um dos itens do manifesto que contém oito regras, ou carta de intenções, a serem cumpridas para ser agregado ao grupo) produzidos por representantes do movimento, como resposta de investigação do olhar sobre a paisagem urbana. Há uma busca pela compreensão de forma comparativa do objeto de estudo (os desenhos urbanos - fonte de pesquisa), escolhendo, dentre os postados, recortes que permitem certa homogeneidade serial, na busca do que há de essencial, semelhanças de estilos, técnicas, tipologias, “tendências, repetições, variações, padrões recorrentes” (Barros, 2005, p. 49) na documentação dos grupos

brasileiros, especialmente os do Brasil Central, focando no grupo instituído na cidade de Goiânia.

Os objetivos propostos no estudo são os seguintes: compreender o movimento *Urban Sketchers* como atividade cultural contemporânea, entendendo suas representações gráficas como forma de leitura da cidade; refletir sobre a repercussão desta nova estética quando revela a cidade no seu tempo; pesquisar, conhecer e analisar bibliografias e situações reais, investigando os croquis e diários gráficos como forma de percepção do ambiente urbano de cidades específicas no estado de Goiás e Minas Gerais (Cidade de Goiás, Brasília, Belo Horizonte, Ouro Preto, Vale do Aço e Goiânia); explanar de forma explicativa sobre o desenho a mão livre de forma geral; conceituar e exemplificar os croquis e diários gráficos; entender o movimento desde sua criação até os dias atuais; assimilar de que forma este pode ser utilizado como auxílio na percepção da paisagem urbana; compreender o motivo pelo qual as pessoas se interessam e aderem a esse movimento na cultura contemporânea; entender o porquê da escolha pela desaceleração de algumas pessoas dentro da vida urbana; do desenhar em tempos “digitais”, e o que significa essa ação de “parada” na agitação das cidades; contribuir com análise sobre o assunto a partir de avaliações focadas em estudos de caso.

Desenvolvimento

O *urban sketing*, desenho dos espaços urbanos, é um tipo de representação gráfica do espaço urbano, no qual as pessoas, por meio de relatos individuais, em forma de desenho a mão livre, propõem-se a representar a realidade de modo criativo. Estas descrições, “contam” histórias, combinando uma ampla capacidade de observação, com a maestria no uso de materiais e técnicas gráficas.

Podemos apreciar os *Urban Sketchers*, ou desenhistas urbanos como exemplo verossímil da corrente gráfica de representação quotidiana, por meio de registros gráficos locais. Estes captam e anotam por meio de desenho de observação a mão livre, imagens urbanas. Encontram-se pessoalmente e virtualmente a fim de produzir e compartilhar seus desenhos de locação.

O movimento foi criado pelo jornalista Gabriel Campanário em 2008. Atualmente cerca de duzentos e quarenta cidades pelo mundo abarcam 66.960 membros, destes, 8,3 mil no Brasil, dentro dos 35 grupos regionais cadastrados (nestes noventa e nove membros correspondentes oficiais), (BRASIL, 2019) (SKETCHERS, 2019). No Brasil o movimento

nasce “pela iniciativa do arquiteto Eduardo Bajzek e dos artistas plásticos João Pinheiro e Juliana Russo, em agosto de 2011, em São Paulo” (VALGAS, 2017, p. 56).

Simpósios internacionais já foram realizados nas cidades de Portland, Lisboa, Barcelona, Santo Domingo, Paraty, Singapura, Manchester e em Chicago entre os anos de 2010 e 2017. Ocasão em que os desenhistas compartilham experiências, realizam e participam de seminários e saem às ruas em grupos para desenhar (VALGAS, 2017, p. 56). No blog *Urban Sketchers* Brasil, encontra-se o manifesto criado por Campanário, que destaca:

1. Nós fazemos desenhos de locação, através da observação direta, seja em ambientes externos ou internos.
2. Nossos desenhos contam histórias do dia a dia, dos lugares em que vivemos, e para onde viajamos.
3. Nossos desenhos são um registro do tempo e do lugar.
4. Nós somos fiéis às cenas que estamos retratando.
5. Nós utilizamos qualquer tipo de técnica e valorizamos cada estilo individual.
6. Nós nos apoiamos e desenhamos juntos.
7. Nós compartilhamos nossos desenhos on-line.
8. Nós mostramos o mundo, um desenho de cada vez. (BRASIL, 2018).

No momento que o artista sai do estúdio, e registra a vida que vê, passa a ser um repórter cidadão. Assim como o pintor da modernidade, de Baudelaire (1996), no momento em que se põe de frente circunstâncias reais, além de registrá-las, passa a fazer parte delas. Faz parte desse contexto particular; esboça por meio de seus croquis a poética incrustada no presente; desacelera seu ritmo em função de percebê-la. Acalma-se diante do turbilhão da vida moderna; reflete, aprende, contribui, deixa respostas e interrogações ecoando nos desenhos. Reflete um olhar para com a cidade, sendo parte dela. A condição de ser cidadão evidencia uma sensibilidade peculiar para com o ambiente urbano, sentimentalidade descrita sobre a forma desenhos de cidades reais e imaginárias. O último tópico do manifesto “mostrar o mundo, um desenho de cada vez” nos revela também a possibilidade de dar visibilidade à cidade, seus patrimônios edificados, suas peculiaridades, como evidenciado na figura 1, uma perspectiva da arquitetura patrimonial da Cidade de Goiás. Um novo modo de chamar atenção do espectador, que hoje está “on line”, para com o que há a sua volta.

Figura 1 – desenho de Fernando Simon, Cidade de Goiás (2018).



Fonte: Urban Sketchers Brasil. Disponível em:
<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2002260806506652&set=pcb.1954258308027322&type=3&theater&ifg=1>.

Em um dia de encontro, os participantes se reúnem em um local previamente escolhido, conectam-se com essa paisagem e desenhavam com técnica livre (figura 2). Posteriormente expõem suas produções (figura 3) e apreciam os croquis alheios. É um momento de troca de experiências e propício para a interação.

Figura 2 – Desenhadores no centro da cidade de Curitiba – Primeiro encontro *Urban Sketchers* nacional na cidade de Curitiba (2016).



Fonte: Encontro Urban Sketchers Brasil Curitiba 2016. Disponível em:
<https://www.facebook.com/uskbrasilcuritiba2016/photos/a.621437061338040/621440101337736/?type=3&theater>.

Figura 3 – Exposição após uma manhã de desenho – Primeiro encontro *Urban Sketchers* nacional na cidade de Curitiba (2016).



Fonte: Encontro Urban Sketchers Brasil Curitiba 2016. Disponível em:
<https://www.facebook.com/uskbrasilcuritiba2016/photos/a.621898831291863/621902847958128/?type=3&theater>.

Os croquis são analisados na pesquisa por meio de estudos de caso comparativos para com obras artísticas da modernidade e da produção contemporânea. Pesquisa bibliográfica, analisando os conceitos de desenho, croquis e diários gráficos. Culmina, o estudo, na análise específica da produção de correspondentes do movimento (principal fonte de pesquisa), postados na *web*, nos canais de divulgação do movimento *Urban Sketchers*, cujas obras gráficas têm como principal tema o olhar sobre as cidades.

Há o aprofundamento na descrição do uso do desenho a mão livre, especificamente os croquis como método de percepção do ambiente urbano no âmbito mundial, estreitando o foco para a produção do movimento no cerrado e especificamente em Goiânia. A pesquisa é delimitada pelo olhar de sujeitos específicos: Os correspondentes do movimento *Urban Sketchers*.

Os estudos de caso são feitos por meio do método de análise gráfica; especificamente de desenhos que contemplam paisagens urbanas. Os dados são coletados na *web* já que uma

das prerrogativas do movimento é a postagem das produções. As fontes sofrem um recorte tendo como objetivo restrição do estudo àquelas que denotem homogeneidade serial. A partir de então, as mesmas são classificadas quanto à técnica utilizada, os elementos encontrados nas composições, as cores, as escolhas das visadas ou temas abordados. As obras, em um estudo fragmentado das partes que a compõem, sofrem uma interlocução com o embasamento teórico adquirido na primeira fase da pesquisa. Desta maneira podem ser interpretadas e decodificadas em suas subjetividades.

A obra de Baudelaire dá embasamento no que diz respeito ao conceito de “modernidade”, a pintura de costumes, a percepção do cotidiano pelos artistas “menores”; o movimento da vida ordinária tomando conta da arte, tornando-se dicionário da mesma. O texto “O pintor da vida moderna” é interpretado, a fim de compreender e relatar como o “pintor” desse tempo, rompe com os paradigmas criados pela arte, em busca de uma nova forma gráfica de expressão artística e os novos temas nele retratados.

Na obra, artistas como Gavarni e Constantin Guys são identificados, suas obras são analisadas evidenciando nas mesmas características como: o rompimento com a estética tradicional da pintura, o uso dos centros urbanos do efêmero e do circunstancial com tema; além de explorarem em seus temas de pintura a arquitetura, as pessoas, a moda, os comportamentos urbanos representando-os neles. Estas características se assemelham às apresentadas hoje pelos artistas do movimento *Urban Sketchers*. Nos dois casos o tempo “presente” passa a ser o meio pelo qual se dá a obra artística. Há de se ressaltar que este (o tempo presente) não é o “fim”, o produto acabado da criação. Ele é transformado pela sensibilização do artista, resultando em uma grafia poética do real.

Também utilizamos a obra: “Tudo que é sólido se desmancha no ar”, de Berman (1996), que disserta sobre a possibilidade de a arte ser evidenciada em um contexto imbuído pela noção de frivolidade das coisas. De busca por uma identidade, que de certa forma se aquieta quando debruçada na vida trivial.

Buscamos as análises de Walter Benjamin a respeito das transformações na produção artística contemporânea, como fenômeno da modernidade do século XX, no que diz respeito à “perda da aura” (transcendência, noção de sacralidade), o sentido do sagrado aos artistas e suas obras. Estudos que giram em torno do que era exposto nas galerias parisienses do século XIX.

Dentro dos estudos sobre a História da Arte, compreendendo o rompimento da arte clássica, dialogamos com títulos dos autores E.H. Gombrich (1995) e Graça Proença (1994).

Estes revelam que, na segunda metade do século XIX na Europa, há uma rejeição à visão subjetiva da realidade. Ao artista passa a caber a representação do mundo de forma documental, reportando a suas produções os acontecimentos corriqueiros, diários. Dentre os estilos a que cabem este rompimento, evidenciam: O Realismo, onde surge a chamada “Pintura Social”, embebida do avanço científico, que exigia do pintor objetividade e velocidade na produção. E o Impressionismo, escola que desdobra do Realismo, de ilustrações rápidas, feitas fora do ateliê que representam e dão ênfase no “instantâneo”. Aos estilos citados, percebe-se, a intrigante semelhança à produção do atual desenhador urbano, em relação ao tipo de técnica, ao habito de produzir dentro do espaço urbano, defronte à paisagem, ou circunstância escolhida, ao ar livre.

Sobre os desenhos e croquis, recorremos à produção de Philip Hallel (2006) artista e professor de desenho, que em seu livro “A mão livre” conceitua os fundamentos do desenho artístico e do processo criativo. A cerca dos diários gráficos, ou *sketchbooks*, serviram como guias os livros: “*Sketchbook sem limites*, de Felix Scheinberger, e *Urban Sketching*, de Thomas Thorpecken; que apresentam conhecimentos sobre tipos e formatos de cadernos, ferramentas de desenho, abordagens sobre o prazer de desenhar, croquis no local, a escolha do tema, etc. Durante os encontros de desenho urbano podemos perceber diversos suportes para a produção do desenho. O mais utilizado é o papel, em sua infinidade de cores e tipos. Porém, ocorre-nos perceber, que o uso do caderno, como um diário gráfico, é em maior número utilizado. Talvez por ser compacto, de fácil transporte, e não possuir o “peso” de ser uma obra prima, já que ali o autor desfruta da liberdade de tê-lo como rascunho de seus pensamentos e de suas impressões particulares do mundo.

Além dos desenhos a pesquisa avança à leitura do espaço da cidade. A obra “Paisagem Urbana” de Gordon Cullen apresenta, didaticamente, definições de elementos encontrados na paisagem da cidade. Organiza e conceitua de forma sistemática edifícios, ruas e demais espaços constituintes do ambiente. Aborda elementos estéticos e artísticos da arquitetura e do meio urbano. Esta auxilia na análise das imagens postadas nos canais do movimento *Urban Sketchers*. *Drawing for Urban Design*, de Lorraine Farrelly, também ampara este diagnóstico, pois categoriza tipos de desenhos da cidade além de dedicar-se a análise de ambientes urbanos a partir de estudos de desenhos de observação.

Buscamos na autora Sandra Pesavento (1992; 2007), reflexões acerca do espaço urbano lido como história e memória, sobre ser cidadão, pertencer a uma cidade e como representá-la; seja por meio de palavras, imagens, músicas ou rituais. Estudamos sobre a

concepção da cidade exequível ou imaginária, a cidade representada por sua população, observando relações, práticas, hábitos e sociabilidade. Para tanto, averiguamos os títulos: “O espetáculo da Rua”, “Cidade espaço e tempo”, “Cidades Visíveis Sensíveis Imaginárias” e “Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano”.

No sentido de investigar a necessidade das pessoas em se encontrar, do caminhar como forma de ver e explorar esteticamente, interagir, e se apropriar da cidade; temos com apoio os livros: “Cidades Para Pessoas” de Jan Gehl, “*Walkscapes* - O caminhar como prática estética” e “Caminhar e Parar” de Francesco Careri.

Algumas publicações de Karina Kuschnir (2016), cujos temas abordem etnografia, antropologia da arte e do grafismo são examinadas. Títulos estudados: “Desenhando a cidade. Proposta para um estudo etnográfico no Rio de Janeiro”, “Leituras Urbanas”, “Desenhar para conhecer”, “Desenhando Cidades”, “A antropologia pelo desenho: experiências visuais e etnográficas”. Em suas narrativas Karina trata do desenhador como um sujeito de “um olhar lento, cuidadoso, contemplativo olhar”. Que é cúmplice para com o objeto ao desenhá-lo, a fim de conhecê-lo.

Utilizamos a produção “Quando as imagens tocam o real” de Georges Didi-Huberman (2012) para discorrer sobre a importância da imagem sendo memória e história. Para Huberman olhar a imagem seria um ato de perceber nela um sintoma “ardente”, um significado, algo que a tira do estado de inércia, algo latente, uma voz prestes a ecoar, uma história a ser contada. E, para tanto, é preciso “habitar” nas coisas, nas imagens. “Fazer durar esta experiência”, e assim fazer dela um aprendizado, um ensinamento. A imagem é vista como veículo de aprendizagem, de saber, quando fazemos a ela perguntas, e estamos atentos às respostas. Há de se ter cuidado em defronte a uma imagem, não apenas roçá-la, como relata Benjamin, para não ter sobre ela um olhar disperso, sem profundidade. Fazendo presente um “analfabetismo da imagem” (Benjamin). Em uma perspectiva correlata, Huberman afirma sobre as imagens como verdades valiosas, ardentes, posto que supostamente estejam postas a apagar-se, a pesar de sua vocação à sobrevivência.

Estudando a obra “Olho e o espírito” de Merleau-Ponty, trazemos uma análise filosófica sobre a percepção das coisas, numa relação entre ver e pensar. Uma meditação sobre raciocinar por meio da pintura, onde esta se faz linguagem e discurso; em uma coexistência entre o observador e a obra; propiciando a este (observador) a percepção do eu.

Considerações finais

O movimento pode ser visto como uma volta ao passado. Uma ação coletiva em busca do encontro pessoal, do estar atento à vida que passa em volta, da parada em meio à velocidade própria dos tempos modernos. Um olhar atento no ambiente urbano.

Os integrantes do movimento veem na arte do desenho urbano uma possibilidade de encontro e calma para se conectarem por meio da arte.

Os diários gráficos são histórias desenhadas; “fotografias” de um flerte visual, histórias de um lugar, poesia visual. Mostram sensações do ator desenhador e da cidade, que está sendo percebida; reportada graficamente.

A pesquisa vem decifrar como milhares de pessoas, diante do avanço tecnológico atual, vêm mostrando suas impressões sobre o ambiente urbano que as cerca por meio de desenhos a mão livre, presumindo uma “contramaré” aos formatos contemporâneos de captação das imagens, mas que, ao mesmo tempo, se inclui nas mídias sociais para a divulgação dessas produções. Mostra como algumas paisagens urbanas do Cerrado, em especial as de Goiânia, são lidas pelos desenhadores. Demonstra como as imagens podem ser utilizadas como fonte de pesquisa e saber.

Referências

BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**. O pintor da vida Moderna. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 1996.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 1986.

BRASIL, URBAN SKETCHERS.ORG. **Sobre o Urban Sketchers Brasil**. Julho, 2018. Disponível em: <http://brasil.urbansketchers.org/p/sobre-o-urban-sketchers-br.html>. Acesso em 01 jun. 2019.

BRASIL, URBAN SKETCHERS. 01 junho, 2019. Facebook: urbansketchersbrasil. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/groups/UrbanSketchersBrasil/about/>. Acesso em 01 jun. 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **Pós: Revista do programa de Pós-Graduação em Artes da escola de Belas Artes da UFMG**, v. 2, n. 4, p. 204-2019,

nov. 2012, Disponível em:

<https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/60>. Acesso em: 08 maio 2018.

GOMBRICH, Ernst H. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos, 1995.

HALLAWELL, Philp. **A Mão Livre**: a linguagem e as técnicas de desenho. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

KUSCHNIR, Karina. **A antropologia pelo desenho**: experiências visuais etnográficas. Cadernos de Arte e Antropologia, v. 5, n. 2, p. 5-13, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Rvista Brasileira de História, São Paulo, v.27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 maio 2018

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Espetáculo da Rua**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Pref. Municipal, 1992.

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SKETCHERS, URBAN. **Grupos desta Página**. 01 junho, 2019. Facebook: urbansketchers. Disponível em: https://pt-br.facebook.com/pg/urbansketchers/groups/?ref=page_internal. Acesso em 01 jun. 2019.

VALGAS, Paulo Henrique Tôrres. Modernidade e evocação do presente: Baudelaire e a pratica do *urbansketching*. **Revista Ciclos**, Santa Catarina, v.4, n. 8, 2017.

VALGAS, Paulo Henrique Tôrres. Urbansketchers: a sobrevivência da sensibilidade urbana. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 6, n. 1, p. 54-68, mar. 2017. ISSN2316-395X. Disponível em: <http://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/view/334>. Acesso em: 06 maio 2018.

Tecnologias na educação: um estudo de caso sobre as concepções e usos das tics em sala de aula

Emylene Cristina Dias Pena⁴⁸
Dr. Elson M. da Silva⁴⁹

Resumo: O presente artigo traz como objetivo apresentar os processos e resultados de um estudo de caso em que se procurou investigar os conceitos de tecnologia educacional que subsidiam as práticas pedagógicas docentes, bem como analisar as possibilidades e os desafios que os professores enfrentam nos usos das mídias digitais em sala de aula. Para tanto, elegeu-se a seguinte problemática: Qual o conceito de tecnologias educacionais, segundo os sujeitos do estudo? Quais as possibilidades e desafios que enfrentam ao fazerem usos das TICs em sala de aulas? Metodologicamente, foram realizados estudos teóricos e empíricos. Em relação ao estudo teórico embasou-se, principalmente, nos estudos de Neto e Melo (2001), Kenski (2012), Mercado (1999) e Moran (2010). Na parte empírica aplicou-se questionário semiestruturado para duas professoras uma do Ensino Médio, e outra do ensino fundamental da rede pública estadual de Anápolis/GO. Os dados foram analisados à luz de algumas características da metodologia Análise de Conteúdo. Os resultados do estudo apontam que os sujeitos da pesquisa parecem entender o conceito de tecnologia dentro de uma visão restritiva e, apesar de apresentarem grandes possibilidades nos usos das TICs em sala de aula, também parecem enfrentar desafios que vão desde a capacitação docente para usos das tecnologias digitais até a falta de recursos tecnológicos na escola em que atuam.

Palavras-chave: TICs. Tecnologia. Educação. Docentes.

Introdução

A necessidade de pesquisar neste trabalho a temática “educação e tecnologias digitais” é decorrente do momento em que observamos que as tecnologias e as TIC estão cada vez mais presentes em nossa sociedade. Isso vai impondo às escolas novas demandas, sobretudo ao professor, principalmente quando precisa introduzir as tecnologias digitais no currículo escolar e nas práticas pedagógicas.

A investigação teve como objetivos investigar os conceitos de tecnologia educacional que subsidiam as práticas pedagógicas docentes e analisar as possibilidades e os desafios que os professores enfrentam nos usos das mídias digitais em sala de aula. Para tanto, elegeu-se a seguinte problemática: Qual o conceito de tecnologias educacionais, segundo os sujeitos do estudo? Quais as possibilidades e desafios que enfrentam ao fazerem usos das TICs em sala de aulas?

⁴⁸ Pós Graduada do Curso de Linguagens e Educação Escolar E-mail: emylenepena@gmail.com

⁴⁹ Orientador deste trabalho. Docente do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Goiás, Doutor em Educação pela Universidade de Brasília E-mail: elsonmarcolino@gmail.com

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados estudos teóricos e empíricos. Em relação ao estudo teórico embasou-se, principalmente, nos estudos de Neto e Melo (2001), Kenski (2012), Mercado (1999) e Moran (2010), que discutem em suas obras sobre tecnologias e tecnologias digitais. No que diz respeito à parte empírica, contou-se com a colaboração de duas professoras do Ensino Fundamental e Médio da rede pública estadual de Anápolis/GO, que se dispuseram responder a um questionário semiestruturado. Em relação aos sujeitos da pesquisa são assim caracterizadas: uma das professoras é graduada em Letras/Espanhol, especialista em Docência Universitária e possui alguns cursos de capacitação na área de tecnologias; tem mais ou menos 30 anos de idade, leciona há nove anos e atualmente está no Ensino Médio. A outra professora tem 27 anos, graduada em Pedagogia, leciona há três anos no 1º Ano do Ensino Fundamental e ainda não possui curso de formação continuada.

Durante a análise dos dados foi possível a criação de 4 categorias de análise, sendo elas: 1. Conceitos de tecnologias, 2. Uso mais frequentes das TICs em sala de aula, 3. Maiores desafios nos usos das TICs em sala de aula e 4. Possibilidades nos usos das TICs em sala de aula. Os dados foram analisados à luz de algumas características da metodologia Análise de Conteúdo.

Para melhor compreensão do trabalho realizado organizamos o presente artigo, no que diz respeito ao seu desenvolvimento, em cinco seções: Principais características da tecnologia e da tecnologia educacional, Papel do professor frente ao uso das tecnologias em sala de aula, Papel da escola frente ao uso das tecnologias, Papel do aluno frente ao uso das tecnologias e Resultados e Discussões.

Ao término do estudo inferiu-se que os sujeitos da pesquisa parecem entender o conceito de tecnologia dentro de uma visão restritiva e, apesar de apresentarem grandes possibilidades nos usos das TIC em sala de aula, também parecem enfrentar desafios que vão desde capacitação docente para usos das tecnologias digitais até a falta de recursos tecnológicos na escola em que atuam.

1 Principais características da tecnologia e da tecnologia educacional

De acordo com Neto e Melo (2001) a prática pedagógica que alguns professores já possuem com softwares, computadores e outros recursos digitais, até o momento, não se torna o suficiente para o aprimoramento do ensino com a utilização da tecnologia em sala de aula,

ou seja, vai além de saber manejar esses recursos tecnológicos. O professor precisa entender que durante o processo ensino e aprendizagem o aluno precisa produzir saberes e interesses significativos durante suas práticas metodológicas, inclusive quando se valem dessas tecnologias.

Segundo Neto e Melo (2001 apud GASTON BACHELARD, 1968, p. 2) tecnologia pode ser considerada como uma solução elaborada que pode ser aplicada em situações-problema semelhante. Nesse sentido, tecnologia pode ser entendida como um sinônimo para solução que pode ser aplicada a um problema ou a um conjunto deles. Os autores destacam, ainda, que a tecnologia surge como solução para resolver algum problema ou até a um conjunto deles, deixando claro que não existe uma “tecnologia educacional”, mas sim tecnologias, ou seja, soluções para o enfrentamento de problemas.

A característica central da tecnologia, de acordo com Neto e Melo (2001), é que ela não se limita, não é completa, pois sempre terá que alcançar melhores soluções, buscando estar cada vez mais próxima da solução do problema. Isto é, ela direciona a resultados mais próximo daquilo que se procura resolver. Dessa forma, com o passar do tempo, sempre aparecerão outros resultados diante daqueles já existentes. Nessa perspectiva, a tecnologia não é definitiva, pois ela se aproxima cada vez mais do ideal. Do que ainda não foi alcançado, descoberto, criado.

A partir desse conceito de tecnologias podemos identificar e diferenciar tecnologia de recursos materiais e/ou aparatos tecnológicos e mídia. Conforme os autores, mídia não é mensagem, ela é um meio que se interpõe à interação entre pessoas de um processo educacional ou de uma dinâmica educacional: aluno-professor; aluno-aluno; professor-aluno; já os computadores, lousa, TV, carteira, ar-condicionado, tablets, dentre outros, não são tecnologias educacionais, eles são instrumentos de apoio, e/ou aparatos. Nesse sentido, a Tecnologia pode ser entendida como um sinônimo para a solução de um problema que pode ser aplicado a um problema ou a um conjunto deles. Podemos dizer que a tecnologia é um produto que se encontra em um processo de desenvolvimento, modernização, inovação. Um produto inacabado.

Para Kenski (2012) o conceito de tecnologia engloba a totalidade de coisas que a engenhosidade do cérebro humano conseguiu criar em todas as épocas, suas formas de uso, suas aplicações. A autora também destaca que existem outras tecnologias que não estão diretamente ligadas a equipamentos. A linguagem, por exemplo, é um tipo específico de tecnologia que não necessariamente se apresenta através de máquinas e equipamentos. Desse

modo, a linguagem é uma construção criada pela inteligência humana para possibilitar a comunicação entre os membros de determinado grupo social. Já a tecnologia, referindo aos aparatos, caracterizam-se por serem evolutivos, ou seja, estão em permanente transformação. Desse modo, caracterizam-se também por terem uma base material.

Outras questões relevantes sobre uma classe de componentes necessários na produção da tecnologia educacional são as publicações e os softwares, porém, Kenski (2012) deixa claro que ambos não são por si só tecnologia educacional. As publicações estão diretamente ligadas a ideias, conhecimentos, o pensar a respeito do mundo e das ações humanas, já os softwares são uma publicação de características próprias de acordo com a intencionalidade do autor, ou seja, o software apenas como ferramenta não traz conteúdo significativo. Portanto, mesmo assim, ele se reflete em uma proposta e um conjunto de intenções, carrega uma mensagem.

A partir da ideia da prática pedagógica com a mídia as decisões tomadas pelos professores na construção e condução dessas aulas, de acordo com Neto e Melo (2001), configuram-se inúmeras possibilidades de tecnologias educacionais, ou seja, a tecnologia educacional se torna um meio em que o professor aprimora suas competências e habilidades como docente e se adapta para que suas ações no decorrer do processo aconteça de forma prática, reveladora e significativa.

A tecnologia educacional não seria uma resolução de problemas imediatos de sala de aula, por exemplo: a escola pode ser totalmente equipada com aparatos tecnológicos e o professor não conseguiu utilizar esses recursos para o processo de ensino e aprendizagem. Outro caso, seria o professor saber utilizá-los, mas não ter esses recursos no ambiente escolar.

Kenski (2012, p. 34) entende que “Para que as tecnologias possam trazer alterações no processo educativo, elas precisam ser compreendidas e incorporadas pedagogicamente”. Isso quer dizer que o professor precisa garantir que seu uso realmente seja significativo e faça diferença no processo educacional. Não basta o professor usar um projetor multimídia ou o computador em sala de aula sem saber qual o real propósito para ensinar determinado conceito e como será ensinado. É importante saber o que é essencial nessas práticas, dentro da concepção do uso das tecnologias.

De acordo com Mercado (1999) a ideia de aprendizagem significativa supõe que os conhecimentos adquiridos sejam funcionais, de maneira que o aluno possa utilizá-los quando as circunstâncias assim o exigirem aprender, numa proposta de trabalho colaborativo. Portanto,

para haver aprendizagem significativa os alunos precisam mobilizar e vincular os seus conhecimentos com os fragmentos deles.

Essa concepção de aprendizagem significativa retoma ao aluno uma construção de sua autonomia diante de sua formação. Vejamos o que o autor ressalta:

Esta concepção de aprendizagem supõe a construção de um aluno autônomo, com uma formação cultural consistente, que permite que ele consiga colocar-se de maneira crítica frente aos diferentes assuntos, colaborando para torná-lo capaz de compreender profundamente os conhecimentos sociais, políticos e econômicos que os rodeia, dando-lhes dessa maneira condições para exercer de forma consciente sua cidadania e seu papel na sociedade. (MERCADO, 1999, p. 77)

Portanto, podemos considerar algumas concepções pedagógicas com o uso das tecnologias digitais colocando em discussão as práticas de letramento digital, prática essa de leitura e escrita na tela, com a utilização das novas tecnologias digitais. Os autores Anderi e Silva (2010) destacam que ler é a condição básica de existência no mundo atual e com o advento das TICs torna-se indispensável ler bem, rápido e de forma crítica. Vejamos o que os autores destacam sobre essa formação de leitores críticos:

A formação de leitores críticos exige que tanto as crianças quanto os adolescentes convivem diariamente com diversos suportes de texto, tais como retroprojeto, projetor de slides mural, cartaz, pôster, fita de áudio, fotografia, livro impresso e outros, até os suportes e tecnologias mais recentes, como o projetor de multimídia, a fita de vídeo, o CD-ROM, o CD de áudio, o DVD e a internet. (ANDERI; SILVA, 2010, p. 41)

Sendo assim, torna-se indispensável a prática de leitura dentro da sala de aula, com o uso das tecnologias, pois elas contribuem para a formação de leitores, tornando-os capazes de compreender a veracidade das informações do seu cotidiano, escrever de forma crítica, desenvolver uma boa reflexão, dentre outros.

Segundo Anderi e Silva (2010) ter contato com a informação, saber lidar com esses instrumentos digitais, não significa que o usuário saiba utilizar de forma adequada as novas tecnologias, quer dizer: “[...] posicionar-se criticamente diante da informação, pois isto exige, além do domínio da tecnologia da leitura e da escrita, a produção de sentido e a construção de conhecimento” (ANDERI; SILVA, 2010, p. 37). Saber selecionar a informação, a contradição com a realidade, assim possibilitar a produção de sentidos e consolidar o conhecimento.

Portanto, podemos abordar aqui, também, alguns tipos de “uso das tecnologias” que não deram certo em uma ou outra ocasião. Muitas vezes o aluno sente que aquele vídeo longo é uma forma de o professor ocupar o tempo, percebe que a aula não foi preparada, deixa a turma assistindo a um filme enquanto descansa, corrige os exercícios ou faz outra atividade. E por fim, não são feitos se quer comentários a respeito do que foi passado durante a aula.

Kenski (2012) ressalta que as pessoas que estão envolvidas no processo de decisão para utilização com fins educacionais não consideram a complexidade que envolve essa relação. Nesse caso, fica claro que existem problemas no uso das tecnologias. Cabe então, também à escola, abordar uma relação entre a construção dessas práticas tecnológicas em sala de aula e o aprofundamento dos saberes, fixando novas abordagens de ensino com tecnologias com o uso das multimídias existentes.

Para Kenski (2012) a tecnologia, apesar de ser essencial à educação, muitas vezes pode levar a recorrentes processos fracassados. Um dos problemas que a autora cita é que o professor tem uma ausência de conhecimento para o melhor uso pedagógico da tecnologia, na verdade, eles não são formados para esse uso. Dessa forma, igualando-se àquele professor que fica lendo para uma turma sonolenta o assunto da aula, exhibe uma série de slides intermináveis com apenas textos e àquele que ocupa a aula o tempo todo com vídeos.

Outro problema colocado pela autora, a respeito dos processos fracassados, é a não adequação da tecnologia ao conteúdo que vai ser ensinado e aos propósitos de ensino. As tecnologias trazidas às escolas como estratégias econômicas e políticas não conseguem resolver os desafios educacionais existentes sozinhas. Destacando então, problemas técnicos aliados à problemas de instalação, não compreender o manuseio dos equipamentos e como é feita a manutenção. Então, um dos problemas mais recorrentes seria o da própria carreira do professor: formação inicial precária, falta de tempo dentro da jornada de trabalho, baixos salários, dentre outros.

De acordo com Kenski (2012) a educação escolar não deverá servir apenas para preparar pessoas para exercer suas funções sociais e adaptar-se às oportunidades sociais exigentes, ligadas à empregabilidade cada vez mais fugaz. Não estará voltada, tampouco, para a exclusiva aprendizagem instrumental de normas e competências ligadas ao domínio e à fluência no emprego de equipamentos e serviços.

As inovações tecnológicas colaboram com o crescimento da escola, transformando-a em um lugar que possibilita ao aluno o acesso direto às mídias, explorar as competências

referentes aos conteúdos trabalhados, maior interação entre os grupos sociais da escola, investigações e debates.

Kenski (2012) enfatiza que educar para a inovação e a mudança significa planejar e implantar propostas dinâmicas de aprendizagem, em que se possam exercer e desenvolver concepções sócio-históricas da educação. Cabe, então, à escola garantir uma formação de qualidade aos alunos, para que possam se tornar indivíduos capazes de exercer sua cidadania e trabalho com autonomia e competência.

Com base no que já foi mencionado sobre as inovações pedagógicas, Kenski (2012) propõe alguns projetos e propostas de ensino mediados pelas tecnologias da informação e comunicação. Sendo assim, a proposta da autora é ampliar o sentido de educar e reinventar a função da escola, abrindo-a para novos projetos e oportunidades que ofereçam condições de ir além da formação para o consumo e da produção.

Nesse caso, a utilização dessas múltiplas formas de interação e comunicação através do uso das tecnologias no âmbito escolar, amplia as áreas de atuação das escolas levando-as à necessidade de definição de novas regras e procedimentos que transformarão também as atuais formas de gestão da educação. Já os projetos educacionais não podem ser pensados apenas como uma forma diferenciada de promover ensino. Eles são formas poderosas de interação, cooperação e articulação, que podem abranger professores, alunos, pessoal administrativo e técnico das escolas, pais e todos os demais segmentos envolvidos. Diante disso, os professores e alunos assumem grandes possibilidades de enfrentar os obstáculos e dificuldades para realizar projetos novos e significativos. Dificuldades essas que seriam estruturais, intelectuais, sociais e políticas.

Não é possível discutir inovações pedagógicas sem abordar sobre as mediações pedagógicas com o uso das tecnologias. Masetto (2010) pressupõe a consideração de alguns fatos e pressupostos que envolvem a questão do emprego de tecnologias no processo de aprendizagem. Um dos fatos que o autor destaca é que na educação escolar, até os dias de hoje, não se valorizou adequadamente o uso de tecnologia visando tornar o processo de ensino-aprendizagem mais eficiente e mais eficaz. Muitas vezes, espera-se que a escola apenas transmita valores e padrões de comportamentos sociais próprios da sociedade em que se vive. Mas a escola pode ir além disso. Ela é um espaço onde também se constrói práticas tecnológicas em sala de aula, aprofundando os saberes em diversas áreas do conhecimento e considerando as novas abordagens de ensino com o uso das tecnologias e o uso das multimídias existentes.

1.1 Conceitos de tecnologias

Durante a análise dos dados foi possível inferir que os sujeitos investigados entendem que as tecnologias educacionais são “instrumentos e materiais relacionados às TICs como computadores, aparelhos telefônicos, juntamente às suas funcionalidades: filmagem, aplicativos e etc.” (P1) e “o uso dos recursos tecnológicos em sala de aula” (P2). A partir desses conceitos colocados pelas professoras, podemos entender que para elas o conceito de tecnologias educacionais são apenas os aparatos, instrumentos tecnológicos, porém esse conceito de Tecnologia Educacional vai além desses recursos, como já foi apresentado nesse trabalho.

De acordo com Neto e Melo (2001 apud GASTON BACHELARD, 1968, p. 2) tecnologia pode ser considerada como uma solução elaborada que pode ser aplicada em situações-problema semelhantes. Nesse sentido, tecnologia pode ser entendida como um sinônimo para solução que pode ser aplicada a um problema ou a um conjunto deles. Os autores destacam, ainda, que a tecnologia surge como solução para resolver algum problema ou até a um conjunto deles, deixando claro que não existe uma “tecnologia educacional”, mas sim tecnologias, ou seja, soluções para o enfrentamento de problemas.

Para Kenski (2012) o conceito de tecnologia engloba a totalidade de coisas que a engenhosidade do cérebro humano conseguiu criar em todas as épocas, suas formas de uso, suas aplicações. Nessas condições, podemos dizer que de algum modo, houve um equívoco na resposta das professoras questionadas, não que estejam erradas, mas que os estudos científicos deixam claro que tecnologia educacional vai além de recursos e aparatos tecnológicos, é mais que isso! Ela é um processo de evolução que consiste em possibilitar - através dos seus aparatos - uma prática pedagógica diferenciada que permita um processo de aprendizagem mais dinamizado e significativo.

2 Usos mais frequentes das TICs em sala de aula

A análise dos dados nos possibilitou também a criação dessa categoria de análise em que aponta quais são os recursos tecnológicos que os sujeitos mais fazem usos em sala de aula. Assim, para os sujeitos de pesquisa são “computadores, data show, smartphone e caixa de som” (P1, P2). Nessa análise, percebemos que as professoras utilizam praticamente dos mesmos recursos em sua prática em sala de aula, os quais são de grande apoio para o ensino

em sala de aula. Importante ressaltar aqui que as inovações tecnológicas colaboram com o crescimento da escola, transformando-a em um lugar que possibilita ao aluno o acesso direto às mídias, explorar as competências referente aos conteúdos trabalhados, maior interação entre os grupos sociais da escola, investigações e debates.

Porém, não basta os professores utilizarem desses recursos somente para dinamizar suas aulas e “chamar a atenção do aluno”, pelo contrário, é importante que esses recursos tecnológicos sejam um meio para que possa ocorrer o processo de aprendizagem. Nesse sentido, podemos retomar a fala de Anderi e Silva (2010) quando afirmam que ter contato com a informação, saber lidar com esses instrumentos digitais, não significa que o usuário saiba utilizar de forma adequada as novas tecnologias, quer dizer: “[...] posicionar-se criticamente diante da informação, pois isto exige, além do domínio da tecnologia da leitura e da escrita, a produção de sentido e a construção de conhecimento.” (ANDERI; SILVA, 2010, p. 37). É necessário saber selecionar a informação, a contradição com a realidade, assim possibilitar a produção de sentidos e significados e consolidar o conhecimento durante o processo de ensino e aprendizagem.

3 Maiores desafios nos usos das TICs em sala de aula

Neste ponto, daremos ênfase aos desafios que as professoras enfrentam com o uso das TICs em sala de aula: “falta de informação e formação para o uso em sala”, um dos exemplos que uma professora destaca é que a escola onde leciona, “possui uma lousa interativa, mas ninguém sabe montar e usar.” E o fato dos “alunos gostarem de manusear seus celulares, mas quando é apresentado o uso da tecnologia em sala nem todos se interessam, pois a usam mais para ócio”, sendo que os “usos das tecnologias em sala de aula é para formar alunos para além do ócio.” (P1). Também, o fato da “escola onde leciona não oferecer muitos recursos tecnológicos” e “manusear esses aparatos que a escola oferece, e de como preparar o ambiente com esses recursos para o processo de ensino” e “o uso das tecnologias em sala de aula para possibilitar uma inclusão social.”(P2).

Percebemos nesse aspecto que as professoras enfrentam desafios em sala de aula. Porém, ambas deixam claro que um dos maiores desafios é a falta de informação e formação delas para o manuseio e utilização desses aparatos. Sendo assim, podemos chegar a conclusão que os recursos que utilizam em sala de aula, são apenas para dinamizar as aulas e, às vezes, até sem sentido, pois saber lidar com esses instrumentos digitais não significa que o usuário

saiba utilizar de forma adequada as novas tecnologias como processo de produção de conhecimento em sala de aula.

Para Kenski (2012) as pessoas que estão envolvidas no processo de decisão para utilização com fins educacionais não consideram a complexidade que envolve essa relação. Nesse caso, fica claro que existem problemas no uso das tecnologias. Então, cabe à escola abordar a relação entre a construção dessas práticas tecnológicas em sala de aula juntamente com os professores, aprofundamento os saberes e debatendo novas abordagens de ensino para o uso das tecnologias e das multimídias existentes.

4 Possibilidades nos usos das TICs em sala de aula

Os usos das tecnologias “em sala de aula podem apresentar aos alunos novas perspectivas, ou seja, transformar o espaço educativo em discussões reais, virtuais.” (P1), bem como ser “ uma ferramenta aliada para o ensino” e assim “ deixa a aula mais dinâmica, interessante, e também estimula o aluno ao aprendizado.” (P2). Nesse aspecto, podemos concordar com as professoras, sim, o “uso das tecnologias transformam o espaço, a aula mais interessante”.

Contudo, por meio dessa categoria analisamos que o uso das TICs em sala de aula possibilita mais que isso. Para Neto e Melo (2001) tecnologia educacional é um meio em que o professor aprimora suas competências e habilidades como docente e se adapta para que suas ações no decorrer do processo aconteçam de forma prática, reveladora e significativa.

Kenski (2012, p. 34) entende que “Para que as tecnologias possam trazer alterações no processo educativo, elas precisam ser compreendidas e incorporadas pedagogicamente”. O professor precisa garantir que seu uso realmente seja significativo e faça diferença no processo educacional. Não basta o professor usar um projetor multimídia ou o computador em sala de aula sem saber qual o real propósito para ensinar determinado conceito e como será ensinado.

É importante, então, saber o que é essencial nessas práticas, dentro da concepção do uso das tecnologias. Nesse sentido, é importante construir uma prática pedagógica que aborde as tecnologias educacionais num processo de mudança contínua e produtiva, ou seja, pensar em uma ação pedagógica que possibilite ao aluno a produção do conhecimento, propor projetos que provoquem interesses e curiosidades, de modo que o aluno seja produtor do seu próprio conhecimento.

Considerações finais

Com esse estudo foi possível concluir que os sujeitos da pesquisa parecem apresentar conceitos de tecnologia dentro de uma visão reducionista, entendendo-a como aparatos e recursos tecnológicos da “era digital”. Esse dado nos parece preocupante, uma vez que a literatura básica sobre a temática educação e tecnologias discute que tecnologia educacional é muito mais que simplesmente recursos tecnológicos, envolve formulação de problema, pensamento científico e evolução.

A realização do estudo verificou que ainda persistem alguns desafios “básicos” quando se trata da relação entre educação e tecnologia, que vão desde a formação e capacitação docente à infraestrutura tecnológica das escolas. Além dos desafios, também se verificou que os professores estudados apresentam perspectivas em relação aos usos das TIC em sala de aula.

Cabe destacar que a partir do momento em que o professor passa a contar com os recursos tecnológicos digitais em sala de aula, isso possibilita ao aluno uma contribuição que permite uma melhor interpretação dos conceitos trabalhados, facilitando a aprendizagem e provocando o aperfeiçoamento de uma atividade mais reflexiva sobre as concepções trabalhadas.

Nesse sentido, parece que os professores estudados não possuem base teórica sobre o uso das tecnologias em sala de aula, e que além disso enfrentam os desafios do dia a dia, não só com o manuseio dos recursos, mas também convivem com ausência de uma fundamentação teórica que permita identificar quais as melhores metodologias e práticas que poderiam ser executadas dentro de seu contexto, durante o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, entendemos que quando o professor se encontra realmente preparado técnica e pedagogicamente para os usos das tecnologias digitais em sala de aula, poderá ofertar um ensino e uma educação de qualidade, permitindo que o aluno seja capaz de construir conhecimentos, usando a criatividade, a capacidade de reflexão e a competência intelectual.

Referências

ANDERI, E. G. C.; SILVA, E.F. da. A internet aliada no ensino da leitura. In: TOSHI, Mirza Seabra et al (orgs.). **Leitura na Tela: da mesmice à inovação**. Goiânia: Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2010. p. 37-52.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

CARVALHO, Neto Cassiano Zeferino; MELO, Maria Taís. Afinal o que é tecnologia educacional? **Revista Abceducatio**, São Paulo, n. 4, 2001.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. 8 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

MASETTO, Marcos T. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió: PPGE/CEDU: EDUFAL, 1999.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. Formação docente e novas tecnologias. In: **IV Congresso RIBIE**. Brasília, 1998.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

Construção da identidade docente

Andiara Magri Custodio Silva⁵⁰
Elson Marcolino Silva⁵¹

Resumo: O presente estudo configura-se qualitativo e procurou investigar sobre o processo de construção da identidade docente. Para tanto, elegeu-se a seguinte problematização - Quais são os elementos que contribuem para a construção da identidade docente? Metodologicamente, foram realizados estudos teóricos e também realizada entrevista semiestruturada com três professoras da rede pública municipal de Ensino de Anápolis. Os dados foram analisados a luz da Análise de Conteúdo. O estudo aponta que a construção da identidade docente tem relação com as experiências e vivências do professor e que os seus valores, costumes e conhecimentos pessoais acabam constituindo sua identidade profissional.

Palavras-chave: Identidade, Docência, Educação.

Introdução

O presente estudo de cunho qualitativo teve como objetivo investigar sobre o processo de construção da identidade docente. Para tanto, elegeu-se a seguinte problematização - Quais são os elementos que contribuem para a construção da identidade docente?

Para Castells (2008) a construção da identidade está ligada à todas as intervenções sociais e propriedades que se conectam ao ser social, sendo aplicadas as suas necessidades para com a sociedade. Nesta mesma direção, Erikson (1972) afirma que a construção de uma identidade se sugere em definir quem a pessoa é, quais são seus valores e quais as direções que deseja seguir pela vida.

Refletindo sobre a construção da identidade, percebe-se que a identidade social permite ao indivíduo encontrar-se e ser encontrado socialmente. A identidade é uma compreensão de si, combinada de valores, crenças e metas com os quais o indivíduo estar solidamente comprometido, ela é construída no decorrer de sua vivência, por meio das experiências coletivas e individuais do sujeito.

⁵⁰ Pedagoga, e pós-graduanda em “Linguagens e Educação Escolar” pela UEG, Câmpus Anápolis de CSEH. andiamagri1@hotmail.com.

⁵¹ Docente da UEG, Campus Anápolis de CSEH. e-mail elsonmarcolino@gmail.com

O presente estudo configura-se bibliográfico e empírico. Para Marconi e Lakatos| (2006) a pesquisa bibliográfica é considerada como “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (p. 158). Em relação ao trabalho empírico, realizou-se entrevista semiestruturada com três professores da rede pública municipal de Anápolis. A escolha desses sujeitos se deu por entendermos que esses são fundamentais para uma análise e compreensão do fenômeno estudado. Sendo 3 da Educação Infantil, são profissionais que ocupam cargo efetivo nas redes com idades de 25 a 35 anos e do sexo feminino, as professoras entrevistadas que atuam na educação infantil atuando de 3 a 10 anos em sala de aula, possuem formação em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás. Para preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa utilizamos, neste relatório de pesquisa, as siglas P1, P2, P3.

De acordo com Triviños (2003), “entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses...” (p. 148), ou seja, inicialmente se firma-se em questionamentos básicos acerca do tema pesquisado, mas ao decorrer da entrevista e do envolvimento do pesquisado surge novas hipóteses e novos questionamentos.

Após a realização das entrevistas deu-se início ao processo de análise dos dados e para isto utilizou-se pressupostos básico da Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (2009, p. 15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados”

Para melhor compreensão dos processos e produtos da investigação organizou-se a parte textual deste artigo em dois itens: a) Identidade docente: origem, concepções e principais características que dedicamos a caracterizar e conceituar o fenômeno estudado, apontando autores e estudos anteriores a respeito do objeto e b) Resultados e discussões onde apresentamos a análise do corpus da pesquisa trazendo a interpretação dos dados coletados.

Ao término da realização da investigação pudemos inferir que a construção da identidade docente tem relação com as experiências e vivências do professor e que os seus valores, costumes e conhecimentos pessoais acabam constituindo sua identidade profissional.

Identidade Docente: Origem, Concepções e Principais Características

Para Castells (2008) a construção da identidade está ligada à todas as intervenções sociais e propriedades que se conectam ao ser social, sendo aplicadas as suas necessidades para com a sociedade. Nesta mesma direção, Erikson (1972) afirma que a construção de uma identidade se sugere em definir quem a pessoa é, quais são seus valores e quais as direções que deseja seguir pela vida.

Refletindo sobre a construção da identidade, percebe-se que a identidade social permite ao indivíduo encontrar-se e ser encontrado socialmente. A identidade é uma compreensão de si, combinada de valores, crenças e metas com os quais o indivíduo está solidamente comprometido, ela é construída no decorrer de sua vivência, por meio das experiências coletivas e individuais do sujeito.

Segundo Pimenta (1997), a identidade pessoal está intimamente ligada à nossa identidade profissional, de maneira que vai se consolidando a partir das suas experiências e relações cotidianas enquanto ser social, na condição de sujeito historicamente situado perpassando as fases de aluno e profissional. Segundo Iza et al (2014), a constituição da identidade docente decorre de várias questões que vão desde a sua socialização primária, enquanto aluno da escola, seguindo para a formação inicial em cursos de licenciatura, até assumir a profissão de professor, continuando durante toda a sua formação permanente.

Para Pimenta (1997):

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Como, também, da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações, porque estão piores de saberes válidos às necessidades. da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias, constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor conferem à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida: o ser professor. Assim, como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos. (PIMENTA, 1997, p. 19.)

Assim, a constituição da identidade docente está intimamente ligada as suas experiências sociais e profissionais perpassando pela didática e suas reflexões sobre o cotidiano da profissão, do confronto entre teorias e práticas, pelo significado que se dá a atividade docente, por seu modo de situar-se no mundo, por seus saberes, suas angustias,

anseios limites e pela significação social, constrói-se o ser professor e sua identidade profissional.

No contexto da formação do professor e na incorporação da identidade docente, Iza et al (2014) contribui com também com essas questões ao apresentar reflexões sobre o atual cenário da educação brasileira, que para os autores congrega crises, contradições, expectativas e valores presentes no contexto sócio-político-econômico.

Esse contexto atual é acometido pelo fenômeno da globalização e pela forma como a sociedade vem elaborando políticas e práticas educacionais, apresentando uma política antagônica e contraditória, pela qual se percebe um esforço de alinhamento dos diferentes sistemas de ensino a partir da lógica externa, da qual os professores não participam.

Ocorre, ainda, influência do capitalismo, na qual a ênfase se dá na competição e o sistema educacional se vê passando por fortes tendências de homogeneização, diversificação e até hibridização de suas identidades culturais.

Segundo Nunes (2001), a discussão sobre formação e profissão docente surge com mais veemência em âmbito internacional nas décadas de 1980 e 1990. No Brasil essa discussão ganha fôlego a partir da década de 90, embora de forma tímida, momento em que se buscam novos enfoque e paradigmas para compreender a prática pedagógica e os saberes pedagógicos e epistemológicos relativos ao conteúdo escolar e a ser ensinado/aprendido. Com os avanços desses estudos e a rápida mudança na sociedade, a identidade do docente vai sofrendo alterações e o professor passa a constituir uma nova identidade profissional.

Neste período inicia-se o desenvolvimento de pesquisas que, considerando a complexidade da prática pedagógica e dos saberes docentes, buscam resgatar o papel do professor, demonstrando a importância de pensar a formação numa abordagem que envolve o desenvolvimento acadêmico, pessoal, profissional e organizacional da profissão docente. Promovendo novas demandas e desafios para a profissão e constituição do ser professor.

Iza et al (2014), em seu artigo : “Identidade docente: as várias faces da constituição do ser professor”, busca com um esforço coletivo apresentar o estado da arte sobre pesquisas na área da identidade docente e explora essa temática possibilitando uma reflexão sobre a identidade docente a partir de múltiplos olhares, buscando reconhecer elementos que contribuem tanto nos momentos de formação, quanto nos momentos do exercício docente.

Com essa pesquisa, os autores identificaram três eixos de análise da identidade docente: a) a experiência e saber da experiência, b) a profissionalidade docente e c) a formação inicial e continuada. Com um dos resultados do trabalho, os autores inferiram por

meio destes eixos, o desenvolvimento pessoal do professor como elemento central do trabalho pedagógico docente.

De acordo com Iza et al (2014), os saberes docentes são constituídos como algo plural, construídos no âmbito sociocultural da profissão, podendo proporcionar transformações com o passar do tempo, incluindo informações, crenças, habilidades e aptidões dos sujeitos. Desta forma, a identidade docente que cada professor constrói ao longo da sua história baseia-se em um equilíbrio único entre as características pessoais e os percursos profissionais edificados ao longo da história de vida. Deste modo, os autores entendem que a experiência é compreendida aqui “como algo que nos acontece, nos passa e nos toca, ou seja, tudo que vivenciamos e é capaz de nos transformar, de nos deixar marcas” (IZA, et al, 2014).

Nesta perspectiva, Pimenta (1997) afirma que mobilizar os saberes da experiência é o primeiro passo para a formação inicial docente, pois ao chegar ao curso de formação inicial, os alunos já possuem saberes sobre o que é ser professor, já tem experiência de alunos, conhecem histórias socialmente acumuladas, mudanças da profissão, a valorização ou não social e financeira, etc., aspectos que contribuem para sua formação humana. Então, inicialmente trazemos vivências e saberes do cotidiano que se (re)elaboram na reflexão mediatizada pela ação do/com o outro.

Neste sentido, para Iza et al (2014) a constituição da identidade docente perpassa todas as situações vivenciadas durante seu desenvolvimento profissional e pessoal que os constitui como sujeito.

A identidade docente pode ser relacionada ao que Iza et al (2014) trazem como profissionalidade docente, referindo-se ao desenvolvimento profissional uma vez que as dimensões que envolvem a profissionalidade docente não estão localizadas apenas na formação dos professores ou em seu trabalho docente, mas perpetuam a constituição da identidade do professor ao longo de todo o processo. Neste sentido, a identidade emerge como uma das características que vai dando sustentação para o exercício docente, para tanto, o exercício docente parte dos saberes que se relacionam com a constituição da identidade.

Para Libâneo (1998), o ensino de qualidade está articulado pela luta de uma formação docente adequada às boas condições de trabalhos na escola e na sociedade. Para tal, Libâneo (1998) e De Paula Junior (2012) relacionam à formação aos conceitos de profissionalismo, profissionalidade e profissionalização, estando, segundo esses autores, inter-relacionados.

Para De Paula (2012), o profissionalismo está relacionado ao compromisso do professor com o projeto político democrático e pedagógico da escola, reflete a dedicação com o ato de ensinar a todos, requer domínio da matéria e dos métodos de ensino, respeito à cultura dos alunos, assiduidade, planejamento etc. Para Libâneo, (1998), profissionalismo é o desempenho competente e ético, compromisso com os deveres e responsabilidades, que constituem o professor.

Enquanto profissionalidade se relaciona ao aperfeiçoamento docente para o desenvolvimento pessoal e profissional, para De Paula Junior (2012) é a ânsia do professor por conhecer, por crescer, aumentar conhecimento, aperfeiçoar-se, refletir e mudar atitudes. Tais iniciativas e a busca pelo aprofundamento em conhecimentos sobre a docência, são requisitos profissionais que contribuem para o ser professor. Para Sacristan (1993) esta prática deve ser compreendida como desenvolvimento pessoal, profissional e humano, pautando em situações concretas.

De acordo com De Paula Junior (2012) a profissionalização é um movimento de fora para dentro, ligada diretamente a políticas públicas educacionais, ao contexto histórico vigente e a valorização da profissão docente. É o processo pelo qual os trabalhadores melhoram seu estatuto, elevam rendimentos e aumenta seu poder de autonomia, sua posição na sociedade como intelectuais que atuam na formação de cidadãos. Profissionalização é um conjunto de condições ideais para o exercício da docência, mas que dependem de forças externas.

Sobre a formação inicial e continuada Iza et al (2014) aponta que nos últimos 30 anos, os currículos de formação de professores têm se mostrados fragilizados devido à forte demanda apresentada aos futuros professores em processo de formação, no que diz respeito ao seu papel de centralidade nos sistemas educacionais.

Este processo de formação, para Pimenta (1997), pode ser relacionado aos saberes necessários à docência. Um dos campos apresentados pela autora são os saberes pedagógicos, que dizem respeito ao desenvolvimento da atividade do professor, sua atividade didática sendo considerada com ação a partir do real, para além de métodos prontos e universais. Para isto, é necessário a problematização do fazer pedagógico que possibilita também a experimentação metodológica e o enfrentamento de situações difíceis e complexas, referenciado nos pressupostos de uma didática histórico-crítica que considere o “todo”, tendo a prática social como ponto de partida e de chegada, com uma leitura crítica da mesma, o que possibilita uma ressignificação dos saberes.

Considerando saberes da formação profissional, disciplinares, do conhecimento, curriculares, pedagógicos e experienciais que percorram a prática social do fazer docente, são possíveis ao professor visar a integração da educação básica como formação humana, e constituir sua identidade profissional.

Resultados e Discussões

A análise do *corpus* da pesquisa possibilitou a criação de quatro categorias de análise que em seguida passaremos a apresentá-las.

1ª categoria de análise: Inicialmente, não tinha identidade em ser professora

A criação desta categoria de análise nos possibilitou refletir um dado que está relacionado a realidade de boa parte dos docentes que durante a sua formação profissional inicial ainda não se sentiam seguros se realmente queriam, ou não, seguir a profissão do magistério.

Assim que, para os sujeitos da pesquisa: “inicialmente a minha opção por ser professor foi pelo curso que tinha disponibilidade, que eu tinha disponibilidade para fazer, pelo horário que eu tinha por ser um curso na rede pública de Ensino Superior, eu não tinha vontade professora”. (P1) bem como “... na verdade ser professora não era a profissão que eu escolhi inicialmente e quando eu fazia o ensino médio eu não queria ser professora né, eu achava que isso era uma profissão de gente louca” (P 2).

Sobre a formação inicial e continuada Iza et al (2014) aponta que nos últimos 30 anos, os currículos de formação de professores têm se mostrados fragilizados devido à forte demanda apresentada aos futuros professores em processo de formação, no que diz respeito ao seu papel de centralidade nos sistemas educacionais. Apesar de pesquisas apontarem que a formação inicial e continuada vem ocorrendo de fragilizada, por meio dos relatos dos professores percebe-se que essa formação tem contribuído e despertado o interesse em ser professor.

2ª categoria de análise: Importância da formação inicial para criação e fortalecimento da identidade docente

Com a criação desta categoria de análise foi possível reforçar a tese de muitos autores do quanto é importante que ocorram incentivos à profissão docente principalmente

durante a formação inicial do futuro professor como forma de desenvolver neles interesse maior em investir na profissão do magistério bem fortalecer a identidade de ser docente.

Neste sentido, os sujeitos investigados relataram que “foi no decorrer do curso que aí comecei a me envolver com os temas de educação, de pesquisa, iniciação científica e que comecei a gostar mais dessa área de docência em escola e me identifiquei mais com a Educação Infantil tanto que hoje é a área que eu atuo” (P1). Também, segundo os dados: “eu já estava estudando na faculdade quando eu resolvi ser professora, mas eu já estava no curso de pedagogia e lá com as aulas com todas as professoras as reflexões que elas traziam para gente durante as aulas foi quando eu resolvi ser professora” (P2) e também “Eu escolhi essa profissão, mas lidar com ser humano é muito difícil e através dos estudos né e da prática na minha graduação.” (P3).

Pimenta (1997 p. 19) aponta que “a identidade profissional se constrói, a partir da significação social da profissão”, ou seja, a constituição da identidade docente está ligada a suas experiências sociais e profissionais perpassando pela didática e suas reflexões. A autora aponta ainda que essa construção perpassa por todos âmbitos da nossa vida, por seu modo de situar-se no mundo, seus saberes, angustias, anseios, limites entre outros.

3ª categoria de análise: Identidade pessoal influenciando identidade docente

Por meio desta categoria foi possível analisar que o que o sujeito constrói durante sua trajetória histórica e que vai caracterizando sua identidade pessoal parece influenciar na identidade profissional deste sujeito.

Assim é que os dados possibilitam analisar que “por exemplo eu acredito que o respeito a gente mostra pra criança que ela tem que ser respeitosa sendo respeitoso com ela então eu trato a minha criança da forma que eu gostaria de ser tratada” bem “tem coisas que eu preciso cuidar para que não seja uma má influência pra que não seja um ponto negativo na visão dela de um professor ou de uma pessoa que está ensinando como aprender, como estudar, como viver então pra que seja sempre experiências positivas pra elas”. (P1) e “A reflexão das minhas atitudes né que acho que tem um pouco a ver com fato de ser professora.” (P2) bem como “Primeiramente eu acho assim que a personalidade da pessoa ela está presente na profissão não tem como pensamento porque uma área de ciências humanas.” (P3).

Segundo Pimenta (1997), a identidade pessoal está intimamente ligada à nossa identidade profissional, de maneira que vai se consolidando a partir das suas experiências e relações cotidianas enquanto ser social, na condição de sujeito historicamente situado perpassando as fases de aluno e profissional, ou seja, as experiências pessoais influenciam na construção da identidade profissional, o sujeito carrega todas as suas vivências para sala de aula.

4ª categoria de análise: Reconhecimento da identidade docente com processo dinâmico que se altera conforme o momento histórico.

A criação desta última categoria nos fez refletir e analisar como os sujeitos investigados parecem entender que a identidade docente tem relação com processo dinâmico e que, portanto, sofre alterações de acordo com o momento histórico de cada época.

Assim é que para elas na sua identidade docente o professor precisa “parar e refletir que ser professor tem que refletir a prática com os estudos e as possibilidades que tem de pesquisar não dando para ser o mesmo professor dos anos 90 do ano 2019.” (P1). Também, entendem que identidade docente é “um desafio em função dessas constantes mudanças que vêm acontecendo e vai sendo cada vez mais desafiador para nós” (P2).

Iza et al (2014) aborda que as mudanças sociais, a globalização, e as mudanças ocorridas no capitalismo influencia de forma direta na educação, ou seja, as políticas e práticas educacionais são elaboradas para atender as demandas sociais. Para Santos (2004) com essa nova fase do capitalismo se pretende criar novos tipos de relacionamento interpessoal com objetivo de ampliar as iniciativas individuais e as motivações para o trabalho. De modo que por meio das novas demandas a profissão de docente sofre alterações, pois é papel desse profissional formar esses trabalhadores.

Para Castells (2008) a identidade está ligada à todas as intervenções sociais e propriedades que se conectam ao ser social, ela é uma compreensão de si, combinada de valores, crenças, ela é constituída no decorrer de suas vivências coletivas e individuais. O que nos faz refletir que a constituição da identidade docente está em constante reelaboração, e aponta ainda diversos desafios para a profissão docente.

Considerações finais

Na busca pela resposta à pergunta: Quais são os elementos que contribuem para a construção da identidade docente, evidenciamos que, os sujeitos estudados apontam diversos elementos que contribuem para a constituição da sua identidade docente, apontam a importância e os desafios da profissão.

A análise do corpus da pesquisa demonstrou que a construção da identidade docente perpassa por todo âmbito da vida, o ser professor carrega suas experiências, valores, crenças e vivências pessoais e profissionais. O que nos leva a refletir que a identidade docente não é algo estático e imutável.

Referências

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

DE PAULA JUNIOR, Francisco Vicente. **Profissionalidade, profissionalização, profissionalismo e formação docente**. Scientia, ano 01, Edição 01, p. 1-191, jun/Nov. 2012.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

IZA, D. F. V.; BENITES, L. C.; SANCHES NETO, L.; CYRINO, M.; ANANIAS E. V.; ARNOSTI R. P.; SOUZA NETO, S. **Identidade docente**: as várias faces da constituição do ser professor. Revista Eletrônica de Educação, v. 8, n. 2, p. 273-292, 2014. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 12/02/2019.

NUNES, Célia Maria Fernandes. **Saberes docentes e formação de professores**: um breve panorama da pesquisa brasileira. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, Abril/2001.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores** – saberes da docência e identidade do professor. R. Fac. Educ. São Paulo, v.22, n.2, p. 72-89, jul./dez 1997.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013.

Caracterização da trajetória dos cursos de pós-graduação Lato Sensu da UEG: contribuições para a formação continuada de professores

Pollyane Maciel Bortolotti⁵²
Yara Fonseca De Oliveira e Silva⁵³

Resumo. Nesse estudo buscou-se analisar brevemente a trajetória dos cursos de pós-graduação Lato Sensu oferecidos nos campus da UEG de acordo com as mesorregiões do estado goiano e pesquisar as áreas de conhecimento dos cursos de especialização de professores do Lato Sensu da UEG. A pesquisa qualitativa com base na revisão de literatura e pesquisa documental utilizou as fontes de dados disponíveis em sítios como, IBGE, Instituto Mauro Borges e UEG. A caracterização dos cursos de especialização nas diferentes mesorregiões de Goiás revela um alcance significativo da UEG na contribuição para a área de formação de professores. O trabalho possibilitou oportunidade de refletir sobre a articulação da formação de professores da educação superior até a educação básica.

Palavras-chave: Pós-graduação. Universidade Estadual de Goiás. Formação Continuada de professores. Mesorregiões de Goiás.

Introdução

Este estudo é o resultado das atividades desenvolvidas como bolsista de Iniciação Científica (BIPIC-CNPq) vinculado ao projeto de pesquisa cadastrado na PrP da UEG intitulado “Pós-graduação Lato Sensu da UEG: cursos de formação de professores para educação básica nas mesorregiões do estado goiano”, sob a orientação da Professora Dra. Yara Fonseca de Oliveira e Silva. O objeto de estudo é a pós-graduação *Lato Sensu*, os cursos de especialização dessa instituição, entendida como uma área estratégica para o desenvolvimento de professores da educação básica, pois oferece uma perspectiva de continuidade de estudos para os profissionais da educação, articulando-se com o ensino de graduação. Objetivou-se analisar de forma breve a trajetória dos cursos de pós-graduação Lato Sensu oferecidos nos campus da UEG de acordo com as mesorregiões do estado goiano e ainda, pesquisar as áreas de conhecimento dos cursos de especialização de professores do Lato Sensu da UEG, a fim de contribuir com a sua caracterização. A seguir, além dessa introdução e das considerações finais, apresenta-se o desenvolvimento desse estudo sendo, o referencial teórico, a metodologia e os resultados e discussões.

⁵² Graduando do Curso de Letras E-mail: bortolottipollyane@gmail.com

⁵³ Orientadora dessa pesquisa e Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (PPGIELT-UEG). E-mail: yarafonsecas09@gmail.com

Referencial teórico

A revisão de literatura referente ao *Lato Sensu*, nas mesorregiões do Estado de Goiás se deram com base nos sítios do IBGE (2018), da Plataforma Mauro Borges (2018) e da UEG (2018), que disponibilizam informações sobre os campus e cursos oferecidos nessa instituição.

O referencial teórico que versa sobre a universidade e a pós-graduação se deu com base no conjunto de documentos como, artigos em periódicos e legislações como, a LDBEN de 1996, a Resolução CNE/CES nº 1/2007 (BRASIL, 2007), a Resolução – CsA – nº 10 (UEG, 2003). A caracterização dos cursos dos diversos campus da UEG que estão espalhados nas diferentes Mesorregiões goianas (Norte, Noroeste, Leste, Central e Sul), teve a contribuição da dissertação de Sousa (2018, p. 85), pois esta mostra que das “411 especializações ofertadas no período de 1999 a 2017, 49% (202) concentram-se na área de conhecimento de Ciências Humanas, seguido de 27% (112) dos cursos de Ciências Sociais” e as outras áreas juntas como, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Engenharias entre outras representam apenas “24% (97) do total”. Esses dados podem significar que essas outras áreas não possuem “uma oferta significativa para atender às demandas de mão de obra especializada de um Estado tão denso como o de Goiás, isto é, há um alto índice de empregos formais nos setores primário e secundário que podem estar necessitando de especialistas. No entanto, pode se afirmar que para a área de Humanas, a especialização da UEG alcançou quantitativamente um número expressivo de cursos.

Metodologia

Essa pesquisa qualitativa utilizou como fontes de dados disponíveis no arquivo da coordenação do Lato Sensu (PrP-UEG) e em sítios como, IBGE e Instituto Mauro Borges. As etapas, que se complementam foram a de revisão de literatura, a de pesquisa documental com base nos arquivos disponíveis no Banco de Dados que compõe a pesquisa da Professora Dra. Yara Fonseca de O. e Silva que está vinculada a essa Iniciação Científica.

Resultados e discussões

Os resultados a seguir apresentam-se em duas partes, a primeira seção se refere a trajetória dos cursos de pós-graduação e a segunda sobre a área de conhecimento dos cursos de especialização do *Lato Sensu* da UEG, contribuição para a formação continuada de professores.

1 Trajetória dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu nos Campus da UEG nas Mesorregiões do Estado de Goiás

Os resultados da pesquisa mostram que a UEG, enquanto instituição de ensino superior oferece cursos de especialização em todas as mesorregiões do Estado. A mesorregião do Norte Goiano formado pela união de 27 municípios se agrupa em duas microrregiões e tem cinco Campus da UEG sendo o município de Porangatu, o segundo com maior população com cerca de 40 mil pessoas.

A mesorregião do Noroeste Goiano formada pela união de 23 municípios agrupados em três microrregiões sendo, município mais populoso São Miguel do Araguaia e em quatro desses municípios a UEG se faz presente.

A mesorregião do Leste Goiano é formada pela união de 32 municípios agrupados em duas microrregiões e, essa região tem se tornado um atrativo para grandes Indústrias dos mais diversos ramos, principalmente nas cidades de Cristalina e Luziânia, tendo também quatro campus da UEG. Em relação às mesorregiões do Centro Goiano e do Sul pode se afirmar que são as duas maiores regiões sendo, mais populosa e com maior PIB de Goiás (IBGE, 2012).

A UEG é responsável por uma significativa oferta de vagas do *Lato Sensu* conforme revela os dados, no período de 1999 a 2010 tem-se 7.288 (sete mil duzentas e oitenta e oito) egressos que cursaram a Especialização em diferentes campus (UEG, 2010). Nesse sentido, esse resultado aponta que a UEG tem atendendo via *Lato Sensu* uma significativa quantidade de profissionais da educação.

O resultado da pesquisa de Sousa (2018) revela que os cursos da área de educação apresentaram a maior quantidade sendo, do total de 157 cursos que se realizaram 411, ou seja, 38% dos cursos de especialização ofertados serviram para a formação continuada de professores.

Dentro das cinco mesorregiões de Goiás durante o período de 1999 a 2017, foram ofertados a seguinte quantidade de cursos direcionados à formação de professores: na Mesorregião Norte foram 15 cursos, Noroeste 10 cursos e, leste a menor quantidade com apenas 9 cursos. Mas, ao contrário disso, o Centro Goiano realizou 99 cursos e o Sul 24 cursos sendo, as duas mesorregiões que mais ofereceram cursos de especialização na área de educação.

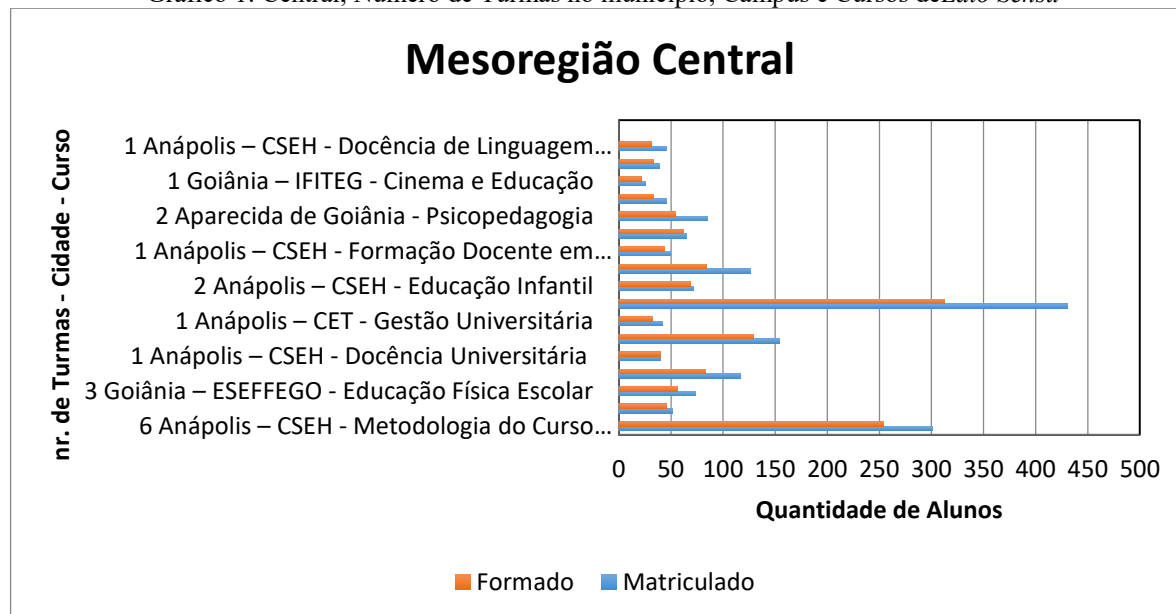
Ainda para Sousa (2018), a Mesorregião Central se destaca sobre todos os campus, por ser a região com o “maior índice de empregos formais e onde se concentra o maior número de campus universitários da UEG, com 38% do total de 42 campus, o que contribuem para a intensa demanda por qualificação, sobretudo, de professores. Essa alta concentração de especialização nos diferentes Campus da UEG se dá pelo fato de conforme Silva (2014) ser uma instituição, ainda predominante de ensino e ter predomínio dos cursos de licenciatura para a formação de professores na graduação, o que praticamente determina a especialização dessa instituição.

Área de conhecimento dos cursos de especialização do *Lato Sensu* da UEG: formação continuada de professores

A seguir apresenta-se os resultados de alunos matriculados e alunos formados no período de 1999 até 2017. Os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* da UEG se faz presente em todas as Mesorregiões de Goiás, conforme se verificou os cursos com mais alunos matriculados e formados foram para formação continuada de professores, exceto para a Mesorregião Noroeste em que o curso com mais alunos matriculados e formados é o curso de educação ambiental.

A Mesorregião Central é que mais tem cursos na área de formação continuada de professores contendo pouquíssimos cursos fora dessa área. Essa região é a com mais aglomeração de campus e cursos de *lato sensu* e para melhor visualização e entendimento dessa região dividimos em dois Gráficos. No Gráfico 1 mostra os campus de Anápolis, Goiânia e Aparecida de Goiânia.

Gráfico 1: Central, Número de Turmas no município, Campus e Cursos de *Lato Sensu*

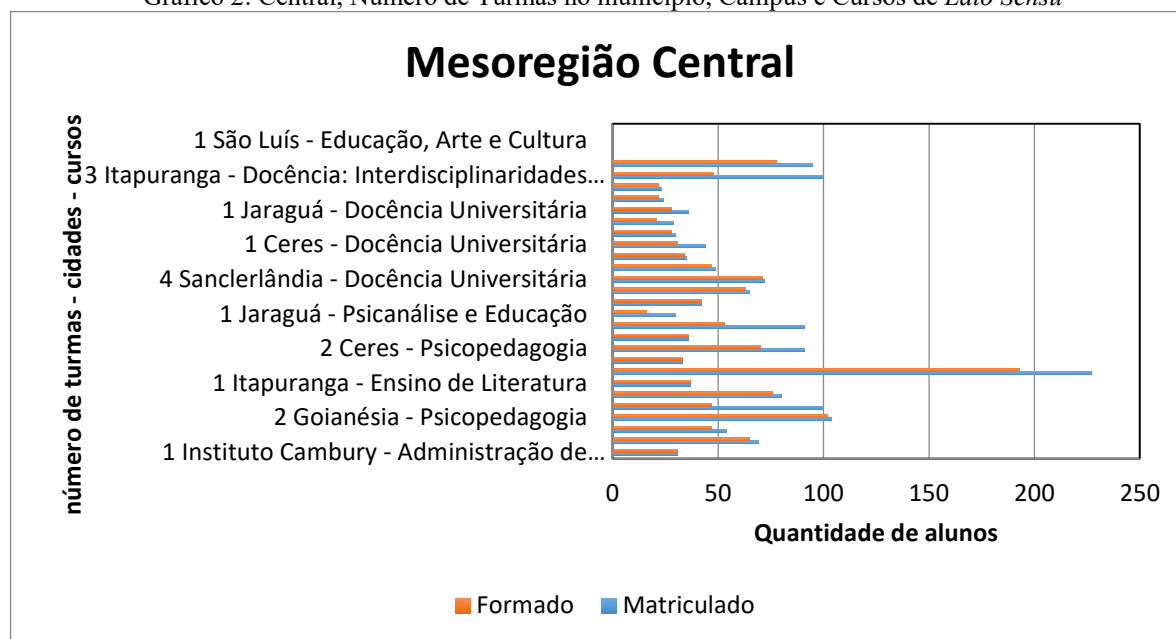


Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Dentre os três campus a maior oferta de turmas ocorreu no de Anápolis, pois dentre os 18 cursos, 6 deles foram de “Metodologia do Curso Superior”, com 301 alunos matriculados e 254 alunos formados, o que revela proximidade da oferta de Goiânia que dos seus 15 cursos, 9 deles foram de “Docência Universitária”, com 431 alunos matriculados e o total de 313 alunos formados. ambos os cursos possibilitam o acesso do professor à atuar na educação superior, portanto, é possível inferir que esses dois cursos se destacam na formação de especialistas nessa Mesoregião, com o foco por uma qualificação para a docência nesse nível de ensino.

O Gráfico 2 mostra os demais municípios da mesoregião Central e foi possível verificar que os cursos que mais se destacaram foram o de psicopedagogia e o de docência universitária sendo, no campus de Inhumas o curso de Docência Universitária teve maior destaque com 227 alunos matriculados e 193 alunos formados.

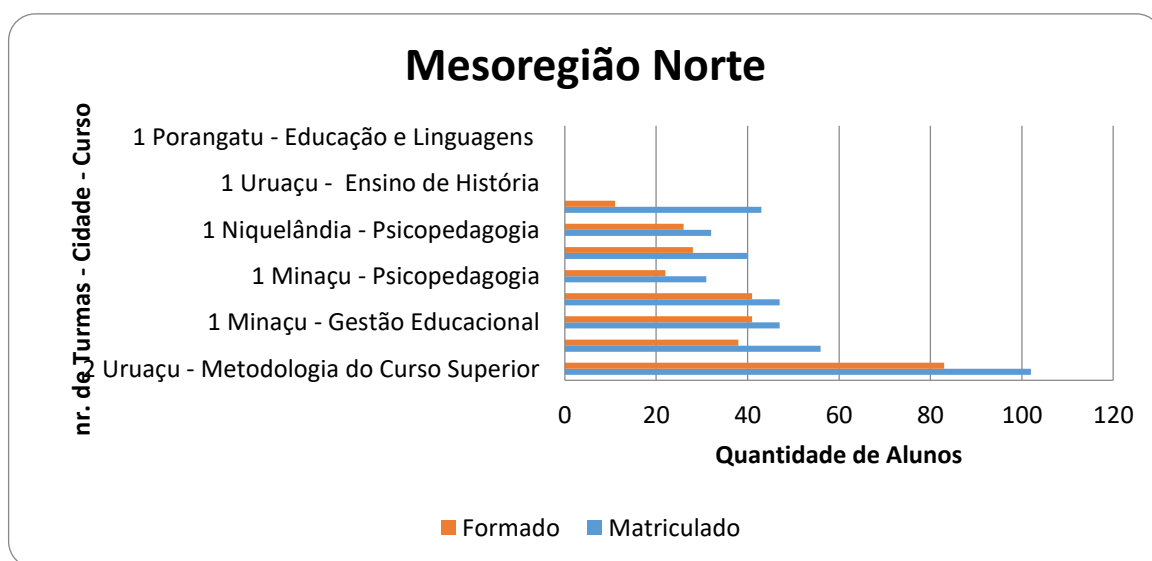
Gráfico 2: Central, Número de Turmas no município, Campus e Cursos de *Lato Sensu*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

O Gráfico 3 mostra que dentre os 4 campus da UEG, o de Uruaçu ofertou a maior quantidade de turmas de especialização sendo 9 turmas do total de 15 cursos. Sendo 4 turmas de Docência do Ensino Superior e 2 turmas de Metodologia do Curso Superior, ou seja, há uma demanda por esses cursos e ou há um interesse por oferta, pois cursos relacionados à formação dos professores para atuação no ensino superior estiveram também nessa mesorregião em destaque, isto é, se aproximam da oferta de Goiânia, da Mesorregião Central. Entre os campus da Mesorregião Norte o curso que houve maior destaque foi o de Docência do ensino superior com 43 alunos matriculados e 11 alunos formados. Sobre a Mesorregião Norte o Gráfico 3 a seguir revela seus alcances,

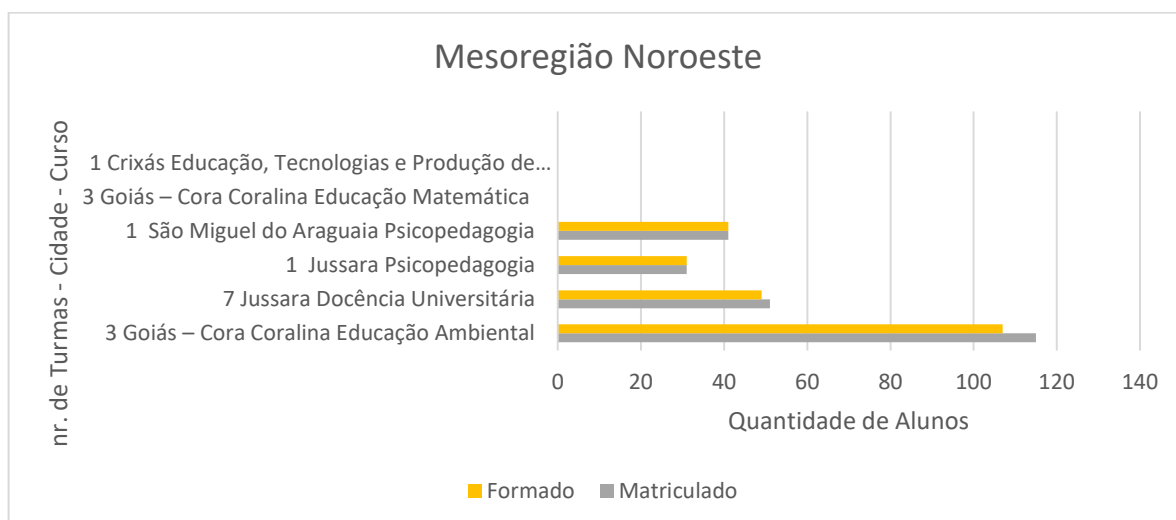
Gráfico 3: Norte, Número de Turmas no município, Campus e Cursos de Lato Sensu



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

O Gráfico 4 revela que na Mesoregião Noroeste a UEG ofertou em seus 4 campus um total de 17 turmas de especialização sendo, destaque para maior quantidade de turmas o campus de Jussara, com 8 turmas seguido pelo da Cidade de Goiás, com 6 turmas e o curso de Docência Universitária novamente se repete em maior quantidade no Campus de Jussara, porém nessa Mesoregião existiu uma maior variedade de outros cursos. O campus Cora Coralina na cidade de Goiás teve 115 alunos matriculados e 107 alunos formados no curso de Educação ambiental.

Gráfico 4: Noroeste, Número de Turmas no município, Campus e Cursos de *Lato Sensu*

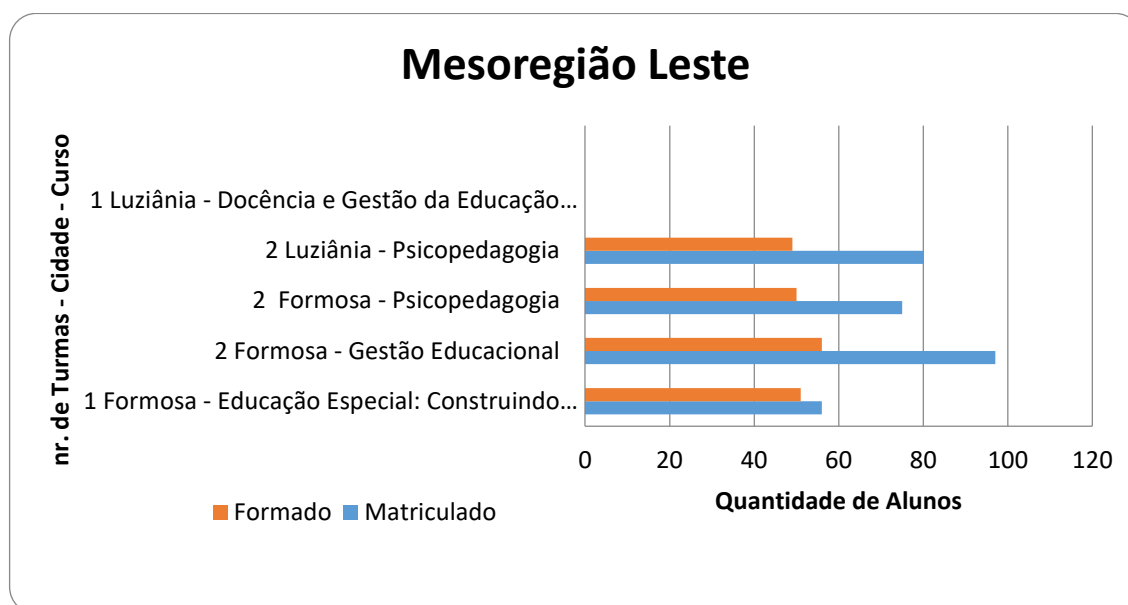


Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

A partir da análise dos Gráficos 3 e 4 das Mesorregiões Norte e Noroeste foi possível concluir que os cursos de Formação Continuada de Professores da UEG que também teve relevância foram os cursos de metodologia e gestão educacional.

De acordo com o Gráfico 5 da Mesorregião Leste é possível verificar que o curso de Gestão Educacional e Psicopedagogia são os cursos que mais se destacaram sendo, o Campus de Formosa, o que teve mais alunos formados e ao mesmo tempo com maior quantidade de alunos desistentes. No campus de Formosa com o curso de Gestão Educacional foram matriculados 97 alunos e apenas 56 alunos formados.

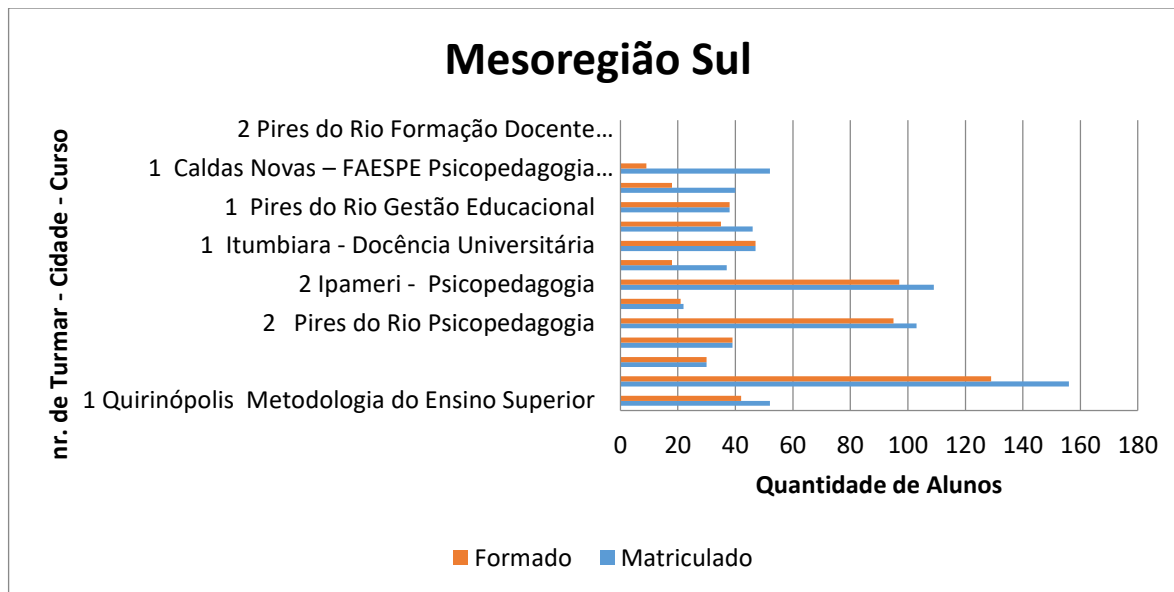
Gráfico 5: Leste, Número de Turmas no município, Campus e Cursos de Lato Sensu



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

A Mesorregião Sul é uma região com significativo volume de campus (6) e o que se constatou é que o curso que ressaltou foi o curso de Psicopedagogia, com destaque para o campus de Quirinópolis com 156 alunos matriculados e 129 alunos formados. Esse curso é importante por possibilitar a Formação Continuada de Professores, no sentido de compreender os processos de aprendizagem do indivíduo e ou metodologias para prevenir ou amenizar as dificuldades e supostos distúrbios nesse processo de aprendizagem.

Gráfico 6: Sul, Número de Turmas no município, Campus e Cursos de *Lato Sensu*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Nessa Mesoregião Sul o destaque para a quantidade de alunos formados é para os Campus de Morrinhos, seguidos dos de Ipameri e Pires do Rio.

Considerações finais

A caracterização dos cursos de especialização nas diferentes mesorregiões de Goiás revela um alcance significativo da UEG na contribuição para a área de formação de professores. Esse trabalho possibilitou uma oportunidade de refletir sobre a articulação da formação de professores da educação superior até a educação básica. Considerando que tanto, a escola pública e gratuita, quanto a universidade, assumem o compromisso de oferecer formação cultural e científica aos seus alunos oportunizando a formação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDBEN. Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação /Câmara de Educação Superior. Resolução nº 01, de 8 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação Lato Sensu, em nível de especialização. Brasília/DF: MEC/CNE/CE, 2007.

_____. Lei n 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 9 de janeiro de 2001. Disponível em. Acesso em 9 nov. 2017.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Divisão Regional do Brasil**. 2017. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1>. Acesso em: 2 nov. 2018.

IMB, Instituto Mauro Borges. **Estatísticas das Meso e Microrregiões do Estado de Goiás**, 2013. Goiás: SEGEPLAN, 2018, 49 p. Parecer nº 76.058/75

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/116563/SAMWAYS.pdf?sequence=1>

PIRES, Nara; PUGGIAN, Cleonice. **Pós-graduação Lato Sensu**: legislação atual, novas diretrizes e a experiência da UNIGRANRIO. Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa, v. 1, n. 2, 2015.

SOUSA, Rosemeire Soares de. **Pós-graduação Lato Sensu da UEG: trajetória, política e formação continuada de professores**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias). PPGIELT – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2018.

UEG. Universidade Estadual de Goiás. Resolução CsA nº 10/2003. Aprovar as Diretrizes Políticas para a Pesquisa e a Pós Graduação. Anápolis/GO: 2003.

_____. Resolução CsA N. 653/2010. Altera a Resolução CsA n. 017/2010 que regulamenta normas para apresentação de projetos de criação de cursos de pós graduação Lato Sensu presenciais e seu trâmite e revoga a Resolução CsA nº02/2001. Anápolis/GO: 2010. Disponível em: Acesso em: 02 out 2017.

SILVA, Yara Fonseca de O. **Universidade e o desenvolvimento local: o caso da Universidade Estadual de Goiás**. 2014. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Ensino de jovens e adultos: relato de uma experiência do Pibid de Língua Portuguesa

Ana Luísa Carvalho Rodrigues⁵⁴
Maria de Lurdes Nazário⁵⁵

Resumo: O presente texto tem como objetivo relatar as vivências dos alunos e professores vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) de Letras de Língua Portuguesa, ressaltando métodos utilizados, estratégias de ensino, fatos vividos em sala de aula, discussões e pesquisas realizadas no Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH) da UEG, entre outros pontos importantes que ocorreram ao longo do segundo semestre de 2018. Ao conhecer a realidade da escola parceira do Pibid, o CEJA Elias Chadud em Anápolis, passamos a viver uma mudança de perspectiva em relação aos discentes, pois nos tornamos mais ouvintes e empáticos em relação às dificuldades enfrentadas por eles. Houve um nítido crescimento dos pibidianos quanto a planejar e participar de projetos, desenvolver ideias, planos de aula, materiais didáticos, propostas de redação, correção de texto, entre outros.

Palavras-chave: Pibid, Língua Portuguesa, EJA.

Introdução

O presente texto objetiva relatar as vivências dos alunos e professores vinculados ao Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) de Letras, ressaltando métodos utilizados, estratégias didáticas, fatos vividos em sala de aula, discussões e pesquisas realizadas no Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH) da UEG, entre outros pontos importantes que ocorreram ao longo do segundo semestre de 2018.

O Pibid possibilita aos alunos de licenciaturas uma experiência de campo como estagiários. Assim, o programa dá início a uma perspectiva nova, transformando os pibidianos, ora meros discentes, em professores que vivenciam desafios, estabelecem possíveis modos de aplicação de aulas e vislumbram tanto as maravilhas quanto as dificuldades da vida docente.

Oferece aos alunos a experiência de se realizar, nas escolas parceiras, as práticas didático-pedagógicas logo nos primeiros anos de graduação, antes mesmo do período de estágio obrigatório. Por meio desse programa, os pibidianos dão início a um processo de reflexão, pesquisa, observação e vivências práticas da vida docente (BRASIL, 2014).

⁵⁴ Graduanda do Curso de Letras. E-mail: cr.analuisa@gmail.com

⁵⁵ Orientadora deste trabalho. Docente do Curso de Letras. Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: mariadelurdesnazario@gmail.com

Contextualização do PIBID de Letras do Campus de CSEH/Anápolis

O Pibid de Letras do CCSEH é desenvolvido no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Elias Chadud (CEJA Elias Chadud), uma instituição de ensino que atende a jovens e adultos já há algum tempo fora da sala de aula. Em razão das diferentes faixas etárias e diferentes níveis de letramento, o trabalho docente torna-se mais desafiador nesse contexto, tanto para professores quanto para estagiários.

A fim de nortear as ações e reflexões dos pibidianos em suas atividades semestrais na escola, buscamos objetivar e organizar cada ação utilizando o cronograma semestral de atividades do Pibid (NAZÁRIO, 2018). Para tal, realizamos atividades semanais, sendo divididas da seguinte maneira: 4 horas de trabalho no CEJA Elias Chadud e 4 horas na UEG, perfazendo-se um total de 32 horas semanais; uma exigência contida no Edital n. 7 de 2018 da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Em primeiro momento, houve reuniões para conhecer a estrutura da escola, definir estratégias e ações com a professora regente, conhecer os professores e coordenadores do colégio e realizar observações e monitorias das aulas. Foram realizadas também, para melhor desempenho dos alunos e do andamento do projeto, reuniões para o debate de ideias, de sugestões e dúvidas e discutir bibliografias sobre o ensino de Língua Portuguesa, sob orientação da professora Maria de Lurdes Nazário (coordenadora de área do Pibid/Letras/CCSEH).

Em seguida, as atividades se deram também de forma mais prática, com aplicações de aulas, participações em projetos da escola e oficinas para os alunos nas aulas da professora regente (supervisora do Pibid), Magda Alves Costa.

Fundamentação teórica e metodológica

Quanto às reuniões na UEG, realizamos o grupo de estudo do PIBID que foi de suma importância, pois, por meio das leituras e discussões, foi possível idealizar e elaborar planos de aula, trocar experiências individuais e coletivas sobre as ações realizadas na escola, produzir materiais didáticos, expor dúvidas, opiniões e sugestões, relatar sobre as ações realizadas na escola, os desafios e dificuldades enfrentados, progressos, vitórias e aprendizados adquiridos a cada semana, a fim de tornar vasto e produtivo nosso aprendizado.

Como alunos em formação acadêmica, objetivamos vivenciar experiências no contexto escolar, bem como aplicar estratégias para auxiliar no desenvolvimento do processo de letramento dos alunos. Além disso, almejamos consolidar conhecimentos sobre o processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, com enfoque em desenvolvimento da leitura, escrita e análise linguística (NAZÁRIO, 2018).

No decorrer do semestre, em relação à prática de correção de textos, aprendemos ao longo de análises bibliográficas a existência de três tipos de correções, sendo elas: indicativa, resolutiva e classificatória (RUIZ, 2015). Ruiz (2015) também aponta um quarto tipo de correção chamada “textual-interativa” em que são feitos comentários mais longos do que os que se fazem na margem, sendo tais comentários realizados na forma de pequenos “bilhetes” (p. 47).

Nesse estudo, discutimos que um dos pontos falhos do profissional da educação pode ser nomeado como o “caça erros”, em que o professor apenas aponta as falhas da escrita do aluno, não tecendo os pontos fortes do texto, nem se preocupando em conduzir o aluno ao entendimento do uso prático da língua portuguesa (RUIZ, 2015).

A partir dessa análise, pudemos compreender que o aluno precisa entender o texto como um todo, precisam igualmente perceber as questões linguísticas e discursivas durante o processo de análise de seu próprio texto. Para ter mais êxito em tal tarefa, o professor necessita agir como um mediador para a aprendizagem de técnicas de revisão que envolvem rasuras, substituições e exclusões, assim os tornando hábeis na prática da reescrita textual (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 157).

Para tal, viu-se a necessidade da criação de critérios de correção de textos (ver anexo 1), elaborados coletivamente ao longo de diversas reuniões no grupo de estudos para melhor auxiliar os discentes nessa jornada rumo ao saber. Os conhecimentos desses critérios foram aplicados, de forma prática, nas aulas ministradas sob supervisão da professora regente, bem como em atividades de produção textual, reescrita individual e reescrita coletiva.

Foram apresentados a eles tipos diferentes de gêneros, como reportagens, charges e tirinhas, para gerar novas experiências na vida dos alunos. De acordo com a autora Maria Alba Perfeito (2009), a apropriação de diferentes tipos de gêneros permite ao aluno parâmetros mais claros para compreender e produzir textos (PERFEITO, 2009).

Graças às discussões no grupo de estudos, foi possível ressignificar conceitos já abarcados por nós alunos sobre práticas desenvolvidas na escola, podendo comparar a didática tradicional e a didática sociointeracionista.

Ademais, tivemos um ambiente aberto a diálogos, em que foi possível esclarecer inúmeras dúvidas que surgiram ao longo do semestre, realizamos debates, trocamos experiências – tanto positivas quanto negativas – dentro e fora de sala de aula.

Relatando Experiências - O PIBID no Chadud

Durante as 4 horas de atividade no colégio, foram realizadas monitorias, aplicações de aulas, propostas de redação e participações em projetos da escola. Nos meses de agosto e setembro, demos início às primeiras reuniões e visitas à escola, conhecendo a estrutura do colégio, dialogando com a professora supervisora Magda Alves Costa, definindo estratégias e metas a serem adotadas, em quais séries poderiam ser aplicadas as aulas.

Em seguida, realizamos um período de observação em que assistimos às aulas aplicadas pelas professoras de Língua Portuguesa. Foi possível analisar a rotina do colégio, quais eram os pontos positivos e negativos, bem como buscar meios de auxiliar os professores regentes e somar em suas aulas, a fim de ensinar aos alunos do colégio e desenvolver suas habilidades de oralidade, escrita e leitura. Igualmente, pudemos observar aulas de outros estagiários discentes do 8º período de Letras da UEG, tornando a experiência mais rica.

Nos meses de outubro, novembro e dezembro, pudemos aplicar as aulas no ensino fundamental e no ensino médio. Em um primeiro plano, optamos pela realização de oficinas de Língua Portuguesa e Redação (ver anexo). O colégio dispunha de um 5º horário obrigatório em apenas alguns dias da semana. Logo, nos dias com horários vagos, realizaríamos as oficinas visando contribuir com a aprendizagem dos alunos.

Contudo, não foi possível a realização destas aulas em razão da abstenção total dos alunos, que se ausentavam antes do término do horário normal de aulas, o que impossibilitava a realização da atividade proposta. Pudemos perceber que as razões eram diversas, como: desinteresse, compromissos como buscar filhos ou netos que estão em idade escolar em suas atividades ou um possível “comportamento de massa”, onde alguns influenciam a maioria. Deste modo, foi traçado um novo plano, onde combinamos com as professoras regentes a concessão de algumas aulas durante o período letivo.

Outra ação realizada foi a participação no projeto “Dia D da Leitura” e no projeto “História de Vida”, ambos já desenvolvidos na escola-campo. No projeto “Dia D da Leitura”, foi possível colaborar nas atividades de leitura, interpretação e oralidade, habilidades que são fundamentais para o discente. Trabalhamos charges, reportagens e tirinhas como coletânea

para nos auxiliar nas discussões geradas em sala, tornando a aula mais significativa e proveitosa. Pudemos ouvir opiniões, trocar experiências, somar em conhecimento.

No projeto “História de Vida”, proposto pela supervisora do Pibid, a professora Magda, trabalhamos o gênero textual biografia. Na aula sobre o tema, utilizamos o material didático discutido e elaborado ao longo das reuniões do grupo de estudos. O material didático possuía conteúdos de leitura como a biografia do jogador de futebol Pelé (como exemplo de estrutura textual do gênero trabalhado) e do documentário sobre a vida e obras principais de Cora Coralina. Ademais, apresentamos aos alunos os conceitos, principais características do gênero biografia e de autobiografia. Assim, formamos uma coletânea como suporte para a proposta de produção textual solicitada (autobiografia).

A aplicação ocorreu no laboratório do colégio, onde foi possível interação maior por ser fora do ambiente já cotidiano da sala de aula. Em seguida, os alunos redigiram suas autobiografias, e, ao término, tivemos acesso aos textos para correção. Detectamos quais eram os problemas mais frequentes dos alunos, como pontuação, interferência da oralidade, concordância verbal e nominal, etc. Ademais, averiguamos quais eram os pontos fortes e os pontos em que eram necessárias melhorias na escrita dos alunos.

Houve também a oportunidade de participarmos da aplicação do simulado de redação proposto pelo colégio nas turmas de ensino fundamental e médio. Para alunos de ensino fundamental, foi pedido o tipo textual narrativo, enquanto para do ensino médio, foi solicitado o tipo textual dissertativo. No simulado, os alunos tiveram uma coletânea como suporte para a elaboração textual.

Na narração, foi proposta a história de um dia de acampamento. Já na produção dissertativa-argumentativa, foi dada a temática: “O consumismo e seus impactos ambientais”. Ao término da aplicação de prova, realizamos a correção das produções textuais juntamente com alunos estagiários do 8º período.

Realizamos também aulas sobre coesão, em que explicamos o conceito, tipos de coesão e, em seguida, aplicamos atividades práticas, mais metalinguísticas, para que os discentes pudessem se familiarizar de forma mais significativa com esse conteúdo, muito necessário na produção escrita deles. As turmas participantes corresponderam às expectativas quanto à participação, expuseram suas dúvidas, dificuldades e demonstraram interesse ao longo da aula ministrada. Foi possível notar a alegria dos alunos ao perceberem que o assunto, mesmo desconhecido até então, havia sido aprendido e entendido.

Por fim, realizamos a aula de reescrita coletiva, aplicando os critérios de correção elaborados. Levamos uma produção de texto, explicamos os símbolos e depois demonstramos aos alunos como é possível corrigir as suas próprias redações e, utilizando o método de reescrita, melhorar a qualidade de seus textos. A princípio, os alunos se mostraram confusos sobre como poderia funcionar o uso de cada critério. Contudo, ao longo da atividade, muitos se familiarizaram com os símbolos e seu significado, e já conseguiam auxiliar e participar dos diagnósticos feitos do texto analisado. Por fim, mostraram-se empolgados e motivados a fazerem uso desse mecanismo de correção.

Com a utilização desses critérios, os alunos podem diagnosticar com mais facilidade quais são as falhas ocorridas em seu texto, gerando assim maior aprendizado, bem como possibilitando ao aluno a reescrita mais autônoma de seu texto e reforçando o conteúdo adquirido.

Outra realização pertinente foi a criação de cartazes para a divulgação do projeto do Pibid no Elias Chadud, bem como a divulgação do vestibular da UEG. Colocamos cartazes nos murais da escola e ocorreu a divulgação nas salas de ensino médio, a fim de despertar o interesse e a curiosidade dos alunos ali presentes, além de incentivá-los a buscar o ensino superior, dando continuidade ao processo de desenvolvimento estudantil e profissional.

Considerações Finais

Estudar mais a fundo o ensino da língua, bem como os métodos e tipos de correção que trouxe um novo olhar, e permitiu ressignificar ainda mais acerca do processo de aprendizagem do aluno. Pude-se entender de forma mais prática que é possível lograr êxito na tarefa de mediação do aluno com o conhecimento, podendo auxiliar o estudante a deixar de lado inseguranças linguísticas preexistentes quanto à prática da escrita e reescrita.

Ao conhecer a realidade do CEJA, passamos a ter uma mudança de perspectiva em relação ao discente, pois nos tornamos mais ouvintes e empáticos em relação às dificuldades enfrentadas pelos alunos. Ficou-se surpreso ao ver inúmeros idosos que eram os mais dedicados em sala, demonstrando interesse e participação.

Como pontos positivos das vivências no Pibid, pode-se destacar o crescimento, individual e coletivo dos pibidianos quanto a planejar e participar de projetos, desenvolver ideias, planos de aula, materiais didáticos, propostas de redação, correção de texto, entre outros.

Como pontos negativos, pode-se perceber uma postura de “desmerecimento” e certo descaso na escola para com os alunos. Por meio das autobiografias, vi alunos que sonhavam com uma faculdade, em ter um emprego mais estável. A falta de motivação dos professores dificulta ao aluno na obtenção do conhecimento necessário para encarar provas de concurso e de vestibulares que pretende realizar. Igualmente, pude perceber um grande número de alunos faltosos em aulas, observando desinteresse destes pelas aulas.

Almejamos dar continuidade às aplicações dos critérios de correções de texto, a fim de motivar os alunos a reescreverem seus textos, para lapidar e aprofundar o conhecimento dos usos da língua culta escrita, fazendo isso de modo reflexivo e significativo. Ademais, pretende-se trabalhar novos gêneros literários com os alunos com o intuito de gerar estímulo e hábito da leitura, bem como desenvolver a interpretação de texto e oralidade em sala de aula.

Referências

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Por que a escola não ensina gramática assim?** 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. cap. 5.

BRASIL, Projeto Institucional registrado na Plataforma Freire, 2014. Disponível em: <http://cdn.ueg.edu.br/source/pibid/conteudoN/8680/projetoinstitucional.pdf>

NAZÁRIO, Maria de Lurdes. **Plano de atividades do Pibid Letras**. Universidade Estadual de Goiás, CSSEH, Anápolis, 2018.

PERFEITO, Alba Maria. **Gênero editorial**: a análise linguística contextualizada às práticas de leitura e produção textual.

RUIZ, Eliana Donaio. **Como corrigir redações na escola**: uma proposta textual-interativa, São Paulo: Contexto, 2015. p. 33 – 57.

ANEXOS

Figura 1 – Trecho do material aplicado no Projeto Dia D da Leitura.



Autor: Quino.

Figura 2 - Cartaz de divulgação das oficinas de Língua Portuguesa (elaborado pelos alunos do PIBID)



Autora: Ana Luísa Carvalho.

Honra e infâmia no cerrado: análise da violência representada na literatura goiana

Leonardo José Rodrigues⁵⁶
Ewerton de Freitas Ignácio⁵⁷

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a representação da violência em um romance goiano, bem como identificar os modos pelos quais essa violência se relaciona com questões de honra e de infâmia no sertão. Para tanto, recorreremos a textos que versam sobre algumas temáticas, entre elas, a definição de honra e de infâmia e suas representações na literatura clássica (JEHA, 2008; KLEIN, 2010; BORGES, 1999); a definição de violência e a violência no Estado de Goiás (ODALIA, 1983; OLIVEIRA, 2012); e a análise literária (BARTHES et. al., 2011; GANCHO, 2004; CÂNDIDO, 1979). Em outras pesquisas anteriores, nas quais foram analisadas figurações da violência em algumas obras da literatura goiana, notamos que a violência no estado de Goiás representada na literatura estava, muitas vezes, relacionada à necessidade de conquista da honra e do respeito. Por outro lado, não era raro ocasiões em que a violência perpetrada no sertão goiano adquirisse um caráter infame.

Palavras-chave: Literatura Goiana. Honra. Infâmia. Violência.

Introdução

Em outras pesquisas (relacionadas à projetos de pesquisas de iniciação científica fomentados pelo CNPq e pelo programa institucional de bolsas da Universidade Estadual de Goiás – UEG), analisamos as relações entre a representação de diversos espaços urbanos e as personagens em que neles vivem, em romances escritos por autores goianos contemporâneos. Procuramos compreender melhor o próprio sujeito urbano, suas características e as condições de sua vida na cidade.

Mais que isso, traçamos considerações a respeito dos modos por meio dos quais a representação da cidade e da violência no espaço cerratense goiano, em um romance do premiado escritor Ivan Sant’anna, qual seja, *Herança de sangue*: um faroeste brasileiro, publicado em 2012, dialogou com as personagens e com o contexto maior da cultura. Foi possível notar que o autor reconstrói em seu romance a história conturbada da cidade de Catalão,

⁵⁶ Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER) do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH/UEG). E-mail: leonardojoserodrigues123@gmail.com

⁵⁷ Orientador deste trabalho. Docente do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER) do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH/UEG). Doutor e Pós-Doutor em Literaturas em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: ewertondefreitas@uol.com.br

no interior goiano, passando por diversos períodos marcados pela violência desmedida utilizada pelos grandes chefes políticos da época para a manutenção da sua reputação e de seu poder na cidade.

Essa violência muitas das vezes estava diretamente relacionada à conquista da honra e do respeito. No sertão goiano, cenário da prosa de Sant'anna, e da narrativa de alguns outros importantes escritores goianos (cf. Bernardo Élis, Hugo de Carvalho Ramos), a honra só podia ser conquistada por quem tinha “coragem” de resolver suas pendências à bala ou à faca, uma vez que “honra só se pagava com sangue” (SANT'ANNA, 2012, p. 91).

Nesse contexto, a má reputação era algo desprezível – e temível, visto que a falta de coragem e pulso firme para resolver suas questões era motivo de descrédito e vergonha por parte dos moradores do sertão. Além disso, não raro, presenciamos trechos de narrativas, cuja temática central é violência, em que diversos personagens praticam ações questionáveis: um assassinato a sangue frio ou até mesmo prisões injustificáveis. Assim sendo, contrária à honra e ao respeito, surge a imagem da infâmia nessas prosas ambientadas no sertão goiano.

Muitos são os estudiosos da literatura que propuseram e ainda se propõem em estudar aspectos concernentes às produções literárias de autores goianos. Albertina Vicentini (1986, 1997, 2010) aborda questões relacionadas ao romance histórico e o regionalismo na literatura goiana, ao passo que Átila Silva Arruda Teixeira (2010, 2015) em seus trabalhos discute questões relacionadas à representação do sertão nas obras de Hugo de Carvalho Ramos e de Bernardo Élis.

Nesse sentido, vale citar também o artigo de Maria Amélia Garcia Alencar (2012) que expande as fronteiras do cerrado e analisa a representação do sertanejo na literatura, a partir das obras *Os sertões* de Euclides da Cunha, *Tropas e Boiadas* do goiano Hugo de Carvalho Ramos e *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa.

No entanto, muito pouco foi estudado em se tratando da análise da relação entre a violência no sertão e a presença de um possível código de honra que ditava como deviam se portar os habitantes desses sertões. Dessa forma esta pesquisa se justifica pela possibilidade de fornecer novos elementos para a análise literária, sobretudo da literatura goiana, ao tocar num assunto tão pouco discutido na área.

A partir deste estudo, assim como acontece com muitas outras temáticas, Literatura e História poderão andar juntas a fim de construírem importante base teórica a respeito da relação entre a violência presente na prosa que tem como plano de fundo o sertão goiano com questões relacionadas à honra e à infâmia.

Nesse sentido, propõe-se nessa pesquisa, aprofundar nossa investigação a respeito das figurações da violência no cerrado, concentrando nossa análise nos modos por meio dos quais se dão as relações entre honra e infâmia na literatura cujo plano de fundo é o sertão cerratense.

Levando em conta a importância dada ao respeito e a honra, e a abominação construída sobre personagens infames na literatura, interessa-nos analisar de que maneira a violência perpetrada pelas personagens de ficção se aproxima ou se afasta da necessidade de lavar sua honra com sangue.

Pretendemos também compreender como se figuram as ocorrências da violência justificada por questões de honra e de desonra em parte da prosa goiana, bem como analisar as implicações disso no contexto das experiências pessoais das personagens; averiguar as motivações pessoais que levam as personagens a lançar mão da violência nas narrativas a serem analisadas, buscando relações com questões de honra e desonra; evidenciar que se tem, na obra a ser analisada, o retrato da experiência individual sertaneja pautada por um código de conduta em que imperam a violência e a lei do mais forte; e, por fim, averiguar como e em que medida a honra e a infâmia estão associadas à construção da memória coletiva e individual de um povo.

Desenvolvimento

A pesquisa terá duração de aproximadamente 24 meses e tem como princípio metodológico o estudo bibliográfico e a articulação entre as leituras teóricas e a análise dos romances. Inicialmente, será(ão) escolhida(s) a(s) obra(s) a ser(em) analisada(s) durante a execução dessa pesquisa. Serão textos literários produzidos em/sobre Goiás, em cujas narrativas haja representações da violência. Depois, realizaremos leituras preliminares das narrativas que vão ser analisadas, a fim de nos familiarizarmos com o enredo e com as personagens. Nesse momento, iremos nos atentar para as motivações que levam as personagens de cada romance a lançar mão da violência.

A seguir, nos dedicaremos à leitura de livros e artigos que discutem sobre temas relevantes à pesquisa. Ressalta-se o livro de Jaime Ginzburg, *Literatura, violência e melancolia*, publicado em 2012, em que o autor faz um apanhado da relação entre literatura e violência, comentando sobre temas importantes para esta pesquisa. Também será necessária a

leitura de livros e artigos teóricos que versem sobre a produção literária goiana e sobre a presença da violência no sertão goiano.

Numa terceira etapa, realizaremos a releitura das obras literárias, alicerçando-nos em algumas categorias de análise. Para isso, será necessário reaproximarmos do campo teórico da teoria literária, especialmente do conjunto das reflexões em torno da narrativa e suas particularidades (BARTHES, 2011).

A etapa de conclusão da pesquisa tem como princípio metodológico a articulação entre as leituras teóricas e a análise dos romances (IGNÁCIO, 2010).

De acordo com Odalia (1983, p. 13), “viver em sociedade foi sempre um viver violento”, uma vez que a violência esteve presente durante toda a história humana, desde os primeiros ancestrais humanos até a sociedade como é agora, caracterizando-se, assim, como uma espécie de elo que liga lugares e épocas distintas. Vale lembrar que, além da sua presença na história da sociedade, a violência também pode ser vista como um ato democrático, inclusivo, atingindo, de uma forma ou de outra, todas as pessoas, de todas as classes sociais, das periferias aos bairros nobres.

A partir das análises já feitas, com objetos de estudos e temas focados apenas na representação da violência na literatura goiana, já pudemos notar que a violência presente na literatura que narra momentos históricos marcantes da história do estado de Goiás tem esse caráter democrático. Em *Herança de sangue* (2012), a violência atinge tanto coronéis, quanto jagunços, homens, mulheres e crianças. Entretanto, a comoção gerada pela morte/ pelo assassinato de alguém importante na sociedade é muito maior que a comoção gerada pela morte de qualquer outro indivíduo desprovido de *status* social. Em *O tronco* (1987), acontece o mesmo, pois a violência nessa obra atinge todas as esferas sociais da população da vila atacada.

Diferentes configurações desse ato foram sendo acrescentadas com passar do tempo, na medida em que as relações humano-sociais iam se tornando cada vez mais complexas. Nesse sentido, o que não passava de puro mecanismo de defesa na pré-história, e que pode até ser considerado um dos fatores que contribuiu para a sobrevivência humana, tornou-se algo multifacetado, cheio de sutilezas, as quais ajudam a caracterizar – ou não – um ato como sendo violento. Assim, uma vez que a complexidade da violência é levada em conta, percebemos que sua identificação pode não ser algo tão simples, pois “razões, costumes, tradições, leis explícitas ou implícitas [...] dificultam compreender de imediato seu caráter” (ODALIA, 1983, p. 23).

Na maioria das obras cujo tema principal é o retrato de parte da realidade do estado de Goiás, a violência é descaracterizada como tal, já que muitos atos violentos perpetrados pelos indivíduos são justificados de acordo com a vivência da sociedade. Em alguns casos, a própria justificativa da violência por causa da manutenção da honra é um dos motivos para que a violência seja vista, no sertão goiano, como algo natural.

Por parecer algo intrínseco à sociedade, que se manifesta de diferentes modos em lugares e épocas distintas com pessoas de contextos sociais diversos, a violência também está presente da literatura. Jaime Ginzburg em seu livro *Literatura, violência e melancolia* de 2012 faz uma relação da ocorrência da violência em textos literários, desde os textos escritos nos primórdios da literatura, passando pelas tragédias de Shakespeare até chegar na literatura contemporânea.

Para Ginzburg (2012) a violência na literatura não deve ser vista como algo constante e homogêneo, pois as figurações da violência representadas nas obras literárias não são parecidas, já que o contexto que leva cada personagem em cada obra a lançar mão de atos violentos não é o mesmo. Dessa forma, a análise da violência na literatura não deve assumir um princípio generalizante.

No caso da literatura goiana, encontramos, por exemplo, figurações da violência na prosa regionalista de Bernardo Élis e na prosa contemporânea de Ivan Sant'anna. Ambos os autores citados escreveram romances históricos, cujas personagens representam as classes sociais existentes em determinados recortes de tempo. Diferentes são as motivações que levam cada personagem nesses romances a lançar mão de um ato violento em algum momento de sua vida. Sejam os coronéis ou a força policial, expressões mais contundentes da violência em Goiás (OLIVEIRA, 2012), ou até mesmo os jagunços que trabalhavam para os coronéis; ninguém está livre das amarras da violência.

No entanto, percebe-se um ponto em que todos se aproximam: a necessidade de manter-se corajoso, honrado e respeitado. Se por um lado, os coronéis, jagunços e outros sujeitos participantes da vida social no sertão tinham a necessidade de adquirir o *status* de honrado, por outro, a infâmia e a desonra eram adjetivos que os sertanejos abominavam. Conforme entendimento de Jeha (2008, p. 107),

a infâmia resulta de um ato cometido contra o que se define como o bem. Essa má reputação, duradoura, conhecida e entranhada, fruto de uma ação criminoso, chocante ou brutal, pode ser merecida ou atribuída, ocasionando em ambos os casos

o mais alto grau de desonra, punida com a repulsa do grupo e a subsequente exclusão do convívio social.

É exatamente por causa dessa definição que entendemos, em partes, os motivos que faziam com que jagunços, coronéis e polícia tentassem de todas as formas manterem-se honrados, longe de serem infames. Se por um lado, a honra fazia com que fossem respeitados, por outro a desonra, a infâmia, os tornava repulsivos e excluídos do convívio social.

Klein (2010, p. 193) assevera que “a infâmia é sempre pública e depende da opinião de muitas pessoas, que se encontram em um mesmo julgamento de ordem moral: o infame os escandaliza, fere as bases da conduta corrente e, por isso, deve ser sinalizado, separado e punido. O infame está sempre alhures”. Nesse sentido, temos o caráter social da infâmia, que só é legitimada a partir de um grupo de pessoas, a partir do ferimento das bases da conduta dessas pessoas.

Considerações finais

Esta pesquisa ainda está em fase inicial de desenvolvimento, portanto, o que apresentaremos aqui, nesta seção, não são conclusões nem considerações parciais a respeito do andamento da pesquisa, mas sim algumas hipóteses com as quais trabalhamos no projeto. Inicialmente, percebe-se que os conceitos de honra e de infâmia recebem definições distintas dependendo da época e do contexto em que estão inseridos. Por exemplo, no final do século XIX e quase todo o século XX, para um homem ser honrado ele deveria, quase sempre, lançar mão da violência e mostrar que a honra dele era lavada com sangue.

Muitas obras literárias brasileiras, ambientadas em diferentes localidades do país, apresentam trechos que confirmam a afirmação acima, como: *O tronco*, de Bernardo Élis, em que um coronel goiano ataca uma vila inteira para vingar-se do assassinato de seu pai e para reestabelecer a honra perdida quando teve que fugir da invasão da sua fazenda por oficiais da polícia; ainda em Goiás tem-se *Herança de sangue*, de Ivan Sant’anna, em que muitos dos acontecimentos narrados são pautados pela questão da manutenção da honra e pela vingança; ambientados em outras regiões do país podemos citar *Os sertões*, de Euclides da Cunha, *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, e até mesmo *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo.

Além disso, os dois conceitos que serão tratados neste trabalho muitas vezes se misturam, tornando a análise ainda mais difícil. Em alguns casos, a classificação de certas cenas violentas como algo honrado ou como algo infame pode ser difícil, dependendo também de como elas ocorrem e de qual é o contexto em que ela acontece.

Assim, trabalhamos com a seguinte hipótese: os próprios conceitos de honra e de infâmia são ambíguos, portanto, a ambiguidade presente nas obras literárias talvez seja um reflexo da ambiguidade existente na realidade. Dessa forma, provavelmente, as figurações da violência na literatura goiana talvez adquiram um caráter tênue em relação a suas classificações como ato infame ou honroso e essa caracterização depende das noções adotadas pelo indivíduo e pela sociedade na qual eles estão inseridos.

Referências

ALENCAR, Maria Amélia Garcia. A identidade sertaneja na literatura regionalista: Euclides, Hugo de Carvalho Ramos e Guimarães Rosa. **Revista de História Regional**, v. 17, n. 1, p. 89-111, 2012.

BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BORGES, Jorge Luis. **Obras completas de Jorge Luis Borges**. v. 1. São Paulo: Globo, 1999.

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e personagem. In: CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 9-50.

ÉLIS, Bernardo. O tronco. In: **Obra reunida**. v 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 2004.

GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas, SP: Autores associados, 2012.

IGNÁCIO, Ewerton de Freitas. **Do campo abandonado para a cidade suportada: campo e cidade na literatura brasileira**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

JEHA, Júlio. Borges e a infâmia de todos nós. **Aletria**: revista de estudos de literatura, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 105-109, jan./jun. 2008.

KLEIN, Kelvin Falcão. Histórias da infâmia: de Borges a Foucault. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 15, n. 1, 2010.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. **Chacinas, combates e massacres: medo e violência em Goiás.** Goiânia: PUC-GO; Kelps, 2012.

RIBEIRO, Raphael Martins; IGNÁCIO, Ewerton de Freitas. Herança de sangue de Ivan Sant'anna: um faroeste brasileiro. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 25, n. 4, p. 551-560, out./dez. 2015.

SANT'ANNA, Ivan. **Herança de sangue: um faroeste brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TEIXEIRA, Átila Silva Arruda. **Do projeto ao romance: uma análise de O tronco de Bernardo Élis.** Dissertação de mestrado. Goiânia, 2010.

_____. Sertão e modernidade em Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Élis. **XIV Congresso Internacional Abralic**, Belém, p. 1-12, 2015.

VICENTINI, Albertina. **A narrativa de Hugo de Carvalho Ramos: procedimentos de construção em Tropas e boiadas.** São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. **O regionalismo de Hugo de Carvalho Ramos.** Goiânia: Editora UFG, 1997.

_____. Romance histórico, realismo e lisibilidade n'O tronco, de Bernardo Élis. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 127-135, jul./dez. 2010.

A influência de G. K. Chesterton nas obras de J. R. R. Tolkien

Carlos Alberto O. Neiva Júnior⁵⁸

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo encontrar um maior esclarecimento das ideias do escritor J. R. R. Tolkien, aclamado pela sua obra *O Senhor dos Anéis*. Assim sendo, o trabalho se debruça sobre as influências das ideias do pensador G. K. Chesterton sobre o autor e apontando como suas ideias amplamente difundidas na Inglaterra foram assimiladas na obra literária de Tolkien, em especial, as ideias que toca a compreensão de fantasia e seu papel na formação do homem. O paralelo principal será feito a partir do célebre capítulo de *Ortodoxia* (obra prima de Chesterton) intitulado “Ética da Terra dos Elfos”. Assim, almeja-se uma melhor compreensão do universo fantástico criado por Tolkien e o que o filólogo pleiteava ao escrever *O Senhor dos Anéis*, além de reforçar o argumento de que Filosofia e Literatura tocam-se mutuamente.

Palavras-chave: Chesterton, Tolkien, influências, elfos.

Introdução

É possível notar, após um estudo atento, a influência do filósofo G. K. Chesterton sobre o autor de *O Senhor dos Anéis*, J. R. R. Tolkien. Chesterton foi um escritor muito popular na época em que Tolkien era estudante em Oxford, e a conversão do jornalista ao catolicismo, após publicar *Ortodoxia* (1908), com certeza faria com que o católico devoto que era Tolkien o admirasse. Tolkien não apenas faz menções diretas a Chesterton, como em seu ensaio “Sobre contos de fadas”, como nota-se as ideias de GKC em seus escritos.

Desenvolvimento

Gilbert Keith Chesterton tem como obra mais célebre *Ortodoxia* (1908), tida como sua autobiografia espiritual (GUROIAN, 1998), é uma exposição não sistemática⁵⁹ daquilo que Chesterton tinha buscado como resposta aos disparates das escolas de pensamentos de sua época. O que foi uma surpresa para o filósofo, e assim foi demonstrado na obra, é que tudo aquilo que ele buscou definir como sua filosofia já havia sendo pregado pelo catolicismo há anos, fato esse que justifica o título: “Tentei encontrar uma heresia para mim e, quando já lhe

⁵⁸ Licenciado em Letras pela Universidade Estadual de Goiás e graduando em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis. caneiva@live.com

⁵⁹ Apesar de ser considerada uma obra apologética de defesa da fé, *Ortodoxia* deve ser classificada como uma obra filosófica. “[Ortodoxia] é realmente sobre filosofia. Não é um livro sobre filosofia sistemática, mas é sobre filosofia.” (PAINE, 2008, p. 105).

tinha dado os últimos retoques, descobri que se tratava da ortodoxia.” (CHESTERTON, 2001, p. 27)⁶⁰. Chesterton como elemento fundamental na discussão da discussão filosófica das virtudes com uma obra literária do tipo fantástica é o terceiro capítulo de *Ortodoxia*, que está intitulado como “A Ética da Terra dos Elfos”.

O título do capítulo é sem dúvidas intrigante, mas um fator importante a se considerar quando o assunto é Chesterton, é que sua filosofia está pautada no *common sense*⁶¹, ou seja, aquilo que pode ser, e de fato é, visto por todos os homens, sobretudo os mais humildes. “Chesterton era o porta voz do homem comum e de seu universo comum.” (Ibid, p. 13). Pois, para Chesterton “os homens que encontram elfos ou anjos não são místicos ou os mórbidos sonhadores, mas pescadores, agricultores, homens, enfim, que, de maneira geral, são, ao mesmo tempo, rudes e prudentes” (CHESTERTON, 2001, p. 195). Por *common sense*, deve-se entender, portanto, a noção das coisas construída a partir da simples observação, comum a todos os homens, da realidade. “Chesterton iniciou sua busca pelo senso comum ao observar que a base dele estava na aceitação fundamental que esclarece tudo o mais” (PAINE, 2008, p. 164).

E se o *common sense* é a base para conceber de forma adequada a realidade, é nessa fonte que se deve buscar a sabedoria. O homem comum tem observado a realidade e feito constatações, e essas constatações têm sido mantidas pela tradição. A forma do jornalista londrino conceber a tradição é muito requintada. Sabendo que a democracia é algo muito bem quisto e defendido no ocidente, Chesterton diz que todos têm direito ao voto, mas todos mesmo, até os que já morreram. Pois a tradição é concebida como um direito dos antepassados ainda opinarem na sociedade. “A tradição pode ser definida como uma extensão do direito de voto, pois significa, apenas, que concedemos o voto às mais obscuras de todas as classes, ou seja, a dos nossos antepassados. É a democracia dos mortos. A tradição se recusa a submeter-se à pequena e arrogante oligarquia daqueles que parecem estar por aí meramente de passagem.” (CHESTERTON, 2001, p. 69).

Apesar de aparentemente mórbido, esse pensamento poético e sensato de Chesterton está baseado no fato de que o autor acredita que uma recusa do passado possa destruir as

⁶⁰ “Ortodoxia” é uma palavra grega que significa “reto caminho”, e é utilizada para referir-se ao ramo cristão que permaneceu-se firme contra as grandes heresias da antiguidade, a Igreja Católica Apostólica Romana e mais algumas igrejas orientais.

⁶¹ Optou-se por utilizar *common sense* em inglês, pois a palavra “senso comum” em português tem outra conotação, geralmente relacionado a algo errôneo por parte da massa popular. Uma possível tradução seria “bom senso”, mas mesmo assim não abarca todo o contexto que o termo original, visto que a perda da palavra “common” (comum) remove o caráter natural e universal do termo.

bases de uma civilização construída em milênios (com erros ou acertos, mas sempre com aprendizados). E é com esse aprendizado dos antepassados que foram cunhados os contos de fadas, cheios de lógica e sensatez, e que a tradição guardou e repassou até os dias de hoje (através das mães, avós e babás).

Para Chesterton, os contos de fadas estão repletos de sabedoria e verdades filosóficas extremamente racionais. E a tese central do ensino ético através da terra do elfos encontra-se no seguinte trecho:

O que me interessa agora é aquela ética e filosofia que nasceu dos velhos contos de fadas. Se me propusesse a descrevê-la, pormenorizadamente, poderia apontar os muitos nobres princípios contidos em tais contos. Temos a lição de cavalheirismo que nos é dada por *Jack, o Matador de Gigantes*: os gigantes devem ser mortos porque são gigantes. É uma revolta humana contra o orgulho considerado como tal. [...] Temos a lição da *Cinderela*, que é a mesma do *Magnificat*: *exaltavit humiles*. Há a grande lição contida em *A Bela e a Fera*: uma coisa deve ser amada antes que seja digna de amor. Há a terrível alegoria de *A Bela Adormecida*, que nos mostra como uma criatura foi presenteada com todas as dádivas ao nascer, apesar de amaldiçoada com a morte, e como a morte também pode, talvez, ser suavizada pelo sono. (Ibid, p. 71-72).

O que Chesterton faz é estabelecer novamente entre o mundo dos homens e dos elfos uma ponte, tal como a mágica *Bifrost*⁶². Chesterton eleva a dignidade dessas histórias que pareciam mera tolice infantil e demonstra como estão recheadas de verdades filosóficas, sobretudo questões éticas. “*Musing on the wisdom and ethics of the fairy tale, G. K. Chesterton observes that the genre sparks a special way of seeing that is indispensable to morality.*” (GUROIAN, 1998, p. 18)⁶³. Sendo assim indispensável, faz-se necessário reaproximar a filosofia da literatura, pois esta “*invites us to draw analogies between its imaginary world and the world in which we live.*” (Ibid, p. 23)⁶⁴. Afinal, para Chesterton, a fantasia confere a oportunidade de enxergar a realidade com o devido deslumbramento e respeito que lhe é devida, por exemplo, para Chesterton, o homem não precisava refletir sobre a ecologia, pois tinha esse respeito ao meio ambiente aprendido via fantasia: “As velhas babás não falam às crianças a respeito da grama, mas lhe falam das fadas que dançam sobre ela. E os velhos gregos não podiam ver as árvores por causa das ninfas dos bosques.” (p. 71).

⁶² *Bifrost* era, na mitologia nórdica, a ponte mágica do arco-íris que dava acesso a *Asgard*, o mundo dos deuses, composta de palácios de ouro e prata. Ao mundo dos homens dava-se o nome de *Midgard*, sendo ao todo nove mundos, cada qual com seu habitante. *Alfheim* era o mundo dos elfos. (BULFINCH, 2006).

⁶³ Meditando sobre a sabedoria e ética do conto de fadas, G. K. Chesterton observa que o gênero desencadeia uma maneira especial de ver que é indispensável à moralidade. (Tradução livre).

⁶⁴ [...] nos convida a fazer analogias entre o mundo imaginário e o mundo em que vivemos. (Tradução livre).

Tolkien não só era um admirador de G. K. Chesterton, ele compartilhava de suas ideias. É possível notar em seus escritos uma similaridade tal que Ives Gandra Martins Filho (2017, p. 86) chama de: “tese tolkien-chestertoniana da restauração da alma pela literatura fantástica”. Tolkien afirmava a exaltação do mundo real por meio do mundo fictício. Esse pensamento está ligado à terra dos elfos de Chesterton. “Para Chesterton, *este mundo é o lugar extraordinário, e os verdadeiros contos de fadas, longe de nos afastar do mundo real, ajudam-nos a compreender a ‘realidade concreta imediata’ como sendo ela mesma a terra natal das maravilhas.*” (Ibid, p. 136, grifos do autor). E é por isso que Chesterton afirmava:

Pode-se escrever uma história de um herói entre dragões, mas não uma história de um dragão entre dragões. O conto de fadas aborda o que um homem *são* fará em um mundo louco: o romance realista, com toda sua sobriedade, mostra-nos o que um indivíduo essencialmente lunático fará em um mundo estúpido. (CHESTERTON, 2001, p. 32).

Em uma forma literária, mas com a mesma lógica, apenas trocando dragões por elfos, Tolkien fala que o homem é o centro dos contos de fada:

A maioria dos bons “contos de fadas” trata das *aventuras* dos homens no Reino Perigoso ou nos seus sombrios confins. É natural, pois, se os elfos são de verdade, e de fato existem independentemente de nossas histórias sobre eles, então também isto é verdade: os elfos não se interessam primordialmente por nós, nem nós por eles. Nossos destinos são distintos, e nossas trilhas raramente se encontram. Mesmo nas fronteiras do Reino Encantado só os encontramos em algum cruzamento fortuito de caminhos. (TOLKIEN, 2013, p. 10, grifos do autor).

Um discurso parecido está presente em *O Senhor dos Anéis*, Tolkien o põe na boca de um elfo, Gildor Inglorion, quando este encontra o protagonista, Frodo Bolseiro, e seus amigos: “Os elfos têm suas próprias dores e seus próprios labores, e não se preocupam muito com os assuntos dos hobbits, ou de qualquer outra criatura sobre a terra. Nossos caminhos se cruzam raramente, por acaso ou de propósito.” (TOLKIEN, 2009a, p. 87).

Tal é a noção de Tolkien da realidade e do *common sense*, que levou-o a ver nos contos de fada um resgate da estupefação diante da realidade que se tinha perdido e se devia recuperar. “Precisamos encontrar o centauro e o dragão, e talvez depois contemplar de repente, como os antigos pastores, os carneiros, os cães, os cavalos – e os lobos. Os contos de fadas nos ajudam a realizar essa recuperação. Nesse sentido só o gosto por eles pode nos tornar, ou manter, infantis.” (Id, 2013, p. 55). Note-se que Tolkien quer a mesma estupefação pueril que Chesterton: “As escolas e sábios mais insondáveis nunca alcançaram a gravidade

que existe nos olhos de um bebê de três meses de idade. É a gravidade do espanto perante o universo, e o espanto perante o universo não é misticismo, mas um transcendente bom senso.” (CHESTERTON, 2015, p. 91). Por isso, Tolkien achava que os contos de fada deviam ser lidos não só por crianças: “[...] na minha opinião os contos de fadas não deveriam ser *especialmente* associados às crianças. Eles são associados a elas naturalmente, porque crianças são humanas e os contos de fadas são um gosto humano natural (porém não necessariamente universal)” (TOLKIEN, 2013, p. 41).

Se Chesterton tinha na babá a grave sacerdotisa da democracia e da tradição, Tolkien via nessas histórias contadas pelas mães, babás e avós, de igual forma, uma sabedoria real deste mundo transformada em mito ou lenda. E ele fez questão de expressar isso por meio de uma personagem: “Então não preciso dizer mais nada – disse Celeborn. – Mas não despreze a tradição que vem dos anos longínquos; talvez as velhas avós guardam na memória relatos sobre coisas que alguma vez foram úteis para o conhecimento dos sábios.” (TOLKIEN, 2009a, p. 398). É a mesma filosofia do bom senso tirada das histórias do povo simples, atento (com admiração) ao mundo real.

Ainda afirma o Prof. Tolkien (2013, p. 9-10): “O Reino Encantado contém muitas coisas além de elfos e das fadas, e além de anões, bruxas, trolls, gigantes ou dragões; contém oceanos, o sol, a lua, o firmamento e a terra, e todas as coisas que há nela: árvore e pássaro, água e pedra, vinho e pão, e nós mesmos, seres humanos mortais, quando estamos encantados”. E ainda no que tange a valorização da realidade, o autor coloca:

A Fantasia é feita do Mundo Primário, mas um bom artífice ama seu material e tem um conhecimento e uma sensibilidade da argila, da pedra e da madeira que só a arte de fazer pode proporcionar. Ao forjar Gram o ferro frio foi revelado; ao fazer Pégaso os cavalos foram enobrecidos; nas Árvores do Sol e da Lua, raiz e tronco, flor e fruto manifestam-se em glória. (Id, 2013, p. 57).

Escreveu isto em um ensaio na mesma época em que escreveu sua obra de ficção. “Também foram escritas na mesma época em que *O Senhor dos Anéis* começava a se desenvolver” (Id, 2013, p. VII). Se torna possível afirmar que as mesmas ideias estão contidas na ficção: “Um homem pode fazer as duas coisas – disse Aragorn. – Pois não seremos nós, mas os que vierem depois, que farão as lendas de nossa época. A terra é verde, você diz? Este é um grande assunto para as lendas, embora você pise nela sob a luz do dia.” (Id, 2009b, p. 28).

Portanto, se há uma terra dos elfos com muitas verdades a ensinar, e essa terra é aqui, Tolkien coloca não só os elfos para povoá-la, mas anões, dragões, orcs, ents e hobbits, e demonstra que ela não é outro mundo, mas aqui: Terra-Média é a tradução moderna de *Midgard*, a terra dos homens da mitologia nórdica da qual Tolkien apoiou-se (vale ressaltar que Tolkien era filólogo especializado em línguas antigas). Note bem: não é *Asgard*, nem *Alfheim* ou *Svartalfheim* (mundo dos anões, também chamado *Nidavelir*), é *Midgard*: a terra média, o mundo dos homens. (BULFINCH, 2006).

Portanto, tal como Chesterton queria salvar a razão da loucura das filosofias modernas através da poesia e do *common sense*, assim o quer Tolkien. “Chesterton afirma ter sido a *razão* que o destruiu; e que apenas a poesia pode recuperá-lo.” (PAINE, 2008, p. 111, grifos do autor). Por isso Tolkien afirma:

A Fantasia é uma atividade humana natural. Certamente ela não destrói a Razão, muito menos a insulta; e não abrandando o apetite pela verdade científica nem obscurece a percepção dela. Ao contrário. Quanto mais astuta e clara a razão, melhor a fantasia se produzirá. Se os homens estivessem num estado em que não pudessem perceber a verdade (fatos ou evidências), então a Fantasia definharia até que eles se curassem. Se chegarem a atingir esse estado (não parece totalmente possível), a Fantasia perecerá e se transformará e Ilusão Mórbida. (TOLKIEN, 2013, p. 53).

O que o filólogo tem – e isso ele aprendeu do jornalista – é aquela fórmula mágica que transforma a realidade banal em encantadora, sem sequer alterá-la, ou seja, encanta o próprio conjurador do feitiço:

E existe (especialmente para os humildes) *Mooreeffoc*, ou Fantasia chestertoniana. *Mooreeffoc* é uma palavra fantástica, mas podia-se vê-la escrita em todas as cidades deste país. É a palavra *Coffe-room*, vista de dentro através de uma porta de vidro, como Dickens a viu num escuro dia londrino; foi empregada por Chesterton para denotar a estranheza das coisas que se tornaram triviais, quando de repente são vistas por um novo ângulo. (Id, 2013, p. 56, grifos do autor).

Portanto, o que Tolkien propõe é ver o mundo ao encantamento “*Mooreeffoc*”, para entender que ele é verdadeiro, bom e belo. “Não digo ‘ver as coisas como elas são’, pois assim me envolveria com os filósofos, mas posso arriscar-me a dizer ‘ver as coisas como devemos (ou deveríamos) vê-las’ – como coisas separadas de nós.” (Ibid, p. 56). Por isso, *O Senhor dos Anéis* é uma obra que possui ensinamentos sobre a Amizade e sobre o bem e o mal, pois este é o mesmo tanto para os homens, quanto para os elfos e anões: “O bem e o mal não mudaram desde o ano passado; nem são uma coisa para os elfos e anões e outra para os

homens. É papel de um homem discerni-los, tanto na Floresta Dourada como em sua própria casa.” (Id, 2009b, p. 31).

O que há de mais fantástico na obra de Tolkien é aquilo que é exatamente mais humano: a bravura, a Amizade, a fidelidade, a humildade e a alegria. O próprio autor tinha afirmado: “Pois é o ser humano que é sobrenatural (e muitas vezes de estatura diminuta) em comparação com as fadas, ao passo que elas são naturais, muito mais naturais que ele.” (Id, 2013, p. 5), mais um fato que demonstra a influência de G K. Chesterton (2001, p. 68): “As coisas ordinárias têm mais valor do que as extraordinárias; podemos dizer, até, que são mais extraordinárias que as extraordinárias”.

Considerações finais

O presente trabalho teve por objetivo principal demonstrar a influência das ideias filosóficas de G. K. Chesterton nas obras do autor de J. R. R. Tolkien. Assim sendo, obteve-se uma prova prática da tese de que Literatura e Filosofia traçam um estreito diálogo e juntas podem cooperar na busca para a uma melhor compreensão do homem e dos seus desejos e receios.

E por que entrelaçar a arte poética com a busca pela razão? Ora, a Literatura pode trazer uma vivência que não é possível ao discurso lógico e dialético. Quando se deixa permear pela poesia, marca necessária em toda boa Literatura, seja em poema ou prosa, passa-se a ver o mundo com olhos de admiração. Essa admiração, pensava G. K. Chesterton, é necessária para poder falar das coisas e suas últimas causas com o devido cuidado que lhes são devidas, pois são únicas, verdadeiras e boas, são distintas do observador. Tanto o filósofo quanto o poeta se ocupam da mesma coisa, do *mirandum*, ou como diria Chesterton, do *wondering*. E a célebre obra de Tolkien está cheia dessa admiração.

Referências

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia*: histórias dos deuses e heróis. 34. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CHESTERTON, Gilbert Keith. *O Defensor; Tipos Variados*. São Paulo: Ecclesiae, 2015.

_____. *Ortodoxia*. São Paulo: LTR, 2001.

_____. *Tremendas Trivialidades*. São Paulo: Ecclesiae, 2012.

GUROIAN, Vigen. *Tending the Heart of Virtue*: how classic stories awaken a child's moral imagination. Oxford: University Press, 1998.

MARTINS-FILHO, Ives Gandra. *Ética e Ficção*: de Aristóteles a Tolkien. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017.

PAINE, Scott Randall. *Chesterton e o Universo*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

TOLKIEN, John Ronald Reuel. *Árvore e Folha*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. *O senhor dos anéis*: a sociedade do anel. São Paulo: Martins Fontes, 2009a.

_____. *O senhor dos anéis*: as duas torres. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009b.

A presença do preconceito linguístico no Facebook: análises iniciais

Yasmin Teles dos Santos⁶⁵
Elisabete Tomomi Kowata⁶⁶

“Nós somos a língua que falamos”.
(BAGNO, 2003, p. 17).

Resumo: A língua é um objeto de luta dos indivíduos, e quando se fere a forma de falar de alguém, fere também sua identidade. Dessa forma, o preconceito linguístico é um julgamento depreciativo da forma de falar dos indivíduos, portanto, é necessário combater e estudar essa prática. A partir dessa problemática, o presente artigo tem como objetivo analisar o preconceito linguístico presente na rede social facebook, visando elencar pontos que ajudem a combatê-lo, principalmente nas escolas de ensino fundamental apresentando novas práticas de ensino da língua portuguesa. A abordagem é qualitativa, por meio de pesquisa empírica, analisando as relações entre os atores e sua função na constituição da sociedade. Esperamos ao fim dessa pesquisa, levantar questões importantes para a abordagem de novas práticas pedagógicas que auxiliem os professores no combate ao preconceito linguístico.

Palavras-chave: preconceito linguístico, Facebook, rede social, práticas pedagógicas, língua.

Introdução

Hodiernamente, os movimentos de luta contra as variadas formas de preconceito tem ganhado repercussão na sociedade. No entanto, esse combate tão necessário não tem atingido o preconceito linguístico (PL), que é propagado diariamente pelas mídias. (BAGNO, 1999). De acordo com Saussure (1969), o preconceito linguístico está presente na constituição da relação entre sujeito e língua, o que remete a frase citada no início, no qual o sujeito se constitui na língua. Uma vez que falamos de língua, falamos também do sujeito, pois a língua é a parte constitutiva da identidade individual e social de cada ser humano. A língua não é uma abstração, ela é tão concreta quanto os seres humanos de carne e osso que se servem dela e dos quais ela é integrante (BAGNO, 2003).

Conforme o exposto, a língua é social e está em constante mudança. Dessa forma, o preconceito linguístico é também um preconceito social, pois quando acusamos um falante

⁶⁵ Graduanda do Curso de Letras, Bolsista de Iniciação Científica Voluntária (VIC/UEG), Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, Goiás. E-mail: santos.yasmin18@outlook.com.

⁶⁶ Docente do Curso de Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis e Sistemas de Informação da Universidade Estadual de Goiás, Ma. em Ciência da Computação – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, Goiás. E-mail: betinha@ueg.br.

nativo de não falar “corretamente” a sua própria língua, nós atingimos também a identidade daquela pessoa e da sua comunidade linguística. Outrossim, Azambuja (2017), define o preconceito linguístico como uma forma de censura do falar. Bagno (2013), argumenta que o caráter social do PL está ligado à noção do “erro” na língua. Assim como o PL está presente fisicamente na vida das pessoas, nas redes sociais ele também aparece, porém, de forma potencializada.

A linguagem utilizada no facebook é a que chamamos de *internetês*, que é caracterizada por Komesu (2010) como forma grafolinguística que se difundiu em textos como *chats*, *blogs* e demais redes sociais. Esta prática de escrita é caracterizada pelo registro divergente da norma culta padrão, e por isso acaba causando intrigas virtuais contra essa norma linguística existente no Facebook, o que leva ao preconceito linguístico.

Dessa forma, a problemática geradora desta pesquisa, gira em torno da naturalização do discurso preconceituoso presente na escola, principalmente no ensino de língua portuguesa, o que gerou a seguinte questão de pesquisa: “Como desenvolver novas práticas de ensino da língua portuguesa nas escolas por meio da análise do preconceito linguístico encontrados no Facebook”? Como questões norteadoras temos: (1) Como é o perfil dos praticantes do preconceito linguístico no Facebook?; (2) Como são as práticas de ensino de língua portuguesa nas escolas? (3) Quais tipos de comentários são recorrentes aos praticantes de preconceito linguístico no Facebook?

Consoante a essa problematização da naturalização do preconceito linguístico, esta pesquisa tem como objetivo desenvolver novas práticas de ensino da língua portuguesa por meio da análise do preconceito linguístico presente na rede social facebook, visando elencar pontos que ajudem a combatê-lo, principalmente nas escolas de ensino fundamental. A abordagem é qualitativa, por meio de pesquisa empírica, analisando as relações entre os atores e sua função na constituição da sociedade.

O referencial teórico que destacamos nesta pesquisa são: Bagno (1999, 2003, 2004, 2007, 2011), Zuidema (2005), Faraco (2008), Komesu (2010), Radtke (2017), Azambuja (2017) e Borelli (2018).

E por fim, transformar os resultados dessa análise em formas pedagógicas para a melhoria no ensino da língua portuguesa nas escolas, buscando conscientizar professores e alunos das consequências do preconceito linguístico.

Referencial Teórico

Pensar em uma língua uniforme, é um mito que tem trazido consequências desastrosas. A língua mesmo em condição de sistema, continua fazendo-se, constituindo-se. (ANTUNES, 1937).

O Preconceito linguístico é um julgamento de fundo depreciativo com base em diferenças linguísticas. (RADTKE, 2017). Por não ser um preconceito amplamente identificado pela população brasileira como um problema essencialmente social, torna-se muito difícil combatê-lo. (POSSENTI, 2012).

O preconceito linguístico em nossa sociedade é algo institucionalizado e naturalizado. Isso porque as instituições de poder, mídia e a escola, principalmente, são agências centrais de legitimação da norma culta. Na escola, por exemplo, muitas vezes a língua é tratada como um conjunto de regras a serem seguidas, onde o uso da metalinguagem se torna excessivo e os alunos terminam por desgostar da matéria de língua portuguesa, acreditando que não sabem nada de português, pois não falam conforme a norma (RADTKE, 2017, p. 1).

A valorização da língua escrita vem de um status social no qual criou-se um padrão de língua “certa” desvalorizando o dialeto e as normas de outras variedades. Esse fenômeno é chamado de “a ficção da homogeneidade”, que é a crença ou pressuposição de que todos os membros de uma mesma comunidade linguística falam exatamente igual. (LYONS, 1981).

O que existe não é um preconceito linguístico, e sim um profundo e entranhado preconceito social. Devemos olhar a língua dentro de sua realidade histórica cultural e social, em que ela se encontra, isto é, que se encontram os seres humanos. (BAGNO, 2003, p. 17) e os mitos sobre o preconceito apresentadas por Zuidema:

As pessoas geralmente não se mostram realmente como elas são, com medo de serem repreendidas. Nós podemos falar sobre os problemas e preconceitos que a cor negra traz, mas não dizer diretamente que eles são negros. As informações erradas que os alunos carregam, podem ser divididas em três grandes categorias: Mitos sobre a língua, mito sobre os outros e mitos sobre as personalidades. (ZUIDEMA, 2005, p. 1, tradução nossa).

De acordo com Komesu (2010), a linguagem utilizada no facebook é o *internetês*, um tipo de linguagem que se difundiu em textos como *chats*, *blogs* e demais redes sociais, com intuito de facilitar a vida dos usuários. Essa prática de escrita pode ser caracterizada pela divergência da norma “cultura” padrão. E por isso acaba causando intrigas virtuais contra essa norma linguística existente no Facebook, o que leva ao preconceito linguístico. Nas imagens abaixo temos alguns vestígios encontrados na página “português da depressão”.

Figura 1 – Postagem da página



Fonte: Português da Depressão (2019).

Figura 2 – Postagem da página



Fonte: Português da Depressão (2019).

Nos recortes anteriores, temos um post da página, que é denominado pela rede como “pérola”. As pérolas são erros ortográficos considerados grotescos pelos usuários, por exemplo: Se uma pessoa escreve “pranta” ao invés de “planta” ela será motivo de chacota para os usuários e será categorizada como uma pérola da página. Em relação ao Facebook, Radtke (2017) argumenta que:

Com a tecnologia cada vez mais ao alcance das pessoas, é pertinente enfocar questões de ordem linguística na rede social Facebook, que conta com mais de 100 milhões de usuários. É oportuno, também, dar relevância a esta ferramenta que faz parte do cotidiano das diferentes camadas sociais existentes hoje, visto que o site se tornou um espaço onde os usuários estão construindo visões de mundo e formas de se relacionar que interferem em outros espaços para além do Facebook. (RADTKE, 2017, p. 12).

O preconceito linguístico encontrado nas redes sociais é reflexo do ensino de língua portuguesa nas escolas, na qual os alunos raramente tem acesso aos conceitos de língua e de suas variedades. Antunes (2010) explica que o ensino de língua no Brasil não tem ido além do ensino de gramática normativa, de forma que estudar uma língua tem equivalido a apenas estudar questões de sua gramática. Para que o ensino de língua portuguesa sirva como objeto de reflexão, é necessário trabalhar os aspectos gramaticais em conjunto com o texto, além de trazer ao aluno a sua própria norma linguística como objeto de reflexão. (FARACO, 2008).

O(A) professor(a) nos dias atuais, precisa estar por dentro dessas discussões, que envolve o sujeito enquanto aluno e também conhecedor das facilidades da internet, principalmente quando se trata da língua, em outros espaços e comunidades linguísticas que os alunos transitam. De acordo com Borelli (2018), existem imposições que excluem outras formas de conhecimentos, e o professor precisa estar atento, enquanto profissional e pessoa responsável pela mediação do conhecimento para o aluno, sem excluir ou desmerecer as variedades linguísticas dele. Esse pensamento é conceituado pela autora, como pensamento decolonial, que metaforicamente é remar contra maré das verdades postas na sociedade. E assim é o preconceito linguístico, ele está tão enraizado, e nós como futuros professores e professoras devemos agir, remar contra maré e combater o preconceito linguístico.

Metodologia

A abordagem é qualitativa, por meio de pesquisa empírica e referência bibliográfica, analisando as relações entre os atores e sua função na constituição da sociedade. Esperamos ao fim dessa pesquisa, levantar questões importantes para a abordagem de novas práticas pedagógicas que auxiliem os professores no combate ao preconceito linguístico. Para a realização desta pesquisa estamos analisando artigos e textos selecionados que trazem essa problemática. Entre os estudiosos estudados damos destaque a Bagno (1999, 2003, 2004, 2007, 2011), Zuidema (2005), Faraco (2008), Komesu (2010), Radtke (2017), Azambuja (2017) e Borelli (2018). As páginas que serão extraídas os dados no Facebook tem em comum o termo “português” e adjetivos pejorativos relacionados a ele, e serão utilizados como

instrumento de coleta de dados para analisar o preconceito linguístico. Para a coleta de dados no Facebook, estamos buscando ferramentas do big data, visando analisar os diversos dados gerados pelos participantes da rede e as suas supostas relações. Os sujeitos da pesquisa são praticantes do preconceito linguístico no Facebook, que curtem as páginas que estão sendo selecionadas.

Resultados e Discussões

A inexistência de uma lei, que declare o preconceito linguístico como um crime, ainda é um grande empecilho na luta contra esse tipo de preconceito. Ademais, o PL já está totalmente naturalizado pela sociedade, as mídias estão a todo o momento pregando um padrão “certo” de falar a língua. Essa condição do certo e do errado, segundo Bagno (1999), provém da confusão que as pessoas fazem sobre a gramática normativa e a língua. A língua é um instrumento social e político, e não apenas um sistema linguístico. A concepção tradicional de língua se reduz a “gramática” e a “norma culta”, lembrando que norma é o que é normal aos grupos de fala. No entanto, nessa concepção, o “culto” tem valor de superioridade, que certa classe utiliza para se manter superior a outras menos favorecidas. A norma reflete nesse sentido, a uma regra imposta para regulamentar.

Portanto, o preconceito linguístico não é algo apenas linguístico, mas também social. Todo discurso preconceituoso está ligado a um discurso social. Por não ser um preconceito amplamente identificado pela população brasileira como um problema essencialmente social, torna-se muito difícil combatê-lo. (POSSENTI, 2012). Principalmente no ambiente atual, em que pessoas estão cada vez mais ligadas aos sites de redes sociais, que são plataformas de comunicação em rede no qual os participantes possuem perfis de identificação que consistem em conteúdos produzidos pelo usuário e conteúdos fornecidos por outros usuários (RECUERO, 2018).

A Linguagem e a sociedade, conforme Cavalcanti e Catanduba (2014) estão ligadas entre si de modo inquestionável. A interação verbal, instaurada através da enunciação, constitui a realidade fundamental da língua. Os fenômenos linguísticos se realizam no contexto variável dos acontecimentos sociais e, sendo prática humana, revelam o uso particular que determinados grupos ou classes sociais fazem.

Considerações finais

Portanto, é plausível afirmar até aqui, que o preconceito linguístico está totalmente ligado à questão muito maior, que envolve não só a língua como identidade do sujeito, mas o seu valor social na sociedade. O preconceito linguístico como foi posto pelos teóricos, é algo que quase sempre vem de cima para baixo, ou seja, uma norma implantada pela classe mais favorecida, que exclui todas as outras formas de saber e de falar.

Nós como futuros professores de línguas, temos um grande papel ao mediar o conteúdo para os alunos. O ensino de uma língua não é empregar uma norma, e sim apresentar uma nova forma de ver para os alunos, a partir do ponto em que eles estão, ou seja, da “norma” que eles trazem de suas comunidades linguísticas. Essa discussão está totalmente voltada ao comportamento analisado no Facebook, uma vez que são pessoas detentoras de um determinado saber, que por um ensino equivocado, levam como verdade única.

Para combater o preconceito linguístico é necessário primeiro acabar com o seu círculo vicioso. Bagno (1999), conceitua esse círculo vicioso de forma irônica como “santíssima Trindade”, formado por três elementos: a gramática tradicional, o ensino tradicional e os livros didáticos.

Segundo o autor, esse círculo é consequência do emprego da gramática nas escolas, que alimentam as indústrias que buscam a gramática tradicional e pouco usada para auxiliar o conteúdo dos livros, e assim o círculo da língua é construído. Porém, o círculo não está completo, porque falta um dos menos vistos, os *comandos paragramaticais*, que são os meios de pesquisas da gramática desde livros, revistas, jornais entre outros, que deveriam ser usados para tirar dúvidas, mas que tem efeito contrário na sociedade, destruindo a autoestima dos falantes.

Dessa forma, é mister que se fale, e que se combata o preconceito linguístico, principalmente nas redes sociais, local onde as pessoas se “sentem” livres, para julgar e criticar. Nós esperamos ao final desta pesquisa, transformar as análises feitas, tanto no facebook, quanto nas leituras, formas de combate ao preconceito linguístico, tendo como produto final uma cartilha trazendo o que é o preconceito linguístico, e as consequências que ele pode causar, além de desenvolver práticas de ensino que auxiliem os professores no ensino da língua portuguesa.

Referências

- ANTUNES, Irandé, 1937. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ANTUNES, Irandé. *Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- AZAMBUJA, Elizete Beatriz. “*Hipercorreção*”: vestígio de resistência ao preconceito linguístico. São Leopoldo: oikos; Anápolis: Editora UEG, 2017.
- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BAGNO, Marcos, *Preconceito linguístico: o que é, e como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 1999. 183 p.
- BAGNO, M. *A norma oculta: Língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos et al (Org.). *Linguística da norma: humanística*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 351 p.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: Por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011
- BORELLI, J. D. V. P. *O estágio e o desafio decolonial: (des)construindo sentidos sobre a formação de professores/as de inglês*. 2018. 223f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
- CAVALCANTI, Marineuma de Oliveira Costa; CATANDUBA, Edilma de Lucena. *Língua e preconceito: quando o jeito de escrever nas redes sociais discrimina*. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/998.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo, SP: Parábola ditorial, 2008.
- LYONS, J. *Language and Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- PORTUGUÊS DA DEPRESSÃO. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/PortuguesDaDepressao/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 18 maio 2019.
- POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: mercado das letras, 1996.

RADTKE, Natália Giusti. “*Seje menas*”: um estudo sobre o preconceito linguístico no facebook. 2017. 95 f. Tese (Mestrado) - Curso de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras – Mestrado/doutorado Mestrado em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2017.

RECUERO, Raquel. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2018.

ZUIDEMA, Leah A. Myth education: Rationale and strategies for teaching against linguistic prejudice. *Journal of adolescent e adult literacy*, maio, 2005.

UNIDADE II

HISTÓRIA, POLÍTICA, AMBIENTE E ECONOMIA

Amália Hermano Teixeira em defesa dos Clubes Agrícolas de Goiás na década de 1930

Victória Marques Bento Corrêa⁶⁷
Maria de Fátima Oliveira⁶⁸

Resumo: Esta pesquisa analisa a atuação de Amália Hermano Teixeira em favor da implantação de clubes agrícolas em Goiás. Investiga as ideias e os objetivos da criação e funcionamento desses clubes em Goiás, procurando entender o que eram os clubes agrícolas e o contexto em que foram criados. O estudo busca ainda analisar a participação dessa personagem na fundação desses clubes, sua posição sobre essa prática educativa e o processo de importância dos Clubes Agrícolas na educação goiana. Por fim, compreender de que modo a História de Amália Hermano está ligada à História de Goiás, tendo sua imagem entrelaçadas a diversos campos.

Palavras-chave: Educação, Transformações, Clubes Agrícolas

Introdução

Este plano de trabalho faz parte do Projeto de pesquisa sobre a vida e obra de Amália Hermano Teixeira, sendo que sua singularidade está na abordagem que é sobre a atuação dessa personagem em prol do ensino rural e da criação de clubes agrícolas no estado, como o primeiro, denominado de Clube Agrícola Couto Magalhães.

A investigação torna-se importante devido ao pouco que se tem pesquisado sobre a temática em Goiás e por acreditarmos que pelo fato de Amália Hermano ter atuado na formação profissional desta natureza, é um campo que contribui para enriquecer aspectos da História Regional.

A análise se pauta na investigação sobre as ideias e objetivos da criação e funcionamento desses clubes em Goiás a partir da década de 1930, pois até então o estado encontrava-se muito defasado em questões de políticas educacionais, se comparado ao restante do país.

Apesar de haver certa preocupação com a educação rural desde o século XIX, o surgimento de clubes agrícolas no Brasil data da década de 1930, sendo que na década de 1940 é aprovada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola pelo Ministério da Educação, que

⁶⁷ Graduanda do Curso de História na Universidade Estadual de Goiás (UEG) E-mail: victoriabento2009@hotmail.com.

⁶⁸ Docente do Curso de História na Universidade Estadual de Goiás. Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) E-mail: proffatima@hotmail.com.

apresentava algumas diretrizes no sistema educacional voltadas para o meio rural, alavancando a difusão desses Clubes.

Objetivos

Os objetivos da pesquisa são: entender o que eram os Clubes Agrícolas e o contexto em que foram criados; destacar a contribuição de Amália Hermano Teixeira para a criação e manutenção do Clube Agrícola em Goiás; analisar sua participação no clube e sua posição sobre essa prática educativa; investigar a importância dos Clubes Agrícolas na educação goiana.

Referencial Teórico

A pesquisa se pauta nos estudos biográficos, não para o fim biográfico em si, isto é, a intenção não é fazer a biografia de Amália Hermano, mas com base em seus escritos e em outros documentos produzidos sobre ela, poder compreender melhor o contexto de um momento histórico, por meio de sua atuação em defesa da implantação dos clubes agrícolas em Goiás. De acordo com Schmidt (1997, p. 3): “Nos últimos anos, as biografias têm alcançado um grande sucesso editorial no Brasil, igualando até as vendagens dos manuais de autoajuda e dos livros escritos por magos, anjos e esotéricos em geral”. Desse modo, foi possível perceber que a história de vida de Amália Hermano Teixeira em muito se confunde com a História de Goiás, e conhecer parte da história dessa personagem, como sua atuação na fundação dos clubes agrícolas ajuda na compreensão de aspectos relevantes desse período histórico.

A análise teve como embasamento também a obra de Carlos Ginzburg (2004), em que o autor, em seu livro *O Queijo e os Vermes*, por meio da biografia de um moleiro, o camponês chamado Domenico Scandela, mais conhecido como Menocchio, toma-o como exemplo para analisar o contexto social do período da Reforma e Contrarreforma, buscando as singularidades do indivíduo, para fazer uma descrição rica e densa da realidade de um todo. No presente artigo foram utilizados para analisar como ocorre o processo de difusão dos novos métodos de ensino em Goiás, com a criação do primeiro Clube Agrícola da região, através dos estudos biográficos de sua principal defensora Amália Hermano Teixeira, podemos perceber como esse processo educacional acontece.

Metodologia

Em primeiro lugar, procedeu-se a revisão bibliográfica sobre o tema, ou seja, a leitura e catalogação de referências sobre o surgimento dos primeiros Clubes Agrícolas no país e particularmente sobre as políticas públicas para a educação na região durante a década de 1930 e os anos posteriores. Em decorrência das medidas educacionais implantadas, foi efetivado o sucesso desse modelo institucional em todos os estados brasileiros.

Em seguida, como proposto no plano de trabalho, seguiu-se às leituras teóricas sobre os estudos biográficos e sobre a educação em âmbito nacional, para embasamento da análise do objeto da pesquisa, possibilitando assim o conhecimento dos reflexos dessas transformações educacionais na sociedade goiana.

Análise dos artigos de sua autoria na Revista Oeste e na Revista Educação de Goiás, e de outros documentos que se encontram no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), referentes ao assunto, também está sendo feita para se ter uma visão mais completa sobre a sua luta pela implementação desse novo modelo de ensino que se espalhava em um ritmo impressionante de sul a norte.

Resultados e Discussões

Até o momento a pesquisa concentrou-se em leituras de artigos científicos que foram fixados e visita ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), onde foram fotografados todos os documentos essenciais para a realização da pesquisa. Após a visita foi realizada a leitura dos textos e análise dos documentos. Procedeu-se também à leitura do livro “O Curioso Caso da Escola Normal Oficial: A História de uma Injustiça”, de autoria de Amália Hermano.

Através das pesquisas e leituras que estão sendo realizadas, é perceptível a transformação que os Clubes Agrícolas enfrentaram durante toda a sua existência, sendo que em seus primórdios os interesses econômicos eram bem mais submissos aos desejos da criação de um sentimento de nacionalidade.

Porém, com a implementação das ações em prol da melhoria da vida no campo, a partir da década de 30, e com as influências estrangeiras sofridas e intensificadas a cada dia, devido a uma tentativa norte-americana de evitar a expansão das ideias comunistas a outros

países considerados de terceiro mundo - assim como o Brasil -, era preciso implementar as ideias capitalistas num lugar essencialmente rural.

Esses clubes chegaram no Brasil através de convênios entre o Ministério da Agricultura e os Estados Unidos e se dá no contexto da modernização do Estado na Era Vargas, principalmente no âmbito de preocupações e iniciativas de incremento da produção agrícola brasileira. Havia também, questões internacionais como a ideia de um mundo em crise, guerra eminente e a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, que afetou o Brasil na produção do café. Essa situação exigia organização para garantir a segurança alimentar. Coube então à questão rural, consolidar o Brasil, com o abastecimento interno (BARBOSA Apud PEREIRA, 2017, p. 43)

Embora a sociedade brasileira fosse majoritariamente rural, passava-se por um momento de transição em que sua população buscava migrar para os centros urbanos, a fim de ter melhores condições de ensino.

Buscando conter esse movimento e na tentativa de solucionar esse problema, os Clubes Agrícolas⁶⁹ foram implementados primeiramente na região Sul do país e depois espalhando-se por todo o território juntos com as escolas existentes, nos quais deveriam ser ensinadas questões relativas ao cultivo e manejo da terra, assim como hábitos de higiene e cuidados do lar para as meninas, como atividades do currículo escolar.

Além das aulas tradicionais, os sócios, como eram chamados os alunos que ali ingressavam, aprendiam também fora das salas de aulas a lidar com a terra, como se fosse uma brincadeira. Ademais, eram ensinadas técnicas de cultivo, plantação e colheita. As meninas aprendiam a lidar com o trabalho rural e doméstico simultaneamente.

As dificuldades eram incomensuráveis, iam além da implementação de uma infraestrutura, pois era necessário também mudar a visão dos pais dessas crianças que, por falta de conhecimento, não as aceitavam instantaneamente, cabendo esta missão às professoras, como nos aponta Nicolau (2015, p. 7): “A professora teria o papel de ensinar e auxiliar na educação prática, realizando inclusive, visitas aos lares desses jovens, afinal eram elas que ajudariam a melhorar o padrão de vida do trabalhador rural”. Elas sempre tiveram um lugar de destaque dentro desses clubes, a tarefa mais importante: ir de casa em casa na tentativa de fazer com que essas pessoas mudassem de ideia e permitissem que seus filhos

⁶⁹ Os Clubes Agrícolas-células-mães do ruralismo - foram instituições extraescolares destinadas a modificar o ambiente tradicional do ensino, na medida em que forneciam novos assuntos e motivavam as aulas. Foram planejadas com base na filosofia de Alberto Torres, e criada no Rio de Janeiro por seus seguidores, visou, especificamente, desenvolver na criança o amor à terra, às plantas e aos animais, preservando-os da destruição (TEIXEIRA, 1990, em entrevista a NEPOMUCENO, 1994, p. 53 apud MARTINS, 2018, p.148).

frequentassem as aulas, mostrando as melhorias que isso acarretaria para suas famílias, como o aumento de suas produções e a participação nos avanços de sua terra. Mais que um direito, era dever de todos colaborar para o crescimento da nação.

A Revista Brincar e Aprender torna-se um importante aliado para a difusão desse ensino, contendo planos de aula, relatos de alunos e professores é um meio de interação entre todos os envolvidos. Publicada pelo Serviço de Informações Agrícolas (S.I.A.), a revista mostra o empenho dos órgãos responsáveis pela difusão desse ensino para que ele se tornasse cada vez mais popular. Segundo Nicolau:

Em alguns volumes podemos ver a exaltação da figura da professora, como uma importante personagem dentro desse espaço educacional. São as professoras, também, as responsáveis na maioria das vezes, pelo envio do relatório ao S.I.A. e muitas vezes autoras de alguns artigos que fazem referência as atividades do Clube a que pertence. Sendo assim ela é tida como a figura de intelectual mais próxima da comunidade rural que faz parte e incumbida de uma responsabilidade (NICOLAU, 2015, p. 7)

A partir do momento de sua criação houve certa preocupação com políticas para disseminar esse método de ensino. Prova disso foram as constantes Semanas Ruralistas, que segundo Nicolau (2016, p. 26) eram realizadas pelo Ministério da Agricultura desde o começo da década de 30, interação com a comunidade para divulgar métodos e técnicas “modernas” para a agricultura, ou seja, uma forma de fazer propaganda e ganhar ainda mais adeptos.

Sendo Amália Hermano Teixeira uma peça fundamental para a defesa da Escola Nova⁷⁰, disseminou a ideia de que o conhecimento não é construído somente dentro da sala de aula, mas que a junção de diferentes ambientes poderia melhorar de forma expressiva o aprendizado dos alunos, despertando o interesse dos mesmos por outros assuntos e um maior envolvimento no processo de aprendizagem.

Em sua própria sala de aula, trazia formas diferentes de ensino, levando, por exemplo, seus alunos para trabalhos de campo, onde o conhecimento dos livros era reforçado com novas formas de conhecimentos que, no âmbito escolar eram comumente deixados de lado, por não serem valorizados no ensino vigente no período.

Verificou-se que uma de suas mais importantes contribuições para o ensino foi a fundação do Clube Agrícola General Couto Magalhães, da Escola Normal Oficial, que unia o

⁷⁰ Escola Nova, Escola Ativa ou Escola Progressista: Foi um movimento de renovação do ensino, que se manifestou mais intensamente na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX (HAMZE, s/d, s/p.)

ensino tradicional ao ensino rural, por ser uma de suas paixões, devido a experiência de ter estudado em alguns desses clubes em outros estados.

Como ela sabia que a prática já demonstrava resultados satisfatórios em outras partes do país, buscou incessantemente a criação desse espaço em Goiás.

Além de sua influência nos clubes agrícolas, em uma cultura de ensino onde o tradicionalismo prevalecia com aulas teóricas, cansativas e monótonas, Amália Hermano foi peça importante em defesa de que o conhecimento pode ocorrer em qualquer lugar e de todas as maneiras, devendo ocorrer de forma divertida e prazerosa, e não apenas com disciplina e rigor dentro de uma sala de aula, conforme pregava o ensino que vigorava no período.

Considerações finais

Portanto, por meio dessa pesquisa foi possível perceber que a contribuição de Amália Hermano Teixeira foi importante tanto para a criação e disseminação dos Clubes Agrícolas, quanto para chegarmos a essa forma de ensino mais aberta que utilizamos atualmente, que não se prende basicamente ao quadro negro e aos livros, mas que ao contrário, se aproveita dos diversos espaços e diferentes metodologias para que ocorra o processo de ensino/aprendizagem nas escolas de modo geral, e nos Clubes Agrícolas em particular.

Sua estreita ligação com as questões referentes à natureza de modo geral, e à preservação do meio ambiente, também contribuiu para uma mudança no modo de se ver e estudar o Cerrado, haja vista sua dedicação às orquídeas desse bioma.

Desse modo, já se pode afirmar que o estudo tem propiciado resultados significativos e que com a conclusão da pesquisa, textos serão produzidos, apresentados em eventos e publicados para se divulgar o conhecimento sistematizado sobre a temática pesquisada.

Referências

AMADO, Janaina. **História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços**. In: SILVA, Marcos A. (Coord.) República em Migalhas: História Regional e Local. São Paulo: ANPUH/ED. Marco Zero, 1990.

BARROS, Jussara de. Mudanças no Ensino Rural. Disponível em:
<https://educador.brasilescola.uol.com.br/politica-educacional/mudancas-no-ensino-rural.htm>.
Acesso em: 05/06/2018

GINZBURG, Carlos. O Queijo e os Vermes. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HAMZE, Amelia. **Escola Nova e o Movimento de Renovação do Ensino**. Disponível em: <https://educador.brasile escola.uol.com.br/gestão-educacional/escola-nova.htm>. Acesso em: 05/06/2018

INSTITUTO Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia. Acervo sobre Amália Hermano Teixeira. Goiânia: Praça Cívica, 2017.

MARTINS, Luciana da Silva. **A Participação da Intelectual Amália Hermano Teixeira no Movimento Escolanovista em Goiás – 1937 a 1963**. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4011/2/Luciana%20da%20Silva%20Martins.pdf>. Acesso em: 08/03/2019.

NICOLAU, Nathalia dos Santos. A Educação construída nos Clubes Agrícolas: O Papel da Professora no Ensino de Crianças e Jovens do Meio Rural. (1945 – 1960). Florianópolis. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439865340_ARQUIVO_trabalhoAnpuh2015.pdf. Acesso em: 31/05/2019

NICOLAU, Nathalia dos Santos. **Clubes Agrícolas: um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro. UFF, 2016.

OESTE – Revista Mensal. CD-Rom. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL). 2001.

Revista de Educação. Goiânia: Tipografia Popular J. Câmara e Irmãos.

SCHMIDT, Benedito Bisso. **Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos**. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDO/FGV, 1997.

PEREIRA, Micaelle Cristina Peixoto. Amália Hermano Teixeira: Vestígios da História da Educação em Goiás. 2017. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2017

TEIXEIRA, Amália Hermano. **O curioso “caso” da escola normal oficial**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1946.

_____. **Reencontro**. Goiânia: Líder 1981.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Ensino Rural e legitimação das ações do Estado**. Revista Diálogo Educ. Curitiba, vol.13, n.39, mai/ago, 2013.

Valoração econômica ambiental da área de proteção ambiental dos Pirineus

Talita Freitas Souza Barros⁷¹
Joana D'arc Bardella Castro⁷²

Resumo: A Área de Proteção Ambiental (APA) dos Pirineus foi criada em 2000 com uma área total de 22.800 hectares. Fica localizada nos municípios de Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás. A APA possui um grande contingente de belezas naturais, recursos hídricos e compõe um rico patrimônio para a região. Mesmo sendo uma área importante, não possui merecida atenção e vem sendo degradada continuamente com desmatamentos, queimadas e extração de quartzito. Dessa forma, este estudo tem por objetivo analisar a importância da APA dos Pirineus para o Estado de Goiás através do emprego do Método de Valoração Contingente, tendo como base as preferências individuais dos visitantes e das comunidades residentes. Essa é uma pesquisa bibliográfica e de campo, qualitativa para dados bibliográficos e quantitativa para a pesquisa de campo. Será utilizada a valoração contingente, por meio da Disposição a Pagar (DAP) através dos mecanismos *multiple* e *open-ended*. A pesquisa de campo tem uma amostra de 100 indivíduos, em que serão coletados os dados por meio de questionários. Os resultados esperados serão uma DAP que expresse o valor mais aproximado possível da APA, e a atenção do poder público com a sua manutenção. Conclui-se que este projeto possui alta relevância para a região dos Pirineus chamando a atenção para sua salvaguarda.

Palavras-chave: valoração contingente; áreas protegidas; desenvolvimento sustentável.

Introdução

O Parque Nacional de Yellowstone foi o primeiro a ser criado no mundo no final do século XIX nos Estados Unidos. Desde então, foram surgindo diversos debates e ideias para constituição de outros no restante do mundo. No Brasil, o primeiro foi o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, porém as sugestões para criação de áreas protegidas já foram iniciadas desde a era colonial.

A partir da ideia de criação dos parques, houve também a necessidade da criação de uma zona de impacto que os circuncidavam. Essas zonas seriam para auxiliar na manutenção da preservação dos parques, sendo elas denominadas áreas de preservação ambiental (APA). Assim sendo existem as Unidades de Preservação Integral a qual se inserem os parques e as de Uso Sustentável em que a APA se encontra.

Em Goiás, o Parque Estadual dos Pirineus (PEP) foi criado em 1987 com a lei nº 10.321 e a APA surge em 2000 através do Decreto nº 5.174. O PEP possui um total de

⁷¹ Graduando do Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás – Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas Anápolis/GO, E-mail: economia.talita@gmail.com

⁷² Orientadora deste trabalho. Docente do Curso de Ciências Econômicas, Doutora em Economia pela Universidade Brasília E-mail: joanabardella@brturbo.com.br

2.833,26 hectares, a Área de Proteção Ambiental dos Pirineus (APA Pirineus) possui 22.800 hectares, totalizando um perímetro de 73.400 m². Conforme o Decreto nº 5.174/2000 essas áreas foram criadas com intuito de preservar os recursos hídricos, pois a região é berço de rios importantes como o Rio das Almas e Rio Corumbá, encontro de duas bacias hidrográficas (Paraná e Araguaia/Tocantins). Também tem o objetivo proteger a região da Serra dos Pirineus, fomentar o turismo ecológico, melhorar a qualidade de vida das populações limítrofes e incentivar a educação ambiental (BRASIL, 2000).

Todas as normatizações e proibições de destruição surgem com intuito de minimizar os “avanços” da agricultura, pecuária e das zonas urbanas. Fica claro que a natureza sofre degradações promovidas pelos seres humanos, por isso que surgiu a necessidade de protegê-la. Assim sendo, a valoração se destaca fazendo o levantamento da importância dos bens ambientais e quais são os prejuízos causados se os mesmos não forem preservados.

Com a valoração, atribui-se um valor de mercado aos bens que aparentemente não possuem valor, como é o caso da Área de Proteção Ambiental dos Pirineus. A APA dos Pirineus se destaca por suas cachoeiras, trilhas, belezas naturais, fauna e flora. Está inserida em uma região de rica vegetação e recursos hídricos abundantes.

Dessa maneira, o presente trabalho tem por objetivo principal analisar a importância da Área de Proteção Ambiental dos Pirineus para o Estado de Goiás através do emprego do Método de Valoração Contingente, tendo como base as preferências individuais dos visitantes e das comunidades residentes. Concomitante, os objetivos específicos são: Descrever os métodos de valoração econômica ambiental: lado da demanda; elaborar um levantamento dos descritores sobre valoração contingente em APAs no Brasil; e propor ao poder público e a sociedade civil ações sobre o gerenciamento dos recursos naturais tendo como base os resultados de valoração.

Metodologia

Essa é uma pesquisa bibliográfica e de campo, qualitativa para dados bibliográficos e quantitativa para a pesquisa de campo. Os resultados serão apresentados de maneira descritiva. A pesquisa bibliográfica no campo econômico tem a possibilidade de cobrir uma gama de fatos, uma vez que possibilita um encontro com a realidade do sujeito.

A seleção dos artigos para pesquisa bibliográfica se dará através da mídia eletrônica, no portal Capes, SciELO, Google Acadêmico. As palavras de busca serão unidades de

conservação, parque dos Pirineus e APA dos Pirineus. Para o tratamento dos dados da parte da pesquisa quantitativa será usada a estatística descritiva.

Os dados secundários serão pesquisados no Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Mauro Borges – IMB, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Serão pesquisados dados socioeconômicos dos municípios pesquisados: Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Abadiânia, Alexânia, Santo Antônio do Descoberto, Aguas Lindas de Goiás, Padre Bernardo, Vila Propício, e Goianésia.

Para a análise dos dados primários obtidos na pesquisa de campo será utilizado o método de valoração contingente (MVC). Será considerada a metodologia da Disposição A Pagar (DAP), esse método busca estimar valores para aqueles bens e serviços que não possuem um valor no mercado real, criando assim um mercado hipotético.

Será realizada a construção de questionários e o mecanismo utilizado para captar a DAP será o “Multiple” conforme determinação do *National Oceanic Atmospheric Administration Panel* (NOAA), Haab&McConnell (2002). O mecanismo ocorrerá com elaboração de questões múltiplas segundo Martinez & Dimas (2007) são quando se apresenta ao entrevistado um quadro em que aparecem vários valores ordenados do maior para o menor e pede que ele selecione uma opção. Será utilizado também o *open-ended*, que é uma questão aberta que pergunta o valor diretamente com o valor espontâneo que o entrevistado estaria disposto para a manutenção e preservação do PEP.

O referencial econométrico é uma adaptação do modelo usado por Silva e Lima (2004) dado por: $Y = X\beta + e$, em que, Y corresponde a um vetor contendo as disposições a pagar; X representa um vetor de variáveis exógenas (renda familiar, sexo, anos de estudos e os vieses associados); β representa um vetor de parâmetros desconhecidos a serem estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários; e e o erro aleatório com as pressuposições usuais.

Referencial Teórico

Área de Proteção Ambiental dos Pirineus

A legislação brasileira sobre Unidades de conservação data de 1979 quando aprovou o regulamento dos Parques Nacionais. Em 1981 dispôs sobre a criação de Estações

Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, 1984 regulamentou as Reservas Ecológicas e áreas de Relevante Interesse Ecológico; 1990 dispôs sobre as Reservas Extrativistas; 1994 Aprovou o Regulamento das florestas Nacionais; 1996 Dispôs sobre reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e em 2000 Criação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

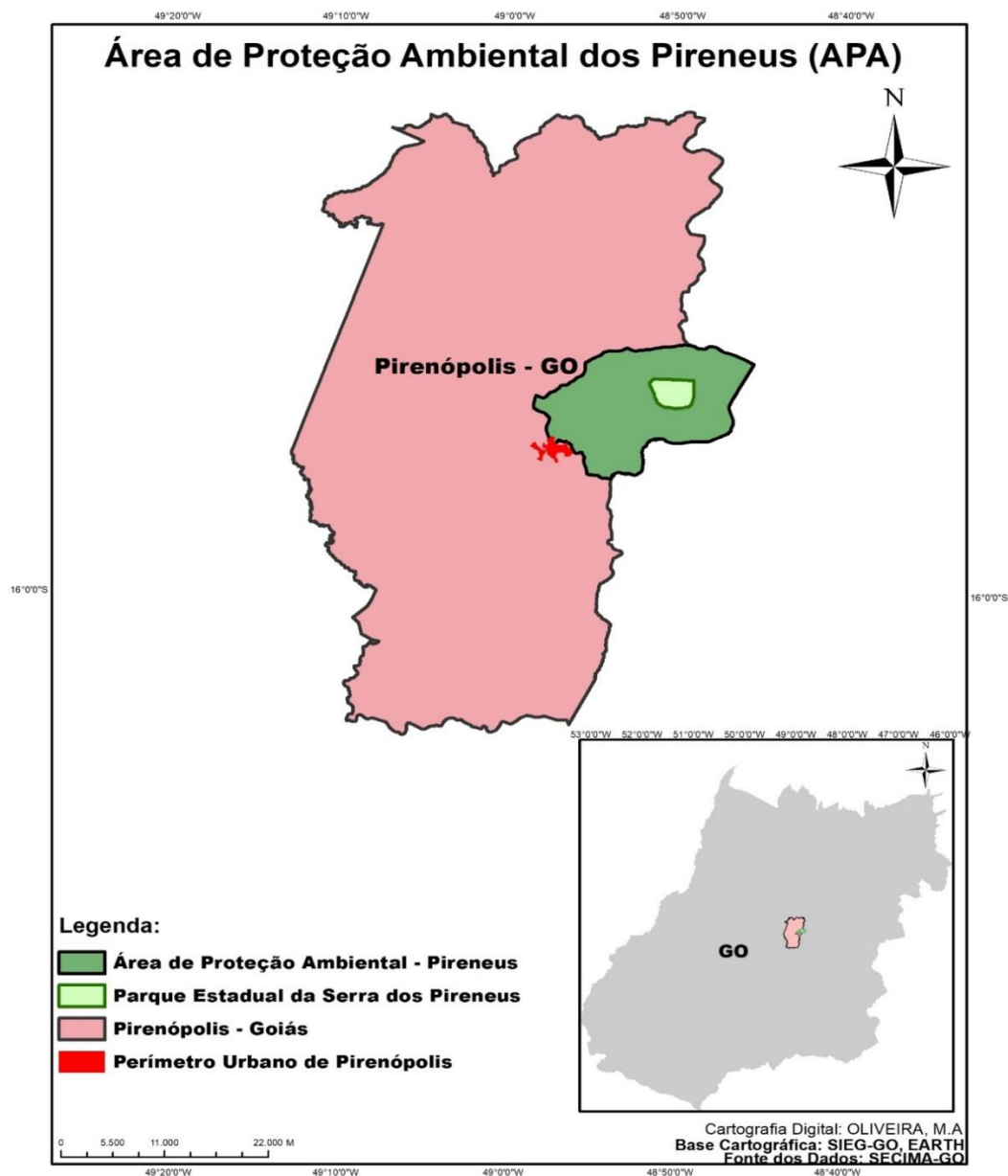
A partir do amparo legal da SNUC, cresceu a instituição de unidades de conservação em todos os biomas no Brasil. Como um instrumento da política ambiental facilitou articulação na criação e gestão de UC. Antes do SNUC a Unidade de proteção integral havia 87 unidades com uma área de 16.471.083,93ha, o de Uso Sustentável eram 190 unidades com uma área de 41.646.691,89 ha (FREITAS, 2015). Após a Lei SNUC /2000 passou a existir 598 unidades em área continental e 8 em áreas marinhas, totalizando 540.228Km² mais 5.498 Km² em áreas marinhas em áreas e proteção integral apresentou crescimentos em unidades de 587,36% em 18 anos em áreas continentais. Quanto às áreas de uso sustentável passou a ser 1.268 unidades com uma área de 1.026.066Km² no continente e 99 unidades com área de 51.236 Km² em áreas marinhas. O Crescimento em unidades no continente foi de 567,37% (MMA, 2018).

Em Goiás, o Parque Estadual dos Pirineus (PEP) foi criado em 1987 com a lei nº 10.321. O PEP possui um total de 2.833,26 hectares, a Área de Proteção Ambiental dos Pirineus (APA Pirineus) possui 22.800 hectares, totalizando um perímetro de 73.400 m e sua localização é demonstrada no Mapa 1. O PEP faz divisa com os municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis (SECIMA, 2017).

Criada pelo Decreto Estadual 5.174/2000, a APA Pirineus contém os objetivos:

1. proteger a região serrana e o entorno do Parque Estadual dos Pirineus, isto é, funcionar como uma zona de amortecimento do parque;
2. proteger os remanescentes de cerrado;
3. proteger os recursos hídricos;
4. melhorar a qualidade de vida das populações residentes por meio de orientação e regulação das atividades econômicas locais;
5. disciplinar o turismo ecológico e fomentar a educação ambiental; e
6. preservar as culturas e as tradições locais. Dessa forma, atividades efetivas ou potencialmente causadoras de dano ambiental são proibidas ou restringidas.

Mapa 1. Localização e delimitação do Parque e APA dos Pireneus



O clima na região da APA dos Pireneus é tropical semiúmido (AW, na classificação de Köppen) caracterizado por duas estações bem distintas: uma seca, de meados de abril a meados de setembro, e uma úmida, de outubro a março.

O relevo é caracterizado por um conjunto de serras alinhadas aproximadamente na direção-W, com profundos vales encaixados e encostas côncavas, com gradiente elevado de 20% a 45% ou mais, podendo ter escarpas verticais e amplitudes superiores a 80 m.

Toda a região está inserida na fitofisionomia do Cerrado, no qual são descritos onze tipos principais de vegetação para o bioma Cerrado, enquadrados em formações florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão), savânicas (Cerrado sentido restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda) e campestres (Campo Sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre).

As áreas protegidas, principalmente as Unidades de Conservação (UC) vêm se tornando objeto de atenção de pesquisadores de diferentes formações acadêmicas. Nesse contexto, os economistas ambientais desenvolvem suas pesquisas voltadas para a preocupação sobre os efeitos (sociais e econômicos) da criação, presença e manutenção de UCs (Geluda et al. 2015).

Valoração Econômica Ambiental

Após a descrição do objeto de estudo e de sua relevância, a proposta é realizar a valoração econômica ambiental da APA dos Pirineus. A valoração consiste em atribuir valor de mercado a um bem que aparentemente não tem como mensurar. Fazer com que isso se torne realidade é uma tarefa árdua e que requer muita habilidade.

No que tange a valoração, é necessário esclarecer que ela se divide em duas vertentes:

- Lado da demanda composta por: Valoração Contingente (MVC), os Custos de Viagem (MCV) e os Preços Hedônicos (MPH). Esses compõem as Abordagens com Curva de Demanda (de acordo com Bateman e Turner, 1992) ou os Métodos Função Demanda (segundo Mota, 1997).

- Lado da oferta: Método Dose-Resposta (MDR), Método Custo de Reposição (MCR), Método de Custos Evitados (MCE) e Métodos de função Oferta Método Custo de Oportunidade (MCO).

Destes métodos mencionados, será utilizado o método de valoração contingente que está inserido nas preferências do consumidor, no lado da demanda. A ideia básica do MVC é que as pessoas têm diferentes graus de preferência ou gostos por diferentes bens ou serviços.

Isto se manifesta quando elas vão ao mercado e pagam quantias específicas por eles. Dito de outra maneira, ao adquiri-los, elas expressam sua disposição a pagar (DAP) por esses bens ou serviços.

A DAP será analisada por meio de questionários em que se cria um mercado hipotético. O intuito é conseguir captar o valor mais próximo possível da realidade dos entrevistados, para que isso ocorra ao serem inquiridos são esclarecidas as situações e o valor mensurado deve ser um dentro do orçamento da família. Com isso minimizam-se os vieses com intuito de trazer maior confiabilidade ao valor que se chegou para o bem.

Atribuir um valor torna possível à solicitação de atenção das autoridades para importância da APA, formação de políticas públicas para sua conservação, aplicações de multas e punições se ocorrerem danos ao local, como por exemplo, queimadas criminosas, desmatamentos, construções ilegais, dentre outros. Dessa maneira a valoração não só da APA, mas de todos os bens ambientais é de suma relevância para que eles se mantenham preservados para as populações atuais e futuras.

Considerações finais

O trabalho apresentado compõe um projeto para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso para alcançar o título de bacharelado em Ciências Econômicas. Portanto, os dados apresentados são o desfecho provisório da argumentação desenvolvida em que buscará realizar a valoração contingente da Área de Proteção Ambiental dos Pirineus por meio do método de valoração contingente.

O intuito é alcançar uma DAP que expresse o valor mais aproximado possível da APA, com a minimização dos vieses com a escolha das variáveis significativas para análises estatísticas e econométricas. A valoração da APA permitirá que sejam formuladas políticas de preservação, fiscalização da região e a atenção do poder público com a sua manutenção minimizando os danos antrópicos.

Referências

BARBETTA, PA. **Estatísticas aplicadas às ciências sociais**. 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000. **Criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**. Lei nº 9.985/2000.

FREITAS, A.V. **A evolução do modelo brasileiro de áreas protegidas**: caminho para uma articulação sistêmica? Periódico Científico Projeção, Direito e Sociedade. v.6 n. 2, 2015.

GOIÁS. DECRETO Nº 5.174, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2000. **Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental dos Pirineus e dá outras providências.** Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2000/decreto_5174.htm Acessado em mar/2019.

GELUDA L. et al. **Desvendando a compensação ambiental: aspectos jurídicos, operacionais e financeiros.** Rio de Janeiro: Funbio, 2015.

HAAB, TC; MCCONNELL, KE. **Valuing environmental and natural resources: the econometrics of non-market valuation.** 1. ed. Northampton: Edward Elgar, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE, 2017.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: mar/2019.

MARTINEZ, Miguel; DIMAS, Leopoldo. **Valoración económica de losservicioshidrológicos:** Subcuencadel rio Teculután. Guatemala. WWF Centroamérica. 2007.

MMA. Ministério do Meio Ambiente – **Plano de Manejo.** Brasília/DF, 2015. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo> Acessado em Maio/2018.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS - SECIMA. **UCs Estaduais: áreas de proteção ambiental dos Pirineus.** 2017 Disponível em: <http://www.secima.go.gov.br> Acessado em mar/2019.

SILVA, RG; LIMA, JE. **Valoração contingente do parque "Chico Mendes": uma aplicação probabilística do método Referendum com bidding games.** Rev. Econ. Sociol. Rural, vol.42, no.4: Brasília, Oct./Dec. 2004.

A ambiguidade da palavra *Gewalt* em Walter Benjamin: uma crítica ao Poder e/ou Violência de Estado

Amanda Beatriz Silva de Godoi⁷³
Rita Castorina Gonçalves Gundim Lemes⁷⁴

Resumo: Este trabalho pretendeu realizar uma reflexão sobre o uso ambíguo do termo *Gewalt* na obra *Para uma crítica de la violência* de Walter Benjamin, que compreende o poder como violência e justifica a necessidade da existência de ambos para manutenção da existência do Estado. Para isso foi necessário que dedicássemos parte deste estudo para a contextualização do pensamento de Benjamin com o período em que viveu e com as influências que sofreu, pois, a singularidade do pensamento deste autor que escreve de forma metafórica se constitui em um desafio que de outra forma não conseguiríamos realizar a presente discussão. Dessa forma o objetivo deste trabalho é refletir acerca do que é poder e/ou violência em Walter Benjamin. O referencial teórico deste artigo é baseado no próprio texto de Walter Benjamin *Para uma crítica de la violencia*, o texto *Crítica da violência: crítica do poder** que contém trechos traduzidos da obra, além de capítulos de obras que abordaram Benjamin e seu pensamento, como Judith Butler, Hanna Arendt, Michael Löwy e outros. A metodologia adotada para realização desta investigação foi a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Walter Benjamin. Poder. Violência. Estado.

Introdução

A obra de Walter Benjamin segundo Löwy (2005) ocupa no panorama intelectual e político do século XX um lugar singular e único, a unicidade do seu pensamento pode ser identificada pela falta de concordância entre seus pares em o definir. Para Hanna Arendt ele foi um crítico literário como pretendia ser, já para Adorno o seu primeiro e único discípulo nunca pode compreender seu pensamento se não fosse por um viés filosófico.

O pensamento deste filósofo foi influenciado principalmente pelo Marxismo, Messianismo, Psicanálise de Freud e Romantismo alemão. Nascido em 1892 em uma família judaica na Alemanha, Benjamin foi obrigado pelo contexto histórico de ascensão do fascismo a cometer suicídio em 1940, em PortBou na fronteira franco-espanhola com 48 anos de idade. Para Hugo von Hofmannsthal essa foi a primeira perda efetiva que Hitler causou a literatura Alemã.

⁷³ Graduada em História (licenciatura) pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG) Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Mestranda em Sociologia pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás - UFG. E-mail: godoiamanda2016@gmail.com

⁷⁴ Graduada em História (licenciatura) pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG) Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Graduada em Pedagogia pela UNIFACVEST. E-mail: rita.gundim@hotmail.com.

A fama póstuma de Walter Benjamin cuja reflexão de acordo Löwy (2005) constitui um todo, em que história, arte, cultura, política, literatura e teologia são inseparáveis, foi precedida pelo respeito de seus pares, por exemplo, destacamos Gerhard Scholem que foi também seu amigo de juventude, e Theodor Wiesencrund Adorno, ambos responsáveis pela edição das obras e cartas de Benjamin após sua morte. Segundo ARENDT (2008, p. 173) ele foi “um escritor cujo maior orgulho era o de que escrever consiste largamente em citações – a mais louca técnica mosaica imaginável”.

Referencial Teórico

O referencial teórico deste trabalho é baseado em trabalhos de autores e autoras sobre o pensamento e/ou obra de Walter Benjamin como o livro “Homens em Tempos Sombrios” de Hanna Arendt (2008), e também o livro da filósofa Judith Butler (2017) “Caminhos Divergentes: judaicidade e crítica ao Sionismo” que traz críticas ao modelo de Estado-Nação, às práticas democráticas atuais e problematiza o recrudescimento da intolerância e violência para com os estrangeiros, refugiados e os apátridas.

A leitura da obra Butler (2017) é importante pois traz uma análise a cercada abertura do ser-Judeu para o não-Judeu, e ressalta a relação de alteridade tratada especificamente entre judeus e palestinos. Deste livro, utilizamos especialmente os capítulos três e quatro devido as reflexões trazidas sobre o pensamento de Benjamin contra violência dos Estados e as suas noções sobre a história e a opressão.

Também foram selecionados alguns artigos de periódicos científicos, como “O Pensamento da Violência em Walter Benjamin e Jacques Derrida” de Idelber Avelar (2009); O texto de Felipe Bier (2013) “Para além da norma: violência mítica/violência divina em Walter Benjamin”; também usamos o trabalho de Reis (2014) intitulado “Violência Mítica e Violência Divina em Walter Benjamin” e “Vida e política em Walter Benjamin” de Márcio Jarek (2017).

Metodologia

A metodologia é para Pedro Demo (1985), “uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A

finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos” (DEMO, 1985, p. 19).

Segundo Marcos SuelZanette (2017), “na pesquisa acadêmica, o pesquisador depara-se com a necessidade de conhecer e discutir sobre o caminho a percorrer a fim de elaborar de que forma transformar o fenômeno de investigação em um objeto de pesquisa” (ZANETTE, 2017, p. 150).

Nesse sentido, a investigação realizada requereu revisão bibliográfica, também conhecida como pesquisa bibliográfica, que de acordo com Boccato:

busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO, 2006, p. 266).

Para a realização deste estudo foram necessárias a reflexão crítica em livros e periódicos, que exploraram o conceito de violência na obra de Walter Benjamin. Ainda sobre a metodologia adotada nesta pesquisa, nos baseamos em Lima e Miotto (2007) que compreendem “a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (LIMA, MIOTTO, 2007, p. 44).

Resultados e Discussões

O ensaio⁷⁵ deWalter Benjamin publicado em agosto de 1921, três anos após o fim da Primeira Guerra Mundial e nos anos iniciais da República de Weimar com o título “ZurKritik der Gewalt”, aborda a ambiguidade da palavra *Gewalt*, que pode significar violência e poder.

O Objetivo de Benjamin neste trabalho foi mostrar a origem do direito (e do poder judiciário) a partir do espírito da violência. A análise construída por ele é uma denúncia

⁷⁵ “O ensaio é o fruto de temas pesquisados pelo filósofo para compor a segunda seção de sua pretendida obra sobre política. Essa seção se chamaria “A verdadeira política” e consistiria em uma espécie de antítese à primeira seção que versaria sobre “o verdadeiro homem político”. Nesse ensaio, o conjunto de argumentos de Benjamin gira principalmente em torno das relações entre vida e violência”. (JAREK, 2017, p. 63).

contra a violência opressora das instituições do estado moderno, realizando uma vinculação lógica entre poder político e violência. A violência é abordada sob a perspectiva do direito natural e do direito positivo, considerando que a justiça através do direito se apropria do papel de mediar os conflitos entre os indivíduos.

A teoria do Estado do direito natural segundo Benjamin (2011) engendra a violência praticada pelo estado como instrumento de ação naturalmente concebido e moralmente aceitável, neste sentido os fins justificam os meios. Já no direito positivo, o próprio Estado que detém o monopólio da violência legítima, e estabelece ao direito o poder de decidir quais são os meios legítimos de empregar a violência.

Dessa forma, pode-se dizer que o direito natural se justifica nos fins, sem que seja necessário se preocupar com os meios, e o direito positivo se justifica nos meios, sem que seja necessário preocupar-se com fins. E a violência do Estado se torna justificável, pois os meios justificam os fins.

Para Bulter “uma crítica da violência é uma investigação sobre as condições para a violência, mas também um questionamento sobre como a violência se circunscreve de antemão pelas perguntas que fazemos a respeito dela”. O ensaio de Benjamin segundo Santos:

esboça uma teoria crítica sobre o direito através do estudo de seu desenvolvimento ao longo do tempo histórico, tomado enquanto forma de um poder soberano que, através da norma, estabelece os limites de atuação dos indivíduos, passando do ideal elemento de consenso – preceito fundamental do estado moderno de direito – a um meio de estabelecimento de determinado poder. Este direito, em seu processo histórico, diz Benjamin, é violência em via dupla, por não só pretender garantir os fins jurídicos daquilo que ampara, mas, por outro lado, pretender monopolizar o poder ante os indivíduos para garantir o próprio direito, que assim se mostra enquanto controle no sentido mais amplo do termo. (SANTOS, 2010, p. 104).

A violência na obra de Benjamin segundo Reis (2017) é pensada enquanto base do poder vigente considerando que é através da violência que o poder se mantém. Nesse sentido “a ordem de toda a sociedade é assegurada por meio da ameaça da Violência do Direito, que serve de escudo para toda ordenação social, contribuindo para que tudo continue como está. (REIS, p. 135).

Na análise de Benjamin, a violência desempenha um papel duplo. Segundo o filósofo, ela é responsável pela instauração de toda ordenação do Direito, uma vez que apenas a violência pode instaurar o Direito e estabelecer o Poder (Macht). O segundo caráter da violência é a manutenção do Direito que ela estabeleceu. Ela desempenha o papel de manter o poder estabelecido. (REIS, 2017, p. 135).

Benjamin reflete sobre a gênese do direito, desde as discussões sobre o direito natural até suas implicações com o direito positivo moderno. “A crítica da *Gewalt*, portanto, sairia da circularidade do debate “direito natural” vs. “direito positivado”, para encontrar uma perspectiva do estudo do direito mediante uma filosofia da história.” (BARBOSA, 2013, p. 154).

O direito, segundo Benjamin, é constituído por uma relação de medialidade, sendo a violência um atributo da esfera dos meios, isto é, instrumental. É preciso lembrar que o termo a que Benjamin se refere, *Gewalt*, é polissêmico: pode ser utilizado tanto com o significado de violência quanto de poder. (BARBOSA, 2013, p. 153).

O estado instaura uma soberania em relação aos povos, calcada em uma noção de violência e de poder, vemos a seguir para que isso ocorra algumas medidas são tomadas:

Os meios criados para tanto são as espécies de ordenamentos jurídicos que agem sob o papel de império do Estado. Neste processo histórico, o movimento dialético nas configurações do poder enquanto instituinte e mantenedor da ordem, mostra-nos um horizonte no qual oscilações frequentes na dinâmica do direito indicam que todo poder acaba enfraquecendo o caráter instituinte que representa, seja por resistência e oposições externas ou desregramento de sua ordem interna. Quando o direito sente seu poder ameaçado, utiliza-se de instrumentos que possam garantir sua eficácia no tempo. O dispositivo estado de exceção, neste sentido, cumpre o papel de manter “por fora” do direito aquele poder que, em determinados momentos, o Estado não consegue mais sustentar com sua ordem jurídica interna. (SANTOS, 2010, p. 104 e 105).

Para Butler (2017) é preciso entender “que o ensaio de Walter Benjamin fornece uma crítica da violência *do direito*, o tipo de violência que o Estado exerce por instaurar e manter o status vinculante que o direito impõe sobre quem está a ele sujeito”. Um exemplo prático que complementa a análise da autora acima acerca do pensamento benjaminiano do excesso de violência, ou excesso de poder, na educação de acordo com Bier:

O cerceamento da violência na educação se mostra, para Benjamin, como um exemplo evidente de que o perigo desta *gewalt* em mãos do sujeito não se justifica pelo entrave que possa caracterizar aos fins jurídicos, pois, como afirma o autor, “assim não seria a violência em si que é condenada, mas apenas aquela que é orientada para fins contrários ao direito” (BENJAMIN, 2011, p. 127). Ao contrário, Benjamin radicaliza sua hipótese ao afirmar que “o interesse do direito em monopolizar a violência com relação aos indivíduos não se explicaria pela intenção de garantir os fins de direito, mas, isso sim, pela intenção de garantir o próprio direito” (Idem, Ibidem). Se, portanto, num primeiro momento do ensaio, Benjamin dedicara seus esforços para esclarecer os pretensos nexos entre direito e justiça – tendo a violência o papel de intermediar tanto os fins justos, perseguidos pelo direito natural, como os meios justos, pretendidos pelo direito positivo – e mostrara que uma antinomia habita o coração de ambas as teorias – uma vez que seus critérios de legitimidade só se constroem retrospectivamente e a partir da violência –

, a resolução do problema ético por excelência deve necessariamente apontar para uma crítica radical do direito e deve ser deslocado das relações de poder das esferas estatais, que somente funcionam através de relações pressupondo meios e fins. (BIER, 2013, p. 208-209)

De acordo com Barbosa “é inegável que as abordagens de Benjamin se deterão em uma crítica à instrumentalidade da violência e do poder a ela atrelado” (BARBOSA, 2013, p. 153).

Em Crítica da violência: crítica do poder Benjamin fala da possibilidade de outra violência que funda outra prática política, por conseguinte, fundadora de um “novo” direito, qual seja, não do ponto de vista do Estado, mas dos indivíduos. Em outras palavras, para Benjamin, aquela relação entre norma e exceção não pode ser compreendida sem antes serem revisitadas as condições de atuação e os fundamentos do próprio direito. (SANTOS, 2010, p. 108).

A polícia na perspectiva de Benjamin é a instituição que mais representa a violência do Estado, nela se efetivam a violência que funda o Estado e a violência que o mantém. Desse modo Avelar (2009) analisa a polícia dentro do âmbito da legalidade, para ele,

Dentro da própria legalidade há um aparato que não só mantém, mas que cria a legalidade: a polícia. Se a violência fundadora de um novo direito tem que provar o seu valor como força vitoriosa, e a violência preservadora do direito está sujeita à restrição de que ela deve servir a fins constituídos de antemão, ou seja, não pode se colocar novos fins, a violência policial está, para Benjamin, “emancipada de ambas condições”. (AVELAR, 2009, p. 6)

A abordagem de Rangel sobre Benjamin amparado em Derrida que em "Força de Lei" compreender que a “Crítica da violência” é essencial para o entendimento do fundamento místico da autoridade: a relação entre direito e violência:

Segundo Derrida, o texto de Benjamin - “Para uma crítica da violência”, seria responsável, ao fim, pela intensificação de uma “tentação” (alemã) algo estranha, a de tornar a interpretação ou a representação de qualquer evento histórico uma tarefa impossível, e isto em função dos limites próprios à razão e à linguagem humanas, especialmente iludidas pelo par metafísica/democracia liberal, como já falamos. Assim, a história humana ia se concretizando e o inteiramente outro (o divino), a despeito da razão e da linguagem humanas, se realizaria no tempo certo, no tempo e na lógica que é a sua. (RANGEL, 2012, p. 181)

Considerações finais

Em suma, a análise de Walter Benjamin em “Para uma crítica da violência”, traz já primeiras linhas do ensaio a questão fundamental da discussão do texto, pois: “A tarefa de uma crítica da violência pode se circunscrever à apresentação de suas relações com o direito (*Recht*) e a justiça (*Gerechtigkeit*)”(Benjamin, 2011, p. 121). Ou seja, a articulação entre poder e violência constituída por Benjamin tem caráter de denúncia frente a violência opressora das instituições do estado moderno, tais como a justiça, a polícia e o parlamento.

Referências

- ARENDT, Hannah. **Homens em Tempos Sombrios**. Companhia de bolso, 2008.
- AVELAR, Idelber. O Pensamento da Violência em Walter Benjamin e Jacques Derrida. **Cadernos Benjaminianos**. 2009.
- BARBOSA, Jonnefer F. A crítica da violência de Walter Benjamin: implicações histórico-temporais do conceito de reine Gewalt. **Rev. Filos.**, Aurora, Curitiba, v. 25, n. 37, p. 151-169, jul./dez. 2013.
- BIER, Felipe. Para além da norma: violência mítica/violência divina em Walter Benjamin. *Ideias (UNICAMP)*, v. 7, p. 203-224, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Para uma crítica da violência**. In: BENJAMIN, W. Escritos sobre mito e linguagem. Tradução de Ernani Chaves. Organização de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011. p. 121-156.
- BENJAMIN, Walter. Para uma crítica de la violencia. www.philosophia.cl/Escuela de Filosofía Universidad ARCIS.
- BENJAMIN, Walter. Crítica da violência: crítica do poder*. *Revista espaço acadêmico*. 2003.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BUTLER, Judith. *Caminhos divergentes – judaicidade e crítica do sionismo*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 75-102. (cap 3)
- DEMO, Pedro. **Introdução á metodologia científica**. São Paulo: Altas, 1985.
- JAREK; Márcio. Vida e Política em Walter Benjamin. *Sofia, Vitória (es)*, v. 6, n. 1, p. 62-77, jan./jun. 2017

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

ZANETTE, Marcos Suel. **Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil.** *Educ. rev.* [online]. 2017, n. 65, p. 149-166. ISSN 0104-4060. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.47454>.

RANGEL, Marcelo de Mello. Violência e história em Walter Benjamin a partir da crítica de Derrida. **Ítaca**(UFRJ), v. 19, p. 174-185, 2012.

REIS, Edson Sá dos. Violência Mítica e Violência Divina em Walter Benjamin. **Cadernos Walter Benjamin**, v. 13, p. 129-141, 2014.

**Estado e capitalismo dependente no Brasil (1964-1985): planejamento
econômico, industrialização e conflito de classes
Políticas de planejamento econômico durante a ditadura militar brasileira
(1964-1985)**

Glauber Lopes Xavier⁷⁶
Wennder Jonas dos Reis Souza⁷⁷

Resumo: As políticas de planejamento econômico mostram como foram desenvolvidos os aspectos de decisões econômicas durante o período da ditadura militar. Aponta as oscilações dos planos estabelecidos, evidenciando o cenário criado para o desenvolvimento da economia, retratado desde a Era Vargas (1930-1945) até o final da última ditadura (1964-1985). Integra como referência, dados de leituras de todo o paradigma que se constituía na imagem de um Brasil no rumo do desenvolvimento, mostrando distúrbios e nuances na política adotada em todo contexto histórico. Os resultados encontrados mostram os degraus avançados na instauração de ações que galgavam a manutenção e desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Planejamento econômico, Ditadura militar, Desenvolvimento.

Introdução

Com o intuito de apresentar as atividades, o processo e discutir as políticas de planejamento econômico durante a ditadura militar brasileira⁷⁸ mostrando como foi dada a situação que resultou em tal movimento. Para tanto será necessário retomar o período Vargas até o então famigerado golpe de 1964.

Para a realização deste estudo lançou-se mão de diversas visões oriundas de economistas, sociólogos, antropólogos e pensadores a respeito de todo contexto econômico da época evidenciando os aspectos positivos e negativos. Onde passava por fortes mudanças e articulações de estratégias para conseguir alavancar a economia brasileira através de conchaves no circuito econômico. Deverá com mais ênfase compreender as políticas econômicas de planejamento empregues durante o regime militar em um capitalismo dependente.

O planejamento público busca consolidar o melhor desempenho, promovendo investimentos por meio da coordenação de programas ligadas as cadeias produtivas e da

⁷⁶ Orientador. Doutor em Sociologia e professor do curso de ciências econômicas.

⁷⁷ Graduando do curso de ciências econômicas e bolsista de iniciação científica.

⁷⁸ Sob o comando de sucessivos governos militares, de caráter autoritário e nacionalista que derrubou o governo de João Goulart, presidente eleito democraticamente. Instaurado em 31 de março de 1964 e durou até 15 de março de 1985.

oferta de incentivos financeiros, por meio de acesso a instituição de pesquisa e desenvolvimento e apoio a empresas.

Desenvolvimento

De início o governo Vargas aponta rupturas nos modelos oligárquicos cafeeiros, que tinha como total controle das áreas de produção, governo este que era visto como inovador e que trilharia um novo rumo a economia brasileira baseando principalmente no planejamento e urbanização deixando para trás o modelo antigo agroexportador, onde visava bastante a industrialização.

As ideias do governo Vargas estabeleciam um novo paradigma onde colocava o país independente e tendo autonomia diante ao mercado externo. De imediato foram constatados problemas o que resultou em fracasso no desenvolvimento industrial, mas o objetivo central era mudar o foco das exportações para que não fossem somente bens primários. Com isso, foram instauradas as indústrias bases⁷⁹ que eram o suporte para este desenvolvimento.

Já no final da era Vargas marcava-se um novo tempo para a economia e para a política do país, com uma estrutura liberalista e industrial sendo uma espécie de chamativo para que empresas se instalassem e se desenvolvessem no Brasil.

Na visão de Celso Furtado⁸⁰, a dificuldade da transição de uma economia colonial para uma economia nacional decorre do fato de que, as rupturas feitas no passado colonial e com o centro capitalista nunca foram levadas até o final, o Brasil acabou preso as teias da dependência. Para Florestan Fernandes⁸¹ as mudanças de classes são suficientes para caracterizar a inserção subalterna no processo de globalização de negócios do Brasil.

Entrando no governo Dutra, as condições para a entrada de capital estrangeiro, principalmente norte americano, gerou estímulos as importações, porém houve graves consequências como congelamento de salários, inflação alta, recessão econômica e perda de poder aquisitivo de grande parcela da população brasileira. A celebre frase de Juscelino Kubitschek, marcou o período em questão, onde foram edificadas altas taxas de crescimento econômico às custas da abertura da dívida externa, “O Brasil vai viver 50 anos em 5”.

⁷⁹ Indústria de base é o tipo de indústria em que a sua produção é absorvida por outras indústrias, ou seja, produzindo máquinas ou matéria-prima.

⁸⁰ Foi um economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX.

⁸¹ Foi um sociólogo e político brasileiro. Foi deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, tendo participado da Assembleia Nacional Constituinte.

Por sua vez, participou da organização do espaço industrial brasileiro por meio da internacionalização da economia. Tal prática política abriu espaço para a entrada de capitais estrangeiros, em especial aqueles ligados à indústria automobilística. Esse período é marcado pelo tripé da economia: capital estatal alocado em indústrias de base e em investimentos em comunicação, energia e transportes notadamente, ao passo que o capital privado nacional se concentrou no investimento de indústrias de bens de consumo não duráveis e o capital privado internacional era voltado ao desenvolvimento de indústrias de bens de consumo duráveis.

Ao ser elaborado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), por Celso Furtado e San Tiago Dantas, já no governo de João Goulart, para uma tentativa de combater os altos índices de inflação, essa proposta visava combater a inflação e fazer o Brasil crescer cerca de 7% ao ano, ao passo de querer que se inicie uma política de distribuição de renda. Esse plano, fazia grandes investimentos no mercado interno acreditando numa taxa de crescimento industrial brasileiro em cerca de 70%.

Para a execução partia de um princípio de substituição das mercadorias importadas por nacionais, feito de forma gradual, acreditava-se que a valorização da mercadoria faria com que a economia do mercado nacional crescesse. O Plano Trienal, enquanto proposta de continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista, pressupunha a vigência do populismo como uma de suas condições de viabilização

Mas com todos os apontamentos levantados pelo plano, sua aplicação e prática tornava visível a fraqueza das propostas e era inevitável seu fracasso, além de que, na medida em que o pacto populista já não mais conseguia enquadrar os antagonismos de seus participantes, abria-se espaço para uma radicalização progressiva das posições nele envolvidas. “Numa ditadura não se daria para fazer uma passeata pela democracia. Na democracia, você pode fazer uma passeata pedindo ditadura”⁸²

Em março de 1964, o golpe militar, era posto em prática com um conspiratório comício⁸³, no Rio de Janeiro, onde acabaram isolando politicamente o presidente. Esta opção

⁸² Citação oral de Mario Sérgio Cortella, em 10 de Abril de 2018 - Redação Semana On.

⁸³ O Comício da Central ou Comício das Reformas foi realizado no dia 13 de março de 1964 na Praça da República na cidade do Rio de Janeiro, situada em frente à estação da Central do Brasil. Por volta de 200 mil pessoas se reuniram para ouvir o discurso de João Goulart, Presidente da República, e do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Na ocasião, Jango assinou dois decretos, com toda a Soberania que a Constituição de 1946 o possibilitava. O primeiro deles era simbólico e consistia na desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás. O segundo, chamado decreto da SUPRA, Superintendência da Reforma Agrária, declarava sujeitas a desapropriação de propriedades subutilizadas, especificando a localização e a dimensão das que estariam sujeitas à medida. O presidente revelou também que estavam em preparo a reforma urbana, gerando um espantinho para a classe média temerosa de perder

surgia como alternativa para a defesa dos interesses norte-americanos e da burguesia industrial brasileira, para que todo avanço na área social era relacionado a questão ideologia e de consumo, onde criavam um clima de prosperidade para frear qualquer contestação do regime que estava sendo implantado.

Vale observar que os militares propuseram planos e metas: Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966); Metas e bases para a Ação governamental (1970-1972); I, II e III Plano de Desenvolvimento (1972-1985).

Com uma nova estratégia sendo colocada em prática o Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966), PAEG, conseguiu recuperar em algumas medidas percorridas pelo Plano Trienal. Nesse novo momento tinha-se em ênfase na redução dos gastos do governo e também na remoção do excesso de demanda provocada pelas políticas populistas anteriores de juros baixos e aumentando os salários acima da produtividade.

As empresas estatais eram estimuladas a fixar preços de seus produtos com base em planilhas de custo, ampliando sua capacidade produtiva sem colidir com as contas do governo. A arrecadação de impostos cresceu a partir do ano de 1965, a respeito da reforma tributária centralizadora e também a aplicação da correção monetária aos tributos. Em linhas gerais, o PAEG teve sucesso pois a inflação caiu entre 1964 e 1967, a estabilidade de preços em conjunto com a reforma financeira deixa a economia em condições favoráveis para a retomada do crescimento em 1968.

Nos regimes pós-64, decididos a controlar a inflação, os planos tinham como meta institucionalizar a transferência de excedente reduzindo o papel do Estado no mercado de capitais, na perspectiva de Paul Singer⁸⁴. A tabela a seguir mostra o saldo de transações correntes (serviços e de balanças comerciais) mostrando o valor das entradas líquidas de capital estrangeiro, nela podemos observar que predominam os investimentos diretos que neste período a maior parte dos empréstimos obtidos amortizam as dívidas anteriores. Não há como desconhecer também que as políticas trabalhistas implantadas após 1964 obtiveram elevadas taxas de crescimento a partir de 1968. Entretanto essa internacionalização da economia brasileira gerou aumentos drásticos da dívida externa e dependência do capital estrangeiro, minimizado pelas taxas baixas de juros no mercado internacional e pelo crescimento. A modernização da economia deu-se via aprofundamento da dívida externa,

seus imóveis para os inquilinos, e propostas a serem encaminhadas ao Congresso, que previam mudanças nos impostos e concessão de voto aos analfabetos e aos quadros inferiores das Forças Armadas.

⁸⁴ Paul Israel Singer (Viena, 24 de março de 1932–São Paulo, 16 de abril de 2018) foi um professor e economista brasileiro.

responsável pela experiência do “Milagre Econômico” (1968-73), quando o Brasil apresentou exorbitantes taxas de crescimento econômico, acima de 10% ao ano.

Capital estrangeiro no Brasil				(US\$10 ⁶)
no	Saldo de transações correntes	Empréstimos e financiamentos (líquido)	Investimentos diretos (líquidos)	Renda de investimentos (líquidos)
959	-331	62	124	-232
960	-478	-69	99	-310
961	-222	152	108	-290
962	-389	15	69	-212
963	-114	-114	30	-174
964	140	-50	28	-262
965	368	59	70	-348
966	54	158	74	-394
967	-237	86	76	-514
968	-508	99	61	-456
969	-281	520	124	-522
970	-562	767	108	-706
971	-1307	1168	124	-840

Fonte: Conjuntura Econômica, novembro de 1972.
(Singer, 1976)

O objetivo do I Plano Nacional de Desenvolvimento era preparar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Brasil nas décadas seguintes, com destaque em setores como telecomunicação e transportes, além de pressupor investimentos em ciência e tecnologia e a expansão das indústrias naval, siderúrgica e petroquímica, como a usina hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica. Para isso, articulava empresas estatais, bancos oficiais e outras instituições públicas na elaboração de políticas setoriais. A crise do petróleo de 1974, porém, interrompeu o ciclo e forçou uma mudança de rumo na economia, levando o general Ernesto Geisel, sucessor de Médici, a lançar o II Plano Nacional de Desenvolvimento.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, foi instituído durante o governo do general Ernesto Geisel⁸⁵ e tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. Este plano acabou sendo o mais relevante pois foi uma resposta à crise, decorrente ao “choque do petróleo”⁸⁶ ao final do chamado “milagre econômico”⁸⁷, período onde teve crescimentos significativos ao ano. Firmando-se politicamente devido ao capital financeiro nacional e às oligarquias tradicionais, entretanto apesar de investimentos feitos o II Plano Nacional de Desenvolvimento não houve êxito que galgava e a dívida externa aumentou de forma significativa enquanto o plano estava em vigência. O plano se propôs a realizar um ajuste estrutural na economia brasileira. Enquanto os ajustes conjunturais se referem a medidas de regulação da economia ou de gestão da política econômica no curto prazo (através da utilização de instrumentos tais como taxa de câmbio, taxa básica de juros, regras para exportação e importação, tributação), o ajuste estrutural teve como objetivo reorganizar as bases da economia.

Há evidências onde relatam o ritmo e o modo de expansão do Estado no período pós-64 e fornece os principais números de crescimento empresarial do governo. Examinando as bases de sustentação material dessa atividade que era constituída pela expansão orçamentária e extra orçamentária, que são compreendidos os grandes fundos sociais (FGTS, PIS/PASEP e outros) e a via do endividamento interno do governo, através da venda de títulos da dívida pública (ORTN e outros).

Considerações Finais

Ao longo dos governos militares, foram surgindo sinais de desgaste do modelo político-econômico adotado. A década de 1980 é conhecida, como “a década perdida”, pois neste período o Brasil vivenciou os maiores índices de inflação, com constantes correções monetárias diárias e retração da atividade industrial. Na economia não se pode afirmar que há milagres, mas no capitalismo há eventos inesperados e para compreender as economias é necessário um exame científico da teoria das crises.

O Brasil, neste contexto histórico, desponta como nação emergente apta a investimentos externos em grande escala. A principal consequência nesse período foi o

⁸⁵ Ernesto Geisel foi um militar e político, tendo sido o 29º Presidente do Brasil (1974-1979).

⁸⁶ Choque do Petróleo o termo foi usado para explicar a oscilação do valor do petróleo.

⁸⁷ O “milagre” está relacionado com o rápido e excepcional crescimento econômico pelo qual passou o Brasil. Este crescimento foi alavancado pelo Programa de Ação Econômica do Governo.

empobrecimento do trabalhador, enquanto a classe média consumia, o trabalhador vivia na miséria quase que absoluta. A infraestrutura criada pelos governos militares não resolveu os problemas sociais do país.

O país neste período desponta como nação emergente apta a investimentos externos, mas a consequência principal ocasionada foi o empobrecimento do trabalhador que vivia em miséria quase absoluta enquanto a classe média consumia, as tecnoestruturas criadas pelos governos militares não resolveram os problemas sociais do país. Além de que toda a liberdade de expressão e de organização era quase inexistente.

A interpretação de todos os processos das políticas de planejamento, assim como o grau de alteração de seu encadeamento, oscila conforme as metas são atingidas e também do modo de atuação que órgão planejador de acordo com a legislação em vigor.

Referências

CASTRO, Antônio Barros de. SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FIORI, José Luís. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

KON, Anita (org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MINDLIN, Betty (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SINGER, Paul. **A Crise do “milagre”**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

TAVARES, Maria Conceição. **O Grande Salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário**/ Maria Conceição Tavares, José Carlos de Assis. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

Análise dos custos do sistema de compensação de energia elétrica no fornecimento pela geração distribuída em Goiás

Bárbara Kamilla P. M. Costa⁸⁸
Luiz Batista Alves⁸⁹

Resumo: A energia, nas suas mais diversas formas, é imprescindível para sociedade humana. O progresso tecnológico interligado ao crescimento energético, promoveram alterações climáticas e ambientais. Com as crises energéticas, tornou-se crucial para alguns países repensar qual a melhor forma de ofertar energias buscando alternativas limpas e renováveis. Com o crescimento populacional provocou-se o aumento do consumo de energia, que tem refletido a preocupação de aumentar a demanda energética em conjunto com a oferta de energias alternativas, reduzindo o uso de combustíveis fósseis. Com o desenvolvimento da indústria, ocorreu a expansão da demanda de energia elétrica no mundo, junto à crescente preocupação com a preservação do meio ambiente e a diversificação da matriz energética, a partir de fontes renováveis, como a biomassa, eólica e solar. Esta, considerada uma fonte abundante e acessível a todos. O objetivo desse estudo é analisar a quantificação dos custos e benefícios da geração distribuída de energia elétrica fotovoltaica à rede de distribuição elétrica em Goiás. Essa é uma pesquisa bibliográfica descritiva e será pautada na busca de análises do tema proposto, através do método hipotético dedutivo. Os resultados serão apresentados de maneira qualitativa para dados bibliográficos e quantitativos para análise dos dados.

Palavras-chave: Energias Renováveis. Energia Solar Fotovoltaica. Matriz Energética. Demanda Energética.

Introdução

A energia, nas suas mais diversas formas, é imprescindível para sociedade humana. Com a evolução do trabalho ao longo dos anos, desenvolveu-se a otimização de tarefas que levou ao aumento de novas formas de utilização de energia à medida que foram sendo descobertas.

O suprimento energético, como, a eletricidade, tornou-se um recurso indispensável para o desenvolvimento socioeconômico de muitos países, com avanços tecnológicos e transmissão para seu uso final (CAPEL, 2012 apud CASTILHO, 2013).

Uma das primeiras fontes de energia utilizadas em larga escala pelo homem na era do vapor foi o carvão mineral proveniente da combustão. Com o desenvolvimento da máquina a vapor, o aumento do consumo de energia elétrica se tornou mais intenso (AMARAL, 2010 apud FARIAS; SELLITO, 2011).

⁸⁸ Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás – Campus CSEH. E-mail: barbaracosta.economia.22@gmail.com.

⁸⁹ Orientador deste trabalho. Docente do Curso de Ciências Econômicas, UEG/Campus CSEH Anápolis - Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: lbalves@ueg.br.

O uso do combustível utilizado durante muito tempo da madeira, seguido do carvão vegetal e mineral foi substituído com o passar dos anos, apesar de sua abundância, armazenagem e custo inferior, pela grande expansão da indústria petrolífera com a exploração de campos e a perfuração de poços de petróleo no século XX, com o uso do combustível, derivado do petróleo, como a principal fonte de energia do mundo (DIONYSIO; MEIRELLES, 2018 apud ALVES, 2018, p. 5).

Embora o petróleo ainda seja a principal fonte de energia no mundo, se intensificou a busca por novas fontes de energia. As crises energéticas tornaram-se cruciais para alguns países repensarem melhor sua forma de ofertar energias e passarem a buscar alternativas limpas e renováveis. Aliado a isso, a preocupação futura dos recursos naturais.

O progresso tecnológico interligado ao crescimento energético e ao crescimento populacional promoveram alterações climáticas e ambientais. Com isso, o mundo se vê na necessidade de promover a redução da oferta de combustíveis fósseis, que contém alta quantidade de dióxido de carbono, possibilitando através de novas fontes de energias alternativas menos poluentes e renováveis, a geração de forma sustentável de energia.

A expansão do consumo de energia de forma irregular reflete em aspectos negativos em sua produção, sendo um deles o esgotamento dos recursos naturais. É preciso que cada fonte ou recurso energético seja aproveitado, visando uma forma compatível e consciente dos benefícios proporcionados e à minimização dos impactos negativos causados.

Com o desenvolvimento da indústria, expandiu-se a demanda de energia elétrica no mundo, junto a crescente preocupação com a preservação do meio ambiente e a diversificação da matriz energética, a partir de fontes renováveis, como a biomassa, eólica e solar. Esta, considerada uma fonte abundante e acessível a todos.

Apesar de o Brasil possuir umas das maiores riquezas energéticas do mundo, que é a geração de energia elétrica a partir de fontes hídricas, segundo Abbud e Tancredi (2010), o país vem utilizando cada vez menos essa reserva de fonte renovável, e passando a gerar energia elétrica cada vez mais poluente e cara, através de fontes térmicas.

Para Trannin (2016, p. 5) “Em um horizonte de longo prazo, estima-se que a matriz energética brasileira apresente redução gradativa da participação da energia hidrelétrica na geração elétrica no longo prazo”. Nesse sentido, existe a necessidade de aumentar a oferta de energia de forma integrada, desenvolvendo a sociedade nas áreas econômica, social e ambiental.

O Brasil possui um alto potencial para o aproveitamento de energias renováveis, principalmente a solar fotovoltaica, devido a sua posição geográfica. A energia fotovoltaica é produzida a partir da luz solar. Quanto maior for a radiação, maior será a capacidade de produção de eletricidade.

Assim, como em grande parte do Brasil, o estado de Goiás desempenha um papel relevante na geração de energia no conjunto da produção nacional, e possui geração de energia elétrica centralizada. Ainda que a matriz energética de Goiás seja composta majoritariamente por hidrelétricas, o percentual proveniente de outras fontes vem crescendo significativamente, como é o caso da energia solar ao longo dos anos.

O destaque absoluto entre todas as fontes se dá à energia solar fotovoltaica, onde Goiás apresenta localização privilegiada, o que lhe permite uma utilização abundante e distribuída. A opção pela geração própria tem como propósito a redução das altas nos preços da energia e possíveis ganhos em competitividade.

De acordo com a Aneel (2018, p. 6) a geração distribuída:

[...] permite que a energia excedente gerada por uma unidade consumidora com micro ou mini geração seja injetada na rede da distribuidora e posteriormente utilizada para abater o seu consumo mensal. Nos casos em que a energia injetada, ao final do ciclo de faturamento, é superior à energia consumida, o consumidor recebe um crédito em energia (kWh) a ser utilizado para abater o consumo dos meses subsequentes (ANEEL, 2018, p. 6).

A geração distribuída de energia solar fotovoltaica traz benefícios econômicos, sociais e ambientais importantes, contribuindo para diversificação da matriz energética, gerando empregos, reduzindo os níveis de emissão de gases efeito estufa, reduzindo perdas na distribuição e transmissão de energia, colocando o consumidor no centro da tomada de decisões, tornando-os mais independentes e produtores ativos.

Composto por células fotovoltaica de cristais de silício purificado, os painéis solares, que são produzidos na China, necessitam ser importados atualmente e apresentam custos muito elevados. Apesar disso, o custo de operação da distribuição solar é mínimo e a manutenção é quase inexistente, apresentando uma vida útil em torno de 25 anos, permitindo a montagem dos painéis de forma simples e com fácil portabilidade (MANCILHA, 2013).

O presente trabalho tem como objetivo analisar a quantificação dos custos e benefícios da geração distribuída de energia solar fotovoltaica de pequeno porte no estado de Goiás com a adaptação das regras de conexão à rede de distribuição elétrica.

Referencial Teórico

A humanidade conta com a constante evolução de suas necessidades energéticas, em especial, o crescimento no emprego de fontes de energia cada vez mais eficientes, como é o caso da energia solar.

Ao longo dos séculos, foram-se agregando novas fontes de energia, tais como os combustíveis fósseis (gás natural, petróleo, carvão mineral). Apesar de o carvão ser um dos combustíveis mais consumidos no mundo, foi o petróleo que se consolidou e pressionou o desenvolvimento tecnológico de indústrias de produção do século XX (CARVALHO, 2008).

“A energia eólica teve a sua primeira utilização na navegação pelos egípcios, fenícios e romanos entre outros povos” (FARIAS; SELLITO, 2011, p. 9). A energia eólica é uma forma de energia amplamente disponível na natureza, utilizando-se de barcos à vela, aerogeradores ou moinhos.

Segundo a ANEEL (2003), com a crise internacional do petróleo (década de 1970), houve a necessidade e o interesse de investimentos para geração em escala comercial de energia eólica no final do século XX.

Assim como a energia eólica, a energia hidráulica advém de um recurso abundante na Terra, rios com grandes extensões, não contribuindo para o aquecimento global, sendo uma fonte de energia limpa e renovável. Grande parte da energia produzida no Brasil é gerada por usinas hidrelétricas.

O Brasil possui um potencial significativo para geração de energia elétrica solar. Apesar de seu alto nível de irradiação, o uso da fonte solar não apresenta a mesma relevância em relação outros países, como Alemanha, França, China (NASCIMENTO, 2017).

A radiação solar incidente na terra exerce um papel fundamental em muitas atividades humanas, como é o caso da agricultura, a arquitetura e o planejamento energético, constituindo uma opção alternativa de energia limpa e renovável (MARTINS et al., 2004).

O Brasil, por estar localizado numa Zona Intertropical, próximo à linha do equador, possui um grande potencial de energia solar durante todo o ano, capaz de ofertar benefícios em longo prazo ao país, viabilizando o desenvolvimento em regiões remotas, onde o custo da energia elétrica pela rede convencional é caro, melhorando o acesso da população à eletrificação via energia solar por geração distribuída.

O Brasil apresenta uma radiação solar média acima de 2500 horas/ano, por ter como característica principal o clima tropical. Desta forma a energia solar fotovoltaica poderá ser bem mais utilizada, principalmente em regiões remotas em que a rede de distribuição não alcançou. (NASCIMENTO, 2004, p. 3).

A principal fonte de energia para geração de eletricidade no Brasil é a energia hidráulica. Segundo Martins et al. (2004), as usinas hidrelétricas produzem um impacto ambiental devido a ocorrências de alagamentos em regiões de cultivo, além do mais, os reservatórios brasileiros para geração de energia elétrica tendem a se esgotar nas próximas décadas.

Ainda de acordo com Martins *et al.* (2004), o consumo de energia mais que triplicou após a Revolução Industrial, com uma tendência de crescimento da demanda energética de 4%, resultado de uma qualidade de vida melhor nos países em desenvolvimento.

Apesar de a energia solar fotovoltaica ser uma fonte de energia limpa e renovável em pequena escala, é considerada uma tecnologia promissora, devido ao aumento gradativo nos custos do petróleo, provocando assim, um aumento significativo da indústria solar no mercado (KEMERICH et al., 2016).

O baixo nível instrucional e econômico da maior parte da população no Brasil limita o desenvolvimento do mercado de energia solar fotovoltaica, gerando um desafio e causando a dependência por energia elétrica pela rede de distribuição.

Nos dias atuais a busca pela autossuficiência em geração de energia, inserido a uma possível diversificação da matriz energética, gera a procura por diferentes fontes energias alternativas que possam suprir a demanda do país (ALVES, 2018).

Ainda que as características climáticas observadas no Brasil sejam diferentes, constata-se que a média anual de irradiação solar apresenta uma uniformidade expressiva, com médias anuais relativamente altas em todo país (KEMERICH et al., 2016).

A radiação solar é um dos principais fatores climáticos do estado de Goiás, o que favorece a implantação de energia fotovoltaica. Goiás compreende dois períodos definidos, seco (abril a setembro) e úmido (outubro a março) sofrendo influência do sistema tropical (FERNANDES et al., 2016).

De acordo com o então Secretário das Cidades e do Meio Ambiente, Vilmar Rocha (2015), a geração de energia solar fotovoltaica no estado de Goiás tem crescido através de iniciativas de incentivo e isenção de ICMS, tributação, financiamento e desburocratização

para o fomento de energia solar, expandindo o planejamento da matriz energética solar fotovoltaica para o estado.

Conforme o Instituto Mauro Borges (IMB, 2017, p. 43):

O atendimento a consumidores de energia em Goiás, nos últimos dez anos, aumentou em quase 50% [...] além do crescimento geral de consumidores atendidos, o consumo de energia também apresentou expressiva elevação, principalmente o residencial (IMB, 2017, p. 43).

Nos últimos anos tem surgido à ideia de produzir energia elétrica em residências, em pequena escala, de forma distribuída, estabelecendo condições para o acesso de micro geração e mini geração aos sistemas de energia elétrica, possibilitando o crescimento da matriz energética do país de forma sustentável (MORAES, 2013).

Conforme a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2018), a energia solar produzida pelos consumidores será conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras.

Para Mancilha (2013), quando a energia for obtida de forma descentralizada, todas as regiões passarão a ter acesso à luz elétrica, em especial, as zonas rurais que sofrem um déficit na oferta de energia, poderão se desenvolver, aumentando a mão de obra, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico.

Metodologia

Essa é uma pesquisa bibliográfica descritiva e será pautada na busca de análises do tema proposto. Os resultados serão apresentados de maneira qualitativa para dados bibliográficos e quantitativos para análise dos dados. A seleção dos artigos para pesquisa bibliográfica se darão através da mídia eletrônica, *SciELO*, Google Acadêmico, Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As palavras de busca serão geração distribuída, energia solar fotovoltaica e rede de distribuição elétrica.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho foi assinalada a importância do planejamento energético, em conjunto às energias renováveis e a geração distribuída, ressaltando os seus benefícios econômicos, sociais e ambientais. Neste âmbito, espera-se ao analisar os custos e benefícios

da geração de energia solar fotovoltaica encontrar resultados satisfatórios, os principais efeitos sobre a população e o que irá agregar para quem a produz.

Pressupõe-se, também, que mesmo com um custo inicial relativamente alto, a tendência é que novos sistemas solares fotovoltaicos sejam instalados nos próximos anos em residências e estabelecimentos comerciais, além de investimentos em novas usinas de médio e grande porte, para a geração distribuída de energia elétrica. Com isso, haverá maior contribuição para o incremento na matriz energética estadual e nacional.

Referências

ABBUD, Omar Alves; TANCREDI, Marcio. Transformações recentes da matriz brasileira de geração de energia elétrica - causas e impactos principais. **Senado Federal. 2010**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-69-transformacoes-recentes-da-matriz-brasileira-de-geracao-de-energia-eletrica-causas-e-impactos-principais>. Acesso em: 31 mar. 2019.

ALVES, Luiz Batista. Energias Renováveis: análise da geração fotovoltaica no Brasil e Goiás. **Instituto Mauro Borges. 2018**. Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1574:energias-renov%C3%A1veis-an%C3%A1lise-da-gera%C3%A7%C3%A3o-fotovoltaica-no-brasil-e-goi%C3%A1s-dezembro-2018&catid=10&Itemid=212. Acesso em: 31 mar. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Energia Solar 3**. Brasília: ANEEL, 2003. Disponível em: [http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/03-Energia_Solar\(3\).pdf?fbclid=IwAR2NJCdsr5ljmFm-bBJcwGRF4JrINOD3P7Iuz1gzmZjDlmKvobbveJ6kGFs](http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/03-Energia_Solar(3).pdf?fbclid=IwAR2NJCdsr5ljmFm-bBJcwGRF4JrINOD3P7Iuz1gzmZjDlmKvobbveJ6kGFs). Acesso em: 23 mar. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Revisão das regras aplicáveis à micro e mini geração distribuída – Resolução Normativa nº 482/2012**. Brasília: ANEEL, 2018. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/documents/656877/18485189/6+Modelo+de+AIR+-+SRD+-+Gera%C3%A7%C3%A3o+Distribuida.pdf/769daa1c-51af-65e8-e4cf-24eba4f965c1>. Acesso em: 31 mar. 2019.

CARVALHO, Joaquim Francisco. Combustíveis Fósseis e Insustentabilidade. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 60, n. 3, 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60n3/a11v60n3.pdf?fbclid=IwAR2sP6MKSfQ4c0pglGA4IM3YrF8JK7LYtk-WLwc_2yHC4pRbX9aGmy5VC8c. Acesso em: 18 mar. 2019.

CASTILHO, Denis. As redes de energia elétrica em Goiás e os padrões espaciais de produção, transmissão e distribuição. **Geo Crítica**. Trabalho apresentado no II Simpósio Internacional Eletrificação e Modernização Social - Universidade Federal de Goiás, 2013. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jDOP4AXdT3AJ:www.ub.edu/geocr>

it/IISimp-Eletr-SaoPaulo/DenisCastilho.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 31 mar. 2019.

FARIAS, Leonel Marques; SELLITO, Miguel Afonso. Uso da energia ao longo da história: evolução e perspectivas futuras. **Revista Liberato**. Novo Hamburgo, v. 12, n. 17, 2011.

Disponível em:

[http://www.liberato.com.br/sites/default/files/arquivos/Revista_SIER/v.%2012,%20n.%2017%20\(2011\)/1.%20Uso%20da%20energia%20ao%20longo%20da%20hist%F3ria.pdf](http://www.liberato.com.br/sites/default/files/arquivos/Revista_SIER/v.%2012,%20n.%2017%20(2011)/1.%20Uso%20da%20energia%20ao%20longo%20da%20hist%F3ria.pdf). Acesso em: 31 mar. 2019.

FERNANDES, D. S. et al. Estimativa da Radiação Solar Global com Base em Observações de Temperatura para o Estado de Goiás. **Revista Brasileira de Meteorologia**. São Paulo, v. 33, n. 3, 2016. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-77862018000300558&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 maio 2019.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS

SOCIOECONÔMICOS. **Goiás no contexto nacional**. Goiânia: IMB, 2017. Disponível em:

http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=861:estado-de-go%C3%A1s-no-contexto-nacional-2017&catid=23&Itemid=186. Acesso em: 23 mar. 2019.

KEMERICH, Pedro Daniel da Cunha; et al. Paradigmas da energia solar no Brasil e no mundo. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. Santa Maria, v. 20, n. 1, 2016. Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Ri9Q4AqnwREJ:https://periodicos.ufsm.br/reget/article/download/16132/pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 18 maio 2019.

MANCILHA, Kamila. **Aplicação de Energia Fotovoltaica para prédios administrativos e áreas industriais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Elétrica) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:74vhHjF4uV8J:www.ufjf.br/prh-pb214/files/2014/01/Kamila-Aplica%25C3%25A7%25C3%25A3o-de-energia-fotovoltaica-para-pr%25C3%25A9dios-administrativos-e-%25C3%25A1reas-industriais.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 23 mar. 2019.

MARTINS, Fernando Ramos; PEREIRA, Enio Bueno; ECHER, Mariza Pereira de Souza.

Levantamento dos recursos de energia solar no Brasil com o emprego de satélite

geoestacionário - o Projeto Swera. **Revista Brasileira de Ensino de Física**. São Paulo, v. 26,

n. 2, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172004000200010&fbclid=IwAR3bewtsFo0ujua2Ua9OJddOladUQJLG6WTA-go8cfmDERYxOH1m0E8-3SY.

Acesso em: 12 abr. 2019.

NASCIMENTO, Cássio Araújo do. **O Princípio de Funcionamento da Célula Fotovoltaica**.

Trabalho de Especialização (Pós-Graduação Lato-Sensu em Fontes alternativas de energia) -

Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2004. Disponível em:

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:0tQq2_ohcnYJ:https://www.solenerg.com.br/files/monografia_cassio.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 18 maio 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Limp. Energia Solar No Brasil: Situação e Perspectivas. **Câmara dos Deputados**. 2017. Disponível em:

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ihI9TjOdWYIJ:bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/32259/energia_solar_limp.pdf%3Fsequence%3D1+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 23 mar. 2019.

TRANNIN, Marcio. Desafios e oportunidades para a geração de energia elétrica por fontes renováveis no Brasil. **FGV Energia**. 2016. Disponível em:

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Jl3fP5tsDzcJ:www.fgv.br/fgvenergia/marcio_trannin_fontes_renovaveis/files/assets/common/downloads/publication.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 12 abr. 2019.

Unidade de Conservação Parque Nacional Chapada dos Veadeiros e principais características das cidades onde se localiza

Amanda Barbosa Rêgo⁹⁰
Joana D'arc Bardella Castro⁹¹
Talita Freitas Souza Barros⁹²

Resumo: O cerrado é um relevante bioma nacional, sendo considerado a Savana mais rica do mundo, quanto à sua biodiversidade. Em contraposição à sua importância ambiental, sofre grande degradação humana motivada, primordialmente, pela exploração agropecuária. A Unidade de Conservação Permanente de maior relevância no cerrado é o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (PNCV), que se localiza nas cidades goianas de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança. Realizou-se pesquisa bibliográfica sobre as Unidades de Conservação, PNCV e histórico das cidades em que se situa. Dados estatísticos de institutos de renome nacional foram utilizados para trazer algumas características sociais e econômicas dos municípios pesquisados. Percebeu-se que as cidades goianas que comportam a PNCV são pequenas, com uma renda salarial média menor que 02 salários mínimos. Há grande potencial para a exploração sustentável desta área de preservação ambiental por meio do ecoturismo, que possibilita a conservação ambiental na medida em que o Parque se torna conhecido e apreciado, além de gerar renda e trabalho para a população local.

Palavras-chave: Cerrado, Unidades de Conservação Ambiental, Parque Nacional Chapada dos Veadeiros.

Introdução

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando 22% do território nacional. Além disso, as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América Latina se localizam nesse ecossistema, o que gera uma grande biodiversidade, sendo conhecida como a Savana mais rica do mundo (BRASIL, 2018).

Apesar de sua importância, e perdendo somente para a Mata Atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofre com a ocupação humana, ocasionada principalmente pela intensa exploração agropecuária existente ao longo de sua extensão. Há ainda o agravamento da degradação, pelo fato de ser uma vegetação bastante desprotegida, pois somente 8,21% de

⁹⁰ Aluna especial no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC) e Graduanda do Curso de Ciências Econômicas, ambos na Universidade Estadual de Goiás. E-mail: amandabrego@hotmail.com.

⁹¹ Orientadora deste trabalho. Doutora pela UNB em Economia. Professora das Pós-Graduações Stricto Sensu Renac e Teccer na Universidade Estadual de Goiás. E-mail: joanabardellacastro@gmail.com.

⁹² Coorientadora deste trabalho. Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), bolsista CAPES/BRASIL. E-mail: economia.talita@gmail.com

sua extensão é legalmente constituída como Unidade de Conservação ambiental (UC) (BRASIL, 2018).

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) é a principal UC do Cerrado. Em 2017, através do Decreto Federal não numerado de 05 de junho de 2017, teve sua dimensão aumentada em aproximadamente quatro vezes, contando atualmente, com a extensão de 240.000 hectares. Se localiza no nordeste goiano nas cidades de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança. É reconhecido nacionalmente e internacionalmente como um bioma com fauna e flora extremamente ricos, tanto que em 2001 foi considerado Patrimônio Natural Mundial pela Unesco (UNESCO, 2017).

Mesmo que o PNCV se estenda pelo território dos municípios acima descritos, a cidade que em primeiro momento mais se beneficiou com o turismo gerado pela sua criação, foi Alto Paraíso, visto o seu distrito de São Jorge, ser a porta de entrada para a reserva ecológica e esta cidade ser considerada o santuário do misticismo, espiritualismo e das terapias naturais. Os demais municípios possuem índices de desenvolvimento humano (IDHM) menores, exploram precipuamente atividades de agropecuárias, e o ecoturismo como atividade econômica aparece em épocas mais recentes com pouca organização e concentração (GOIÁS, 2013).

Ao ser instituída uma UC com proteção integral, que é o caso do PNCV, algumas restrições à exploração da terra são impostas por legislação federal e estadual. Essa regulamentação afeta diretamente municípios que são considerados pobres, o que gerou e gerará consequências sociais e econômicas para essa região.

Assim, pretende-se analisar se existem impactos socioeconômicos efetivos do PNCV sobre as comunidades residentes. Para isso, se fará uma explanação sobre Unidades de Conservação em especial sobre Parques Nacionais; um levantamento sobre a área de preservação Chapada dos Veadeiros em seus aspectos ambientais, físicos, biológicos, dinâmica de uso e ocupação do solo e uma análise dos dados sociais, econômicos e financeiros das cidades onde o PNCV se localiza.

Metodologia e fontes de pesquisa

Para a confecção do trabalho houve a utilização de pesquisa bibliográfica, baseada em livros e artigos científicos, nacionais e internacionais, com predominância de serem dos

últimos 05 anos, relacionados ao tema. Há ainda, a pesquisa documental, com análise de legislação nacional e estadual, informações governamentais e observações de orçamentos públicos disponível nos Portais da Transparência.

O estudo também se fundamenta em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Instituto Mauro Borges (IMB), entre outros.

As cidades investigadas serão Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Terezina de Goiás e São João da Aliança.

As Unidades de Conservação e os Parques Nacionais

O conceito de área de proteção ambiental nasce no século XIX, quando se inicia a conscientização do potencial destrutivo da indústria moderna ao patrimônio natural. Após a segunda guerra mundial a discussão passa a existir em âmbito internacional. Em 1948 é fundada a “União Mundial pela Conservação da Natureza”, uma organização não governamental, formada por mais de 1200 organizações de 91 Estados e 127 agências governamentais de 160 Estados. Com a percepção gradual da alta degradação, houve uma difusão mundial de valores ambientais que culminam na elaboração de um Tratado Internacional das Nações Unidas em 1992 (BASSI, 2016).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, trouxe em seu texto diversas normas que visam proteger e garantir um Meio Ambiente saudável à sua população. Dentre as disposições que tratam do tema, podemos ressaltar seu art. 225, §1º, III, o qual apregoa que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988).

Visando regulamentar este artigo, no ano 2000 foi promulgada a Lei 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esta norma traz, em seu art. 2º a conceituação legal do que seria uma UC:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

As UC podem ser de dois tipos, de Proteção Integral e de Proteção Sustentável⁹³. As primeiras, possuem como objetivo primordial, a preservação da natureza, não se permitindo a intervenção humana, exceto para a manutenção dos processos ecológicos ou pesquisas científicas. Interessante ressaltar que para efeitos legais, este tipo de UC é considerada zona rural, incluindo a sua zona de amortecimento. Dentre as UC de proteção integral encontramos os Parques Nacionais, cuja posse e domínio são públicos (OLIVEIRA, 2017).

Os Parques Nacionais, segundo o art. 11 da lei 9.985/2000, possuem como finalidade basilar a “preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2005). É nessa categoria ambiental, criada pela legislação brasileira, que se encontra o nosso objeto de estudo, o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros.

O I relatório sobre a área de proteção ambiental alpina italiana (*I°ReportdellaRete SAPA*) ensina que as áreas de proteção ambiental possuem três funções principais: i) Planejamento Territorial: permitem uma integração das funções ecossistêmicas, conectividade ecológicas e biodiversidade; ii) Economia Verde: conseguem gerar o desenvolvimento econômico, social e cultural da população local; iii) Mudanças Climáticas: limitam os efeitos negativos das alterações climáticas da região (AMATO, 2017).

Breve Histórico do PNCV

Pinturas rupestres indicam que a região da Chapada dos Veadeiros teve seus primeiros sinais de habitação há 10.000 anos. Como o local é de difícil acesso, vários grupos indígenas (principalmente os Crixás e Canoeiros) e quilombolas se refugiaram na região no século XVIII, com o intuito de se instalarem em local seguro. Em 1737 se inicia a extração

⁹³ As Unidades de Uso Sustentável têm como escopo principal harmonizar a proteção da biodiversidade e da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais pelas populações residentes (OLIVEIRA, 2017).

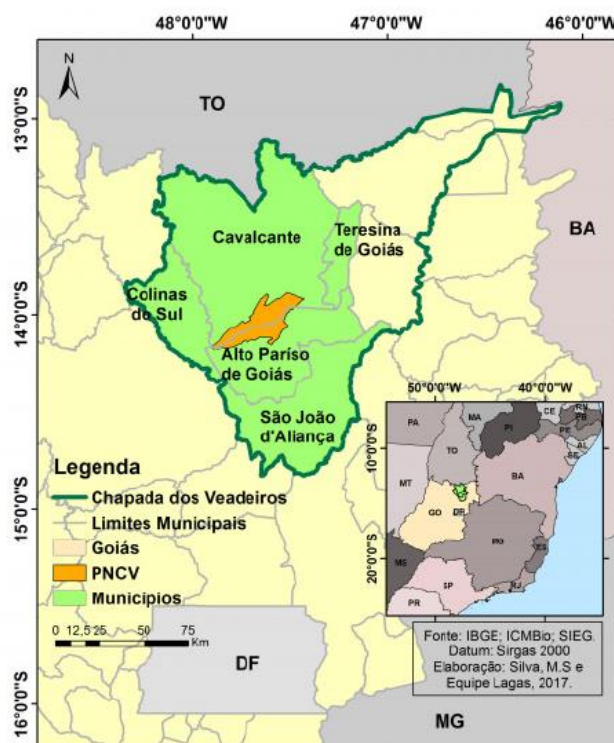
das minas de ouro localizadas em Cavalcante, e posteriormente há exploração da agricultura do trigo e caça ao veado campeiro (LIMA, 2013).

As incursões ao Planalto Central, objetivando fixar a nova capital brasileira, fizeram com que Coimbra Bueno, em 1960, escrevesse uma carta para o então presidente Juscelino Kubistchek, solicitando a criação de um Parque na região, a fim de que as belezas do cerrado fossem preservadas. Desta forma, em 1961 é editado o Decreto 49.875 criando o Parque do Tocantins, com área de 625.000 hectares (LIMA, 2013).

Diante das pressões dos proprietários de terras e produtores agrícolas, por 30 anos a extensão do PNCV (esse nome foi estabelecido em 1972, pelo Decreto 70.492) foi paulatinamente diminuída, tanto que em 1990 chegou ao tamanho de 65.514 hectares (LIMA, 2013).

Em setembro de 2001, Fernando Henrique Cardoso editou Decreto s/nº que praticamente quadruplicou o Parque, para 230.000 hectares (LIMA, 2013). Tal decreto foi considerado nulo pelo Supremo Tribunal Federal em agosto de 2003, através do Mandado de Segurança 24184. Recentemente, em 05 de junho de 2017, o Presidente Michel Temer edita novo Decreto s/nº ampliando a extensão do PNCV para 240.611 hectares.

Figura 1: Mapa da Região de Influência do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros



Fonte: SILVA, et al (2018, p. 5)

De acordo com Silva et al (2018), a área de influência do PNCV se estende por 15.379,9Km² e além do Parque, existem outras unidades nesta região que possuem grande relevância ecológica, social e cultural. No local encontra-se o maior Território Quilombola do Brasil, o dos Kalunga; há a terra indígena dos Avá-Canoeiro; a Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto, uma Unidade de Conservação a nível estadual; 14 projetos de assentamentos naturais do INCRA e 21 Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Dados Preliminares das Cidades abrangidas pelo PNCV

Como exposto acima, atualmente o PNCV engloba as cidades de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João d'Aliança.

Alto Paraíso é a cidade central da Chapada dos Veadeiros, em decorrência de uma série de características: seu distrito de São Jorge é a porta de entrada para o PNCV; está a uma altitude de 1.200m, localizada sobre o que é considerado, o maior bloco de cristal do planeta; e se localiza no mesmo paralelo de Machu Picchu, no Peru. Com isso, se torna um local com grandes atrativos ecológicos, místicos, religiosos e ufológicos (GOIÁS, 2013).

Segundo dados do IBGE, sua população estimada em 2018 é de 7.558 pessoas. Os dados do censo 2010, mostram que a renda média da população do município é de 1,7 salários mínimos; seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$18.760,39, cuja maior participação de sua formação é pelo setor de serviços. A expectativa de estudo de sua população é de 9,56 anos e sua mortalidade infantil é de 14,3 óbitos por mil nascidos. Seu índice de Gini⁹⁴ é de 0,65 e o IDHM⁹⁵ é 0,713 (alto) (IBGE, 2017; PNUD, et al. 2013).

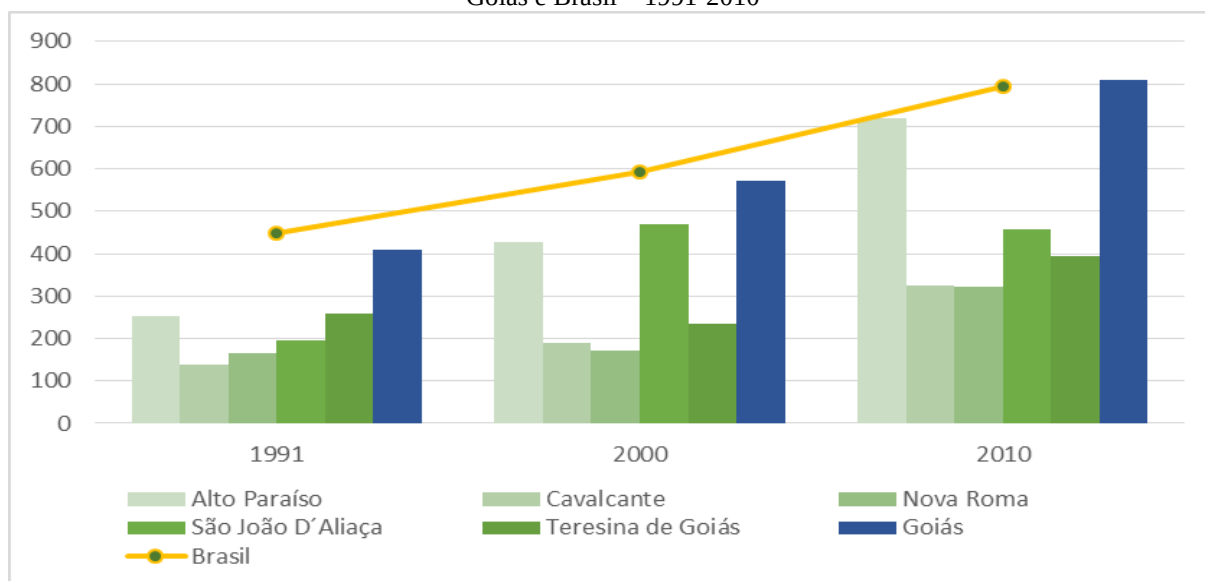
A cidade de Cavalcante teve seu início de povoamento em 1736, em decorrência da descoberta de uma imensa mina de ouro de grande profundidade no córrego Lava Pés. Após o declínio desta exploração, se tornou grande produtora de trigo, tanto que por muitos anos foi a maior exportadora deste produto para os EUA (CAVALCANTE, 2018). Além das riquezas ecológicas, a cidade conta com rico patrimônio cultural, pois nela habita a população

⁹⁴ O índice de Gini é utilizado para medir a concentração econômica de determinado grupo de pessoas. Seu valor varia de 0 a 1, de forma que no 0 temos uma economia sem qualquer desigualdade social entre a população e no 1, todo o patrimônio se concentra na mão de uma pessoa. Segundo dados de 2004, o Brasil possui o índice de 0,591 ficando na 120ª posição, na comparação entre 127 países (WOLFFENBÜTTTEL, 2004).

⁹⁵ O IDHM visa trazer dados com foco no desenvolvimento das pessoas, e não somente no desenvolvimento econômico e tem a pretensão de trazer informações que possam nortear políticas públicas que visem a qualidade de vida da população. Para a realização de seus cálculos são observados seus componentes longevidade, educação e renda. Valores abaixo de 0,550 demonstram baixo desenvolvimento humano; entre 0,550 e 0,699 é médio; entre 0,700 e 0,799 é alto, e acima de 0,800 é considerado muito alto. O IDHM do Brasil é 0,727 (PNUD; et al. 2017).

quilombola Kalunga (GOIÁS, 2013). Em 2018, tem população estimada de 9.693 pessoas. A renda média municipal é de 2,1 salários mínimos e seu PIB per capita é de R\$25.632,28, formado principalmente pela indústria local. A mortalidade infantil do município é de 15,4 óbitos a cada mil nascidas e a expectativa de anos de estudo é de 8,14 anos. Seu IDHM é de 0,584 (médio) e o índice de Gini é 0,62 (IBGE, 2017; PNUD, et al. 2013).

Gráfico 1: Renda *Per Capita* de Alto Paraíso, Cavalcante, Nova Roma, São João D’Aliaça, Teresina de Goiás, Goiás e Brasil – 1991-2010



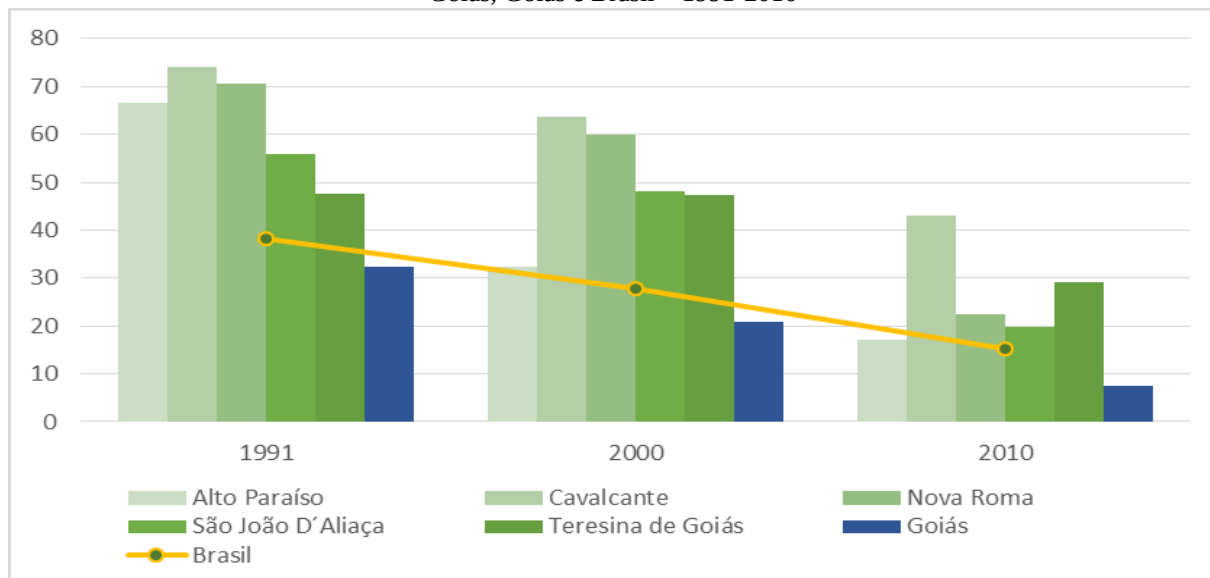
Fonte: Elaborado pela autora, 2019. Com base em Atlas Brasil, PNUD, 2013.

Teresina de Goiás é um Município jovem, seu território começou a ser habitado somente em 1960, como um loteamento da cidade de Cavalcante. Em 1968 foi considerado Distrito e se emancipou em 1988 (GOIÁS, 2018). É conhecida como a capital do Caju em Goiás, conta com 17 cachoeiras e com comunidades quilombolas (CONHEÇA, 2018). Para 2018, sua estimativa populacional é de 3.416, a renda média dos trabalhadores é 1,6 salários mínimos e seu PIB per capita é de R\$8.653,41 (um dos mais baixos do Estado de Goiás) e formado principalmente pelo setor de serviços. A mortalidade infantil é de 14,6 óbitos a cada mil nascidos e a expectativa de tempo de estudo de sua população é 9,78 anos. Seu IDHM é 0,661 (médio) e o Índice de Gini é 0,52 (IBGE, 2017; PNUD, et al. 2013).

Cavalcante e Teresina de Goiás possuem um estigma de serem pobres. O fato de o PIB de Cavalcante ser alto deve-se ao fato de este município receber Royalties da Usina Serra da Mesa, mas tal condição econômica não gera consequências sociais, tanto que a cidade

possui baixo Índice de Desenvolvimento Humano, e alta porcentagem de pobres, como pode-se perceber nos gráficos abaixo (SILVA, 2018).

Gráfico 2: Porcentagem de Pobres de Alto Paraíso, Cavalcante, Nova Roma, São João D’Aliança, Teresina de Goiás, Goiás e Brasil – 1991-2010



Fonte: Elaborado pela autora, 2019. Com base em Atlas Brasil, PNUD, 2013.

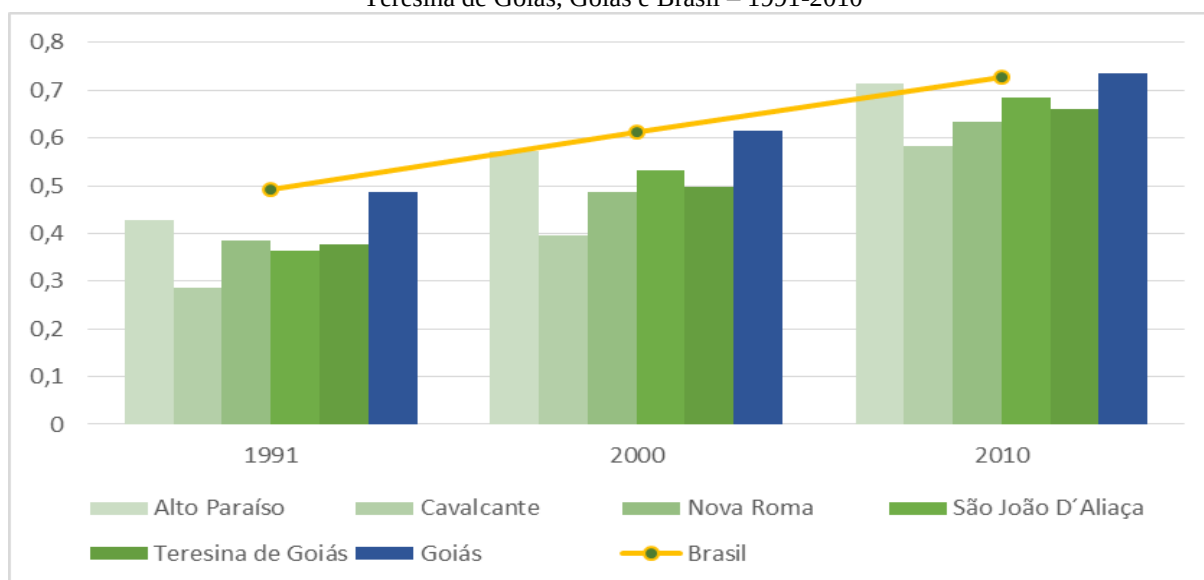
O local onde se encontra a cidade de Nova Roma, foi habitado desde o séc. XVIII, em decorrência da descoberta de ouro e outros minérios na região. Por longo período foi Distrito de Cavalcante, se tornando Município autônomo somente em 1959 (NOVA ROMA, 2018). Possui população estimada de 7.558 pessoas em 2018, com renda mensal dos trabalhadores de 1,7 salários mínimos e PIB per capita de R\$18.760,39, fundado principalmente na exploração agropecuária. A mortalidade infantil do município é 15 óbitos a cada mil nascidos vivos e a média de estudo populacional é 8,50 anos. O IDMH é 0,634 (médio) e seu índice de Gini é 0,44 (IBGE, 2017; PNUD, et al., 2013).

São João d’Aliança começa a ser habitada em 1910. No início é chamada de Olhos D’água pela quantidade de nascentes que existia em sua região. Se torna uma Vila, com seu atual nome em 1931, foi extinta, e volta a ser município somente em 1954 (SÃO JOÃO D’ALINÇA, 2018). No local há uma transição entre a vegetação do cerrado e as florestas úmidas da pré-Amazônia. Por ser banhada por afluentes do Rio Tocantins, possui diversas cachoeiras e corredeiras que permitem a prática de esportes radicais e de ecoturismo (GOIÁS, 2013).

A perspectiva para 2018 é que tenha uma população de 10.257 pessoas, os trabalhadores recebem em média 1,9 salários mínimos e seu PIB per capita é de R\$19.019,25, impulsionado pela exploração agropecuária. A mortalidade infantil em 2010 foi de 15,0 óbitos a cada mil nascidos vivos e o tempo médio de estudo de sua população é de 9,23 anos. Seu IDHM é de 0,685 (médio) e o Índice de Gini 0,53 (IBGE, 2017; PNUD, et al. 2013).

De todas as cidades que compõem a PNCV, este município é único que possui área de cobertura natural menor que área de cobertura antrópica. Em 2010 a área antrópica correspondia a 67% da área de Município, já em 2010, atingiu-se os 75%, o que mostra uma alta perda de vegetação natural no local (SILVA, 2018).

Gráfico 3: Índice de Desenvolvimento Humano de Alto Paraíso, Cavalcante, Nova Roma, São João D’Aliaça, Teresina de Goiás, Goiás e Brasil – 1991-2010



Fonte: Elaborado pela autora, 2019. Com base em Atlas Brasil, PNUD, 2013.

Percebe-se que as cidades que comportam o PNCV são pequenas, com PIB baixos, o que as tornam bastante vulneráveis às restrições de exploração econômicas que possam ser impostas pelo Plano de Manejo desta importante UC.

Considerações finais

A preservação ambiental vem sendo estimulada mundialmente, como pode ser percebido pelas constantes Conferências internacionais realizadas para discussão e planejamentos de ações quanto ao tema. Mesmo assim foram apresentados dados os quais

demonstram que o cerrado brasileiro é um bioma esquecido pelo Poder Público; é um ecossistema que foi e continua sendo bastante devastado de acordo com os interesses de exploração agropecuária nessa região.

Além da grande extensão de terra, o PNCV comporta diversas cachoeiras com potencial hidrelétrico e importantes minas de fosfato, nióbio, manganês, ouro e urânio. Assim, existem fortes interesses econômicos para que esta área de Preservação seja explorada mais intensamente. Ocorre que esse tipo de utilização da terra beneficia somente os grandes detentores de riqueza, pois a agropecuária, mineração e hidrelétricas geram poucos empregos e renda às cidades.

Os breves dados apresentados sobre as cidades onde o PNCV se localiza, nos mostra que se trata de uma região com a porcentagem de pobres muito acima da média nacional e do Estado de Goiás, demonstrando que o há uma grande ausência/falha das Políticas Públicas empregadas no local.

O fomento à exploração do ecoturismo se mostra uma boa alternativa para enfrentar alguns problemas que foram detectados no estudo. O turismo, se bem orientado e gerenciado, preserva essa importante Unidade de Conservação; comporta grande capacidade de criação de emprego para os cidadãos; traz desenvolvimento e investimento para as cidades; mantém preservadas as comunidades e a cultura quilombola da região; é capaz de propagar a beleza e a importância de preservação do local a nível nacional e internacional; dentre outros.

Referências

AMATO, Ciro; et. al. **Sviluppare il potenziale delle aree protette alpine**: I° report della rete SAPA – Sistema delle aree protette italiane. Itália, 2017. Disponível em: <http://www.areeprotette-sapa.it/pubblicazioni/>. Acesso em 14 abr 2019.

BASSI, Marco. Nuovefrontierenellaconservazionedellabiodiversità: patrimoniadicomunità e assettifondiaricollettivi. Itália, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323074841_Nuove_frontiere_nella_conservazione_della_biodiversita_Patrimoni_di_comunita_e_assetti_fondiaricoli. Acesso em 14 abr 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O bioma cerrado**. Brasília. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado.html>. Acesso em: 08 set de 2018.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil de 1988**. Brasília, DF, out 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 08 set 2018.

BRASIL. Decreto de 05 de Junho de 2017. **Amplia o parque nacional chapada dos veadeiros**. Brasília, DF, jun 2017. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/2017/decreto-57624-5-junho-2017-785018-publicacaooriginal-152959-pe.html. Acesso em 11 set 2018.

BRASIL. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o sistema nacional de unidades de conservação da natureza**. Brasília, DF, jul, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em 08 set de 2018.

CAVALCANTE, Prefeitura Municipal de. **A cidade**. Cavalcante, 2018. Disponível em: https://www.cavalcante.go.gov.br/#cidade_link. Acesso em 12 set 2018.

CONHEÇA Teresina de Goiás o mais novo destino da chapada dos veadeiros. **Curta mais**, Goiânia 18 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.curtamais.com.br/goiania/conheca-teresina-de-goias-o-mais-novo-destino-da-chapada-dos-veadeiros>. Acesso em 12 set de 2018.

GOIÁS. Governo do Estado de Goiás. Goiás Turismo. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável (PDITS) – Polo chapada dos veadeiros**. Goiás, 2013. Disponível em: <http://www.goiasturismo.go.gov.br/downloads/prodetur/>. Acesso em 12 set 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Institucional**. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 set de 2018.

LIMA, Priscylla Cristina Alves de. **As RPPNs da Chapada dos Veadeiros: disposições, motivações e práticas sociais**. Dissertação – UNB. Brasília, 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13884/1/2013_PriscyllaCristinaAlvesdeLima.pdf. Acesso em 17 set 2018.

NOVA ROMA, Prefeitura Municipal de. **A cidade**. Nova Roma, 2018. Disponível em: <http://www.novaroma.go.gov.br/pagina/144-historia>. Acesso em 12 set 2018.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. **Direito Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em 30 mai de 2019.

SÃO JOÃO D'ALIANÇA. Prefeitura Municipal de. **História do Município**. São João D'Aliança, 2018. Disponível em: <http://www.saojoaodalianca.go.gov.br/pagina/128-historia-do-municipio>. Acesso em 12 set 2018.

SILVA, M. S. et, al. 30 anos de dinâmica espaço-temporal (1984-2015) da região de influência do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros – Goiás. **Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 35, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/14851>. Acesso em: 05 mar 2019.

TEREZINA DE GOIÁS, Prefeitura de. **Nossa cidade**. Teresina de Goiás, 2018. Disponível em: <http://teresinadegoias.go.gov.br/site/nossa-cidade>. Acesso em: 12 set 2018.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Representação da Unesco no Brasil. **Patrimônio natural no Brasil: áreas de proteção no cerrado**. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/natural-heritage>. Acesso em 12 de set de 2018.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? Índice de Gini. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, IPEA, Brasília, v.01, n.04, 2004.

O Protagonismo Da Mulher Na Agricultura Familiar Em Goiás, 2006-2017

Suellaayne Martins Ribeiro⁹⁶
Divina Aparecida Leonel Lunas⁹⁷

Resumo: O Objetivo desse trabalho é apresentar a análise sobre o protagonismo da mulher na agricultura familiar em Goiás no período de 2006 a 2017. Com o surgimento e evolução da agricultura familiar a figura feminina conquistou um espaço efetivo, contudo ainda marginal no cenário da produção rural brasileira. A partir de dados do Censo Agropecuário, somada à pesquisa bibliográfica, o estudo será desenvolvido para demonstrar o papel da mulher na agricultura e a sua realidade, analisando a participação e o progresso nas últimas décadas no estado de Goiás. O artigo está estruturado em partes, abordando os seguintes temas: os principais paradigmas da agricultura brasileira, a emergência da Agricultura familiar e finalmente a inserção da mulher, tendo como diretriz o papel da mulher na geração de renda na agricultura familiar com a descrição e análise dos dados coletados.

Palavras-chave: atividade agrícola, agricultura familiar, mulheres rurais.

Introdução

A agricultura é uma atividade produtiva de extrema importância desenvolvida pelo ser humano, é uma das principais bases da economia do Brasil. Graças a um processo de transformação na década de 1960 tornou-se expressiva devido à criação de instituições de ensino e pesquisas voltadas para o campo, atingiu regiões consideradas impróprias para o cultivo, aumentando assim a oferta de produtos. No contexto do espaço agrário brasileiro, a agricultura familiar surgiu à margem da grande propriedade, e a partir da década de 90 obteve destaque nacional devido às políticas.

A agricultura familiar é definida como o conjunto das unidades produtivas agropecuárias e caracteriza-se por utilizar mão-de-obra do núcleo familiar, podendo também contar com trabalho assalariado. À sua evolução se deu devido ao produtor rural ter oportunidades de financiamentos e créditos para a expansão da produtividade. Apesar de se caracterizar pela mão-de-obra da própria família, observamos a figura masculina assumindo o papel de destaque, enquanto a figura feminina, mesmo desenvolvendo atividades importantes

⁹⁶ Graduando do Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás – Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas Anápolis/GO, E-mail: suellaaynemartins@gmail.com

⁹⁷ Orientadora deste trabalho. Docente do Curso de Ciências Econômicas, Pós Doutorado em Economia pela Unicamp E-mail: divalunas@gmail.com

neste meio, ocupava uma posição de subordinada e a sua colaboração no lavrado, independente do grau de interferência era visto meramente como “ajuda” a figura masculina.

Com a inovação e modernização tecnológica da agricultura familiar, a mulher passa a assumir um papel cada vez mais relevante, visto que a implantação dessas tecnologias facilitou as atividades quanto à necessidade de força bruta, proporcionando maior espaço de atuação às mulheres agricultoras. A participação da mulher na agricultura familiar vem aumentando gradativamente nas últimas décadas, ainda assim, ainda existe preconceito, ora pela própria unidade familiar, ora por falta de incentivo e capacitação.

Nesse sentido, busca-se analisar a importância da agricultura familiar e a inserção da mulher como papel de destaque no meio rural, abordando os paradigmas da agricultura familiar, o seu surgimento e a realidade vivenciada pelas mulheres rurais no Estado de Goiás.

Metodologia

Este estudo é baseado na abordagem descritiva e quantitativa e pretende compreender como se deu o protagonismo da mulher na agricultura familiar em Goiás por meio de dados e informações da característica desta participação feminina na agricultura familiar antes dos anos de 2006, (que foi quando houve um aumento significativo de mulheres no campo), e a partir de 2006, procurando descrever e analisar os principais aspectos de mudanças neste espaço e em um setor até pouco tempo dominado quase exclusivamente por homens.

A revisão da literatura, que compreende o estudo do processo do protagonismo da mulher no campo será baseada em livros, artigos, dissertações, teses, internet e em dados disponíveis no Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ainda por meio de jornais e revistas de circulação nacional.

O estudo pode ser caracterizado como exploratório, pois permite o entendimento do problema específico da participação da mulher na agricultura familiar e a realidade da mulher na agricultura. O período de coleta de dados foi definido pela publicação do Censo Agropecuário em 2006 e 2017.

Referencial Teórico

A agricultura familiar no Brasil é resultado de um processo histórico influenciado por acontecimentos políticos, sociais e econômicos. O processo de modernização trouxe várias transformações aos meios de produção, inseriu novas técnicas e sistemas de cultura. No final do século XX, a agricultura familiar passou a ocupar a política nacional, e na década de 1990, foi incluída como propriedade no Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), transformado em 1996 no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que é um programa criado pelo Governo Federal como intuito do fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar, fornecendo linhas de crédito, o qual proporcionou uma verdadeira transformação em mais de 2,6 milhões de pequenas propriedades rurais, através da utilização de tecnologias e ampliação da área plantada, gerando renda e potencializando a mão-de-obra familiar.

Dentre as características da agricultura familiar, podemos citar de acordo com o FAO/INCRA:

- Ênfase na diversificação;
- Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida;
- Ênfase no uso de insumos internos;
- Trabalho e gestão intimamente relacionados;
- Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários;
- Trabalho assalariado complementar;
- Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo;
- Tomada de decisões, condicionadas pelas especificidades do processo produtivo.

A Lei da Agricultura Familiar (11.326/06) considera agricultor familiar o que pratica atividades no meio rural e atende os seguintes critérios: núcleo familiar estabelecido, máximo de dois empregados assalariados e propriedade com, no máximo, quatro módulos rurais. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a agricultura familiar já responde por mais de 50% das comidas que chegam as mesas dos brasileiros, é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes e é responsável pela receita de 40% da população economicamente ativa do país. A agricultura

familiar tem uma grande variedade e produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo.

O conceito de Agricultura familiar tem relações entre a terra, o trabalho e a família. Sendo assim é importante entender a divisão sexual do trabalho dentro deste campo. Homens e mulheres ocupam posições diferenciadas na produção, posições essas baseadas em relações de poder, hierarquias e conflitos e embora seja grande a presença feminina, há um enorme contingente de mulheres que não recebe nenhum rendimento pelo seu trabalho.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Goiás tem 88.436 estabelecimentos familiares, ocupando 3.329.630 hectares, com média de 37,6 hectares por estabelecimento (IBGE, 2009). Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do total de estabelecimentos familiares, 22.229 estão localizados nos 421 assentamentos do estado, ocupando uma área de 1.070.609 hectares. O Incra tem duas superintendências com atuação em Goiás: a SR 04, que criou 301 assentamentos, e a SR 28, que criou 120 assentamentos. A produção anual de alimentos em Goiás, é bastante significativa, com destaque para o arroz e a mandioca.

Em Goiás, segundo o IBGE (2009) há 213 mil pessoas exercendo atividades em estabelecimentos rurais familiares, 139 mil homens e 74 mil mulheres. O setor da agricultura familiar gera, por ano, 1 bilhão de reais.

As primeiras conquistas das mulheres rurais ocorreram por volta da década de 1990, quando conquistaram o acesso aos direitos trabalhistas-previdenciários. O ano de 1991 obtiveram a conquista á aposentadoria aos 55 anos, no ano seguinte, as trabalhadoras rurais conquistaram o direito do salário maternidade e a partir do ano de 2004, criou-se o Movimento de Mulheres Agricultora (MMC), que representa todas as mulheres rurais.

A participação de mulheres na agropecuária é cada vez maior. Entre 2006 e 2017 passaram de 12% para 18% do total de produtores rurais, e quase 20% dos empreendimentos rurais do país são dirigidos por mulheres. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e foram divulgados no Censo Agropecuário.

Atualmente, a população brasileira é composta por 51,6 % de mulheres (IBGE, 2017). Ao longo dos anos, os governos veem percebendo a importância da mulher na sociedade e, com o objetivo de alcançar este público alvo, o Estado cria políticas públicas que integram os entes governamentais em benefício da agricultora rural, tais como:

- As organizações produtivas de mulheres rurais: visam possibilitar a promoção da igualdade de gênero, reconhecendo as desigualdades entre homens e mulheres

rurais e promovendo o protagonismo econômico das trabalhadoras rurais; ampliar as redes socioassistenciais, promovendo o acesso das mulheres e suas famílias aos programas, serviços, projetos e benefícios socioassistenciais, em especial ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), articulando nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), construindo a melhoria das condições de vida e o rompimento com o ciclo de pobreza.

- Crédito rural (PRONAF): Para as mulheres rurais, o acesso ao crédito representa uma relação de confiança entre elas e o concedente, pois vai exigir que elas tenham comprometimento com o recurso financiado, organizem o ciclo produtivo e paguem o financiamento no final da carência estipulada.
- O PRONAF-MULHER, é um crédito que veio para atender as especificidades produtivas das mulheres rurais. Tem como finalidade reconhecer e estimular o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar, além de poder acessar as outras linhas de crédito do PRONAF como parte da família ou como chefe da família AEGRE/MDA (2010).
- Assistência técnica e extensão rural: A nova lei de ATER, nº 12.188 de janeiro de 2010, traz em seu artigo 3º, sobre os princípios desta lei, no capítulo V, disposições a respeito da equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia. A Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres teve um orçamento de destinação própria que foi anexado ao Plano Plurianual 2008-2011, para concretizar ações exclusivamente voltadas para as mulheres rurais, incidindo no sentido do empoderamento das mulheres, na ascensão da organização de grupos produtivos ou no fortalecimento e protagonismo em organizações mistas e no grupo familiar.
- Documentação da Trabalhadora Rural: O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), criado em 2004 pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, veio fortalecer a autonomia e a condição de cidadã das agricultoras. O programa faz a emissão, de forma gratuita, dos documentos civis e trabalhistas, além de passar informações sobre as políticas públicas referentes ao trabalho desenvolvido (Cadernos de Formação Documentação da Trabalhadora Rural, MDA, 2010).

- **Previdência Social:** Somente com a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), através da Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963, as trabalhadoras rurais passaram a ter acesso a benefícios previdenciários. Na atualidade, para acessar os benefícios da Previdência Social, a trabalhadora-agricultora rural tem que estar inscrita no banco de dados da previdência e manter suas contribuições em dia (Caderno de Formação Previdência Social, MDA, 2010).
- **Reforma Agrária:** Quase a metade da zona rural brasileira é composta por mulheres, e cada vez mais elas assumem as responsabilidades pelo grupo familiar e são profundamente afetadas pelos processos migratórios. Ao elaborar o II Plano Nacional de Reforma Agrária (2004), o governo se responsabilizou em transpor o desafio de superar as desigualdades entre homens e mulheres residentes do meio rural. Com a publicação da Portaria nº 981/2003 e da Instrução Normativa nº 38/2007 do INCRA, as mulheres puderam ter acesso à propriedade da terra (Caderno da Reforma Agrária, MDA, 2010).

Diversos estudos apontam a necessidade de políticas sociais voltadas as trabalhadoras rurais, olhando para esta população com igualdade de gênero. Em vista ao trabalho e a produção das mulheres no campo, onde atuam de forma semelhante ao sexo masculino, alguns detalhes as diferem, como exemplo, vemos a necessidade de ser revisto o tamanho, a estrutura das máquinas, pois elas ainda são fabricadas para homens, o que dificulta a inserção das mulheres no manuseio destas, pois ficam desproporcionais ao tamanho o que acaba por dificultar o trabalho feminino.

Além disso, o trabalho rural das mulheres é visto muitas vezes como extensão do trabalho doméstico, já que os afazeres rurais podem girar em torno da residência. Outro aspecto relevante é a relação do trabalho temporário, pois atuam mais intensamente no período de colheitas.

Considerações finais

O trabalho apresentado compõe um projeto para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso para alcançar o título de bacharelado em Ciências Econômicas. Portanto,

os dados apresentados o desfecho provisório da argumentação desenvolvida em que buscará realizar o protagonismo da mulher na agricultura familiar em Goiás.

A figura da mulher ocupa uma posição de destaque, porque é responsável por grande parte das atividades que caracterizam a agricultura familiar. Os avanços sociais conseguidos pelas mulheres no decorrer dos anos na agricultura familiar, demonstram que as lutas protagonizadas por elas tiveram um papel imprescindível no processo de desenvolvimento do campo no Brasil. O protagonismo das mulheres rurais busca não somente através de leis, a igualdade entre homens e mulheres, mas uma mudança na cultura da igualdade de gênero dentro da sociedade.

Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **MAPA**. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/agromais/>.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Portaria nº 21, de 27 de março de 2014. Alterada pela Portaria nº 33, de 15 de maio de 2014. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 maio 2014. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PORTARIA_MDA_21_DAP_-_ALTERADA_33_-_22.05.2014.pdf. Acesso em: maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acessado em: maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf. Acessado em: maio 2019.

Polpa de fruta orgânica, uma tendência contemporânea

Fernando Antônio Silva Júnior⁹⁸
Murillo Borges Sidião⁹⁹
Talita Freitas Souza Barros¹⁰⁰
Joana D'arc Bardella Castro¹⁰¹

Resumo: O mercado em análise no estudo de caso representa uma tendência contemporânea com a transcendência de troca de hábitos prejudiciais à saúde, juntamente com o incremento sustentável. Nesse sentido indagou-se por meio de uma abordagem de análise direta de dados a evolução desse mercado em específico, ressaltando pontos primordiais na equiparação de produtos semelhante próximos para o mercado consumidor, destacando fatores que podem afetar a demanda dos produtos. Como campo de pesquisa junto a polpa de fruta orgânica, se utilizou do método qualitativo para uma melhor análise, com entrevistas realizadas junto a empresa Doce Vida, com temas abertos junto aos responsáveis de gestão, obteve-se por resultado a compressão de toda uma demanda potencial em aberto e uma oferta com grande dificuldade de manutenção além de uma alta correlação entre a preocupação social contemporânea, com a saúde alimentar.

Palavras-chave: Fruta, orgânica, saúde, sustentável.

Introdução

No atual cenário o incremento da sustentabilidade e saúde ganhou espaço e alcançou uma boa parte de demandantes. Com isso, produtos orgânicos vêm se destacando no mercado. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a produção orgânica nacional vem crescendo mais de 20% ao ano. Contudo, a demanda por estes produtos é superior ao seu crescimento, devido ao fato de que 70% da produção é exportada para a Europa. Com a crescente procura por estes produtos, a polpa de fruta orgânica está cada vez ganhando mais mercado, pelo fato de ser um produto que atende a diversos tipos de público. Diferente da Polpa de fruta convencional, a Polpa de fruta orgânica é produzida pelo suco natural da fruta, contudo, a diferença está na matéria prima que consiste em frutas cultivadas sem agrotóxicos.

O processo de produção destes produtos geralmente é mais caro do que produtos convencionais, por conta de vários fatores; a produção e fornecimento é limitada em relação à

⁹⁸ Graduando do Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: fernaandojr@gmail.com

⁹⁹ Graduando do Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: murillo_bs_68@hotmail.com

¹⁰⁰ Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC) Universidade Estadual de Goiás (UEG), bolsista CAPES/BRASIL. E-mail: economia.talita@gmail.com

¹⁰¹ Professora Orientadora. Doutora pela UnB em Economia. Professora do Renac e Teccer.

procura por eles, o custo de produção, manuseio e transporte devido ser um produto que exige mais trabalho por unidade produzida. Boa parte da população brasileira possui uma cultura de escolha de produtos se limitando ao preço, um dos desafios de produtores orgânicos é a competitividade com produtos convencionais, a relação de preços é evidente pelo consumidor, devido ao fato de que o produto orgânico em si, acaba sendo mais caro.

Tendo a ruptura de consumo de alimentos prejudiciais à saúde humana como tendência contemporânea, os agregados conservantes, agrotóxico, aromatizantes, entre outros incrementos, em relação a polpa de fruta orgânica legalmente certificada como saudável e sustentável. É de extrema relevância o tema sustentabilidade e qualidade de vida, a saúde é definida como completo estado de conforto físico, mental e social e não meramente a inexistência de doença ou enfermidade (OMS¹⁰², 1946).

Com a crescente inserção de novos produtos no mercado alimentício a polpa de fruta vem se destacando na competição com produtos como refrigerantes e sucos industrializados. Tendo em objetivo desta pesquisa a análise do crescimento do consumo nacional e exportação de produtos orgânicos em especial a polpa de fruta a compreensão de toda cadeia produtiva deste produto se faz crucial para assimilação e debate de resultados posteriores.

Metodologia

Foi realizado um levantamento dos aspectos da estrutura de produção orgânica, em especial a produção de polpa de fruta e seu mercado ressaltando pontos que podem ser importantes do início do ciclo produtivo desde o produto final, para o estudo. Levando como ponto de análise a tendência contemporânea, o embasamento na documentação direta, envolvendo a coleta de dados, realizada através de um estudo de caso de mercado levantada junto à empresa Doce vida situada no município de Anápolis.

A entrevista foi feita com em perguntas pré-elaboradas pelo entrevistador onde o entrevistado também possui total liberdade para relatar pontos que podem ser importantes no seu entendimento para o estudo. Além da pesquisa qualitativa e quantitativa com documentação indireta feita através da pesquisa bibliográfica e documental.

¹⁰² Organização Mundial da Saúde – OMS

Desenvolvimento

A Primeira Revolução Agrícola levou ao crescimento da produção e da produtividade do trabalho agrícola, com um aumento significativo na disponibilidade alimentar e no excedente

agrícola comercializável em todos os países onde foi implantada (Mazoyer e Roudart, 2010). Com a atual demanda mundial é evidente que o uso de agrotóxicos e similares sejam usados com o intuito de uma maior produção e um menor preço para o consumidor, entretanto esse uso pode trazer riscos ao meio ambiente e sucessivamente a vida humana. A inserção de produtos orgânicos no mercado vem quebrando em partes a hegemonia desses produtos e o mercado de polpas não poderia ficar fora dessa mudança.

O aumento da procura por alimentos orgânicos como polpa de fruta é resultado do crescimento da preocupação dos consumidores na área de segurança e qualidade alimentar, uma tendência social contemporânea, abrindo um leque de possibilidades para o ofertante desse produto em especial. O ofertante que se depara com um mercado atrativo porém com muita competitividade quando se trata da concorrência por bens substitutos como é o caso da polpa de fruta convencional, que tem um preço bem mais atrativo aos olhos do consumidor, produtor que se encontra em uma situação de maior dificuldade quando falamos de legislação.

O produtor orgânico para se diferir dos convencionais deve fazer parte do cadastro nacional de produtores orgânicos, que se faz possível com a inserção em um dos três mecanismos de certificação legal, certificado por auditoria que pode ser concedido pelo selo (SisOrg) que é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no ministério da agricultura. Sistema participativo de garantia que é caracterizado pela (SPG¹⁰³) haverá que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente formado, que responderá pela emissão do (SisOrg), podendo ainda fazer uso de uma terceira opção que seria o controle social da venda direta que nada mais é que uma abertura na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para agricultura familiar, mas será preciso o credenciamento numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial, daí então o produtor passará a fazer parte do cadastro nacional de produtores orgânicos, atendendo a certificação para o mercado internacional.

¹⁰³ Sistema Participativo de Garantia.

Com o entrave na burocracia as indústrias brasileiras acabam perdendo boa parte do mercado mundial para outros países que também possuem uma indústria orgânica forte. A produção orgânica vem crescendo forte na Argentina, líder na América Latina e o segundo maior produtor mundial depois da Austrália. Com uma produção de 3 milhões/ano de hectares como relatado pelo conselho da comissão interamericana de agricultura orgânica em reunião de entidades em Buenos Aires. Com o exemplo a ser seguido a Argentina se faz mais forte no mercado orgânico e o Brasil acaba perdendo espaço devido a falta de incentivos e os entraves burocráticos. A qualidade dos produtos orgânicos não só está relacionada apenas à preocupação com a saúde humana, mas também com a valorização do agricultor.

Tendo em comparação a fruta orgânica já que a polpa em sua essência não se difere da fruta a não ser pelo congelamento por não possuir incremento químico, a diferenciação do produto se faz relevante quando é avaliado sabor, aroma, composição técnica além do preço que pode chegar a variar em cerca de 37% (media percentual da variação) podendo chegar a mais de 60% como pode se observar na tabela 1.

Tabela 1- Preço polpa de fruta convencional em relação orgânica- Brasil- Janeiro- 2019

Produto (1Kg)	Convencional (R\$)	Orgânica (R\$)	Variação preço (%)
Abacaxi	15,77	29,97	47,381
Acerola	13,97	29,97	53,387
Açaí	19,97	27,97	28,602
Amora	25,97	29,97	13,347
Cupuaçu	18,97	23,97	20,859
Goiaba	10,97	29,97	63,397
Manga	19,97	29,97	33,367
Maracujá	19,97	29,97	33,367
Morango	14,97	29,97	50,050
Uva	19,97	24,97	20,024

Fonte: Falpolpas, 2019.

A grande alta na variação dos preços não se encaixa a todos os tipos de fruta de forma uniforme, algumas frutas como é o caso da goiaba tem grande dificuldade na produção sem incrementos químicos, a grande quantidade de pragas e a baixa na produtividade elevam o preço de forma amplificada, repassando para o produtor de polpa que por sua vez não vê possibilidade de não repassar o preço para o consumidor final. Com a variação nos preços relativamente não exagerada a polpa de açaí orgânica vem tendo destaque como retrata

Valdevir Alves¹⁰⁴ ‘O aumento do preço do açaí orgânico não tem um grande impacto na demanda pelo produto, o público consumidor tem a preferência por um melhor sabor, coloração e bem-estar’, o açaí tendo uma demanda inelástica em relação ao seu substituto próximo é um exemplo de troca de hábito no mercado interno, tendo como evidencia a tendência contemporânea a maior preocupação com a saúde e bem estar. O uso de frutas na alimentação se faz primordial para o bem-estar contemporâneo humano visando a falta de tempo nos dias atuais a polpa de fruta se encaixa bem no cotidiano de uma pessoa que não possui muito tempo para uma dieta equilibrada, sendo de fácil manuseio e de simples aplicação.

Com a apresentação do tema do estudo foram analisados por meio de entrevista a insatisfação de consumidores já lesados por pagarem mais caro por alimentos que se dizem orgânicos quando na realidade são convencionais, a polpa de fruta orgânica como reflexo dessa mídia negativa de falsificação também é afetada. É de extrema importância a transparência no processo de comercialização da polpa orgânica. Em entrevista verbal obtida pelo entrevistado Valdevir Alves, 2019.

O processo da polpa de fruta orgânica se inicia no campo, com produtores certificados que produzem a matéria- prima, fazem a colheita e armazenam de forma sustentável, conforme nossa legislação exige, quando a matéria prima chega a indústria que deve possuir o certificado orgânico, a mesma tem todo um processo pra começar a realizar a industrialização do produto, começando pelos maquinários que devem ser lavados e esterilizados com produtos de limpeza sustentável, de origem vegetal, após isso pode dar início a industrialização da polpa de fruta orgânica, com o despulpamento, logo após empacotamento que também exige um material sustentável e de certificação ecológica, após isso o processo foi finalizado de forma correta.

A legitimidade do produto orgânico se faz primordial tanto para o produtor como para o consumidor, o mercado de polpa de frutas orgânicas em especial tem a sua concorrência como fator de extrema importância para o equilíbrio de mercado, é notória a quantidade de ofertantes que repassam produtos de rotulagem orgânica sem a verídica procedência do mesmo. Uma entre várias diretrizes do mercado de orgânico é a responsabilidade de não produzir alimentos com quaisquer substâncias químicas como é o caso de fertilizantes não naturais e agrotóxicos. Com a inserção destes produtos em pareio aos legítimos orgânicos a diferença de preço é muito elevada, partindo então um desequilíbrio e posteriormente a dificuldade para mais ofertantes entrarem no mercado. Em entrevista ao

¹⁰⁴ Gestor da indústria Doce Vida Alimentos.

Fantástico, o presidente da Sociedade Nacional de Agricultura SNA, Antônio Alvarenga, afirmou que produtores que comercializam “falsos orgânicos” devem ser punidos com rigor e afirmou que é necessário incrementar a fiscalização pública. Já o consumidor ao comprar um produto que se diz orgânico está à procura de uma vida mais saudável é lesado ao pagar mais por um produto convencional.

Entender as mudanças nos anseios dos consumidores e dos potenciais compradores, que vêm alterando cada vez mais seus hábitos alimentares, é primordial para que as empresas possam adotar estratégias mercadológicas que lhes possam atender de melhor forma os compradores. De acordo com os autores, apesar do crescimento da atividade, ainda falta muito para que a agricultura orgânica se torne uma alternativa de abastecimento da população mundial, tanto em termos de oferta, que é baixa, como em termos de preço desses produtos, que é mais alto que o de produtos convencionais (SOUZA; RESENDE, 2006).

Em entrevista com o empresário do ramo de polpas Marcio Pereira Sidião¹⁰⁵ foi relatado a grande expectativa do mercado orgânico em relação ao convencional. Uma pessoa que faz uso contínuo de suco de fruta visa cada vez mais o bem-estar e a saúde de seu corpo, com a polpa de fruta orgânica essa expectativa teria uma maior realização (PEREIRA.M,2019). A atual demanda brasileira mostra avanços a cada ano, mas não pode ser comparada com o mercado exterior que chega a demandar 70% da produção orgânica de polpas brasileira.

Considerações finais

A polpa de fruta orgânica tem a possibilidade de crescimento no comércio de produtos orgânicos, atualmente mais centralizados em alimentos frescos. O cenário já é bem diferente, com várias aberturas de mercado, motivado pelos consumidores que estão cada vez mais conscientes da sua atribuição na cadeia produtiva de alimentos, optando por critérios com maior qualidade de vida, sustentabilidade e saúde, esses gerando bem-estar.

Enaltecendo que o preço, assim como a praticidade são fatores relacionados a estes produtos, o preço acaba sendo um obstáculo em relação a venda destes, tendo como um meio de atingir o mercado interno, o marketing, que irá proporcionar ferramentas de divulgação desse produto, podendo ser na forma de suco ou também em outras receitas práticas.

¹⁰⁵ Responsável Geral da Gestão da Empresa Doce Vita Alimentos.

Podemos concluir que a polpa de fruta orgânica está cada vez mais nivelada com a expectativa de mercado do setor orgânico, demonstrando ser um negócio satisfatório e bom, garantindo o crescimento da agricultura sustentável, fazendo com que áreas de fácil interação entre interesse se beneficiem como é o caso da produção orgânica na agricultura família, fator de solução pela falta de interesse dos grandes produtores na produção orgânica em grande demanda.

Finalmente, é necessário que haja uma maior ação, que efetive por parte da sociedade empaticular dos consumidores, na procura por uma alimentação de qualidade. Se o número de propriedades convencionais se prolongarem sendo o padrão dominante, provavelmente será difícil encontrar no mercado alimentos totalmente livres de resíduos, mesmo produzidos organicamente.

Referências

BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS. **Constituição da organização mundial da saúde (oms / who) - 1946**. Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/oms-organiza%C3%A7%C3%A3o-mundial-da-sa%C3%Bade/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 16 jan. 2019

CI ORGANICOS **Consumidor de orgânicos; argentina: segunda produção mundial de orgânicos**. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/noticia/argentina-segundo-produtor-mundial-de-organicos/>. Acesso em: 15 maio 2019.

DIARIO VERDE AGRICULTURA E ALIMENTOS. **Feirantes vendem “falsos orgânicos”**. Disponível em: <http://diarioverde.com.br/feirantes-vendem-falsos-organicos/>. Acesso em: 08 maio 2019.

FALPOLPAS. **Preço polpas orgânicas e convencional**. Disponível em: <https://www.falpolpas.com.br/tabela-de-precos/>. Acesso em: 14 maio 2019

FRUTICULTURA. **Cultura da goiabeira**. Disponível em: <http://www.fruticultura.iciag.ufu.br/goiabao.html> >. Acesso em: 16 maio 2019.

HIGASHI, T. Agrotóxicos e a saúde humana. **Agroecologia hoje**. Ano II, n. 12, dezembro 2001 – Janeiro, 2002. p. 5-8.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO. **Cresce a comercialização de orgânicos com incentivos do governo**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/org%C3%A2nicos>. Acesso em: 8 maio 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO. **Secretaria de agricultura familiar e cooperativismo**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 14 maio 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Regularização da produção orgânica**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao>. Acesso em: 9 maio 2019.

ROUDART, MARCEL MAZOYER & LAURENCE. **História das agriculturas no mundo: DO NEOLÍTICO À CRISE CONTEMPORÂNEA**. SÃO PAULO: UNESP, 2010.

SEBASTIÃO, Antônio Azevedo Resende; JÚNIOR, Joaquim Carlos De Resende. CULTIVO ORGÂNICO: ORIGEM, EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA SOCIOECÔNOMICA E AMBIENTAL. **Revista científica da Ajes**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 2-6, nov. 2011.

VERDE BRASIL. **Polpa de acerola orgânica**. Disponível em: <http://verdebrasilorganicos.com.br/2015/produtos/?opcao=2&produto=65>. Acesso em: 12 mar. 2019.

Acondicionamento e descarte de medicamentos em domicílios e impactos econômicos nas famílias dos moradores da cidade de Anápolis-GO

Hellen Costa Rodrigues¹⁰⁶
Kelly Cristina de Oliveira Alves¹⁰⁷
Thállita Alves¹⁰⁸
Mauricio Gabriel Santos¹⁰⁹
Joana D'arc Bardella Castro¹¹⁰

Sociedade, Economia e Tendências Contemporâneas

Resumo: A importância dos medicamentos no tratamento do paciente, assim como sua eficácia e comprovação científica, vai além da sua fabricação e o que antecede a fabricação final, pois o consumidor que leva o medicamento para casa e o acondiciona e descarta erroneamente causa um prejuízo econômico e social para a família e os moradores sejam pelos impactos ambientais ou econômicos. A ligação desses erros comuns aos moradores de diversos municípios estudados em outros artigos está voltada a várias questões, e como responder essa pergunta doutra forma a não ser a pesquisa acadêmica e as raízes que estão ligadas seja por falta financeira, orientação ou importância. Este estudo teve por objetivo avaliar a forma de armazenamento e descarte de medicamentos e seus impactos econômicos e ambientais. Será aplicada a metodologia conforme Antônio Carlos GIL, pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, buscando uma visão geral. O acondicionamento correto dos medicamentos deve ser em local seguro e fora do alcance de crianças, e adequado o local não exposto à luz, calor, umidade e produtos de higiene, cosméticos e desinfetantes utilizados na limpeza doméstica evitando a contaminação, sujeira e mantendo uma distância de animais e ralos.

Palavras-chave: Medicamentos; Econômicos; Goiás.

Introdução

O acondicionamento correto dos medicamentos deve ser em local seguro e fora do alcance de crianças, e adequado o local não exposto à luz, calor, umidade e produtos de higiene, cosméticos e desinfetantes utilizados na limpeza doméstica evitando a sujeira e mantendo uma distância de animais, ralos (MASTROIANNI et al., 2010).

O descarte de tais materiais (Medicamentos) em lixeiras comuns, no solo da própria residência, ou em vasos e pias, podem acarretar diversos problemas, com isso um ato que

¹⁰⁶ Graduada em Ciências Farmacêuticas pela Unievangélica Centro Universitário. Especialista em Gestão de Projetos pela Unopar. Graduando do Curso de Ciências Econômicas. E-mail: hellencostarodrigues@gmail.com

¹⁰⁷ Graduando do Curso de Ciências Econômicas. E-mail: kelly_cristinaynha@hotmail.com

¹⁰⁸ Graduando do Curso de Ciências Econômicas. E-mail: thallitaalvesz@gmail.com

¹⁰⁹ Mestre Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias e Graduando do Curso de Ciências Econômicas. E-mail: mauricioipub@hotmail.com

¹¹⁰ Orientador deste trabalho. Docente do Curso de Ciências Econômicas Doutor em Economia pela Universidade de Brasília, UnB. E-mail: joanabardella@brturbo.com.br

parece ser inofensivo vem gerando vários gastos desnecessário por falta de orientação e conscientização (ALENCAR et al., 2013).

Este estudo teve por objetivo avaliar a forma de armazenamento e descarte de medicamentos e seus impactos econômicos e ambientais. A quantidade de medicamentos sem recipientes e conseqüentemente de disseminação pela casa é alarmante e preocupa diante dos dados de que 39% não tomarem esse cuidado, junto com a quantidade de que 51% de acondicionamento do medicamento na cozinha um ambiente que não é adequado, pois contem exposição ao calor. (UEDA et al., 2009).

A alternativa para o desmonte de acondicionamento de medicamentos em domicílio seria talvez se a venda fracionasse a quantidade de medicamentos exata para tratamento, porém, a mesma passa por inúmeras tentativas de implementação sem sucesso considerável. Evitaria o acondicionamento desnecessário pelos moradores assim como uma despesa menor e conseqüentemente um descarte menor (FALQUETO, 2006).

Na atenção farmacêutica ocorre a identificação, tentando corrigir e prevenir os problemas do uso incorreto dos medicamentos, a fim de promover seu uso racional e a melhoria do estado de saúde da comunidade. Essa atenção deve ser apoiada por toda a equipe multiprofissional de saúde como: o médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e etc. (FALQUETO, 2006).

Referencial Teórico

É indubitável que na sociedade atual os medicamentos são de suma importância para a melhora na qualidade de vida. Tais recursos elevam consideravelmente a saúde humana, causando melhoras e longevidade, porém o uso indiscriminado causa diversos problemas na saúde humana e em toda a natureza (UEDA et al., 2009).

A compra de medicamentos em quantidades que vão além do que o médico receitou ou foi indicado pelo farmacêutico faz com que as quantidades restantes vençam a data de validade, e com isso ocorre o descarte, que em sua maioria é em lugares e de maneira inadequada (UEDA et al., 2009).

O levantamento de dados é uma porta de entrada para o conhecimento no caminho da resolução em relação ao desperdício de dinheiro na aquisição de medicamentos quer sejam por acondicionar ou descartar erroneamente, assim como associar essa relação aos impactos econômicos na vida das famílias e em grande escala os impactos ambientais, econômicos ao

governo, torna-se uma roda sem fim pelo retorno em impostos para sustentar essa cadeia de impactos e consequências que vão além do planejamento financeiro seja familiar, temos impactos profundos na questão econômica e saúde das famílias e ambientes insustentáveis, sendo insalubres e tratamentos dispendiosos (FALQUETO et al., 2006).

Há uma preocupação dos profissionais da área da saúde, assim como as indústrias farmacêuticas que além de cumprir com a legislação vigente, cumpre um papel essencial na minimização dos impactos ambientais e econômicos através da aplicação das leis vigentes (FALQUETO et al., 2006).

Em 2009 levantamentos realizados no Brasil pelo CENSO do IBGE relacionados ao gasto familiar, as principais despesas e gastos de consumo final foram para outros serviços relacionados com atenção à saúde, como consultas médicas e odontológicas, exames laboratoriais etc. (36,3% do total) e com medicamentos para uso humano (35,8%), revelando o medicamento como uma despesa impactante na vida dos Brasileiros (IBGE, 2009).

O descarte de tais materiais (Medicamentos) em lixeiras comuns, no solo da própria residência, ou em vasos e pias, podem acarretar diversos problemas, com isso um ato que parece ser inofensivo vem gerando vários gastos desnecessários por falta de orientação e conscientização (ALENCAR et al., 2013).

Em lixeiras comuns podem contaminar o solo do local onde o lixo é jogado e ainda causar intoxicação em crianças, adultos e animais. Quando os medicamentos são enterrados no quintal da própria residência, irá ocorrer uma contaminação do solo e o risco de algum animal encontrar e se intoxicar (ALENCAR et al., 2013).

Tal problema é ainda mais grave quando entra em contato com recursos hídricos, pois componentes do medicamento não são destruídos no tratamento de esgoto, e jogados em rios, contaminam a água, afetam os animais, e prejudicam os seres humanos e a sociedade que depende desse recurso (ALENCAR et al., 2013).

Portanto, quando esses casos ocorrem geram gastos desnecessários as pessoas, tanto, com o gasto para consumo de mais medicamentos como a ocorrência de intoxicação direta, assim como a contaminação das áreas contaminadas prejudicando o meio ambiente por se tratar de um material tóxico, se ocorre um consumo mais consciente das famílias para com os medicamentos, grande parte desses problemas cessariam e enormes gastos poderiam ser evitados, tanto, no âmbito familiar como governamental para tratamento do solo assim como consequências de condição de doença a população (ALENCAR et al., 2013).

Metodologia

Este estudo teve por objetivo avaliar a forma de armazenamento e descarte de medicamentos e seus impactos econômicos e ambientais. Para tanto, será aplicada a metodologia conforme Antônio Carlos GIL, pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, buscando uma visão geral, ampla e abertura do tema para próximos trabalhos relacionados ao assunto (GIL, 2008).

O cálculo para a amostragem diante dos 381.970 mil representados em número total de moradores, conforme CENSO IBGE 2009 com margem de erro de 10% aplicando uma confiabilidade de 90% foi de 69 amostras. (IBGE, 2009 e SOLVIS, 2019).

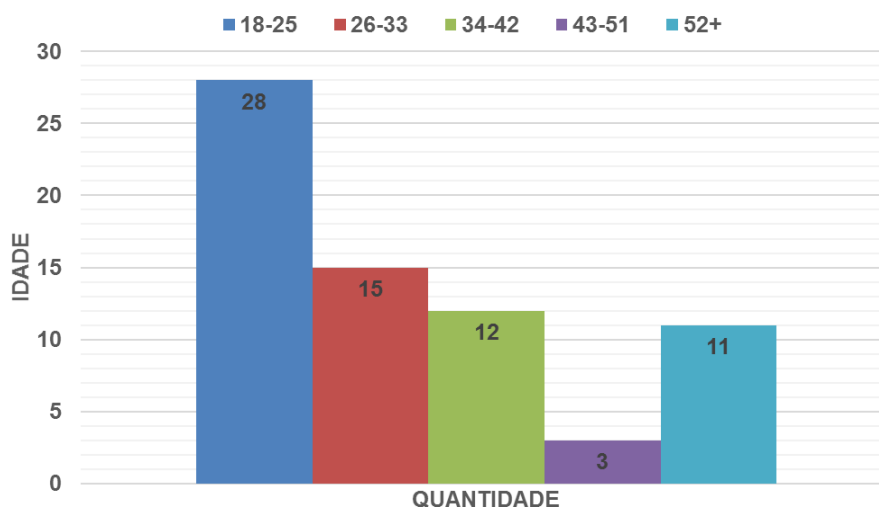
Como critério de inclusão, considerou-se que o sujeito deveria ser maior de 18 anos e necessariamente ser morador de Anápolis, Goiás por um período mínimo de 1 ano. A coleta de dados ocorreu no período de maio, 2019, e foi realizada através das técnicas de observação sistemática e entrevista semiestruturada, para as quais foram utilizados roteiros previamente elaborados. As entrevistas foram realizadas e os dados obtidos nas entrevistas foram analisados com base no método de análise de conteúdo.

Resultados e Discussões

Aplicado um questionário que continha 10 perguntas durante dois dias em 3 lugares distintos (rodoviária, terminal urbano e centro da cidade) que abrange uma variedade de bairros e características para uma melhor visualização do perfil geral da população em relação à pesquisa.

Os dados foram planilhados e de forma estatística podemos ampliar o campo de conhecimento e perfil, conforme segue:

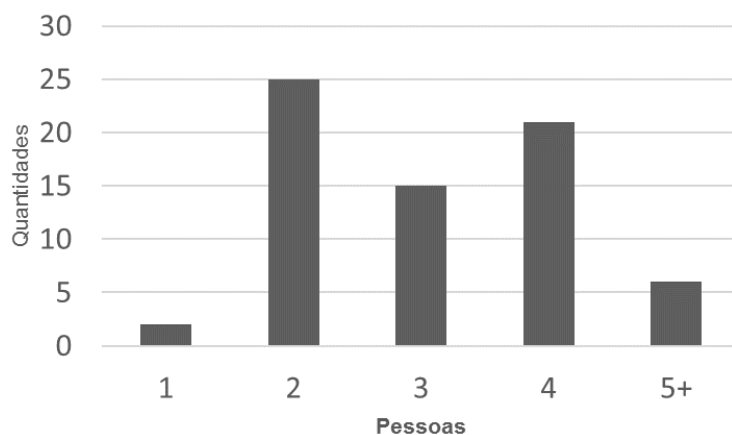
Figura 1: Distribuição por idade.



Fonte: Desenvolvimento local pelos autores.

O perfil socioeconômico é composto por 41% de mulheres e 59% de homens, distribuídos em sua maioria entre 18 a 25 anos.

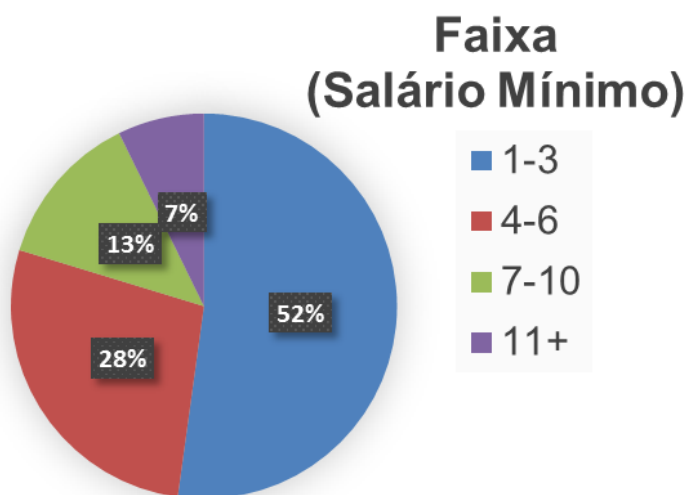
Figura 2: Distribuição por quantidades de pessoas que moram na mesma casa.



Fonte: Desenvolvimento local pelos autores.

Com relação à distribuição por quantidades de pessoas que mora na mesma casa foi composta em sua maioria por dois moradores por casa.

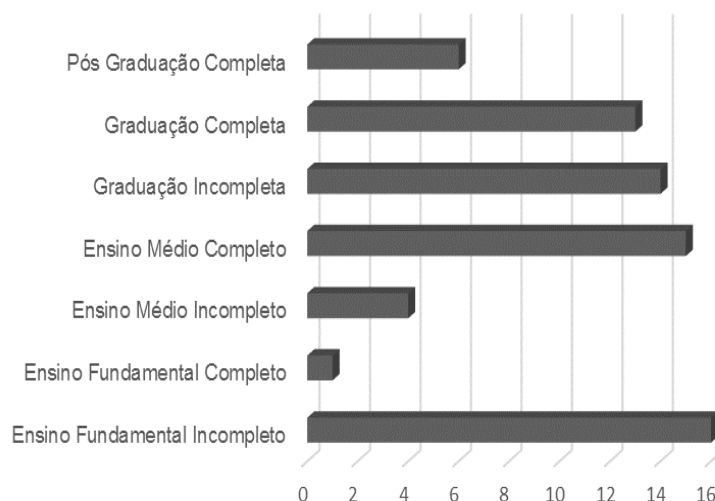
Figura 3: Quantidade de Salário Mínimo composto conforme faixa.



Fonte: Desenvolvimento local pelos autores.

A distribuição entre as faixas por quantidade de renda dos moradores encontrou-se concentração de 52% de renda entre 1 a 3 salários.

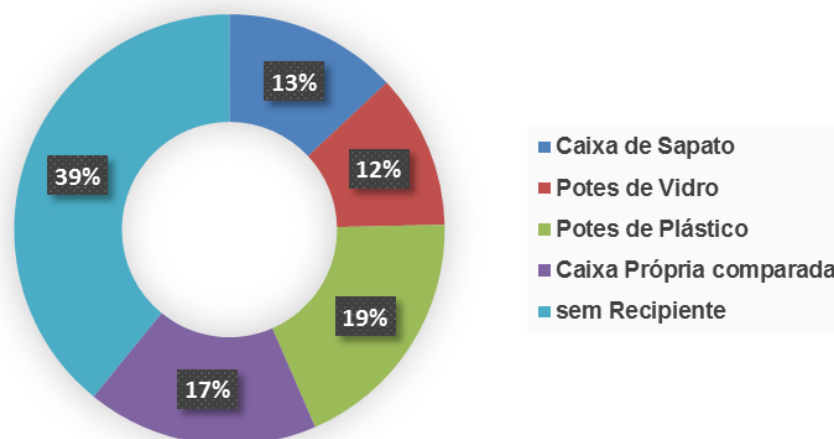
Figura 4: Distribuição por Escolaridade.



Fonte: Desenvolvimento local pelos autores.

A formação escolar dos moradores é composta em sua maioria por ensino fundamental incompleto.

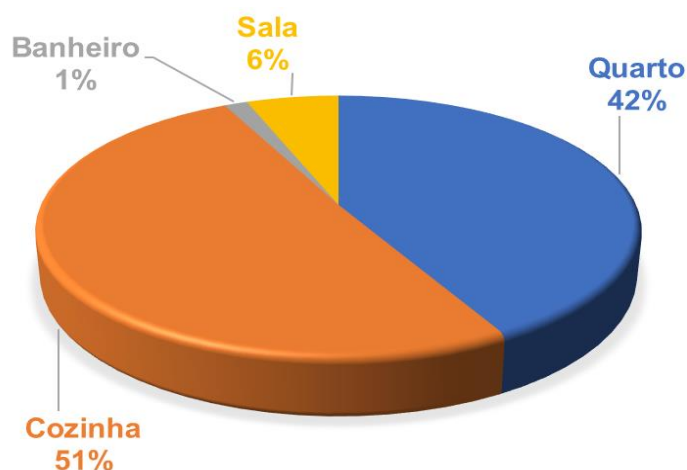
Figura 5: Recipiente de Acondicionamento dos medicamentos.



Fonte: Desenvolvimento local pelos autores.

A quantidade de medicamentos sem recipientes e consequentemente sua exposição na casa é alarmante diante dos dados de que 39% não tomam esse cuidado.

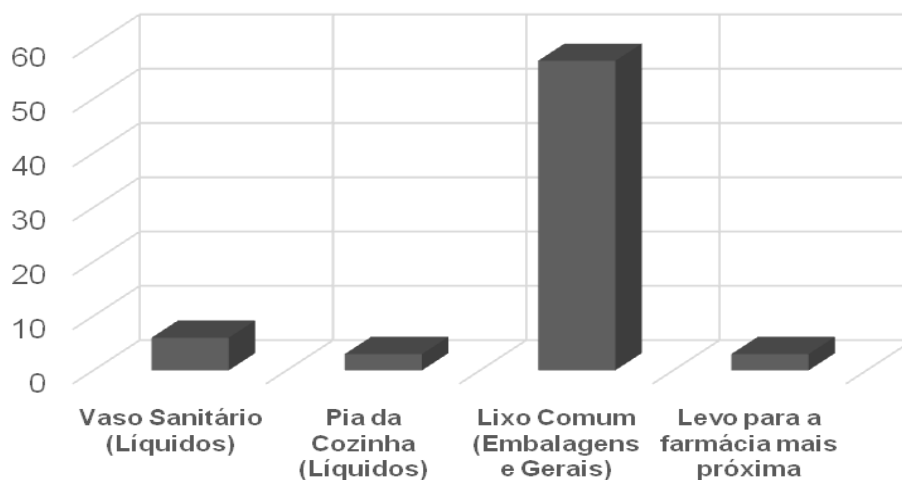
Figura 6: Acondicionamento dos medicamentos divididos por cômodos.



Fonte: Desenvolvimento local pelos autores.

A quantidade de acondicionamento do medicamento no cômodo da cozinha com concentração de 51%, em um ambiente que não é adequado, pois fica exposto ao calor (UEDA et al., 2009).

Figura 7: Local de Descarte dos medicamentos fora da validade.

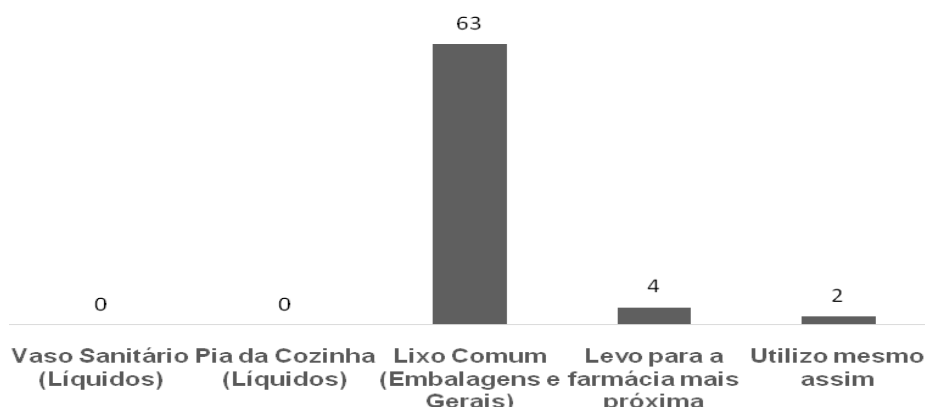


Fonte: Desenvolvimento local pelos autores.

O local de descarte tanto para os medicamentos fora da validade e aqueles que se encontram com a embalagem primária danificada sem tratamento adequado como o lixo comum onde 57 pessoas responderam ser o principal descarte das 69 amostras, mostrando a tendência da realização dessa forma de descarte pela população Anapolina, seja por falta de orientação adequada sobre os medicamentos ou seu descarte, tal problema se torna ainda maior relacionado ao descarte do lixo comum. As consequências são desastrosas, sentidas a cada dia e com mais força e intensidade pela natureza e solos em degradação (UEDA et al., 2009).

O medicamento quando descartado em lixeiras comuns vão para aterros sanitários, causando assim contaminação no solo e podendo causar intoxicação de pessoas e animais. Nos quintais das residências irá ocorrer uma contaminação do solo, e podendo também intoxicar pessoas e animais (UEDA et al., 2009).

Figura 08: Local de Descarte dos medicamentos com a embalagem primária danificada.



Fonte: Desenvolvimento local pelos autores.

O perfil do descarte dos moradores do município de Anápolis do estado de Goiás, claramente demonstrou ser através do lixo comum. Os medicamentos que são jogados em pias e vasos sanitários irão parar em esgotos, porém esse serviço realiza somente tratamento para as bactérias das fezes, então esse tratamento não consegue destruir substâncias presentes em medicamento, assim como metabolitos formados posteriormente (UEDA et al., 2009).

O esgoto é jogado em rios, e essas substâncias químicas que não foram destruídas vão contaminar a água, e quando em grandes quantidades causam desequilíbrio na vida aquática podendo destruir esses seres, ocorrerá contaminação do solo perto desse leito de rio, pode intoxicar ou matar os demais seres que entrarem em contato com a água como animais e pessoas sendo imprevisível (UEDA et al., 2009).

Diante deste tema, justifica-se a necessidade da orientação por parte dos profissionais da saúde, como médico ou farmacêutico no mínimo, orientando quanto à utilização, armazenamento e descarte correto dos medicamentos no intuito de promover seu uso correto e seguro e evitando consequências indesejáveis ao meio ambiente e a vida (UEDA, 2012).

A conscientização através de programas sociais e a implementação em saúde pública voltadas ao descarte e acondicionamento correto de medicamentos precisa ser implementada e em última instância uma aplicação de multas poderia ser uma forma de ensinar por um período até que a população entenda sua importância (FALQUETO et al., 2006).

Ao tratar de assunto da área de saúde pública fica claro a busca por respostas e entendimentos sobre os impactos sociais e econômicos que serão depositados a população. Dessa forma, o investimento para otimização do manejo e descarte de medicamentos voltados a estudos

é um início considerável de obtenção de respostas claras, assim como a implementação de melhorias nas estações de tratamento de esgotos como um depósito final (FALQUETO et al., 2006).

A alternativa para o desmonte de acondicionamento de medicamentos em domicílio é a venda fracionária da quantidade de medicamentos exata para tratamento, porém, a mesma passa por inúmeras tentativas de implementação sem sucesso considerável. Evitaria o acondicionamento desnecessário pelos moradores assim como uma despesa menor e consequentemente um descarte menor (FALQUETO et al., 2006).

Na atenção farmacêutica ocorre a identificação, tentando corrigir e prevenir os problemas do uso incorreto dos medicamentos, a fim de promover seu uso racional e a melhoria do estado de saúde da comunidade. Essa atenção deve ser apoiada por toda a equipe multiprofissional de saúde como: o médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e etc. (FALQUETO et al., 2006).

Problemas com o acondicionamento de medicamentos em casa podem citar a: ausência de bulas, ausência de embalagem secundária, medicamento com validade vencida, lote e prazo de validade ilegível, nome ilegível, sobra de antibióticos, sobra de medicamentos psicotrópicos e entorpecentes e ausência de embalagem primária para verificar nome, lote ou validade (MASTROIANNI et al., 2010).

O armazenamento inadequado leva ao comprometimento da qualidade e da efetividade dos medicamentos, pois fica exposta à degradação dos princípios ativos, minimizando sua eficácia ou levando a formação de outras substâncias tóxicas, o que compromete a estabilidade (data de validade menor, pois as condições não foram testadas pelo fabricante) dos medicamentos e causa exposição ao risco de intoxicação (MASTROIANNI et al., 2010).

O acondicionamento correto dos medicamentos deve ser em local seguro e fora do alcance de crianças, e adequado o local não exposto à luz, calor, umidade e produtos de higiene, cosméticos e desinfetantes utilizados na limpeza doméstica evitando a sujeira e mantendo uma distância de animais, ralos (MASTROIANNI et al., 2010).

Assim como avaliação da temperatura e melhor acondicionamento conforme o medicamento e classe devem ser orientados pelo médico ou farmacêutico no mínimo, temos, por exemplo, a insulina que deve ser armazenada em geladeira devido à temperatura estar dentro do parâmetro de não atingir temperaturas abaixo de 2°C ou acima de 30°C e não pode ficar exposta à luz direta do sol (MASTROIANNI et al., 2010).

Considerações finais

Pela observação dos dados dos moradores do município de Anápolis no estado de Goiás, conforme demonstram os dados coletados o município é composto por 41% de mulheres e 59% de homens, distribuído em sua maioria entre 18 a 25 anos, com relação à distribuição por quantidades de pessoas que moram na mesma casa foi composta em sua maioria por dois moradores por casa, a distribuição entre as faixas por quantidade de renda dos moradores encontrou-se concentração de 52% de renda entre 1 a 3 salários, sobre a formação escolar dos moradores é composta em sua maioria por ensino fundamental incompleto.

A quantidade de medicamentos sem recipientes e de que 39% não tomam esse cuidado no armazenamento seja por uma caixa de sapato ou caixa própria comprada, com relação ao acondicionamento do medicamento no cômodo da cozinha com concentração de 51%, em um ambiente que não é adequado, pois fica exposto ao calor, e que o perfil do descarte dos moradores do município de Anápolis do estado de Goiás, claramente demonstrou ser através do lixo comum, diante desse levantamento fica explícito a falta de conhecimento da população diante da saúde, meio ambiente, de suas finanças e despesas com saúde.

Através de um esforço com a implementação de promoção a saúde com uma equipe multidisciplinar e acompanhamento por um período mais curto por visitas e auxílios na distribuição de informações tratando com maior cuidado as pessoas, com o olhar dos funcionários da área da saúde, vereadores e prefeito diante da quebra do ciclo e problemas relacionados conseqüentes ao acondicionamento e descartes errôneos que trazem prejuízos para a família e a sociedade, poderíamos caminhar para uma prevenção e possivelmente evitar riscos e problemas.

Na compra do medicamento deveríamos disponibilizar essencialmente a quantidade que será utilizada evitando uma “farmácia caseira” na casa da família, onde os medicamentos podem ficar ao alcance de crianças, com o acondicionamento inadequado o princípio ativo pode degradar e perder a eficácia, descarte no lixo comum que leva o problema para a sociedade em um todo. Acaba sendo um ciclo sem fim, que poderia ser finalizado antes de começar, na aquisição da quantidade correta.

Diante dos fatos, o correto acondicionamento se dá em um local seguro, adequado e limpo, onde não se deve colocar o medicamento exposto à luz, umidade, calor, cosméticos, desinfetantes ou produtos de limpeza em geral, e sua embalagem deve estar intacta para uso,

assim como deve ser possível saber o lote, validade e o princípio ativo assim como acesso a bula.

O descarte deve ser realizado nos pontos de coleta ou em farmácias próximas ao morador, pois esses locais iram dar a finalização correta, sem risco e exposição ao consumidor, ao morador ou sociedade.

Referências

ALENCAR, T.O.S. MACHADO, C.S.R. COSTA S.C.C. ALENCAR, B.R. *Descarte de medicamentos: uma análise da prática no Programa Saúde da Família*. Scielo - Ciência e Saúde Coletiva. Junho de 2013. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000702157 Acesso em: 01 Junho, 2019.

FALQUETO, E. KLIGERMAN, C.D. ASSUMPÃO, R.F. *Como realizar o correto descarte de resíduos de medicamentos?* Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro RJ. Disponível em:
<https://www.scielo.org/article/csc/2010.v15suppl2/3283-3293/> Acesso em: 25 Maio, 2019.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas S.A.. 6ª Edição. São Paulo, 2008.

IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 Maio, 2019.

MASTROIANNI, P. C. LUCHETTA, R.C. SARRA JR. GALDURÓZ, J.C.F.. *Estoque doméstico e uso de medicamentos em uma população cadastrada na estratégia saúde da família no Brasil*. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Departamento de Fármacos e Medicamentos, Araraquara (SP), Brasil, 2010.

SOLVIS. Disponível em: <https://www.solvis.com.br/calculos-de-amostragem/>, Acesso em: 06 Maio, 2019.

UEDA, J. TAVERNARO, R. MAROSTEGA, V. PAVAN, W. *Impacto ambiental do descarte de fármacos e estudo da conscientização da população a respeito do problema*. Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação/UNICAMP. Revista Ciências do Ambiente On-Line Julho, 2009 Volume 5, Número 1.

Implicações dos Impactos Socioeconômicos da Unidade de Conservação Parque dos Pirineus Sobre as Comunidades Águas Lindas de Goiás, Padre Bernardo e Vila Propício

Raphaella Ribeiro Oliveira¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar os impactos socioeconômicos nos municípios de Águas Lindas, Padre Bernardo e Vila Propício, mediante sua proximidade com a Unidade de Conservação Parque dos Pirineus, importante área protegida no estado de Goiás e de grande responsabilidade devido abrigar diversas espécies de fauna e flora, que pode contribuir ativamente em desenvolvimento de medicamentos. Apresentamos os dados infográficos de todos os municípios destacando quantidade populacional, área demográfica, clima e outras características que podem influenciar em seu cotidiano.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, impactos, Parque Pirineus.

Introdução

O Parque Estadual Serra dos Pirineus (PESP) situa-se nos municípios de Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás, com áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade administrado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Goiás. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, as Unidades de Conservação (UCs), englobam corredores ecológicos, espaços considerados essenciais do ponto de vista econômico, por conservarem a biodiversidade, além de serem provedores de serviços ambientais e geradores de oportunidades de negócios.

A lei nº 6.938/81 estabeleceu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), conjunto articulado de instituições e entidades responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. Dessa forma percebe-se a existência de inúmeros mecanismos para preservar, analisar e debater os impactos ambientais e socioeconômicos, com o intuito de solucioná-los.

Os municípios de Águas Lindas de Goiás, Padre Bernardo e Vila Propício, devido sua proximidade com a APA (Área de Proteção Ambiental dos Pirineus), possuem ligação direta com a Unidade de Conservação Parque dos Pirineus, podendo sofrer reflexos positivos e negativos de impactos sofridos pela APA.

O Objetivo do trabalho é investigar os impactos socioeconômicos da Unidade de conservação Parque dos Pirineus sobre as comunidades de Águas Lindas de Goiás, Padre Bernardo e Vila Propício.

Desenvolvimento

Esta é uma pesquisa bibliográfica, qualitativa para dados bibliográficos, e quantitativos para a pesquisa de dados secundários documentais. Os resultados são apresentados de maneira descritiva.

A seleção dos artigos para pesquisa bibliográfica ocorreu através da mídia eletrônica, no portal Capes, SciELO, Google Acadêmico e IBGE. As palavras de busca utilizadas foram unidades de conservação, Parque dos Pirineus, áreas de proteção ambiental e o nome do município pesquisado.

Em Pirenópolis existe uma elevada depreciação do ambiente devido à extração e mineração, fato crítico que tem ganhado atenção, visando buscar medidas eficazes de conservação. Esse fator possui ponto positivo e pontos negativos na visão do público entrevistado na pesquisa realizada sobre os “Aspectos Socioambientais da Extração de Pedras Ornamentais em Pirenópolis, Goiás”. O ponto positivo é a geração de empregos e os pontos negativos são a detonação de explosivos, que causa poluição sonora, poluição dos córregos e do rio das Almas, ausência de reflorestamento nos locais onde ocorreu extração de pedras, ficando abandonado, entre outros.

O Quadro 01 apresenta os dados históricos dos municípios de Águas Lindas, Padre Bernardo e Vila Propício, os quais possuem em comum a forma de criação, visto que se formaram por desmembramento de terras de municípios já existentes.

Quadro 1 - Dados históricos dos municípios – 2010

Municípios	Águas Lindas	Padre Bernardo	Vila Propício
Ano de povoamento	1995	1963	1965
Lei (decreto)	Nº 1.279	Nº 4.797	Nº 16
Município de origem	Santo Antônio do Descoberto	Luziânia	Pirenópolis
Nome de origem	Parque da Barragem	Mimoso	Pirenópolis

Fonte: IBGE, 2010

Águas Lindas de Goiás, antes conhecida como Parque da Barragem, pertencia ao município de Santo Antônio do Descoberto. A origem deste nome deve-se a uma homenagem as nascentes Águas Lindas, onde há 15 anos havia apenas Cerrado e algumas fazendas.

Segundo o IBGE cidades, o município de Padre Bernardo foi criado pela lei municipal nº 4.797 de 7 de dezembro de 1963, desmembrando-se de Luziânia. Em 26 de novembro de 1975 pela Lei Estadual nº 8.004 é ratificado adquirindo do município de Niquelândia o distrito de Mimoso, que é desmembrado em 30 de dezembro de 1987 pela Lei Estadual nº 10.405, originando-se Padre Bernardo.

Em 1951 pelo decreto lei municipal nº 16, de 16 de outubro de 1965, subordinado ao município de Pirenópolis, Vila Propício começou com a chegada de Joaquim Propício de Pina à região, no início do anos 1950, onde construiu escola e comercializava a produção de alimentos. A partir daí, criou-se um loteamento, dando início ao povoado de Vila Propício, cujo nome homenageia seu fundador.

A figura 1 ilustra a APA, delimitada numa área de 2.833 ha pelo decreto nº 4.830, de 15 de outubro de 1997, com a função de preservar a fauna, a flora e mananciais, como as nascentes do Rio das Almas e do Rio Corumbá.

Figura 1 - Delimitação da APA (Área de Proteção Ambiental dos Pirineus).

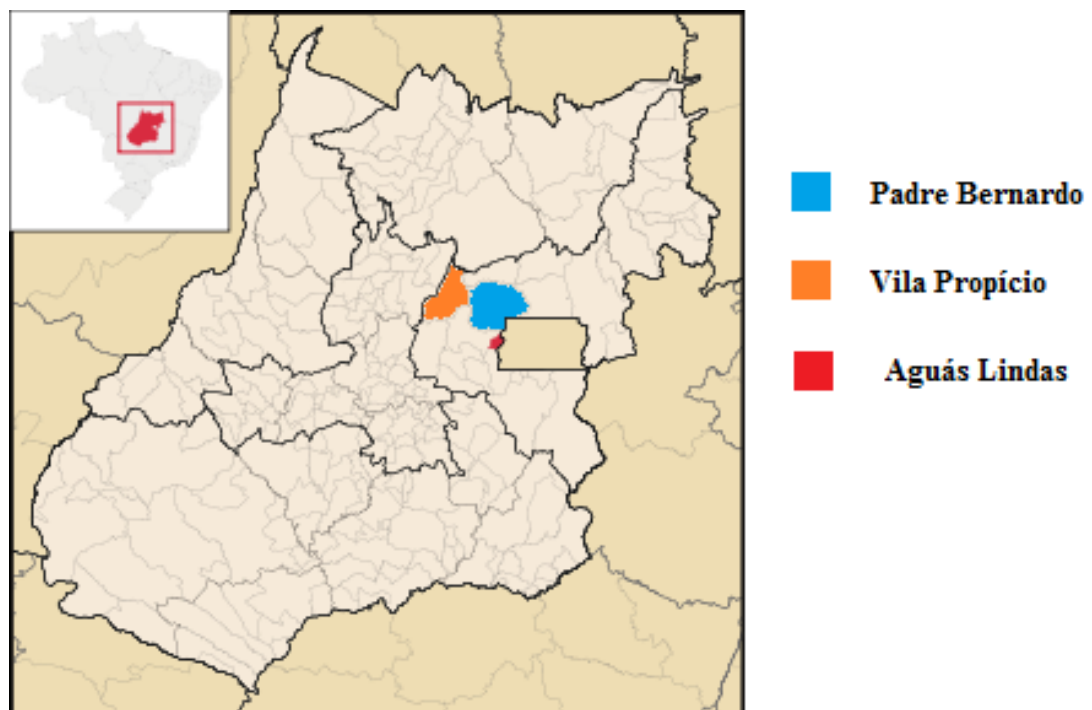


Fonte: **SEMAD** (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), 2019.

De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), aumenta ainda mais a responsabilidade ecológica da APA (Área de Proteção Ambiental dos Pireneus), devido abastecer diversas comunidades da região e essas nascentes (córregos) se tornam um divisor das Bacias do Tocantins e Paraná.

A figura 2 apresenta a localização dos municípios de Padre Bernardo, Vila Propício e Águas Lindas, os quais foram definidos por cores, que ao analisar a legenda percebe-se nitidamente a área demográfica de cada município.

Figura 2 - Mapa de localização dos municípios



Fonte: Google maps, 2019.

Os municípios de Águas Lindas, Padre Bernardo e Vila Propício possuem o Cerrado como bioma e clima tropical. A tabela 2 informa os infográficos juntamente com as principais características de cada município. São municípios densamente povoados, e nas proximidades do Parque Pirineus.

Na tabela 1 percebe-se que o município de Pirenópolis, onde está localizada a APA dos Pireneus, é um dos maiores em área territorial e em número de habitantes, porém em cobertura de água, luz e esgoto, fica atrás do município de Águas Lindas que,

coincidentemente, é o município de menor área territorial. O município de Pirenópolis possui cachoeiras e matas, sendo seu clima predominante tropical, o que se repete nos demais municípios.

Tabela 1 - Infográficos dos municípios- 2010

Municípios	Águas Lindas	Padre Bernardo	Vila Propício	Pirenópolis
Área em (ha)	188,39	3.139,18	2.181,58	2.205,01
População (hab.)	159.378	27.671	5.145	23.006
Densidade demográfica	846,02	8,81	2,36	10,43
Clima	Trop altitude	Tropical	Tropical	Tropical
IDH	0,634	0,686	0,651	0,693
PIB per capita	8.510,85	15.678,25	37.431,13	14.120,17
Renda Per capta	449,38	518,12	401,84	544,78
Cobertura de Esgoto (%)	95,46	89,89	90,11	94,62
Cobertura de água (%)	96,79	78,33	77,94	91,12
Cobertura de Luz (%)	99,73	97,59	97,59	99,85

Fonte: IBGE, 2010; Atlas Brasil, 2010.

Os municípios de Padre Bernardo e Vila Propicio possuem densidade demográfica de 8,81 e 2,36 habitantes por quilômetro quadrado. O grau de saneamento básico pode ser considerado bom, devido possuírem cobertura média de 84,11 e 84,2%, respectivamente.

O manejo e a preservação de áreas do parque PESP tem importância para as manchas urbanas no entorno, já que os recursos hídricos são a única fonte de abastecimento, são utilizados pelas cidades de Águas Lindas, Padre Bernardo e Vila Propício, dentre outros sendo necessário o uso correto de suas correntes d'água para sua preservação.

Administradores do Parque dos Pirineus desde 2003 passaram a estimular a conscientização da população vizinha à área, a conservarem o patrimônio natural, tornando-o uma forte atração turística, pelas belezas paisagísticas, rupestres e por possuir diversas nascentes no local. Tem como outro fator sua proximidade com a capital do país Brasília (150 km) e a capital do Estado, Goiânia (130 km). Deste modo o Parque Estadual Serra dos Pirineus (PESP) ganha bastante visibilidade e recebe entorno de 10 mil visitantes por ano.

De acordo com o IBGE (2010), a economia dos municípios de Águas Lindas, Padre Bernardo e Vila Propicio se concentra na agricultura e na agropecuária. Na tabela 2 é possível confirmar o PIB e a Renda Per capita de cada município.

A tabela 02 apresenta o crescimento populacional de cada município nos anos de 2010 a 2018. Mostra que a população do município de Águas Lindas de Goiás cresceu em 47.692 no período selecionado. É o município que se destaca, tendo uma evolução em quantidade populacional, mesmo sendo o município de menor área territorial, o que nos chama a atenção para esse fator; porém que se justifica pela densidade demográfica de 846,02, expressa na tabela 01. Ou seja, Águas Lindas de Goiás é o município mais urbanizado.

Tabela 2. Comparativo da População Total entre Estimativa IBGE-2018

Municípios	Área Territorial (km ²)	População Censo Demográfico - 2010			Estimativa IBGE 2018 - Total
		Total	Urbana	Rural	
Águas Lindas de Goiás	188,39	159.378	159.138	240	207.070
Padre Bernardo	3.139,18	27.671	10.786	16.885	33.228
Vila Propício	2.181,58	5.145	1.504	3.641	5.758
Pirenópolis	2.205,01	23.006	15.563	7.443	24.749

Fonte: IBGE, 2010; Atlas Brasil, 2010.

O município de Vila Propício possui mais de 50% da população residente na zona rural (3.641). E coincidentemente é o município de menor evolução populacional aumentando 613 habitantes até o ano de 2018. Desse modo, automaticamente, liga-se o aumento populacional ao setor em que está inserido.

Padre Bernardo, com população de 5.557 habitantes e Pirenópolis, com população de 1.743 habitantes, cresceram consideravelmente entre o período estimado, sendo que Padre Bernardo possui mais 50% de sua população residente na zona rural (16.885) e Pirenópolis mais de 50% da população residente na zona urbana (15.563).

Segundo Peixoto (1985) a família Marcgraviaceae, especialmente a espécie *Schwartzia adamantiu* (Cambess) Bedell ex Gir-Cañas, nome popular Mel-de-arara, planta nativa de campos rupestres com facilidade em se adaptar em grandes altitudes, que possui grande importância contribuindo para evolução de medicamentos, é encontrada em abundância na Serra dos Pireneus dentre outras vegetações. Nessa serra há também muitas espécies de orquídeas que crescem sobre os afloramentos rochosos, bem como musgos coloridos, cactos e bromélias.

Um estudo realizado pela engenheira florestal Massaroto (2009) afirma que muitas espécies de plantas originadas do cerrado, que muitas vezes são conhecidas apenas pelos nativos da região, possuem eficácia.

Considerações finais

Tanto o Parque Estadual Serra dos Pirineus (PESP) quanto a Área de Proteção Ambiental dos Pirineus possuem um imenso valor biológico devido sua grande diversidade na fauna e na flora. Essa diversidade contribui diretamente com a sociedade, sendo um esteio para descobertas medicinais entre outros.

Os municípios de Águas Lindas, Padre Bernardo e Vila Propício não são ligados demograficamente à Unidade de Conservação Parque dos Pirineus (PESP), porém dependem de sua hidrografia. Desse modo a preservação e manutenção da PESP automaticamente resultam na preservação dos municípios.

Implantar mecanismos de conscientização nos municípios de Águas Lindas, Padre Bernardo e Vila Propício têm bastante relevância contando que são os principais afetados por se beneficiarem com os atributos do Parque, assim qualquer descompasso no desenvolvimento seria prejudicial para a sociedade destes municípios. O uso consciente deve-se tornar hábito diário da população bem como a criação de políticas educacionais desses recursos naturais (solo, água, fauna e flora).

Referências

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **ATLAS Consultas**, 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BOSQUETTI, Lorrayne de Barros. **Análise da estrutura da paisagem e fitofisionomias do Parque Estadual dos Pirineus**, Goiás, Brasil – Piracicaba, 2008. 131p.

GOIÁS. DECRETO Nº 5.174, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2000. **Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental dos Pirineus e dá outras providências**. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2000/decreto_5174.Htm. Acesso em: 18 fev. 2018.

GOIÁS. LEI Nº 10.321, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987. **Criação do Parque Estadual dos Pirineus e realiza outras providências**. Disponível em:

http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1987/lei_10321.htm. Acesso em: 18 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 fev. 2018.

INSTITUTO MAURO BORGES - IMB. **Dados estatísticos dos municípios**, 2016. Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/perfilweb/Estatistica_bde.asp. Acesso em: 15 fev. 2018.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MATTOS, R. C. C. 2007. Aspectos Socioambientais da Extração de Pedras Ornamentais em Pirenópolis, Goiás. **Estudos**. Goiânia, v. 34, n. 9/10, p. 765-782.

PEIXOTO, A.B.F. 1985. Marcgraviaceae. In **Flora do Estado de Goiás**: Coleção Rizzo (J.A. Rizzo, coord.). Editora da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, v.5, p. 1-32.

THOMÉ FILHO, J. J; MORAES, J. M.; PAULA, T.L.F. **Geoparque Pireneus (GO)**. Geoparques do Brasil / Propostas · v.1 I.sd

As consequências de um mercado oligopolizado

Lucas Silva Oliveira¹¹¹
Thayla Cavalcante Martins¹¹²
Joana D'Arc Bardella Castro¹¹³
Talita Freitas Souza Barros¹¹⁴

Resumo: A pesquisa evidencia a opinião dos consumidores através de questionários aplicados e mostra que o direito de ir e vir garantido ao cidadão não é aplicado na sociedade de forma eficaz, violando até mesmo a dignidade e rompendo com a Constituição Federal que garante a livre circulação e a liberdade no meio social. Percebe-se que não há estratégia de melhoria na locomoção dos ônibus pois com o passar do tempo os problemas continuam sendo os mesmos, por exemplo a grande espera nos pontos de ônibus pelos horários irregulares, superlotação gerando desconforto e principalmente o alto preço da passagem em relação ao custo benefício agregado a população.

Palavras-chave: ônibus, oligopólio, urbanismo.

Introdução

O transporte público em geral pode ser entendido como uma questão de mobilidade urbana e que atuando com eficiência garante ao consumidor e a população um direito de ir e vir sem alguns transtornos sociais e de forma mais econômica, evitando assim congestionamentos e horas de estresse no trânsito, além de ajudar a reduzir os impactos ambientais, retirando os carros de circulação. Esse direito à mobilidade garante ao usuário acesso aos centros da cidade, lugares de lazer, centros de saúde, ou seja, uma grande flexibilidade para chegar ao destino com um custo baixo e de forma rápida.

O presente estudo também pode ajudar a entender o motivo pelo qual a região metropolitana de Goiânia é um dos maiores centros urbanos que utilizam carros e motos no lugar do transporte público. Segundo uma pesquisa feita pela CNM - Confederação Nacional de Municípios, Goiânia tem a 6º maior frota de carros do país com aproximadamente 605,3 mil carros e tem a 4º maior frota de motos com aproximadamente 291,613 mil motocicletas, apesar da cidade não estar nem entre as 6 cidades mais populosas do Brasil.

¹¹¹ Graduando do curso de Ciências Econômicas do Campus Anápolis de CSEH/UEG. E-mail: lucas2015.lo11@gmail.com

¹¹² Graduanda do curso de Ciências Econômicas do Campus Anápolis de CSEH/UEG. E-mail: thaylacmartins@hotmail.com

¹¹³ Professora orientadora. Doutora pela UnB em Economia. Professora do Renac e Teccer. E docente da Universidade Estadual de Goiás.

¹¹⁴ Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), bolsista CAPES/BRASIL. E-mail: economia.talita@gmail.com

Durante o exposto, o objetivo principal do artigo é evidenciar os prejuízos que uma sociedade sofre quando ela depende de um serviço em que não existe o mínimo de concorrência possível.

Esse sistema monopolizado do transporte público nas grandes cidades leva o uso dos outros meios de locomoção citados anteriormente, a realidade da região metropolitana é um ambiente desadaptado para o serviço prestado acarretando em vários prejuízos existentes na atualidade como os congestionamentos constantes, e um declínio na qualidade de vida afetando diretamente a saúde da população.

Metodologia

A metodologia desenvolvida no trabalho foi a pesquisa quantitativa descritiva. Para a realização da pesquisa científica foi necessário encontrar o tamanho da amostra a ser utilizada com base nas referências bibliográficas do autor Larson Farber do livro de **Estatística Aplicada, 4. ed.** Portanto, foi utilizada a seguinte fórmula:

$$p*q$$

n , onde:

$$e$$

n = tamanho da amostra

Z^2 = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança utilizado. $p*q= 0,25$ e^2 = erro padrão.

Para esta pesquisa foi utilizado o nível de confiança de 90%, um erro padrão de 10%, e o valor crítico igual a 1, 645. Aplicando estes valores e substituindo na fórmula encontramos uma amostra de 68 pessoas. Porém foram aplicados 100 questionários (para maior confiabilidade dos dados) aos usuários do transporte coletivo da Região Metropolitana de Goiânia em outubro de 2017.

A amostra selecionada foi aplicada usando o método da amostragem probabilística acidental, os usuários entrevistados foram escolhidos ao acaso e pedido que participassem da pesquisa respondendo ao questionário. O questionário aplicado foi composto por dez questões: As duas primeiras, servem para identificação do perfil do entrevistado, as perguntas

3, 4 e 5 servem para entender qual a relação entre a classe social do usuário e a necessidade de utilizar os transportes coletivos. As demais questões tinham como objetivo atingir a finalidade da pergunta principal que é o custo benefício do transporte coletivo na região metropolitana de Goiânia, tendo como base principal a questão 8. Depois de aplicados os questionários e tabulados, foram realizadas tabelas e gráficos para melhor entendimento dos resultados.

Desenvolvimento

O sistema coletivo de transporte em Goiânia é constituído por empresas que adquiriram do governo do município, via licitações, o direito de atuar nesse ramo de atividade pública. A primeira licitação foi obtida pela empresa HP Autopeças LTDA, no ano de 1969, que mais tarde passaria a ser chamada de HP Transportes Coletivos LTDA.

A Rede Metropolitana de Transportes Coletivos - RMTC é um consórcio que administra o transporte público de Goiânia e região. Atualmente tem frotas de aproximadamente 3.000 ônibus, com 268 linhas e com aproximadamente 6.000 pontos espalhados por toda região da metrópole. A criação da RMTC, instituída por lei¹¹⁵, em 2001 foi essencial para mudança e desenvolvimento do transporte público.

Segundo o site da RMTC, a estrutura da rede está disposta por agentes públicos e privados que respondem pelos serviços prestados. A formulação das políticas públicas do setor é administrada pelo órgão responsável Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia (CDTC-RMG). Outro agente público é a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC) que é a empresa que exerce o gerenciamento, o controle e a fiscalização tanto da operação como da infraestrutura. O Consórcio da Rede citado anteriormente representa a atuação conjunta das concessionárias, são elas Rápido Araguaia LTDA, HP Transportes Coletivos LTDA, Viação Reunidas LTDA, Cootego e a estatal.

¹¹⁵ Lei complementar nº 34, 03 de outubro de 2001: “§ 3º. Fica instituída a Rede Metropolitana de Transportes Coletivos, unidade sistêmica regional composta por todas as linhas e serviços de transportes coletivos, de todas as modalidades ou categorias, que servem ou que venham a servir o Município de Goiânia e os Municípios de Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis e Trindade, inclusive linhas e serviços permanentes que promovam a interligação direta ou indireta destes municípios entre si e ou com o Município de Goiânia.”

Metrobus Transporte Coletivo S.A. O último agente é o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia (SET) responsável pela arrecadação tarifária através do SITPASS - Sistema Inteligente de Tarificação de Passagens.

O transporte público no Brasil sempre foi alvo de grandes críticas, e Goiânia também compartilha dessas críticas, podemos elencar alguns fatores que nos leva a essa precariedade, o primeiro é o crescimento da população, no qual as pessoas saem da zona rural em busca de uma melhoria de vida e vão para capital ou regiões próximas, além disso, Goiânia foi uma cidade projetada para 50 mil habitantes e hoje segundo o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a Região Metropolitana de Goiânia possui mais de 2,2 milhões de habitantes tornando assim a 11ª maior cidade do país em população. O segundo é a falta de planejamento do governo quando o assunto é mobilidade urbana, pois o transporte coletivo influencia muito no trânsito de uma cidade. Conforme Erika (2013, p. 47) a maioria das cidades brasileiras enfrentam um processo de crescimento onde o planejamento e a infraestrutura não conseguiram acompanhar e satisfazer as demandas da vida urbana:

Nos últimos anos, a população da Região Metropolitana de Goiânia também tem observado um declínio na sua qualidade de vida causado, sobretudo, pela dificuldade na realização dos deslocamentos para a execução de suas atividades. Observa-se, a cada dia, o aumento do número de veículos motorizados particulares que leva ao aumento dos congestionamentos, da poluição, de acidentes, tornando-se um círculo vicioso que contribui para a degradação do transporte coletivo e dos deslocamentos não motorizados, apontando para uma realidade urbana cada vez mais insustentável. (ERIKÁ (2013, p. 47).

Um terceiro fator para ser levado em consideração são as licitações que a Prefeitura Municipal de Goiânia faz desde 1969 para tentar resolver o transporte na cidade, entretanto as empresas que adquiriram o direito por meio deste tipo de contrato não compartilham de concorrência, pois temos 7 concessionárias, mas cada uma atua em diferentes áreas do transporte. Quando se analisa a estrutura do transporte coletivo, pensando apenas na RMTC, pode ser cogitado a ideia de uma estrutura de mercado sem concorrência por conta do seu comportamento, as empresas não competem entre si por conta do acordo de cooperação e isso leva a entender que é um monopólio, porém ao entender e analisar a rede, percebe-se que é um oligopólio. Mais especificamente um oligopólio concentrado, onde apenas um pequeno número de empresas tem o poder concentrado em suas mãos, não há nenhum outro concorrente no mercado, e por buscarem o lucro extraordinário os preços repassados aos usuários são abusivos em relação à prestação do serviço.

De acordo com os questionários aplicados durante a pesquisa científica analisa-se que 41% dos usuários não têm gastos diretos com o uso do transporte, os mesmos possuem benefícios como Passe Livre Estudantil ou Vale transporte fornecido pelas empresas. Entretanto, o fato de não terem esse gasto diretamente não justifica a falta de um bom serviço prestado. Pois, o direito ao uso do Transporte é garantido por lei:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015, Constituição Federal de 1988).

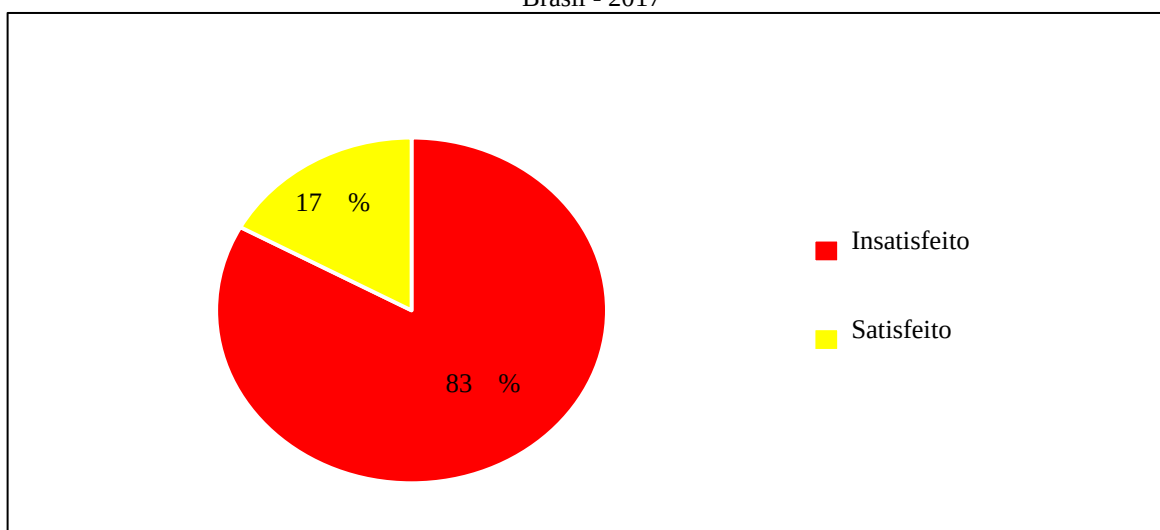
Uma pesquisa publicada pelo diário do transporte, indica que o transporte público de Goiânia perdeu 25% dos passageiros no período entre 2008 a 2016, variáveis como; insegurança nos pontos de ônibus, atrasos nos horários, superlotação do mesmo e surgimento de novos aplicativos de transporte privado, como o Uber e 99 pop, pode justificar o alto índice na queda na demanda dos ônibus, sem contar os constrangimentos sofridos pelos usuários com os furtos nos ônibus e terminais. Por ser um serviço essencial a empresa/concessionária que comercializa o transporte público deve atender as regras previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC-lei nº8.078/90), pois toda a população deve se beneficiar da facilitação da mobilidade urbana.

A RMTC utiliza um modelo de tarifa única, atualmente no valor de 4,00 reais (abril2019), esse modelo não tem subsídio da prefeitura, portanto todos os custos são pagos pelos usuários. Quando ocorre uma queda considerável no número da demanda, a empresa normalmente pede o auxílio para o Poder Público, no caso de Goiânia e região, a RMTC resolveu diminuir a oferta de ônibus enquanto bate às portas do Governo pedindo recursos, isso também pode explicar os constantes aumentos na passagem de ônibus, em 2015 a tarifa custava o valor de 3,30 reais, e hoje em 2019 custa 4,00 reais, isso representa um aumento de aproximadamente 21% no valor do bilhete em menos de 4 anos, sem levar em consideração que existe previsão do aumento da passagem ainda para esse ano de 2019, portanto isso contradiz o artigo 12 inciso segundo do Regulamento Operacional da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia (ROT, 2007), que nos diz que investimentos terão que ser feitos para proporcionar uma diminuição nos custos operacionais levando assim também uma diminuição no preço da tarifa.

Os usuários são dependentes do transporte coletivo e a maioria da população que utiliza não tem renda acima de dois salários mínimos. Essas pessoas utilizam o ônibus pois, preços como o de veículos e combustíveis são mais caros. E o preço pago, pela passagem vale mais a pena, em comparação apenas com sua renda.

Em suma, analisando a situação em decorrência dos aspectos e variáveis, 83% dos usuários se sentem insatisfeitos sobre a jornada no uso do Transporte, conforme o gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Opinião dos usuários sobre a jornada no transporte coletivo na Região Metropolitana de Goiânia Brasil - 2017



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Como já citado anteriormente todos esses elementos são consequências de um mercado oligopolizado, que na economia é a forma mais evoluída de Monopólio: poucos vendedores para muitos compradores além da barreira de entrada de novas firmas. Um outro exemplo de oligopólio relacionado a mobilidade urbana é a produção de ônibus que contribui para o aumento do preço da tarifa do transporte público. Para operar em um mercado perfeito o modelo de execução que deve ser seguido é o de concorrência perfeita, se mais da metade dos clientes não estão satisfeitos com o produto oferecido, consequentemente significa que o exercício não está sendo empregado corretamente.

Resultados e discussões

Para alcançar o objetivo do artigo foram aplicados 100 questionários em outubro de 2017 na Região Metropolitana de Goiânia, obteve-se os resultados: A primeira pergunta do questionário é sobre a faixa etária dos usuários do transporte coletivo da região metropolitana de Goiânia. Através das respostas podem-se obter os seguintes resultados: a média de idade dos indivíduos é de aproximadamente 33 anos. A segunda inferência que pode ser feita é a idade modal, que equivale a aproximadamente 43 anos. Neste caso, a amostra é classificada como modal. Além disso, foi possível calcular a mediana das idades, a qual resultou em aproximadamente 36 anos. Também é possível concluir que 52% dos usuários entrevistados são mulheres e 48% homens. Através da tabela 1 a seguir, que mostra a renda dos usuários de transporte coletivo, nota-se uma maioria de 45% que recebe de R\$ 937,00 a R\$1800,00. Logo após, 25% dos entrevistados recebem até R\$ 937,00, 17% ganham de R\$1801,00 a R\$3500,00 e apenas 13% tem renda acima de R\$3500,00.

Tabela 1 – Renda dos usuários do transporte coletivo – Região Metropolitana de Goiânia – 2017

Renda (R\$)	Q (%)
até 937	25
de 938 à 1800	45
de 1801 à 3500	17
acima de 3500	13
Total Geral	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A maioria da população que utiliza o transporte coletivo, não tem renda acima de dois salários mínimos, essas pessoas utilizam o ônibus, pois é muito mais caro manter veículos automotores ou solicitar carros particulares através dos aplicativos, além disso muitos também possuem benefícios de vale transporte fornecido pelas empresas.

Sobre a ocupação dos usuários do transporte coletivo, 44% dos entrevistados disseram ser trabalhadores, 23% estuda e trabalha, 20% só estuda, 11% é aposentado e 2% é desempregado. Logo conclui-se que a maioria dos usuários do transporte o utilizam para se locomoverem ao trabalho. Um dos fatores que levam a crer que tais usuários utilizam os ônibus é que não possuem um veículo próprio e também pelo gasto menor, pois algumas empresas pagam o transporte coletivo. Outro aspecto é a falta de Carteira de Habilitação ou o preço alto do combustível, aqui também pode entrar outro caso a se discutir, pois os

estudantes que possuem Passe Livre Estudantil se sentem incomodados com a falta de pagamento pelo Governo.

A segunda tabela é em relação ao grau de instrução dos entrevistados, foi possível verificar que 37% deles concluíram o ensino médio, 35% encontram-se graduados e/ou em graduação, 10% com ensino fundamental completo, 9% ensino fundamental incompleto, 8% ensino médio incompleto e apenas 1% analfabeto.

Tabela 2 – Grau de instrução dos usuários do transporte – Região Metropolitana de Goiânia – 2017

Grau de Instrução	Q (%)
Analfabeto	1
Ensino fundamental incompleto	9
Ensino fundamental completo	10
Ensino médio incompleto	8
Ensino médio completo	37
Graduação	35
Total Geral	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Assim é possível inferir que entre os entrevistados, o grau de instrução maior é o de pessoas que concluíram o ensino médio e pessoas que estão graduadas e/ou em graduação, pois em geral tais pessoas se aplicam nos 44% que trabalham ou nos 23% que trabalham e estudam. Através dos questionários, nota-se que a maioria dos utilizadores (72%) usam o transporte coletivo de 4 a 7 vezes por semana, no mínimo uma vez por dia. E com 14% encontram-se as pessoas que andam de ônibus de 2 a 3 vezes por semana, e também com os mesmos 14% aqueles que utilizam apenas uma vez na semana.

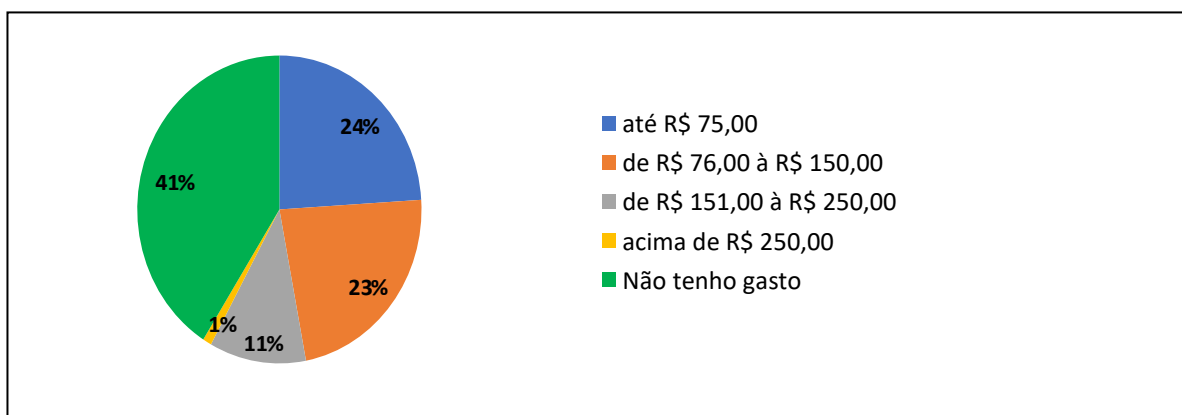
Com tais dados, claramente, se alcança um resultado de que, a maioria das pessoas questionadas dependem de forma constante do transporte coletivo. Sendo que dentro desses 72% existem 34 trabalhadores, 18 estudantes e trabalhadores, 16 estudantes, 3 aposentados e um desempregado.

O tempo gasto no transporte coletivo também é bem extenso, as pessoas perdem muito tempo do seu dia a dia nesses trajetos. A maioria, 54% dos usuários, gastam de 1 hora até 3 horas por dia, 36% dos usuários alegam gastar até 1 hora por dia, 9% dos entrevistados falaram que gastam mais de 3 horas até 5 horas por dia e apenas 1% dos entrevistados gastam mais de 5 horas por dia. Com isso verifica-se que mais da metade dos entrevistados gastam

um período muito longo para se locomoverem do local onde estão até o lugar que desejam. Isso pode acarretar fatores como atrasos em suas janelas de compromisso.

No gráfico a seguir, o foco é o gasto mensal dos usuários em relação ao transporte coletivo. Onde obteve-se dados que 41% dos usuários não tem gasto direto, porém 59% tem gastos diretos, divididos entre 24% até R\$ 75,00, 23% R\$ 76,00 até R\$ 150,00, 11% tem gastos de R\$ 151,00 até R\$ 250,00 e apenas 1% tem gasto acima de R\$ 250,00.

Gráfico 1 - Gasto dos usuários do transporte coletivo da Região Metropolitana de Goiânia – Brasil, 2017

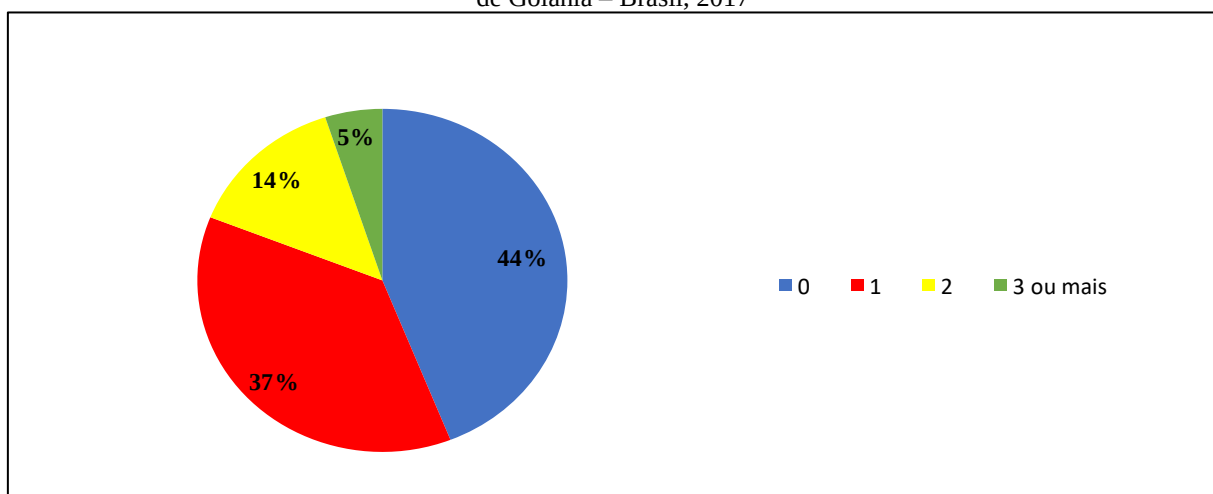


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Conclui-se que a maioria dos usuários tem gastos diretos com o transporte coletivo, isso pode influenciar no custo benefício do mesmo já que dos 59% que tem gasto direto 88,13% sentem-se insatisfeitos com a jornada. A opinião de todos os usuários que responderam o questionário 83% se demonstra insatisfeito e apenas 17% demonstra-se satisfeito. Os dados apontam que os usuários das linhas de ônibus não acreditam que o transporte oferecido tem um alto custo benefício, e para os mesmos as rotas afetam suas vidas como já foi comentado anteriormente no desenvolvimento.

No 2º gráfico o ponto de princípio é a quantidade de veículos automotores que o entrevistado tem em casa, 44% não tem veículos em casa. Já os 56% que tem o veículo em casa são divididos entre os que tem 1 veículo com 37%, 14% que tem dois veículos automotores e 5% que tem 3 ou mais veículos.

Gráfico 2 - Quantidade de veículo nas residências dos usuários do Transporte coletivo da Região Metropolitana de Goiânia – Brasil, 2017



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Para explicar tais fatos, foi questionado porque as pessoas que têm os veículos em casa não o utilizam, e as justificativas foram a falta de Carteira de Habilitação, onde 25% não possui. 20% não tem o veículo para uso próprio, muitas das vezes são os pais ou companheiros que utilizam, 9% quer diminuir o gasto com combustível, 1% está com o carro estragado e outro 1% tem medo de roubar o veículo.

Nota-se que os benefícios para os usuários são baixos em relação ao preço que pagam pela passagem (R\$ 3,70 – novembro de 2017). Atualmente a RMTC tem uma frota de 3 mil ônibus e uma população de 600 mil pessoas/dia que dependem desse transporte. Verificando uma média de 200 pessoas para cada ônibus, contando que cada um tem capacidade máxima de 69 pessoas. Os dados citados nas tabelas e gráficos nos permitem concluir que 45% das pessoas que utilizam do ônibus tem a renda de um salário mínimo até mil e oitocentos reais. E também que 72% delas usam o coletivo de quatro a sete vezes por semana, mais de 50% das pessoas tem gastos indiretos com o transporte, assim como 83% estão insatisfeitos com os serviços prestados para o mesmo.

De acordo com os relatos orais dos usuários e a pesquisa de campo, pode-se inferir que algumas causas da insatisfação apontada pelos entrevistados são: a espera nos pontos e terminais de ônibus que na maioria dos casos estão cheios, gerando assim um desconforto ao usuário. Isso leva a conclusão que a frota atual é insuficiente para atender a demanda. Além disso, muitos ônibus ficam fora de circulação durante o dia, por motivos como falta de

motorista, falta de manutenção e outros. Fica evidente que os usuários das linhas de ônibus não acreditam que o transporte oferecido tem um alto custo benefício, e para os mesmos as rotas afetam suas vidas com fatores como cansaço, horários irregulares, possíveis atrasos, superlotação, roubos e outros.

Conclusão

A solução para os problemas de locomoção na capital goiana, seria uma quebra de paradigma com uma nova forma de mercado para o transporte público. Hoje a região Metropolitana de Goiânia sofre com um sistema oligopolizado, apenas uma empresa presta esse serviço para toda a região. Para obter uma satisfação dos usuários é imprescindível um mercado com mais concorrência dando abertura para novas empresas e consequentemente resultando em um contentamento de quem o utiliza, atingindo assim um mercado perfeito.

Atualmente Goiânia sofre com uma crescente degradação do ar e o principal fator é a frota de veículos em circulação no trânsito. Para alcançar uma diminuição na poluição do ar é fundamental novas formas de mobilidade, como os metrô, que é exemplo de locomoção rápida e de qualidade em várias cidades do Brasil e de outros países, conseguindo transportar milhares de pessoas todos os dias. Além disso, também é capaz de desafogar o trânsito saturado por ser independente do restante do tráfego, também pode ajudar a aumentar a sustentabilidade diminuindo a poluição e o efeito estufa, pois é um sistema elétrico, quiçá aumentar o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do País.

Fato é que vários casos de descontentamento dentro do transporte público fazem com que a população não acredite mais nesse modelo de mobilidade urbana e passe a migrar para um modelo de deslocamento privado. Para quem alcança o mínimo de bem-estar é mais interessante alternar a condução pública para o privado, seja ele um veículo próprio ou plataformas de aplicativos de veículos automotores. Levando em consideração o aumento de carros e motos na cidade nos últimos anos podem dizer que isso afeta não somente a mobilidade urbana da cidade, causando desgastes psicológicos e horas perdidas na rua, mas também implica o aumento de doenças respiratórias na região onde tem um grande número de fluxo de veículos, pois a queima de combustível fóssil pode ser prejudicial a saúde.

Referências

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/ef318de16b41dfa90325656100571a00?OpenDocument>

GIL Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: ATLAS S.A. 2002

Informações sobre a Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – RMTC. Disponível em:

<https://www.rmtcgoiania.com.br/sobrea-a-rmtc/informacoes-institucionais>

KNEIB, Erika Cristine. Fórum de Mobilidade Urbana: relatos de uma experiência na Região Metropolitana de Goiânia. Revista dos Transportes Públicos - ANTP - Ano 35 - 2013 - 1º quadrimestre. Disponível em:

<http://www.institutocidadegoiania.com.br/sistemas/geral/noticia/pdf/28052013114332.pdf>

LARSON Farber. **Estatística aplicada**. 4. ed. São Paulo: PEARSON, 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº 34. GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Disponível em:

http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_complementares/2001/lei_complementar_n34.htm

TRANSPORTE COLETIVO DE GOIÂNIA PERDE 25% DOS PASSAGEIROS. DIÁRIO DO TRANSPORTE. Disponível em:

<https://diariodotransporte.com.br/2017/04/24/transportecoletivo-de-goiania-perde-25-dos-passageiros/>

Orçamento municipal de Anápolis-go: uma análise das finanças públicas no impacto social de 1998 a 2014

Alessandro Cardoso Oliveira¹¹⁶

Breno Soares dos Santos¹¹⁷

Luiz Batista Alves¹¹⁸

Resumo: O presente artigo busca analisar a relação do impacto social das finanças públicas do município de Anápolis-GO, de modo a entender como as variáveis e/ou composições das finanças afetam no desenvolvimento local. Neste contexto, compreender os principais aspectos positivos e negativos que as contas públicas pesam no potencial de crescimento socioeconômico municipal. O modo como as despesas orçamentárias, correntes e de capital, foram geridas durante o período observado, e se houve, ou não, efetivo uso do seu orçamento para liquidar tais despesas que promovem a manutenção das atividades públicas e sociais a quais se destinam. A partir daí observando a carência de planejamento orçamentário dos gastos, que priorizam as despesas obrigatórias, finalizando a programação destinando aos investimentos o saldo restante que muitas vezes insuficiente na sua capacidade de propiciar um maior desenvolvimento social com sua arrendação própria, utilizando assim de suplementação, como o Fundo de Participação dos Municípios, para cumprir seu plano municipal de desenvolvimento.

Palavras-chave: Anápolis; Balança orçamentária; Desenvolvimento Social; Setor público.

Introdução

As grandes mudanças sociais nos últimos anos, fez prevalecer uma consistência maior em relação a análise de finanças de uma cidade. Com a participação maior do estado na administração e obtenção de recursos, culminou, por conseguinte, uma definição mais complexa para a mesma.

Com o reconhecimento dos municípios como entes da federação pela Constituição Federal de 1988, o processo de descentralização financeira que vinha ocorrendo no Brasil por meio da criação dos fundos de participação estaduais e municipais, que proporcionam repasses de verbas aos governos locais, foi intensificado. “Tem-se, juntamente com o aumento da autonomia administrativa, maior autonomia política e tributária por parte dos municípios” (ABRUCIO; FRANZESE, 2007, p. 26).

O equilíbrio sempre foi um dos lemas da economia e, devido a necessidade da participação civil nos gastos do município, prevaleceu a importância das finanças públicas,

¹¹⁶ Graduando do curso de Ciências Econômicas do Campus CSEH – UEG; E-mail: alessandrocardosooliveira@hotmail.com

¹¹⁷ Graduando do curso de Ciências Econômicas do Campus CSEH – UEG; E-mail: brenossoares@outlook.it

¹¹⁸ Orientador deste trabalho. Docente do curso de Ciências Econômicas do Campus CSEH – UEG.

distinguindo de maneira coerente e democrática todas as receitas e despesas. Dessa maneira uma boa administração financeira pública, contribui na estabilidade dos municípios perante a seu orçamento e, vale reforçar que, a presença maior da população, com certeza traz um auxílio significativo na pressão por melhores resultados.

Já de acordo com as Teorias Clássicas e Neoclássicas, mais precisamente no caso da visão de Smith, para que o sistema econômico fosse equilibrado seria desnecessária a intervenção estatal, exceto em casos estritamente imprescindíveis (SANTOS, 2001).

A importância dos municípios cresceu no financiamento e nos gastos públicos. “Este crescimento proporcionou o aumento do debate sobre a capacidade que eles possuem de cobrar e gerir impostos, assim como de aplicar de maneira adequada estes recursos e se auto sustentarem” (AFONSO e ARAUJO, 2001, p. 42).

Dessa forma, o objetivo geral desse artigo é analisar qual o impacto social Anápolis traz, positivo ou negativo no final de cada ano (1998 – 2014). Observar também o reflexo na sua balança orçamentaria, mediante a contribuição do Produto Interno Bruto municipal – PIB.

Especificamente, pretendeu-se utilizar as variáveis, PIB, arrecadação, balança orçamentaria, Fundo de Participação Municipal (FPM) e, postos de trabalho. Assim como propõe-se compreender o que compõe o orçamento municipal de Anápolis, entendendo os conceitos, discutindo dados apresentados, nos anos de pesquisa e expor um breve entendimento sobre as leis, na qual, integra a formação legal das legislações orçamentarias.

Referencial teórico

Para um embasamento teórico, com objetivo de suportar as análises de cunho qualitativo, apresenta-se, nesta seção, uma breve contextualização pertinente ao orçamento público municipal, incluindo Finanças públicas, PIB municipal, arrecadação, bem como a conceituação teórica e legal, especificamente sobre o Fundo de Participação dos Municípios e suas despesas orçamentarias. Por fim, uma descrição do panorama municipal de Anápolis, acrescentando os postos de trabalho.

Finanças Públicas

O conceito de finanças públicas abordado por Matias-Pereira (2012), pode explicar melhor, quando enfatiza:

As finanças públicas de um país (...) estão orientadas para a gestão das operações relacionadas com a receita, despesa o orçamento e o crédito público. Preocupa-se, portanto, com a obtenção, distribuição, utilização e controle dos recursos financeiros do Estado. Registre-se que a arrecadação dos tributos decorre de uma manifestação do poder de império do Estado, impondo obrigações pecuniárias à, retirando-lhes parte da riqueza produzida, com vista a realizar a atividade financeira. A atividade financeira é desempenhada pela obtenção de receitas, pela administração do produto arrecadado e, ainda, pela realização de dispêndios e despesas (Matias-Pereira, 2012, p. 113).

As finanças públicas compreendem, portanto, a captação, gestão e a execução de recursos pelo Estado para financiamento de suas atividades. As finanças públicas podem ser consideradas, como os meios de financiamento de ações do Estado. E essas ações, por sua vez, são orientadas para o cumprimento de certas finalidades, chamadas de “funções fiscais”.

A necessidade do prévio entendimento desses elementos, que englobam múltiplas disciplinas, decorre do fato de que as Finanças Públicas e a Tributação são subsistemas tanto do Direito como da Economia, e, ao mesmo tempo, expressão e resultante de um longo processo de sedimentação Política e Cultural de determinado povo, localizado em território definido em dado momento histórico, sob as inevitáveis influências das múltiplas interações dinâmicas de âmbito local, regional e global (COSTA, 2016, p. 6).

Arrecadação e a Descentralização do Município

Depois da Constituição de 1988, as transferências constitucionais e uma melhoria na arrecadação própria nas três esferas de governo permitiu uma distribuição da arrecadação tributária global e assegurou o pacto federativo fiscal. Os municípios passaram a desempenhar um papel importante na prestação de serviços à população, na geração de renda local e nos investimentos (CARVALHO, 2002). Segundo Arretche(1996), havia um consenso naquela época de que a prestação de serviços de forma descentralizada, em nível local, proporcionava maior eficiência e maior democracia, melhorando o atendimento à população.

Arrecadação municipal corresponde ao valor dos recolhimentos provenientes de todas as receitas incluídas nas Guias da Previdência Social - GPS, de janeiro a dezembro de cada ano. Abrangem receitas de contribuições sociais, débitos e parcelamentos, patrimoniais, devolução de benefícios, reclamatória trabalhista e outros (IMB, 2019).

Fundo de Participação dos Municípios – FPM

Como parte suplementar à receita municipal, o Fundo de Participação dos Municípios desempenha um papel muito importante nas finanças públicas, principalmente dos municípios com menor população. O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional da União para os Estados e o Distrito Federal previsto na Constituição Federal art. 159, 1, b, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Segundo o art. 4º da Lei Complementar 62/1989, os valores relativos ao FPM devem ser creditados decenalmente aos Municípios, até os dias 10, 20 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta aberta com essa finalidade no Banco do Brasil. Os percentuais individuais de participação dos Municípios são calculados anualmente pelo Tribunal de Contas da União e por ele publicados no Diário Oficial da União até o último dia útil de cada exercício (Código Tributário Nacional, art. 92). O cálculo dos coeficientes emprega-se dois fatores: fator população e fator renda per capita.

Orçamento

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o orçamento é o mecanismo de planejamento de entidades, sejam públicas ou privadas, que descreve as entradas e saídas de recursos em determinado período.

Despesas orçamentárias: correntes e de capital

As despesas públicas são os gastos realizados pelo setor público para funcionamento e manutenção das atividades ou políticas desenvolvidas para a sociedade. No caso do setor público, independente da esfera federativa (União, Distrito Federal, estados e municípios) ou mesmo, entre os poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, esse planejamento tem função primordial, por ser o instrumento legal onde se encontram fixadas as despesas públicas para o exercício financeiro.

Despesas correntes são os gastos que contribuem de modo direto no custeio ou manutenção dos serviços públicos, a mesmo tem a classificação de três grupos: pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida.

Despesas de capital, são as que contribuem diretamente na instauração e obtenção desses bens, sejam ativo imobilizado, intangível/investimento ou registro de desincorporação de um passivo. Nela tem a subdivisão de 3 grupos: investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida. Uma das etapas de análise das despesas orçamentárias, fica a cargo da execução. Com a Lei nº 4.320/1964, a execução é realizada em três estágios, que são: o empenho, a liquidação e o pagamento (BRASIL, 1964).

O empenho conforme o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. A liquidação por sua vez, a ação que valida o direito adquirido mediante o credor, baseado em títulos e documentos que comprovem o respectivo crédito, tendo por finalidade, averiguar a origem e o objeto credor, a importância a pagar e o sujeito a quem deve ser paga a importância, eliminando assim a obrigação.

Panorama Municipal e números de empregos.

Anápolis está localizada a 53 quilômetros da capital estadual Goiânia, sendo ligada pela BR-153 que liga a cidade ao norte e ao sul do país. Conta também com as rodovias federais BR-060 e a BR-414, que liga Anápolis a Brasília. Cruza também as rodovias estaduais GO-222 e GO-330, representando um dos maiores entroncamentos rodoviários do país.

Anápolis possui a terceira maior população do estado de Goiás, sendo o segundo maior em arrecadação de impostos e a segunda maior cidade do estado de Goiás, compondo a região mais desenvolvida do Centro-Oeste, o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília. Faz limite ao norte com os municípios de Abadiânia e Pirenópolis, a oeste com os municípios de Nerópolis e Ouro Verde de Goiás, a leste com o município de Silvânia, e ao sul com o município de Goianápolis e Leopoldo de Bulhões.

Possui uma população censitária de 334.613 habitantes, segundo dados do censo do IBGE de 2010, com densidade demográfica de 358,58 hab/km². O número de empregos corresponde ao total de vínculos empregatícios ativo, que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário pré-estabelecido por este.

Metodologia

O trabalho tem como propósito um estudo exploratório e descritivo, com levantamento bibliográfico e histórico. Conforme Richardson (1999) a pesquisa exploratória aprofunda os conhecimentos das características de determinado fenômeno para procurar explicações das suas causas e consequências. “A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar, esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987).

Com uma abordagem quantitativa e qualitativa.

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002, p. 20).

“A pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser interpretativa, baseada em experiências, situacional e humanística, sendo consistente com suas prioridades de singularidade e contexto” (STAKE, 2011, p. 41).

A coleta de dados se dará através de fontes bibliográficas, como artigos e periódicos científicos em fonte impressa ou virtual, e banco de dados para análise quantitativa, de fontes públicas governamentais e institutos de pesquisa, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB), entre outros.

Resultados e Discussões

PIB e Arrecadação

Anápolis apresenta o segundo maior PIB do estado de Goiás, atrás apenas da capital estadual, Goiânia. O terceiro setor compõe a principal parcela do total do PIB municipal.

Se analisarmos individualmente a composição do PIB dentre os 3 setores da economia e compararmos a nível estadual a participação de cada setor, Anápolis, no ano de 2014, sua composição do PIB compreende o 82º lugar no ranking estadual, 2º lugar e 3º lugar

referente ao primeiro, segundo e terceiro setor da economia respectivamente. Entretanto o Gráfico 01 apresenta o crescimento nominal do PIB e sua linha de tendência média. O mesmo apresenta uma queda de 4% entre 2011 e 2012, e um crescimento de quase 2% em 2013 e 7% no ano de 2014.

Arrecadação

O Município apresentou um total de arrecadação crescente de 2000 a 2014, apresentando um relevante queda no aumento de sua arrecadação entre 2012 e 2013 se comparado ao intervalo de 2010 a 2011.

A arrecadação total de 2014 foi equivalente a R\$142.214.782, valor inferior à arrecadação do ano de 2009, que foi de R\$149.170.378. O mesmo padrão de queda pode ser observado em demais municípios do estado de Goiás no ano de 2014 em relação ao ano anterior.

Balança Orçamentaria e Fundo de Participação dos Municípios

No intervalo observado (gráfico 01), o município de Anápolis apresentou uma balança orçamentaria relativamente “sólida”. Com um Balanço orçamentário, na maioria dos anos, superavitário. Enquanto o ano de 2004 apresentou um balanço igual a zero, os anos de 1998, 1999, 2002, 2008 e 2010 apresentaram balanços deficitários de -390 mil, -8.917 mil, -2.383 mil, -7.512 mil e -25.454 mil reais respectivamente. É importante ressaltar o balanço superavitário referente ao ano de 2014 de 138.588 mil reais.

Como verificado na fundamentação teórica, o critério considerado no cálculo do valor do repasse da cota do FPM é, em primeiro lugar, o número de habitantes do município, e para as capitais, considera-se também o valor inverso da renda per capita. Além disso, os valores especificam-se por faixas populacionais, como por exemplo, um município que tem 5.000 habitantes receberá o mesmo valor de um município com 10.000 habitantes, visto que a primeira faixa é até 16.980 habitantes (MASSARDI e ABRANTES, 2016).

Pode-se observar no quadro 1 que o montante relativo ao FPM do município de Anápolis no intervalo corresponde de 5 a 15% da receita municipal total. Diferente de outros municípios brasileiros, Anápolis apresenta a cada ano uma menor dependência do FPM para equilibrar seu orçamento.

Despesas orçamentárias de Anápolis, correntes e de capital

O pagamento incide na cessão do numerário ao credor através de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, somente pode ser efetivado após a liquidação da despesa. A Lei nº 4.320/1964, no art. 64, determina ordem de pagamento como o envio registrado por autoridade competente, definindo que a despesa liquidada seja paga.

A título de explicação, os dados a serem apresentados na tabela 01 são ambos de despesas totais, constituído, por tanto de material financeiro empenhado, assim não a inclusão das despesas pagas, logo a análise é com base na dotação orçamentaria municipal.

Em uma análise inicial, podemos notar que houve um aumento nas despesas correntes em mais de 140%, se comparado aos últimos 4 anos (2008 – 2014), natural em um município subdesenvolvido, como Anápolis. As despesas de capital por outro lado, tiveram muitas variações ao longo dos anos apresentados. “Quando comparamos essas despesas, depreendem-se que com a CF de 88, as despesas vinculadas apresentam forte rigidez em razão dos fatores institucionais, nesse sentido os gastos com investimentos estão sujeitos aos cortes, por sua volatilidade e em virtude das políticas de ajuste fiscal” (REZENDE, 2001).

Número de postos de Trabalho

O Município de Anápolis apresentou um significativo crescimento no seu número de postos de trabalho formal. O número de empregos correspondia a 13% do total da população residente estimada em 1999, aumentando para 18% em 2005, 25% em 2011 e chegando a 28% no ano de 2014.

O aumento no número de postos de trabalho dentro do município propicia de formas diretas e indiretas seu desenvolvimento social local, aumenta a arrecadação municipal e consequentemente a capacidade do município de investimento público em infraestrutura e serviços.

Considerações Finais

Foi possível compreender os principais aspectos positivos e negativos que Anápolis teve nos anos de estudo em relação ao impacto social com base nas finanças públicas, confrontado com seu orçamento.

Verificou-se que o PIB de Anápolis é o segundo maior do estado, impulsionado pelo desempenho econômico forte que o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) oferece, levando a indústria uma das composições mais importantes do PIB municipal, há um patamar de centralização da economia.

Sobre a arrecadação municipal, Anápolis acompanhou o crescimento econômico do Brasil entre 2008-2013, gerando números positivos. Por outro lado, o último ano de pesquisa - 2014, apresentou um resultado negativo. Um dos motivos dessa queda foi a forte recessão econômica que se iniciou no mesmo ano, que atingiu todo o país, gerando uma grande onda de desemprego.

Anápolis se comparado com uma maioria dos municípios do interior de Goiás e do Brasil, não necessita de uma porcentagem alta de contribuição federal na receita, provido unicamente de 5%. O FPM não possui grande expressividade nos repasses totais não vinculados, sendo o repasse de ICMS responsável pela maior parcela destas transferências. Isto demonstra que, embora dependente, o município conseguiu melhorar sua arrecadação própria no período, que cresceu proporcionalmente mais do que as transferências recebidas.

Os estados brasileiros, no geral, passam por crises fiscais, onde a quantidade de receitas não supera as despesas totais, geralmente em função de gastos obrigatórios, algumas dificuldades de tributação, ou mesmo com o aumento de gastos com folhas de pessoal e previdenciários, sem mencionar as dificuldades de controle e a corrupção política.

No caso, observou-se que os gastos do município de Anápolis têm crescido, embora o município tenha mantido uma proporção dos gastos referentes a despesas correntes girando em torno de 12,76%, e as despesas de capital uma queda de 20,46%, se comparado aos anos de 2013 e 2014. A parte negativa nesse caso é um detrimento dos gastos com investimentos, razão pela qual os governos estaduais, inclusive o goiano, carecem de planejamento orçamentário dos gastos, priorizando as despesas obrigatórias, em outras palavras, com boa parte das despesas correntes, finalizando a programação destinando aos investimentos o saldo restante.

Os postos de empregos por outro lado, comprovam números positivos para o impacto social, demonstrando ao decorrer dos anos, um crescimento. Os postos são em grande parte concentrados nas indústrias do setor terciário, mostrado no referencial teórico municipal, confirmando assim, aspectos de autonomia anapolina nas contas públicas. Mesmo com arrecadação baixa o município fechou sua balança orçamentaria em 2014 com superávit e, continuou aumentando os postos de trabalho, conseqüentemente obteve acréscimo na quantidade de empregos.

Como limitação a este trabalho, observa-se que não foram feitas análises a fim de verificar as oscilações econômicas do período e análises qualitativas que poderiam explicar as variações ou mesmo a falta de oscilações municipais na arrecadação. Como sugestão para trabalhos futuros, tem-se, portanto, a análise qualitativa da arrecadação municipal, demonstrando quais ações o município está tomando ou deixando de tomar para incrementar as ações sociais em suas secretarias municipais.

Referências

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. **Federalismo e Políticas Públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil**. In: Maria Fátima Infante Araujo; Ligia Beira. (Org.) Tópicos de economia paulista para gestores públicos. 1 ed. São Paulo: FUNDAP, 2007. v.1, p. 13-31.

AFONSO, J. R. R. & ARAUJO, E. A. **Capacidade de Gastos dos Municípios Brasileiros: Arrecadação Própria e Receita Disponível**. Cadernos Adenauer, São Paulo, n. 4, p. 35-53, abr. 2000.

BRASIL. Lei nº 4.320. Promulgada em 17 de março de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm. Acesso em: 21 de abril de 2019.

CARVALHO, D. F. **Pacto Federativo e Descentralização Fiscal no Brasil na década de 90**. In: Encontro Nacional de Economia Política, 7., 2002, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: Set, 2002.

COSTA, Leonardo De Andrade. **Finanças públicas**. FGV Direito Rio. 229 p. 2016. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/download/800/746>. Acesso em 11 abr. 2019.

Estatísticas Municipais. Instituto Mauro Borges (IMB) Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=219. Acesso em 11 abr. 2019

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

MASSARDI, Wellington de Oliveira; ABRANTES, Luiz Antônio. **Dependência dos municípios mineiros em relação ao fundo de participação dos municípios**. Revista Eletrônica Gestão & Sociedade, v.10, n.27, p. 1397-1416. Setembro/dezembro – 2016. Disponível em:
<https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/viewFile/1397/1188>. Acesso em: 15 maio 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Ministério da Fazenda: Secretaria do Tesouro Nacional, 5ª edição. Brasília.

MINAS GERAIS. Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais. Disponível em:
<http://www.transparencia.mg.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

REZENDE, Fernando Antônio. **Finanças Públicas**, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

SANTOS, R. S. **A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo**: Uma discussão com os filósofos economistas de Smith a Keynes. Mandacaru –Cetead, p. 47-82, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Valoração Ambiental: Sequestro do Carbono em Detrimento ao Cultivo da Abobrinha Verde

Miridiam Pereira Serafim dos Santos¹¹⁹

Joana Dar’c Bardella de Castro¹²⁰

RESUMO: Esse trabalho consiste em avaliar qual seria o custo benefício de uma área usada para o cultivo da abóbora verde comum, onde apontar a hipótese de não plantio para que essa área fosse preservada. Essa análise está baseada em 2,0 ha. A abobrinha pertence à família das cucurbitáceas, possui vários benefícios a saúde dos seres humanos. Este produto, tem um período de renovação no plantio de curto prazo, sendo de seis meses e esse estudo teve como objetivo analisar a aceitação de um projeto, com duração de quatro anos, do cultivo desse fruto, por meio do valor presente líquido (VPL) e da taxa interna de retorno (TIR). Foi utilizado métodos de pesquisa quantitativa, e em paralelo feito um levantamento de dados por meio de uma leve revisão bibliográfica. Contudo, os resultados obtidos foram satisfatórios para o momento, possibilitando um aprimoramento das informações obtidas. O seqüestro de carbono foi consagrado pela Conferência de Kyoto, em 1997, com a finalidade de conter e reverter o acúmulo de CO₂ na atmosfera, visando a diminuição do efeito estufa. A conservação de estoques de carbono nos solos, florestas e outros tipos de vegetação, a preservação de florestas nativas, a implantação de florestas e sistemas agroflorestais e a recuperação de áreas degradadas são algumas ações que contribuem para a redução da concentração do CO₂ na atmosfera. Foi estabelecido um protocolo de Kyoto onde os países desenvolvidos comprometeram-se formalmente a reduzir suas emissões de gases para atenuar o efeito estufa em 5% abaixo dos níveis de 1990. Tal ação significa a redução de centenas de milhões de toneladas por ano, com um custo enorme para estas economias.

Palavras-chaves: Cucurbita-pepo, Carbono, Valoração.

ABSTRACT: This work consists in evaluating the cost benefit of an area used for the common green squash cultivation, where the hypothesis of non-planting for this area to be preserved is analyzed, this analysis is based on 2.0 ha. Zucchini belongs to the cucurbit family, has several health benefits for humans. This product has a period of renovation in the short term planting, being of six months and this study had as objective to analyze the acceptance of a project, with duration of four years, of the cultivation of this fruit, through the net present value (NPV and the internal rate of return (IRR). Quantitative research methods were used, and in parallel a data collection was carried out by means of a slight bibliographic review. However, the results were satisfactory for the moment, enabling an improvement of the information Carbon sequestration was enshrined in the Kyoto Conference in 1997 to contain and reverse the accumulation of CO₂ in the atmosphere, with a view to reducing the greenhouse effect, and conserving carbon stocks in soils, forests and other types vegetation, the preservation of native forests, the implantation of forests and agroforestry systems and the recovery of degraded areas are some actions that contribute to the reduction of the CO₂ concentration in the atmosphere. A Kyoto protocol was established where developed countries formally pledged to reduce their greenhouse **gas emissions by 5% below 1990 levels. Such action means the reduction of hundreds of millions of tons per year, with a huge cost for these economies.**

Keywords: Cucurbita-pepo, Carbon, Valuation.

¹¹⁹ Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Católica Dom Bosco e Discente do curso de economia na Universidade Estadual de Goiás, miridiamserafim@hotmail.com

¹²⁰ Economista e Doutora em Economia pela UCB - Brasília, professora da UEG unidade UnUCSEH.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de preservação tem sido um assunto muito discutido em várias camadas da sociedade, porém o que realmente precisa entrar mais em acordo seria o valor para que isso aconteça. Existe uma expectativa para que os proprietários de terra possa ajudar e visando uma comparação de viabilidade do custo em abrir mão de rendimentos ao produzir abóbora verde comum, ou e usar as árvores para seqüestro do carbono, será realizado uma análise de retornos financeiros da abobrinha visto que ela possui um período de renovação no plantio de curto prazo de seis meses, onde o reinvestimento do plantio ocorre a cada oito meses.

As estimativas relevantes para a construção do fluxo de caixa, fez-se necessário, para posteriormente visualizar e analisar o Valor Presente Líquido (VPL) e a Taxa Interna de Retorno (TIR). A partir da análise dessas variáveis, foi possível visualizar a rentabilidade do empreendimento, e ter uma base sólida para a tomada de decisão.

Conforme a cotação analisada, fornecida pelo Ceasa, foi observado, que durante um período de cinco anos, o preço da abobrinha tem se mantido com preços estáveis, sofrendo variações, em que o preço deste fruto nos períodos de chuvas reduz e aumenta no período de seca. Considerando essas informações notou-se que o produto tem seu preço melhorado por ter poucos produtores produzindo a hortaliça irrigada, de tal modo, estimou-se que, produzindo na estação mais seca, a lucratividade seja compensativa. Portanto, a abobrinha foi escolhida pela facilidade em que essa hortaliça é encontrada em supermercados, mercearias, sacolão e feira livre.

Portanto, esse estudo tem como objetivo, analisar a viabilidade de uma possível cadeia produtiva, o plantio de abóbora verde comum. A perspectiva foi obter um projeto, no qual atenda todas as expectativas de retorno do capital monetário (dinheiro) a ser investido. E para tal, foi considerado a demanda e a variação de preços aplicadas no mercado, a amplitude da produção na nossa região e simultaneamente a geração de emprego e por outro lado se é necessário levar em consideração que os impactos ambientais, surgidos em todo o planeta, aumentaram consideravelmente durante as últimas décadas. Emissões poluentes na atmosfera são feitas por todos os países do mundo, independentemente de sua evolução industrial. O gás dióxido de carbono (CO₂), um dos compostos lançados na atmosfera pelo homem, é produzido em todas as partes do planeta, principalmente pela queima de combustíveis derivados do petróleo e pela produção de cimento (75% do total de emissões); os processos de

uso da terra, sobretudo nos desmatamentos e nas queimadas, são responsáveis por grande parte dos 25% restantes (C&T BRASIL, 2006).

Pensando nesse aspecto nesse artigo, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o assunto, buscando analisar e detectar possíveis custos e benefícios do investimento que possivelmente poderia deixar de receber em função da preservação ambiental. Em paralelo, ao levantamento bibliográfico, foi realizado um estudo de campo para obtenção de dados, a partir de pesquisas de mercado, buscando informações sobre os preços de insumos e de fatores de produção, do preço de mercado do legume a ser estudado, e da atual demanda e oferta deste.

Essa pesquisa se caracteriza como quantitativa. Portanto, utilizou-se de métodos estatísticos para descrever características do mercado e analisar investimentos no cultivo de abóbora verde comum.

REFERENCIAL TEÓRICO

1 Valoração ambiental

Valoração ambiental é uma forma de incorporar valor monetário em recursos ambientais, consiste em avaliar o bem-estar das pessoas em proporção à quantidade de bens e serviços ambientais apropriados em seu uso ou não. Existem vários métodos de valoração ambiental, todos com objetivo de obter informações econômicas de um recurso ambiental. Cada método apresenta limitações para precisões nos valores, onde quase sempre associada a uma metodologia e aquisição de dados exigidos para levantamento das hipóteses a respeito do comportamento do indivíduo consumidor e do consumo ambiental em outros setores da economia, Queiroz (2008).

É imprescindível saber o valor dos bens e serviços que deixam de ser produzidos em opção de não produzir para preservação da terra, conforme Iglioni (2006) onde sempre há um conflito entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Nesse trabalho apontaremos um conflito entre os ganhos econômicos na produção de hortaliça, e a opção de não derrubar árvores e receber pelo seqüestro de carbono. Young (1996) trata a questão da conversão da terra por meio da composição de um portfólio de ativos, com o objetivo de gerar fluxos de renda. Assim como outros problemas de decisão quanto à composição do portfólio, dois parâmetros são fundamentais: o fluxo descontado de receitas futuras associadas a cada uma das opções de uso e o grau de risco ou incerteza envolvida em cada opção. Basicamente,

a possibilidade de reposição da terra a custos relativamente baixos e a incerteza quanto à posse induzem a uma redução do tempo relevante para a tomada de decisão.

Young e Fausto (1997) falam que a valoração econômica de recursos naturais é essencial para que se consiga mensurar valores econômicos pelos bens e serviços que não são captados pelo mercado. Quando chega a um preço de um bem ambiental, pode-se também comparar.

Chagas e Andrade (2017) em seu trabalho destaca a uma valoração ambiental na região da Amazonas legal, pois o desmatamento aos seus primeiros exploradores não trazem retornos significativos, indicando que quanto mais é estabelecido à agricultura na região mais os retornos são maiores, onde o valor da terra aumenta mais na exploração da terra, pois enquanto mata considera o custo de corte e apenas o retorno pela venda da madeira, onde é considerado que os retornos seriam menores aos primeiros ocupantes da área, onde seria bem viável oferecer um pagamento para os donos dessas terras para que essas áreas fossem preservadas.

2 O ciclo do carbono

Na Terra existe quatro principais compartimentos que são: oceanos, atmosfera, formações geológicas contendo carbono fóssil e mineral e ecossistemas terrestres (biota+solo). A importância do carbono e de seus compostos é indiscutível, este é onipresente na natureza e seus compostos constituem a matéria viva. Existe uma grande variedade de compostos de carbono envolvidos no seu ciclo global, sendo os principais: CO₂, CH₄, Hidrocarbonetos, CO.

Conforme Gardner e Mankin (1981), os ecossistemas florestais contêm cerca de 90% da biomassa terrestre e cobrem aproximadamente 40% de sua superfície. As florestas apresentam elevada taxa de fixação de carbono, quando comparado com outras tipologias vegetais. Segundo Baird (2002), a queima de combustíveis fósseis e a produção de cimento liberaram 5,5 Gigatoneladas de carbono por ano, das quais 3,3 Gt não encontraram um sumidouro. As camadas superficiais dos oceanos absorveram cerca de 92 Gt, mas liberaram 90 Gt, tendo uma absorção de 2,0 Gt, e destas apenas 1,6 Gt é removida das camadas superficiais para as camadas intermediárias e profundas, e apenas 0,2 Gt depositam-se nos sedimentos mais profundos.

O equilíbrio do estoque de carbono global depende das florestas pela sua armazenagem de carbono em suas árvores e no solo em maior parte do que na atmosfera. Se as florestas forem cortadas, a maior parte do carbono guardado nas árvores será liberada para a atmosfera rapidamente por meio de queimadas ou, mais lentamente, via decomposição (HOUGHTON, 1994).

2.1 O Seqüestro de Carbono pelo reflorestamento

O conceito foi lançado na Convenção do Clima, porém somente teve maior conscientização a partir da Conferência de Kyoto, em 1997, onde foram aprovados alguns mecanismos de flexibilização para redução do GEE (gases do efeito estufa), que incorporaria o seqüestro florestal de carbono (YU, 2004). Trata-se de uma modalidade dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do protocolo de Kyoto. O seqüestro de carbono florestal é uma alternativa viável para amenizar o agravamento do processo de elevação da temperatura global, pelo aumento de GEE. “Os vegetais, utilizando sua capacidade fotossintética, fixam o CO₂ atmosférico, biossintetizando na forma de carboidratos, sendo por fim depositados na parede celular” (RENNER, 2004). Segundo Baird (2002), o dióxido de carbono pode ser removido da atmosfera por meio do crescimento de plantas selecionadas especialmente para essa finalidade. Quanto mais rápido o crescimento mais rápido é a absorção de CO₂; devido ao vigoroso crescimento das árvores nos trópicos, um hectare desta floresta seqüestra muito mais carbono do que um hectare de floresta temperada (RENNER, 2004).

3 Cultivo de Abobrinha verde

O cultivo de hortaliças tem aumentado as possibilidades de rendimento para os agricultores familiares com áreas de cultivo pequenas. O potencial de comercialização cresce, e a demanda faz com que pequenos agricultores possam comercializar seus produtos diretamente com os comerciantes. Distribuídas em regiões tropicais, subtropicais e temperadas, com aproximadamente 100 gêneros, a família Cucurbitacea compreende mais de 800 espécies silvestres e cultivadas (PINHEIRO et al., 2010).

De acordo com Santos, et al. (2011), a abobrinha é colhida ainda verde, e pertence à família Cucurbitácea. Esse fruto possui um baixo índice calórico e tem como outras

características a fácil digestão, a riqueza em niacina¹²¹, e simultaneamente, é uma fonte de vitaminas do complexo B, e por sua vez é um fruto sensível (SANTOS, et al., 2011).

Este fruto é de fácil preparo e possui várias opções de consumo, dentre eles: cozido – em saladas frias –; ou refogado no óleo ou no azeite; ou frito; ou cru – também em saladas – (SANTOS, et al., 2011).

3.1 Processo de cultivo e colheita e os benefícios da abobrinha com base no escrito de Carvalho e Mesquita (2001)

Para o seu plantio, abre sulcos com 2,0m entre as ruas, com 20 a 25 cm de profundidade e fazer covas de plantio a cada metro linear de sulco, de forma que o espaçamento seja de 2,0x2,0 m. É usado adubo nas covas e posteriormente haverá mais um adubo para cobertura após 20 dias do plantio. A irrigação deve ser feita 3 vezes por semana. A lavoura deverá ser mantida limpa. A colheita ocorre geralmente entre 45 a 50 dias, sendo o seu ciclo de seis meses para a colheita.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realizar um comparativo utilizou-se o sítio do Ceasa-GO para obter dados sobre os preços mais praticados no mercado, no período de um ano do dia 01 de janeiro de 2013 ao dia 30 de setembro de 2018, no qual os resultados foram modelados para média aritmética mensal, e posteriormente feito a variação de médias anuais para um mesmo mês.

De acordo com Hoffmann(1942), a expressão matemática da média aritmética tem a seguinte estrutura: $\mu = \frac{\Sigma(x)}{n}$. Em que:

μ : Média aritmética;

$\Sigma(x)$: Somatório dos preços;

n: tempo.

A partir de então foi calculado as estimativas de preços, no qual multiplicou preço médio do mês do último ano disponível pela variação média encontrada. Sendo possível

¹²¹ De acordo com Maria e Moreira (2010), a ingestão diária de niacina é fundamental. A mesma, “tem uma dupla identidade: a primeira como vitamina e a segunda como fármaco”.

estimar as receitas para a construção do fluxo de caixa: preço estimado multiplicado pela quantidade estimada por mês.

É importante ressaltar, que foi utilizado o preço comum do produto, com as três qualidades, para a construção das estimativas de preço e receita.

Na construção do fluxo de caixa, considerou-se variáveis básicas, tanto para receitas e custos. Portanto, ignorou-se, a princípio, a variação no tamanho da população e sua estimativa e também a variação na demanda por abóbora verde comum. Estas variáveis, possivelmente são influenciadoras nos preços da abóbora verde comum, de modo a afetar sistematicamente na estimativa de receita. Na parte de custos, colocou-se os custos mais visíveis, tais como manutenção da caminhonete, mão de obra (não considera a variação dos salários), entre outras variáveis.

Uma consideração ser feita é que para o cálculo das estimativas das receitas, utilizou-se da condição de que tudo que será produzido, será vendido. Em paralelo, essa produção contaria com 640 caixas por mês, para um terreno de 2 hectares (aproximadamente 20km²), no qual 60% são produtos de classificação 1, 30% com classificação 2, e 10% com classificação 3. Dados esses obtidos pela experiência do produtor.

Já o mercado de carbono sua criação é semelhante a um mercado de commodities onde é definindo a quantidade de emissão de cada país pode produzir e ser negociada isso número que é então colocada a disposição dos agentes. Cada permissão irá definir “o direito de emitir uma determinada quantidade de GEE em um determinado período de tempo” (ROCHA, 2003).

A partir dos debates no Protocolo de Quioto, varias instituições internacionais vem se dedicando a realizar estudos e análises a respeito das questões econômico-financeiras envolvidas na sua implementação. Podemos colocar como exemplo na América Latina, onde houve estudos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), onde estimaram um de preço, de US\$ 10,00 a US\$ 20,00 para a remuneração da tonelada de CO₂ removida em projetos de MDL associados a sumidouros de carbono em atividades do setor florestal (OCAMPO, 2001).

O mercado de créditos de carbono trazem vantagens ambientais e econômicas para a o mundo, caso ocorra uma parceria. O diferencial do Protocolo de Quioto em relação a outros programas ambientais é essa relação de parceria, sejam globais ou bilaterais. O fato, raramente na história humana houve algum método eficiente de recuperação global do meio

ambiente e desenvolvimento sustentável, onde se permite auferir lucros, ou ao menos reduzir custos.

Essa nova tecnologia está em intensos estudos, em diversos países, onde buscam desenvolver fontes de energia renovável a custos viáveis, como a biomassa, o biodiesel, o reúso de água, novas técnicas de uso do solo e o desenvolvimento genético de plantas para reflorestamento. Com ocasião o reflorestamento, tem desenvolvido a substituição do carvão mineral e vegetal de madeira nativa por carvão de florestas plantadas especificamente para este fim e nessa forma existe um duplo benefício ambiental nesse processo: além de evitar a emissão de CO₂ com partículas de mercúrio (o caso do carvão mineral), há, num primeiro momento, a apreensão de CO₂ atmosférico nas plantas que, mais tarde, servirão de combustível. Nas indústrias siderúrgicas já tem sido desenvolvido este modelo, e a cada tonelada de ferro produzida com carvão de reflorestamento, há um ganho ambiental de no mínimo 3 toneladas de CO₂ em comparação ao uso de combustíveis fósseis ou não renováveis (GRÜTTER, KAPPEL e STAUB, 2002).

O preço médio praticado durante o ano de 2005 na Bolsa de Mercadorias & Futuros, de US\$ 5,00/tonCO₂, o Projeto Plantar deverá gerar créditos, até 2015, de US\$ 200 milhões (ICF CONSULTING, 2006).

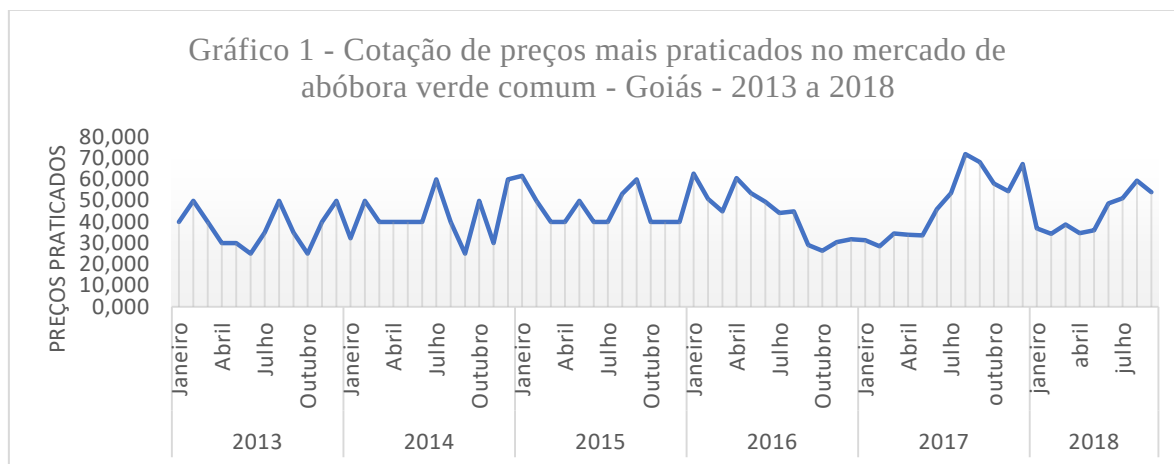
O estudo aponta que cada árvore ocupa um espaço de seis metros quadrados, portanto, em um hectare pode haver densidade de 1667 árvores. Caso essa árvore fosse na cidade o valor estimado seria maior porque, primeiro, não há muitas delas nas ruas; segundo, analisando individualmente, nós usufruímos diretamente de mais serviços como os serviços culturais, valorização de imóveis e benefícios na saúde e bem-estar, entre outros.

Nessa forma de método estima-se que nos primeiros 20 anos de vida de uma árvore, um hectare de floresta tropical da América do Sul pode captar quase 26 toneladas de CO₂ por ano e, depois desse período, 7,3 toneladas de CO₂ por ano. Portanto, uma árvore pode capturar cerca de 15,6 quilos de CO₂ por ano nos primeiros 20 anos e 4,4 quilos após esse período. Estimando que a árvore tenha uma vida de 40 anos, ela conseguirá sequestrar 667 quilos durante sua vida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O preço da abóbora verde comum apresenta grandes variações para meses subsequentes, como por exemplo, de dezembro de 2017 para janeiro de 2018, como o gráfico

a seguir evidencia. Outros meses, as variações não ocorreram, como de março a junho de 2014, entre outros meses e anos, também apresentados no gráfico 1.



Fonte: Com base em dados do Ceasa-GO. Elaboração própria, 2018.

A variação anual dos meses, como por exemplo janeiro de 2017 e 2018, mostra uma variação ascendente, ou então os meses de março a junho de 2017 e 2018 que mostra queda nos preços de um ano para outro, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Preços, em reais, mais práticos no mercado - Goiás - 2013 a 2018

Mês	Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Janeiro		40,000	32,353	61,667	62,813	31,410	37,000
Fevereiro		50,000	50,000	50,000	50,880	28,550	34,375
Março		40,000	40,000	40,000	45,000	34,500	38,750
Abril		30,000	40,000	40,000	60,588	34,000	34,706
Maio		30,000	40,000	50,000	53,610	33,590	36,000
Junho		25,000	40,000	40,000	49,412	45,950	48,667
Julho		35,000	60,000	40,000	44,170	53,530	51,111
Agosto		50,000	40,000	53,235	45,000	71,880	59,444
Setembro		35,000	25,000	60,000	29,090	68,180	54,000
Outubro		25,000	50,000	40,000	26,370	58,130	-
Novembro		40,000	30,000	40,000	30,410	54,410	-
Dezembro		50,000	60,000	40,000	31,880	67,350	-
Média anual		37,500	42,279	46,242	44,102	48,457	43,784

Fonte: Com base em Ceasa-GO. Elaboração própria, 2018.

Percebe-se que a variação de preços no mesmo mês em anos diferentes, apresenta grandes variações (como por exemplo o mês de janeiro que de 2016 para 2017 houve uma

redução de quase 50% nos preços), outras mantêm similares aos anos anteriores, ou seja, mais estáveis. Essas são, possivelmente, variações relacionadas a oferta do produto e em paralelo a questões climáticas, entre outras variáveis.

Tabela 2 – Custos para iniciar o cultivo e venda de abobora verde comum – Goiás - 2018

ipo	Descrição	Quantidade	Custo fixo	Total
F	Poço artesiano	1	10.000,00	
F	Aluguel	1	1.500,00	
F	Mangueiras para gotejamento	1	1.470,00	
F	Caixa D'água	1	250,00	
F	Caixa de plástico	1	2.000,00	
F	Conexões	250	875,00	
F	Caminhonete	1	75.000,00	
F	Gerador		5.129,10	
F	Taxa Ceasa-GO	12	2760	
F	Abertura da empresa	1	3.000,00	
F	Calcário		520,00	
F	Sementes		270,00	
F	Adubo para o plantio		522,00	
F	Adubo cobertura		564,00	
F	Folear		262,00	
	Aração da terra (6 horas)		720,00	
	Mão de obra		500,00	
	Total			105.342,10

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

É necessário também a exposição de outra tabela de custo (considerados constantes, a priori) prevista para o período do cultivo da abobora verde comum.

Tabela 3 - Custos após e durante o início e andamento do projeto – Goiás – 2018

ipo	Descrição	Quantidade	Custo	<u>E</u>
	<u>Maquinas ou equipamentos e estrutura</u>			
	CF Aluguel	1	1.5000,00	
F	Depreciação mensal da Caminhonete	1	130,21	
F	Depreciação mensal do gerador	1	3,56	
V	Manutenção da caminhonete			
	<u>Total</u>		3.105,24	
	<u>Impostos</u>			
F	Taxa Ceasa – GO		Pago no início do projeto	
	<u>Insumos e ou matérias prima</u>			
F	Calcário	1	86,67	
F	Sementes	1	86,67	
F	Adubo para o plantio	1	86,67	
F	Adubo cobertura	1	86,67	
F	Gasolina gerador		1.000,00	
F	Diesel – transporte		500,00	
F	Folear		86,67	
	<u>Total</u>		1.933,33	
V	Aração da terra (6 horas)		720,00	
V	Mão de obra		3.200,00	
V	Salário produtor		5.000,00	
			8.920,00	8.
				920,00
				10
	<u>Total</u>		13.028,10	.853,33

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A estimativa dos preços do produto por meio de uma média aritmética, como mostra a tabela 4, teve um desempenho satisfatório e aceitável.

Tabela 4 - Preços, em reais, mais práticos no mercado - Goiás - 2013 a 2018

Mês	Ano	2018	2019	2020	2021
Janeiro		45,648	46,778	49,663	47,263
Fevereiro		45,886	45,063	44,076	42,891
Março		39,900	39,880	39,856	39,827
Abril		40,918	43,101	43,721	44,466
Maio		41,440	43,728	44,474	43,368
Junho		40,072	43,087	43,704	44,445
Julho		46,540	48,848	46,618	47,941
Agosto		52,023	52,428	54,913	55,249
Setembro		43,454	45,145	49,174	47,009
Outubro		39,900	42,880	41,456	41,747
Novembro		38,964	38,757	40,508	40,610
Dezembro		49,846	49,815	47,778	49,334
Média anual		43,716	44,959	45,495	45,346

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Nesse cenário, na construção do fluxo de caixa, realizado por mês, considerando um investimento de R\$105.342,10, obteve, para uma taxa requerida de 0,949% ao mês (12% ao ano), os seguintes resultados em 36 meses:

- Valor presente líquido (VPL): R\$ 31.690,02 Unidades monetárias, ao final do projeto.
- Taxa interna de retorno de aproximadamente 0,54% ao mês.

Demonstrativo do fluxo de caixa , nesse cenário, para um período de quatro anos (2019-2022).

(-) Investimento	105.342,10				
Alíquota I.R.	0,07				
Período		1	2	3	4
(+) Receitas		196.966,42	203.438,36	206.695,81	65.251,43
(-) Custos		156.337,24	156.337,24	156.337,24	39.084,31
Depreciação do equipamento		35.114,0333	35.114,0333	35.114,0333	2.024,31
FCO		44.186,20	51.130,60	54.625,85	28.225,10
FC	-105342,10	44.186,20	51.130,60	54.625,85	28.225,10
Taxa requerida (ao ano)	12%				
VPL	31.690,0241				
TIR	26%				

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Nesse cenário, os resultados são positivos, mostrando como resultado um VPL positivo de R\$ 31.690,02 ou seja, que depois do período de 4 anos de plantio o projeto paga todo o investimento , ainda remunerando ao investidor uma taxa de 12% ao ano , e tem uma taxa de retorno de 0,54 % ao mês, considerando que entre os custos do projeto já é considerado a estimativa de remuneração mensal do investidor .

Verificando-se que nessa área de 2 ha poderão ser plantados 3.334 arvores e que essas arvores juntas nesses quatro anos de análise conseguirão retirar 52.010,40 kilos de carbono do meio ambiente e com essas iniciativas de algumas empresas de se pagarem um valor de U\$20,00 (vinte dólares) a cada tonelada , os valores obtidos são muito inferiores sem que se considere custo com plantio , com adubos e mudas .

CONCLUSÃO

Realmente há grande importância em todos os esforços para que haja uma redução de CO2 a nível mundial , porém diante dos retornos financeiros em uma iniciativa privada , não seria considerado um projeto viável diante das possibilidades de retornos financeiros que outro projeto como esse da abobrinha verde apresentou .E esse cenário em que o projeto terá exatamente 48 meses de duração, o projeto deverá ser aceito, tendo como base para decisão o VPL, que se apresenta positivo, de modo que o mesmo irá pagar o investimento inicial, e os custos oferecidos pelo empreendimento, incluindo o custo de oportunidade, e

concomitantemente, criará um valor extra, ou seja, a longo prazo estará ganhando capital. Portanto, esse projeto ambiental custaria um perca de valores ao proprietário da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITEUX, L. S; NASCIMENTO, W. M; FONSECA, M. E. N; LANA, M. N; REIS, A; MENDONÇA, J. L; LOPES, J. F; REIFSCHNEIDER, F. J. B. **‘Brasileirinha’**: cultivar de abóbora (*Cucurbita moschata*) de frutos bicolores com valor ornamental e aptidão para consumo verde. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hb/v25n1/a20v25n1>. Acesso em: 09 out. 2018.

CARVALHO, Sérgio P.; MESQUITA, Almir C. **A cultura da abobrinha (*Cucurbita pepo*)**: Família Cucurbitácea. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/doc%5Csite%5Cserevicoseprodutos%5Clivraria%5COleicultura%5CA%20cultura%20da%20Abobrinha.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

Centrais de Abastecimento de Goiás S/A. **Cotações diárias**. Disponível em: <http://www.ceasa.goias.gov.br/post/ver/226149/cotacoes-diarias-2018>. Acesso em: 8 out. 2018.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. 4.ª ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 1942.

MARIA, Carlos A. B; MOREIRA, Ricardo F. A. **A intrigante bioquímica da niacina** – Uma revisão crítica. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/CAB_Maria/publication/262498799_The_intriguing_biochemistry_of_the_niacin_-_A_critical_review/links/543fc1640cf2be1758cfcc45.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

PINHEIRO, Jadir B; AMARO, Geovani B. **Ocorrência e controle de nematóides nas principais espécies cultivadas de cucurbitáceas**. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/128815/1/ct-88.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

SANTOS, Fausto F. S; MELO, Mário F; TAVARES, Selma A; MATOS, Maria J. L. F; LANA, Milza M. **Hortalças**: Como comprar, conservar e consumir. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/124329/1/Folder-abobrinha-curvas-out-2011.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

YU, Chang Man. **Seqüestro florestal de carbono no Brasil** – dimensões políticas socioeconômicas e ecológicas. Disponível em: www.ces.fgvsp.br/arquivos/Tese%20artigo%20Simpósio%20CO21.PDF. Acesso em: 04 dez. 2018.

RENNER, Rosana Maria. **Seqüestro de Carbono e viabilização de novos reflorestamentos no Brasil**. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/necon/2evavea\(3\).pdf](http://www.ufrgs.br/necon/2evavea(3).pdf). Acesso em 04 dez. 2018.

U, Chang Man. **Seqüestro florestal de carbono no Brasil** – dimensões políticas socioeconômicas e ecológicas. Disponível em :
www.ces.fgvsp.br/arquivos/Tese%20artigo%20Simpósio%20CO21.PDF. Acesso em: 04 dez. 2018.

YOUNG, C. E. F.; FAUSTO, J. R. B. **Valoração de recursos naturais como instrumento de análise na expansão da fronteira agrícola na Amazônia**. Ed. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, 1997.

QUEIROZ, J. M. **Custo de oportunidade da conservação e redução de emissão de carbono por desmatamento e degradação florestal (redd): um estudo de caso para a Amazônia brasileira** Disponível em:
http://www.ie.ufrj.br/images/gema/Gema_Monografias/MONOGRAFIA_Julia.pdf. Acesso em: 28 nov. 2018.

ICF CONSULTING. **Carbon credits**. Disponível em:
http://search.icfi.com/search?q=carbon%20credits&site=ICFi&sort=date%3AD%3AL%3Ad1&output=xml_no_dtd&oe=UTF-8&ie=UTF-8&client=ICF&proxystylesheet=ICF>. Acesso em: 28 nov. 2018.

Reciclagem no Brasil: situação atual e o que se pode mudar

Kennedy Sebastião dos Reis Souza¹²²
Joana D'arc Bardella Castro¹²³
Talita Freitas Souza Barros¹²⁴

Resumo: A reciclagem é um processo importante para reduzir os impactos ambientais, tendo um papel de destaque na Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída em 2010. Com isso, procurou-se mostrar como está a situação da reciclagem e do que é chamado de economia circular, no Brasil. Com o uso da pesquisa bibliográfica, verificou-se que os ganhos socioeconômicos eram estimados com a reciclagem seriam na ordem de R\$ 8 bilhões de reais e na proteção que os trabalhadores ganhariam tendo uma fonte de renda mais fixa, e do ponto de vista ambiental, a preservação do meio ambiente com a correta destinação dos resíduos e com o menor uso das matérias-primas. Também se observa um descaso do poder público que não investe nesse setor, uma sociedade mais leiga no assunto e a falta de métodos de quantificação que mostrem o impacto socioeconômico e ambiental da reciclagem.

Palavras-chave: Reciclagem, Resíduos, Economia Circular, Meio Ambiente.

Introdução

Com a crescente urbanização e industrialização do mundo, acelerada no pós-1945, as sociedades, acabam por encontrar uma maior oferta de trabalho nas cidades com aumento da renda. Esse acréscimo de renda, acaba por ocasionar em uma expansão do consumo. Esse aumento faz com que, essas sociedades, descartem, às vezes intencionalmente, outras não, embalagens e o que não é consumido por completo, em locais inapropriados. Mas como não podemos jogar esse lixo para fora do planeta, jogar “fora” significa jogar “dentro” (LEITÃO, 2015, p. 151).

No Brasil não é diferente. Desde o final da Era Vargas (1930-1945), o país passou por um processo de industrialização, e ainda passa por um de urbanização. E na medida em que a renda cresce, o consumo também aumenta e por consequência o lixo. Como o país possui soberania sobre vastos recursos ambientais, renováveis ou não, as questões ambientais, sempre vêm à tona tanto no debate público quanto no político.

¹²² Graduando do Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: kennedyreis33@gmail.com.

¹²³ Professora orientadora. Doutora pela UnB em Economia. Professora do Renac e Teccer.

¹²⁴ Coordenadora. Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), bolsista CAPES/BRASIL. E-mail: economia.talita@gmail.com.

Nos centros urbanos, que se formaram e se solidificaram durante o século XX, o crescimento populacional e o constante incremento de insumos na produção, para atender à essa demanda acaba provocando uma imensa quantidade de lixo. Nesse contexto, como gerir essa quantidade de lixo, vem se tornando uma grande preocupação para parte da sociedade e para os formuladores de políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988, adotou em seus artigos, que o meio ambiente é uma política de Estado, sendo ele o responsável pela preservação para essa e as futuras gerações. E desde pelo menos 1991, quando o projeto de lei que dispunha sobre a coleta e destinação de resíduos de serviços de saúde, foi apresentado no Congresso Nacional, houve um aumento da legislação sobre o meio ambiente.

Ao longo das duas décadas seguintes, conferências, comissões e audiências públicas, e o surgimento do Movimento Nacional do Catadores de Matérias Recicláveis, culminaram com o Governo Federal brasileiro, através da lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e do decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, estabelecendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), além do decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, institui o Pró-Catador. Nos artigos da lei são criados princípios, objetivos, metas e incentivos econômicos a serem estabelecidos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, de como lidar com essa situação.

Com essas definições, as justificativas para a elaboração dessa pesquisa se referem à:

- A preocupação com a crescente com o aumento da produção de lixo; e
- O que se poderia ganhar economicamente e socialmente com a exploração da indústria de reciclagem no país.

O objetivo desse artigo é: mostrar um panorama sobre a reciclagem no país e explicar como uma transição para uma economia que recicle mais poderia ser benéfica.

Referencial Teórico

Grande parte do mundo segue o modelo linear de descarte dos resíduos sólidos. Esse modelo é o qual a matéria-prima é retirada do meio ambiente, transformada em algum produto, usada pelos consumidores e depois descartada. Essa realidade não é muito distinta da brasileira, onde grande parte de matérias recicláveis é direcionada para aterros sanitários e/ou lixões.

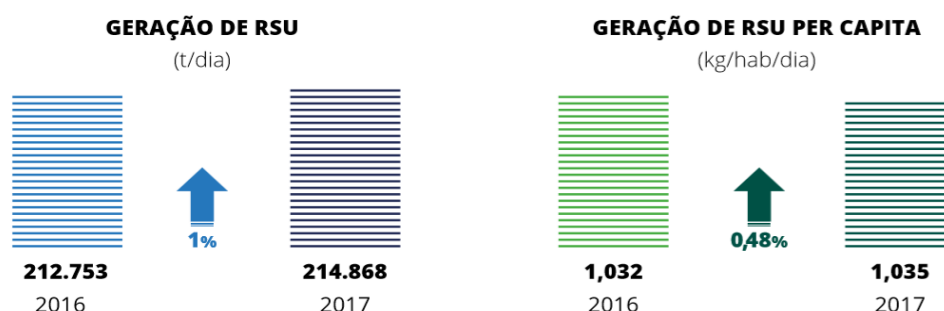
A logística reversa, uma definição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que na literatura científica, é definida também como modelo circular ou ainda Economia Circular (EC). Esse conceito se opõe ao modelo linear, pois trata o processo pelo qual o produto passa como um modelo no formato de círculo, dando um encerramento ao “ciclo de vida” dos produtos não no descarte, mas sim em sua reintrodução no processo produtivo, e ainda no alongamento da vida funcional do mesmo, no que também é chamado de Ecologia Industrial (EI) (LEITÃO, 2015, p. 153).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), acaba por servir como um norte para a formulação de políticas tanto econômicas voltadas para as empresas que desejam ter incentivos para reciclar, quanto sociais através da criação de vagas de emprego para uma parcela da sociedade. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) também explica em seus artigos o que é reciclagem e o que é logística reversa:

XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada; [...] XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa; (BRASIL, 2010, Lei nº 12.305).

A legislação também diz que serão utilizados instrumentos voltados para essa política como a criação de incentivos fiscais e o acesso ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), instituído em 1989, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1971, como meio de dar o suporte econômico necessário para essa possível indústria de reciclagem (BRASIL, 2010, Lei nº 12.305). Também são citados a educação ambiental e acordos entre o setor público e o privado, fazendo com que toda a sociedade se envolva na resolução do problema da destinação correta dos resíduos sólidos.

GRÁFICO 1. **GERAÇÃO DE RSU NO BRASIL**



Fonte: Extraída do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2017 da ABRELPE, p. 15 (2017).
Legenda: RSU - Resíduos Sólidos Urbanos; t – tonelada; kg – quilograma; hab. – habitante.

Sendo um país em desenvolvimento, o Brasil observa, anualmente, um acréscimo da quantidade de lixo produzida. Como pode-se verificar no Gráfico 1, por dia cada brasileiro em zona urbana, produz 1,035 kg de lixo e é esperado que a quantidade de lixo per capita aumente ainda mais tanto devido à retomada do consumo e do crescimento econômico e quanto à própria forma como a sociedade brasileira se propõem a ser uma sociedade de consumo em massa, como todo o resto do mundo capitalista.

Os catadores, selecionadores e operadores de prensas de matérias recicláveis, popularmente conhecidos como catadores de lixo, são muitas vezes excluídos e marginalizados pela sociedade desde que se tem registro de sua existência no país. Dada essa situação de invisibilidade social, os catadores geralmente são vulneráveis a precariedade do ambiente laboral e tem um enorme desprestígio social.

Com esse cenário, surge no ano de 2001, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), se tornando um ator-chave na discussão sobre reciclagem no país. O MNCR se organiza em cooperativas, associações, grupos e entrepostos baseado em sua visão de solidariedade e a valorização da profissão de catador (IPEA, 2016). A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), privilegia o acesso aos fundos para os municípios que possuem essas cooperativas solidárias, na tentativa de inseri-los economicamente na sociedade.

Metodologia

A pesquisa é de caráter exploratória e descritiva, tendo como principal objetivo obter respostas para os questionamentos elucidados na introdução. Ela teve como objeto de estudo a situação da reciclagem e da indústria de reciclagem no país, bem como um leve olhar sobre os trabalhadores de materiais recicláveis.

O material para a elaboração desse artigo, teve como fonte de dados de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, em revistas e artigos científicos e da leitura da legislação específica sobre o tema. A pesquisa bibliográfica foi escolhida devido:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2008).

Resultados e Discussões

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima que o país recicla apenas 13% dos resíduos urbanos e que apenas 2,40% do lixo é coletado de forma seletiva (IPEA, 2010), ou seja, não é compactado. O mesmo instituto estima que se perde mais de R\$ 8 bilhões em benefícios potenciais da reciclagem com os resíduos destinados a aterros e lixões, e que com o atual nível de reciclagem já se observa um ganho entre R\$ 1,4 e R\$ 3,3 bilhões - dados que devem ser vistos com cautela, dada a dificuldade de sua quantificação (IPEA, 2010).

O que poderia ser uma enorme fonte de renda para os municípios, mesmo os pequenos e àqueles que não possuem grandes empresas, porque esses poderiam agir como fornecedores de material reciclado para as empresas dos municípios circundantes. Ajudando inclusive na desconcentração de renda da região e gerando impacto social positivo, com a criação de empregos diretamente envolvidos nos processos de reciclagem e de reinserção desses “novos insumos” nas cadeias produtivas, além de empregos indiretos, a uma queda no preço dos produtos comercializados que utilizam esses insumos e até em uma diluição do contingente populacional pelo território, amenizando outros problemas ambientais.

No meio empresarial há um crescente interesse pela logística reversa. Grandes empresas começam a dar valor aos resíduos, como Grupo Pão de Açúcar, que mantém 140 estações de entrega de resíduos em suas próprias lojas, com os produtos lá depositados indo para 50 cooperativas de catadores pelo país (CEMPRE, 2015).

Entre 2012 e 2014, houve a expansão dos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) para entrega de resíduos recicláveis pela população alcançando um resultado 255% maior que o planejado (CEMPRE, 2015). Já entre 2012 e 2017 houve um apoio de empresas privadas à 802 organizações de catadores (CEMPRE, 2019). Essas ações, porém, são concentradas em municípios de grande e médio porte e muitas vezes não há um pensamento de descentralizar esse ciclo para municípios pequenos, mesmo que eles façam divisa com esses.

Aí a necessidade de uma participação mais ativa do poder público nessa questão. “Políticas econômicas e territoriais também podem modificar as condições de lucratividade em direção a um EC como administração de desperdício, por exemplo” (MOREAU *et al.* 2017, p. 503).

Como o Estado deve agir apenas para atender as necessidades sociais que o mercado não contempla, uma parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é focada nos trabalhadores de material reciclável e por consequência na economia solidária. O foco principal da economia solidária é dar mais importância às pessoas e ao planeta do que à acumulação de capital ou lucro (MOREAU *et al.* 2017, p. 502).

As cooperativas e associações não atuam em busca da lucratividade, mas apenas como uma fonte de renda para esses trabalhadores e a uma possível ajuda na ascensão social dos mesmos. Assim uma forma de maximizar esse benefício social, seria os governos municipais serem mais atuantes, por estes estarem mais próximos da realidade das cooperativas. Com isso, será mais simples resolver as demandas e os problemas dessas comunidades.

Como não há dúvidas do impacto positivo da reciclagem e da Economia Circular (EC), é necessário também um auxílio para fazer a transição a esse novo modelo, podendo ser feito através dos próprios incentivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) já fez investimentos na ordem de mais de R\$ 270 milhões de reais, em 1446 projetos em todo o país, e dessa totalidade, 78 eram relacionados a gestão de resíduos sólidos.

Nesses projetos, os processos de reciclagem seriam apenas a parte final de um sistema maior que se iniciaria na separação do lixo na residência e posteriormente na coleta

seletiva. Haveria de se ter um maior desenvolvimento da educação ambiental, explicando a população em geral, como se deve separar e quando e onde se deveria colocar esse lixo.

Outra coisa que deve ser levada em consideração, além do volume de lixo reciclado, é a capacidade de substituição da matéria-prima pelo reciclado. “Uma política de reciclagem equilibrada visa aumentar as taxas de coleta e reciclagem e, ao mesmo tempo, usar processos de coleta e reciclagem que maximizam o potencial de deslocamento” (GEYER *et al*, 2015, p. 1015). O volume dos produtos provenientes da reciclagem deve ser grande o suficiente para manter a dinâmica da economia circular, mas também deve haver um estoque para que haja recursos secundários. Esses recursos secundários ajudaram o meio ambiente se estes forem usados em outros produtos de alto impacto ambiental.

Considerações finais

Além das vantagens ambientais, as econômicas da reciclagem são inegáveis, porém se observa um certo descaso por parte dos entes federativos em explorar esse setor e um desconhecimento por parte da população. Formas de se corrigir essa situação devem ser elaboradas.

Há de se pensar também na criação de formas de medir o impacto desse novo setor na economia. Também será preciso criar estratégias, métodos e ferramentas de modelos de negócios para apoiar a mudança para uma Economia Circular (EC), os custos para se fazer essa transição podem ser bastante elevados, levando em consideração que se deve educar a população e os agentes que faram a coleta além da aquisição de veículos especializados para essa atividade.

Referências

- BLOMSMA, et al. The Emergence of Circular Economy A New Framing Around Prolonging Resource Productivity. **Journal of Industrial Ecology**, Londres, v. 21, n. 3, mai. 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jiec.12603>. Acesso em: 07 mar. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm. Acesso em 07/03/2019.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm. Acesso em 07/03/2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010.** Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm. Acesso em 14/04/2019.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota; CRUZ, Bruno Oliveira. **Pesquisa sobre o Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos.** Brasília: DIRUR, 2010, 65 p.

Compromisso Empresarial para Reciclagem. **Cempreview 2015.** São Paulo, 2015. 36 p. Gráfica HRosa.

Compromisso Empresarial para Reciclagem. **Cempreview 2019.** São Paulo, 2019. 37 p. Braspor.

GEYER, et al. Common Misconceptions about Recycling. **Journal of Industrial Ecology**, Santa Barbara, v. 20, n. 5, out. 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jiec.12355>. Acesso em: 07 mar. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 201 p.

LEITÃO, ALEXANDRA. Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o séc. XXI. **Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting**, Santa Maria da Feira, v. 1, n. 2, set. 2015. Disponível em: <http://u3isjournal.isvoug.pt/index.php/PJFMA/article/view/114/52>. Acesso em: 14 abr. 2019.

MOREAU, et al. Why Social And Institutional Dimensions Matter For The Circular Economy. **Journal of Industrial Ecology**, Lausanne, v. 3, n. 21, abr. 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jiec.12598>. Acesso em: 07 mar. 2019.

PEREIRA, et al. **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional.** Rio de Janeiro: Mapas Color, 2016. 562 p.

Desempenho econômico: instituições

Luiz Paulo Tavares Gonçalves¹²⁵
Gabriel Santana Oliveira¹²⁶
Joana Dar'c Bardella Castro¹²⁷
Talita Freitas Souza Barros¹²⁸

Resumo: O artigo em questão busca, por meio de revisão bibliográfica, fazer um rápido retrospecto pelo desenvolvimento do arcabouço teórico do institucionalismo e, principalmente, expor as delimitações teóricas do novo-institucionalismo econômico. Tendo como suporte uma vasta bibliografia, respaldada em evidência empíricas que valida a tese segundo a qual coloca as instituições como o alicerce para um bom desempenho econômico de longo prazo, buscou-se demonstrar que a combinação de instituições sólidas, inclusivas e abertas; justamente, com o investimento em capital humano, formam a pedra angular para o desenvolvimento econômico. Por fim, amparado na literatura econômica sobre o tema, com um modelo ampliado de Solow, incorporando as instituições e o capital humano como variáveis, buscou demonstrar tal validade empírica.

Palavras-chave: institucionalismo, crescimento econômico, desenvolvimento.

Introdução

Ronald Coase, em 1937, com a publicação do clássico *The Nature of the Firm*, abre caminho para o desabrochar do novo-institucionalismo: com os custos de transação, deixou uma herança que foi cultivada, aperfeiçoada e criticada pelos teóricos da teoria da firma e, por outro lado, de forma mais tímida, também deixou uma herança que fluiu pela teoria do desenvolvimento econômico — representada de forma notável por Douglass North.

O objetivo deste artigo concentrar-se-á justamente no segundo tema, isto é, em fazer uma revisão bibliográfica expondo o arcabouço teórico do desenvolvimento econômico pela ótica do novo-institucionalismo econômico. Neste sentido, buscamos ao final do artigo com o modelo ampliado de Solow, incorporando as variáveis institucionais e o capital humano, expor evidências empíricas encontradas na literatura econômica sobre o papel das instituições e do capital humano para o desenvolvimento econômico no longo prazo. Justificando, assim,

¹²⁵ Graduando do Curso de Ciências Econômicas pela UEG. E-mail: luizpaulolocke@gmail.com.

¹²⁶ Graduando do Curso de Ciências Econômicas pela UEG. E-mail: gabrielsantanaoliveira@outlook.com.br.

¹²⁷ Orientadora deste trabalho. Doutora pela UnB em Economia. Professora do Renac e Teccer. E-mail: joanabardella@brturbo.com.br.

¹²⁸ Co orientadora deste trabalho. Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), bolsista CAPES/BRASIL. Email: economia.talita@gmail.com

o objetivo do presente artigo: demonstrar a validade empírica e a importância das instituições para o desempenho econômico.

Não obstante, antes vamos fazer um rápido retrospecto teórico e histórico. Perpassando na segunda seção, após esta breve introdução, rapidamente pela composição teórica do institucionalismo de Veblen até chegar no marco teórico de Douglass North; na terceira seção, buscamos expor o arcabouço teórico de North com relação a bifurcação entre instituições formais e informais; na quarta seção, com os conceitos expostos, buscaremos demonstrar a validade empírica das instituições, respaldado no trabalho de Rocha et al. (2010) com um modelo ampliado de Solow; na quinta, expomos os resultados da pesquisa e, na sexta e última seção, encerramos com a conclusão.

Desenvolvimento

II - Institucionalismo: do clássico ao novo

A abordagem institucional dentro do campo econômico ganhou destaque após a publicação, em 1899, do livro seminal de Thorstein Veblen (1987): *A teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. O livro marcou o desdobrar de uma nova e frutífera linha de pesquisa que futuramente ficou conhecida como institucionalismo e, após algumas décadas, acabou metamorfoseando-se no novo-institucionalismo. Veblen, como o principal representante do institucionalismo clássico, delineia um novo arcabouço teórico para os paradigmas econômicos da época, fazendo um contraponto ao *mainstream* neoclássico — nomenclatura que o próprio Veblen forjou¹²⁹.

Veblen, com uma forte influência da antropologia evolucionista e da etnologia, coloca em relevo as instituições como hábitos mentais que estão dentro de um processo evolutivo: as instituições como modelos mentais, isto é, como hábitos de pensamento que resultam dos hábitos de vida. As instituições, seguindo essa ótica, são hábitos, condutas e cacoetes que são desenvolvidas dentro de um processo evolutivo de seleção institucional, disseminadas e estabelecidas como normas socialmente aceitas, isto é, são variáveis que impactam a conduta e as escolhas dos agentes econômicos.

¹²⁹ Para mais informações: consultar Aspromourgos (1986)

Como mencionado anteriormente, a linha de pesquisa institucional passou por diversas metamorfoses no decorrer do tempo até desaguar no marco teórico do novo-institucionalismo. O institucionalismo de Veblen foi o ponto de partida para a pesquisa de autores como John Commons, Wesley Mitchell e, no novo-institucionalismo e com uma nova abordagem, para autores como Ronald Coase, Douglas North e Oliver Williamson. O ponto de ruptura para o novo-institucionalismo é marcado pelo artigo de Coase (1937), *The Nature of the Firm*, no qual o autor busca explorar a problemática da teoria da firma. Além de abrir um novo horizonte de pesquisa para os teóricos da teoria da firma, Coase desenvolveu um aporte teórico de ampla relevância e que influenciou uma vasta gama de economistas posteriores: os custos de transação. Esse aporte é fundamental para compreender a teoria do desenvolvimento econômico de Douglass North.

O mecanismo de preço funciona como um *mechanism for communicating information*, isto é, como um mecanismo de informação que permeia a ação dos agentes econômicos (HAYEK, 1945). Coase, com os custos de transação, vai além da simplória questão de alocação de recursos que é estabelecido entre as firmas com os mecanismos de preço, colocando que a utilização do mecanismo de preço tem um custo, pois cada bem ou produto transacionado no mercado precisa ser especificado, isto é, o mecanismo de preço impõe um custo com relação a informação dos bens ou serviços transacionados e dos contratos estabelecidos entre os agentes. Ademais, a alocação de recursos ocorre também através de um coordenador central, de um empresário — sendo que as variáveis institucionais estão intimamente ligadas ao processo. Como bem exposto por Bueno: “[...] o ambiente institucional não é passível de teorização, devendo, por isso, ser considerado como um conjunto de parâmetros do sistema econômico, cujas alterações (exógenas) conduziriam a economia para diferentes pontos ótimos de Pareto” (BUENO, 2000, p. 781).

Dado esse panorama, com a ruptura e o desdobrar do novo-institucionalismo a linha de pesquisa vai ganhando uma ampla dimensão e difusão nos meios acadêmicos, principalmente pelo fato da facilidade que os teóricos do institucionalismo encontraram em ampliar o horizonte de pesquisa: navegando desde de teoria da firma, uma área microeconômica, até a teoria do desenvolvimento econômico — como é o caso notório de Douglass North. North, continuando com a pesquisa dentro do campo institucional, desloca o horizonte para o crescimento de longo prazo, notando que *institutions matter*, isto é, as instituições importam para um crescimento sustentado de longo prazo. As ampliações e

modificações no novo-institucionalismo acrescidos por North serão expostas, em pormenores, na próxima seção.

III - Douglas North e a bifurcação entre instituições formais e informais

Como foi mencionado na seção anterior, com North a relevância das instituições para o desempenho econômico ganha impulso como linha de pesquisa. Neste novo estágio de pesquisa, as instituições são redefinidas e ampliadas em instituições formais e informais: as primeiras, as formais, são as leis, normas jurídicas e legislações que vigoram, isto é, são as regras do jogo; em segundo, as informais, são categorizadas como modelos mentais matizados culturalmente em hábitos, costumes e ideologias que se desenvolvem nas relações societárias. As instituições como *rules of the game* (regras do jogo) assumem papel fundamental para o desempenho econômico: “Instituições formam a estrutura de incentivos de uma sociedade, e as instituições políticas e econômicas, em consequência, são os determinantes subjacentes do desempenho econômico” (NORTH, 2010, p. 15).

O desenho institucional que determinada sociedade desenvolve funciona como vetores de incentivos para o desempenho econômico. Há alguns quesitos, encontrados nos estudos de North (1994, 1990), que são colocados para definir um bom funcionamento institucional, ou seja, um bom desempenho econômico. Partindo da tomada de decisão do agentes econômicos, na qual North assume a premissa de *bounded rationality* (racionalidade limitada), de Simon (1955, 1978), isto é, que os agentes econômicos tomam decisões tendo racionalidade limitadas nas suas escolhas dado aos vieses cognitivos e pelo fato da assimetria de informação entre os agentes, há um misto de mudanças externas e aprendizado interno que são dinamizados pelos incentivos positivos. Ou seja, oferecer incentivos positivos, como a descentralização das decisões, que dinamize as decisões dos agentes, isto é, oferecer incentivos que estimulam decisões descentralizadas e mercados efetivamente competitivos (NORTH, 2010, p. 13). Desenvolvendo aprendizagem para instituições virtuosas: a chave para a história vista é o tipo de aprendizagem que os indivíduos de uma sociedade adquirem no decorrer do tempo (NORTH, 1994, p. 23). Esse diálogo que os incentivos estabelecem entre a aprendizagem e o meio externo é a pedra angular para desenvolver mudanças econômicas:

A velocidade da mudança econômica é uma função da taxa de aprendizagem, mas a direção dessa mudança é uma função do pay-off esperado para a aquisição de diferentes tipos de conhecimento. Os modelos mentais que os jogadores desenvolvem configuram as percepções sobre os pay-offs (NORTH, 2010, p. 19).

Outro quesito para o desempenho econômico, interligado ao anterior e que pode ser mensurado em análises quantitativas, são os custos de transação. Assim como o anterior, são vetores de incentivos, pois, como bem lembra North (2010, 1994), um indicador para um bom desempenho econômico são baixos custos de transação. Baixos custos de transação são vetores de incentivos, pois oferecem menos dispêndio nas transações, mais descentralização, menos burocracias, menos encargos, menos assimetria de informação e menos contratos com altos custos — logicamente, é impossível atingir um ponto zero nos custos de transação, pois a utilização do mecanismo de preço, como ressaltado anteriormente, impõe um custo.

Seguindo a mesma ótica dos quesitos anteriores de instituições virtuosas, para usar novamente uma terminologia usada por Acemoglu & Robinson (2012), o direito de propriedade é outro quesito assinalado por North (1990). Assim como os anteriores, o direito de propriedade proporciona uma redução de incertezas nas escolhas e, conseqüentemente, uma redução dos custos de transação. Juntamente com esse quesito, podemos abarcar um sistema de leis sólidas, legislações mais equânimes, horizontais, um sistema político pluralista e um sistema democrático. Novamente citando Acemoglu & Robinson, pois, ao colocarem a questão das instituições inclusivas e da distribuição pluralista do poder político, aproximam-se das questões das instituições políticas discutidas em North: “The logic of virtuous circles stems partly from the fact that inclusive institutions are based on constraints on the exercise of power and on a pluralistic distribution of political power in society, enshrined in the rule of law” (ACEMOGLU & ROBINSON, 2012, p. 349).

Sumariamente, os quesitos assinalados são alguns dos que compõem a extensa obra econômica de North, da bifurcação entre instituições formais e informais. É bom ressaltar que, no decorrer do tempo, surgiu uma ampla gama de estudos quantitativos, para validação empírica, envolvendo as questões institucionais, principalmente com relação às instituições formais, como será exposto na seção seguinte respaldado pelo trabalho de Rocha et al. (2010). Antes de prosseguirmos para a próxima seção, fechamos com uma citação de Marcos Lisboa do seu trabalho Instituições e Crescimento Econômico, que coloca bem a questão das instituições para além do que foi exposto nas seções anteriores:

A solidez e o impacto de boas instituições são determinados por seu desenho específico e pela consistência de longo prazo dos incentivos gerados pelas regras do jogo. A maioria dos mercados funcionam adequadamente desde que os contratos sejam respeitados e os acordos sejam cumpridos. Em alguns casos, porém, é necessária uma maior regulação por parte do setor público, ou regras institucionais específicas, para que se garanta um maior bem-estar social. São principalmente as especificidades do desenho institucional, e não a maior ou menor participação do Estado, que determinam a distribuição e o provimento dos serviços (...) (LISBOA, 2011, p. 76).

IV - Validade empírica das instituições: modelo ampliado de Solow

Nas seções anteriores, implicitamente, foi ressaltado a possibilidade de mensuração da qualidade das instituições, ou seja, de estudos empíricos que buscam explorar o campo institucional. O estudo de Rocha et al. (2010), seguindo os trabalhos de Acemoglu et al. (2001), busca com um modelo ampliado de Solow, adotando um amostra de 86 países e as variáveis per capita, anos de escolaridade, formação bruta de capital, desempenho institucional, latitude e área geográfica, examinar a importância do capital humano e da qualidade institucional na acumulação de riquezas das nações e, conseqüentemente, do desempenho econômico. Seguindo a abordagem de Hall e Jones (1999), modelando com uma função Cobb-Douglas, chegou no modelo proposto na investigação¹³⁰ e, conseqüentemente, no seguinte resultado de pesquisa:

O principal resultado do estudo, obtido a partir de uma comparação entre o modelo ampliado de Solow sem e com a variável desempenho das instituições sugere que a riqueza das nações é melhor explicada quando considerada a qualidade das instituições presentes no país. Nesta perspectiva, sem melhorias na qualidade das instituições não há como alcançar o crescimento econômico (ROCHA et al., 2010, p. 58).

Os resultados da pesquisa com o modelo de Solow ampliado podem ser visualizados na tabela 1:

¹³⁰ Para conferir a modelagem matemática, modelos econométricos, operacionalização das variáveis, pormenores metodológicos e a fonte de dados usados, consultar Rocha et al. (2010, p. 58-61).

Tabela 1: Estimativas do modelo ampliado com capital humano

Regressores	Modelo (1)		Modelo (2)	
	Mod. SOLOW com capital humano		Mod. SOLOW com capital humano e as instituições	
	Coeficiente	Erro-padrão	Coeficiente	Erro-padrão
Constante	5,02541 ¹ (7,02)	0,71566	5,42995 ¹ (10,03)	0,54159
S	0,31669 ¹ (14,56)	0,02175	0,19610 ¹ (9,14)	0,02146
$\ln(K/Y)$	0,58233 ² (2,39)	0,24331	0,39009 ² (2,11)	0,18473
I	–	–	1,89236 ¹ (8,55)	0,22143
R^2	0,7343		0,8580	
R^2 ajustado	0,7290		0,8535	
$Est.F$	139,560		191,290	
$Prob. > F$	0,0000		0,0000	
Teste de restrição dos parâmetros				
$Y = K^\alpha (AH)^{1-\alpha}, \forall \alpha \in (0,1)$				
$TesteF - H_0 : \alpha = 1/3$	0,11		0,35	
$Prob > F$	0,7358		0,5533	

Nota: Esta tabela apresenta as estimativas do modelo com base no método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). As estatísticas t-Student são reportadas entre os parênteses, abaixo das estimativas dos parâmetros.

¹ (*) significante a 1%.

² (**) significante a 5%.

³ (***) significante a 10%.

Fonte: Rocha et al. (2010, p. 62)

Os resultados obtidos na pesquisa, no modelo (2), são bastante significativos, pois todos os parâmetros são estatisticamente diferentes de zero ao nível de 5%. E com um coeficiente de determinação com alto teor explicativo (0,8580) e com a significância da estatística F (191,290). Assim como, o modelo 1, apresentou todos os parâmetros diferentes de zero ao nível de 5% e com um impacto positivo do retorno escola, registrando uma taxa de retorno de 31,66% e com um teor explicativo menor que o modelo (1), mas ainda relativamente elevado (0,7343) de acordo com os parâmetros (Rocha et al., 2010). Portanto fica evidente que, em primeiro, a inserção das variáveis institucionais, no modelo de Solow, aumentou o poder de explicação do modelo e, em segundo, o modelo tem um bom teor explicativo e que correspondente aos parâmetros estatísticos.

O estudo de Rocha et al. (2010) é um dos exemplos de pesquisa empírica que foi escolhido para ilustrar o que foi exposto nas seções anteriores, ou seja, que as instituições importam, são relevantes, para um bom desempenho econômico. Há muitos outros estudos que abordam o tema nessa perspectiva e que poderiam ser citados, por exemplo, Barreto & Arraes (2002) e o próprio trabalho do Acemoglu et al. (2001). Na próxima seção, de resultado, buscamos, com o panorama teórico e empírico já exposto, levantar quais os resultados obtidos sobre a relevância do novo-institucionalismo e, principalmente, das variáveis institucionais para as ciências econômicas.

Considerações finais

Ao fazer um retrospecto pelo desenvolvimento do arcabouço teórico da linha de pesquisa institucionalista, como exposto nas seções anteriores, fica claro que, primeiro, há continuidades e rupturas ao longo da corrente institucionalista, destacando a importância do desenvolvimento teórico no campo da teoria da firma e, principalmente, com relação à teoria do desenvolvimento econômico; e, em segundo lugar, é nítido, de acordo com a literatura econômica atual sobre o tema, a solidez teórica e de evidências empíricas encontradas nas pesquisas sobre desempenho econômico sob a ótica do novo-institucionalista: o artigo em questão buscou justamente expor através de uma revisão bibliográfica esse panorama que circunscreve o novo-institucionalismo. Portanto, evidenciando a relevância teórica e empírica do novo-institucionalismo para os estudos sobre teoria do crescimento econômico.

Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty**. New York: Crown Publishers, 2012.

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S. H.; ROBINSON, J. A. The colonial origins of comparative development: an empirical investigation. **American Economic Review**, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001.

ASPROMOURGOS, Tony. On the origins of the term ‘neoclassical’. **Cambridge Journal of Economics**, v. 10, n. 3, p. 265-270, 1986.

BARRETO, Ricardo; ARRAES, Ronaldo. Fatores institucionais e desenvolvimento econômico. **Teoria e evidência econômica**, v. 10, n. 19, p. 109-137, 2002.

BUENO, Newton. Possíveis contribuições da Nova Economia à pesquisa em história econômica brasileira: uma releitura das três obras clássicas sobre o período colonial. **Est. Econ.**, São Paulo, v.34, n.4, p. 777-804, 2004.

CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, set./dez. 2014.

COASE, R. La estructura institucional de produccion. **Revista Universidad Eafit**, v. 28, n. 85, p. 19-27, 1992.

COASE, R. The nature of the firm. **Economica New Series**, v. 4, n. 16 p. 386-405, nov. 1937.

COMMONS, J. Institutional economics. **American Economic Review**, v. 21, p. 648-657, 1931.

HALL, R. E.; JONES, C. I. Why do some countries produce so much more output per worker than others? **Quarterly Journal of Economics**, v. 114, n. 1, p. 83–116, fev. 1999.

HODGSON, G. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. **Revista Econômica**, v. 3, n. 1, p. 97-125, jun. 2001.

HODGSON, G. What are Institutions? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 1, p. 1-25, mar. 2006.

LISBOA, M. Instituições e crescimento econômico. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 9, n. 18, jan. 2011.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 619-637, out./dez. 2013.

MINCER, J. População e força de trabalho no crescimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 25-39, out./dez. 1975.

NORTH, D. **Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, p. 1-25, 1994.

NORTH, D. Desempenho econômico através do tempo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 255, p. 13-30, set./dez. 2010.

NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. Instituciones, Ideología y Desempeño Económico. **Cato Institute**, p. 1-9, 2003. Disponível em: <http://www.hacer.org/pdf/North02.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2019.

NORTH, D. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

ROCHA, L. A. et al. Qualidade institucional: uma ampliação do modelo de Solow. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 1, p. 57-66, 2010.

SIMON, Herbert. A behavioral model of rational choice. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 69, n. 1, p. 99-188, 1955.

SIMON, Herbert. **Rational decision-making in business organizations**. Nobel Memorial Lectures, USA: Pittsburgh, p. 343-371, 1978.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

HAYEK, F. A. The use of knowledge in society. **The American Economic Review**, v. 35, n. 4, p. 519-530, 1945.

O processo (des)civilizador dos povos do Alto Xingu: de Karl Von den Steinen a Jean-Jacques-Rousseau

Filipe Inácio Fontes¹³¹
Poliene Soares dos Santos Bicalho¹³²

Resumo: O presente plano de trabalho tem como escopo tornar deveras inteligível o processo através do qual os povos indígenas do Alto Xingu, região com áreas de disjunção de Cerrados, estão inseridos desde o século XIX. Partir-se-á das duas missões do etnólogo germânico Karl von den Steinen até a compreensão das manifestações artísticas das etnias, primordialmente a do povo Bacairi, bem como os processos de ressignificações históricas, abarcando, também, pressupostos filosóficos balizados pela ciência política rousseauiana do século XVIII. Os aspectos mais basilares e intrínsecos ao Parque Indígena do Xingu também são considerados, que está localizado na porção norte do Brasil, mediante à análise que estava em voga naquele contexto, e que ainda fala muito sobre nós.

Palavras-chave: Indígenas, Ressignificações, Etnias.

Introdução

Se faz apropriado salientar que o presente trabalho tornou-se factível em virtude das pesquisas realizadas ao longo da Iniciação Científica, tendo como intento apresentar os resultados obtidos através da profícua investigação que está sendo realizada, contendo os períodos de agosto de 2018 até o momento corrente, no que concerne ao contato dos não indígenas com os povos ameríndios habitantes do Alto Xingu, via expedições realizadas pelo etnólogo alemão Karl von den Steinen ao longo do século XIX, angariado em diversos elementos que possibilitasse um amálgama entre cultura e análise filosófica, levando em consideração os aspectos políticos e filosóficos rousseauianos.

Impreterivelmente, é significativo discorrer acerca das idiossincrasias e reverberações dos elementos constituintes, étnico-sociais, dos habitantes das regiões xinguanas, o Parque Indígena do Xingu (PIX), os quais foram debatidos e escrutinados ao longo desses seis meses de vigência da pesquisa, durante os quais pode-se aprofundar ainda mais no *modus vivendi* dessas populações. Tal análise fora balizada através das manifestações artísticas, as organizações políticas, bem como outros tantos elementos partícipes da composição identitária desses povos, expressivamente. Nesse ínterim, pude aprofundar acerca

¹³¹ Graduando do Curso de História E-mail: filipeinacio.f@gmail.com

¹³² Orientadora do Projeto de Pesquisa e docente no curso de História

dos conhecimentos da cultura do povo Bacairi, especificamente, observando as suas semelhanças e diferenças com as demais etnias que coexistem no Parque Indígena do Xingu, o *modus operandi* de cada uma, sobretudo a supracitada.

Fez-se necessário, a partir das leituras e discussões ao longo da pesquisa, que houvesse um genuíno aprimoramento acerca da compreensão e do rompimento dos conceitos preestabelecidos pelo *status quo*, a fim de transcender o senso comum, que tão erroneamente retrata os povos indígenas ao longo dos séculos; abordando desde o contato dos não indígenas com esses povos, as relações que são estabelecidas a partir desse fato, o modo peculiar pelo qual os próprios indígenas auxiliavam os pesquisadores, etnólogos e antropólogos, ao longo das expedições, bem como também fica evidente, em determinados trechos relatados pelos cientistas *in loco*, a visão eurocêntrica dos mesmos para com as premissas culturais observadas e analisadas em seus diários, como faz, por exemplo, Karl von den Steinen, etnólogo alemão amplamente estudado aqui.

A partir das perspectivas elencadas, o povo Bacairi assume grande importância nesse estudo, sendo analisados desde a origem de seu nome, já que se autodenominam *Kurâ*, que significa gente, ser humano, onde os mesmos consideram-se ‘a humanidade’, o que torna necessário que os outros sejam especificados invariavelmente. Cabe ressaltar que a língua Bacairi é pertencente à família *Karib*, o que perpassa um entroncamento linguístico com outras etnias, reunindo elementos semelhantes às dos *Arára*, *Txikão*, *Nahukwá* e *Kuikúru*. No que se refere à localização, estes se encontram fora do Parque Indígena do Xingu atualmente, pois, tais povos habitam preponderantemente o estado de Mato Grosso, notadamente nas Terras Indígenas Bakairi¹³³ e Santana¹³⁴, inseridas no bioma Cerrado, que também se estabelece enquanto fator caracterizante dessa cultura.

Nesses enfoques, rememoro que o estado de natureza rousseauiano compete ao planejamento de um discurso voltado ao interesse coletivo, subitamente a relação entre os homens e o seu soberano, para desvencilhar-se dos mecanismos estatais e buscando um retorno à natureza, *fugere urbem*, onde a “civilização” encontrar-se-ia no seu estado perfeito, ou seja, as comunidades indígenas, para Rousseau, seriam a exímia personificação dessa estirpe. Por este viés, Vera Penteado Coelho dialoga com Rousseau nos seguintes termos:

¹³³ Em sua quase totalidade, a Terra Indígena Bakairi localiza-se no município de Paranatinga, à margem direita do rio Paranatinga ou Telles Pires, afluente do rio Tapajós, cabe salientar que uma parte dela se situa no município de Planalto da Serra, às margens esquerdas do rio citado.

¹³⁴ A região de Santana encontra-se localizada no município de Nobres e é designada assim por conta do nome de um dos afluentes do Rio Novo, que desemboca no rio Arinos, tributário do Juruena, afluente do Tapajós.

...estudos desmistificam a imagem de um paraíso intocável, habitado por bons selvagens vivendo em perfeita harmonia com um meio ambiente encantador. Num momento em que o país acorda para o extermínio da cultura indígena, impõe-se a necessidade de contemplarmos um índio real, e não idealizado por mitos seculares (COELHO, 1993, orelha do livro)

Nessas acepções, toda essa conjuntura clarifica que os povos indígenas não eram tão passivos, como muitas vezes foram abordados, que também tinham seus interesses, costumes, objetivos e um infindável espectro de meios e instrumentos dos quais utilizavam-se a fim de alcançar seus propósitos; existe uma dicotomia representativa para com a realidade não condizente com o próprio ser indígena. É sintomático que o etnólogo alemão não se eximia das consequências e da culpa da sua participação no próprio processo de encontrar o outro, lidava com essa perspectiva e assumia, indubitavelmente, os seus riscos, buscando sempre a compreensão dos aspectos mais relevantes daquela teia orgânica e social tão distinta da sua.

Suscitando a reminiscência no que tange ao histórico do contato, os indivíduos pertencentes à etnia Bacairi tinham como berço mítico originário o salto *Sawâpa*, geograficamente localizado abaixo da junção do rio Verde com o Paranatinga, porém, os mesmos viram-se obrigados a migrarem por três regiões diferentes, devido a conflitos internos e pressões de povos indígenas inimigos, primordialmente, os Kayabí. Desse modo, uma parcela se desloca para as cabeceiras do Arinos, sendo a primeira a ser alcançada pelos bandeirantes nas décadas exórdias do século XVIII, o que os levou a serem usados nos afazeres da mineração. Concomitantemente, outra parcela se deslocou para o alto Paranatinga, utilizada por colonizadores na pecuária e agricultura nas iniciais décadas do século XIX; e, por fim, a última fração deles, que reunia a maior parte, seguiu em direção ao Alto Xingu, o que culminou numa perda do contato com as outras duas. Curiosamente, Karl von dein Steinen denomina os povos das primeiras parcelas de "mansos" ou "independentes", ou até mesmo "ocidentais"; enquanto que os do Alto Xingu seriam "orientais".

Não obstante a todas peculiaridades esmiuçadas acima, outro fator elementar a ser analisado aqui são as manifestações artísticas e culturais, principalmente a complexidade da arte dos povos xinguanos, sobretudo a do povo Bacairi em seus distintos grupos, através dos quais podemos perceber uma exímia dialogicidade com as representações artísticas de outras etnias; o que corrobora à ideia de dialética entre heterogeneidade e homogeneidade, ou seja, embora as etnias encontradas ao longo do PIX¹³⁵ apresentem profundas especificidades, elas

¹³⁵ Parque Indígena do Xingu.

também se veem imbuídas de aspectos em comum com outras, num processo de intercâmbio cultural genuinamente arguto, aludindo ao modo de organização desses povos, os arquétipos que delineiam-se de modo comum entre eles, seus costumes, rituais, expressões das mais variadas possíveis, que se enlaçam quando imputamos uma visão panorâmica acerca desse cenário.

Pensar a diversidade cultural dos habitantes dessa região em questão direciona à escrutinação de muitos fatos importantes. Atualmente, vivem na área do Xingu, aproximadamente, 5.500 índios de quatorze etnias diferentes, pertencentes aos quatro grandes troncos linguísticos indígenas do Brasil: Caribe, Aruaque, Tupi e Macro-jê. Logo, temos a dimensão de quão rico e importante é esse lugar, ao ponto de Centros de estudo, inclusive a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, considerarem essa área como sendo o mais belo mosaico linguístico puro do país. São diversas etnias que habitam tal região: Cuicuro, Camaiurá, Juruna, Caiabi, Meinaco, Trumai, Suiá e uma outra infinidade de etnias.

O povo Bacairi está localizado na região de MT, e a sua língua Bacairi pertence à família Caribe, todos os Bacairi falam a sua língua, assim como o português, são ribeirinhos, agricultores e pescadores, cumprindo a caça e a coleta papel complementar. Detêm uma população atual de cerca de 982 pessoas, de acordo com o ISA¹³⁶; e, curiosamente, eram responsáveis pelo controle do acesso das expedições científicas realizadas ao longo do Alto Xingu, antes da abertura de campos de pouso e rodovias próximas à região.

Nesses desdobramentos, a arte Bacairi é expressa em quase todos os seus artefatos, sempre retratando temas que remetem ao mundo espiritual, sobretudo nos trançados, nas pás para virar beiju, nos banquinhos zoomorfos, através de pinturas feitas com jenipapo, urucum e tabatinga, um tipo de barro branco. Tal comportamento, esse de marcar seus objetos utilizados em situações cotidianas, bem como os usados em momentos de grande importância e distinção, é uma forma de lidar com o sagrado, haja vista que, nessas sociedades tribais, tal aspecto detém grande importância para dar sentido e inteligibilidade às suas respectivas existências nesse mundo. Logo, tal peculiaridade torna possível, de certo modo, a espiritualização das coisas materiais à medida que materializa os aspectos espirituais, numa lógica profundamente complexa e sofisticada, desenvolvida e transmitida ao longo das gerações, denotando a importância que esses povos direcionam ao mundo metafísico,

¹³⁶ Instituto Socioambiental (ISA).

procurando sempre uma forma de contato a fim de afastar os males e perigos que os assolam e os protegem de seus inimigos.

Desenvolvimento

Por toda a extensão longitudinal desse período de pesquisas através do projeto de pesquisa¹³⁷ que originou esse trabalho, tornou-se factível ater e aprofundar nas produções bibliográficas de especialistas em antropologia do mundo todo, através de seus ensaios organizados no livro de Coelho¹³⁸, partindo da premissa de uma abordagem sistematizada, que viabiliza uma imersão na realidade cultural do povo Bacairi, em busca da compreensão e do entendimento acerca dos aspectos mais intrínsecos a tal etnia, abarcando toda a sua singularidade cultural. A busca de sentido para compreensão das representações culturais desses povos, através de uma minuciosa dinâmica de investigação, se estabelece enquanto fator *sine qua non* para engendrar a análise mais fidedigna possível desse coletivo. Nesse ínterim, a análise proposta reclama a realização de pesquisas bibliográficas e documentais, que, por sua vez, vem se desenvolvendo por meio da leitura de livros e artigos publicados em revistas, seguido do fichamento de textos importantes.

Mister se faz explicitar o modo, tão profícuo, dessa tessitura de observações possibilitadas através da pesquisa científica, havendo um maior aprofundamento nas perspectivas elencadas e as nuances suscitadas ao longo das análises engendradas. Nesse sentido, através dos encontros e debates com a orientadora, bem como com os demais colegas integrantes do projeto, houve um eloquente fomento às discussões, que permitiram muitas desconstruções, novas argumentações e, sobretudo, genuínas ressignificações no que tange ao entendimento do *modus operandi* das etnias indígenas localizadas no PIX, especificamente os Bacairi.

Durante o momento primevo da pesquisa, que culmina nesse artigo, houve um levantamento bibliográfico, o mais fidedigno possível, aos aspectos basilares dos pressupostos artísticos e culturais dos povos indígenas localizados na região do Xingu, haja vista que, durante os encontros, eram designados os capítulos dos textos selecionados para que fosse explanados pelos orientandos vinculados ao projeto, assegurando uma leitura crítica e

¹³⁷ O Parque Indígena do Xingu: Artes, culturas e biomas em confluência (PIBIC/CNPQ).

¹³⁸ COELHO, Vera Penteadó (Org.). *Karl von den Steinen: Um século de antropologia no Xingu*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1993.

dinâmica. Tais análises supracitadas foram factíveis, através de um referencial teórico permeado por etnólogos, antropólogos e demais estudiosos do assunto, dentre esses, podemos citar Karl von den Steinen, médico alemão que se desdobrou em expedições ao Brasil, em 1884 e 1887-1888, a fim de analisar os povos indígenas.

As muitas contribuições de von den Steinen foram reunidas em um livro, fonte inicial da pesquisa e a principal referência teórica utilizada – *Karl von den Steinen: um século de Antropologia no Xingu* –, juntamente com vários especialistas na área, através de ensaios, organizado por Vera Penteadó Coelho, no qual é retratado os percursos e relatos do alemão em suas duas expedições ao longo do século XIX no Brasil, o que, indubitavelmente, contribuíra para o conhecimento das etnias indígenas da região. Não obstante, também houve a leitura de autores como Passeti (2008) e Boas (2014), que colaboraram com o enriquecimento das perspectivas artísticas dessas etnias, culminando numa análise mais holística, abrangendo o todo através do esmiuçar dos fatores mais específicos dessas culturas.

Considerações finais

Enquanto derradeiras considerações depreender-se-á o quão é essencial e importante conjecturar análises inexoravelmente mais fidedignas com a realidade circundante, tanto de quem tece tais observações, bem como dos agentes analisados, no afã de preterir estereótipos, preconceitos e tantos outros equívocos, ratificando a emergência e necessidade de uma investigação profunda, que se norteia a partir dos pressupostos que irão balizar a organização sociocultural dos povos retratados aqui, habitantes do Alto Xingu, bem como rememorar o processo histórico que está posto enquanto pano de fundo para tantas transformações ao longo dos séculos.

Indubitavelmente, fica evidente, através das análises feitas com o aporte do referencial teórico, primordialmente das observações tecidas pelo etnólogo alemão Karl von den Steinen ao longo de suas duas expedições ao Brasil durante o século XIX, o quão rica é a cultura dos povos indígenas xinguanos, abarcando um infundável espectro de representações e simbolismos que coadunam com a história dos mesmos.

Cabe ressaltar também, o modo como uma grande parte das etnias se assemelha em seus aspectos e manifestações artísticas mais basilares. Subitamente, fica evidente como a arte desses povos dialoga com os seus mitos, com as suas manifestações religiosas e demais vicissitudes, a importância da arte do povo Bacairi, para a compreensão da relevância de se

estudar essa etnia e, partindo desse pressuposto, compreender o processo dialético (des)civilizatório permeado ao longo do artigo, em que o contato dos povos ameríndios com o não indígena culmina num paradoxo enigmático: esse contato civiliza ou desciviliza?¹³⁹ Beneficia ou prejudica? A resposta para essas questões ainda está aberta, o debate continua atual, uma ferida que sangra e é através de debates e discussões críticas que viabilizam suportes para uma melhor percepção acerca da condição dos agentes pesquisados e aqui analisados.

Nessas vicissitudes, fica explicitado a importância de Karl von den Steinen ao se consolidar enquanto pioneiro ao longo de todo esse processo de investigação, haja vista que até o último quartel do século XIX, marcado por tantas transformações, por tantos desdobramentos em nível mundial, a região do Alto Xingu, no Brasil Central, estabelecer-se-ia ainda enquanto uma terra desconhecida, um enigma a ser trazido à luz das reflexões e do conhecimento, o que, de certo modo, também denota a importância de demonstrar a importância desses povos indígenas, os ideais de simbiose cultural, todas as etnias mantendo a sua identidade e, portando, uma rica complexidade de culturas, rostos e costumes.

Outrossim, ao tomar os povos indígenas como protagonistas de suas próprias vidas e histórias, podemos desmistificar conceitos engendrados ao longo dos tempos acerca dessas populações, e nos permitir enxergar ressignificações no que concerne às culturas observadas e estudadas até o momento, principalmente a cultura do povo Bacairi, que está sendo aprofundada ao longo da pesquisa, permeando-se de sua organização social e política, bem como seus pressupostos artísticos e culturais.

Sendo assim, para além de todas essas reverberações culturais, é palatável também reconhecer que os debates postos no longínquo século XVIII por Rousseau, teórico político e filósofo suíço, no que tange às relações estabelecidas entre os indígenas e não indígenas, ainda são bastante atuais e capazes de causar muitas inquietações. Portanto, em meio à todas as questões elencadas ao longo deste artigo, podemos perceber o quão tal debate é atual e fala muito sobre nós e as sociedades como um todo, transcendendo o espaço-tempo.

¹³⁹ Ao utilizar a categoria “civilização” deve-se tomar muito cuidado e reservas, no sentido de que seu uso indiscriminado pode sugerir a ideia de que se há civilização, há também barbárie, no entanto, não é bem assim.

Referências

ABREU, Capistrano de. **Os Bacaeris. Estudos e Ensaio**s. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3a. Série, 2a. Edição, p. 155-97, 1976.

BOAS, Franz. **Arte Primitiva**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

COELHO, Vera Penteadó (Org.). **Karl von den Steinen: Um século de antropologia no Xingu**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1993.

MACHADO, Lourdes Santos. **Jean-Jacques Rousseau Do Contrato Social Ensaio sobre a origem das línguas**. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

PASSETTI, Dorothea Voegeli. **Lévi-Strauss, antropologia e arte: minúsculo – incomensurável**. São Paulo: EDUSP, EDUC, 2008.

Política pública: conceitos, tipos e fases

Wesley Hanzabro Gomes de Watanabe¹⁴⁰

Resumo: O objetivo deste estudo é apresentar os diferentes conceitos de política pública de acordo com a visão de cada autor, explicitando que apesar de ser um conceito muito utilizado, não há um consenso entre os estudiosos da área sobre qual seria o conceito mais aplicável para definir política pública. O estudo também tem como objetivo apresentar os diferentes tipos de política pública e a sua sistematização através da criação de ciclos que dividem a política pública em fases. A metodologia do estudo tem propósito descritivo, adotou como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica para fazer a coleta de informações e fundamentou-se através da abordagem do institucionalismo histórico. A escolha do tema deste artigo se deu em razão de que o seu estudo é extremamente importante por estar relacionada nas mais diversas áreas do conhecimento e impactar diretamente a vida dos mais diferentes grupos da sociedade, independentemente do tipo de política pública implementado. Nesse sentido, a compreensão dos conceitos, tipos e fases de uma política pública são notórios por causarem impactos na vida da população como um todo.

Palavras-chave: Política pública; Tipologia; Ciclo de política pública.

Introdução

Com o aumento da complexidade das relações sociais cada vez mais é necessário estabelecer algum mecanismo que tem como objetivo o enfrentamento de determinado problema de ordem pública e a quebra do *status quo*. É através da política pública que esses problemas tendem a ser resolvidos. O estudo acerca da política pública como uma ciência autônoma fora das ciências políticas vem ganhando cada vez mais notoriedade com a elevação dos problemas socioeconômicos apresentados nas mais diferentes áreas da sociedade ao longo das últimas décadas.

O presente artigo discute o conceito de política pública, destacando sua amplitude e complexidade de acordo com a visão de mundo das diferentes escolas e autores. O estudo tem como objetivo principal analisar os diferentes conceitos de políticas públicas, além de apresentar a sua separação por fases e tipos como uma forma de sistematizar a política pública dentro de um ciclo. O problema da pesquisa pode ser exposto da seguinte questão: o que é uma política pública?

Entender os conceitos de política pública é essencial em uma sociedade marcada pela dificuldade ao acesso à informação para determinadas classes da sociedade. A política pública como ciência autônoma é interdisciplinar e abrange diferentes áreas da sociedade como tela de

¹⁴⁰ Economista pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: Proinfo008@gmail.com.

estudo. O entendimento mais aprofundado do seu conceito, tipos e fases é extremamente importante para criar um arcabouço teórico capaz de explicar para a população em geral a importância deste tema para a sociedade. Sendo que uma política pública impacta diretamente a vida de diferentes classes sociais. Portanto, é muito importante entender como ocorre todo o seu processo desde a formulação da agenda da política pública até a sua implementação para a construção do processo de conscientização da população como um todo.

Em relação aos seus propósitos, o estudo é definido como descritivo e utilizou como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica para fazer a coleta de informações necessárias para maior aprofundamento acerca do problema estudado. O trabalho fundamentou-se no método histórico-institucional, pois é o método no qual busca entender como se dá a distribuição desigual do poder e dos recursos escassos através dos grupos que detém a hegemonia socioeconômica (HALL; TAYLOR, 2004).

O estudo está dividido em três partes, sendo a primeira parte a introdução, a segunda parte com o desenvolvimento do tema tratado no artigo e a última com as considerações finais acerca do resultado obtido com o estudo.

Desenvolvimento

O conceito de política pública é o núcleo central deste estudo. A definição de política pública ainda é dissonante como área do conhecimento, pois não há consenso sobre o termo política pública, segundo Rua e Romanini (2013). De acordo com Secchi (2013), uma definição única de política pública é abusiva, porque na literatura especializada não há uma definição do termo que seja aceita nas diferentes correntes do pensamento, no qual uma relativização do termo geraria questionamentos e distorções.

Nas últimas décadas a área das políticas públicas, voltaram a ser destaque devido ao aumento da complexidade das relações sociais e de produção. A política pública como área do conhecimento independente, surge nos Estados Unidos na primeira metade do século XX, dando destaque aos estudos sobre a conduta dos governos, de modo a romper com a visão europeia que mais se preocupava com a análise do Estado e suas instituições que na produção de Governos (SOUZA, 2006). Segundo Dias e Matos (2012), as políticas públicas adquirem status científico e uma maior autonomia fora da área das ciências políticas em meados do século XX nos Estados Unidos e Europa. Como apresentado por Souza (2006) e Dias e Matos (2012), a mudança de foco da política pública como área do conhecimento autônoma no início

do século XX para os estudos dos governos, surge com quatro grandes expoentes desta nova área.

De acordo com Souza (2006), a área de políticas públicas como área do conhecimento tem inicialmente quatro grandes expoentes: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom, e D. Easton. O trabalho de Laswell (1936) é pioneiro acerca dos estudos de políticas públicas e introduz o conceito de *policyanalysis* (análise de políticas públicas). Essas análises sobre políticas públicas buscam responder às seguintes questões: quem ganha, por que ganha e que diferença faz? O estudo de Simon (1957) apresenta o conceito de racionalidade limitada dos elaboradores de políticas públicas (*policymakers*).

O estudo de Lindblom (1959) questiona os princípios racionalistas de Laswell (1936) e Simon (1957) e propõem outras formas de formulação de políticas públicas como às relações de poder e as integrações entre as diversas formas do processo decisório. O trabalho de Easton (1965) tem elevado mérito ao definir a política pública como um sistema no qual há uma relação entre formulação, ambiente e resultados.

É inegável a importância desses quatro grandes expoentes americanos, mas é importante clarificar que a política pública como área independente, vem tendo os seus conceitos transformados devido às constantes mudanças nas relações sociais de produção, os autores posteriores aos quatro expoentes americanos, apresentam visões diferenciadas acerca de política pública. Para melhor compreensão sobre o que é de fato uma política pública, é preciso entender o conceito de público. O público é rotulado como aquilo que é o oposto do privado. O público é concebido como aquele domínio da atividade humana no qual é considerada fundamental a intervenção governamental para resolver problemas de ordem comum a vários grupos de uma sociedade, segundo Dias e Matos (2012).

Segundo Secchi (2013), os países com idiomas de origem latina têm dificuldades na diferenciação de determinados termos essenciais no estudo das ciências políticas e das políticas públicas. O termo “política” usado na língua portuguesa é empregado de forma distinta em relação à língua inglesa no qual é separado em *politics*, *policy* e *polity*.

O termo *politics* segundo Bobbio (2002, *apud* Secchi, 2013, p. 1) é relacionado à manutenção e obtenção dos meios necessários para exercer a dominação sobre o homem. O termo *policy* é relacionado com orientações explícitas para com decisões e ações políticas. A expressão política pública está diretamente ligada ao termo *policy*, pois as políticas públicas estão relacionadas ao conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas, e do movimento de concepção e execução dessas decisões (SECCHI, 2013). De acordo com Frey (2000), o termo

polity refere-se à ordem do sistema político, delineado pelo sistema jurídico e o esqueleto do sistema político-administrativo.

Embora os diferentes conceitos de políticas públicas não sejam aceitos com unanimidade, muitos autores descrevem o conceito de política pública de acordo com a sua visão de mundo. Em seguida são apresentados os diferentes conceitos de política pública de acordo com diferentes autores e as suas concepções teóricas.

De acordo com Dye (1984), política pública são ações que o governo decide se vai efetivar ou não. O conceito apresentado expõe que em determinadas situações um governo é omissivo quando decide não efetivar uma política pública de modo a resolver um problema público. Para Lynn (1980), política pública são ações governamentais que irão produzir determinados efeitos na sociedade. Já para Mead (1995) é a atuação do Governo em relação a questões e problemas públicos. Para Rodrigues (2010), política pública é o processo nos quais diferentes grupos da sociedade, tomam decisões para atender as necessidades da coletividade.

De acordo com Secchi (2013), toda política pública possui dois elementos indispensáveis: intencionalidade pública e respostas a um problema público. A política pública busca enfrentar e resolver algum problema público com a razão de elevar o bem-estar social à sociedade como um todo. Segundo Procopiuck (2013), o termo política pública geralmente tem contido um grande número de atividades legislativas e administrativas com o intuito de resolver problemas públicos reais.

Segundo Rua e Romanini (2013), para facilitar a análise das políticas públicas foram criadas diferentes tipologias. As tipologias são identificadas como ferramentas capazes de classificar as políticas públicas dentro de um determinado espectro. As tipologias de políticas públicas são maneiras de classificar os agentes, as instituições (estatais ou privadas), estilos e conteúdo dentro de um processo de decisão de uma política pública (SECCHI, 2013).

A identificação de uma política pública é essencial para que os analistas políticos identifiquem como vem sendo materializados e em quais níveis de eficiência vem sendo obtidos através dessas políticas públicas. Uma política pública é incapaz de existir ou ser identificada, sem que um sistema de agentes seja formado ao redor de uma temática com identidade determinada e com o objetivo de aclarar algum problema público (PROCOPIUCK, 2013). Para Sjöblom (1984), um problema existe quando o *status quo* é encarado como inadequado e quando há expectativa de uma realidade mais prospera.

Uma política pública é composta por determinados agentes, porém há divergências sobre a atuação de certos agentes na concepção de uma política pública. A escola estatista

elencar que as políticas públicas devam ser um monopólio de atores estatais, uma vez que qualquer política pública necessita ser elaborada por autoridades dotadas de competências legais e confiança moral. Em contraponto a abordagem estatista, a abordagem multicêntrica estabelece que uma política pública não deva ser um monopólio estatal. A formulação de uma política pública deve levar em consideração a atuação dos demais agentes da sociedade como: entidades privadas, organizações não governamentais, a sociedade organizada e outros (SECCHI, 2013).

De acordo com Rua e Romanini (2013) é importante diferenciar as políticas de Estado e as políticas de Governo. As políticas de Estado derivam-se de políticas mais permanentes e não se restringem ao período de exercício de determinado governo, são políticas consolidadas e necessitam de articulações entre as demais áreas setoriais de políticas públicas com o intuito de convergir aos desígnios do Estado. As políticas de governo podem ser temporárias, tendo a sua vigência somente dentro do período de mandato do governo formulador dessa política pública, esse tipo de política de governo não se converge em torno de finalidades comuns e uma possível mudança de governança pode dispersar determinada política pública. No quadro 1, é apresentado os diferentes tipos de políticas públicas

Quadro 1 - Tipos de políticas públicas

Os tipos de políticas públicas
Política social: saúde, educação, habitação, previdência social.
Políticamacroeconômica: fiscal, monetária cambial, industrial.
Política administrativa: democracia, descentralização, participação social.
Políticadespecífica ou setorial: meio ambiente, cultura, agrária direitos humanos.

Fonte: Elaborado pela autora partir de Dias e Matos (2012).

Dentro das tipologias de políticas públicas, existem os modelos de políticas públicas. No estudo em questão será dado ênfase nos modelos de Lowi (1964 e 1972) e Wilson (1973), devido a sua importância dentro dessa área de estudo.

O modelo de Lowi (1964 e 1972) é conhecido como a abordagem das “Arenas Políticas”, no qual a política pública é vista como a variável núcleo, apta a mobilizar os diferentes agentes da sociedade apoiado em uma avaliação *a priori* de como essa forma de política pública poderá afetar determinados interesses de diferentes grupos. Segundo Lowi

(1964 e 1972), as políticas públicas podem assumir quatro configurações: distributivas, redistributivas, regulatórias e constitucionais.

A política distributiva é baseada na alocação de bens e serviços a determinados grupos da sociedade, através de recursos vindos da coletividade. Os impactos gerados nesse tipo de política ficam mais concentrados em determinados segmentos da sociedade. As políticas redistributivas são aquelas que distribuem bens e serviços a determinados grupos da sociedade, com recursos provenientes de outros grupos dessa mesma sociedade. As políticas regulatórias são aquelas que determinam comportamentos e obrigações de diferentes grupos da sociedade. As políticas constitucionais são aquelas que dão forma aos procedimentos políticos, assim dando sustentação ao funcionamento do Governo.

Nessa abordagem, Lowi (1964 e 1972) explícita que os mais diversos grupos da sociedade têm demandas. Essas demandas são traduzidas em mudanças ou manutenção das situações no qual determinada sociedade está inserida.

Segundo Rua e Romanini (2013), as arenas políticas são padrões de interações entres os diversos grupos da sociedade envolvida em determinada política pública. Assim as arenas políticas são configuradas a partir de arranjos de sua preferência e expectativa em relação a ganhos e perdas de uma política pública. A abordagem das arenas políticas de Lowi causou uma mudança estrutural em relação à política (*politics*) e política pública (*policy*), no qual a política pública determina o funcionamento político (*politics*).

Outra abordagem de política pública é a de James Q. Wilson (1973), no qual leva como núcleo da problemática, a distribuição dos benefícios e os custos de uma política pública. Segundo Wilson (1973), as políticas públicas são divididas em: políticas clientistas; majoritárias; empreendedoras e de grupos de interesses.

A política clientista é abordada como aquela na qual os benefícios se encontram concentrados dentro de determinados grupos da sociedade, porém, os custos são pagos pela sociedade como um todo. Na política majoritária os benefícios e custos são divididos a toda coletividade. A política empreendedora propõe benefícios aos mais diversos grupos da sociedade e os custos ficam concentrados sobre certos grupos. A política de grupos de interesses elenca que os custos e benefícios de uma política pública estão concentrados em determinados grupos, assim esses grupos arcam com todos os custos enquanto outros desfrutam de todos os benefícios.

Segundo Muzzi (2014), as tipologias de Wilson (1973) e Lowi (1964 e 1972) se aproximam e se complementam, pois, trabalham acerca do critério da distribuição dos custos

e benefícios entre os diversos grupos da sociedade, sendo que Wilson (1973) complementou os estudos de Lowi (1964 e 1972). Apesar da importância das tipologias com a finalidade de facilitar a diferenciação dos diferentes tipos de políticas públicas, existem determinadas complicações na adoção da mesma, devido a certos problemas de classificação. Segundo Secchi (2013), apesar das tipologias facilitarem as definições dos tipos de políticas públicas, elas trazem algumas limitações ou restrições como:

- Reduccionismo exacerbado, deste modo as tipologias são acusadas de não espelhar a realidade;
- As tipologias têm dificuldades em alocar categorias analíticas em múltiplos conjuntos;
- As tipologias com base em variáveis qualitativas podem levar o pesquisador a desconsiderar determinadas particularidades deste tipo de variável.

Outro fator importante no estudo de políticas públicas é compreender os processos que uma política pública atravessa. Para Muzzi (2014), o processo de formação de uma política pública costuma ser analisado por meio de um ciclo de política pública. Segundo Secchi (2013), o processo de elaboração de uma política é conhecido como ciclo de política pública (*polycycle*). O ciclo de política pública é um modelo de análise que separa a política pública em diferentes fases de modo a formar uma sequência lógica (DIAS; MATOS, 2012). De acordo com Procopiuck (2013), o ciclo de política é um instrumento usado pelo *polymaker* para relatar como a política pública é concebida, executada e avaliada.

C. Jones (1970) em sua obra “*Introduction to the Study of Public Policy*” foi o primeiro estudioso da área a propor o uso dos ciclos de políticas públicas como um modelo de análise das etapas de uma política pública de forma racional e linear, sendo influência nos estudos sobre políticas públicas posteriores ao seu. O ciclo político de Jones (1970) foi dividido em cinco fases: definição da agenda (*agenda-setting*), formulação da política pública (*policy formulation*), tomada de decisão (*decision-making*), implementação da política pública (*policy implementation*) e a avaliação das políticas públicas (*policy evaluation*). Outros autores aprimoraram o ciclo de política econômica do pioneiro C. Jones (1970), na figura 1 é apresentado um modelo de ciclo de política pública elaborado por Secchi (2013) e posteriormente é explicada cada uma das sete etapas propostas pelo autor.

Figura 1 - Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Secchi (2013).

De acordo com Secchi (2013) um problema público é identificado quando a diferença entre o cenário atual e o cenário da realidade pública que se busca é discrepante ou há diferença entre o *status quo* e uma situação melhor. Para Sjoblom (1984), determinada situação é identificada como problema no momento em que afeta diferentes agentes da sociedade. Um problema público pode ser identificado por diferentes grupos que compõem a sociedade como: grupos políticos, administração pública, mídia, a sociedade civil organizada entre outros (FREY, 2000).

A formação da agenda para Secchi (2013) é um conjunto de problemas entendidos como importantes no qual pode tomar forma através de um programa de governo, estatuto partidário, planejamento orçamentário entre outros. De acordo com Frey (2000) na formação da agenda é o momento no qual se decide se um tema é efetivado e tratado ou não. Para Souza (2006), os governos definem as suas agendas através de três tipos de respostas: a primeira agrupa os problemas, a segunda focaliza como se constrói a consciência pública em relação a enfrentar um problema de ordem pública e a terceira classifica os atores envolvidos nessa política pública.

Terminado o processo de formação da agenda de uma política pública, iniciam-se os esforços para a formulação de alternativas. A formulação de soluções estabelece objetivos e estratégias das possíveis consequências das formulações de alternativas em função dos

custos e benefícios de cada alternativa (SECCHI, 2013). Para Silva *et al.* (2017) na etapa da formulação de alternativas são analisados métodos e estratégias visando à construção de modelos alternativos durante a fase de agenda de uma política pública.

A etapa da tomada de decisão representa o momento no qual os interesses dos agentes envolvidos são demonstrados e as intenções de resolução de um problema de ordem pública são definidas (SECCHI, 2013). A fase da implementação segundo Silva *et al.* (2017) é a fase no qual os agentes envolvidos na política pública implementam a política (*policy*). Nessa etapa os agentes envolvidos buscam maximizar os seus recursos escassos para o cumprimento da política pública de acordo com os objetivos estabelecidos na fase de agenda. Segundo Lima e D'Ascenzi (2013), o êxito da implementação de uma política pública depende da clareza dos objetivos projetados na etapa da agenda, deste modo é de suma importância que os *policymakers* tenham definidos *a priori* os possíveis resultados. Segundo Secchi (2013), a fase da implementação possibilita ver, por meio de modelos, os obstáculos e as possíveis falhas durante as etapas anteriores de um ciclo de política pública e recalcular o modelo.

Segundo Bartik e Bingham (1995), a fase de avaliação busca responder questões “quando” e “como” as políticas públicas funcionam ou funcionaram e se as mesmas precisam de melhorias, ampliações ou modificações. Para Resende (2014), a avaliação dos resultados está altamente correlacionada com as etapas iniciais do ciclo de política pública, pois os resultados obtidos na fase de avaliação servirão de base informativa com o objetivo de determinar se a política pública teve êxito ou necessita de mudança ou até mesmo precisa ser extinta. De acordo com Silva *et al.* (2017), a etapa de avaliação, busca mensurar os erros e acertos das políticas públicas executadas, além de analisar a eficácia, eficiência e a relação custo-benefício.

A etapa da extinção é a última fase do ciclo de política pública, no qual as políticas públicas adotadas chegam a um fim. Segundo Secchi (2013) a extinção de uma política pública acontece, pois, determinados tipos de política têm prazo de validade. Para Giuliani (2005), uma política pode ser extinta quando o problema que a deu origem é notado como resolvido.

Apesar das pequenas adaptações nas diferentes visões em relação ao ciclo de política pública, as fases de formulação, implementação e avaliação são comuns a todos. Nesse sentido, para Frey (2000), apesar da importância do ciclo político para o processo de resolução de um problema de ordem pública, o mesmo na prática não obtém toda a eficiência

esperada, por causa dos desvios que os atores político-administrativos têm em relação à ordem do ciclo. Determinados processos de uma política pública ocorrem de forma dinâmica no qual qualquer mudança em determinada variável do processo ocasiona diferentes respostas.

Embora o ciclo de política pública seja uma referência para diversos autores acerca do tema, o mesmo sofre severas críticas, pois usualmente não espelha a realidade de uma política pública. Para Couto (1998), as políticas públicas podem sofrer alterações ao longo do tempo e é fundamental ter em mente o caráter dinâmico que uma política pública tem ao longo de seu ciclo.

Souza (2006) vê a política pública como um ciclo formado por diferentes etapas e constituído por um processo dinâmico e de aprendizagem durante as fases do ciclo de uma política pública. Para Kingdon (1995), o modelo de ciclos de política pública adotado inicialmente por Jones (1970) tem erros sistemáticos, pois entende que o processo político não funciona de forma linear e racional e que a suposição que uma política pública segue uma ordem lógica é errônea.

Considerações finais

A política pública como área de conhecimento mais autônoma em relação à ciência política vem ganhando cada vez mais espaço nos estudos acadêmicos pelo seu caráter interdisciplinar e abrangente. Apesar de não existir um conceito único de política pública que seja aceito como unanimidade pelos estudiosos da área, o conceito mais aceito trata da atuação de agentes que tanto podem ser o governo, organizações privadas e a sociedade civil organizada no enfrentamento de um problema de ordem pública.

A divisão das políticas públicas através de tipologias veio como um importante instrumento de catalogação e diferenciação dos tipos de políticas, adequando cada política no seu devido espectro e buscando elevar a eficiência dos recursos produtivos escassos alocados nessa política. Junto com a separação das políticas públicas em tipologias, as mesmas foram sistematizadas em ciclos, a qual a política é dividida em etapas para poder ser mensurada cada estágio que a política tratada atravessa. A compreensão dos conceitos, tipos e fases de uma política pública são essenciais pela importância dessa área do conhecimento na vida dos mais diferentes grupos da sociedade, pois de alguma forma qualquer grupo da sociedade é diretamente impactado por alguma política pública.

Referências

- BARTIK, T.; BINGHAM, R. Can economic development programs be evaluated? **W. E. Upjohn Institute for Employment Research**, 1995. (Staff WorkingPapers, n. 95-29).
- BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- COUTO, C. G. A Longa Constituinte: reforma do Estado e fluidez institucional no Brasil. **DADOS**, Rio de Janeiro v.41, n.1, p. 51-86. 1998.
- DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos/Reinaldo Dias, Fernanda Matos. São Paulo: Atlas, 2012.
- DYE, T. R. **Understanding public policy**. EnglewoodCliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1972.
- EASTON, D. **A Framework for Political Analysis**. EnglewoodCliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1965.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 21, p. 211-259, jun 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>. Acesso em: 13 set. 2018.
- HALL, P.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- JONES, C. O. **An introduction to the study of public policy**. Belmont, California: Wudsworth, 1970.
- KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies**. New York: Addison-Wesley Longman, 1995.
- LASSWELL, H.D. **Politics**: Who GetsWhat, When, How. Cleveland: Meridian Books, 1936.
- LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000400006. Acesso em: 11 out. 2018.
- LINDBLOM, C. E. The Science ofMuddlingThrough. **Public Administration Review**, v.19, n. 4, p. 79-88. 1959. Disponível em: <https://faculty.washington.edu/mccurdy/SciencePolicy/Lindblom%20Muddling%20Through.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.
- LOWI, T. J. American business, publicpolicy, case studies, andpoliticaltheory. **World Politics**, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.
- LOWI, T. J. Four systems ofpolicy, politics, andchoice. **Public Administration Review**, v. 32, n. 4, p. 298-310, jul-ago., 1972.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Califórnia: Goodyear, 1980.

MEAD, L. M. Public Policy: vision, potential, limits. **Policy Currents**, n. 5, 1-4, 1995.

MUZZI, D. **Tipologia de políticas públicas: Uma Proposta de Extensão do Modelo de Lowi**. Dissertação (Mestrado em administração) – Escola de Gestão, Lisboa, 2014.

PROCOPIUCK, M. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

RESENDE, G. M. Introdução. In: RESENDE, G. M. (Ed.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 11-21.

RUA, M. das R.; ROMANINI, R. **Para aprender políticas públicas: conceitos e teorias**. Brasília: Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas, 2013. Disponível em: http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf. Acesso em: 25 set. 2018.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, A. G. F. da. et al. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/72132/41081>. Acesso em: 15 set. 2018.

SIMON, H. A. **Models of Man, Social and Rational: Mathematical Essays on Rational Human Behavior in a Social Setting**. 2. ed. New York: John Wiley and Sons, 1957.

SJÖBLOM, G. Problemi e soluzioni in politica. **Rivista Italiana di Scienza Politica**, v. 14, n. 1, p. 41-85, 1984.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20- 45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 12 set. 2018.

WILSON, J. Q. **Political Organizations**. New York: Basic Books, 1973.

Por que estudar história ambiental de vila boa (Cidade de Goiás)

Pedro Henrique Pereira
Pedro_henriquephp@hotmail.com

RESUMO: A cidade de Goiás, como o berço da sociedade goiana foi durante muitos anos a capital do estado, além de centro político e social no que definiu as relações da região durante os períodos da Colônia, Império e Primeira República. Entre as mais diferentes abordagens historiográficas acerca da história de Goiás, a história ambiental vem desempenhando nos últimos anos um papel de centralidade, com novas abordagens e métodos quanto à seleção e tratamento de fontes. Utilizando uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo diferentes diálogos entre as ciências sociais, e as contribuições das ciências naturais e ecológicas, a análise buscou proporcionar um olhar mais amplo, não se restringindo apenas aos fatores sociais e econômicos, mas tratando o Meio Ambiente, como o objeto principal, de onde todas as relações homem-natureza partem. A região de Goiás expressa atualmente elevados indicadores econômicos, onde se destaca a agropecuária. Estes indicadores também expressam a degradação ambiental causada por esta produção, portanto, para entendermos a relação homem-natureza, utilizaremos a história ambiental da antiga capital goiana, onde tomaremos a região como o marco dessa relação.

ABSTRACT: The city of Goiás as the cradle of the Goian society was for many years the capital of the state, as well as a political and social center in which it defines the relations of the region during the periods of the colony, empire and first republic. Among the most different historiographical approaches to the history of Goiás, the environmental history has played a central role in recent years, with new approaches and methods regarding the selection and treatment of sources. Using an interdisciplinary perspective, involving different dialogues between the social sciences and the analysis sought to provide a broader perspective, not only being restricted to social and economic factors, but treating the environment as the main object, from which all man-nature relations depart. The region of Goiás currently expresses high economic indicators, in which agriculture and cattle raising stand out. These indicators also express the environmental degradation caused by this production. Therefore, in order to understand the man-nature relationship, we will use the environmental history of the former capital of Goiás, where we will take the region as the framework for this relationship.

Palavras-chave: Cerrado; História Ambiental; Vila Boa.

INTRODUÇÃO

A história ambiental, ainda é uma corrente nova do campo historiográfico. O método propõe aos historiadores dessa disciplina, a capacidade de encontrar conceitos e enfoques úteis para estudar o papel da cultura no uso dos recursos, afinal, os recursos só se tornam recursos, em seu sentido estrito, quando são culturalmente identificados e avaliados (Drummond, 1991, p. 182).

Quando denotado o enfoque a análise da degradação ambiental é possível observar que a relação homem-natureza está diretamente ligada à relação homem-homem. A forma

com que uma sociedade se relaciona com os elementos naturais a sua volta, está diretamente conectada com seu histórico cultural, com suas tradições e seus laços político-econômicos. Ao aplicar essa análise para o foco regional goiano faz-se clara a relação da degradação com as práticas econômicas da região.

A degradação do Cerrado goiano se inicia com ações de agricultura, pecuária extensiva e da mineração, e é cada vez mais intensificada pelo processo crescente de urbanização. A relação do goiano com a cultura sertaneja – uma das bases da criação do estado – enraizou essas práticas que permanecem como uma importante base da economia do estado ainda nos dias atuais. A globalização e o aumento da demanda do capital visam à alta produção da manufatura no estado tornando a relação homem-natureza uma relação de exploração e degradação.

A economia goiana situa-se atualmente como um dos mais importantes colaboradores da União que contribuem para o PIB nacional, justificado pela alta produção de gêneros alimentícios do setor da agropecuária, além de excelentes números que expressam o peso da exportação internacional, tendo como um dos principais aliados, a China. Ao passarmos por essa história, logo notamos que no caso da ocupação da região de Goiás pelos bandeirantes, o fator determinante para a ocorrência desse evento na época referida, se ateuve à descoberta do ouro encontrado nas margens dos rios, o chamado ouro de aluvião.

Prejuízos ao solo são causados pela plantação constante, o uso de agrotóxicos e a poluição dos lençóis freáticos, e os desvios dos cursos dos rios para irrigação estão entre as principais alterações da paisagem natural. No que se tange ao específico da cidade de Goiás, uma das maiores produtoras de gado do estado, as consequências são, na atualidade, devastadoras. A cidade enfrenta anualmente na época da seca, uma forte crise hídrica. A drenagem do Rio Bacalhau, o principal manancial abastecedor da cidade, não suporta todas as atividades que devem ser supridas em sua demanda, assim enfrenta anualmente um dos maiores crimes ambientais, a morte do rio.

Na cidade de Goiás, o uso do solo tem sido em boa parte, destinado à pastagem, o que denota o alto teor de ação da pecuária extensiva. Para a prática da pastagem, a área do Cerrado nativo é desmatada brutalmente, abrindo espaço para os campos de criação do gado. A partir do mapa abaixo é possível observar o uso e ocupação do solo da cidade de Goiás na atualidade, mostrando os tipos de uso, bem como as principais drenagens que existem no município.

Como apresentado no mapa, o uso para a pastagem chega a superar a área do Cerrado no município. A cultura anual – produção agrícola de manufaturas de cana de açúcar e soja – ainda ocupa um espaço não tão significativo, bem como o perímetro urbano da cidade, que ainda não possui grande expressividade. O desmatamento para a formação das áreas de pastagem tem sido um dos grandes marcos da degradação ambiental da cidade de Goiás na atualidade.

Partindo dessa breve análise, destaca-se a emergência do estudo de uma história ambiental sobre a região. É importante a busca pela compreensão das origens dessa relação homem-natureza, pautados na presença do homem branco como fio condutor de novas práticas que mesclam culturas e tradições de diferentes povos, como o indígena e o negro, as raízes da sociedade goiana que podem explicar as práticas de degradação da atualidade.

O estudo da história ambiental enquanto disciplina recente vem tomando nos últimos anos, desde a década de 70, grande espaço dentro das discussões ecológicas da sociedade e da cultura humana (DRUMMOND, 1991) e em diferentes maneiras de enxergar o objeto. Desse modo, a disciplina propôs aos cientistas sociais a superação de seus paradigmas e a incorporar variáveis naturais ao seu repertório legítimo de pesquisa.

De acordo com Drummond, a história ambiental enquanto praticada, é uma reação a essa pressão de ajustar os ponteiros dos relógios dos dois tempos, o geológico (ou natural) e o social, tratando-se de colocar a “sociedade na natureza”. Este método trata-se de uma mudança séria de paradigma nas ciências sociais. Significa que o cientista social, o historiador dá às “forças da natureza” um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura. Como diz o referido autor, o estudo ambiental não propõe um determinismo natural unilateral, a cultura humana age sobre o meio físico-material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos.

Fonte: SIEG/IBGE
Cartografia Digital: SILVA, D.J.M

Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas
Av. Juscelino Kubitschek, 146 - Jundiá - Anápolis-GO. CEP 75.110-390. Fone: (62) 3328-1128
Página do SEPE: <http://www.sepe.ccseh.ueg.br/> Anais disponíveis em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/sepe>

características ambientais da região estudada, seu clima, a fauna e a flora e seus elementos naturais. Assim buscamos o auxílio do método da história ambiental para compreender os fatores determinantes para a sua ocupação do Cerrado. A partir da descoberta dos motivos da presença humana há 12 mil anos no Cerrado, os motivos da ocupação no século XVIII, pode-se ser possível compreendermos a atualidade, em questão.

José Augusto Drummond, um dos principais historiadores ambientais do Brasil traça algumas características metodológicas e analíticas que ajudam o historiador a encontrar enfoques úteis para sua pesquisa. A primeira delas se refere que todas as análises focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural. No caso desta pesquisa, o recorte territorial se refere à Vila Boa, atual cidade de Goiás, fundada as margens do Rio Vermelho. Seu recorte cultural e político da região estudada refere-se à mineração aurífera no século XVIII já que a vila foi a primeira a ser fundada na região em função da mineração aurífera em um contexto nacional na qual o Brasil ainda se encontrava como colônia de Portugal.

Uma segunda característica é o diálogo sistemático com outras disciplinas, ou seja, a interdisciplinaridade é fundamental para a análise ambiental.

[...] o diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais – inclusive as aplicadas – pertinentes ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas. Nessa tradição humanista das ciências sociais, inclusive da história regional. Usam textos básicos e avançados de geologia (inclusive solos e hidrologia), geomorfologia, climatologia, meteorologia, biologia vegetal e animal e ecologia (a ciência da interação entre os seres vivos e entre eles e os elementos inertes do ambiente). A agronomia e as engenharias florestal e de minas (...). Os estudos da biologia humana e de doenças de plantas, animais e humanos também comparecem (DRUMMOND, 1991 p. 182).

Dessa forma, o historiador ambiental depende das ciências naturais, para compreender o funcionamento dos ecossistemas para avaliar com correção o papel das sociedades humanas dentro delas, os limites da ação humana e a potencialidade de superação cultural desses limites, portanto, as ciências naturais podem ser também parte do próprio objeto de estudo, como manifestações culturais que ajudam a entender os padrões de uso dos recursos naturais (DRUMMOND, 1991).

De acordo com este autor, um terceiro traço da história ambiental é explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas. Através dessa perspectiva, podemos observar que as diferentes ocupações que ocorreram na região da Cidade de Goiás se deram através da busca

por recursos naturais, a priori, por populações que buscavam melhores condições de vida, alimentos e abrigo. Destaca-se que o metal que será determinante para a ocupação no século XVIII não representava para os autóctones o mesmo sentido que o homem branco, então este recurso antes deste período poderia ser classificado como inútil. A partir da mineração aurífera e toda a migração demográfica a partir dela e através dela, outro recurso na qual não será dado tanto destaque e que assumirá determinada importância após o esgotamento da produção do ouro, será as gramíneas, uma espécie grama muito comum em algumas regiões do Cerrado, que será essencial para a criação de gado, uma pastagem natural. Atualmente através de avanços técnicos visando à alta produção, há diversas alternativas para o alimento bovino, entretanto, as condições naturais da região favoreceram o que podemos chamar de alvorecer desse setor econômico, criando as bases para uma economia regional pautada nesse gênero.

A quarta e quinta características sugeridas por este autor se referem às qualidades das fontes utilizadas pelo historiador, podendo ser utilizados as fontes tradicionais da história econômica e social como inventários de recursos naturais, impressas, leis e documentos governamentais, demográficos, crônicas e relatos de viajantes e por fim, o trabalho de campo.

A OCUPAÇÃO DE GOIÁS DENTRO DOS PARÂMETROS AMBIENTAIS

A Cidade de Goiás, que outrora fora chamada de Vila Boa em seu período mais reluzente, representou para a região centro oeste um papel de centralidade secular no que define as relações políticas, econômicas e territoriais da colônia portuguesa. Fascinados pela descoberta do ouro no local, um povoamento fora estabelecido nas premissas do enriquecimento aurífero, inspirado no arquétipo do maior exemplo da mineração da época, Minas Gerais. A busca pelo recurso natural, produto da terra cobiçado pelos homens do Velho Mundo, motivou a maior migração demográfica da época para a região, lugar este, ocupado há séculos por diversas etnias indígenas. Longe de generalizar ou mesmo de cunhar uma relação pacífica entre estes povos e a natureza, a chegada dos bandeirantes estabelece um marco no período setecentista no que se refere às relações entre homem e natureza. Um período marcado pelo desconhecimento da terra, ou propriamente dito, o Cerrado representa ainda que o imaginário europeu das riquezas do Novo Mundo ainda vivia dois séculos após a sua chegada, retrato das motivações que levaram os portugueses aos dispêndios da colonização.

Atentando-se que o processo de ocupação humana do Cerrado se deu através de várias migrações, a primeira se realizapor volta de 12.000 anos atrás, por grupos de caçadores e coletores. No caso do continente americano, essa chegada se deu mais tardiamente do que se compararmos com o continente europeu e africano, locais onde foram encontrados os primeiros hominídeos e antecessores do homo sapiens. Diante disso, a não descoberta de fósseis mais antigos que o homo sapiens na região e as teorias da sua chegada através de diversos processos durante milênios permitiram que a fauna e a flora desenvolvessem no continente durante muito tempo sem a interferência humana. Plantas e animais disputavam territórios, as alterações do ecossistema e da paisagem eram causadas naturalmente pelas mudanças climáticas, possibilitando o desenvolvimento de grandes espécies de animais terrestres, como as preguiças gigantes, tatus, felinos, camelídeos e entre outros, na qual a sua extinção se correlaciona com o período da chegada dos humanos, podendo ser então as primeiras mudanças naturais causadas pela espécie.

Podemos perceber que entre as mais diversas teorias que procuram justificar a chegada do homo sapiens ao continente americano, as mais plausíveis concentram-se em torno de cismas entre grupos que procuravam melhores condições de sobrevivência, isto inclui clima e alimentação, ou seja, recursos naturais, na qual foram atribuídos valores significativos que determinaram a continuidade da espécie nesta região, originando-se posteriormente os processos de domesticação de várias plantas e animais, até os costumes culturais e tradicionais complexos das sociedades indígenas, nesta região representado pelos Goyazes, Carajás, Avá- Canoeiros e assim por diante.

O desenvolvimento das diversas etnias indígenas em Goiás iniciou-se através da adaptação dos seus descendentes vindos da Ásia e Oceania que se estabeleceram na região sem nenhum conhecimento do vasto continente, ecologicamente diversificado e habitado por plantas e animais incomuns, ocasionando em um longo período de ajustamento aos moldes da própria natureza, tomando conhecimento do que podemos chamar de recursos úteis e inúteis para sua sobrevivência, fator importante que contribuiu para os diferentes estilos civilizatórios dessas sociedades, não somente na região goiana, mas em todo continente, em que pode ser observada a relevância dos fatores climáticos para as interações sociais entre o homem e a natureza e a construção do seu habitar.

Durante um longo período da história humana, as sociedades que aqui se instalaram, desenvolveram-se de acordo com as qualidades climáticas e as características do solo, vegetação e fauna, o que gerou a esses povos um florescer civilizatório bastante distinto do

que os europeus, por exemplo, estavam acostumados, seja ela na domesticação de animais e plantas, o uso de determinados recursos como o metal, à maneira enquanto se organizavam politicamente e socialmente, inclusive suas moradias e vestimentas, a religião e em destaque nesta pesquisa, sua relação técnica e cultural com a natureza, seus costumes, práticas e o conhecimento de suas características. No século XVIII, os bandeirantes e sertanistas, frente ao desconhecimento da terra, em uma troca de saberes mútua, despertaram um ao outro o sabor do conhecimento prático e útil, para os indígenas, representado com os facões e machados e para os homens brancos, os parâmetros da colonização exploratória.

A chegada dos portugueses ao Brasil é comumente marcada no ano de 1500, entretanto, as características de colonização desse povo, são conhecidas como colonização caranguejo, pois durante muito tempo tratou-se de ocupar somente a região litorânea do território, iniciando no Nordeste e dessa forma “descendo” até o Sudeste. Entre os muitos fatores que justificassem essa característica, algumas são o contingente necessário para o reconhecimento e ocupação efetiva do centro-oeste e talvez a mais lógica para a época, o redesenho e as demarcações dos territórios descobertos que pertenciam à Espanha e Portugal através do Tratado de Tordesilhas.

No final do século XVI a procura por índios e existência de Ouro em Goiás promoveram numerosas bandeiras que penetraram as terras goianas, ou seja, a busca por mão-de-obra e a potencial riqueza¹⁴¹. Quando Bartolomeu Bueno da Silva Filho adentrou a região em 1722 havia encontrado sinais de gado que pastavam livremente vindos da Bahia e região, dessa forma, nas bordas de Goiás e Tocantins a pecuária antecedia a mineração¹⁴².

Em 1726, após meses de viagem, Bartolomeu Bueno Filho fundou a região da Serra Dourada, às margens do Rio Vermelho, o Arraial de Sant'Anna, que se tornaria mais tarde Vila Boa, um pequeno entreposto localizado no limite do Tratado de Tordesilhas, mas que durante algumas décadas contribuiria maciçamente à receita do Império Português.

Em toda a região de Goiás, os vários arraiais que aqui surgiram foram estabelecidos às margens dos rios, como também foi o caso de Meia Ponte, onde foram encontradas jazidas de ouro na região dos Pirineus. A abundância de rios foi um prático instrumento de penetração da região, facilitou a entrada e a permanência do pequeno aglomerado de homens que aqui se instalaram até a transformação em cidades. As cidades estabelecidas às margens

¹⁴¹ CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da "decadência" aos limites da "modernidade". Goiânia: Ed. da UFG. Ed. da UCG. 1997. p. 27.

¹⁴² Citação Bertran.

dos rios devido à mineração e a praticidade de cumprir as necessidades básicas na qual a água oferece resultou em um centro urbano onde desde muito cedo se estabeleceu uma relação íntima com este recurso, à priori pelo seu valor econômico, o ouro e na mesma medida, sua sobrevivência para as mais diversas funções, matar a sede, o plantio de alguns gêneros agrícolas importados que adaptaram-se bem devido à fertilidade oferecida pelos rios e à medida em que crescia, a relação técnica também era aprimorada, com a criação de canais e desvios do curso natural do rio, encanamento, águas para as fontes, criação de animais e também lazer.

Os anos que se seguem, serão dedicadas à intensa produção mineradora, através de um decreto real, ordens de El Rei, todos os homens que para aqui viessem, deveriam trabalhar na mineração, o que deixou outros setores econômicos de subsistência, como a agricultura e a pecuária. Estes fatores são interessantes para entendermos o modo de vida dessa sociedade, ocupada prioritariamente por homens, a qual sua maioria era composta por escravos negros. A extração do metal era a base da economia da região, em duas décadas Goiás se tornou independente da Capitania de São Paulo, e à medida que o ouro era extraído, passando por todas as questões burocráticas que envolviam o registro do que era produzida, e a casa de fundição, ele era expelido da região rumo ao litoral, onde seria transportado para Portugal.

Parte do ouro que era produzido foi investido em Vila Boa, na construção de pontes, a casa de fundição, prédios públicos e chafariz, sucedendo a aparência de arraial e adquirindo traços urbanísticos inspirados no modelo colonial, com estilo barroco e trazendo alterações significativas para a paisagem local. Veja bem, surgiu nesta região, localizada no centro da colônia, afastada das demais regiões mais populosas, construções que contrapunham a realidade do que significava habitação, principalmente para os povos indígenas. Entretanto, mesmo com essa nova perspectiva urbanística, a realidade da região ainda mesclava aspectos regionais, pois os edifícios não eram tão altos como as construções em Salvador ou Rio de Janeiro, por exemplo, mas representam um modelo de adaptação único para a região, onde podemos supor que vários fatores foram decisivos para isso, como a disposição de recursos e investimentos, a necessidade em contraste com a realidade, e também a adaptação do sertanista à terra, e uma breve inspiração nas aldeias indígenas para a sua moradia.

Já no final do século XVIII a produção aurífera é reduzida, e seu valor de extração decai até se tornar inviável, medidas drásticas foram tomadas para continuar o alto nível de produção. O ouro de aluvião escorria das montanhas para os ribeirões, formando lâminas de ouro em pó, que recompunha em poucos anos, dessa forma é justificado a intensa extração de

ouro nos anos iniciais de ocupação da região, pois durante milhares de anos, durante um lento processo geológico, o ouro acumulava-se nos cascalhos dos rios proporcionando a surpreendente taxa de produção nesses primeiros anos mineração. O ritmo realizado, tomando como pressuposto as taxas crescentes da produção aurífera impressionavam nos valores, e interessava principalmente à metrópole, através dos dízimos e impostos estabelecidos. Aos primeiros alardes da redução do ouro gerou a busca por medidas drásticas para que fosse mantido pelo menos o mínimo da receita da capitania, ainda mais por que os impostos não foram reduzidos ao sinal da queda da produção, havia suspeitas e rumores de extravio do ouro e também de corrupção na capitania, o que durante muito tempo demandou trabalho e homens a mando do rei para averiguar e garantir sua salubridade.

As medidas tomadas interferiam nas condições físicas e naturais da paisagem, mais precisamente dos rios e ribeirões onde o ouro era encontrado. Houve assoreamento das encostas dos ribeirões, causada pela exploração das encostas dos ribeirões, o desmatamento, a lama e a areia contribuíram para uma nova camada de entulho sobre o ouro, inviabilizando a mineração e deixando-o totalmente inacessível. Com a situação da escassez do ouro de aluvião e de encosta, os garimpos encontraram reservas auríferas em pedreiras repletas de ouro, em Vila Boa se tornou famosa a riqueza da reserva do morro de São Gonçalo e da serra Dourada¹⁴³. Devido à escassez de água causada pelas poucas chuvas, à técnica se colocou em favor do homem contra a natureza, através da construção de açudes que serviam para desvio das águas e bicames (construções de madeiras) suspensos sobre os rios, além de diversas outras maneiras de adução da água com o propósito minerador. As alterações e impactos ambientais causados pela busca de ouro já são suspeitos de vários desastres ambientais e casos de preocupação de saúde pública em Vila Boa, alguns desses momentos são as enchentes do Rio Vermelho, ocorridas durante o século XVIII e XIX, na qual o volume fluviométrico ultrapassou a capacidade ocasionando na destruição de pontes e de parte significativa do perímetro urbano da cidade, além do grande número de ocorrências de debilidade mental e defeitos de má formação congênita, em locais de antiga mineração intensiva.

Apesar das conseguíntes tentativas, a produção aurífera continuou a diminuir, e o mesmo fator que foi determinante para a migração para a região, também foi a responsável pelo seu êxodo. Grande parte dos garimpeiros e comerciantes partiram da região, e a

¹⁴³ Citação Bertran, 'Desastres ambientais na capitania de Goiás'.

capitania, elevada a posição de província após a chegada da família real ao Brasil, irá economicamente passar de peça importante da receita colonial para uma das províncias que mais despendiam de ajuda do governo para reverter seu estado econômico.

Tanto no XVIII como no XIX, a província foi visitada por inúmeros viajantes estrangeiros, como Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau. Esses naturalistas fizeram registros e catalogação de várias plantas e animais do Cerrado, além de contribuírem para um conhecimento sistemático sobre a região, também escreveram relatos na qual colaboraram para um diagnóstico de decadência econômica que permitiu que muitos após estes, utilizassem dessa retórica ao tratar a região de forma geral, salvo apenas as qualidades ambientais da região. Não somente os estrangeiros, mas também presidentes de províncias reproduziram esse discurso, muitas vezes ao clamar por auxílio do governo na tentativa de reverter este cenário, que além de assumir a fala entre os letrados, também formou um imaginário na época entre a população, que também será descrita por esses viajantes como povo ocioso, indiferente ao trabalho e também preguiçosos.

Este período na historiografia regional de Goiás buscou nos últimos anos superar esse imaginário de decadência, principalmente se olharmos a outros sentidos, sem ser diretamente ou propriamente o econômico, nota-se que o tempo não parou que a região e o dito isolamento, acusado de ser o principal fator do estado econômico, se torna no século XX posição estratégica e privilegiada nas relações comerciais em âmbito nacional, e através da análise desses eventos, auxiliada pela história ambiental, nota-se como a própria característica do Cerrado, se tornou a principal ferramenta para o sucesso econômico moderno.

O ECOSISTEMA

O Cerrado como mostrarei adiante, possui uma grande diversidade na fauna e flora, assim como as condições geofísicas do solo e principalmente o sistema hídrico. O mundo como conhecemos hoje, partiu de diversas transformações atmosféricas e drásticas mudanças climáticas consolidando alguns biomas e mudando outros. Como diz Altair Salles, era a aurora de uma nova época geológica conhecida como Holoceno. A fauna nativa era constituída por grandes animais, como elefantes, tatus e preguiças gigantes, como também o tigre dente-de-sabre e ao lado dessa fauna, também coabitavam animais de médio e pequeno porte, e insetos, alguns que inclusive sobrevivem até hoje. O Cerrado, já era lar dessas

espécies e nesta paisagem, onde os rios já se desenhavam através das mudanças oceânicas, os primeiros seres humanos chegavam ao interior da América do Sul.

Altair Sales (2014) em sua obra construiu uma narrativa ecológica sobre a ocupação do Cerrado, descrevendo de maneira belíssima e destaque inclusive a importância de sua leitura, no que se refere a uma verdadeira visão do paraíso ao tratar a chegada do primeiro grupo de homens que aqui chegaram, se impressionando com as águas límpidas de um pequeno córrego, até notarem que este se conecta a um rio, próximo de uma cachoeira, ao mesmo passo que se depara com pequenos animais herbívoros se alimentando das gramíneas enquanto estavam sob o olhar de seus predadores carnívoros.

Nos campos, os homens que já carregavam as experiências de caça, se deliciavam com os animais e também com a possível facilidade de caça-los, uma vez que estes desconheciam a espécie humana. Nos rios e ribeirões, as abundâncias dos peixes garantiram o alimento desse pequeno núcleo que aqui se formava, enquanto nas vastidões dos cerrados e cerradões podiam se fartar com uma enorme variedade de frutos comestíveis.

Na perspectiva da história ambiental e para este artigo, o entendimento da formação dos hábitos sociais dessas primeiras sociedades é importante para compreendermos sua relação com a natureza, isto é, o ambiente à sua volta, determinou a relação desta espécie enquanto mais uma entre outras que aqui se estabeleceram, e a partir do clima, solo, hidrologia, fauna e flora, ou seja, as condições naturais de certa forma garantiram os parâmetros para o alvorecer e crescimento dos homens até os indígenas e também as transformações e trocas culturais e sociais entre diversos povos, já no século XVIII com os brancos e os negros africanos, que formaram a sociedade atual, mesclada e com contribuições diversas.

De acordo com (MASCARENHAS 2008), o bioma Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, ocupando uma área de aproximadamente 2.045.064,8 km², cobrindo além da Região Centro-Oeste, partes das regiões Sudeste, Nordeste e Norte do Brasil, cobrindo 24% do território nacional, sendo que seis das oito mais importantes bacias hidrográficas do Brasil tem suas origens no Cerrado (WATZEN, 2006), destacando-se a Bacia Araguaia-Tocantins e as bacias do Paraná-Paraguai e Rio São Francisco.

A vegetação e o clima únicos da região são bastante característicos do bioma Cerrado, onde a vegetação está adaptada a longos períodos de estiagem e um clima de estações bem definidas, que permitem durante o ano um período seco e outro chuvoso, onde a

maior parte do tempo é seca, salvo os meses de outubro a abril quando começa o período de chuva.

As características das formas fisionômicas do Cerrado dependem de três aspectos:

- 1) Fertilidade e o correlacionado teor de alumínio (mais alumínio, menos fertilidade);
- 2) A profundidade do solo;
- 3) O grau de duração de saturação da camada superficial ou superficial do solo.

As fitofisionomias do Cerrado são classificadas de acordo com EITEN (1972) como:

- Cerradão: composto de árvores de grande porte, com estranho arbóreo geralmente entre 10 e 12 metros, com cobertura fechada ou semiaberta;
- Cerrado ou Cerrado em sentido estrito, apresentando dois estratos: um arborescente, que pode atingir até 6 metros, e um estrato baixo bem desenvolvido, formado por gramíneas, subarbustos e algumas erva;
- Campo cerrado: forma mais pobre em nível estrutural e florístico, onde os indivíduos do estrato arborescente são mais esparsos, menores e retorcidos, com estrato baixo mais destacado;
- Campo sujo: constituído por um estrato herbáceo bem desenvolvido, composto principalmente de gramíneas, onde se distribuem maneira mais esparsa, alguns arbustos e pequenas árvores;
- Campo limpo: composto por um único estrato, constituído principalmente por gramíneas.

Como já apresentado previamente, o ponto específico do recorte de Cerrado que é aqui tratado é a cidade de Goiás, com um foco no Rio Vermelho. A bacia do Rio Vermelho situa-se inteiramente dentro do município de Goiás, possui área aproximada de 111,6 Km², e suas nascentes mais distantes estão situadas à 17km da cidade. A geologia da bacia do Rio Vermelho é marcada pela presença de litologias que datam do Arqueano/Proterozóico¹⁴⁴, submetidos a vários ciclos tectônicos e metamórficos. 68% da formação rochosa são compostas por escudos cristalinos impermeáveis, compostos em sua maioria de rochas ígneas de derramamento basáltico e quartzitos, micaxistos, e rochas vulcânicas metabásicas/metaultrabásicas. Portanto, o município de Goiás está situado em três grandes

¹⁴⁴ Era geológica iniciada há 2,5 bilhões de anos que durou até 542 milhões de anos atrás.

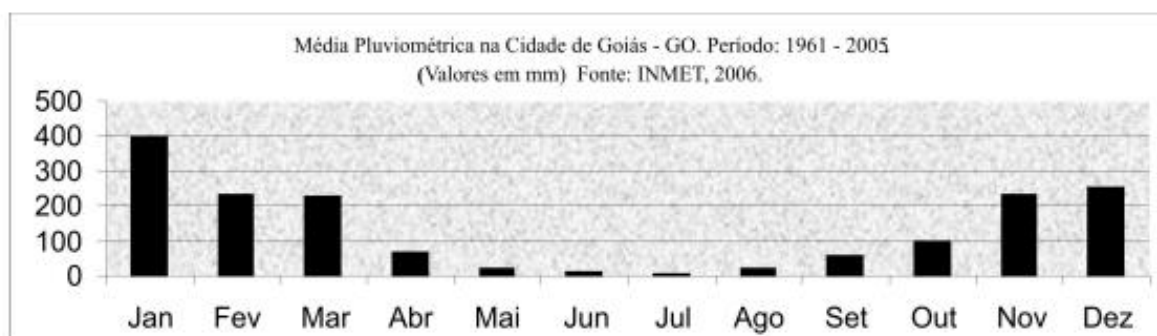
conjuntos rochosos, ou domínios morfoestruturais, estas condições do solo caracterizam a forma da Bacia do Rio Vermelho. O “Índice de Circularidade” é um parâmetro importante para entendermos o tempo necessário para que ocorra a concentração d’água dos pontos mais distantes em um mesmo lugar. De modo geral, quanto mais a morfologia geral da bacia tender ao arredondamento, maior será sua chance de ocorrer enchentes.

Para tanto, calcula-se que a relação entre a área da bacia e a área do círculo de mesmo perímetro, o que implica num índice de circularidade de aproximadamente 0,85, considerado muito elevado, já que o valor máximo é 1 para bacias totalmente circulares. Esses dados apontam pelo fato de a Alta bacia do Rio Vermelho ser mais sujeito à ocorrência de enchentes.

Têm-se registros que as enchentes da Cidade de Goiás ocorrem desde o século XVIII. O que os estudos recentes têm demonstrado, é que a geografia do local favorece as enchentes, mas o fator determinante dessa ocorrência é a própria construção da Urbe. O centro urbano, edificado próximo às margens do Rio Vermelho, localizadas na parte baixa da região, e que devido ao volume das chuvas e o curso do rio que passa por corredores estreitos antes de chegarem à cidade, aumentam a velocidade da água e quando esta chega tentando seguir seu curso natural, a cidade não consegue suportar o volume, devido às alterações do seu curso, além do presente assoreamento e acaba ocorrendo às inundações.

Como ressalta (OLIVEIRA, 2014) foram atribuídas às enchentes várias representações distintas no decorrer dos anos, desde 1782, quando uma enchente levou três pontes e alguns prédios onde foram atribuídos sentidos místicos, muito provavelmente pelo imaginário da época e a falta de conhecimento, até a mais recente, de 2001 que destruiu grande parte do centro histórico após uma enchente devastadora. Neste mesmo período grandes veículos de comunicação denunciaram a tragédia como interferência humana, entretanto, as enchentes são naturais da região, associados com a construção imprópria da cidade além das contribuições humanas que alteraram a paisagem original, ocasionam essas enchentes.

Figura 1: Volume pluviométrico da Cidade de Goiás.



A tabela mostra os períodos do ano em que chove na Cidade de Goiás, se iniciando em outubro até abril. Todas as grandes enchentes ocorridas na cidade que foram trabalhadas por (OLIVEIRA, 2014) ocorreram nos meses de maiores volumes pluviométricos, começando por 1782, em 9 de janeiro; 1839, dia 19 de fevereiro e por fim, 2001, em 31 de dezembro. As datas demonstram que embora vários sentidos fossem atribuídos às enchentes, o mistério ainda estava a cerca do desconhecimento das características geográficas do local, e em relação à construção da vila em 1726, data comumente marcada como sua fundação é em abril, e ao notarmos nesta tabela, o volume de chuva neste mês é expressivamente mais baixo do que entre novembro e março, dessa forma, com o conhecimento da região na época, e a pouca chuva neste período, no que se refere a fundação da urbe naquele local, não era possível saber sobre as enchentes e a capacidade de inundação, pois não chovia no referido período.

CONCLUSÃO

A partir da presente análise foi possível o início de uma identificação das mudanças que a sociedade vem imprimindo na natureza, alterando sua dinâmica. Na medida em que a sociedade evolui também se desenvolvem padrões simbólicos sobre e a partir de suas relações com a natureza. O desenvolvimento tecnológico provoca mudanças no ritmo da relação homem-natureza, e essa relação com o desenrolar da história tem se apresentado de constante exploração dos elementos naturais, sendo transformados em recursos para a lógica capitalista. Do imaginário popular fenomenológico do passado, a natureza transita de ligação mística para ligação econômica e o uso desenfreado dos recursos, ligado a uma lógica imediatista tem denotado grandes consequências em função da degradação ambiental na atualidade.

Através da análise das sociedades humanas tendo como olhar o meio ambiente a sua volta, nota-se que a mesma se desenvolve a partir dos recursos disponíveis na sua região, e que por sua vez, esta possui um papel de centralidade determinante nos processos de formação social. Os recursos estão presentes no meio ambiente muito antes da chegada dos homens, sendo denominado então como elementos, matéria, o próprio sentido de recursos são quando os mesmos possuem de alguma forma, uma utilidade para o homem, e esta utilidade, assim como a transformação de elementos em recursos, se dá através dos avanços do desenvolvimento técnico, isto nota-se através da própria perspectiva da água.

O sentido da água é apenas uma pequena parte de um sistema social que envolve por pelo menos dois principais sujeitos, a água e o homem. O ser humano se relaciona com água como ser humano, ser racional e através disso o ser humano constrói um discurso sobre ela, a água é um sujeito que participa tanto quanto o ser humano na construção dos sentidos, dessa maneira ninguém isoladamente atribui sentido a água, ela tem seu próprio sentido. O que vai dizer a relação entre os homens e a água é a relação técnica e cultural.

O rio por sua vez, nesta pesquisa, o Rio Vermelho, assume um papel dentro dos recursos naturais disponíveis em Vila Boa, de extrema importância, pois os valores e sentidos atribuídos a ela estão presentes em quase todos os níveis e aspectos característicos da sociedade que lá vive isso está presente e perceptível desde sua ocupação, alias, reiterando, em todos os processos de ocupação desde a chegada do homem há 12 mil anos, como instrumento de penetração e permanência há 500 anos, e como recurso capaz de reverter e tornar propício a plantação em um solo que durante muitos anos fora considerado inapto à agricultura.

Durante muitos anos, os recursos disponíveis na região foram suficientes para a sobrevivência das sociedades que se desenvolveram ou que aqui se instalaram antes da chegada dos europeus. O que podemos notar e aqui confirmado, é que o ouro foi o fator determinante para que este povo se instalasse aqui, e após o esgotamento, consequência de uma mineração predatória, como aponta Bertran, a província como um todo, será esvaziada, ou seja, o propósito predominante que havia se tornado escasso justificava inclusive a permanência na região, e a migração demográfica para Goiás só ocorrerá novamente no século XX através de inúmeros projetos estatais motivando a ocupação da região para fins agropecuários, após novos meios de transportes e da correção do solo.

Referência bibliográfica

BARBOSA, Altair Sales; SCHIMITZ, Pedro Ignácio; NETO, Antonio Teixeira; GOMES, Horieste. O piar da Juriti Pepena – narrativa ecológica da ocupação humana do cerrado. Goiânia: PUC-Goiás, 2014.

BERTRAN, Paulo. 1988. Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil. Brasília, CODEPLAN, Goiânia, Editora UCG, 140 p.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da "decadência" aos limites da "modernidade". Goiânia: Ed. da UFG. Ed. da UCG. 1997.

EITEN, G. The cerrado vegetation of Brazil, 1972. In: SENSORIAMENTO REMOTO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE E PROTEÇÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DA COBERTURA VEGETAL REMANESCENTE NA BACIA DO RIO ARAGUAIA: Luciane Mascarenhas 14p. 2008.

GANEM, Roseli Senna; DRUMMOND, José Augusto; & FRANCO, José Luiz de Andrade Franco. Ocupação Humana e Impactos Ambientais no Bioma Cerrado: Dos Bandeirantes à Política dos Biocombustíveis. In: BRASIL, Vanessa Maria & GANDARA, Gercinair Silvério. Cidades, Rios e Patrimônio: Memórias e Identidades Beiradeiras. Goiânia: PUC-Goiás, 2010, p. 171-188.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'ana. História de Goiás. 5. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1989.

ROCHA, Pinto Bonnet; FERREIRA, Barbara Guimarães; LAERTE, Carneiro Lobo Fabio, *Relações entre qualidade da água e uso do solo em Goiás: uma análise à escala da bacia hidrográfica*. Revista Árvore [online] 2008, 32 (marzo-abril), Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=48813383014>> ISSN 0100-6762.

ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. Revista do Departamento de Geografia. n.8, p. 63-74. 1994.

SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; MELO, Marcelo de. (Organizadores). Territórios, cidades e cultura no cerrado – Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012. p. 108.

Uma reflexão ambiental sobre o Cerrado goiano frente à sua ocupação econômica

Carlos Alberto da Costa¹⁴⁵
Poliene Soares dos Santos Bicalho¹⁴⁶
Josana de Castro Peixoto¹⁴⁷

Resumo: O presente artigo parte de uma breve reflexão bibliográfica sobre o Cerrado, especialmente o goiano, frente à sua ocupação econômica proporcionada e incentivada pelo próprio Estado, e seus consequentes danos ambientais. Para tanto, buscou-se as contribuições de autores que abordam a temática, tais como Ribeiro e Walter (2008), Barbosa (1996), Moraes (2002), Vainer (1989), Gonçalves Neto (1997), Galindo e Santos (1995) e Thomé (2015), entre outros. Assim, observou-se que o Estado implementou políticas públicas que atendiam os seus interesses políticos e econômicos, não se importando com a exploração desordenada do Cerrado, colocando-o frente a uma violenta degradação, que pode comprometer a sobrevivência das populações locais sejam a médio ou a longo prazo.

Palavras-chave: Cerrado, Políticas Públicas, Exploração.

Introdução

A problemática do meio ambiente tem sido cada vez mais presente no cotidiano social, sobretudo por que cada vez mais se tem experimentado os efeitos de longos séculos de ataques e desrespeito, praticados pela própria sociedade e o Estado, à natureza e àqueles grupos sociais que dela dependem mais diretamente. Apesar dessa experimentação na própria pele, a atenção devida ao meio ambiente ainda não tem sido, de fato, capaz de produzir mudanças suficientes para iniciar um processo de reversão das consequências danosas de tantos anos de exploração.

No Brasil, apesar do esforço por parte do Estado, no âmbito legal, de realizar esse trabalho, é possível perceber que muitas de suas ações são eivadas de interesses, não em prol da coletividade, sobretudo daquelas populações que retiram sua subsistência e que possuem

¹⁴⁵ Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Professor da Faculdade Evangélica de Goianésia/GO (FACEG). E-mail: professorcarlosalberto2010@gmail.com

¹⁴⁶ Doutora em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Atualmente está vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Realizou estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). E-mail: poliene.soares@gmail.com

¹⁴⁷ Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Docente na Universidade Estadual de Goiás - UEG e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG) e no Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA. Brasil. E-mail: josana.peixoto@gmail.com

uma relação identitária com o ambiente, mas atendendo a grupos privilegiados que visam interesses muito particulares.

O Cerrado é considerado uma savana, ambiente de múltipla diversidade, estratégico à manutenção da vida não apenas da nação, da vida global, mas, sobretudo, daquelas populações que o habitam diretamente. Muitas dessas populações, como é o caso das tradicionais – indígenas, assentados, quilombolas e agricultores familiares – são dependentes diretos e de primeira ordem desse bioma, pois dele retiram quase todas as condições de sobrevivência, além de possuírem uma relação de significação com o território e com o ambiente. Nesse sentido, busca-se refletir sobre a ocupação do Cerrado goiano, principalmente incentivada e proporcionada pelo próprio Estado para fins econômicos, questão essa que norteará o desenvolvimento do presente artigo.

Desenvolvimento

O bioma Cerrado é, em extensão territorial, o segundo maior do Brasil, sendo que o maior bioma brasileiro ainda é a Amazônia. Possui áreas contínuas que abrangem os estados de Goiás, Tocantins e o Distrito Federal. Esse bioma possui vegetação que apresenta fitofisionomias que englobam formações florestais, savânicas e campestres, o que reflete a grande diversidade vegetacional existente nesse bioma (RIBEIRO; WALTER, 2008).

Localizado no Planalto Central do Brasil, ocupa, segundo Ribeiro e Walter (2008, p. 156), 2.000.000 km², o que representa cerca de 23% do território brasileiro. Por outro lado, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua página oficial na *Internet*, afirma ser 2.036.448 de km², ou seja, 23,9% do território brasileiro é ocupado por esse bioma. Em uma simples comparação dos números apresentados por Ribeiro e Walter e os oficiais do Estado, observa-se uma ligeira diferença, sendo que os dados do Estado são superiores, dessa forma, há a tendência de ignorar a diferença apresentada.

No entanto, não se pode esquecer que as políticas públicas voltadas para a preservação do Cerrado se darão tomando como ponto de partida os dados oficiais apresentados pelo Estado. Essa questão pode, assim, induzir à ingênua conclusão de que o Cerrado brasileiro, em extensão, está preservado, intacto à redução provocada pela ação humana ao longo do tempo, ponto esse que será logo a frente retomado. Assim, segundo concebe Ribeiro e Walter (2008, p. 160),

“Cerrado” é uma palavra de origem espanhola que significa fechado. Este termo buscou traduzir a característica geral da vegetação arbustivo-arbórea que ocorre na formação savânica, tendo sido referido por Martius já no início do século 19.

Deste modo, seguem os autores afirmando que o emprego do termo cerrado evoluiu, de modo que atualmente existem três acepções gerais de uso corrente, e que devem ser diferenciadas. Numa primeiro sentido, o termo Cerrado é mais abrangente, referindo-se ao bioma predominante no Brasil Central, que deve ser escrita com a inicial maiúscula (Cerrado). Numa segunda acepção, “Cerrado sentido amplo “(*lato sensu*), reúne diferentes formações e tipos de vegetação do bioma. E, por fim, na terceira acepção do termo, “Cerrado sentido restrito” (*stricto sensu*), designa um dos tipos fitofisionômicos que ocorrem na formação savânica, definida pela composição florística e pela fisionomia, considerando tanto a estrutura quanto as formas de crescimento dominantes (RIBEIRO, WALTER, 2008, p. 161-1623).

Deste modo, Cerrado é uma savana tropical, ou seja, um bioma em que árvores e arbustos coexistem com a vegetação rasteira formada, principalmente, por gramíneas. Constitui-se, sobretudo, em um mosaico de diferentes tipos de vegetação, reflexo de sua heterogeneidade espacial, resultante da diversidade de climas, solos e topografia existentes nessa extensa região (NASCIMENTO, 2002, p. 48-50).

Essa diversidade, nas atuais conjunturas, tem sido fundamental para a manutenção das populações que no Cerrado vivem, sejam elas as comunidades tradicionais ou a sociedade técnico-industrial que nela se desenvolveu historicamente. O fato é que o Cerrado, segundo afirma Barbosa (1996, p. 12), desde a pré-história brasileira, exerce um papel fundamental na vida das populações, as quais desenvolveram importantes processos culturais que moldaram estilos de sociedade bem definidas. A exemplo disso, o autor faz referência aos processos culturais indígenas, que, apesar de usufruírem de toda a diversidade apresentada pelo Cerrado, provocaram pouca modificação à fisionomia sociocultural desse ambiente.

Essa diversidade fisionômica do Cerrado é sintetizada por Ribeiro e Walter da seguinte maneira:

A vegetação do bioma Cerrado apresenta fisionomias que englobam formações florestais, savânicas e campestres. Em sentido fisionômico, floresta representa áreas com predominância de espécies arbóreas, onde há formação de dossel, contínuo ou descontínuo. O termo savana refere-se a áreas com árvores e arbustos espalhados sobre um estrato gramíneo, sem a formação de dossel contínuo. Já o termo campo designa áreas com predomínio de espécies herbáceas e algumas arbustivas, faltando árvores na paisagem (RIBEIRO, WALTER, 2008, p. 156).

É inegável a grande complexidade fitofisinômica do Cerrado. Neto, Gomes e Barbosa (2005, p. 143) asseveram no sentido de que as características do Cerrado não são as mesmas para todos os lugares, sofrendo, inclusive, influência do clima. Pois, nas regiões mais úmidas, a vegetação desenvolve-se mais, atingindo, às vezes, o porte de cerradões mais densos, onde as árvores e arbustos predominam sobre as gramíneas. Já nas regiões mais secas, dominam os cerradinhos.

Além do Cerrado ser palco de uma grande diversidade biológica de muita importância, também constitui a “cumeeira do País e também da América Latina, pois distribuem significativas quantidades de água que alimentam as principais bacias hidrográficas do continente” (NASCIMENTO, 2002, p. 47). O Cerrado exerce um papel muito relevante nas boas condições de sobrevivência da vasta população que nele habita, devendo ser melhor observado, sobretudo, pelos seus ocupantes, os quais usufruem diretamente de sua biodiversidade. Barbosa (1996, p. 12) indaga no sentido de que “o caráter da biodiversidade, elemento marcante da ecologia dos cerrados, não recebe a importância merecida e, nem sequer pode ser compreendida em seus aspectos fundamentais.”

No entanto, o que tem ocorrido é que o bioma do Cerrado, no contexto da globalização e mundialização da economia, está sofrendo violento processo de impactos ambientais em termos de degradação e destruição de significativos ecossistemas do território do país (GOMES, NETO, BARBOSA, 2005, p. 144). Isso tem ocorrido, principalmente pelos vários usos desse bioma, sobretudo decorrentes de projetos de expansão do capital.

Nos anos 1930, com a chegada de Getúlio Vargas no poder, inicia-se a materialização do interesse do Estado em construir uma nação, visando, sobretudo, a integração regional. Segundo Moraes, citado por Heidrich (2002, p. 124), Vargas define a brasilidade como o somatório das culturas regionais do país, concepção que estimula um surto de construção de identidades e de criação de tradições em diferentes partes do território nacional, como a estratégia mesma de alocação das elites locais no projeto de construção do Brasil moderno.

Dá-se início, assim, à famigerada Marcha para o Oeste, que visava, sobretudo, a ocupação do território nacional, por meio de uma nova colonização. Desta forma, a colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza tal expansão, implicando apropriação da terra e a submissão das populações autóctones defrontadas (MOARES, 2002, p. 112).

O país era visto como constituído, essencialmente, por um enorme espaço vazio. E a construção da nacionalidade, nas regiões, implicava na ocupação e, por consequência, valorização do território (VAINER, 1989, p. 12). Objetivando dinamizar a atividade produtiva dessas regiões, o Estado lança mão das políticas públicas, como é o caso do PÓLOCENTRO, a seguir abordado. Desta forma, o Estado, sobretudo por intermédio de sua ação planejadora, centralizando as decisões e determinando o ritmo e a direção da expansão do capital, acaba por se tornar uma espécie de grande condutor do processo de desenvolvimento nacional (GONÇALVES NETO, 1997, p. 142).

Vargas, visando concretizar seu intento de construção nacional, implementa as primeiras políticas públicas, como é o caso da criação das Colônias Agrícolas, a exemplo da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), em Ceres, na década de 1940. Porém, são nos anos seguintes que as políticas públicas vão se concretizar, visando o desenvolvimento nacional a partir da dinamização produtiva das várias regiões, sobretudo no bioma Cerrado.

O Estado, a partir dessas medidas, desconsiderou a prática econômica, social e cultural dos vários povos que habitavam esses territórios, sejam eles indígenas, ribeirinhos, camponeses ou posseiros. Cada localidade possuía sua própria lógica econômica, social e cultural, e o fato de esses grupos não verem a terra como mercadoria não significa que os mesmos não praticavam atividade econômica. É por isso que Vainer e Araújo afirmam que a questão regional expressa a existência de relações de colonialismo ou imperialismo internos (VAINER, ARAÚJO, 1992, p. 19).

Desta forma, o território conhece grandes mudanças em função de acréscimos técnicos que renovam a sua materialidade, como resultado e condição, ao mesmo tempo, dos processos econômicos e sociais em curso (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 55). Ou seja, o Estado passa a realizar grandes investimentos visando a dinamização produtiva, afinal, os espaços estavam vazios e agora precisavam ser produtivos, ou pelo menos serem inseridos na produtividade esperada pelo capital.

Desde o fim do século XVII até as primeiras décadas do século XX, o processo de ocupação do Centro-Oeste foi descontínuo, “nucleado” e espacialmente desarticulado. A região era considerada, até recentemente, da mesma forma que o Norte, um dos grandes “vazios nacionais”. Foi a partir da década de 1940 que o Estado passou a intervir decisivamente no processo de ocupação da região, que passou a experimentar um elevado crescimento econômico e populacional, baseado em decisivos estímulos governamentais (GALINDO, SANTOS, 1995, p. 158-159).

A atuação do Estado no território e, por consequência, na região, através dos principais programas e projetos, assume a seguinte configuração: programas objetivando a expansão agropecuária em áreas de Cerrado, com destaque maior para o PÓLOCENTRO, além do PROCEDER e PROFIR; e programas de apoio às ocupação agrícola comercial de novas áreas, enfatizando a colonização tanto pública atuando privada (GALINDO, SANTOS, 1995, p. 162).

Um outro programa foi o PROALCOOL, instituído no âmbito nacional, voltado para atender as necessidades de combustível automotivos, visava também a redução das disparidades regionais e pessoais de renda, além de expandir a renda interna via absorção de fatores produtivos, dentre eles a força de trabalho, em situação de desemprego ou subemprego. Em parceria com o governo japonês, criou-se o PROCEDER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), visando o fortalecimento dos cerrados com bases técnicas e gerenciais modernas.

Por fim, criou-se o PROFIR (Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação), com o objetivo de instituir uma moderna irrigação nas áreas do Cerrado. Além destes programas, foram criados alguns específicos para determinadas áreas do Centro-Oeste, como o PRODEPAN (Programas Especiais de Desenvolvimento do Pantanal) e o da Grande Dourados, PRODEGRAN; GEOECONÔMICO (Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília) e o PLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil (GALINDO, SANTOS, 1995, p. 160-164).

Todas essas políticas públicas que se materializaram em programas de investimentos, sobretudo, no Cerrado, e têm como escopo a concepção de que esse bioma era improdutivo. Ocorre que esse discurso de “espaço vazio” serviu de legitimador a atuação do Estado, que, de forma desenfreada, sem controle normativo, agiu escamoteando o Cerrado. A região do Cerrado apresenta um conjunto de condições naturais superpostas de forma complexa, o que tem favorecido sua utilização intensiva e o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Como é o caso da vegetação menos densa que a da floresta tropical úmida, podendo, dessa forma, ser facilmente removida para a criação de campos de culturas e pastagens plantadas (NASCIMENTO, 2002, p. 52).

Nesta perspectiva, sob o ponto de vista da economia agrária, o Cerrado representa um dos maiores domínios que o Brasil possui, quanto ao aproveitamento econômico (culturas do arroz, da soja, da cana-de-açúcar e da criação de gado) (GOMES, NETO, BARBOSA, 2002, p. 143). Uma vez que a lógica predominante tem sido a de enxergar nessas paisagens

apenas a consolidação de cenários voltados para a economia agropecuária, uma das principais fontes para a geração das riquezas econômicas de que o país tanto necessita (NASCIMENTO, 2002, p. 82). Sobre isso, Klink (*et al* 2008, p. 401) afirmam que:

Ao contrário da agricultura de pequena e grande escalas, que é praticada noutras regiões do País, a agricultura no Cerrado é de grande escala comercial, atualmente tecnificada e científica. Hoje o Cerrado é o maior produtor de grãos e carne do País, estando grande parte da produção direcionada para o mercado externo.

É por isso que se percebe não haver um interesse do Estado brasileiro em fixar normas mais rígidas e, por consequência, estabelecer um projeto não apenas fiscalizador para o Cerrado, em especial; pois, esse bioma ainda é visto como um importante gerador de riquezas. Não se tem em vista uma proteção voltada para preservar e garantir os direitos das populações locais, uma vez que, como já apresentado por Klink (*et al* 2008), a produção da pequena agricultura não é voltada para o grande mercado externo, mas, serve para a subsistência dessa população local.

Até meados da década de 1970 prevalece a visão utilitarista do meio ambiente, cenário que começa a ser modificado por uma série de fatores que contribuíram para a conscientização do ser humano sobre a necessidade de proteção do meio ambiente. Segundo o autor, movimentos populares em reação às tragédias ambientais no Japão, Europa e Estados Unidos se tornaram estopim para a elaboração dos primeiros princípios de proteção ambiental (THOMÉ, 2015, p. 117). É neste contexto, um pouco mais tardio, que o Brasil produz a nova Constituição Federal, que traz em seu bojo uma série de inserções que visam a proteção do meio ambiente, e que avança em relação às Constituições anteriores, que apenas abordavam os recursos naturais sob o enfoque utilitarista, e nunca protecionista (THOMÉ, 2015, p. 118).

Essa inovação constitucional se dá na forma de um capítulo específico para a tutela do meio ambiente, notadamente no artigo 225 e seus incisos. Apesar de o Cerrado ser reconhecido por sua biodiversidade, o Estado brasileiro acabou por ser omissor. A Constituição Federal de 1988 deixou de fora de sua tutela direta o Cerrado, como um bioma expressamente reconhecido; uma vez que no seu artigo 225, §4º, deixa expresso que a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira eram patrimônios nacionais, e que, por sua vez, sua utilização deveria se dar mediante autorização legal e na forma da lei.

Sobre isso, verifica-se que:

A Constituição utiliza o termo "patrimônio" no seu sentido mais amplo, determinando que o Poder Público zele pela proteção daqueles biomas que são considerados bens de uso comum de toda a coletividade, patrimônio de todos, e não apenas do Poder Público. Desta forma, os biomas relacionados no texto constitucional não devem ser considerados como pertencentes ao patrimônio disponível da União, mas sim como bens de interesse difuso cuja preservação é interesse de toda a coletividade, de forma indistinta (THOMÉ, 2015, p. 158).

Conclui-se então que, nada impede, na forma da lei, que esses biomas reconhecidos constitucionalmente sejam explorados, inclusive por particulares, já que não fazem parte dos bens da União. Assim, a questão do Cerrado torna-se mais delicada. Pois, se aqueles biomas, que estão no rol constitucional, podem ser explorados desde que autorizados por lei, o que será feito do Cerrado, que sequer consta naquele rol.

O grande dilema que envolve essa questão, do uso dos recursos naturais, é justamente a busca pelo equilíbrio. Na concepção de Klink (*et al* 2008, p. 401), “o desenvolvimento sustentável deve acontecer no cruzamento de duas dimensões importantes ou, mais especificamente, nas negociações (*trade offs*) entre o crescimento econômico e a conservação da biodiversidade”. É inegável a necessidade humana de retirar do meio ambiente os recursos necessários à sua sobrevivência, como exemplo, temos a água, que é indispensável para a vida humana. Quando se volta o olhar para as comunidades tradicionais, essa dependência dos recursos naturais torna-se ainda maior, tendo em vista que a sua relação sociocultural com o ambiente natural extrapola os limites daquilo que é concretamente visto.

Para tanto, o Estado concebe o meio para se alcançar esse equilíbrio, uma vez que:

A Carta Magna define ainda como competência do Poder Público o manejo ecológico das espécies e dos ecossistemas. Manejar significa administrar, dirigir, gerir. O manejo das espécies e dos ecossistemas consiste na gestão, pelo Poder Público, da biodiversidade, ou seja, da variabilidade de organismos vivos de todas as origens, inseridas aí as diferentes plantas, animais e microorganismos, os genes que os contêm, assim como os ecossistemas de que fazem parte (THOMÉ, 2015, p. 150)

Cumprido ressaltar que essa busca pelo manejo não é de forma alguma uma defesa dos interesses das populações locais que dependem da biodiversidade, mas, uma forma de garantir a exploração desses recursos, apesar de haver uma legislação em defesa daquele ambiente. O Cerrado não é tutelado diretamente pela Constituição Federal, apesar disso, várias mobilizações se dão neste sentido, visando a inclusão, no texto Constitucional, do bioma Cerrado.

Considerações finais

O Cerrado é um bioma de intensa e significativa biodiversidade, apesar disso, não foi apreendido e considerado o relevante o suficiente para que o Estado o incluísse no rol dos biomas reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. Apesar da sua omissão, o Estado viu o Cerrado como uma oportunidade de ampliar a produtividade, sobretudo a partir das políticas públicas de ocupação, que, na realidade, não proporciona uma real e irrestrita melhoria das condições de vida dos seus nativos. Pelo contrário, tem causado, sobretudo, muita preocupação, tendo em vista a questão da exploração desenfreada e irrestrita dessa biodiversidade, que, acima de tudo, proporciona os meios necessários para a manutenção de sua população dependente; além de ser o ambiente natural necessário à sobrevivência de todos.

Referências

BARBOSA, A. S.; NETO, A. T.; GOMES, H. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Goiânia: Editora da UFG, 2005. p. 137-166.

BARBOSA, A.S. **Sistema biogeográfico do Cerrado: alguns elementos para sua caracterização**. Goiânia: UCG/ITS, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

GALINDO, Osmil; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 157-194.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

KLINK, Carlos Augusto. et al. Conservação dos recursos naturais em terras privadas. O papel das reservas legais no arranjo funcional das paisagens produtivas do bioma Cerrado. In.: SANO, S. M; ALMEIDA, S. P; RIBEIRO, J. F. **Ecologia e flora**. Brasília: EMBRAPA, 2008. v. 1, p. 152-212

MORAES, Antônio Carlos R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

NASCIMENTO, M. A. L. do. O meio físico do Cerrado: Revisitando a produção teórica pioneira. In: ALMEIDA, Maria G. de (org). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA. 2002. p. 47-83.

RIBEIRO, J. F; WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do Bioma Cerrado. In.: SANO, S. M; ALMEIDA, S. P; RIBEIRO, J. F. **Ecologia e flora**. Brasília: EMBRAPA, 2008. v. 1, p. 152-212

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2015. v. 1.

VAINER, Carlos B. Da mobilização para o trabalho à política social – uma reflexão acerca da evolução das políticas de localização da população. **Cadernos PUR/UEFJ**, Rio de Janeiro: PUR/UFRJ, Ano III, Nº 1, jan/abr 1989, p. 9-28.

A estratégia de análise de investimentos financeiros de renda fixa em instituições financeiras perante ao perfil do investidor

Maria Aparecida Borges¹⁴⁸

Yasmin Ferreira Cecote¹⁴⁹

Luiz Batista Alves¹⁵⁰

Resumo: Esta pesquisa tem por finalidade verificar aspectos mais relevantes e mostrar o processo de análise de investimentos financeiros dos ativos de renda fixa que as instituições financeiras utilizam. Para orientar os clientes durante a tomada de decisão de acordo com o perfil do investidor é necessário conhecer o perfil de cada cliente e seu grau de conhecimento sobre os ativos. A análise comportamental pode ser influenciada pelos fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos na decisão final. No que se refere desde a rentabilidade esperada observa-se o nível de risco total que ele está disposto a se envolver que pode ser verificado no exemplos dos ativos X e Y. Uma verificação de uma carteira de renda fixa disponibilizada pela XP também foi observada.

Palavras-chave: Instituição financeira, perfil do investidor, renda fixa.

Introdução

Pelo dinamismo do mercado financeiro, no qual propicia de forma ágil e facilitada a entrada de novos produtos constituídos de distintos formatos de investimentos, baseados na legislação em vigor e administrados pelas instituições financeiras, cria-se assim, um cenário com alto nível de concorrência, e para ter destaque neste mercado e se tornar mais atrativo tais instituições tem que criarem um processo mais eficiente de coleta de dados.

Para atingir a eficiência de seus processos, as instituições financeiras tem a necessidade de que suas informações sejam confiáveis, para que a tomada de decisão seja analisada para todos os cenários possíveis que influenciam na tomada de decisão e sobre a melhor forma e mais segura de investir para proporcionar um rendimento rentável.

A origem da problemática está na identificação do nível de conhecimento do investidor diante do processo de tomada de decisão na realização de investimento de renda fixa. Este artigo tem como objetivo geral saber quais os procedimentos e instrumentos que as

¹⁴⁸ Graduada em Administração de Empresas pela UniEvangélica – Centro Universitário de Anápolis e discente do curso de Ciências Econômicas do Campus Anápolis – UEG, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH), Anápolis – Goiás. E-mail: maria_borges22@hotmail.com.

¹⁴⁹ Graduada do curso de Ciências Econômicas do Campus Anápolis – UEG, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH), Anápolis – Goiás. E-mail: yasmincecote@gmail.com.

¹⁵⁰ Orientador deste trabalho. Docente e Pesquisador do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH), Anápolis – Goiás. E-mail: lb Alves@ueg.br.

instituições têm para sanar as dúvidas de seus clientes pessoa física, instruindo-os, para assim, facilitar o processo decisório na realização de um investimento de renda fixa, e identificando a importância desta análise de investimentos para as organizações financeiras.

A hipótese levantada neste estudo consiste na eficácia do sistema de atendimento ao investidor, tendo em vista que existe um órgão regulador das instituições que é a AMBIMA- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, cuja função é promover relações entre as instituições que atuam nos mercados financeiro e de capitais.

O levantamento inicial para o processo de análise dos investimentos realizados nas instituições consiste no intuito de identificar o perfil de cada cliente investidor, a análise do risco e da rentabilidade dos investimentos que mais se adequam ao perfil do cliente.

Referencial Teórico

A constante mudança do mercado financeiro, principalmente após a década de 90, apresentou um significativo crescimento e vem assumindo um espaço cada vez mais importante perante a economia e a sociedade. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

O diagnóstico do Perfil de Investidor do cliente tornou-se obrigatório em novembro de 2013, no momento que a Comissão de Valores Imobiliários – CVM expôs a instrução 539 que aborda sobre Análise de Perfil do Investidor – API. Verificando se o produto está adequado aos objetivos do investimento a ser realizado, se a situação financeira atual do cliente está compatível ao produto a ser negociado e se o investidor possui um conhecimento básico para entender os riscos que o produto proporciona. (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2019).

A verificação pode ser efetuada através de um questionário com mesmo nome API, que levanta as questões simples e importantes para auxiliar os colaboradores a identificar o produto/investimento mais interessante ao perfil do cliente. As informações colocadas nesse formulário são: Idade, conhecimento financeiro acerca do mercado, condição financeira que se encontra, valor que está disposto a realizar o investimento, prazo que pretende realizar a aplicação e se existe algum objetivo específico para a aplicação.

Segundo Kotler e Keller (2006, p. 172) “o comportamento de compra do consumidor é influenciado por fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos”. Sendo assim, é necessária a compreensão de como esses fatores desenham o cenário para que com base

nessas informações as instituições financeiras possam fazer uma formatação do perfil do investidor.

Kolter e Keller (2006, p.180) definem da seguinte maneira esses fatores: **Fatores culturais:** É tudo relacionado à cultura, subcultura e classe social que impacta no comportamento do investidor, sendo de suma importância e impactando na formação dos desejos pessoais e em consequente a forma de supri-los; **Fatores Sociais:** São os grupos de referência, família, ideologia, crença, papéis sociais e status; **Fatores Pessoais:** Formado pelas características pessoais, tais como: idade, sexo, ocupação, vida econômica e financeira, personalidade, autoimagem, estilo de vida e valores; **Fatores Psicológicos:** São estímulos e respostas dos indivíduos que levam à determinado comportamento, concretizando em “um conjunto de fatores psicológicos combinado a determinadas características do consumidor leva a processos de decisão e decisões de compra” (KOTLER; KELLER, 2006, p. 182).

Com o resultado obtido destas perguntas, pode-se fazer a identificação do perfil do investidor, sendo ele conservador que recomenda investir em Poupança, Tesouro Direto, CDB e LCI; moderado que corre algum risco, cerca de 30% coloca em ações, fundos imobiliários, fundos de ações e multimercados; agressivo que aceita correr um risco maior e geralmente são os mais jovens com intuito de garantir maiores retornos e costuma investir no mercado de ações, mercado futuro e negociação de moedas. (ASSAF NETO, 2003, p. 176)

Laranjeira (p. 2, 2000) mostra que a indústria bancária é bastante dinâmica e nas últimas duas décadas sofreu várias transformações. Essa transformação foi provocada pela globalização e pela desregulamentação do mercado, que em 1988 proporcionou às instituições bancárias a possibilidade de operarem com várias atividades financeiras, os chamados bancos múltiplos. Depois de 1994 houve grande investimento em tecnologia gerando novos serviços [...] todas essas mudanças provocaram o aumento da competitividade e melhoraram a prestação dos serviços no mercado financeiro, bem como permitiram o acesso de pessoal de baixa renda aos produtos bancários.

Para definição do perfil do investidor, afim de se obter a maximização do preço da ação, se faz necessário a compreensão dos conceitos de riscos e retornos concernentes a uma análise de investimento. Para Gitman (2004, p. 184), cada decisão tomada apresenta características próprias de risco e retorno, e a combinação singular delas exerce efeito sobre o investimento que será realizado. O risco pode ser visto em termos de ativos individuais ou como um conjunto de ativos. Contudo, em uma concepção simplória, o risco é a chance de perda financeira, nesse raciocínio, os ativos mais arriscados são aqueles que apresentam maior

chance de perda. Gitman (2010, p. 203) afirma que “risco é usado de forma intercambiável com incerteza em referência a variabilidade dos retornos associados a um determinado ativo”.

Retorno na concepção de Gitman (2010, p. 204) é o “ganho ou prejuízo total que se tem com um investimento ao longo de um determinado período de tempo”. Sua mensuração é através de distribuições de caixa durante o período somando com a variação de valor, expresso como porcentagem do valor do investimento no início do período.

A mensuração do risco é obtida pelo resultado do cálculo do desvio padrão, que é um indicador estatístico, mais comum de identificar o risco de um ativo, nele apresenta-se a dispersão em torno do valor esperado do retorno.

Metodologia

Para classificação da metodologia adotada neste artigo, toma-se como base a taxonomia apresentada por Vergara (2003), que qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa será exploratória e descritiva. Quanto aos meios, este artigo será bibliográfico e de estudo de caso, com a apresentação de uma carteira de renda fixa cuja as informações foram disponibilizadas pela corretora XP.

Métodos

Para o cálculo do retorno esperado por cada título, é importante fazer uma média ponderada dos retornos, partindo da fórmula em que Pr_j é a probabilidade do retorno, R_j é o retorno e $E(R_j)$ é o retorno esperado ou retorno ponderado.

$$E(R_j) = \sum_1^n Pr_j \cdot R_j \quad (1)$$

Da estatística, calcula-se a variância usando a seguinte fórmula em que R_j é a média dos retornos (ou o retorno esperado). Para cálculo do desvio padrão, é necessário apurar a raiz quadrada da variância.

$$Var(R_j) = \sum_1^n Pr_j \cdot (R_j - \bar{R}_j)^2 \quad (2)$$

Resultados e Discussões

Todo o processo de análise de investimentos financeiros realizado por quaisquer instituições tem como objetivo verificar o perfil de investidor de cada cliente, examinando algumas variáveis, tais como, o patrimônio líquido e ganho dos investimentos que mais se ajustem ao perfil do cliente e observando as previsões estatísticas desses investimentos com base no futuro econômico do país.

Há uma grande variedade de investimentos financeiros, mas cada um contém suas particularidades. Esses investimentos podem ser alterados de acordo com o risco total que é a soma dos riscos sistêmicos e não sistêmicos. Os riscos sistêmicos, são aqueles que afetam a economia em geral, como um colapso no sistema financeiro, grandes variações das taxas de juros e de câmbio ocasionados por uma instabilidade catastrófica em todo o sistema financeiro.

Já os riscos não sistemáticos, referem-se a uma única empresa ou setor específico, tais riscos podem ser minimizados através da diversificação de sua carteira, em contrapartida, não se pode adotar a mesma tática para os riscos sistêmicos, cuja oscilação de mercado é dependente da situação econômica atual e futura do país, e no caso de ações internacionais, da situação da economia global.

Optamos por considerar um exemplo para o cálculo do risco e do retorno de uma aplicação financeira. Imaginemos dois ativos X e Y que tenham as probabilidades de retorno que estão dispostas no quadro abaixo.

Quadro 1: Retorno e probabilidade dos ativos X e Y

ATIVO X		ATIVO Y	
Retorno	Probabilidade	Retorno	Probabilidade
7%	10%	-5%	20%
12%	30%	0%	30%
15%	40%	10%	40%
20%	20%	30%	10%

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na pesquisa realizada em Mercado financeiro Estácio (2015).

Os retornos esperados podem ser calculados da seguinte forma:

$$E(R_x) = (7\% \times 0,10) + (12\% \times 0,30) + (15\% \times 0,40) + (20\% \times 0,20) = 14,3\%$$

$$E(R_y) = (-5\% \times 0,20) + (0\% \times 0,30) + (10\% \times 0,40) + (30\% \times 0,10) = 6\%$$

Logo, o retorno médio do ativo X é maior do que o retorno médio do ativo Y. Além desse procedimento, é importante entender e perceber qual é o ativo mais arriscado. É necessário calcular o desvio padrão do retorno que é a raiz quadrada da variância do retorno de cada ativo.

Quadro 2: Demonstrativo de cálculo da variância e desvio padrão do ativo X

RX	PrX	(R _x - $\bar{R}_x$)	(R _x - $\bar{R}_x$) ²	Pr X (R _x - $\bar{R}_x$) ²
7%	10%	0,07-0,143= -0,073	0.005329	0.000533
12%	30%	-0,023	0.000529	0.000159
15%	40%	0,007	0.000049	0.000020
20%	20%	0,057	0.003249	0.000650
$\bar{R}_x = 14,3\%$			Var (R _x) = 0,1361 %	
			Desvio-padrão = 3,689%	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na pesquisa realizada em Mercado financeiro Estácio (2015).

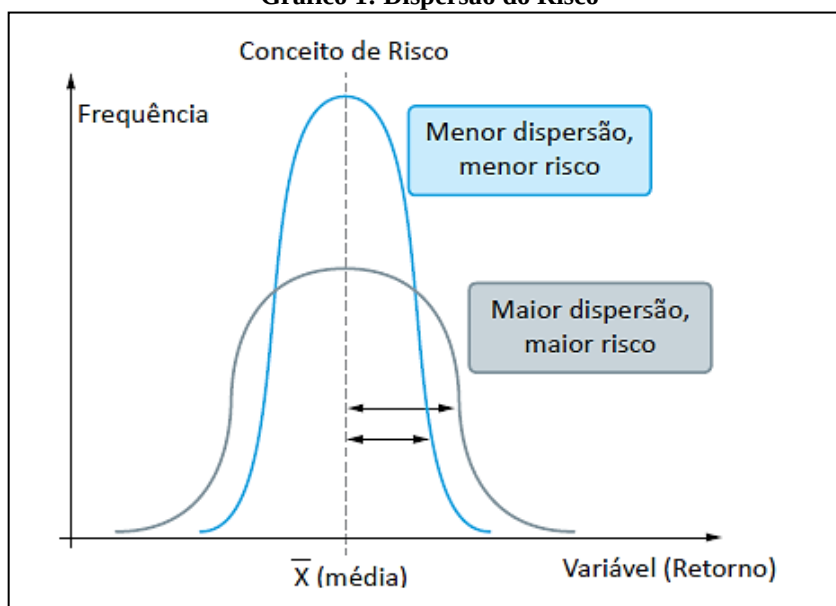
Quadro 3: Demonstrativo de cálculo da variância e desvio padrão do ativo Y

RY	PrY	(R _y - $\bar{R}_y$)	(R _y - $\bar{R}_y$) ²	Pr Y (R _y - $\bar{R}_y$) ²
-0,05	0,2	-0,11	0,0121	0,00242
0	0,3	-0,06	0,0036	0,00108
0,1	0,4	0,04	0,0016	0,00064
0,3	0,1	0,24	0,0576	0,00576
$\bar{R}_y = 6\%$			Var (R _y) = 0,99 %	
			Desvio-padrão = 9,95%	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na pesquisa realizada em Mercado financeiro Estácio (2015).

Assim sendo além de oferecer o menor retorno, o ativo Y ainda tem a maior intensidade de risco em comparação ao ativo X. Ou seja, o risco está associado a variabilidade em torno do retorno médio. Quanto maior a variabilidade (dispersão), maior será o risco, conforme indica o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Dispersão do Risco

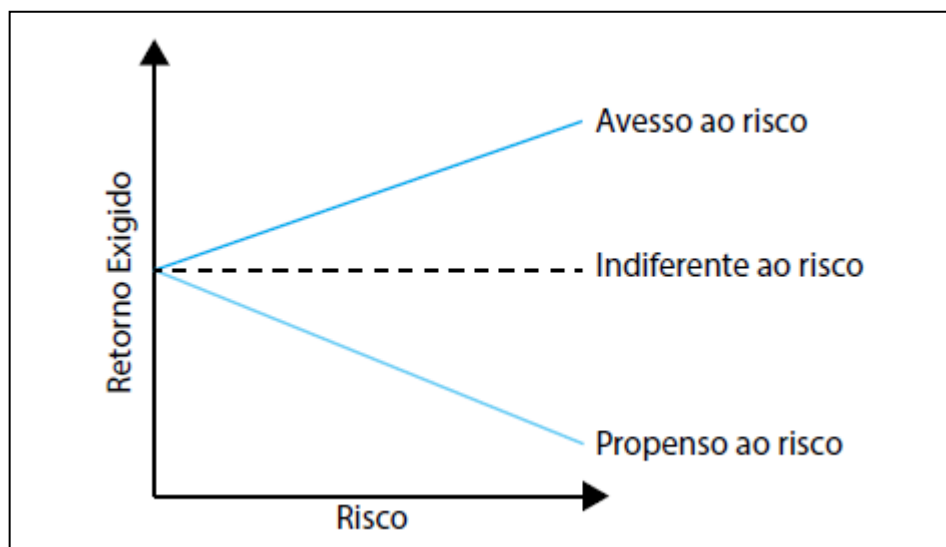


Fonte: Gitman, (2010, p. 123).

Vinculando risco e retorno com o comportamento do investidor e a teoria da preferência, junto à teoria de análise de riscos, podemos entender a percepção do risco com uma preferência de acordo com um nível gerencialmente aceitável de risco. Gitman (2010) indica que podemos ter três tipos básicos de comportamento em relação à preferência pelo risco do gestor: aversão ao risco, indiferente ao risco e propenso ao risco.

Indiferente ao risco é aquele em que o retorno exigido não muda se o risco aumentar de X para Y. Aversão ao risco é aquele em que o retorno exigido aumenta com o risco. Deve-se lembrar que a maioria dos acionistas é avessa ao risco, assim como os gestores, exigindo um aumento do retorno sobre seu investimento na empresa. Propenso ao risco é aquele em que o retorno exigido diminui com o aumento do risco. Teoricamente, são pessoas que gostam de risco e aceitam abrir mão de parte do retorno para aceitar mais riscos. Abaixo demonstramos graficamente os tipos de preferência de risco.

Gráfico 2: Retorno exigido



Fonte: Gitman, (2010, p. 124).

De acordo com o perfil do agente pode-se escolher mais ou menos riscos nas aplicações financeiras. Isso é importante para conseguir ter mais clareza dos investimentos que se pretende fazer.

Junto com a análise do risco, a metodologia utilizada é realizada por meio de um questionário, diante disso, verifica-se a necessidade de uma análise correta e precisa, uma vez que cada cliente possui um perfil que pode ser classificado como conservador, moderado e arrojado. A execução de uma análise incorreta do perfil do cliente e do investimento pode levar a um futuro prejuízo financeiro, pois as instituições conseguem destinar os recursos do investidor de acordo com os produtos que se adequam ao seu objetivo.

No entanto, existem muitas dificuldades na aplicação do formulário (API) por possuir uma linguagem muito formal, dificultando o entendimento dos clientes. Caso ocorra que o cliente não responda o questionário com informações verídicas e concretas, ele não poderá realizar as aplicações financeiras e, em consequente, não será informado das indicações de investimentos financeiros.

Portanto, o formulário só poderá ser respondido pelo próprio cliente, ou seja, outra pessoa não poderá fazer isso por ele, devendo então, ser respondido pessoalmente ou através da internet em aplicativo disponível pela instituição. Contudo, a principal dificuldade das instituições financeiras é o não interesse por parte do investidor de responder as questões solicitadas, principalmente os clientes com o perfil mais conservador.

O Banco Central do Brasil (2019) mostra que a caderneta de poupança é o investimento que tem maior popularidade no mercado brasileiro. Sendo que, as aplicações mais populares dentro do mercado financeiro são: Poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Recibo de Depósito Bancário (RDB) e os Fundos de Investimento. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

A divisão mais comum que existe no mercado financeiro considera as seguintes categorias para seus ativos de renda fixa:

- **Ativos de renda fixa no curto prazo:** esses ativos pagam juros pré ou pós-fixados conforme o valor definido. A grande maioria deles, no Brasil, contém vencimento em um ou poucos meses. São exemplos: cotas de fundos de renda fixa, títulos de curto prazo do governo federal (BBC, LFT, LTN etc.), poupança, *commercial papers*, CDB entre outros.
- **Ativos de renda fixa no longo prazo:** representados principalmente por títulos de dívida do governo e de empresas para prazos mais longos. São exemplos: debêntures, Notas do Tesouro Nacional, ações entre outros.

Os títulos públicos que são emitidos possuem uma rentabilidade fixa ou variável, de acordo com a forma de rentabilidade escolhida, o que os classificam como pós-fixados e pré-fixados.

A única exceção a essa regra de classificação seria no caso da venda antes do vencimento no mercado secundário, onde a rentabilidade pode variar. Por fixar um valor no momento da compra, o investidor pode ter uma perda de curto prazo no caso em que haja elevação dos juros. Desta forma, esse tipo de título é mais indicado para momentos em que se observa o fim de um ciclo de alta de juros, isto é, quando se aposta em uma queda desse indicador a partir do momento da aplicação.

Já nos títulos pós-fixados, não é possível saber exatamente a rentabilidade do investimento, pois eles dependem de fatores que ocorrem após o momento da aplicação. Esses ativos financeiros são interligados com indexadores, que são 29 utilizados para corrigir o valor ou a remuneração dos títulos.

Esses títulos públicos são considerados mais defensivos e conservadores, uma vez que eles acompanham as principais taxas da economia e refletem as condições do mercado. Porém, vale ressaltar que devido a esse tipo de rendimento a renda fixa possui um viés de ser

variável, pois ela varia de acordo com a flutuação dos juros que, por sua vez, é influenciada pelo mercado.

Possibilitando assim, arbitragem por meio dos investidores que desejam apostar contra ou a favor da tendência do mercado. Entretanto, devido ao fato do investidor já possuir conhecimento da porcentagem de retorno do investimento, esse título que contém a característica desta remuneração é considerado como sendo de renda fixa.

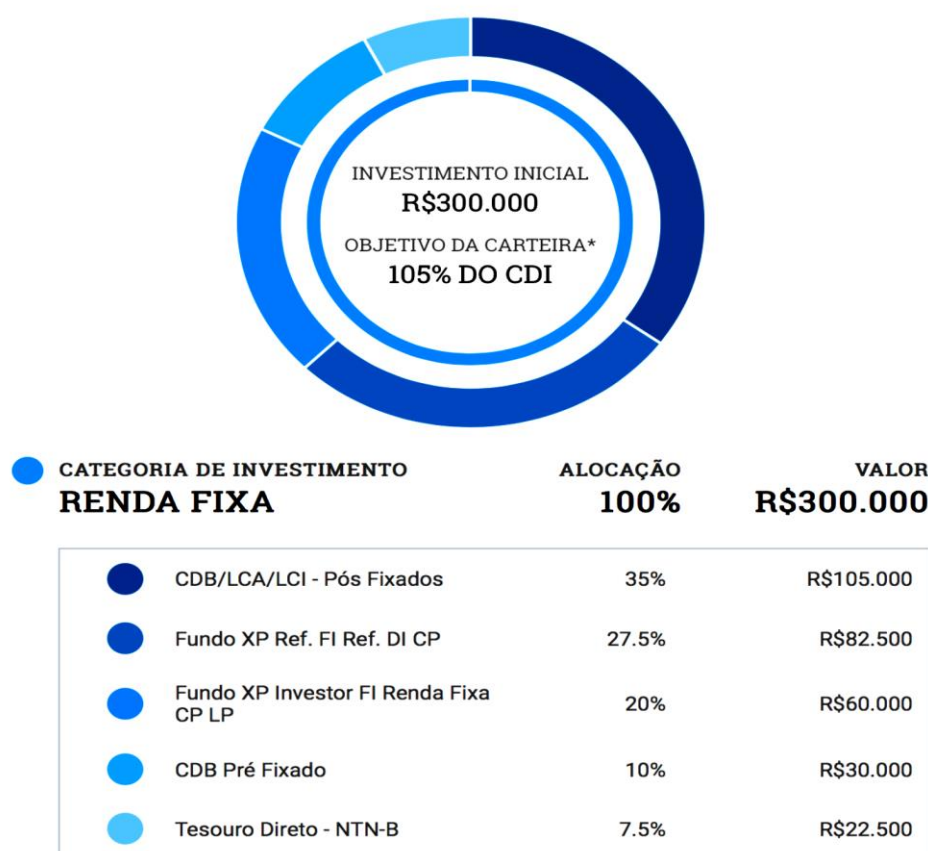
Depois de identificar em qual perfil o investidor corresponde, inicia-se uma análise sobre os investimentos. Com essas informações é possível apresentar um portfólio com várias opções de investimentos, sendo importante mostrar para esse cliente o real motivo da escolha desses ativos, de acordo com o seu perfil em conjunto com a análise do risco que tal carteira possui. Também é necessário deixar claro quais os custos que o cliente poderá ter, como a taxa de administração, IOF e o Imposto de renda sobre o próprio rendimento.

Para montar uma carteira eficiente o primeiro passo seria mostrar ao cliente ativos que regem de maneira diferente perante a acontecimentos inesperados. Assim, a análise de uma carteira de renda fixa, tem que se observar como cada ativo reage com intuito de medir os riscos e adaptar a carteira ao seu perfil como investidor.

Podemos observar, na figura 1, uma análise de um investidor de 30 (Trinta) anos de idade, com a disponibilidade de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) para investir, cujo perfil traçado se encaixa como conservador. Facilmente percebemos que a carteira é voltada completamente para os ativos de renda fixa, procurando um retorno estável e previsível para o investidor com um baixo risco.

Já na concepção do perfil moderado há a aceitação de se assumir o risco, onde a segurança é muito importante, mas ao mesmo tempo está em busca de um maior retorno. Isto permite que o investidor transfira parte de seu patrimônio para renda variável e mantenha o restante em aplicações com menor risco e ganho constantes. Fazendo assim que haja liquidez no curto prazo e disponibilidade para diversificar parte das aplicações em alternativas mais arrojadas.

Figura 1 - Alocação dos Investimentos do Investidor Conservador
ALOCÇÃO DOS SEUS INVESTIMENTOS



Fonte: Assessoria Virtual da XP Investimentos, (2016, p. 24).

O perfil do investidor agressivo identifica os clientes que portam de total conhecimento e domínio sobre o mercado de capitais. Visam retornos expressivos no curto prazo suportando assim quaisquer riscos, realizando operações alavancadas, com clareza das chances de perda dos recursos investidos. Analisando ainda a predominância dos investimentos em renda fixa, porém uma maior alocação nos ativos de renda variável. Portanto, é possível concluir que mesmo para o investidor mais agressivo existe uma grande participação dos ativos de renda fixa em sua carteira.

Considerações finais

Através do desenvolvimento deste trabalho, conclui-se que, os objetivos apresentados foram alcançados, foi possível demonstrar com clareza o processo executado

para análise de investimentos financeiros através Instituições Financeiras e como esse processo chega aos clientes, e quais as dificuldades encontradas por estas instituições financeiras durante esse processo.

Tendo em vista que o mercado financeiro possui uma infinidade de ativos e produtos, cada um com características bem distintas. Contudo para a realização de um investimento é necessário traçar o perfil do investidor com informações verídicas e coerentes. Pois, este perfil se faz necessário para a identificação de quais tipos de ativos que serão apresentados para a formação de uma carteira, conforme sua disponibilidade de aceitação de risco.

Para a classificação dos tipos de perfis de investidor a ABIMA regula que as instituições que oferecem ativos apliquem um questionário (API) que verifica com precisão se o investidor se encaixa no perfil conservador, moderado ou agressivo. A partir do resultado desse questionário é que se pode verificar os ativos que mais se enquadram a cada perfil.

Os ativos de renda fixa que contém menor risco e retorno constante se enquadram ao perfil conservador. Já o perfil moderado há uma aceitação do risco, levando em consideração a segurança do investimento ao mesmo tempo em que se busca um maior retorno. No perfil agressivo há uma total propensão ao risco, no qual o investidor suporta maiores riscos em busca de retornos mais expressivos.

Nota-se que em uma análise de investimento financeiro temos duas variáveis cruciais para apresentação dos ativos, que são a seleção dos perfis de investidor e o risco, pois a partir dele é que se verifica qual investimento é viável para cada investidor.

Referências

ALMEIDA, A. L. F.; CUNHA, D. P. A. **Estudo do mercado brasileiro e renda fixa e o perfil do investidor brasileiro**. 100. Dissertação de Engenharia de produção, Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ, 2017.

ANBIMA, 2018. Disponível em: <http://www.anbima.com.br/pt_br/pagina-inicial.htm>. Acesso em: 20 abr 2019.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Concorrência no sistema financeiro**. Disponível em:<<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/concorrenciasfn>>. Acesso em: 23 mar 2019.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst539.html>>. Acesso em: 23 mar 2019.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo, SP: Pearson, 10^a Edição, 2004.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo, SP: Pearson, 12^a Edição, 2010.

KLAPPER, L., LUSARDI, A. e OUDHEUSDEN, P., **Financial Literacy Around the World: Insights from the Standard & Poor's Rating Services Global Financial Literacy Survey**. 2014.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 12^a Edição, 2006.

LARANJEIRA, S. M. G. **Reestruturação em bancos e telecomunicações no Brasil**. Tabajo, género y ciudadanía en los países del Cono Sur, Seminário Internacional OIT, Montevideo, 2000. Disponível em: <http://www.ilo.org/public//spanish/region/ampro/cinterfor/publ/gen_sur/index.htm>. Acesso em: 23 mar 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

Gestão de projetos como instrumento de captação de recursos para a gestão municipal: estudo de caso na Prefeitura de Anápolis 2018

Daniele de Sá Cardoso Alves¹⁵¹Anadélia Teles de Castro¹⁵²

Resumo: A elaboração do gerenciamento de projetos tem sido apresentada como relevante instrumento de gestão com a finalidade de captação de recursos para a administração municipal. Neste sentido, os objetivos propostos para esse estudo foram: analisar a importância da gestão de projetos na captação de recursos por meio das transferências voluntárias para o município de Anápolis-GO, identificar como tem sido a participação orçamentária dos recursos advindos de transferências voluntárias da União, analisar quais as principais deficiências e dificuldades encontradas pelo setor de projetos e avaliar o nível de qualidade referente ao gerenciamento de projeto. Para isso foi proposta a realização de um estudo de caso no setor de projetos – PROANA. Foi realizada primeiramente uma revisão bibliográfica com pesquisa exploratória de natureza qualitativa e quantitativa e aplicação de um questionário a fim de verificar a prática do gerenciamento de projetos na prefeitura. Os resultados revelaram que o valor conquistado por meio de transferências voluntárias é bastante significativo e que há eficiência e eficácia na elaboração da maioria das propostas. De maneira geral há um ambiente de controle e eficiência na gestão e no gerenciamento de projetos, apresentando maior deficiência no relacionamento humano e integração com as secretarias municipais.

Palavras-chave: Gestão de projetos, transferências voluntárias, Gestão Municipal.

Introdução

Desde as últimas décadas, o setor público vem passando por grandes mudanças principalmente quanto à adoção de uma nova forma de administração gerencial em detrimento da administração pública burocrática. O modelo gerencial enfatiza uma gestão mais autônoma e descentralizada, sinais de um governo em busca da efetividade de seus serviços, e do aperfeiçoamento da gestão pública, com novos padrões semelhantes aos das organizações privadas (DURAND JÚNIOR e DALL'AGNOL, 2014).

Com a nova ordem de administração institucional e tributária e a relação com o bem estar social, advinda da Constituição Federal de 1988, os municípios assumiram maior responsabilidade na prestação de serviços públicos à população, por estar mais próximos dos cidadãos; e, de maneira paralela, a sociedade também intensificou sua cobrança por ações mais concretas (MOUTINHO, 2019).

Devido à grande preocupação com a redução das desigualdades sociais, que retratam as realidades brasileiras, o legislador aumenta a competência dos municípios, colocando-os

¹⁵¹ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis E-mail: danieldescardoso@hotmail.com

¹⁵² Orientadora deste trabalho. Prof.^a Anadélia Teles de Castro E-mail: anadtc@gmail.com

como principal responsável por atender às necessidades da população. Em contrapartida, a União ficou com a maior parte dos recursos oriundos da arrecadação de tributos (MOUTINHO; KNISS; MACCARI, 2013).

Para tanto, foram criados mecanismos para transferências de recursos públicos para os entes federados, por meio das transferências intergovernamentais, sendo o seu principal papel, a redução das desigualdades entre os municípios, além de financiar suas ações, sendo uma saída para que os municípios consigam materializar os serviços públicos (MENDES, 2016).

Dentre as diversas formas de transferências intergovernamentais (União para os estados e municípios) temos, as transferências constitucionais, asseguradas pela constituição federal e as transferências voluntárias (objeto deste estudo), onde a união detém a autonomia para determinar o montante, os entes contemplados (estados e municípios) e quais as políticas públicas premiadas (MOUTINHO, 2019).

Diante disso, surge a necessidade de um bom gerenciamento de projetos, tanto para sua melhor efetividade, quanto para o êxito na obtenção das transferências, haja vista que, para atender às necessidades da população, os recursos oriundos da arrecadação municipal estão cada vez mais insuficientes. Para tanto, o governo Federal tem adotado nova postura para documentar de maneira adequada a destinação dos recursos públicos, na liberação de recursos para suprir às demandas municipais, exigindo dos mesmos a elaboração de projetos (DURAND JUNIOR; DALL'AGNOL, 2014).

A gestão de projetos destaca-se por ser um instrumento de grande eficiência no auxílio da realização do planejamento organizacional, tanto no setor privado, quanto no setor público. Além de gerar e divulgar informações, mostra de maneira minuciosa todas as fases do projeto, a todas as partes interessadas, principalmente para a sociedade em geral, quando aplicado ao setor público (PISA; OLIVEIRA, 2015).

Com isso surge a seguinte questão: Qual tem sido a contribuição da gestão de projetos para o aumento das transferências voluntárias da União para o Município de Anápolis-GO?

O objetivo geral deste artigo consistiu em: Analisar a importância da gestão de projetos na captação de recursos por meio das transferências voluntárias para o município de Anápolis-GO. Os objetivos específicos foram assim definidos:

- Identificar como tem sido a participação orçamentária dos recursos advindos de transferências voluntárias da União.
- Analisar quais as principais deficiências e dificuldades encontradas pelo setor de projetos da Prefeitura de Anápolis;
- Avaliar o nível de qualidade referente ao gerenciamento de projeto.

Para atender os objetivos propostos neste estudo foram utilizadas consultas em livros que abordam o tema em estudo, sites de fontes seguras, artigos, revistas, análise de informações documentais, principalmente as contidas no Sistema de Convênios do Governo Federal - SICONV, que trata das transferências voluntárias e aplicação de questionário (adaptado pela autora a partir de Kameiwa (2013)) para os funcionários do setor de projetos – PROANA.

A elaboração de projetos tem sido grande ferramenta para a gestão dos municípios, como instrumento fundamental para alcançar outras fontes de arrecadação de recursos, como as transferências voluntárias advindas do governo federal. Diante da sua importância vale observar como este setor está sendo gerido e como tem contribuído para a administração municipal.

Desenvolvimento

A autonomia dos municípios é uma realidade vista antes mesmo da existência do Estado Brasileiro, uma vez, que os municípios, antes tidos como cidades e vilas, nasceram antes do Estado Republicano. As normas eram ditadas de acordo com as necessidades locais, o que já retratava a autonomia municipal. Com a Constituição Federal de 1988, houve a elevação dos Municípios de maneira igualitária à União, os Estados e o Distrito Federal (MENDES; CARNEIRO, 2016).

As diferenças e desigualdades das diversas regiões do país, tanto demográficas, quanto econômicas e sociais levam à melhor compreensão da importância do federalismo e do federalismo fiscal. Para a Enap (2018, p. 7) “federalismo é a forma de organização do Estado em que os entes federados são dotados de autonomia administrativa, política, tributária e financeira e se aliam na criação de um governo central por meio de um pacto federativo”.

Transferências Constitucionais são partes das receitas arrecadadas pela União que são repassadas para os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, cuja finalidade consiste

na busca constante da promoção do equilíbrio e socioeconômico entre as regiões brasileiras (TESOURO NACIONAL, s.d.).

Fundamentada na Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, as transferências voluntárias são mecanismos que possibilitam aos gestores municipais receberem transferências de recursos do governo federal e estadual mediante instrumentos de cooperação, com a finalidade de socorrer às necessidades municipais (MOUTINHO, 2015).

Para Brasil (2000, Art. 25) transferência voluntária é caracterizada pela “entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.”

O SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse é o sistema informatizado do governo federal onde é realizado o registro de todos os atos relacionado à parte operacional das transferências de recursos por meio de convênios, contratos de repasse, termos de parceria, termos de colaboração e termos de fomento, deste a fase da proposta até a prestação de contas, todas as fases devem ser executadas dentro do portal (BRASIL, 2016).

Segundo o Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos – Guia PMBOK (2017) do *Project Management Institute* – PMI, cada vez mais os gerentes de projetos estão buscando aperfeiçoamento aliado à aplicação prática das habilidades adquiridas, para melhor atender aos clientes e a todas as partes envolvidas. Em um projeto em que é adotado boas práticas de gerenciamento elencadas no Guia PMBOK, há grandes chances de sucesso.

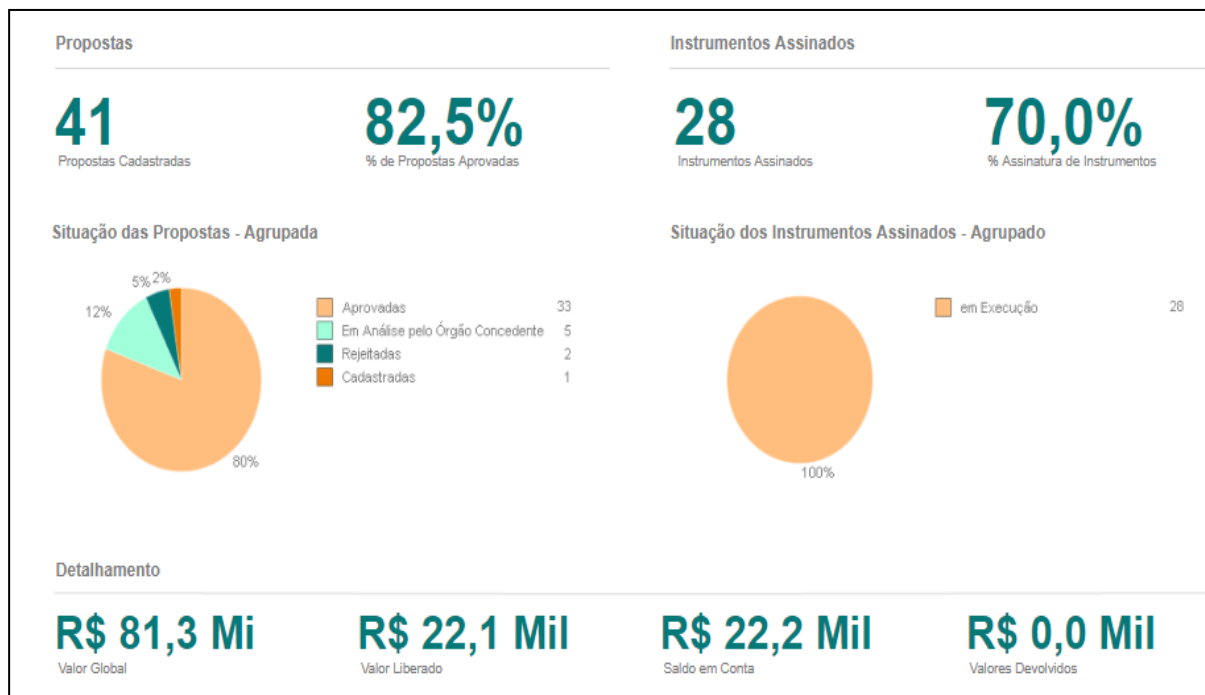
Para PMI - *Project Management Institute* (2017, p. 4) projeto é “um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único”, ou seja, projetos são elaborados para atender objetivos propostos, com foco na entrega de resultados, seja por meio de produtos acabados, serviços executados, resultados específicos ou a combinação destes.

Resultados

Analisando a figura 1, em relação ao ano de 2018, observa-se que a Cidade de Anápolis teve 41 propostas cadastradas de maneira geral (abrange outros proponentes sem ser a Prefeitura Municipal de Anápolis, como por exemplo, a Universidade Estadual de Goiás – UEG, Associação de Pai e Amigos dos Excepcionais – APAE), na qual obteve 82,5% de aprovação (33 aprovações), 5 propostas ainda encontra-se em análise, obteve 2 rejeições e 1

consta no status de cadastro. Em relação ao valor dos recursos, foram obtidos por meio das transferências voluntárias o montante de 81,3 Milhões, sendo que 28 instrumentos já foram assinados (70%) e um saldo em conta de 22,2 milhões.

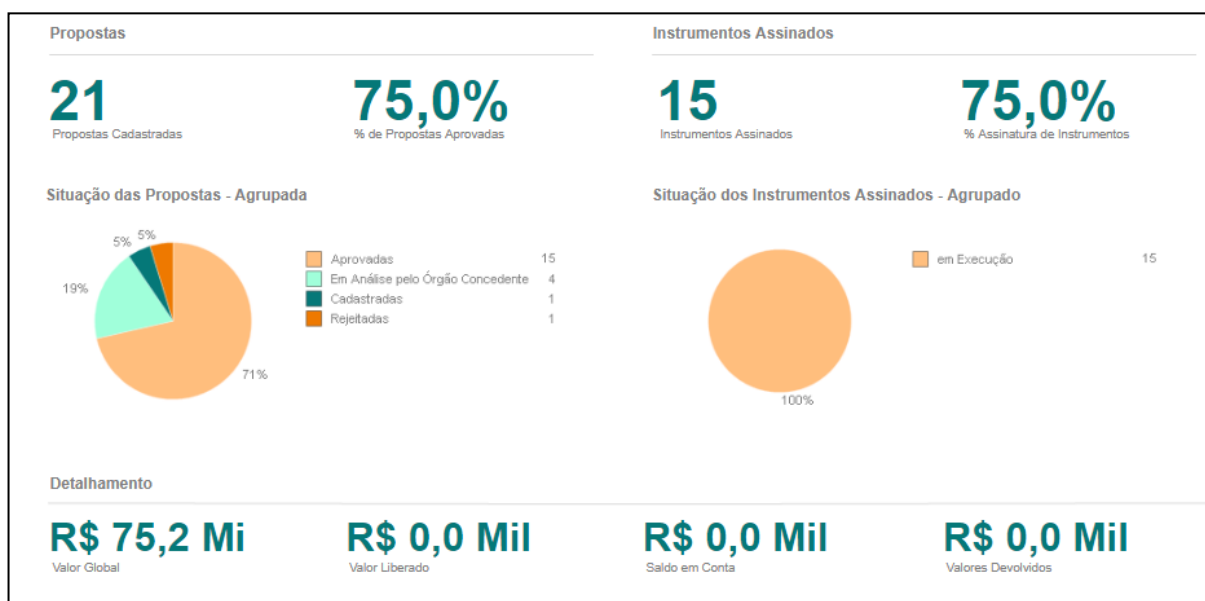
Figura 1 – Propostas e Instrumentos Assinados (vários proponentes) no ano de 2018.



Fonte: Painel das Transferências Abertas, 2018.

Já em relação às propostas e instrumentos assinados onde o proponente é a Prefeitura Municipal de Anápolis, observa-se na figura 2 que foram cadastradas 21 propostas, na qual 15 foram aprovadas (75%), 4 encontra-se em análise, 1 foi rejeitada e 1 encontra-se no status de cadastro. Em relação ao valor dos recursos, o valor global das propostas é de 75,2 Milhões. Foram assinados todos os instrumentos aprovados, ou seja, 15 propostas, porém ainda não consta saldo em conta. Nota-se por meio desses dados que há uma preocupação com a elaboração de projetos, de modo que consiga o máximo de aprovação possível.

Figura 2 – Propostas e Instrumentos assinados – Proponente Prefeitura Municipal de Anápolis no ano de 2018.



Fonte: Painel das Transferências Abertas, 2018.

Observa-se que em relação ao montante geral de propostas cadastradas com todos os proponentes (41 no total), a Prefeitura Municipal de Anápolis detém mais de 50% das propostas cadastradas (21 propostas). Já em relação ao montante de recursos, a mesma detém mais de 90%, ou seja, dos 81,3 milhões, 75,2 milhões são das propostas cadastradas pelo Município. Com isso nota-se que as propostas cadastradas alto valor e contribui de maneira positiva para a execução dos projetos, os recursos de receitas próprias mais poupados para outras necessidades.

Com o foco somente nas propostas realizadas pela Prefeitura Municipal de Anápolis, segundo o Painel das Transferências Abertas (2018), todos os instrumentos são da modalidade contrato de repasse e encontra-se em execução. São Órgãos concedentes: Ministério das Cidades, Ministério do Turismo e Ministério da Cultura.

Conforme apresentado por Brasil (2016), as transferências voluntárias são previstas no Orçamento Geral da União de duas maneiras: Por meio de emendas parlamentares e por meio de contemplação não explícita (governo disponibiliza os recursos para determinada região por meio de órgãos governamentais e não governamentais).

A aplicação do questionário aos funcionários do departamento de projetos teve o objetivo de analisar como funciona o gerenciamento de projetos na Prefeitura Municipal de Anápolis, uma vez que, segundo o PMI (2017, p. 10), “o gerenciamento de projetos permite que as organizações executem projetos de forma eficaz e eficiente”.

A partir do questionário além de possibilitar a análise de como anda o gerenciamento de projetos com base no Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos – Guia PMBOK (2017) do *Project Management Institute* – PMI, é possível caracterizar o ambiente da gestão de projetos, quais as práticas utilizadas, as dificuldades enfrentadas e quais fatores contribuem para o sucesso do projeto, sob a percepção dos entrevistados.

Considerações finais

A proposta deste estudo foi evidenciar a gestão de projetos como instrumento de captação de recursos para a gestão municipal com olhar na Prefeitura da Cidade de Anápolis-GO. Destarte foram buscados pontos de apoio em vários autores, os quais fornecem um amplo referencial teórico, tanto sobre a gestão de projetos, como sobre a gestão no setor público.

Em resposta à questão problema que buscou compreender qual tem sido a contribuição da gestão de projetos para o aumento das transferências voluntárias da União para o Município de Anápolis-GO, percebe-se que foi fundamental para que a prefeitura conseguisse o volume de propostas aprovadas juntamente com as transferências de recursos, haja vista que, as transferências voluntárias da União só são concedidas mediante um projeto bem elaborado.

Os objetivos propostos nesse estudo foram alcançados ao evidenciar que foi possível analisar a importância da gestão de projetos na captação de recursos por meio das transferências voluntárias para o município, uma vez que, o número de propostas aprovadas, considerando o valor global de R\$75,2 Mi (setenta e cinco milhões e duzentos mil) no ano de 2018, pode fazer grande diferença para elaboração da gestão estratégica municipal, ou seja, a gestão de projetos é de suma importância para complementar as verbas da prefeitura referente a execução e obras e prestação de serviços à população.

Identificou-se ainda a participação orçamentária dos recursos advindos das transferências e conheceu-se as principais deficiências e dificuldades na área responsável pelos projetos na prefeitura de Anápolis, bem como o nível de qualidade que se exercia no gerenciamento de projetos.

Por meio do SICONV foi possível buscar informações sobre as transferências voluntárias da União para o município de Anápolis. Verificou-se: quantidade de propostas cadastradas pela prefeitura, quantos instrumentos assinados, quais foram aprovados, qual

valor do repasse, qual valor da contrapartida, qual órgão responsável pelo repasse, se foi por meio de emendas ou não, dentre outras.

Com a aplicação de questionário no departamento de projetos da prefeitura, foi possível colher mais informações sobre como a gestão de projetos é utilizada, qual o nível de conhecimento dos empregados do departamento sobre a gestão de projetos, etc. Além de poder identificar a destinação dos recursos adquiridos, por meio dos projetos.

A maior parte dos instrumentos assinados está relacionada à infraestrutura (pavimentação e drenagem). Conforme apontado por Castro e Castro (2017), considerando a realidade estrutural da cidade de Anápolis, com grande crescimento populacional motivado pelo desenvolvimento econômico, e atraindo pessoas de diversos lugares que buscam emprego, os recursos advindos de transferências voluntárias são essenciais.

A transferência de recursos conquistada no ano de 2018 contribuirá para resolução de problemas públicos que, segundo Secchi (2016), são situações que trazem incômodos e prejudica a qualidade de vida dos cidadãos. Nesse sentido, a pavimentação e drenagem realizada com os recursos disponibilizados pelo governo federal amenizarão situações de alagamento causado pela água da chuva, além de reduzir riscos de acidentes.

Além de trazer respostas para os problemas públicos, foram assinados instrumentos que visam ao bem estar dos cidadãos como o projeto para construção do Parque Jardim Botânico, reforma do teatro municipal, etc. Destarte percebe-se que a gestão de projetos se apresenta eficiente pelo alto nível de aprovação das propostas (de 21 propostas cadastradas, apenas 1 foi rejeitada) e eficaz por garantir a transferência de recursos.

Quanto à influência política em consonância com Moutinho (2015) em que as transferências voluntárias acabam sendo alvo de influências político-partidárias, a concessão de recursos está diretamente ligada nos relacionamentos entre prefeitos e o governo federal, na prefeitura de Anápolis depois de realizado o cadastro da proposta é indispensável o contato político para ajudar na aprovação da proposta, embora a participação por emendas ter sido de apenas 4%, mesmo para as contemplações não explícitas, é necessário o contato político.

Sobre as principais deficiências e dificuldades encontradas pelo setor de projetos, destaca-se a falta de integração entre as secretarias, pois todo relacionamento interno é bastante burocrático e na maioria das vezes as secretarias envolvidas não contribuem de maneira eficiente para o melhor andamento do projeto. Essa falta de integração é advinda também da falta de relacionamento humano, apontado pelos entrevistados como segundo maior fator que influencia negativamente a gestão de projetos.

Ainda sobre as deficiências e dificuldades encontra-se a falta de monitoramento da qualidade, ou seja, não há um acompanhamento com indicadores dos resultados dos projetos. Há também uma grande centralização por parte do gestor de projetos, todos os projetos são acompanhados do início ao fim por um único gestor.

De maneira geral os resultados revelaram um ambiente de controle e eficiência na gestão de projetos, demonstrou qualidade nas diversas áreas do gerenciamento de projetos, como na elaboração e implementação dos custos, cronogramas, recursos humanos (no que se refere à contratação de pessoal), gerenciamento de riscos, de aquisições e contrato.

Contudo os resultados encontrados neste estudo não podem ser generalizados, haja vista que trata de um caso específico. No entanto podem servir como parâmetro para novas pesquisas que visam aprofundar sobre o tema. Foi possível compreender a grande importância de se ter gerenciamento de projetos da administração pública municipal, neste caso específico da prefeitura de Anápolis.

Este estudo foi de sua importância para elevar o nível de conhecimento dos autores sobre a gestão de projetos, além de ser um instrumento para toda sociedade, sendo subsídio para que mais pessoas possa adquirir conhecimento sobre o tema e poder cobrar dos gestores municipais, mas eficiência em sua gestão.

Contudo, para que este estudo ficasse ainda mais completo, seria plausível a aplicação do questionário para pelo menos 80% dos servidores. Para futuras pesquisas, sugere-se fazer um comparativo com gestões municipais de outros municípios, verificar se as mesmas possuem ou não o departamento de projetos interno, a fim de expandir o uso desse instrumento, comprovando assim sua efetividade.

Referências

BRASIL. **Lei Complementar N°101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília,

04 de maio de 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 09 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Portaria nº161, de 10 de maio de 2016. **Dispõe sobre a constituição da rede do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – RedeSinconv**. Disponível em: http://portal.convenios.gov.br/images/Portaria_161-10-05-16.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

CASTRO, Joana D’arc Bardella; CASTRO, Mário Cesar Gomes de. **Planejamento urbano e a intervenção na paisagem: um estudo dos planos diretores de Anápolis/Goiás**. Revista de Economia da UEG. Vol. 13, N.º 1, jan/jun. 2017

ENAP, Escola nacional de Administração Pública. **Conceitos introdutórios sobre federalismo e federalismo fiscal**. Diretoria de Educação Continuada. Brasília, 2018.

DURAND JUNIOR, Ivan Coriolano Barro; DALL’AGNOL, Roberto Mauro. **A Importância da gestão de projetos na captação de recursos para a administração Municipal**. REDES – Ver. Des. Regional, V. 19, nº2, p. 126-127, Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2041/3584>. Acesso em 01 de setembro de 2018.

KAMEIYA, Marcelo Yoshinori. **A Gestão de projetos na administração Pública Municipal: o caso da Prefeitura de Praia Grande**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2013. Disponível em: <http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/452/2/Dissertacao%20Marcelo%20Yoshinori%20Kameiya.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira. CARNEIRO, Rafael Araripe. **Gestão Pública e Direito Municipal**. Saraiva, 2016.

MOUTINHO, José da Assunção. KNISS, Cláudia Terezinha. MACCARI, Emerson Antônio. **A influência da gestão de projetos na estratégia de transferências voluntárias de recursos da União para Municípios Brasileiros; o caso de uma prefeitura de médio porte**. Revista Ibero Americana de Estratégia, vol. 12, nº. 1, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/3312/331227376008/>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

MOUTINHO, José da Assunção. **Transferências voluntárias da União para municípios brasileiros: mapeamento do cenário nacional**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj. Revista Administração Pública – Rio de Janeiro, p. 151-166, jan./fev. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n1/0034-7612-rap-50-01-00151.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

PAINEL DAS TRANSFERÊNCIAS ABERTAS. Disponível em: <http://www.transferenciasabertas.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelcidadao.qvw&lang=en-US&host=QVS%40srvbsaiasprd01&anonymous=true>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

PISA, Beatriz Jackiu. OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de. **Gestão de Projetos na Administração Pública: Um instrumento para planejamento e desenvolvimento.**

Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. UTFPR, Paraná, 2015. Disponível em: http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Beatriz_Jackiu.pdf. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

PMI. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos – Guia PMBOK.** 6ª edição, Project Management Institute, 2017.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Gestão dos resíduos sólidos em Anápolis-GO

Elianne Rodrigues Costa¹⁵³
Joana d'arc Bardella Castro¹⁵⁴
Talita Freitas Souza Barros¹⁵⁵

Resumo: A grande quantidade de resíduos sólidos urbano é influenciada, principalmente, pelo crescimento populacional, elevação do consumo. Diante disso, é necessário que o gerenciamento dos resíduos seja de maneira adequada, para evitar os impactos negativos na saúde humana e no meio ambiente, proporcionando qualidade de vida para a população. O presente artigo objetivou efetuar uma revisão bibliográfica acerca da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos e entender o comportamento e os mecanismos utilizados pela cidade de Anápolis-Go depois da criação da Lei nº 12.305 de 2010 que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). A metodologia aplicada foi uma pesquisa qualitativa, com análise bibliográfica, utilizando dados municipais. Os resultados apontam para uma realidade em que mesmo com grande geração de resíduos, Anápolis está dentro das cidades Brasileiras que possuem destinação adequada para os resíduos sólidos urbanos.

Palavras-chave: Gerenciamento, gestão do lixo, resíduos sólidos, Anápolis.

Introdução

De acordo com a norma NBR.10.004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004), os resíduos sólidos são denominados como atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição.

A discussão sobre os resíduos vem há algumas décadas, desde quando as pessoas começaram a viver em sociedade existem uma grande produção de resíduos sólidos. A expansão industrial também contribuiu para que esse identificador aumentasse, onde nem sempre esses resíduos têm uma disposição adequada.

A concentração populacional nas áreas urbanas faz com que a geração de resíduos sólidos seja, também, concentrada nessas áreas. Segundo Soares e Mahler (2012), a composição dos resíduos sólidos vem se alterando com o desenvolvimento da sociedade. Junto com o crescimento populacional vem o consumo que tem sido uma das principais causas da insustentabilidade que se encontra vinculada não somente ao uso dos produtos

¹⁵³ Graduando do Curso de Ciências Econômicas. E-mail: elianne.rodrigues72@gmail.com

¹⁵⁴ Orientador deste trabalho. Doutora pela UnB em Economia. Professora do Renac e Teccer. E-mail: joanabardella@brturbo.com

¹⁵⁵ Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), bolsista CAPES/BRASIL. E-mail: economia.talita@gmail.com

industrializados, mas também dos recursos naturais, e, consequentemente, ao desperdício que leva ao descarte de diversos tipos de resíduos sólidos (SOUZA, 2017).

A disposição inadequada interfere no meio ambiente como um todo, causando poluição, facilitando a reprodução e propagação de vetores como ratos, baratas e moscas, que podem causar doenças a humanos e animais domésticos (FILHO, *et al*, 2017)

No presente artigo será abordado o ciclo dos resíduos sólidos: geração, coleta, tratamento e disposição final. Posteriormente, é feita uma breve análise dos aspectos econômicos da gestão de resíduos sólidos urbanos em Anápolis.

Diante do exposto, este artigo tem por objetivo analisar como está sendo realizado a destinação dos resíduos sólidos urbanos e entender o comportamento do município de Anápolis-GO em relação ao assunto.

Desenvolvimento

Segundo a norma da ABNT, NBR 10.004, de 1987, resíduos sólidos são aqueles que:

resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cuja particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções, técnica e economicamente, inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

Os resíduos sólidos urbanos são aqueles de categorias domiciliar, isto é, lixo produzido em residências; nos comércios, oriundo de estabelecimentos como lojas, escritórios, hotéis, serviços de limpeza urbana, entre outros, e que podem ser utilizados como matéria-prima. Dentre os vários RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) gerados, são normalmente encaminhados para a disposição final sob responsabilidade do poder municipal.

No caso dos resíduos de origem domiciliar e comercial, normalmente dispostos em aterros, as caracterizações utilizadas são de informações obtidas junto a ABNT. Alguns exemplos diversos de materiais que podem compor cada categoria:

- Matéria orgânica putrescível: restos alimentares, flores, podas de árvores.
- Plástico: sacos, sacolas, embalagens de refrigerantes, água e leite, recipientes de produtos de limpeza, isopor, látex, sacos de rafia.

- Papel e papelão: caixas, revistas, jornais, cartões, papel, pratos, cadernos, livros, pastas.
- Vidro: copos, garrafas de bebidas, pratos, espelho, embalagens de produtos de limpeza, embalagens de produtos de beleza, embalagens de produtos alimentícios.
- Metal: palha de aço, alfinetes, agulhas, embalagens de produtos alimentícios, atas de bebidas, restos de cobre, restos de chumbo, fiação elétrica.
- Madeira: caixas, tábuas, palitos de fósforos, palitos de picolés, tampas, móveis, lenha.
- Panos, trapos, couro e borracha: roupas, panos de limpeza, pedaços de tecido, bolsas, mochilas, sapatos, tapetes, luvas, cintos, balões.
- Contaminante químico: pilhas, medicamentos, lâmpadas, inseticidas, raticidas, colas em geral, cosméticos, vidro de esmaltes, embalagens de produtos químicos, latas de óleo de motor, latas com tintas.
- Contaminante biológico: papel higiênico, cotonetes, algodão, curativos, gazes e panos com sangue, fraldas descartáveis, absorventes higiênicos, seringas, lâminas de barbear, cabelos, pelos, embalagens de anestésicos, luvas.
- Diversos: velas de cera, restos de sabão e sabonete, carvão, giz, pontas de cigarro, rolhas, cartões de crédito, lápis de cera, embalagens longa-vida, lixas e outros materiais de difícil identificação.

Em 2010 foi criada a Lei nº 12.305 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil e, desde então, o país discute a questão da gestão adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Segundo o Ministério do Meio Ambiente, esta lei tem “instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao país no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.” (BRASIL, 2010).

A Gestão de Resíduos Sólidos é definida pela PNRS como um grupo de ações que busca soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2010).

O gerenciamento de resíduos sólidos visa à operação do sistema de limpeza urbana, exercidas direta ou indiretamente. Este sistema é feito através de etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano

de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010).

A elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de cada município visa à destinação final adequada dos resíduos sólidos e evitando que eles sejam jogados de forma indiscriminada no meio ambiente. Os resíduos domiciliares, se inicia pela geração, que pode ser reduzida na fonte por meio de diminuição do consumo e reutilização de materiais. A geração de resíduos é a etapa de maior importância no gerenciamento de resíduos sólidos. É na etapa da geração que os resíduos são produzidos, portanto, a caracterização dos é realizada através da quantidade e qualidade (HIERRO, 2014).

O acondicionamento de resíduos é uma etapa temporária, porém de fundamental importância. São realizados principalmente, em sacos plásticos, podem ser utilizadas caçambas, contêineres e lixeiras destinadas à coleta de resíduos recicláveis (coleta seletiva), deve estar de acordo com as normas técnicas. É fundamental a identificação dos recipientes onde os resíduos serão acondicionados, identificando com figuras (cores), visando facilitar o correto descarte de resíduos. De acordo com a Resolução CONAMA 275/2001, foram estabelecidos padrões de cores que podem ser utilizadas para a identificação dos diferentes tipos de resíduos conforme a figura 1.

Figura1. Cores de coletores para facilitar o descarte de resíduos



Fonte: Camplix (2010).

A coleta e o transporte dos resíduos sólidos urbanos têm sido o principal foco da gestão e do gerenciamento. Essas etapas devem ser realizadas com frequência para evitar que

os resíduos não fiquem expostos por muito tempo nas áreas urbanas, diminuindo a emissão de odores e atração de vetores. É necessário que o acondicionamento de resíduos seja feito de forma adequada, para facilitar a coleta, favorecendo posteriormente a possibilidade do reaproveitamento dos materiais recicláveis e da matéria orgânica. (ANDREOLI *et al.*, 2014).

A sistemática de coleta pode ser classificada em dois tipos: coleta de resíduos contaminados e coleta de resíduos não contaminados. Nesse último, a coleta pode ser realizada de maneira convencional, ou seja, resíduos encaminhados para o destino final, ou através da coleta seletiva - resíduos recicláveis que são encaminhados para os locais de tratamento e/ou recuperação. (IBAM, 2001).

O transporte dos resíduos geralmente é realizado por caminhões específicos, para uma possível estação de tratamento ou reciclagem e, por fim, à disposição final. A reciclagem é facilitada pelo correto acondicionamento dos resíduos, por meio da realização da coleta seletiva. É um processo em que os resíduos são reaproveitados, direcionando-os a catadores e indústrias, a fim de gerar empregos e renda e diminuir o volume desses em lixões, aterros controlados ou sanitários. (ANDREOLI *et al.*, 2014).

O tratamento de resíduos sólidos urbanos tende a ter um sistema integrado, que depende do sistema de coleta, da participação social e governamental, sistema de compostagem de resíduos orgânicos, e disposição final de rejeitos inertes em aterros sanitários (JESUS, 2013).

A compostagem é definida como o processo de produção de adubo a partir da decomposição dos resíduos sólidos orgânicos. Os compostos orgânicos podem ser usados de diferentes maneiras, como na utilização em jardins, horta, na adubação de solo para produção agrícola, promovendo assim o desenvolvimento sustentável. Para Godoy (2013, p. 1) a compostagem é:

Processo biológico de decomposição e de reciclagem da matéria orgânica contida em restos de origem animal ou vegetal formando um composto, (...) propiciando um destino útil para os resíduos orgânicos, evitando sua acumulação em aterros e melhorando a estrutura dos solos, (...) tendo como resultado final um composto orgânico que pode ser aplicado ao solo para melhorar suas características, sem ocasionar riscos ao meio ambiente.

A última etapa refere-se à disposição final dos resíduos sólidos urbanos, que hoje são um dos maiores problemas da sociedade, devido à grande quantidade de resíduos gerada. Algumas alternativas finais para os resíduos sólidos urbanos:

- A céu aberto

Os resíduos são simplesmente descarregados sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública. É uma forma inadequada de disposição, pois o local não possui nenhum tipo de tratamento.

- Aterros controlados

É a cobertura dos resíduos com uma camada de terra, evitando a proliferação de vetores e o seu carreamento pelas águas pluviais, não dispondo de área impermeabilizada.

- Aterro sanitário

Um método de disposição que não provoca prejuízos ou ameaças à saúde e à segurança. Consiste na compactação dos resíduos sólidos em camadas, o solo é impermeabilizado, o chorume coletado e posteriormente tratado, evitando a contaminação das águas subterrâneas.

- Incineração

Os resíduos sólidos são queimados, este processo é utilizado nos países desenvolvidos e que possuam indisponibilidade de área e capacidade de altos investimentos, visa a diminuição de volume dos resíduos (ANDREOLI *et al.*, 2014). Um dos maiores desafios da atual gestão de resíduos sólidos no Brasil é o de eliminar a disposição final inadequada.

Metodologia

É uma pesquisa qualitativa, de modalidade teórica e com análise da bibliografia formal, discursiva e concludente. O método de abordagem indutivo foi escolhido como procedimento, realizando o levantamento das publicações em base de dados municipais, com o objetivo de detectar os fatores e desafios relacionados ao gerenciamento de resíduos sólidos em Anápolis.

Com este propósito foi realizada uma revisão do acervo de documentos bibliográficos, baseados em artigos científicos e regulamentos disponíveis nas bases de dados

existentes, documentos do arquivo da Prefeitura Municipal de Anápolis, base cartográfica e Decretos Municipal.

A partir dos dados coletados e selecionados, as informações foram trabalhadas, realizando-se um levantamento e diagnóstico da situação dos resíduos sólidos urbanos.

Resultados e discussões

Segundo Lopes (2003), a realidade brasileira quanto à gestão e ao gerenciamento dos resíduos sólidos, ainda, concentra-se na destinação final e não na prevenção da poluição e minimização da geração de resíduos na fonte.

As estratégias de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos buscam atender a prevenção da poluição, evitando ou reduzindo a geração de resíduos e poluentes que prejudicam ao meio ambiente e à saúde pública. Dessa forma, priorizar a redução na fonte, o reaproveitamento, o tratamento e a disposição final (ZANTA; FERREIRA, 2003).

A geração de RSU em 2017 no Brasil apontou um total anual de 78,4 milhões de toneladas, o que demonstrou um aumento em cerca de 1% em relação a 2016. Sendo que 71,6 milhões de toneladas foram coletados de forma regular, isso evidencia que 6,9 milhões de toneladas de resíduos não foram objeto de coleta e, conseqüentemente, tiveram destino impróprio (ABRELPE, 2017).

Em Goiás o aumento da geração de resíduos sólidos urbanos está diretamente relacionado com o crescimento demográfico. Na tabela 1 demonstra os dados publicados em diferentes anos.

Tabela 1. Geração de resíduos sólidos urbanos- Goiás, 2013/14.

no	<i>f</i>	População total (hab.)	RSU coletado (t/dia)
012	2	6151995	5852
013	2	6464048	6146
014	2	652322	6278

Fonte: ABRELPE (2013, 2014)

O município de Anápolis possui área de 933,16 km² e fica aproximadamente 50 km de Goiânia e 139 km de Brasília. O acesso à cidade se dá pelas rodovias federais BR-153, BR-060 e BR-412, pelas estaduais GO-222 e GO-330. Segundo dados do último censo realizado

pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município possui 335.032 habitantes, sendo o terceiro mais populoso do Estado.

Sua economia é voltada para indústria e prestação de serviços, sendo a agropecuária pouco representativa frente a esses dois primeiros setores citados, diferentemente do cenário goiano e brasileiro, onde a agropecuária tem um peso maior em relação à indústria, por exemplo (IBGE, 2011). A posição geográfica do município possibilitou uma série de investimentos na região.

O Código Municipal do Meio Ambiente de Anápolis, no artigo 98, retrata que é de responsabilidade do município o desenvolvimento do sistema de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos, incluindo coleta seletiva, segregação, reciclagem, compostagem e a determinação de tecnologia da destinação final para a redução do volume total dos resíduos sólidos gerados.

O município de Anápolis possui desde 2004 um Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRS) elaborado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH-GO) e a Prefeitura Municipal de Anápolis.

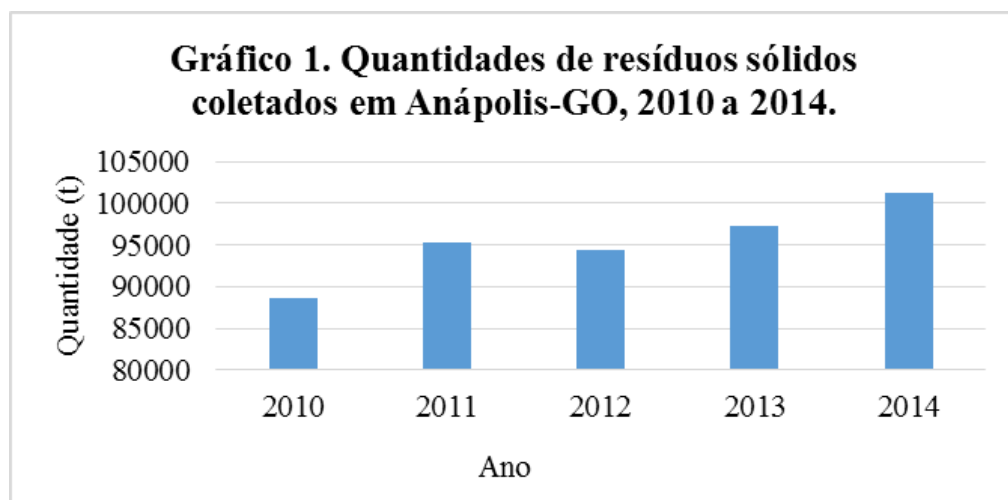
Atualmente, a coleta convencional dos RSU é realizada por empresa terceirizada e atende 98,25% da população residentes na área urbana. De acordo com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) de Anápolis as áreas de coleta são divididas em três setores:

- Setor S: Abrangem os bairros da região noroeste e sudoeste, tendo os dias de coleta segundas, quartas e sextas no período diurno.

- Setor L: Abrangem os bairros da região nordeste e sudeste, tendo os dias de coleta terças, quintas e sábados no período diurno.

- Setor C: Abrangem os bairros da região central, tendo os dias de coleta noturna com frequência diária.

O gráfico 1 mostra a quantificação da geração de resíduos sólidos em Anápolis, nos anos de 2010 a 2014.



Fonte: Prefeitura de Anápolis (2010/14).

Anápolis gera cerca de 279,07 toneladas de detritos por dia e o aterro tem capacidade para receber 370 toneladas diariamente. A tabela 2 representa a estimativa da geração dos resíduos sólidos urbanos em Anápolis, coletados pelos caminhões da coleta regular em 2014.

Tabela 2. Estimativa da geração dos RSU em Anápolis, 2014

Tipo de resíduos	Quantidades(t)
Resíduos domiciliares, da varrição, da limpeza de feiras livres e pequenos comércios, coletados de forma convencional.	98668,11
Resíduos recicláveis coletados seletivamente.	583,10
Demais resíduos provenientes de serviços de limpeza urbana.	2610,12
Total	101851,23

Fonte: NURSOL, 2015.

De acordo com PMGIRS, todos os resíduos sólidos urbanos coletados são encaminhados para disposição final no aterro sanitário do município. O aterro sanitário possui licença de funcionamento emitido pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, localizado na zona rural de Anápolis, possui área total de 31,383 há. Os resíduos dispostos no aterro são compactados por trator esteira e depois coberto com solo.

Além da coleta convencional, aquela de porta em porta, Anápolis também conta com a coleta seletiva que é realizada através dos pontos de entrega voluntária (PEVs), que a partir de 2015 a responsabilidade passou a ser da empresa terceirizada. No total são 18 pontos de entrega voluntária (PEVs) colocados em pontos estratégicos tais como supermercados, colégios, praças e outros: Quadro 2.

Quadro 2 – Relação dos pontos de entrega voluntária (PEVs) existentes em Anápolis, 2015.

Local de instalação do PEV	Bairro	Frequência de coleta
Condomínio Sunflower	São João	Terças, quintas
Supermercado Atende Mais	Jardim Gonçalves	Segundas, quartas
Supermercado Supervi	I.A.P.C	Terças, quintas
Condomínio São José	I.A.P.C	Segundas, quartas
Praça Americano do Brasil	Centro	Terças, sextas
Condomínio Palazzo Di Verona	Maracanã	Segundas, quintas
Supermercado Supervi	Vila Jaiara	Terças, sábados
Base Aérea de Anápolis	Zona Rural	
Vila dos Oficiais da Aeronáutica	Santo Antônio	Segundas, quintas
Supermercado Carrefour	Centro	Quartas, sextas
Praça Dom Emanuel	Jundiaí	Terças, quartas, sextas
Sesi Jundiaí	Jundiaí	Terças, quartas, sextas
Parque Ipiranga	Jundiaí	Terças, quartas, sextas
Paróquia São Sebastião	Centro	Terças
IFG - Instituto Federal De Goiás	Reny Curi	Segundas, quintas
Colégio São Francisco	Jundiaí	Terças, quartas, sextas
Igreja São Francisco	Jundiaí	Terças, quartas, sextas
Caixa Econômica Federal	Centro	Segundas, quintas

Fonte: SEMMA/Anápolis, 2015.

Os materiais coletados são encaminhados para as duas cooperativas de catadores, denominada de Coopersólidos e Coopercan. Segunda a SEMMA (2015), das 583,10 toneladas de materiais coletados em 2014, fora comercializada 454,85 toneladas, restando somente 128, 25 toneladas de rejeitos gerados que são coletados posteriormente pelos caminhões da coleta convencional e encaminhados ao aterro sanitário. Foram arrecadados cerca de R\$180019,27 com a venda dos materiais recicláveis comercializados, no ano de 2014.

Considerações finais

A Gestão e Gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos são tarefas complexas e abrangentes, refletindo uma grande dificuldade que a maioria dos municípios do Brasil enfrentam, principalmente pela falta de autonomia, recursos e conhecimento técnico sobre o assunto.

Anápolis está dentro das cidades brasileiras que possuem aterros sanitários e tem regularização da coleta seletiva, obedecendo o que determina a lei nº 12.305 criada em 2010, que instituiu Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A cidade apoia cooperativas e associações de catadores, contando com duas cooperativas a Coopersólidos e a Cooperclan, e está investindo na reformulação e ampliação da coleta seletiva, dando condições de trabalho a esses grupos. A ampliação da coleta seletiva seria um fator positivo para a promoção dos negócios em Anápolis.

Com base no que foi apresentado, o município tem os seus 18 pontos de entrega voluntária, logo observa a não existência deste benefício em todas as regiões da cidade, limitando à população cooperar com o projeto.

Portanto, mesmo com aumento da geração dos resíduos sólidos, a administração municipal implantou a redução dos impactos ambientais causados pela destinação inadequada de resíduos sólidos, materiais recicláveis e dos rejeitos lixo orgânico. Pode-se dizer que a cidade integra a reduzida lista de municípios brasileiros que possuem coleta seletiva.

Referências

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira nº 10.004, Classificação dos resíduos sólidos, NBR 10.004. Rio de Janeiro 2004.

ANDREOLI, C. V. et al. Resíduos sólidos: origem, classificação e soluções para destinação final adequada. Coleção Agrinho. Disponível em:
http://www.agrinho.com.br/site/wpcontent/uploads/2014/09/32_Residuos-solidos.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABELPE). Panorama de resíduos sólidos no Brasil- 2017. Disponível em:
<http://abrelpe.org.br/download-panorama-2017/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente disponível em:
<http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos>. Acesso em 07 de abr. 2019.

BRASIL. Código Municipal do Meio Ambiente de Anápolis (1999), disponível em:
<http://www.leis.anapolis.go.gov.br/leis/page/inicio.jsf>. Acesso em 12 de abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. Resolução Conama nº 275, de 25 de abril de 2001 - Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e

transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva - Publicada no DOU n° 117-E, de 19 de junho de 2001, Seção 1, p. 80

HIERRO, M. F. R. **Diagnóstico da Situação Atual dos Resíduos Sólidos na Unidade Pedra Branca do Campus da Grande Florianópolis da UNISUL**. 2014. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2014.

IBAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. Disponível em: <http://www.resol.com.br/cartilha4/manual.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico brasileiro 2010. Brasília/DF, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

JESUS, W. F. Caracterização das Formas de Destinação Final Impostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e Identificação de seus Principais Aspectos e Potenciais Impactos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2013.

LOPES, A. A. **Estudo da gestão e do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos no município de São Carlos/SP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo - São Carlos, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Plano nacional de resíduos sólidos. 2012. Disponível em: http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657 . Acesso em: 01 jun. 2019. 103 p.

PREFEITURA DE ANÁPOLIS. Portal da Prefeitura de Anápolis. Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/aspectos-geograficos/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ZANTA, V.M, FERREIRA, C. F. A. Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos (GIRSU). **Resíduos sólidos urbanos: aterro sustentável para municípios de pequeno porte**. Rio de Janeiro: ABES, RiMa, 2003.

Análise do programa minha casa minha vida no Município de Goianápolis/Go

Jefferson Dias Andrade de Jesus¹⁵⁶
Gabriel Renan da Costa Almeida¹⁵⁷
Janes Socorro da Luz¹⁵⁸

Resumo: Este artigo visa contribuir para o debate sobre as características de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, mediante a análise dos conjuntos habitacionais implantados na cidade de Goianápolis. Na referida cidade, a análise foi pautada nos condomínios residenciais Jardim do Lago e Novo horizonte, onde foram investigadas as características do Programa Minha Casa Minha Vida, com enfoque nas condições de infraestrutura, e acesso a saúde, educação e lazer. É nesse espaço de disputa, que se faz presente os produtores do espaço listados por Corrêa, sendo estes, os detentores dos meios de produção, os promotores imobiliários, aos proprietários fundiários e os dois que receberam maior atenção na pesquisa o Estado e os grupos sociais excluídos. O Estado atua de modo conivente com a segregação dos grupos que possuem um baixo poder aquisitivo, dificultando o acesso dos mesmo a diversos bens e serviços públicos.

Palavras-chave: Estado; Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); Política pública; Segregação.

INTRODUÇÃO

A partir do êxodo rural ocorrido a nível nacional no século passado a problemática da habitação ganhou um novo cenário. Milhões de pessoas que viviam no campo se mudaram para a cidade, acreditando haver ali melhores condições de vida. Com esta nova configuração urbana, aspectos ligados à moradia, passou a serem pautados de maneira mais intensa por grupos sociais, que lutam por residências para aqueles que não possuem um poder aquisitivo elevado. Conseguindo que o direito à moradia, mas não somente a casa, ao imóvel, mas sim a habitação digna presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos estivesse assegurada na Constituição Brasileira de 1988.

Entre as orientações do (MinCidades) Ministério das cidades se destaca as seguintes questões (Cadernos Cidade e Habitação, 2008, p. 31, grifos nossos

Direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988. O direito à moradia deve ter destaque na elaboração dos planos, programas e ações,

¹⁵⁶ Graduando do Curso de Geografia. E-mail: jeffersondiasgeo@gmail.com.

¹⁵⁷ Graduando do Curso de Geografia. E-mail: gabrielrenancosta@gmail.com

¹⁵⁸ Orientador deste trabalho. Docente do Curso de Geografia Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: jnsluz@hotmail.com.

colocando os direitos humanos mais próximos do centro das preocupações de nossas cidades;

- Moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de agitalidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;
- Função social da propriedade urbana buscando implementar instrumentos de reforma urbana a fim de possibilitar melhor ordenamento e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa e garantir acesso a terra urbanizada;
- Questão habitacional como uma política de Estado uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser, ainda, uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo;
- Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos;
- Articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais. (Grifos nossos).

No ano de 2009 o Governo Federal cria o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), visando solucionar ou amenizar tais problemas habitacionais. O mesmo acaba por se destacar como maior programa habitacional da história brasileira, de quão admirado e criticado ele é, acaba quase que se conceituando como um ambrolis. Levantando questionamentos como o de Borges (2017, p. 140): “Programa Minha Casa Minha Vida: solução ou afirmação da exclusão?”.

O PMCMV sendo uma política pública de grande impacto reserva um vasto campo de discussões no que tange a interferência do mesmo na qualidade de vida da população. Executando análises nos condomínios construídos ao longo Eixo Goiânia – Anápolis – Brasília, em especial nos condomínios Jardim do lago e Novo horizonte, ambos localizados no município de Goianápolis. A presente pesquisa visou analisar efeitos causados pelo programa na vida daqueles que foram atendidos.

METODOLOGIA

A pesquisa contemplou as seguintes práticas metodológicas, análises de livros e artigos referentes ao assunto, foram efetuadas análises qualitativas e quantitativas em documentos disponibilizados pelo governo federal. A realização de visitas técnicas aos condomínios Jardim do Lago e Novo horizonte também se fez determinante para que viesse a serem alcançados os objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DICUSSÕES

A pesquisa conseguiu alcançar seus objetivos, seguindo o cronograma estabelecido produziu materiais que poderá contribuir para a discussão da dinâmica regional, ações PMCMV, e a pequena cidade ao longo do Eixo Goiânia – Anápolis – Brasília. Produziu-se artigos, tabelas e ilustrações podendo servir de auxílio na discussão da temática.

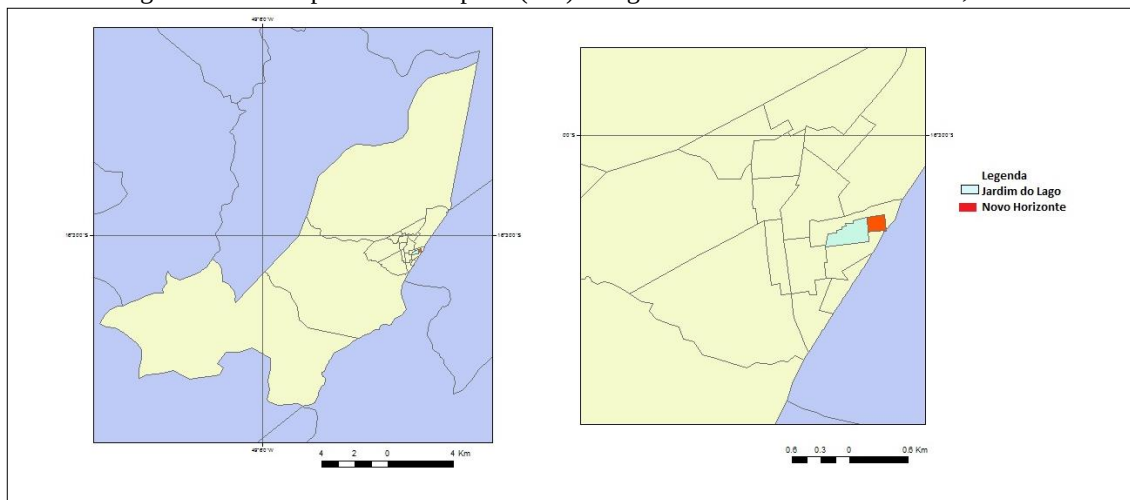
Tabela 1 – Município de Goianápolis (GO), Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, 2017

NOME DO EMPREENDIMENTO	Nº DE CONTRATOS	%	TIPO
Residencial Jardim do Lago	252	72%	10.305.527.40
Residencial Novo Horizonte	100	28%	5.970.237.00
TOTAL	352	100%	16.275.764.40

Fonte: Caixa Econômica Federal (2017)
Organização Própria

As 352 unidades do PMCMV no município tiveram um custo de 16.275.764.40 reais. Valor este recebido pelo Fundo de Arrendamento Residencial para a construção das residências.

Figura 1 – Município de Goianápolis (GO): Programa Minha Casa Minha Vida, 2017



Fonte: Jesus (2017)

Nota-se que os condomínios habitacionais, se situam próximo aos limites do município. Ambos situados na parte leste, próximo à divisa com Leopoldo de Bulhões.

Imagem 1 – Assoreamento: Residencial Jardim do Lago



Fonte: Jesus (2018)

As ruas dos condomínios residenciais Jardim do Lago e Novo horizonte apresentam problemas infraestruturais tais como: problemas com a de limpeza das ruas, buracos no asfalto, e assoreamento, sendo passível de percepção este último na imagem acima. O imóvel por si só não foi capaz de promover o acesso da população ao uso satisfatório do espaço urbano, tais grupos continuam a sofrer com a segregação imposta aos mesmos, em especial aquela imposta pelo Estado situando estes grupos em locais afastados de diversos serviços públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do PMCMV por si só reserva um vasto campo de discussões em diferentes aspectos, sejam eles políticos, econômicos, sociais ou administrativos. A temática ganha contornos ainda mais amplos quando se analisada junto á dinâmica do Eixo – Goiânia – Anápolis - Brasília. Seria uma utopia acreditar que o mesmo possua apenas fatores positivos ou negativos.

A pesquisa considera como fatores positivos de destaque o alcance do programa a faixas mais carente da população, está que sem políticas públicas eficientes dificilmente conseguiria adquirir um imóvel. A possível longevidade que o proprietário do imóvel possui

para o pagamento anexado aos valores das parcelas são outros elementos que ajudam a compreender o seu sucesso popular.

A localização dos condomínios é um dos elementos em que o programa recebe mais críticas, em sua maioria são locais segregados de cunho periférico. O local destinado às habitações no geral possui carências no que diz respeito a serviços públicos de saúde, lazer e educação.

Ao se produzir pesquisa inerente á temática do habitacional, possibilita-se uma maior compreensão a respeito do que leva o uso do espaço ser tão desigual, fragmentado e injusto. E visa romper com as disparidades existentes sobre este uso por parte da classe dominante em relação aos grupos socialmente excluídos, grupos estes que acaba por serem segregados.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Winston K. De A. Pequena cidade: caracterização e conceituação pelo ponto de Vista político-administrativo. **Anais**. XVI ENG. Porto Alegre: AGB, 2010.

Borges, D. L. As políticas públicas na dimensão territorial: O caso de Corumbá de Goiás. 2017. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2017.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação popular no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 82, de 26 de dezembro de 1966**. Publicação original. Portal Câmara dos Deputados. Brasília, DF: 1966. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/19601969/decretolei8226dezembro1966376028publicacaooriginal1pe.html>. Acesso em: outubro/2016.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 7.471, de 04 de maio de 2011**. Brasília, DF: 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7471.htm.

BRASIL. **Lei Nº 4.380, de 21 de agosto de 1964**. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Brasília, DF: 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4380-21-agosto-1964-377666-normaatualizada-pl.pdf>

BRASIL/Ministério das Cidades. **Cadernos de Habitação**. Brasília: MinCidades, 2008.

BRASIL, Constituição, 1988. **Constituição Federal de 1988**. República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2016.

CIDADE, Lúcia C. F. Urbanismo, Reprodução Social e Representações da Qualidade Urbana Moderna e Contemporânea. In: In: GONZALES, Suely F. N.; FRANCISCONI, J. G.; PAVIANI, Aldo. **Planejamento e Urbanismo na Atualidade Brasileira**: objeto teoria prática. 1º edição. SP/RJ: Livre Expressão, 2013. p. 131-148.

CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995. 94 p. (série Princípios).

CORRÊA, Roberto L. Sobre os agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs) A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014. P. 41-52.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979.

FREGONEZI L. H. A. S. PMCMV Programa Minha Casa Minha Vida Rural em Corumbá de Goiás. 2013.

FREGONEZI L. H. A. S. Programa Minha Casa Minha Vida Rural em Ouro Verde de Goiás. 2014.

GOVERNO FEDERAL. Empreendimentos contratados. 2014. Disponível em:
<http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitação-minha-casa-minha-vida>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA; COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL– CODEPLAN. Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: Arranjos Institucionais de Gestão Metropolitana. **Relatório de Pesquisa**. Brasília, março de 2013.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria**: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente – SP. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP. Presidente Prudente: 2011. 282 f.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 7º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R. NAKANO, K. **Solo Urbano e Habitação de Interesse Social**: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. 2013. Disponível em:
<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/solo-urbano-e-his-rolnik-nakano-cymbalista.pdf>

SOARES, Beatriz R.; MELO Nágela A. de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE,

Wendel. (orgs). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2014. p. 123-146

História esporte e política: uma análise do documentário 1958 o ano que o mundo descobriu o Brasil

Jefferson Soares Freire¹⁵⁹

Ademir Luiz Da Silva¹⁶⁰

Resumo: O presente artigo busca tecer reflexões a respeito da obra cinematográfica *1958 o ano que o mundo descobriu o Brasil*, dirigida por José Carlos Asbeg jornalista e cineasta brasileiro. No qual vamos estabelecer relações com as crônicas futebolísticas de Nelson Rodrigues que narram as passagens do Brasil na copa de 1950, 1954 e 1958, para entender como a partir da conquista de uma copa do mundo o Brasil passa a ter um destaque internacional e a perda de seu complexo de vira latas diante as outras nações.

Palavras-chave: Brasil, crônicas; complexo de vira latas.

Introdução

José Carlos Asbeg é um consagrado jornalista e cineasta brasileiro, trabalhou em jornais como *O diário associados*, *Correio da manhã* e *Folha de São Paulo*. Trabalhou na TV Globo como correspondente internacional, é, em 2002, inicia o projeto do filme *1958 o ano que o mundo descobriu o Brasil*. No qual o jornalista tem a preferência de trabalhar com obras cinematográfica que discutem a memória do Brasil, como o documentário em que o cineasta traz uma visão do contexto na década de 50, a partir do futebol, uma paixão nacional que abriu portas para uma estande internacional do país.

Por outro lado, Nelson Falcão Rodrigues, brasileiro e carioca de coração foi jornalista e dramaturgo desde os 13 anos até sua morte em 1980, no qual suas crônicas futebolísticas perpassam a década de 50 desde a doída derrota para o Uruguai na final da copa de 50 até a exuberante vitória diante da Suécia em 1958. Vamos analisar o filme documentário a partir das visões da época contida nas crônicas de Nelson Rodrigues e outros autores que falam acerca do futebol.

¹⁵⁹ Graduando do Curso de história. E-mail: jeffersonlkj@gmail.com

¹⁶⁰ Orientador deste trabalho. Docente do Curso de história. Doutor em história, pela Universidade federal de Goiás. E-mail: alsconclave@gmail.com

Desenvolvimento

O Brasil na década de 40 tinha jogadores maravilhosos que não puderam jogar uma copa do mundo devido a segunda guerra mundial, não houve copa do mundo de futebol depois de 1938 na França.

Em 1950 a FIFA realizou a quarta edição da copa do mundo ,que foi sediada no Brasil ,pois vários países da Europa estavam ainda se reestruturando devido a Segunda guerra mundial, e o Brasil estava pronto para sediar a copa pois a prática do esporte estava sendo difundida pelo governo de Getúlio Vargas e o futebol foi sempre uma paixão nacional. Então a quarta edição da copa do mundo de futebol e o Brasil anfitrião chegará pela primeira vez na final contra os uruguaios que já haviam conquistado a primeira copa em 1930.

No documentário José Carlos Asbeg, é mostrado que o Brasil já se achava campeão, no qual os jogadores tiravam fotos antes da final contra o Uruguai com faixas de campeões mundial de 1950, faziam parte de comícios para deputados, como dito no documentário, o repórter político vilas boas Corrêa: “perdeu o campeonato no momento que deixou a concentração as regras do jogo e foi para São Januário fazer a festa política a candidatos a deputados Flávio Costa Candido a deputado” (14:58 a 15:11).

A fatídica derrota para a seleção uruguaia mostra como o brasileiro não aguenta perder no futebol, que passará a ser seu maior símbolo de nacionalismo a partir de 1958, após a primeira conquista de uma copa, pois o brasileiro antes não tinha um sentimento pela sua nação e o futebol preenche esse sentimento nacionalista no Brasil e em outros países como o Uruguai e a Argentina como diz giulianotti:

No Uruguai o futebol tornou-se veículo altamente perigoso para a formação da identidade nacional. Como na Argentina, o futebol Uruguaio foi inicialmente controlado pela elite britânica e por profissionais locais. Ao mesmo tempo, enormes ondas de imigrantes europeus estavam chegando e instalando-se em Montevideo. Os novos uruguaios tinham poucos símbolos culturais para uni-los enquanto nação, mas o futebol preenche esse vácuo. (Giulianotti, 2010, p. 50-51).

Em 1954 o Brasil teve a chance de disputar a copa do mundo na Suécia, mas acabou caindo nas quartas de final para a seleção da Hungria que venceu por 4x2. No documentário vemos que o Brasil ainda estava sentindo a dor da derrota para os uruguaios e que a seleção estava toda desorganizada, que nem sabia as regras do campeonato pois precisavam empatar o

último jogo da fase classificatória mas estavam se desgastando muito contra a seleção da Iugoslávia pois um empate classificaria os dois times.

Após a derrota na copa do mundo de 54 o Brasil sofreria outra derrota

Como diz no documentário:

Em menos de dois meses o Brasil choraria a derrota na copa do mundo e a morte do presidente Getúlio Vargas, parecia que o mundo vinha abaixo uma notícia dramática emocionou mesmo os corações mais frios pozera trabalho vida o presidente Vargas o povo estava destroçado sem esperança, sem força sem autoestima, o brasileiro se sentiu um perdedor. (19:28 a 20:05 parte 1).

Após a morte do presidente Vargas o país passou por uma instabilidade política até Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República em à normalidade política e restabelecida no país. Juscelino sonha grande com sua política de 50 anos em 5 traz a industrialização para o país e o futebol sonha em ser grande novamente com ele no comando do país e fala o futebol é uma porta de entrada para o paraíso.

Em 1957 o Brasil se classifica para a copa com dois jogos muito duros contra o Peru, que tinha uma seleção fortíssima na época. O primeiro jogo no Peru a seleção empatou com um gol de índio no segundo tempo e o jogo terminou 1x1, e no segundo jogo no Brasil a seleção ganhou de 1x0. Um ano antes o brasileiro mesmo ainda não acreditava na seleção pois o complexo de vira-lata ainda estava encarnado em nossas veias como diz Nelson Rodrigues em um amistoso entre Brasil e Inglaterra em Wembley:

Por complexo de vira-latas entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos os maiores é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, loiro e sargento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50 éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem:- nós perdemos da maneira mais abjeta. Por um motivo muito simples:- porque obdúlio no tratou a pontapés, como se vira latas fôssemos. (Rodrigues, 1993, p. 61).

O Brasil em 58 não seria favorito como em 50, e não desorganizado como em 54 em 1958 a seleção montou uma comissão técnica para os jogadores como diz Mendes e Rossi:

Para a copa de 58 na Suécia, o Brasil montou uma estrutura inédita fora de campo, com chefe de delegação, cozinheiro, preparador físico, nutricionista, dentista e psicólogo. Uma proposta de aliar a técnica do jogador brasileiro a aspectos científicos poucos aplicados no futebol nacional daquela época. A base provinha de

um relatório encomendado pelo presidente da confederação brasileira de desportos (CDB A CBF DA época), João Havelange, ao comandante da escola de educação física do exército, coronel Antônio Pereira Lima. (Mendes Júnior, Rossi, p. 15; 58).

O Brasil fez sua preparação para a copa do mundo na Suécia em duas cidades mineiras que são poços de Caldas e Araxá no qual cada uma teve um pouco da seleção brasileira em que a preparação física matava os jogadores de cansaço:

Era uma preparação física completamente diferente que nenhum jogador tinha praticado com exceção dos jogadores do Botafogo então o pessoal de São Paulo eles sentiam muito. ‘o professor eu tô todo duido’ eu falei assim ‘que ótimo isso é sinal que você está fazendo tudo direitinho’ (46:00 a 46:25 parte1).

O Brasil ia desacreditado para a copa do mundo, muitos diziam que após o fracasso de 50 e 54 o Brasil era um time sem raça e sem vontade que chegava na final e não conseguia vencer:

24 de maio de 1958 a seleção partia em rumo ao desconhecido dos Campos da Suécia poderia voltar consagrado ou afundar mais uma vez o país em uma mãe de lágrimas [...]

Não eram só os brasileiros que não acreditavam na seleção na lista de favoritos na lista feita pelos jornalistas estrangeiros não havia lugar para o Brasil. (48: 29 a 48:54 parte1).

O Brasil estreia contra a Áustria dia 8 de junho de 1958, em um grupo da morte no qual estavam a atual seleção campeão olímpica a Rússia e a Inglaterra, que entra sempre como favorita e havia ganhado um amistoso contra a seleção em 56, e vinha toda confiante para a copa. O jogo de estreia em qualquer competição é sempre o mais nervoso, mas a seleção brasileira parecia alegre como como diz o centroavante da Áustria Johan buzek “a chegada dos brasileiros no estádio me impressionou eles chegaram cantando e batucando e nos olhávamos para eles nervoso e os brasileiros cantando, fazendo samba”(33:45 a 34:06 parte 2).

O Brasil ganhou o jogo por 3 a 0 dos austríacos em que a comemoração vinha um pouco moderada por parte dos brasileiros pois os fracassos na copa de 50 e 54 ainda estavam recentes.

O próximo jogo do Brasil era contra a seleção inglesa, que era uma das favoritas a ganhar a copa. Pois bem, como é normal de todos os times ter espiões para verem jogos de

seus adversários a Inglaterra não fez diferente como diz no documentário o lateral esquerdo da seleção inglesa de 58 tomy Banks: “e nós tínhamos um espião, Billy Nicholson. Ele costumava assisti os jogos de times que enfrentaríamos, é ele assistiu a Brasil x Áustria e ele disse marquem o Didi é ele quem começa todas as jogadas. Isso estava certo, não é? Didi era um bom jogador.” (42: 10 a 42: 19 parte 2).

O Brasil jogará um jogo duro contra a Inglaterra que vinha de um empate contra a poderosíssima Rússia no placar de 2 a 2 e sabia que uma derrota contra o Brasil seria uma eliminação antecipada para eles. Pois bem, os ingleses não saíram para o jogo pois o Brasil gostava de jogar no contra-ataque como fez contra a Áustria. Os ingleses viram que a seleção não era mais aquela que eles haviam vencido há dois anos atrás em Wembley, e dificultaram o jogo que acabará em um empate sem gols, o primeiro 0x0 de uma copa do mundo.

O Brasil estava com medo de não conseguir se classificar para as quartas de finais e da mais um vexame para os brasileiros. Então, o técnico da seleção fez alterações para o jogo contra a Rússia, colocou garrincha e Pelé para jogar por pedido dos outros jogadores da seleção, pois o jogo contra a Rússia uma seleção de treinamento científicos, com bom preparo físico e que tinha jogadores que vinham jogando junto a bastante tempo. O Brasil e a Rússia se preparavam para seus jogos um a o lado do outro em que a seleção brasileira fazia seus treinamentos pela manhã e a Rússia fazia os treinamento de manhã e à tarde tanto que os treinadores russos tinha uma equipe de cinegrafistas que filmavam o treino da seleção como diz no documentário Victor tsarev volante russo da copa de 58:

Os nossos treinadores assistiram o treinamento do Brasil, particularmente Mikhail yakushin sempre falava depois de nossos treinos “esses dois devem aparecer no time titular”, ele estava falando do Pelé e garrincha. Esse menino apesar de ser muito jovem, faz tudo o que quer e entende o jogo. E garrincha é explosivo nos treinos, ninguém consegue pará-lo e alcança-lo. (5:53 a 6:31 parte3).

Com Pelé e garrincha o Brasil jogou contra a Rússia que ficaram atordoados com garrincha o jogador com pernas tortas que driblava todos seus marcadores pela frente deixando seus companheiros sem nenhuma marcação para fazer os gols é também Pelé com sua genialidade por fazer jogadas antológicas frente aos adversários russos. Garrincha havia sido poupado contra a Inglaterra por eles com entradas duras e machucarem seus adversários e Pelé estava contundido e havia se recuperado para o terceiro jogo no qual os dois jogadores

foram decisivos para a classificação da seleção brasileira na Vitória por 2 a 0 conta a Rússia. O jornalista Mário de morais diz no documentário:

No momento em que aquela coisa monstruosa da garrincha aquele fenômeno de perna torta que põe todo mundo na roda e o outro com aquela visão de jogo do Pelé ali nos começamos a ganhar o jogo e isso foi dito por uma pessoa que entendia de futebol chamasse Didi. Didi me disse começamos a ganhar a copa hoje. (32:45 a 33:10 parte 3).

No jogo seguinte a seleção pegaria a seleção de país de Gales nas quartas de final no qual essa seleção do país de Gales é considerada a melhor seleção que o país já teve. Os jogadores galeses eram grandes e fortes fisicamente e bons no jogo aéreo o Brasil tinha dificuldades de adentra a defesa galesa como diz o jornalista Mário de morais no documentário:

Mas aquele jogo não pode ser levado em conta porque aquilo não foi futebol aquilo foi onze craques jogando contra onze muralhas ai era difícil porque nunca vi um preparo físico assim quando um brasileiro pegava a bola tinha três do país de Gales junto era impressionante. (44:45 a 45:05 parte 3).

O jogo no tempo normal terminou empatado pelo placar de 0 a 0 e o jogo foi para a prorrogação em que o jogo parecia ser encaminhada para o jogo extra pois não havia pênaltis se terminasse empatado mas aos 20 minutos da prorrogação Pelé em uma jogada de genialidade e sorte driblava o jogador galês com um chapéu adaptado, e faz o gol e o Brasil se classifica para a semifinal da copa de 58.

O adversário da semifinal era a seleção francesa, a sensação da copa que tinha o melhor ataque da competição e o Brasil era a melhor defesa da competição os brasileiros estavam ainda não acreditando na seleção por lembranças de campanhas passadas como diz Luiz Carlos Barreto diretor cinematográfico” esse descrédito da opinião pública era inteiramente justificado porque era descrédito pelas grandes decepções de 50 e 54 ne então não havia porque ter uma atitude otimista por parte da opinião pública”(13:00 a 13:20 parte3).

O jogo contra a seleção francesa foi duro, mas o Brasil estava com sorte na partida o principal zagueiro da seleção francesa e capitão do time havia se contundido e como naquela época não poderia haver substituição nas equipes durante a partida o Brasil ficava com um a mais em campo o jogo que estava no segundo tempo 1x1 dois minutos após a contusão do jogador francês o Brasil virava o jogo e fizera uma goleada contra a equipe francesa com uma

atuação brilhante de Pelé que fez 3 gols na partida o jogo terminará 5x2 para o Brasil que chegará pela segunda vez a uma final de copa do mundo.

A final da copa do mundo de futebol de 58 seria contra a seleção anfitriã, a Suécia que havia vencido a campeã da copa de 54 a Alemanha. A Suécia estava em festa pois nunca havia chegado à final da copa e nem acreditaram que estava ali eles comemoravam como se tivessem vencido a copa tanto que em vez de pegarem um avião para Estocolmo que duraria uma hora de viagem os jogadores foram de trem em uma viagem de um dia que desgastou muito os jogadores.

Já o Brasil, apesar de ter vencido a França na semifinal estava ainda com desconfiança se poderia ganhar e tudo que se falavam nos jornais da imprensa brasileira segundo o jornalista Mário de morais era:

A imprensa brasileira toda a imprensa brasileira quem “disse que não é mentira toda imprensa brasileira só tinha um comentário Brasil x Uruguai copa de 50, Brasil x Hungria copa de 54 nós vamos repetir o vexame estamos na terra deles então quando começou a chover o Brasil não joga na chuva Didi não sabe driblar na água e não sei mais que.”(4:15 a 4: 53 parte 5).

Pois bem, o Brasil jogou a final contra a Suécia em um campo molhado e passado que dificultava o jogo da a seleção, e favorecia a seleção sueca tanto que o jogo estava não querendo pender para a seleção que no sorteio antes do jogo da final para decidir quem jogaria com a camisa amarela o Brasil perdeu e teve que fazer as pressas uma camisa de outra cor então a comissão brasileira comprou várias camisas azuis e costuraram o brasão da seleção no peito a mão. Certo o jogo começou e a Suécia abre 1x0 no placar e o pesadelo das outras copas assombram novamente os brasileiros, mas o Brasil tinha garrincha, Didi e Pelé que faziam a diferença na seleção “as imagens da televisão do brilho dos brasileiros na Suécia foram radiantes. O “O jogo bonito” de seus cinco ilustres jogadores de frente Didi, garrincha, Vavá, Pelé, e Zagallo era sem igual na Europa e deixou o reino unido como nunca se pensara. (GIULIANOTTI, 2010, p. 45). Pois bem o Brasil venceria o jogo de virada antológica por 5 x 2 e se tornaria pela primeira vez campeão mundial de futebol. Pepe ponta esquerda da seleção fala" a gente se sentia nossa senhora nós somos campeões do mundo hoje nós somos campeões hoje nós somos donos do mundo.” (38:56 a 39: 01 parte 5). Paulo Planet jornalista fala: foi o primeiro momento de exaltação da alma nacional, o primeiro instante que o brasileiro o povo brasileiro pode expandir sua sensação de vitorioso” (41:34 a 41:48 parte5).

Bo hansson jornalista Sueco disse: “os brasileiros e o Brasil viraram referência não somente no futebol, mas também como pessoas alegres, agradáveis e bons vencedores. Uma nação popular até hoje.” (42:33 a 42:47, parte 5).

A conquista de uma copa do mundo mudou o brasileiro com o símbolo de nacionalismo dentro de um esporte de massas o povo brasileiro se sentiu superior a outras nações podemos ver isso acontecendo de quatro em quatro anos uma copa após outra em que o brasileiro enfeita suas ruas em busca de mais uma conquista e geralmente quando a seleção vai mal a nação brasileira também vai mal mas desde a primeira conquista o brasileiro tem um sentimento de superioridade podendo se igualar ou até mesmo se melhor que outras nações como diz Nelson Rodrigues:

Vejam como tudo mudou. A Vitória passará a fluir em todas as nossas relações com o mundo. Eu pergunto:- quem éramos nós? O brasileiro fazia-me lembrar aquele personagem de Dickens que vivia batendo no peito:- “Eu sou humilde! Eu sou sujeito mais humilde do mundo!”. Vivía desfraldando essa sua humildade e a esfregando na cara de todo mundo. E, se alguém punha em dúvida a sua humildade, eis o fulano esbravejante e querendo parti as caras. Assim era o brasileiro. Servil como a namorada, com a mulher, com credores mal comparado, um São Francisco de Assis, de camisola e alpercatas. (RODRIGUES, 1993, p. 73).

Com uma conquista importante para o país o Brasil mudou de patamar no mundo e passou a ser reconhecido.

Considerações finais

O documentário 1958 o ano que o mundo descobriu o Brasil dirigido por José Carlos Asbeg traz uma importante fase brasileira para entendemos de como o nacionalismo se expressa através do futebol e mostra que a cultura futebolísticas está relacionada a política brasileira desde de Getúlio Vargas com a primeira copa até nos dias atuais e também com as análise das crônicas esportivas de Nelson Rodrigues podemos saber como era o sentimento do povo brasileiro na década de 50.

Referências

FRANCO JR, franco júnior. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. Editora companhia das letras, 2007.

GIULIABOTTI, Richard; BRANT, Wanda Nogueira Caldeira; DE OLIVEIRA

NUNES, Marcelo. **Sociologia do futebol dimensão históricas e socioculturais do esporte das multidões**. Nova alexandria, 2012.

PENAFRIA, Manuela. **Análise de filmes- conceitos e metologia(s)**. VI congresso SOPCOM, 2009.

RODRIGUES, Nelson. **As sombras das chuteiras imortais**. São Paulo: companhia das letras, 1993.

ROSSI, jones; JÚNIOR, Leonardo Mendes. **Guia do politicamente incorreto do futebol**. Leya, 2014.

1958: **O ANO QUE O MUNDO DESCOBRIU O BRASIL**. Direção: José Carlos Asbeg. Produção: palmares produções e jornalismo. Documentário: 85 minutos. Disponível em acesso 2017.

Degradação ambiental: diagnóstico e análise nos estados brasileiros

Bárbara Kamilla P. M. Costa¹⁶¹

Luiz Batista Alves¹⁶²

Resumo: Objetivou-se classificar o nível de degradação ambiental, resultante da expansão agropecuária e urbana nas Unidades da Federação (UFs), com o uso da técnica estatística multivariada de análise fatorial para 21 variáveis selecionadas e cálculo do Índice de Degradação Ambiental (IDA), com dados secundários de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Os resultados apontaram que as UFs que mais degradam o meio ambiente, ou seja, com os maiores IDA são: São Paulo (1,948), Minas Gerais (1,040), Bahia (0,579), Rio Grande do Sul (0,321) e Rio de Janeiro (0,288). Dentre os Estados da região Centro-Oeste a degradação ambiental ocorre na seguinte ordem: Mato Grosso (0,145), Goiás (0,059), Distrito Federal (0,009) e Mato Grosso do Sul (-0,215). Considerados os que menos degradam o meio ambiente estão os estados de Roraima (-0,536), Amapá (-0,504), Acre (-0,438), Sergipe (-0,398) e Rondônia (-0,391). Diagnosticado os impactos ambientais nesses Estados, sugere-se que os governantes devem direcionar políticas públicas para estimular os investimentos reduzindo estes impactos ambientais e assim, estimular o processo de produção sustentável, com crescimento e desenvolvimento econômicos de forma a amenizar os impactos ambientais nesses Estados.

Palavras-chave: Setor Agropecuário. Análise Fatorial. Sustentabilidade. Gases Efeito Estufa.

Introdução

Os impactos negativos no meio ambiente causado pelo crescimento da produção agrícola no Brasil e o estímulo a novas tecnologias, intensificou o desmatamento em algumas regiões ainda não ocupadas por atividades primárias.

O uso de agentes químicos (agrotóxicos, fertilizantes e corretivos) de forma inadequada leva a contaminação de solos e lençóis freáticos, provocando também, um potencial risco à saúde humana. Com a exploração da agropecuária, os reflexos sobre todo o ecossistema tem se intensificado, levando a perda da biodiversidade, assoreamento de rios, contaminações de água e erosões.

O setor rural foi considerado um dos elementos da industrialização e desenvolvimento econômico, dada à expansão da fronteira agrícola. Além do mais, com a expansão demográfica vinculada a inserção de novas indústrias nas grandes cidades, acarretou na emissão de gases de efeito estufa aumentando a poluição e a temperatura global.

¹⁶¹ Aluna pesquisadora de Iniciação Científica - PVIC do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás - Campus CSEH. E-mail: barbaracosta.economia.22@gmail.com.

¹⁶² Orientador deste trabalho. Docente e Pesquisador do Curso de Ciências Econômicas, UEG/Campus CSEH Anápolis - Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: lbalves@ueg.br.

De acordo com Alves (2012), o modelo de expansão da agropecuária e agroindústria vem se destacando cada vez mais e ganhando uma representação expressiva em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o que contribui não somente para o crescimento e desenvolvimento econômico dos setores da economia, mas representa consequências para as diversas regiões do País, sendo elas, a degradação ambiental.

Com o uso intensivo de recursos naturais para fins econômicos e a obtenção cada vez mais de matérias-primas proveniente do setor agropecuário, tem se intensificado os danos socioambientais, fazendo grande parte dos Estados repensarem o modelo de produção, de forma que seja consciente e sustentável.

Perante o que foi exposto, para garantir a continuidade e o crescimento da indústria e agropecuária, têm se observado uma preocupação por parte do governo em relação ao desenvolvimento econômico do País no atual cenário.

Para Alves (2012), a economia nacional necessita de um impulso que aumente a produtividade do país, que possa contribuir para o processo de crescimento e o desenvolvimento, associado à sustentabilidade ambiental em todas as regiões brasileiras.

Dessa forma, a melhor maneira dos Estados brasileiros saírem do contexto de crise está baseada nas vantagens competitivas associadas ao desenvolvimento sustentável, onde poderão aumentar sua competitividade e seu planejamento estratégico, ressaltando a agropecuária, a industrialização e a educação (ALVES, 2012).

Grande parte dos Estados brasileiros consolida-se no agronegócio para obtenção de matérias-primas proveniente da agropecuária e do uso intensivo de outros recursos naturais. Partindo dessa premissa, há a necessidade de se repensar o modelo de produção que não contribua para a degradação ambiental.

O presente trabalho tem como objetivo classificar o nível de degradação ambiental, resultante da expansão agropecuária e urbana nas Unidades da Federação do Brasil no ano de 2014. Como meta, o presente estudo subsidiará na destinação de recursos públicos para atingir os objetivos de crescimento e desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental, ou seja, amenizar os impactos ambientais oriundos dos processos de produção atualmente adotados, de forma a manter a geração de empregos, renda e preservação da vida e manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações.

Referencial Teórico

Com o surgimento das civilizações e, especialmente, com a revolução industrial, a concentração de gases na atmosfera tem se intensificado ao longo dos séculos. A utilização de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) fez com que a quantidade de gases, dióxido de carbono (CO₂), aumentasse de forma significativa até os dias atuais.

O aumento das concentrações de gases do efeito estufa na atmosfera têm provocado efeitos devastadores no planeta, como por exemplo, o aquecimento global, mudanças climáticas, desertificação em algumas regiões do planeta, elevação do nível do mar, entre outros.

Existem dois tipos de efeito estufa, o natural e o antrópico. O efeito estufa natural é decorrente de concentrações de gases estufa na atmosfera, antes da chegada do homem. Já o antrópico ocorre da concentração dos gases efeito estufa devido a práticas de atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis, expansão da agropecuária, dentre outros (CERRI; CERRI, 2007).

De acordo com Alves (2012), o desempenho da demografia brasileira exerce um papel de contribuição para o processo de transformação econômica, dada a expansão da fronteira agrícola como a principal fonte de crescimento da produção agrícola no Brasil.

Com o aumento dos veículos circulantes e a introdução de novas indústrias no País tem gerado desconfortos à população pela produção excessiva de gases de efeito estufa, ocasionando um aumento na poluição e temperatura, o que compromete a saúde da população.

As práticas agrícolas e o desmatamento são responsáveis pelas principais fontes de emissão dos gases de efeito estufa (GEE). No Brasil, cerca de 75% do CO₂ emitido para a atmosfera são provenientes de práticas agrícolas e do desmatamento. Os outros 25% são derivados da queima de combustíveis fósseis (CERRI; CERRI, 2007).

Para Cerri e Cerri (2007), o desmatamento na agricultura é de causa direta, ou seja, está ligada a conversão de áreas florestais. Nesse sentido, há a necessidade de práticas consciente para redução dos gases do efeito estufa e a captura de carbono nos ecossistemas (ações de reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, etc.).

A agricultura é uma das principais bases da economia brasileira desde os tempos coloniais. A partir da década de 1960 o setor agrícola obteve destaque na adaptação em diversas regiões brasileiras no que tange ao uso de sementes selecionadas e insumos químicos, irrigação e mecanização agrícola.

As medidas mitigadoras devem ter como base a adoção de boas práticas agrícolas, como o plantio direto; redução de emissões de metano nas culturas de arroz irrigado e pecuária; desenvolvimento de tecnologia limpa; substituição de combustíveis fósseis por outras formas e o reflorestamento.

Ainda de acordo com Cerri e Cerri (2007), no Brasil, os problemas sociais, como o desemprego, torna-se um empecilho para estratégia de mitigação, tal como, o sistema plantio direto, pela falta de mão de obra especializada, levando a adoção de práticas de manejo diferentes.

Na região dos Cerrados, as explorações agrícolas e pecuárias constituem uma ameaça à biodiversidade, com perda da vegetação original, uso de agrotóxicos, fertilizantes, corretivos, monocultura e o uso de tecnologia química. Esta expansão da agropecuária é responsável pela degradação e os sérios danos socioambientais.

O Cerrado, sendo a segunda maior região biogeográfica do Brasil, possui uma biodiversidade semelhante à floresta amazônica. O bioma do Cerrado possui condições de fragilidades, com baixa fertilidade natural, acidez acentuada e sazonalidade do clima (CUNHA et al., 2008).

Nos últimos anos, os reflorestamentos com o uso do eucalipto estão ocupando áreas de pastagem, principalmente na região Sudeste, tendo incentivo de órgãos públicos, como é o caso da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (TOTTI, 2008).

De acordo com Cunha et al. (2008), as regiões que possuem o maior nível de degradação ambiental caracterizadas pela agropecuária intensiva, é a região do cerrado de Minas Gerais, com destaque para as microrregiões Patrocínio, Uberaba, Uberlândia e Araxá. Já em Goiás, a região degradada está localizada no Meia Ponte e Vale do Rio dos Bois e, no sudeste de Mato Grosso, a Primavera do Leste.

A falta de preocupação com a preservação da biodiversidade reflete na degradação dos solos, assoreamento de rios, erosão e desmatamento desenfreado dessas regiões. Essas consequências são combinações de espaço livre com a monocultura intensiva.

O processo de degradação do meio ambiente está geralmente associado a diversos fatores, dentre eles, o principal, que é a presença de grande capital, ou seja, os empreendimentos, como é o caso de projetos agropecuários implantados na Amazônia durante o governo militar, desmatando boa parte da vegetação. Outro fator de intervenção humana para o processo de degradação está nas ações das classes sociais, com a construção de

moradias em áreas inapropriadas, estimulado, muitas vezes, por questões culturais (SOARES, 2010).

Na região Nordeste, as consequências da degradação são perceptíveis. O crescimento populacional interligado a produção agrícola, produção industrial e ao desmatamento tem acelerado o processo de desertificação a um nível severo. No caso da Caatinga, a retirada de sua cobertura original é um dos principais indicadores do processo de degradação (SILVA et al., 2018).

Os aspectos fisiográficos, como o clima, relevo, hidrografia, vegetação, contribuem para o aumento de impactos negativos na região. Levando em consideração os indicadores econômicos e sociais, a região Nordeste por ser historicamente mais carente, possui um índice de pobreza elevado, causando também danos ao meio ambiente.

Os problemas ambientais para Silva et al. (2018), não resultam da falta de legislação, mas sim da eficiência de uma fiscalização. Diante disso, observa-se a falta de punição e de controle de atividades que causam impacto ao meio ambiente, necessitando de políticas públicas voltadas na resolução dessa problemática, por parte dos órgãos de governo e da educação e consciência ambiental para a população.

Entretanto, ainda de acordo com Alves (2012), grande parte dos Estados brasileiros poderão se ancorar no processo de crescimento e desenvolvimento econômico consciente, onde a indústria e a agropecuária obtenham nos recursos naturais um modo de produção sustentável, de forma que otimizem suas logísticas, contribuindo para o aumento de suas produtividades.

Sendo assim, o País tem passado por uma dependência de produtos básicos advindos do agronegócio, tendo que repensar o seu modelo de desenvolvimento econômicos para os Estados brasileiros, sustentados nas práticas modernas de uso intensivo de recursos naturais em conjunto com a forte concentração populacional.

Metodologia

Para a obtenção do índice de degradação ambiental em nível dos Estados brasileiros, utilizar-se-á a técnica multivariada de Análise Fatorial. A escolha dessa técnica se deve ao fato da variável “degradação ambiental” ser uma variável latente, ou seja, é aquela que não pode ser observada e nem mensurada diretamente, mas explicada pelo estudo de variáveis a ela relacionado.

O estudo envolve uma base conceitual do conjunto de variáveis altamente correlacionadas, apresentando a mesma estrutura subjacente, com objetivo de reduzi-las em um número menor de fatores. Sendo assim, a análise multivariada envolve múltiplas variáveis em um único conjunto de relacionamento e tem como objetivo a análise de uma diversidade de dados, encontrando pontos comuns, permitindo assim agregá-los em grupos ou fatores de discriminação e classificando por níveis de grupos (HAIR, 2005).

Segundo Hair (2005), a análise fatorial é uma ramificação da análise multivariada e muito utilizada no diagnóstico de dados em diversas áreas do conhecimento, principalmente, na economia, psicologia e biologia. Essa técnica trabalha basicamente com uma síntese de informações de uma matriz de dados em um número reduzido de fatores. A análise fatorial contribui na explicação de um número expressivo de variáveis em relação a uma mínima quantidade de fatores; permite ainda, que a formação das variáveis estatísticas (fatores) possa maximizar seu poder de explicação do conjunto inteiro de variáveis.

Será determinada a matriz das correlações entre os indicadores originais. Pode ocorrer a existência de variáveis pouco relacionadas com as demais, apresentando tendência de baixa proporção da variância “explicada” pelos fatores comuns. Neste caso, as estatísticas KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) e o teste de Bartlett (de esfericidade) serão utilizados para testar a adequabilidade do modelo de análise fatorial. O KMO apresenta um indicador que permite comparar a magnitude dos coeficientes de correlação, observados com as magnitudes dos coeficientes de correlação parcial que varia de 0 a 1.

As escalas para a interpretação do KMO são as seguintes: de 0,90 a 1,00: excelente; de 0,80 a 0,90: ótimo; de 0,70 a 0,80: bom; de 0,60 a 0,70: regular; de 0,50 a 0,60: ruim e de 0,00 a 0,50: inadequado (OYAMADA et al., 2013).

Para a elaboração do Índice de Degradação Ambiental (IDA), será realizada uma revisão bibliográfica dos trabalhos sobre esse tema. Primeiramente se utilizará a análise fatorial para redução da dimensão dos dados. Em seguida, para a construção do indicador final, serão estimados os pesos das variáveis por meio de modelos de regressão múltiplas, tendo a variável dependente e variável explicativa. O Índice de Degradação Ambiental será calculado por meio dos escores obtido por cada fator e sua representatividade na correlação dos dados.

O índice será calculado da seguinte forma:

$$IDA_j = \frac{\sum_{i=1}^m \varepsilon_{ji} \omega_i}{\sum_{i=1}^m \omega_i} \quad (01)$$

No qual, IDA_j é o índice de degradação ambiental do j-ésimo Estado; ε_{ji} o escore associado ao i-ésimo fator e ao j-ésimo Estado e ω_i a porcentagem explicada pelo i-ésimo fator. Segundo Silva e Ribeiro (2004), este índice representa uma medida de proporção de degradação ambiental de uma determinada região.

Nesse trabalho proposto, o número de fatores será definido conforme o nível mínimo de explicação da correlação dos dados. O modelo a ser adotado será o de Coletti (2010). Entende-se que cada fator deve participar do indicador final, somente com a participação na estrutura de correlação dos dados.

Para a elaboração do trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica, de dados secundários de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa (SEEG), para as 27 Unidades da Federação para 21 variáveis selecionadas, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Classificação dos grupos conforme variáveis selecionadas

Grupos de Variáveis	Descrição das Variáveis	
1. Extrativa Vegetal	X01	Produção de lenha - m3
2. Tecnologia Agrícola e Industrial	X02	Número de tratores - unidade
	X03	Número de indústrias de transformação – unidade
	X04	Área coberta com Pivôs - hectare
	X05	Número de Colheitadeira - Unidade
3. Degradação Ambiental	X06	Número de Focos de Calor - Unidade
	X07	Agrotóxicos - Tonelada
	X08	Frota de Veículos - Unidade
	X09	Gases Efeito Estufa (GEE) - Agropecuária - Tonelada
	X10	Gases Efeito Estufa (GEE) – Energia – Tonelada
	X11	Gases Efeito Estufa (GEE) – Mudança uso da terra – Tonelada

	X12	Gases Efeito Estufa (GEE) – Processos Industriais - Tonelada
	X13	Gases Efeito Estufa (GEE) – Resíduos – Tonelada
	X14	Área Unidades de Conservação / Área Total - %
	X15	Resíduos Sólidos Urbanos Coletado e não Tratado por Hab. (Kg/hab./dia)
	X16	Área Desmatada (Total dos Biomas) - Km2
4. População	X17	Densidade Demográfica - População/área em Km2
5. Caracterização Territorial	X18	Área de Mata e Floresta / Área Total
	X19	Área de Lavouras / Área Total
	X20	Área Pastagens / Área Total
	X21	Área Urbana / Área Total - %

As variáveis, relacionadas na Tabela 1, foram agrupadas em cinco grupos distintos, conforme sua relevância na explicação de fatores que possam influenciar a degradação ambiental (extrativa vegetal, tecnologia agrícola e industrial, degradação ambiental, população e caracterização territorial) conforme a contribuição de cada um na análise dos dados. Foram selecionadas vinte e uma variáveis que se relacionam diretamente e, ou, indiretamente com a degradação ambiental nas 27 Unidades da Federação.

Para a obtenção dos resultados será utilizado o software *Statistical Package for Social Science for Windows* (IBM/SPSS) na versão 20, apropriado para a elaboração de análises estatísticas de matrizes de dados.

A seleção dos artigos para pesquisa bibliográfica se dará através da mídia eletrônica, *SciELO*, *Google Acadêmico*, *IBGE* e *SEEG*. As palavras de busca serão análise fatorial, índice de degradação ambiental e Estados brasileiros.

Resultados

Para adequabilidade da análise fatorial, utilizou-se o teste de KMO (Kaiser-Meyer-Olkin). O resultado observado apontou valor do teste de 0,619, indicando uma boa adequabilidade dos dados, atendendo desta forma a classificação de Hair et al. (2005), no qual afirma que os valores superiores a 0,5 indicam a adequabilidade dos dados.

Foram extraídos 06 (seis) fatores com raízes características maiores que 1,000, contribuindo para a explicação da variância em 38,716% para o Fator 01 e 5,528% para o

Fator 06, estando os demais fatores neste intervalo de modo que, em conjunto, explicam 86,187% da variância total, considerado um percentual bem significativo.

Os dados da matriz de correlação foram avaliados, usando o teste de esfericidade de Barlett, apresentando-se adequados para análise (p -valor $< 0,01$).

O Fator 01 (F01) encontra-se positivamente correlacionado com as variáveis X02, X03, X08, X10, X12 e X13. Portanto, são variáveis pertencentes aos grupos de tecnologia agrícola e industrial, representado pelo número de indústrias e de tratores, e degradação ambiental, representado pela frota de veículos e gases de efeito estufa, que indicam prováveis impactos da ação antrópica relacionados ao uso de tecnologia aplicada ao setor rural e urbano.

O Fator 02 (F02) encontra-se positivamente correlacionado com as variáveis X04, X07, X09 e X16. Estas pertencem à tecnologia agrícola e industrial, representado pela área coberta com pivôs, à degradação ambiental, representado pelos agrotóxicos, gases de efeito estufa-agropecuária e área desmatada, demonstrando que a mesma contribui para o processo de degradação ambiental nos Estados brasileiros.

Analisando o Fator 03 (F03), verifica-se que o mesmo encontra-se positivamente correlacionado com as variáveis X14, X15 e X17. Estas pertencem à degradação ambiental, representado pela proporção da área das unidades de conservação em relação à área total e pelos resíduos sólidos urbanos coletados e não tratados por habitante (kg/hab./dia) e pela população representada pela densidade demográfica.

Em 2012, os Estados que mais se destacaram em termos de contribuição na degradação ambiental foram (primeiro decil) São Paulo (IDA de 1,948), Minas Gerais (IDA de 1,040) e Bahia (IDA de 0,579). Estes Estados apresentam as maiores cargas fatorias demonstrando forte influência das variáveis em seus fatores, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Ranking dos escores fatorias positivos, segundo os Estados, na análise fatorial de 21 indicadores (variáveis) nas Unidades da Federação, 2012

Classif.	UF's	F01	UF's	F02	UF's	F03	UF's	F05
1º	SP	4,233	MG	3,442	DF	4,257	BA	1,039
2º	MG	0,917	GO	1,971	RJ	1,824	PB	0,956
3º	SC	0,711	MS	1,312	SP	0,619	MS	0,952
4º	RS	0,676	MT	1,311	AP	0,308	CE	0,861
5º	RJ	0,577	BA	0,873	BA	0,233	SC	0,771

Fonte: Resultados da pesquisa.

O Estado de São Paulo, tendo sua base econômica voltada a grandes indústrias de transformação (31,20%), apresenta fortes indícios de degradação ambiental, dentre eles algumas práticas como a intensificação do uso e ocupação da terra, o potencial de degradação do solo e dos rios, a poluição do ar e o uso da água pelas usinas sem retorno aos corpos d'água. Além disso, apresenta grande concentração populacional ocasionando diversos problemas ambientais, como: poluição do ar, dado ao grande fluxo de veículos existentes, redução de área verde, moradias precárias, problemas com enchentes e ocupação desordenada do solo, dentre outras.

O que justifica o segundo lugar ao Estado de Minas Gerais é a expansão de sua base econômica na pecuária leiteira que figura como o maior produtor. Em termos práticos, todas as etapas da cadeia produtiva de carnes, leite e ovos, poluem o ar ou contribuem para as mudanças climáticas, pois o setor emite quantidades expressivas de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono, metano e óxido nitroso. No setor agrícola se destaca na produção de cana-de-açúcar, milho, soja, café e laranja, apresentando dessa forma a utilização mais intensiva de recursos hídricos, pois apresenta o maior uso de áreas cobertas com pivôs e uso em grandes proporções de agrotóxicos nas lavouras, além de apresentar maior área de desmatamento em 2012. Em relação às indústrias de transformação (12,08%) também contribuem para o processo de degradação ambiental, devido a emissão de gases tóxicos.

Já a Bahia, com IDA de 0,579, aparece em terceiro lugar e tem em sua base produtiva as principais culturas, como a cana-de-açúcar, soja, mandioca, milho, banana, laranja e mamão. Os indícios de degradação ambiental estão fortemente associados a essas culturas, pois em seu processo de produção algumas práticas como o uso intensivo da terra, usos de recursos hídricos e o processo de geração de gases de efeito estufa devido às mudanças de uso da terra estão prevalentes.

Considerações finais

O setor agropecuário nos Estados brasileiros passou por transformações importantes nos últimos anos, havendo mudanças significativas na estrutura produtiva econômica. Com isso, as relações entre o setor agropecuário e industrial se estreitaram, ocasionando mudanças na forma de produzir no meio rural. Deste modo, essa ação na forma de produzir leva à degradação ambiental, com maiores impactos em alguns Estados e menores em outros, devido à atividade produtiva desenvolvida por cada um.

Os resultados obtidos pela análise fatorial permitiram obter seis fatores que contribuíram para as análises do processo de degradação ambiental. Destes, os dois primeiros demonstraram forte correlação de que o aspecto tecnológico de produção explica a degradação ambiental tanto no meio urbano quanto no meio rural, sendo os que melhor explicam o processo de degradação ambiental.

Em nível nacional, os resultados apontaram os maiores índices de degradação ambiental para os Estados das Regiões Sudeste: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, Nordeste: Bahia, Maranhão, Ceará e Centro-Oeste: Mato Grosso e Goiás, comprovando a intervenção antrópica nestes Estados devido à alta densidade demográfica e a presença de indústrias de transformação instaladas.

Em geral, verifica-se que os Estados que mais degradaram estão sujeitos a ação antrópica, pelas atividades da agricultura e pecuária, juntamente com a utilização de métodos e técnicas modernas no processo de produção de cada atividade. As produções que mais contribuíram para o processo de degradação ambiental foram a de cana-de-açúcar, milho, soja, café, banana, cítricos (laranja, limão e tangerina) e da pecuária de corte e de leite.

O presente estudo demonstrou que os Estados brasileiros analisados apresentam expressivas emissões de gases de efeito estufa oriundos de diversos processos de produção agropecuária, como o gás metano e das emissões que ocorrem nas grandes cidades devido a queima de combustíveis fósseis (dióxido e monóxido de carbono). A participação mais ativa dos Estados na redução desses gases é de extrema importância no uso de recursos para investimentos em melhores tecnologias para o setor agropecuário e renovação da frota existente de forma a melhorar a qualidade do ar.

Referências

ALVES, L. B. **Análise dos fatores que influenciaram na modernização e na expansão da agropecuária no Estado de Goiás**. REFACER – Revista Eletrônica da Faculdade de Ceres. v. 1, n. 1. <http://ceres.facer.edu.br/revista/index.php/refacer/article/view/22/18>. 2012.

CERRI, C. C.; CERRI, C. E. P. Agricultura e aquecimento global. **Boletim da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**. Viçosa, Minas Gerais, v. 32, p. 40-44, 2007.

COLETTI, C.; TESTEZLAF, R.; RIBEIRO, T. A. P.; SOUZA, R. T. G. de; PEREIRA, D. A. **Water quality index using multivariate factorial analysis**. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. v. 14, n.5, p. 517-522. 2010.

CUNHA, N. R. da S.; LIMA, J. E. de; GOMES, M. F. M.; BRAGA, M. J. **A intensidade da exploração agropecuária como indicador da degradação ambiental na região dos Cerrados, Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural. vol.46 n.2, Brasília-DF, Abr./Jun. 2008.

HAIR Jr., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. Tradução de: Adonai Schulp Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. **Análise Multivariada de Dados.** – 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

OYAMADA, G. C.; SILVA, C. M. da; GATTI, F. Agricultura e Meio Ambiente: uma análise a partir do índice de degradação ambiental em Mato Grosso. In: LI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2013, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: SOBER, 2013.

SILVA, J. L. C., VIDAL, C. A. S.; BARROS, L. M.; FREITA, F. R.V. Aspectos da degradação ambiental no Nordeste do Brasil. **Revista e Sustentabilidade Ambiental.** Florianópolis, v. 7, n. 2, 2018.

SILVA, R. G. da; RIBEIRO, C. G. Análise da Degradação Ambiental na Amazônia Ocidental: um Estudo de Caso dos Municípios do Acre. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 91-110, 2004.

SOARES, I. A. **Análise da degradação ambiental das áreas de preservação permanente localizadas no estuário do Rio Ceará-Mirim/RN.** Trabalho de Especialização (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

TOTTI, M. E. **Gestão das águas na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul: governança, instituição e atores.** Tese de Doutorado (Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2008.

ZAMBRANO, C.; LIMA, J. E. de. **Análise Estática Multivariada de dados socioeconômicos.** In: SANTOS, M. L. dos (ed.); VIEIRA, W. C. (ed.). Métodos quantitativos em Economia. Viçosa. Ed. UFV, 2004

UNIDADE III

TERRITORIALIDADE, IDENTIDADES E POPULAÇÃO

Estudo de caso sobre a dinâmica territorial do município de Anápolis (GO): fragmentações e emancipações políticas

Luan Filipe F. Coelho¹⁶³
Dr^aJanes Socorro da Luz¹⁶⁴

Resumo: O município de Anápolis se destaca em Goiás por exercer um papel relevante para o desenvolvimento econômico, social e político do Estado. No contexto histórico, o município passa a ter uma identidade própria na primeira década do século XX, a partir de sua emancipação política e administrativa de Pirenópolis em 1907. No entanto, seu território passou por transformações, entre elas a fragmentação e a emancipação política, criando novos municípios. Todavia, Anápolis (GO) continuou em posição de comando regional, influenciando na dinâmica dos municípios regionais. O presente artigo faz uma revisão teórica sobre a categoria território, a fragmentação territorial e a emancipação política. Por fim, apresenta um estudo de caso sobre a fragmentação e a emancipação política do município de Anápolis (GO).

Palavras-chave: Território, fragmentação, emancipação política.

Introdução

O município de Anápolis se destaca em Goiás por exercer papel relevante para o desenvolvimento econômico, social e político do Estado. Em 1907, o município passa a ter uma identidade própria na primeira década do século XX, a partir de sua emancipação política e administrativa de Pirenópolis.

Todavia, foi na década de 1940 que iniciou o processo de fragmentação e, respectivamente, de emancipações que influíram na configuração do território do município. Trata-se de processo emblemático, pois conforme Cunha (2009, p. 49), “[...] o município perdeu um total de 65,03% do seu território. A área inicial do município em 1940 que era de 2.622 Km² e a atual que é de 917 Km²”. Tal situação se justifica, pois,

O crescimento econômico, acompanhado pelo crescimento populacional do município de Anápolis, desencadeou o processo de emancipação política dos seus principais distritos, como Nerópolis, em 1948, Nova Veneza, Damolândia, Brasabrantas e Goianápolis, em 1958, fazendo com que o município tivesse seu território reduzido expressivamente. Em 1963 foi a vez da emancipação de Ouro Verde de Goiás. Por último, ocorreu o desmembramento de Campo Limpo de Goiás

¹⁶³Graduado em Geografia (UEG); Especialista em Docência do Ensino Superior (UNIASSELVI); Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades (TECCER/UEG). E-mail: luangeografia@hotmail.com

¹⁶⁴Orientador deste trabalho. Docente do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER); Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília. E-mail: jnsluz@hotmail.com

no ano de 2000, completando assim o processo de fragmentação de Anápolis (CUNHA, 2009, p. 49).

O processo de fragmentação do município de Anápolis apresenta um paradoxo interessante para ser explorado, pois, a redução do território não influenciou, aparentemente, na sua trajetória econômica, social e política. Uma vez que mesmo com a fragmentação territorial do município e a emancipação política de alguns distritos, Anápolis (GO) continuou com uma posição de comando regional (LUZ, 2009).

No entanto, o território ao ser fragmentado, contribui com a emancipação política para atender interesses diversos, entre eles o do capital e do Estado. Assim, passa por transformações na sua estrutura que podem interferir de forma direta e indireta no cenário socioeconômico, assumindo proporções que ultrapassam a escala interna do município e alcançam escalas mais amplas. A exemplo, a formação de redes urbanas, o que nos remete para a necessidade de compreender as relações tanto internas quanto externas que o envolvem.

Nesse sentido, o artigo se justifica pois, contribui para a compreensão da dinâmica territorial do município de Anápolis (GO), considerando o processo de emancipação e fragmentação de seu território, além da revisão teórica sobre as principais categorias: território, fragmentação e emancipação política.

Desenvolvimento

Para melhor detalhar a proposta da pesquisa, é necessário realizar uma revisão teórica sobre as principais categorias nela presente. No levantamento realizado sobre os autores que abordam o território e suas transformações, cita-se Saquet (2013); Raffestin (1993); Souza (2000); Saquet e Silva (2008); Hasbaert e Limonad (2007); Santos e Silveira (2006); Castro (2005); Gomes (2015) entre outros.

Para discutir o processo de emancipação, elencamos Brandt (2010); Cigolini e Cachatori (2012); Miranda e Souza (2012); Nunes e Garcia (2015); Siqueira (2013). Barreira e Teixeira (2006); Miranda e Souza (2012); Nunes e Garcia (2015); Cigolini e Cachatori (2012), Siqueira (2013). Sobre a história econômica e política de Goiás destaca-se Neto (2002); Polonial (2004); Palacin (1994) entre outros.

De acordo com Ratzel (*apud* Saquet, 2013), o território, em uma abordagem geopolítica pode ser compreendido como área, ou seja, como uma parcela do espaço, com ou sem a presença do homem, com ou sem modificações. Complementando a ideia ratzeliana, Raffestin (1993, p. 143) aponta que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. O território se apoia no espaço, no entanto, não é o espaço em si. O território, para Souza (2000, p. 78) é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Assim, em ambas, tanto na definição de Raffestin quanto de Souza, faz-se necessário compreender quem domina, como realiza tal domínio, quem influencia e como.

Saquet e Silva (2008) também reforçam a noção de território construído e desconstruído por relações de poder, envolvendo diversos atores que territorializam suas ações no decorrer do tempo. No entanto, tal delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, sendo irregular e mudar para adequar as novas necessidades.

Nas palavras de Saquet e Silva (2008, p. 40), o

[...] Território corresponde aos complexos naturais e às construções/obras feitas pelo homem: estradas, plantações, fábricas, casas, cidades. O território é construído historicamente, cada vez mais, como *negação da natureza natural*. A materialidade do território é, assim, definida por objetos que têm uma gênese técnica e social, juntamente com um conteúdo técnico e social. Objetos organizados em sistemas e com influência direta no uso do território. Este é usado, reorganizado, configurado, normatizado, racionalizado (grifos do autor).

De acordo com Haesbaert e Limond (2007, p. 42-43) três questões devem ser consideradas no que diz respeito à categoria território:

Primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro.

O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza);

O território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica.

Para Moraes (2000, p. 18), “o território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais”. Ao

fazer menção a categoria território, logo vem a ligação e, em alguns casos, a confusão deste com o conceito de Estado-nação, pois até em meados do século XX “diante das constantes disputas por mercados consumidores pelos países capitalistas desenvolvidos, sobretudo no chamado Terceiro Mundo, o conceito de território confundia-se com a noção de Estado-Nação” (MARIANI; ARRUDA, 2008, p. 04).

De acordo com Moraes (2000, p. 19) “o território teria em sua gênese um movimento de expansão e conquista de espaços, o que o localiza também num lugar importante no universo de preocupações da geografia política e da geopolítica”. Em outras palavras, o território como

[...] o fenômeno de globalização, que provocou o surgimento de empresas multinacionais/transnacionais e a constante interligação dos múltiplos territórios em rede, minou o poder político dos Estados-Nação, conferindo ao conceito de território um sentido mais plural, recoberto de maior complexidade (MARIANI; ARRUDA, 2008, p. 4).

Então, o território passa a ter maior diversidade e com isso se torna mais complexo, gerando o que Santos e Silveira (2006) classifica como novas desigualdades territoriais. O contexto de desigualdade,

[...] persiste nas condições atuais. Todavia, produzir uma tipologia de tais diferenciações é hoje, muito mais difícil do que nos períodos históricos precedentes. As desigualdades territoriais do presente têm como fundamento um número de variáveis bem mais vasto, cujas combinações produz uma enorme gama de situações de difícil classificação (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 259).

Sobre a dinâmica espacial, Souza (2000, p. 81) afirma que “territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica”. Assim, com base na revisão teórica feita sobre a categoria território, correlacionamos este com o processo de emancipação política e administrativa do território, em Goiás e no município de Anápolis (GO).

A configuração territorial dos municípios brasileiros está em constante processo de transformação que influem diretamente nos aspectos políticos, econômicos e na dinâmica de seus habitantes. Entre as alterações, podemos destacar o processo de emancipação política, que por sinal é discutido na presente proposta de pesquisa. Nas palavras de Miranda e Souza (2012, p. 4)

A emancipação político-administrativa de um município é o ato através do qual um distrito torna-se um município, ou seja, deixa de estar subordinado ao município de origem e passa a constituir um novo município, com governo próprio, prefeito e vice-prefeito municipais, câmara municipal, vereadores, leis próprias, arrecadação de tributos e de impostos próprios.

A criação de novos municípios ocorre geralmente a partir da fragmentação e emancipação política de seus distritos. Na leitura feita por Nunes e Garcia (2015), entre os principais argumentos utilizados para justificar a emancipação política e administrativa estão o descaso da administração do município de origem; a existência de uma forte atividade econômica local; a grande extensão territorial do município de origem; e o grande aumento da população local. O Quadro 1 apresenta a quantidade de municípios no Brasil. Observe:

Quadro 1 – Número de municípios no território brasileiro entre 1940/2019

Ano	Municípios no Brasil
1940	1.574
1950	1.889
1960	2.766
1970	3.952
1980	3.974
1991	4.491
1993	4.974
1997	5.507
2000	5.560
2009	5.565
2019	5.570

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponíveis no IBGE.

Ao observar o quadro, é possível constatar o salto no número de municípios que foram criados no período de 1940 e 2019. Para reforçar os argumentos apresentados, podemos destacar que as emancipações podem ocorrer via

[...] estratégias políticas, seja de grupos que buscam, através da emancipação, alcançar representatividade política ou formar áreas de influência, para obtenção de vantagens econômicas e eleitorais, seja de grupos que encontram na emancipação uma forma de conseguir renda e propiciar o desenvolvimento local (CIGOLINI; CACHATORI, 2012, p. 6).

Para compreender o processo de emancipação política administrativa no Brasil, é necessário recorrer aos artigos e incisos das Constituições republicanas, que nortearam tal

processo. Na leitura de Nunes e Garcia (2015), Miranda e Souza (2012), o processo de emancipação político administrativa de municípios no Brasil é antigo, porém ocorreu de forma mais acentuada nos períodos democráticos como o da República Populista (1945-1964) e o da Nova República (1985-1996). Em síntese,

[...] Na Constituição de 1891, era preconizada a autonomia municipal, porém a sua viabilidade concreta foi dificultada devido à escassez de recursos colocados à sua disposição, sendo de competência dos governos estaduais a função de fiscalização administrativa e financeira dos municípios. Assim, a autonomia municipal era praticamente inexistente, permanecendo os municípios sob tutela dos Executivos estaduais, que garantiam a sua base de apoio político através da manipulação exercida sobre os governos locais.

A Constituição de 1934, por um lado, estimulava a autonomia municipal, garantindo a eleição de prefeitos e vereadores e a participação dos municípios na arrecadação tributária, mas, por outro, permitia que os executivos estaduais controlassem administrativa e politicamente os municípios, através dos departamentos de municipalidade, anulando em grande medida a autonomia local.

A Constituição de 1946, conhecida como Constituição municipalista, procurou fortalecer as instituições municipais, através de instrumentos que garantissem a autonomia financeira e tributária. Tais instrumentos foram instituídos com uma reforma tributária que estabelecia uma repartição de receitas que favorecia claramente os municípios mais pobres (SIQUEIRA, 2013, p. 02-03).

De acordo com o excerto anterior, o processo de emancipação e a criação de novos municípios no Brasil têm ênfase e entra na agenda governamental a partir da década de 1940, sobretudo com a promulgação da Constituição de 1946. Nesse contexto, é interessante destacar, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, em 1940, o Brasil detinha 1.574 municípios, número que se elevou para 1.889 em 1950. Ao analisar os dados, é possível constatar a emancipação e a criação de 315 novos municípios no território brasileiro durante uma década (1940-1950).

Sobre a Constituição de 1946, “[...] em contraposição à Constituição autoritária de 1937, ampliou a autonomia financeira e política dos municípios, restaurando a eleição dos prefeitos e promovendo sua participação nos recursos tributários partilhados pela União” (BRANDT, 2010, p. 60). Nesse sentido, os governos estaduais incentivaram a criação de novos municípios, pois a partir de 1940, a distribuição de recursos financeiros via Fundo de Participação dos Municípios (FPM) eram iguais a todos os municípios, independente da sua estrutura política e administrativa.

No que versa sobre o papel da Constituição Federal de 1988 na criação de novos municípios, Siqueira (2013, p. 1) destaca que “a nova Carta Constitucional fortaleceu as unidades subnacionais, principalmente o governo municipal, pois inaugurou um novo *status*

para os municípios através da determinação da sua independência política e financeira”. Nesse sentido, a nova constituição propiciou o incremento no número de municípios no Brasil entre 1988 a 1996. Assim,

Após a Constituição de 1988 o papel sobre a regulação das emancipações coube à esfera estadual legislar sobre a regulamentação das emancipações, através de leis complementares. Este foi um dos mecanismos institucionais que gerou as condições propícias para a recente onda emancipacionista e, em grande parte, determinou o seu ritmo diferenciado por estado (CIGOLINI; CACHATORI 2012, p. 6).

Para cessar o processo de emancipação política no Brasil, o

[...] Governo Federal conseguiu aprovar a Emenda Constitucional nº 15, em 1996, foi descartada qualquer possibilidade de serem criados novos municípios no Brasil e, por conseguinte, a continuidade do surto emancipacionista que foi deflagrado a partir da aprovação da Constituição de 1988 (NUNES, GARCIA, 2015 p. 109, grifo dos autores).

Todavia, no ano de 2008, a discussão sobre o processo de emancipação política retoma a agenda governamental. Dessa vez,

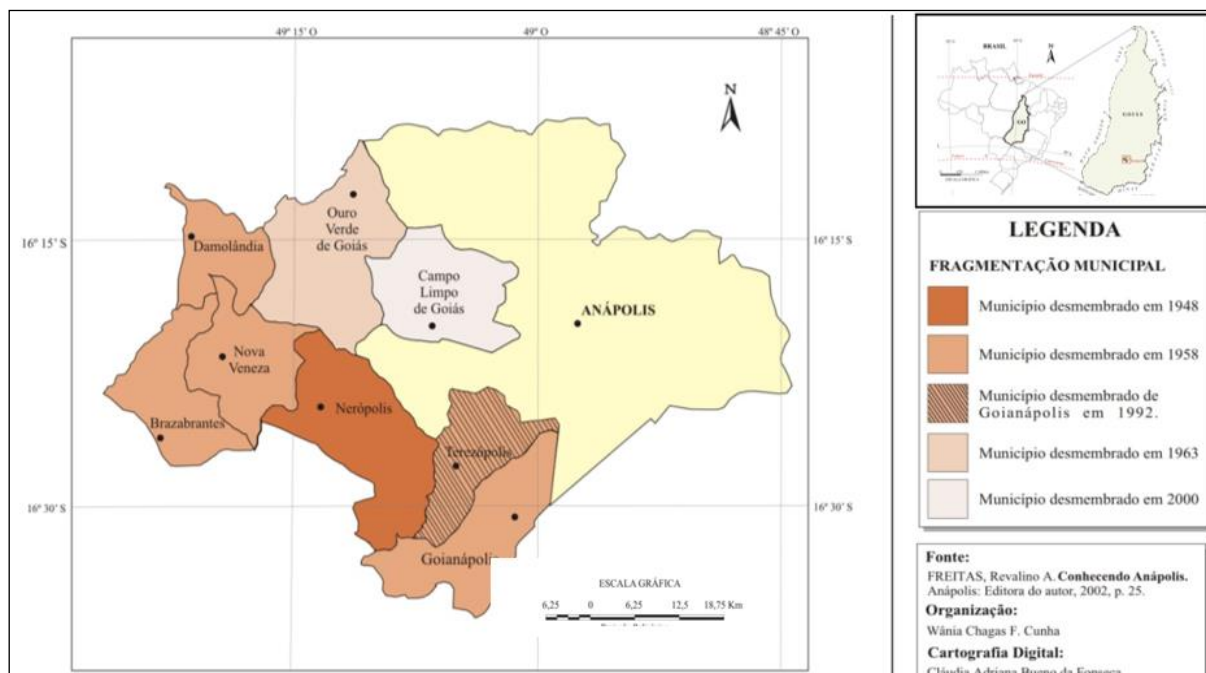
[...] o Senado Federal discutiu o Projeto de Lei nº 98, que regulamentava a criação de novos municípios no Brasil. O projeto define critérios de população, e de viabilidade econômico-financeira, socioambiental e político-administrativa para disciplinar a emancipação de municípios, que contribuirão para a eficiência na utilização de recursos públicos (BRANDT, 2010, p. 60).

Na conjuntura atual, o Brasil possui “[...] um total de 5.570 municípios, distribuídos em seu vasto território nacional. Entretanto, a grande maioria dos municípios brasileiros é dependente dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mesmo os que foram criados recentemente” (NUNES, GARCIA, 2015, p. 109). Assim, é possível constatar que mesmo após os incentivos das Unidades da Federação para a emancipação de novos municípios, estes ainda vão continuar dependentes dos repasses federais.

Entre os municípios que foram submetidos ao processo de emancipação política, está Anápolis, situado no Estado de Goiás. De acordo com Freitas (1995, p. 17), a fragmentação e “o desmembramento de Anápolis ocorreu em três dos quatro surtos emancipatórios ocorridos em Goiás, após o fim do Estado Novo”.

Ilustração 1 – Emancipações internas no município de Anápolis (GO): 1948 a 2000

Ilustração 1: Fragmentação territorial do município de Anápolis (GO), entre 1948 e 2000



Fonte: CUNHA, W.C.F (2009, p. 48)

Com o primeiro processo emancipatório, criou-se Nerópolis. O segundo processo emancipatório que afetou diretamente Anápolis ocorreu em 1958, quando quatro distritos foram elevados a municípios, sendo eles: Goianápolis, Nova Veneza, Brasabranes e Damolândia.

No ano de 1963, criou-se então o município de Ouro Verde de Goiás, através da Lei Estadual número 4.592, de 1º de outubro do mesmo ano, que emancipou o distrito de Boa Vista do Matão. Outra perda territorial para Anápolis foi, de acordo com o IBGE (2013), o desmembramento do distrito de Rodrigues Nascimento, pela Lei Estadual número 13.133 de 21 de julho de 1997 dando origem a Campo Limpo de Goiás.

Considerações finais

O território, seja ele em escala federal, estadual ou municipal está em constante processo de (re)construção desde a chegada dos colonizadores europeus. As alterações que nele ocorrem são resultados de interesse do capital, do estado e de diferentes agentes que o produzem.

Entre as fragmentações territoriais no Brasil, podem-se destacar as capitâncias hereditárias, as províncias e a criação, emancipação e extinção de unidades federativas. Em Goiás, a configuração territorial também passou por transformações, entre as de maior destaque está a fragmentação e a criação do Estado do Tocantins na década de 1980, fator justificado por um viés econômico e de planejamento. Em um recorte municipal, pode-se analisar o caso de Anápolis (GO) que passa a se fragmentar e perder território desde o momento em que seus distritos e áreas que até então pertenciam ao município começam a se emancipar politicamente. Entre os interesses envolvidos no processo emancipatório, pode-se destacar os econômicos, sociais e políticos.

Todavia, Anápolis mesmo perdendo territórios, continua a exercer forte atuação regional sobre os novos municípios que foram fragmentados e emancipados a partir de seu território original. Essa atuação se deve em virtude de sua localização privilegiada, por ser polo que recebe diariamente cidadãos para as mais diferentes atividades (educação/saúde/lazer), além de concentrar um distrito agroindustrial responsável pela geração de empregos.

Referências

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes; TEIXEIRA, Renato Araújo. Reestruturação e fragmentação das cidades regiões na dinâmica espacial goiana: um olhar sobre o entorno de Brasília. **II Encontro de Grupos de Pesquisa**. Uberlândia, 2006. Disponível <http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t60.pdf> Acesso em 06 abril 2019.

BRANDT, Cristina Thedim. A criação de municípios após a Constituição de 1988: O impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional no 15, de 1996. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília nº 187 p. 59 a 75. jul./set. 2010. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/198693> Acesso em 06 de maio de 2019.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política: território, escala de ação e instituição**. Rio de Janeiro, Bertrand, 2005.

CIGOLINI, Adilar Antônio. CACHATORI, Thiago Luiz. Análise do processo de criação de municípios no Brasil. **Anais**, XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 2012. Disponível em www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/11-A-Cigolini.pdf Acesso em 10 de maio de 2019

CUNHA, W.C.F. **Dinâmica Regional e estruturação do espaço intraurbano: um estudo sobre as influências do DAIA na economia anapolina a partir de 1990**. Dissertação de mestrado, UFG, GO. Goiânia, 2009.

FREITAS, R.A. **Anápolis: passado e presente**. Anápolis: Voga 1995.

GOMES, R.C.C. A fragmentação do território no Brasil e a reprodução das relações de poder: uma leitura a partir do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, nº 1, p. 231 - 250, jan./jun. 2015. <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7245>
Acesso em 12 maio 2019.

HAESBAERT, R e LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-20, 1º. sem., 1999 Disponível em
http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf Acesso em 10 abril 2019.

LUZ, J.S. **A produção do espaço de Anápolis/GO: A trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009.** 2009. Tese de doutorado. UFU, Uberlândia, MG, 2009.
MARIANI, M.A.P; ARRUDA, D. O. Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS. **48º Congresso Sober**. Campo Grande, p 01-18, 2010. Disponível em
<http://www.sober.org.br/palestra/15/301.pdf> Acesso em 14 abril 2019

MIRANDA, Nascimento Marques de; SOUZA, Lucas Barbosa e. Emancipação de municípios no Brasil: uma análise a partir do movimento emancipatório de Taquaralto, área sul de Palmas (TO). **Revista Interface**. Tocantins, nº 04 p03 a 16. Maio, 2012. Disponível em
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/354> Acesso em 10 mai 2019.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2000.

NETO, Antônio Teixeira. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In ALMEIDA, Maria Geralda de. (Orgs). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia, Ed UFG, 2002, p 11-46.

NUNES, Marcos Antônio; GARCIA, Ricardo Alexandrino. Surto emancipacionista no Brasil na década de 1990 e seu reflexo no balanço migratório dos municípios recém criados. **Revista Geografias**. Belo Horizonte, n. 1, p. 108 a 127. Jan a jun. 2015. Disponível em
<http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geografias/article/view/702/544>. Acesso em 06 mai 2019.

PALACIN, L. **O século do Ouro em Goiás**. 4ª edição. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

POLONIAL, Juscelino. **Terra do Anhanguera: história de Goiás**. 2ª ed. Goiânia, Kelps, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução: Maria Cecilia França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Ed Outras expressões, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v 2, nº 18, p 24-42. Ano 10, 2º semestre de

2008. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179> Acesso em 02 maio 2019

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIQUEIRA, Cláudia Gomes. **Emancipação Municipal Pós Constituição de 1988:** Um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulistas. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Geografia:** Conceitos e Temas. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

Breves considerações sobre possibilidade de estudo sobre a cidade de Anápolis a partir de mapeamentos digitais

Rafaela de Paula Oliveira¹⁶⁵
Matheus Augusto Camargo Oliveira¹⁶⁶
Kesia Rodrigues dos Santos¹⁶⁷

Resumo: Mapas são fontes de pesquisa e embasamento muito necessárias não somente no campo acadêmico como também político-administrativos. No entanto, há uma certa dificuldade na acessibilidade destes dados, uma vez que muitos não estão disponibilizados publicamente, ou são demasiadamente antigos, podendo haver dificuldade na leitura de suas informações. Por estes motivos, o Projeto de Pesquisa Anápolis em Mapas: do século XIX aos dias atuais, visa trazer estes mapas para um banco de dados georreferenciados, o qual tem como objetivo compilar e organizá-los para o subsídio de pesquisas e interrelações de dados geográficos em ambiente digital no Sistema de Informação Geográfica (SIG). Para o encaminhamento desta pesquisa fez-se necessário o estudo bibliográfico, documental e cartográfico em documentos históricos, além do mapeamento de dados do meio físico e socioeconômicos.

Palavras-chave: Cartografia, Mapas, Georreferenciamento, Banco de Dados.

Introdução

O geoprocessamento é de suma importância no que diz respeito a análise de informações espaciais, pois descreve dados e objetos através de coordenadas geográficas e trabalha suas informações através das relações topológicas (CÂMARA; ORTIZ, 1998). Os produtos cartográficos disponíveis para análise são registros de suma importância para a visualização e compreensão de processos que dizem respeito às movimentações espaciais de uma dada malha. No entanto, muitos destes estão em condições pouco favoráveis e/ou acessíveis para que possam ser trabalhados.

Nestes casos, faz-se necessário uma reformulação do material já disponível com apoio das novas tecnologias, para que se torne legível, compreensível e de fácil acesso para o estudo dos mesmos ou qualquer outro interesse que possam ser utilizados.

¹⁶⁵ Graduanda de Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Goiás. Bolsista da Iniciação Científica subsidiada pela UEG. E-mail: rafaeladepaula03@gmail.com

¹⁶⁶ Graduando de Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Goiás. Voluntário da Iniciação Científica subsidiada pela UEG. E-mail: camargo.aco.98@gmail.com

¹⁶⁷ Docente no curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Goiás. Orientadora/Coordenadora deste trabalho e do projeto Anápolis em Mapas: do século XIX aos dias atuais. E-mail: k2r3s4@yahoo.com.br

A base de dados de mapas históricos de Anápolis, ordenada em compilados, é uma forma de contribuir para que a informação possa ser acessível e clara aos interessados, servindo não somente para finalidades acadêmicas como também públicas.

Por esses motivos, este estudo visa abordar a necessidade e a utilidade de se criar um banco de dados georreferenciados, no qual seja produzido, organizado e compilado dados cartográficos da cidade de Anápolis, publicados e/ou divulgados a partir do século XX, para o eventual subsídio de pesquisas que necessitem de uma base cartográfica referencial.

Objetivos

Esta pesquisa propõe compilar mapas de Anápolis, elaborados, publicados e/ou divulgados no século XX. Após esta compilação, os mapas serão organizados um banco de dados georreferenciado para, futuramente, subsidiar pesquisas e interrelações de dados geográficos no ambiente digital.

Metodologia

Quanto à metodologia que norteará esta pesquisa, será: pesquisa bibliográfica, documental e cartográfica em documentos históricos para a elaboração do banco de dados digital em ambiente SIG; além do mapeamento de dados do meio físico e socioeconômico representados nos mapas compilados ao finalizar deste projeto.

Para conduzir esta metodologia, tem-se como base o método de análise ambiental proposto por Xavier da Silva (1993) que abrange uma proposta de Sistema de Análise Geoambiental. Dentro deste método, analisa-se os impactos como decorrências do meio físico e dos processos e dinamismos nele existentes através do tempo. Este estudo analítico se dá por meio de dados e informações temporais registradas mediante a ocorrência de fenômenos – sociais, ambientais ou de qualquer outra natureza que, diretamente, afete o comportamento ou a estrutura espacial a ser analisada. Tal abordagem é de suma importância não somente para o vislumbre do passado, mas para a compreensão do presente e suposição do futuro.

Referencial Teórico

Para embasar o que diz respeito a esta pesquisa, partimos da necessidade de contextualizar a cidade de Anápolis e seus processos de ocupação, tal como estes impactaram diretamente o que tange os aspectos físicos-naturais e expressam a expansão da cidade. Como afirma Santos (2004, apud CUNHA, 2009), é fundamental levar em consideração as ações ocorridas no passado para compreender o presente, abrangendo suas motivações locais e extralocais para compreender que a realidade posta é resultado de um trabalho construído ao longo do tempo.

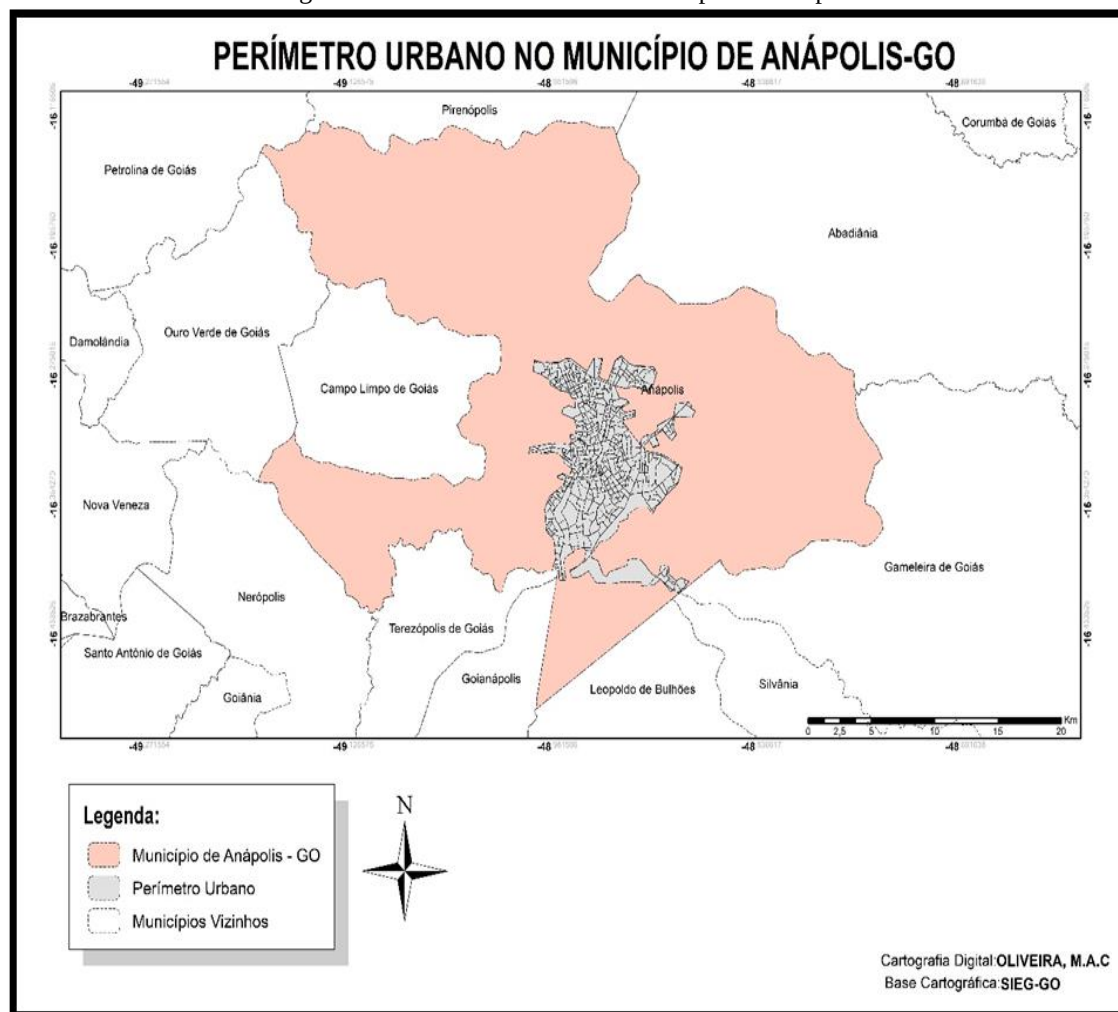
Anápolis, inicialmente surgiu como pouso de tropeiros que faziam caminho até Bonfim (Silvânia), Meia Ponte (Pirenópolis), Vila Boa (Goiás) e Vila de Corumbá (Corumbá de Goiás). A primeira vista, era um local rico em cursos d'água, abrangendo o Góis, Antas, Olhos d'Água, Cesário, Capuava, Água Fria, Nunes, e o João Leite, afluente do rio meia ponte (RAMOS, 2013).

O solo fértil e o grande manancial de água propiciavam as fazendas a formação de agricultura de subsistência, de pastagens para criação de gado e possuindo, algumas delas, engenho de cana de açúcar. Embora esta região não fosse centro de garimpo de ouro, avizinhar-se a eles foi fator importante para que ela se tornasse conhecida ao longo do roteiro das grandes tropas que transportavam esse metal (RAMOS, 2013, p. 11).

Para França (1985), a criação da estrada que ligava o que hoje é a Cidade de Anápolis até o sítio urbano que sediaría a Colônia em Goiás foi um fator fortemente estruturante e positivo para que o então vilarejo pudesse ganhar força de expansão e que, já naquela época, se fortalecia com a demanda de produtos agrícolas.

Por esses motivos, a cidade de Anápolis tornou-se propícia não somente para o pouso, mas para estabelecer sítios, fazendas, engenhos, plantações e eventuais comércios. Cunha (2009) caracteriza a evolução de Anápolis em 5 principais fases, sendo elas: I) 1870-1900: o surgimento do povoado e o crescimento urbano/econômico inicial; II) 1900-1930: o fortalecimento econômico e o início da estrutura urbana; III) 1930-1950: a consolidação econômica regional; IV) 1950-1970: a importância regional da cidade em contraponto e a reorganização urbana; V) 1970-1990: a implantação do Distrito Agro-Industrial e seus reflexos na organização urbana da cidade.

Figura 1 – Perímetro Urbano do município de Anápolis.



Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados: SIEG-GO

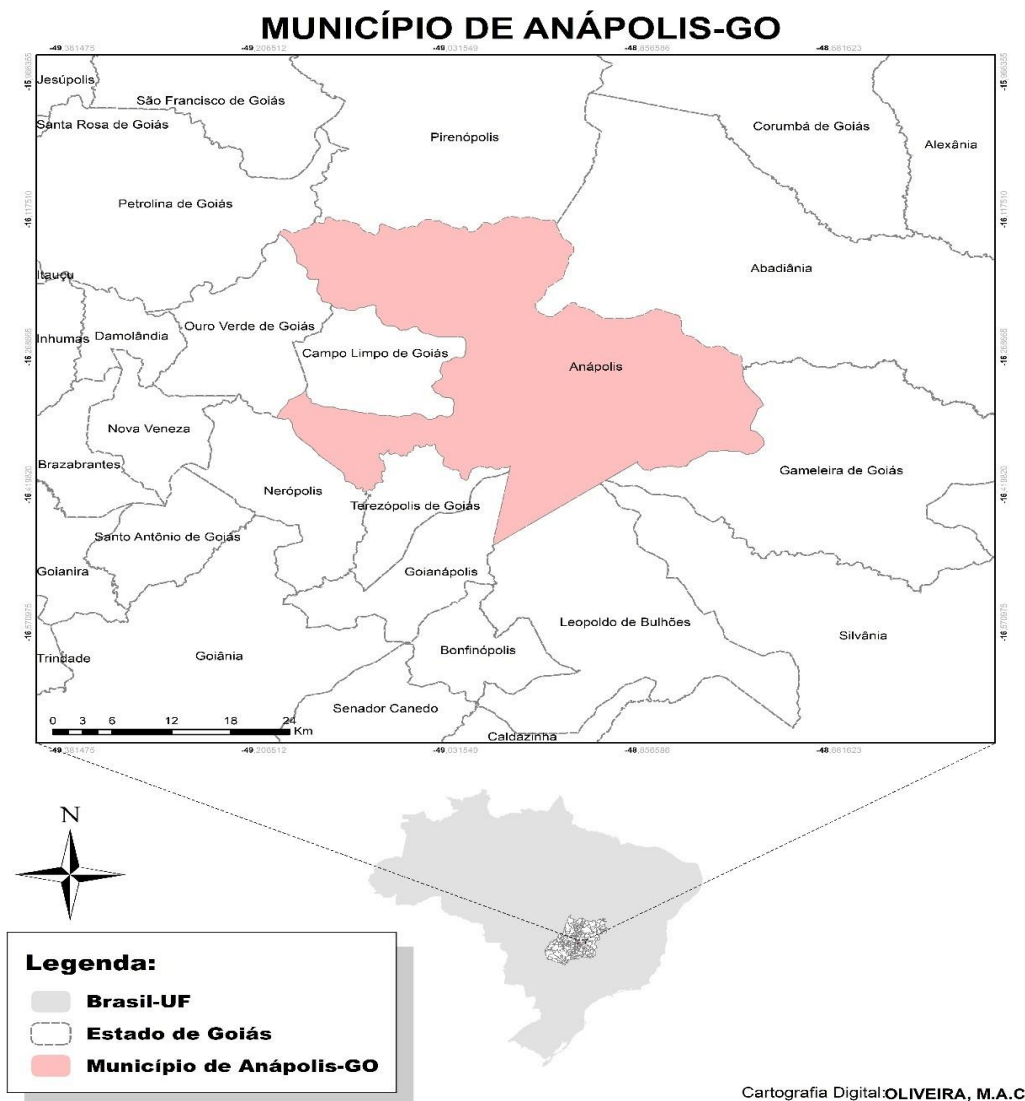
Neste sentido, a visualização destes processos em análise cartográfica se torna clara e coesa quando relacionadas aos demais fatores envolventes neste processo de expansão e ocupação do território municipal da cidade de Anápolis. Por esses motivos, as técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento são elementos contribuintes de trabalhos onde tal técnica seja necessária e auxiliar para o gerenciamento e apontamento de quaisquer questões pertinentes ao espaço analisado (COSTA e SILVA, 2004).

Resultados e Discussões

O início do povoamento de Anápolis ocorreu com os movimentos dos tropeiros que estavam em busca de lavras de ouro em províncias como a Meia Ponte, Corumbá de Goiás,

de 2010, Anápolis possuía população de 334.613 habitantes com estimativa de 381.971 para o ano de 2018. Atualmente a área do município possui 933,156km².

Figura 3 - Localização do município de Anápolis.



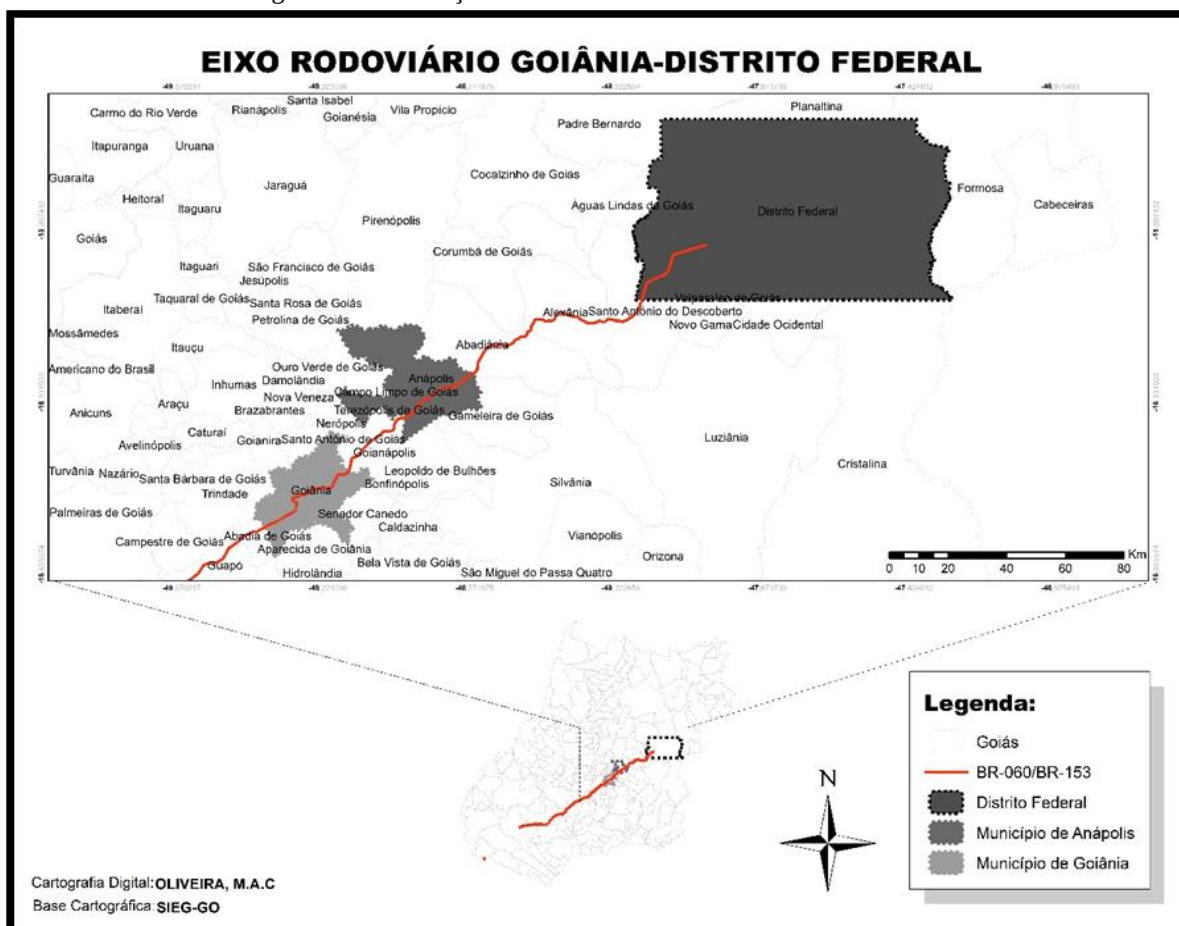
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados: SIEG-GO

Além de mostrar o município de Anápolis em razão do território nacional e o perímetro urbano, os mapas também ilustram importantes fatores na construção e desenvolvimento do município como um todo.

Ao abordar a história de Anápolis destaca-se que o município está localizado em uma região estratégica da Mesorregião do centro goiano, fixado no meio de um importante eixo

socioeconômico, (eixo Goiânia-Anápolis-Brasília), que oferta ao município um papel notável na economia do país.

Figura 4 - Localização do eixo rodoviário Goiânia-Distrito Federal



Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados: SIEG-GO.

Já o mapa do eixo Distrito Federal – Goiânia (figura 4) demonstra um fator vantajoso do município, por estar localizado entre a capital do Estado de Goiás e a capital do país, dessa forma, o desenvolvimento é estimulado em diversos aspectos, como cultural, econômico e social.

Portanto, ao explanar um pouco da história do município de Anápolis e a localidade deste no país evidenciou-se a utilidade da Cartografia Digital e do Geoprocessamento para a melhor compreensão, visto que, os mapas temáticos foram usados para ilustrar a história. É dessa forma que se pode compreender a necessidade de possuir uma base de dados cartografados para melhor compreensão – de maneira visual – de diversos aspectos referentes

a cidade de Anápolis. Com tudo isso, destaca-se a importância do Projeto, no sentido de demonstrar e compreender o uso, ocupação e alteração do espaço geográfico na cidade de Anápolis através do tempo, proporcionando, futuramente, estudos mais específicos e melhor respaldados.

O resultado esperado ao fim do trabalho, especificado aqui, será a inserção dos mapas históricos, com diversas temáticas, no banco de dados georreferenciado que essa pesquisa objetiva elaborar.

O produto final da pesquisa, a qual esse plano de trabalho se integra, será a construção de um banco de dados georreferenciado sobre Anápolis, que auxiliará em pesquisas futuras, tanto no âmbito acadêmico quanto político-administrativo. Tal banco de dados auxiliará, ainda, na otimização do tempo de realização de diversos tipos de pesquisas, ações e produções cuja temática envolva Anápolis.

Considerações finais

É dever do pesquisador tornar seu trabalho útil não somente ao meio acadêmico, como também para toda a sociedade. E é nesse sentido que a base de dados georreferenciados faz-se necessária para que a informação, a partir dela, possa ser encontrada de maneira mais acessível e clara, colaborando para demais outras pesquisas e pesquisadores anapolinos – ou não – que tenham interesse ou necessidade de informações socioespaciais, geomorfológicas ou político-econômicas sobre a cidade.

Estes são resultados preliminares de um projeto de pesquisa que, a partir dele e de seus mapas compilados e ordenados, poderá ser analisado com mais respaldo questões que tangem sua expressividade regional a partir do século XX até os dias atuais. Este projeto ainda está em processo de cartografar o material pré-existente e compilá-los em uma só base. E muito embora seja estabelecido uma escala temporal para que o mesmo se finde, seu material, ainda assim, poderá continuar sendo atualizado e aprimorado de acordo com as necessidades e finalidades do mesmo.

Bibliografia

CÂMARA, G.; ORTIZ, M. J. 1998. Sistemas de Informações Geográficas para Aplicações Ambientais e Cadastrais: Uma Visão Geral. In: XXVII Congresso Brasileiro de Engenharia

Agrícola. (Org.). **Cartografia, Sensoriamento e Geoprocessamento**. 1 ed. Lavras-MG: UFLA/SBEA, 1998, v. 001, p. 1-236

COSTA, N. M. C. e SILVA, J. G, 2004. Geoprocessamento aplicado à criação de planos de manejo: o caso do Parque Estadual da Pedra Branca. In: Jorge Xavier da Silva; Ricardo Tavares Zaidan. (Org.). **Geoprocessamento e Análise Ambiental: Aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, v., p. 67-114

CUNHA, W. C. F. **Dinâmica Regional e Estruturação do Espaço Intraurbano**: um estudo sobre as influências do DAIA na economia Anapolina a partir de 1990. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

FRANÇA, M. de S. **Terra, trabalho e história**: a expansão agrícola no “Mato Grosso” de Goiás – 1930/55. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

RAMOS, E. S. **História de Anápolis**: Cidade de Ana, o começo. Goiânia: Kelps. 2013.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. In: CUNHA, W. C. F. **Dinâmica Regional e Estruturação do Espaço Intraurbano**: um estudo sobre as influências do DAIA na economia Anapolina a partir de 1990. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

XAVIER DA SILVA, J. Geomorfologia e Geoprocessamento. In: **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. GUERRA, A.J.T. e CUNHA, S. B. (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição. p. 393-414.

CACUNDA DE LIBRINA: A mulher Geraizeira e suas Tradições

Yara F. de Farias Veras

Introdução

Geraizeiros e geraizeiras são pessoas que formam uma população tradicional que habita porções de terras do Cerrado Brasileiro que estão localizadas em espaços que são denominados por eles mesmos como Gerais. Essas regiões de chapadões e planaltos ao norte do estado de Minas Gerais e também no oeste da Bahia. São frequentemente chamados “os camponeses do sertão”. Durante a década de 1970, a paisagem foi radicalmente modificada, o plantio empresarial de monoculturas implicou na expropriação de terras comunais. Esse processo foi e ainda é de grande impacto ambiental e social.

As comunidades do Cerrado têm traços de agricultores familiares. Este bioma abriga pessoas que vivem em comunidade e mantêm uma relação direta com a natureza, pois sua reprodução física e social depende diretamente do seu território e dos recursos naturais ali encontrados como, frutos nativos, ervas medicinais, material para produzir artesanato entre outros que são característicos daquela região. Ocupando uma fronteira com a caatinga, essa porção de cerrado é cheia de simbologias, saberes tradicionais que são mantidos pelas mulheres da comunidade bem como seus significados culturais, sociais e religiosos.

Os *cacunda de librina*, apelido que foi dados aos geraizeiros pelos catingueiros por sua característica de estar sempre com o dorso/lombar de suas vestes molhadas ou úmidas de neblina que é comum no alto das chapadas nos meses de abril a agosto trazem uma sabedoria específica sobre os frutos, ervas e plantas medicinais. Saberes esses que são mantidos como tradição entre seu povo que luta pela preservação do cerrado e de sua identidade social.

O presente estudo será realizado nas Comunidades Geraizeiras Vale das Cancelas no norte de Minas Gerais e na Comunidade de Cacimbinha/Arroz, no oeste da Bahia que abrigam os Povos Tradicionais do Cerrado. Onde pretendo observar e entrevistar as mulheres desta comunidade. Com a metodologia de pesquisa qualitativa, realizar observação in loco para identificar no cotidiano desta comunidade a força e a representatividade de suas tradições. Mostrarei dessa forma, os conhecimentos e saberes da mulher Geraizeira sobre a natureza e

seu território cercado de simbolismos. Trazendo visibilidade a todas as implicações da identidade dessa comunidade.

O geraizeiro tenta manter o cerrado como herdaram de seus primeiros habitantes, os povos indígenas que datam historicamente como os primeiros habitantes dessas terras assim como os escravos que fugiam pelas matas ou mesmo que ganhavam liberdade de seus donos. Eles caçam, pescam, produzem artesanato de qualidade, mas também enfrentam conflitos agrários e dificuldades imensas de inclusão social. São povos que resistem junto outras populações tradicionais do Cerrado e que aprenderam ao longo de séculos a retirar do cerrado recursos para a alimentação, utensílios e artesanatos. São povos que lutam a cada dia para não perder mais terras, mais natureza, mais valores culturais, mais vida. Povos que dependem da consciência das gerações presentes e futuras para continuarem preservando a biodiversidade do Cerrado, mantendo vivas sua identidade nas tradições culturais e nas cerimônias religiosas, na culinária, nas cantigas antigas e suas danças representativas.

A mulher se faz objeto desse estudo, no sentido de manter vivas as tradições e saberes que implicam conhecimentos que se mostram inerentes a ela. Além, claro de se encarregar das tarefas domésticas como cozinhar, cuidar da casa e dos filhos, foi percebido também um conhecimento peculiar para extrair do Cerrado, plantas medicinais, frutos e produzir artesanato. É sabido também que ela participa ativamente na organização das tradições religiosas e culturais de sua comunidade.

Desenvolvimento

Os geraizeiros e geraizeiras tentam manter o cerrado como herdaram de seus primeiros habitantes, os povos indígenas que datam historicamente como os primeiros habitantes dessas terras. Eles caçam, pescam, produzem artesanato de qualidade, mas também enfrentam conflitos agrários e dificuldades imensas de inclusão social. São povos que resistem junto com outras populações tradicionais do Cerrado e que aprenderam ao longo de séculos a retirar do cerrado recursos para alimentação, utensílios e artesanatos. São povos que a cada dia lutam para não perder mais terras, mais natureza, mais valores culturais, mais vida. Povos que dependem da consciência das gerações presentes e futuras para continuarem preservando a biodiversidade do Cerrado, mantendo vivas suas tradições culturais nas cerimônias religiosas, culinária, na música e na dança.

A mulher geraizeira se faz objeto deste estudo, no sentido de manter vivas tradições que implicam conhecimentos que se mostram inerentes a ela. Além, claro de se encarregar das tarefas domésticas como cozinhar, cuidar da casa e dos filhos, foi percebido o seu conhecimento em extrair do cerrado plantas medicinais, frutos e produzir artesanato e ela também que participa ativamente da organização das tradições religiosas e culturais de sua comunidade.

Paul Oliver, no verbete “tradição e transmissão” da *Encyclopédia of VernacularArchitecture* enuncia que se consideram tradicionais “aqueles aspectos do comportamento, dos costumes, do ritual ou do uso de artefatos que foram herdados das gerações anteriores”. A tradição teria, então, uma dimensão necessariamente conservadora: o presente repetiria o passado através daquilo que foi herdado, nesse sentido a tradição seria entendida como um segmento inerte, de uma estrutura social, uma “sobrevivência do passado”, muitas vezes sendo vista como uma dimensão cristalizada, imóvel da cultura.

No entanto, a ligação que a tradição estabelece entre o passado e o presente é mais complexa que se possa parecer à primeira vista: se as tradições são permanências do passado, elas existem no presente, onde desempenham normalmente a função de emprestar sua chancela de autoridade a atos do presente. Para cumprir tal função, a tradição será como aponta Raymond Williams, sempre seletiva, “uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador de um presente pré – modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural” (WILLIAMS 1979 p. 118). É nesse sentido que Oliver denomina tradicional uma sociedade “que depende da autoridade de suas tradições para afirmar pensamentos e ações do presente”.

A abordagem aqui é antropológica no momento em que estuda o homem como ser biológico, em sua relação com o seu habitat natural, o cerrado e suas características sociais e culturais, geográfica no momento se estuda pessoas de comunidades que se relacionam diretamente às condições naturais bem como solo, vegetação, ervas medicinais e frutos característicos de sua região e, filosófica no intuito justamente, de conhecer a identidade da mulher geraizeira como na combinação das relações estruturais entre um território e uma natureza – onde as afinidades, parentesco e vizinhanças e os saberes tradicionais tem levado a um dado uso de espaço e da terra. Entender como a hermenêutica de uma identidade coletiva faculta – se não só num eixo temporal, mas também na percepção espacial dos sujeitos. E ainda transitando sobre algumas correntes da Sociologia no que tange aos aspectos dessa

mulher e suas tradições a fim de ser estudada dentro de sua sociedade e conhecer a relação que se estabelece com esse povo.

Para isso, tomaremos como inspiradores para essa pesquisa, os conceitos de Michel Foucault, Claude Lévi – Strauss, os pré - socráticos Homero, Hesíodo, Carlos Lineu, Frans Boas, Marx Weber, Comte, Durkein e ainda, os sociólogos Edward Shils e Edith Stein tentando fazer uma alusão ao processo histórico da mulher na sociedade, de forma a estabelecer uma conexão com a mulher geraizeira. Autores como Roque Laraia, Mônica Nogueira, Maria de Fátima Oliveira, Cuche, Maria Idelma D’Abadia, Fábio Resende Braga servirão como embasamento teórico para sistematizar essa escrita.

Historicamente desde a era que antecedeu o Iluminismo, as mulheres eram conhecidas como detentoras de saberes importantes para a sociedade, Trabalhavam a terra, buscando resguardar condições para a reprodução dos frutos, provenientes da mesma, coletar o necessário para garantir o essencial. A mulher passou a entender as limitações da natureza tal como entendia as suas próprias limitações.

É importante dar crédito às atitudes femininas ao longo dos séculos a fim de reconhecer o papel fundamental que a mulher sempre desempenhou em relação ao resguardo da natureza e da própria conjuntura micro social (entes e familiares) e macro social (comunidades tradicionais). As criativas, singulares e dinâmicas atividades tradicionais femininas com a natureza precisam ser visualizadas por uma ótica multidimensional holística que viabiliza o entendimento dos saberes tradicionais, onde as diferenças e as proximidades das mulheres se constituem como um horizonte de possibilidades na conservação ambiental.

Segundo NOGUEIRA, 2015 descreve o tipo de relação que o coletivo geraizeiro tem tecido entre eles e a natureza, marcados pela reciprocidade: “assim é que as Geraizeiras se colocam em relações de reciprocidade com a natureza à sua volta, numa ética de trocas de serviço entre a sociedade e a natureza” à semelhança de suas relações sociais.

Dessa forma o presente trabalho pretende conhecer algumas comunidades tradicionais de Geraizeiros, a fim de investigar qual é a representatividade da mulher geraizeira dentro de sua comunidade e quais são suas tradições, como elas como passam o seus ensinamentos aos seus filhos. E, ainda, saber como se relacionam com as mulheres de outras comunidades.

Referencial Teórico

A abordagem aqui é antropológica no momento em que estuda o homem como ser biológico, em sua relação com o seu habitat natural, o cerrado e suas características sociais e culturais, geográfica no momento se estuda pessoas de comunidades que se relacionam diretamente às condições naturais bem como solo, vegetação, ervas medicinais e frutos característicos de sua região e, filosófica no intuito justamente, de conhecer a identidade da mulher geraizeira como na combinação das relações estruturais entre um território e uma natureza – onde as afinidades, parentesco e vizinhanças e os saberes tradicionais tem levado a um dado uso de espaço e da terra. Entender como a hermenêutica de uma identidade coletiva faculta – se não só num eixo temporal, mas também na percepção espacial dos sujeitos. E ainda transitando sobre algumas correntes da Sociologia no que tange aos aspectos dessa mulher e suas tradições a fim de ser estudada dentro de sua sociedade e conhecer a relação que se estabelece com esse povo.

Para isso, tomaremos como inspiradores para essa pesquisa, os conceitos de Michel Foucault, Claude Lévi – Strauss, os pré - socráticos Homero, Hesíodo, Carlos Lineu, Frans Boas, Marx Weber, Comte, Durkein e ainda, os sociólogos Edward Shils e Edith Stein tentando fazer uma alusão ao processo histórico da mulher na sociedade, de forma a estabelecer uma conexão com a mulher geraizeira. Autores como Roque Laraia, Mônica Nogueira, Maria de Fátima Oliveira, Cuche, Maria Idelma D'Abadia, Fábio Resende Braga servirão como embasamento teórico para sistematizar essa escrita.

Historicamente desde a era que antecedeu o Iluminismo, as mulheres eram conhecidas como detentoras de saberes importantes para a sociedade, Trabalhavam a terra, buscando resguardar condições para a reprodução dos frutos, provenientes da mesma, coletar o necessário para garantir o essencial. A mulher passou a entender as limitações da natureza tal como entendia as suas próprias limitações.

É importante dar crédito às atitudes femininas ao longo dos séculos a fim de reconhecer o papel fundamental que a mulher sempre desempenhou em relação ao resguardo da natureza e da própria conjuntura micro social (entes e familiares) e macro social (comunidades tradicionais). As criativas, singulares e dinâmicas atividades tradicionais femininas com a natureza precisam ser visualizadas por uma ótica multidimensional holística que viabiliza o entendimento dos saberes tradicionais, onde as diferenças e as proximidades das mulheres se constituem como um horizonte de possibilidades na conservação ambiental.

Segundo NOGUEIRA, 2015 descreve o tipo de relação que o coletivo geraizeiro tem tecido entre eles e a natureza, marcados pela reciprocidade: “assim é que as Geraizeiras se colocam em relações de reciprocidade com a natureza à sua volta, numa ética de trocas de serviço entre a sociedade e a natureza” à semelhança de suas relações sociais.

Dessa forma o presente trabalho pretende conhecer algumas comunidades tradicionais de Geraizeiros, a fim de investigar qual é a representatividade da mulher geraizeira dentro de sua comunidade e quais são suas tradições, como elas como passam o seus ensinamentos aos seus filhos. E, ainda, saber como se relacionam com as mulheres de outras comunidades.

Definição do Problema

O Cerrado abriga uma gama de características que o torna único na sua condição. Analisar suas facetas mostra quão rico se faz esse bioma. Conhecer as pessoas que habitam e convivem em uma íntima relação de interdependência com o meio, nos faz querer avançar em pesquisas que evidencie essas condições. É sabido que nas regiões de vales e chapadões existem, aqueles que habitam essas terras desde o seu descobrimento e que retiram desta área a sua sobrevivência e ainda ajudam a preservar o bioma do cerrado.

Nessas terras, foram encontradas famílias que vivem e que fazem do Cerrado a sua casa, o seu bem maior. Pessoas que se organizaram em comunidades para usufruir da variedade de plantas, frutas, e água existentes no cerrado. Essas pessoas constituem os povos tradicionais do cerrado, mais especificamente, os Geraizeiros que explicam sua denominação devido ao fato da sua localização em terras conhecidas como “Gerais”. Essa comunidade concentra suas atividades no plantio de subsistência e criação de animais soltos em pequena escala. Extraem do cerrado plantas medicinais, frutas para o próprio consumo ou para comercializar em outras comunidades vizinhas. Suas famílias são constituídas por homens e mulheres que fazem da terra o seu meio de sobrevivência. A maior preocupação dessas famílias é em manter preservado o Cerrado, pois esse se faz um bem maior, para toda a humanidade. Esse povo possui tradições muito antigas e que são mantidas a fim de garantir a continuidade do seu trabalho e da sua identidade cultural.

Nesse sentido, percebemos a problemática no sentido de conhecer quais são as tradições da mulher geraizeira? Qual é a identidade dessa mulher dentro da sua comunidade? Como seus saberes e conhecimentos se relacionam com o Cerrado?

Objetivo Geral

Investigar qual é a identidade e o papel da mulher Geraizeira dentro das comunidades dos Povos Tradicionais do Cerrado? Conhecer os saberes e as tradições dessa mulher com as plantas e frutos extraído da natureza, a fim de entender, como se dá sua relação harmoniosa com o Cerrado? Por que essas terras são o seu meio de sobrevivência?

Objetivos Específicos

- Conhecer os povos tradicionais Geraizeiros que habitam nesta região entre o Rio Pardo e o Rio Preto observar as comunidades Vale das Cancelas no norte de Minas Gerais e as comunidades Cacimbinha/Arroz do Oeste da Bahia;
- Identificar a população feminina, a fim de saber quem ela é e qual a identidade dessas mulheres geraizeiras?
- Relatar como extraem da natureza sua subsistência;
- Conhecendo seus saberes e tradições, identificar como é a sua relação com a natureza;
- Investigar como esse conhecimento ou relação com a natureza pode ajudar na preservação do cerrado e influenciar na nossa sociedade.

Metodologia

A metodologia adotada consiste na elaboração inicial do projeto, identificando os locais a serem estudados e como a cultura se desenvolve, delimitando as cidades e grupos a serem estudados. Num segundo momento, a inserção pessoal para observação local das comunidades Geraizeira, visitando e identificando os grupos. Descrever e observar a população feminina no povoado, destacando idade, e grau de instrução e quais atividades desempenha em sua comunidade. Observar e conhecer como a mulher geraizeiras vive, conhecer seus saberes e as suas tradições. A inserção do pesquisador será necessária para registrar e vivenciar suas atividades, promovendo entrevistas com a população local, observando as tarefas do dia a dia para entendimento do seu cotidiano. Identificar quem são e o que faz a mulher da comunidade Geraizeira. Entender e registrar quais são as tradições que essa mulher mantém e como se dão os processos de ensinamento e manutenção desses

costumes para os membros mais jovens da comunidade. Dentre outras linhas de pesquisa, desenvolver a pesquisa qualitativa de forma bibliográfica, experimental, estudo de caso, dentre outras, retratando um perfil da mulher Geraizeira e expondo suas principais características e o modo como vivem no bioma do Cerrado, certificando a importância desta mulher dentro da comunidade como conhecedora da natureza.

O público alvo a ser estudado nesta pesquisa compreende as mulheres da população adulta de um povoado Tradicional que vive nas terras do Cerrado compreendidas entre o Norte de Minas Gerais na Comunidade do Vale das Cancelas e no Oeste da Bahia, a Comunidade de Cacimbinha/Arroz margens do Preto, área conhecida como Gerais.

Considerações finais

Pensando em promover uma conscientização de que o Cerrado possui uma vasta cultura, rica de tradições, danças, músicas e diversas outras representações muito coloridas, nos mostra o quão grandioso se faz esse bioma. Perceber a necessidade de cuidar e preservar e reflorescer esse território nos faz entender a importância de se ter o conhecimento acerca desse assunto. Conhecer as populações que habitam nessas terras, sua organização social, identificar o papel da mulher dos povoados tradicionais, suas características, suas tradições e anseios, consiste em conhecer todas as representações do nosso povo ancestral, saber como viviam e como estão esses povos nos remete a entender a importância da preservação da natureza e reconhecimento dessas pessoas que lutam para manter vivas algumas tradições e deixar o legado para as gerações futuras.

No caso desta pesquisa, além de uma transcrição, investigar e conhecer para registrar de forma singular a importância dos povos do Cerrado. “Nosso objetivo é deixar o Cerrado de pé, ensinar as pessoas a respeitar a natureza e até ganhar dinheiro com ele. Mas sempre com o Cerrado de pé.” (Lucely, Geraizeira, 54 anos).

Perceber a importância da figura da mulher como conhecedora singular da natureza, entendendo que as atividades tradicionais femininas precisam ser visualizadas de forma a viabilizar o entendimento dos saberes tradicionais para a nossa sociedade, registrar que a mulher do cerrado se faz protagonista na manutenção de suas tradições, que ela possui um conhecimento aprofundado sobre a natureza, que ela vive em harmonia com o cerrado, me motiva querer ir além nesta investigação. Deixando claro que não estamos querendo uma “supervalorização” de um gênero em contraposição ao outro. Mas no intuito de perceber que

existem características e tradições implícitas nesta mulher geraizeira que pretende ser o objeto desse estudo.

No caso desta pesquisa, conhecer o povo Geraizeiros, como uma comunidade viva e resistente dos povos tradicionais do Cerrado, observando seu modo de vida e investigando o papel da mulher dentro desta comunidade e tentando entender como se dão as tradições e festas deste povo. Selecionar algumas comunidades deste povoado de maior expressão populacional e social, a fim de conhecer suas características e ainda reconhecer na mulher geraizeira as tradições que marcam o seu povo, mantendo vivas suas tradições, conscientizando as novas gerações e mostrando pra eles a importância de viver em harmonia com o ecossistema. Observar como vivem harmoniosamente com a natureza extraindo dela apenas o necessário para sua subsistência e protegendo o cerrado para que ele floresça e se mantenha vivo. Tudo isso sem perder a alegria, a doçura, celebrando a natureza, as festas e suas ricas tradições.

Referências:

- BRAGA, Fábio Rezende; BERTOLDI, Marcia Rodrigues. As mulheres das comunidades tradicionais na promoção do desenvolvimento sustentável. In: **XXII Encontro Nacional do CONPEDI/UNICURITIBA**. (Org.). Florianópolis: FUNJAB, 2013, p. 225 – 251.
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília: **Senado** Federal: Centro Gráfico, 1988, 292p.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci (1) **Mestrado em Meio Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**. UFMG.
- CUCHE, **Relativismo Cultural** – Diversidades Culturais. 1999.
- GIFFONI, Maria A.C. **Danças Folclóricas Brasileiras**. Sistematização Pedagógica. São Paulo: Guia Fiscal, 1955.
- LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, B.H. Tendências e impasses: **O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: ROCCO, 1994.
- LARAIA, Roque. **Variedades Culturais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LEVI – STRAUSS, Claude. **Raça e História**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores, V.L)

LOBO, E.S. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

NOGUEIRA, Mônica, 2017. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Anuário Antropológico, II/2017, 405 – 408.

OLIVEIRA, M.F. (Org). **Festas, Religiosidade e Saberes do Cerrado**. Anápolis: Editora UEG, 2015.

SHILS, Eduard. **Tradition**. Chicago:Universty of Chicago Press, 1981.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade 1780 – 1950**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979

Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades: atuação dos Movimentos Sociais e a produção de habitação de interesse social

Karolyne Stephany Leite¹⁶⁸

Mary Anne Vieira Silva¹⁶⁹

Resumo: As Habitações de Interesse Social (HIS) produzidas por entidades organizadoras é fruto da luta dos movimentos sociais em prol do direito à moradia digna. A implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2009, pelo governo federal, propiciou às associações, sindicatos, cooperativas, entre outras entidades, ligadas ao movimento, a condição de apresentarem projetos visando a obtenção de recursos financeiros através do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (uma das modalidades do programa) junto ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) a fim de produzirem empreendimentos habitacionais para sua demanda específica. Esta modalidade possibilita o envolvimento efetivo dos beneficiários deste programa no processo de consecução de suas moradias. Este artigo é oriundo do projeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que apresentará uma pesquisa sobre a atuação dos movimentos sociais e a importância de se construir HIS aliada ao direito à cidade. Nessa perspectiva, o objetivo é apresentar os questionamentos e objetivos suscitados com a pesquisa, e verificar se a implantação dos empreendimentos de HIS promovidas por entidades promove também o direito à cidade.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social (HIS), Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, Movimentos Sociais, Direito à Cidade.

Introdução

A dinâmica de construção do espaço urbano ocorre pela ação de diversos agentes sociais na execução das suas atividades nos inter-relacionamentos das práticas socioeconômicas, políticas e culturais. A ocupação do espaço territorial e a estruturação das cidades no Brasil acontecem de forma estratificada e o estabelecimento desse modelo se consolida com apoio da intervenção estatal que na sua prática política administrativa promove processos de exclusão. Esse padrão de relação se perpetua através da ação e interferência daqueles que detém o poder econômico. Nessa perspectiva, a segregação socioespacial se insere como consequência de uma engrenagem sistêmica onde o desenvolvimento urbano desigual se configura nas cidades através desta dinâmica.

¹⁶⁸ Acadêmica do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas (UEG/CCSEH). E-mail: karolynestephany@gmail.com

¹⁶⁹ Orientadora deste trabalho. Pós Doutoranda na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente e pesquisadora do Curso de Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas (UEG/CCSEH). E-mail: marymel2006@hotmail.com.

A cidade ao ser reflexo dessa estrutura social de classes, que diferencia a sociedade de acordo com o acesso a bens e serviços produzidos, apresenta latente na área habitacional, a reprodução dessa lógica. Assim, a questão se torna uma problemática devido a esse modelo de formação socioespacial. Nas cidades, a casa própria é um dos bens cujo acesso é seletivo, pois, grande parcela da população não tem renda suficiente para adquirir a sua moradia. É a partir dessa realidade que grupos sociais organizados atuaram junto ao Estado para editar políticas públicas voltadas para o setor; e como resultado houve um declínio na desigualdade social dos brasileiros e uma ruptura na lógica socioeconômica de ocupação do solo urbano, foi criada.

Uma das ações do governo federal para a transformação das políticas habitacionais visando mitigar a vulnerabilidade social do extrato que abarca a multidão dos menos favorecidos e excluídos da sociedade foi a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), através da Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Sendo este responsável pela reorganização da estrutura governamental nesse âmbito, dá-se a inauguração de uma nova fase de produção de Habitação de Interesse Social (HIS) no país. Dentre as diretrizes do programa que prevê a transferência de recursos públicos para implantação dessas habitações, destaca-se o Fundo de Desenvolvimento Social – FDS- (braço do FNHIS - fundo nacional de habitação social) conhecido, também como Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E), que destina recursos econômicos através de financiamento às entidades juridicamente organizadas com a finalidade de produzirem empreendimentos habitacionais.

Nessa perspectiva, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que deu origem a este artigo irá analisar a atuação dos movimentos sociais como papel de promovedor de HIS e fazer um estudo de caso a partir de um empreendimento produzido na cidade de Anápolis-GO.

Assim, suscitam-se os questionamentos abaixo elencados:

- 1 Quais são os fatores responsáveis para a produção de habitação de interesse social a partir da atuação dos movimentos sociais?
- 2 Como se dá a mobilização e a organização dos movimentos sociais para a produção de habitação de interesse social?
- 3 É possível que os movimentos sociais produzam habitação de interesse social que atendam o direito à cidade?

4 Como se deu o processo de implantação de um empreendimento HIS em Anápolis-GO?

A partir destes questionamentos, surgiram os seguintes objetivos:

Geral:

- Apresentar a forma como os recursos do FDS destinados às entidades é uma alternativa para produção de moradias associadas ao direito à cidade

Específicos:

- Indicar os fatores responsáveis para a produção de habitação de interesse social a partir da atuação dos movimentos sociais;
- Apresentar as formas como se dá a mobilização e a organização dos movimentos sociais na produção de habitação de interesse social;
- Discutir sobre direito à cidade a partir da implantação de Habitação de Interesse Social promovida pelos movimentos sociais;
- Destacar e analisar os processos de seleção do espaço urbano para implantação de um empreendimento de HIS em Anápolis.

Para alcançar respostas às indagações, a pesquisa vem sendo desenvolvida com intuito de responder se a produção de empreendimento de HIS pela atuação das entidades ligadas aos movimentos sociais prol moradia se apresenta como diferencial na produção destas habitações.

Referencial Teórico

As cidades surgem em espaços geográficos estratégicos para as práticas socioeconômicas dos indivíduos e/ou seus grupos. Das mais antigas às contemporâneas, as civilizações se estabelecem em função das necessidades de organização social e subsistência econômica. Assim, é possível afirmar que a constituição da cidade se dá a partir das práticas humanas realizadas, ao longo da história, na execução das atividades em dado espaço geográfico.

Ao falar de cidade, também, nos referimos a um aglomerado sedentário de pessoas que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública (LENCIONI, 2008). Dessa forma, ao se analisar a cidade é necessário considerar que a mesma

[...] enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado. (CARLOS, 2007, p. 11)

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o espaço urbano se revela como condição, meio e produto da ação humana pelo uso ao longo do tempo (CARLOS, 2007). O conjunto das relações sociais estabelecidas no espaço urbano vai determinar as formas das ocupações socioespaciais que ocorrem na cidade.

Na organização das cidades as formas centralizadas e hierárquicas de exercício do poder estão entrelaçadas. Desse modo, a atuação de diferentes agentes sociais na cidade é regida por uma estrutura de poder dominante que determina uma separação rígida e autoperpetuável da sociedade que a fragmenta entre dirigentes e dirigidos (SOUZA, 2010). O processo de ocupação do espaço urbano, ao ser determinado por essa estrutura, caracteriza-o como “lugar dos conflitos sociais” (CÔRREA, 1995, p. 5).

Diante deste cenário, o Estado tem por função regular e gerir o uso e a ocupação do espaço urbano, mas a execução desta gestão espacial se dá de forma complexa, pois,

[...] a ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos (CÔRREA, 1995, p. 25-26).

A gestão do espaço urbano ao não se apresentar de forma neutra contribui para perpetuação da estratificação socioespacial, pois, a execução dos instrumentos que mitigariam a forma desigual de ocupação do solo urbano fica comprometida. Desta feita, o espaço urbano se revela “como instrumento político intencionalmente organizado” (CARLOS, 2007, p. 76)

que gerido por um Estado aliado ao poder dominante atende primordialmente aos interesses destes em detrimento das demais questões sociais que permeiam a vida na cidade.

Ainda, e nesse mesmo raciocínio, para compreender as interrelações que permeiam a cidade é necessário considerar, também, o espaço Intra-urbano, pois, é nele que ocorre os arranjos do espaço urbano (VILLAÇA, 2001). Este diz respeito ao modo como se dão as formas urbanas – os bairros, as direções de crescimento, a forma da mancha urbana, a verticalização, densidades, vazios urbanos, etc. – e as interações das diferentes localidades que o constitui.

É a partir da interação dos diversos pontos que compõem o espaço urbano, que o direito à cidade aparece como questão, pois, se a cidade é fruto das relações sociais que ocorrem no espaço urbano, a relação da sociedade com este é também fator determinante da vida que nela ocorre. Harvey (2008) afirma que o direito à cidade é um direito comum que promove a transformação da vida humana pelo exercício do poder coletivo de moldar o processo de urbanização. Assim, a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a si mesmo constitui-se como um dos mais preciosos direitos humanos, no entanto, também, um dos mais negligenciados.

Na perspectiva do direito à cidade, e considerando a ausência de efetivas políticas públicas ao longo da história, a questão da moradia digna à população de baixa renda apresenta-se como um dos principais problemas estruturais do Brasil. É na “Era Vargas”, como afirma Bonduki (1998) que a noção da habitação surge como serviço público a ser provido pelo Estado na forma da promoção da casa própria. Porém, é somente com o processo de redemocratização do país que ocorre um movimento em direção ao reconhecimento do direito à moradia e à cidade, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 - com capítulo específico sobre política urbana. A partir desse período novas configurações se estabelecem para promoção de um desenvolvimento urbano que solucionasse os problemas habitacionais.

Assim, as diretrizes que promovem a Habitação de Interesse Social (HIS) embasadas no princípio da função social do solo urbano previstas na Constituição Federal, de 1988, são necessariamente induzidas pelo poder público através da inauguração do Ministério da Cidades, em 2003, e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009.

Com normativas específicas a produção destas moradias se diferencia das demais, pois, estas atendem uma série de soluções voltadas à população de baixa renda (LARCHER, 2005). É nesse contexto que os movimentos sociais ganham protagonismo.

Conforme Viana (2016) os movimentos sociais se caracterizam como grupos que se reúnem por possuírem características em comum e por concordarem quanto ao descontentamento com a sociedade e/ou aspectos dela, e requererem mudanças. Nesta lógica e no cenário das novas diretrizes, os movimentos sociais em prol do direito à moradia digna e à cidade passam a atuar como promotores diretos da produção de HIS, através do PMCMV – E, com transferência a estes recursos financeiros do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Assim, os movimentos sociais ganham destaque produzindo HIS por todo Brasil.

Metodologia

Este trabalho se desdobra através de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratória e bibliográfica para analisar o processo de consecução dessas habitações. Obras teóricas que abordam a temática da HIS no Brasil têm dado embasamento necessário para direcionar o estudo da produção do espaço urbano através da ação dos diversos agentes sociais que nele atuam.

Assim, a compilação das informações, dados, produções teóricas têm possibilitado a produção de um material que visa contribuir com o aperfeiçoamento, reformulação e/ou implementação de novas políticas públicas habitacionais, permitindo que estes elementos teóricos favoreçam a produção de habitação de interesse social em espaço urbano mais apropriado (malha urbana consolidada) a fim de que se promova, não só o acesso a moradia própria, mas também o direito à cidade.

Resultados e Discussões

Devido a pesquisa ainda estar sendo desenvolvida não serão apresentados resultados para todos questionamentos feitos ao estudo de caso, porém, pode-se apontar dados superficiais que respondem previamente o questionamento feito na pesquisa em relação a promoção do direito à cidade. No que tange a localização de implantação do empreendimento habitacional em Anápolis-GO, pode-se destacar que atende ao direito à cidade, pois, propicia aos seus futuros moradores completo acesso aos principais equipamentos e serviços (posto de

saúde da família, colégios estadual e municipal, delegacia, igrejas, supermercados, farmácias e variados comércios de prestação de serviços privados) essenciais à vida urbana.

Possíveis discussões podem advir da conclusão desta pesquisa, pois se trata de uma temática que envolve questões sociais que vão além da necessidade de o indivíduo ter a sua moradia quanto ao ato de se acessar à cidade enquanto tal. A verificação do processo de adaptação e assimilação de indivíduos em uma nova realidade abre leque para novos questionamentos e estudos sociológicos aliados à dimensão deste espaço geográfico que agora ocupado poderá ser concebido como lugar.

Considerações finais

Até o presente momento a pesquisa está em andamento, mas é possível verificar que a implantação de políticas públicas voltadas à produção de HIS aliada ao direito à cidade é uma das formas de promoção de dignidade e cidadania em sua plenitude. Pois, a vida urbana deve ser concebida pelo indivíduo em sua totalidade e a dimensão completa dessa percepção só ocorre quando o conjunto destes se imbuir de tal consciência.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância dos movimentos sociais na construção de uma sociedade mais justa, pois, a partir da ação destes verifica-se uma mudança no conceito de implementação das políticas habitacionais, exemplo disso foi a sua participação na edição do PMCMV que proporcionou mudanças significativas na vida da população.

Os questionamentos e objetivos aqui apresentados deverão ser elucidados na conclusão desta pesquisa e serão apresentados na defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que ocorrerá no mês de novembro do corrente ano (2019).

Referências

BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano*: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CÔRREA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

HARVEY, David. *O Direito à Cidade*. Traduzido do original em inglês: “The right to the city”, por Jair Pinheiro. New Left Review, Reino Unido, n. 53, 2008. Disponível:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf. Acesso em: 02 jun 2019.

LARCHER, José Valter Monteiro. *Diretrizes Visando a Melhoria de Projetos e Soluções Construtivas na Expansão de Habitações de Interesse Social*. Dissertação (Mestrado em Construção Civil), Setor de Tecnologia, 2005 - Universidade Federal do Paraná. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/3514/larcher.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 Dez. 2018.

LENCIONI, Sandra. Observações Sobre o Conceito de Cidade e Urbano. *GEOUSP -Espaço e Tempo*: São Paulo, nº 24, p. 109, 2008 – 123. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740>. Acesso em: 04 Dez. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: StudioNobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas, 2016.

Manifestação de fé no cerrado goiano: resistência e desafios

Sirlene Alves da Silva¹⁷⁰
Maria de Fátima Oliveira¹⁷¹

Resumo: A Festa em Louvor a Santíssima Trindade é realizada todos os anos, no período da lua cheia do mês julho na região do morro dos Pireneus a cerca 20 km da cidade de Pirenópolis (GO). Iniciada no ano de 1927, sob o comando de Christóvam José de Oliveira, consiste numa manifestação de fé e de contemplação da natureza, aonde o Cerrado com suas características peculiares, se constitui no período da festa, um belo cenário para a realização do evento. Como uma tradição seguida pelos familiares de Christóvam e moradores da região, é realizada atualmente numa área de preservação ambiental pertencente ao Parque Estadual dos Pireneus criado em 1927. O objetivo deste é apresentar o espaço de realização da festa e a manifestação com seus rituais, caracterizando a devoção religiosa e a veneração pela natureza como elementos referenciais que resistem no tempo a desafios intrínsecos e extrínsecos, tendo como cenário o Cerrado, que requer atenção quanto à sua preservação.

Palavras-chave: Cerrado, Manifestação Religiosa, Resistência, Festa do Morro.

Introdução

Esse estudo insere-se no tema Ritualidades Festivas no Cerrado Goiano, apresentado no projeto de pesquisa já em andamento, intitulado “Sob a luz do céu: tradição, simbologia e sacralidade na romaria dos Pireneus/Pirenópolis - Goiás”. Tem o objetivo de analisar a Festa em Louvor a Santíssima Trindade com foco no ciclo festivo, na devoção e veneração manifestadas e na relação estabelecida entre os frequentadores da festa e o meio onde ela acontece. A Serra dos Pireneus é uma região de Cerrado com características próprias, que define o cenário de realização da festa em Louvor a Santíssima Trindade, ou Festa do Morro como também é conhecida, uma manifestação do catolicismo popular que acontece todos os anos no município de Pirenópolis (GO). Os rituais festivos e os desafios que esta festividade defronta atualmente, são também explicitados na pesquisa.

Iniciada a partir da devoção do fabriqueiro¹⁷² Christóvam José de Oliveira, a Festa em louvor à Santíssima Trindade, constitui-se numa manifestação religiosa do catolicismo

¹⁷⁰ Mestranda no Programa de Mestrado Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). E-mail: sirlepiri@hotmail.com

¹⁷¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do Programa de Mestrado Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG) e do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: proffatima@hotmail.com

popular, que acontece todos os anos no plenilúnio do mês de julho, na região do Morro dos Pireneus, distante da cidade de Pirenópolis, aproximadamente 20 km. No dia 19 de julho de 1927, sob a iniciativa de Christóvam, com a aprovação do Arcebispo de Goiás Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, foi celebrada a primeira missa pelo pároco Santiago Uchôa, no cume do Pico mais alto dos Pireneus. Mais tarde, em 1932, nesta localidade foi edificada a capela em honra à Santíssima Trindade pelo devoto que funda a romaria (JAYME; JAIME, 2002). Numa abordagem histórica, a missa que principia a romaria dos Pireneus, guarda a importância de ter sido a primeira a ser celebrada ao ar livre em tão elevada altitude no Brasil.

Desenvolvimento

Referencial teórico

A proposta apresentada trata de uma investigação com uma abordagem sobre a região onde a festa da Santíssima Trindade acontece, e para melhor compreensão deste conceito, recorreremos a autores da Geografia, dentre eles o estudo que compõe a obra: “Geografia: conceitos e temas”: organizada por Castro, Gomes e Corrêa (2001). Um dos organizadores chama a atenção ao afirmar que “para compreender uma região é preciso viver a região” (GOMES, 2017, p. 67). Como o estudo aqui apresentado trata-se de uma romaria, evidenciamos ainda a relevância do espaço sagrado e profano em Rosendahl (2018), a qual afirma que: “a organização espacial resultante das idas e vindas dos peregrinos reflete formas espaciais em que é possível identificar o espaço sagrado e o espaço profano” (p. 85). Situação que se semelha ao que já observamos em relação aos Pireneus.

Para a abordagem sobre Cerrado, propomos uma análise comparativa das características deste ecossistema, por meio das relevantes observações relacionadas na importante obra “Viagem à província de Goiás” de Saint-Hilaire (1975), elaborada a partir de suas estadas nas terras goianas há 200 anos, aonde descreveu também a região dos Pireneus ao visitar a localidade. Numa visão direcionada a preservação deste ambiente onde os seres estão em constante relação, a obra *Fronteira Cerrado: Sociedade e Natureza no Oeste do Brasil* sob a organização de Dutra e Silva, Pietrafesa, Franco, Drummond e Tavares (2013),

¹⁷² O cargo de fabriqueiro é definido como “membro do conselho paroquial, encarregado de recolher os rendimentos de uma igreja, administrar-lhe o patrimônio e zelar pela conservação de alfaías e paramentos” (www.dicio.com.br). Christóvam José de Oliveira foi fabriqueiro da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pirenópolis por 41 anos.

possibilita também varias abordagens. Silva Junior (2005) oferece a possibilidade de conhecer mais sobre a vegetação do Cerrado, com a disposição do livro “100 árvores do Cerrado: guia de campo”, no qual cada árvore apresentada é descrita com informações relevantes para a identificação. Thomas (2010), com seu livro “O homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)”, demonstra a relação do homem com a natureza, a alteração de comportamento com a concepção de cuidado e preservação dos seres vivos do reino animal e vegetal, adquiridos a partir do início do período moderno.

No livro *História da Terra e do Homem no Planalto Central* de Betran (2000), encontramos ainda expressivas abordagens sobre a caracterização do Cerrado e a presença do homem neste ecossistema. Sobre composição fitogeográfica predominante na região de estudo, contamos com a contribuição da obra: *O piar da juriti Pepena: Narrativa Ecológica da Ocupação Humana do Cerrado*, organizada por Barbosa, Schmitz, Teixeira Neto e Gomes (2014), que possibilita uma análise contextualizada sobre conceitos pertinentes ao Cerrado e nos mostra que este “deve ser entendido como um Sistema Biogeográfico composto por diversos subsistemas intimamente interatuantes e interdependentes” (2014, p. 18). Esta obra apresenta ainda as transformações do Cerrado com o passar do tempo diante da presença do homem e da relação deste com os diversos fatores ele pertencente.

No desenvolvimento do estudo sobre a Festa do Morro, recorremos a autores que trabalham com festas ou manifestações do catolicismo popular, como Brandão (2004, p. 35) que afirma: “acontecimentos rituais de envolvimento coletivo são quase sempre ligados às festas dos ciclos católicos, em Goiás. São as festas de santos padroeiros ou festas de homenagem ampliada a algum personagem religioso ou de culto mais difundido ou digno de homenagem maior”. D’Abadia (2014), também faz referências pertinentes sobre o assunto.

Ainda sobre as festas, embasamos também em Maia (2010), onde o autor afirma que “o Ciclo festivo é composto por uma série de ações que podem ser classificadas em três fases distintas: preparação, realização e desativação.” (2010, p. 12). Situações que poder ser comparadas ao objeto de estudo nesta abordagem. Em sua tese Enlaces Geográficos de um Mundo Festivo, Maia favorece uma nítida compreensão dos ritos que compõe a festa e possibilita ainda, a abordagem no conceito de tradição, conexo ao aspecto estudado. Para tratar da sequencia ritualística da festa, embasaremos também em Terrin (2004).

Para tratar da (s) religiosidade(s) e da veneração da natureza como fenômenos ocorrentes e percebidos separadamente, mas que se fundem no instante da festa como mecanismo de elevação ao criador de todas as criaturas, contamos com clássicos da

sociologia, da história, da antropologia e da geografia cultural. Deste modo, baseado na sociologia religiosa de Durkheim (1989), contamos com a contribuição para uma melhor compreensão da natureza da experiência espacial e a concepção paradoxal dos ritos. Os conceitos de sagrado, profano e mito abordados por Eliade (1992), são basilares na perspectiva da proposta apresentada nesta pesquisa.

Visto que a temática desta pesquisa direciona para a esfera cultural e a processos de interação do homem no grupo social com o desenvolvimento de atividades em comum, para compreender a relação de simbologia, representação, religiosidade e cultura enfocando a temática em abordagem, os estudos de Bourdieu, Cascudo, Chartier, Claval, DaMatta, Bakhtin e Pesavento também são muito úteis.

Para a realização da pesquisa em questão, visando alcançar os objetivos propostos, traçamos um caminho metodológico por meio de: orientação das disciplinas do TECCER, pertinentes ao tema desta pesquisa; submissão do Projeto ao Comitê de Ética; observação *in loco* da organização e realização da festa; anotações em diários de campo de aspectos relevantes das atividades observadas; entrevistas semiestruturadas com devotos e visitantes; registros diversos; investigação em materiais referenciais, a fim de encontrar informações relevantes acerca dos fatos já percorridos na romaria da Santíssima Trindade, tais como: registros dos acervos paroquiais, jornais da época e sobre a festa, cartazes, folders, fotos, pinturas artísticas, letras musicais e outros documentos de romeiros veteranos e dos festeiros anteriores da Festa do Morro; análise das descrições pertinentes à região de acontecimento da festa - englobando o cerrado, sua composição faunística e florística, bem como toda área de preservação do parque e a história da presença homem nesta localidade, assim utilizaremos dos relatos dos viajantes europeus que passaram pelos Pireneus em diversos momentos do século XIX, e apresentaram significativas descrições publicadas posteriormente, dentre eles: Saint-Hilaire (1975), Pohl (1976) e Oscar Leal (1980). Também do relatório de Cunha Mattos, do Relatório da Comissão Cruls; do Plano de Manejo da vida silvestre do Morro Cabeludo, do projeto do Geoparque dos Pireneus e Relatório EIA-RIMA da estrada dos Pireneus, que disponibilizam ainda importantes dados da região da pesquisa; consulta ainda no livro Histórias e andanças do cientista que inspirou JK a fazer Brasília de Jaime Sautchuk, publicado em 2014, que destaca o trabalho relevante da Comissão Cruls, chefiada por Luiz Cruls, que realizou um importante relatório sobre a caracterização da região dos pireneus, como destaque de suas andanças. Tal relatório contribui para a continuidade dos estudos sobre a localidade. Importante ressaltar que o projeto foi submetido ao Conselho de Ética de

Pesquisa e aprovado sob o parecer número: 3.334.91, o mesmo já se encontra em andamento, com uma série de registros já realizados.

A Serra dos Pireneus está localizada numa extensão de Cerrado que pertence ao Parque Estadual dos Pireneus, criado pela Lei nº 10.321, de 20 de novembro de 1987, alterada pela Lei nº 13.121, de 16 de junho de 1997. Nesta Área encontra-se o Pico dos Pireneus com 1.385 metros de altitude no nível do mar, que por suas características únicas o torna de valor singular, dentro da área de localização, estabelecendo no cenário de realização da Festa em Louvor a Santíssima trindade ou Festa do Morro. A vista panorâmica da região que compõe a serra dos Pireneus, localizando os três picos incrustados no bioma Cerrado e com a vegetação predominante, pode ser apreciada na imagem seguinte:

Figura 1: Paisagem dos Pireneus



Fonte: Oliveira, 2019.

As primeiras descrições desta região foram realizadas no início do século XIX, com as ilustres visitas dos estrangeiros Johann Emanuel Pohl e August de Saint-Hilaire, que vieram para o Brasil em missões oficiais, as quais especificamente completam 200 anos. O austríaco Phol, médico e naturalista, que para sua missão inicialmente, teve sua função

relacionada às questões mineralógicas, obteve em seguida a incumbência de relatar também sobre botânica. Ao visitar Meia Ponte e conhecer os Pireneus, Pohl assim o descreveu:

Cordilheira, na qual nascem todos os rios da Capitania de Goiás, dirigindo-se uns para o Sul e outro para o Norte, está ligada à serra limítrofe da Capitania de Minas Gerais, que estende do Norte para o Sul, cujo ponto mais alto fica a Oeste. Infelizmente não pude fazer-lhe a ascensão. As matas virgens tornaram-se até agora inacessível (1976, p.115).

Mais tarde, passando por lá também o botânico francês Saint-Hilaire, que incumbido de estudar a vegetação do país em visita, passa pelos Pireneus e deixa as seguintes informações: “Alcançamos finalmente a base dos picos mais elevados [...]. Gastei quase um quarto de horas para alcançar o cume deles”. Em continuidade, Saint-Hilaire descreve ainda que “rochas estreitas formam a ponta do pico, e de suas fendas brotam canelas-de-ema (*Vellozia*) semi-ressequidas e coberta de líquens”. O autor completa: “Durante toda a excursão consegui recolher apenas uma pequena quantidade de plantas que ainda não possuía” (SAINT HILAIRE, 1975, p.34).

Ao comparar os relatos dos viajantes, é percebida a diferenciação do aspecto da vegetação da região dos Pireneus que é nitidamente alterada conforme as características dos períodos das águas e/ou da seca, comprovando ainda os diferentes períodos de visitas dos viajantes. Pohl, que estabeleceu no mês de janeiro, no período da chuva, pôde caracterizar o Cerrado na sua forma e cor mais exuberante, enquanto que Saint Hilaire o caracteriza como uma região de aspecto ressequido, denotando o período da seca de junho, mês de sua estada no local.

Por tamanha importância e complexidade da região que abrange os Pireneus, muitos outros estudos ou observações tiveram e tem continuidade, favorecendo o conhecimento dos vários aspectos que a contemplam. Dentre as pesquisas e registros sobre o assunto pautado, podemos encontrar informações relevantes ainda nos textos de Cunha Mattos (1972), nas narrativas de Oscar Leal (1980), nas memórias de Jayme e Jaime (2002), nos relatórios da Comissão exploradora do Planalto Central, comandada por Luiz Cruz (2012), nos estudos históricos de Paulo Bertran (2000) entre outras.

A fé promove o deslocamento de modo sacrificial, possibilitando a compreensão da ligação do sagrado com a natureza, situação difícil de ser entendida por alguém que não tem conhecimento em detalhes dos aspectos de uma manifestação da cultura popular. Sobre a

coletividade e a condução de fiéis, Brandão (2004, p.132) afirma que “[...] a conduta ritual é coreográfica e festiva, e a expectativa é a de uma comemoração a uma entidade sobrenatural pelo reconhecimento da permanência de sua intervenção protetora sobre a sociedade local e em festa, como um todo”.

Na romaria dos Pireneus, fiéis ou simplesmente visitantes, partem em direção ao local da festa para compartilhar coletivamente o espaço, o qual torna palco do contato humano para a troca de experiências religiosas e profanas vivenciadas em um espaço de tempo transcorrido. A festa iniciada por Christóvam José de Oliveira é ressignificada com o passar dos anos, tendo sua continuidade por meio de seus descendentes, de outras famílias pertencentes à comunidade pirenopolina, além de turistas e de moradores das cidades vizinhas. Sobre a ressignificação das festas, podemos recorrer às concepções observadas por D’Abadia (2014) que, ao analisar as festividades de padroeiro afirma que “perante as mudanças na sociedade atual, as festas religiosas podem ser vistas como fator de ressignificação, seja, a perpetuação de uma tradição presente nos diversos municípios brasileiros, essas são celebradas em maior ou menor intensidade. Elas resistem e permanecem diante dos diversos cenários da contemporaneidade” (2014, p. 12). Segundo Rosendahl (2009, p. 46), “o roteiro dos romeiros é centrado na ida ao santuário [...] O espaço é o lugar do santo, o lugar superior e não profano, onde ocorre visivelmente o encontro simbólico do santo com o povo, num contato direto, sem intermediários”. E continua a autora destacando que: “o espaço sagrado é o local onde o crente entra em comunicação mais completa com o divino”. As argumentações da pesquisadora contribuem para definir e caracterizar o acontecimento da romaria dos Pireneus, onde é percebido que os romeiros são movidos assim como o exposto na definição. É claramente percebido o direcionamento tomado pelos fiéis que seguem ao santuário, que consiste no local de realização da festa, no caso da Festa em Louvor a Santíssima Trindade.

A Festa em Louvor a santíssima Trindade ou simplesmente Festa do Morro, hoje não mais se resume apenas no acontecimento da missa em véspera de lua cheia, seguindo a ideia de um ciclo festivo, como propõe Maia (2010) ao estudar outra festa pirenopolina. A sequência das ritualidades tem seu começo nove meses antes do mês de culminância. No mês de novembro dá-se início aos terços acontecendo uma vez por mês, no domingo próximo à lua cheia. Muitos romeiros frequentadores da festa junto ao (a) festeiro¹⁷³ (a) quem sobem o

¹⁷³ Festeiro ou festeira é a pessoa encarregada da organização para a efetivação da festa a cada ano. Atualmente, na Romaria da Santíssima Trindade, esta função é sempre uma indicação do festeiro (a) do ano anterior.

morro para rezar o terço no fim do dia em preparação ao momento de ápice da festa que procede no mês de julho. Após a reza do terço e a entoação do hino da romaria, a reunião é seguida com uma confraternização entre os presentes através da distribuição de acepipes¹⁷⁴. Além de rezar, cantar, comer, beber e conversar, muitos romeiros permanecem ao pé do morro para contemplar o cenário oferecido pelo encontro da lua cheia com a paisagem verde do Cerrado, favorecida pelo período de chuva que prevalece.

Na semana da lua cheia de julho, quando prevalecem os principais eventos ritualísticos da festa, dá-se a sequência, primeiro com a subida dos grupos de familiares ou de amigos que acampam aos pés dos três picos e que normalmente acontece no início da semana. Os grupos já acampados, em meio às comemorações concentradas, individual de cada um, seguem por durante a semana, aguardando ou não, os eventos religiosos da festividade que ainda tem por vir. As ritualidades em honra às santidades cultuadas na romaria se iniciam com uma procissão na quinta-feira que antecede a lua cheia, partindo da igreja do Senhor do Bonfim, quando os fiéis sobem a íngreme e sinuosa estrada de terra em meio à paisagem onde o dia dá lugar a noite com a lua clara iluminando o caminho, este é seguido por fiéis que partem carregando o andor com a imagem da Santíssima Trindade até o local da festa. Após a chegada da imagem ao morro, procede na capela de Nossa Senhora d'Abadia que se localiza na base do morro mais alto, o primeiro dia do tríduo. Seguindo os processos ritualísticos, no sábado à tarde, no instante entre o por do sol e o nascer da lua, é rezada uma missa na capela da Santíssima Trindade, localizada no cume do pico mais elevado, como forma de continuidade a tradição iniciada pelo idealizador da romaria. Neste momento, o espetáculo da natureza que também se faz sagrada, junto aos demais elementos desta ordem, proporciona aos partícipes um átimo contagiante.

Já no sábado à noite, finaliza-se as preces religiosas com o último dia do tríduo. O final da reza corresponde também ao último dia da novena mensal. Em seguida, procede-se aos rituais de levantamento do mastro, novamente a distribuição de acepipes, chás para esquentar o frio excessivo, vinho e quentão para animar e dar início as atividades profanas da noite.

No domingo, último dia da festa, no período matutino, é rezada na capela de Nossa Senhora da D'Abadia, a segunda e última missa do festejo anual, após a qual acontece sob o diálogo entre o festeiro(a) atual junto aos membros da diretoria da Associação dos Romeiros

¹⁷⁴ Guloseimas da culinária tradicional que são produzidas na cidade, levadas e distribuídas pelos romeiros como forma de confraternização.

dos Pireneus-ARP, a indicação do (a) novo (a) festeiro (a), a pessoa que cuidará para que todas as ritualidades festivas ocorram continuamente. Após a missa e o almoço dos romeiros, que atualmente tem sido servido no acampamento do (a) festeiro (a), dá-se início ao desmanche dos acampamentos com a preparação do retorno dos romeiros para as suas casas e para a vida de ritmo normalizado na cidade, aguardando o reinício novamente das festividades.

A Festa em Louvor a Santíssima Trindade, como uma manifestação de tradição iniciada há quase um século, tem sua continuidade pelo empenho e persistência dos devotos e romeiros tradicionais. Por suas características particulares é concebida por muitos, como uma festa suscetível e frágil. A manifestação prossegue anualmente, superando desafios, sobre este assunto, o padre e biólogo Josafá Carlos de Siqueira que estudou a região e a festa, discorre que [...] cremos que um dos desafios atuais para a sociedade pirenopolina consiste em resgatar e preservar a ideia original desta tradicional festa, pois nela acontece o encontro da comunidade local com o divino e a natureza; com o Criador e as criaturas (SIQUEIRA, 2004, p. 42).

Todo o terreno que abrange o Santuário foi doado por Christóvam José de Oliveira e sua esposa ao patrimônio da igreja durante seu comando da romaria, sendo este na época aproximadamente de 200 alqueires. Hoje, o espaço de acontecimento da festa está localizado dentro de uma área de preservação, APA do Parque dos Pireneus. Por tal motivo, os romeiros de tradição que prezam pela festa, tem a percepção dos cuidados necessários para manutenção do evento, bem como do espaço onde ele se realiza, seguindo ainda a concepção de Siqueira: “[...] talvez tenhamos que passar por um processo de reeducação socioambiental que envolva as gerações presentes e futuras, a fim de que a festa não transforme simplesmente num encontro social e prazeroso”, já passado 15 anos da afirmação do autor, é visto que em meio as dificuldades de adaptação a situações novas e aquisição de hábitos que preservam, muitos frequentadores denotam uma mentalidade voltada para os cuidados do meio, mas em se tratando de um evento de cunho religioso, “esta reeducação inclui também a integração da dimensão religiosa da festa, pois a sua exclusão significa uma perda irreparável” (SIQUEIRA, 2004, p. 43).

Os eventos religiosos da Festa do Morro ficam a cargo da Paróquia Santa Bárbara ligada a Diocese de Anápolis que responde pela região. A romaria possui uma Associação desde 2015 - Associação dos Romeiros da Santíssima Trindade dos Pireneus, ARPI - que sobre a festa, pauta nos seguintes objetivos: garantir a sua perpetuação, estimular a

organização, defender a conservação das ritualidades, garantir a escolha do(a) festeiro(a), representar os interesses dos romeiros, garantir o direito da visita ao santuário, colaborar com a proteção do Parque entre outros. Atualmente, é o (a) festeiro (a) que fica na responsabilidade do preparo e andamento para a realização das atividades festivas. Além do Estatuto, a festa é garantida por meio da Certidão de Escritura Pública de Desapropriação, registrada no Cartório do 2º Ofício, no Livro de Notas nº 155 às folhas 142 verso a 149 em 30 de setembro de 2015 e citada ainda em outros documentos.

O envolvimento das referidas instituições, não torna a festa desprovida de algumas preocupações. O evento tem defrontado com fatores que o torna suscetível, despertando em seus participantes uma preocupação sobre o futuro da tradição. Em levantamento por meio de reuniões e conversas informais junto a representantes de romeiros tradicionais que lutam pela manutenção da romaria, é notado que entre os desafios que ameaçam a Festa em Louvor a Santíssima Trindade, tem destaque: a distância e a dificuldade do percurso, as dificuldades dos acampamentos pela falta de recursos primordiais como água, banheiro e limpeza do local, o excesso de responsabilidades ao festeiro (a), o medo e a apreensão pela falta de segurança, a suscetibilidade a fatores como fogo e intempéries do tempo, o excesso e o descuido do lixo produzido em alguns acampamentos, a particularidade da festa em ater em atividades de pouco interesse à juventude, proporcionando a ingestão demasiada de bebidas alcoólicas e o uso de drogas, a ocorrência de som automotivo nas madrugadas, a falta de coesão e diálogo entre os membros das instituições inerentes à festa, a imposição de regras pela gestão do parque, falta de controle, acompanhamento e orientação aos turistas e visitantes que desconhecem o evento, práticas de esportes radicais, atrapalhando os rituais festivos e o desrespeitando a história e os processos ritualístico da romaria.

Considerações finais

Propusemos algumas abordagens com destaque o tema pesquisado: a região dos Pireneus, localizada numa área de Cerrado com características marcantes já antes pesquisadas, incluindo até mesmo nos registros dos viajantes europeus que remotamente ali estiveram. Características que contribuem com belo cenário de acontecimento da Festa em Louvor a Santíssima Trindade, uma tradição iniciada há mais de 90 anos, que vem sendo ressignificada ao longo da história.

Apresentamos também a festa, com a sequência ritualística que inicia no período das águas e finda no período da seca definindo o cenário apresentado. Por suas distintas características, a Festa em Louvor a Santíssima Trindade ou simplesmente Festa do Morro que é seguida por muitos romeiros, resiste no tempo e no espaço os desafios de suas particularidades sem perder a harmonia estabelecida entre os partícipes.

Referências

DURKHEIM, Émile. **Formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989. 536p.

BARBOSA, Altair Sales...[et al]. **O piar da juriti Pepena** - Narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado. Goiânia: ed. PUC Goiás, 2014. 392p.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da Escolha do tema ao quadro teórico. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. 235p.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem do Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal – do indígena ao colonizador. Brasília:Verano, 2000. 322p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Cultura na rua**. Campinas: Papirus,1989. 219p.

_____. **De tão longe venho vindo**: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: UFG, 2004. 412p

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2017.354p.

CURADO, João Guilherme, SILVA, Sirlene Alves. **PIRENEUS**: ritualidades festivas em Pirenópolis/GO. In: Revista Nós | Cultura, Estética e Linguagens v.03 n.01 – 2018, p. 41-52

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. **Diversidade e Identidade Religiosa**: Uma leitura especial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade-GO. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. 232p.

DURKHEIM, Émile. **Formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989. 536p.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e profano**. (Trad. Rogerio Fernandes) São Paulo: Martins Fontes, 1992. 191p.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Relatório EIA-RIMA Estrada dos Pireneus. Agência Goiana de Transporte e Obras-AGETOP, 2005. 308p.

JAYME, Jarbas. **Esboço Histórico de Pirenópolis**. Goiânia: UFG, 1971. 624p.

_____. **Famílias Pirenopolinas**. Goiania: UFG, 1973. Vol II. 393p.

JAYME, Jarbas; JAIME, José Sisenando. **Casas de Pirenópolis**: Casas dos Homens. Goiânia: Ed. PUC-GO, 2002. 196p.

LEAL, Oscar. **Terras Goyanas** (Brasil Central).Goiânia: UFG, 1980.255p.

LEI nº, 10.321/1987. Criação do Parque Estadual dos Pireneus.
http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1987/lei_10321.htm
Acesso em 30/05/2019

MAIA, Carlos Eduardo Santos. **Enlaces Geográficos de um Mundo Festivo** – Pirenópolis: a tradição cavaleiresca e sua rede organizacional. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2002. 300 f. (Doutorado em Geografia).

PIRENÓPOLIS TUR, O portal do Turismo de Pirenópolis. **Geoparque Pireneus, uma nova proposta**.
[https://pirenopolis.tur.br/noticias/noticia/Geoparque+Pireneus%2C+uma+nova+propos](https://pirenopolis.tur.br/noticias/noticia/Geoparque+Pireneus%2C+uma+nova+proposta)
[ta](https://pirenopolis.tur.br/noticias/noticia/Geoparque+Pireneus%2C+uma+nova+propos). Acesso em 01/05/2019.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1976. 417p.

OLIVEIRA, Tobias Gomes de, 2019. Imagens de seu acervo pessoal.

ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis**: O sagrado e o urbano. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. 118p.

ROSENDAHL, Zeni. **Uma procissão na geografia**. Rio de Janeiro: UERJ, 2018. 408p

PIETRAFESA, José Paulo; SILVA, Sandro Dutra e. (Orgs.). **Transformações no cerrado**: progresso, consumo e natureza. Goiânia: PUC: Goiás, 2011. 328p.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à província de Goiás**. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/USP, 1975. 158p.

SIQUEIRA, Josafá Carlos de. **Pirenópolis**: identidade territorial e biodiversidade. Rio de Janeiro: Loyola, 2004. 79p.

TERRIN, Aldo Natale. **O rito**: antropologia e fenomenologia da ritualidade. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo, Paulus, 2004. 448p.

As ações do Serviço Sanitário da Comissão Rondon nos relatórios dos oficiais médicos militares (1907-1915)

Michelly Janaiza do Nascimento Gomes¹⁷⁵
Robson Pereira Mendonça¹⁷⁶

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo analisar o relatório do médico militar Armando Calazans que atuou junto a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CR) ainda na fase inicial de seus trabalhos (1907-1908). Nesse relatório Calazans demonstra sua afinidade com os debates no campo da medicina tropical, uma preocupação no estudo da nosologia das doenças endêmicas, principalmente do impaludismo ou malária que se torna a principal causa de afastamento dos trabalhadores envolvidos na construção da linha telegráfica.

Palavras-chave: Comissão Rondon, doenças, medicina tropical.

Introdução

Desde a segunda metade do século XIX havia o interesse por parte do governo monárquico na exploração e administração do território e das populações no Brasil Central, região ainda pouco conhecida do país devido à dificuldade de acesso e distante dos centros urbanos. Diante dos interesses apresentados pelo governo brasileiro e do início do processo e da modernização durante o período de transição do regime monárquico para República, tem-se o desenvolvimento de projetos de infraestrutura para integrar a região noroeste através da construção de ferrovias (Noroeste do Brasil e Madeira-Mamoré) e da expansão da rede de fios do telégrafo¹⁷⁷, sendo esse último vital para desenvolver as comunicações entre a capital federal e as vastas regiões centrais do país.

O século XIX representou no cenário brasileiro o momento de modernização e a busca pelo progresso da nação, diante disso, a ferrovia e o telégrafo representaram os

¹⁷⁵ Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Goiás no Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis (UEG/CCSEH). E-mail: michellyjanaiza@gmail.com.

¹⁷⁶ Doutor em História (UNESP) e pós-doutor em História Social (USP). Professor do curso de Licenciatura em História e do PPGSS em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) no Campus Anápolis CSEH/UEG. E-mail: robsonmenper@hotmail.com.

¹⁷⁷ A utilidade do telégrafo no Brasil só seria comprovada no “teatro da guerra” do Paraguai na década de 1860. Apesar dos atropelos de toda ordem, a falta de equipamentos que tornava necessário utilizar, às vezes matérias conquistadas do exército inimigo ou improvisar isolantes com fundos de garrafa, as linhas telegráficas montadas para a campanha mostrar-se-iam eficientes para orientar o rápido avanço das tropas e para redefinição militar (Maciel, 1998, p.48).

instrumentos de consolidação da nova mentalidade oitocentista, sendo percebidos como “veículos do progresso” e “instrumentos da ordem pública”. (Maciel, 1998, p. 100). Logo, a política expansionista do período tinha como objetivo ocupar áreas “desconhecidas” do território nacional, porém, isso não significava que se encontravam desertas ou que constituíssem um imenso vazio.

Diante disso, em 1889 o governo imperial criou a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas sob a chefia do General Ewerton de Castro, tendo como finalidade realizar a ligação da Corte com Cuiabá. (MACIEL, 1998, p. 101-2). Com o advento da República, o empreendimento passa para o comando do major Antônio Ernesto Gomes de Araújo para realizar a construção do trecho da cidade Cuiabá até o rio Araguaia, sendo que suas atividades se estenderam até 1898. (VIVEIROS, 1958, p. 61-3; SÁ, SÁ, LIMA, 2008, p. 782-3).

Para além, o presidente Afonso Penna instituiu no ano de 1907, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CR) com o intuito de prosseguir com a linha telegráfica de Cuiabá até a região amazônica, chegando até o território do Acre e dali para Manaus. A comissão seria chefiada pelo experimentado coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, militar nascido em 5 de maio de 1865, no distrito de Mimoso, em Mato Grosso. Sua carreira começou por volta de 1890¹⁷⁸, como Alferes-Ajudante¹⁷⁹ na Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, tendo inaugurado a primeira estação telegráfica em Capim Branco sobre o comando do major Gomes Carneiro em junho de 1890. (VIVEIROS, 1958, p. 69). Entre 1900 e 1906, Rondon comandou a construção de um ramal telegráfico até Corumbá na divisa com o Paraguai e depois, as conexões com o sul de Mato Grosso.

A Comissão Rondon (1907-1915) foi assombrada desde seu início por doenças as mais diversas, como os casos de disenteria, beribéri (carência de vitamina B1), tuberculose, febre amarela, o impaludismo (malária), a polinevrite palustre, moléstias nos olhos, icterícia, lepra seca e úlceras nas pernas. (FERREIRA E SILVA, 1920, p. 21 *apud* CASER; SÁ, 2011, p. 476).

¹⁷⁸ Rondon formou-se em Engenharia Militar na Escola Militar da Praia Vermelha em 1890, era ainda bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. (VIVEIROS, 1957, p.36-45).

¹⁷⁹ O primeiro-tenente Cândido Rondon foi nomeado Ajudante do chefe da Comissão do Telégrafo em 23/12/1889. Desliga-se da Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro e parte para Cuiabá chegando em abril de 1890 quando é incorporado a turma de retaguarda “à qual competia fazer os levantamentos topográficos da linha construída e determinar as coordenadas geográficas dos pontos mais importantes”. (VIVEIROS, 1958, p.65).

Os surtos de malária tornaram-se com o tempo a principal preocupação do alto comando da CR. O corpo de oficiais incluiu, em diferentes momentos, médicos militares como o primeiro-tenente José Antônio Cajazeira (1914-1915), o capitão Murilo de Campos (1910-1911) e Joaquim Augusto Tanajura (originário do quadro sanitário da Força Policial do Distrito Federal e que serviu por longo período de 1909 a 1915), “autores dos mais extensos e importantes relatórios médicos da Comissão”, pois possuíam um amplo conhecimento a respeito da medicina tropical e singularmente a respeito dos mecanismos de transmissão da malária. (CASER; SÁ, 2011, p. 479-80). Esses médicos apontavam para as péssimas condições de trabalho na região em que a CR atuava, as jornadas exaustivas, a alimentação inadequada e estragada, a rotina militar marcada por castigos corporais era desumana e cruel, a ingestão de água contaminada e as dificuldades de transporte, colaboraram para o agravamento das doenças e o atraso frequente nas obras. (MACIEL, 1998, p. 135-6).

Diante dos surtos epidêmicos que surgem na Comissão Rondon, tornou-se necessário a criação de medidas capazes de amenizar as manifestações. Em 1910 é reorganizado o Serviço Sanitário sob a chefia de Joaquim Augusto Tanajura que cria medidas para contornar as doenças:

Cada médico deveria ter auxiliares sob seu comando um farmacêutico, dois soldados enfermeiros e mais cinco auxiliares para serviços de drenagem do solo, destruição de larvas dos mosquitos, aterro de pântanos, desinfecção e outros. Ambas as enfermarias deveriam estar munidas de um microscópio para exame de sangue de todos que apresentassem sintomas de malária. (VITAL, 2009, p. 6)

Ademais, as manifestações das doenças tornaram a assombrar a linha de fios até os anos finais da Comissão, sendo fatores responsáveis pela proliferação das epidemias a falta de alimentação, a falta de higiene e as locais insalubres onde se montavam os acampamentos.

Desenvolvimento

Quando em 1907, Rondon recebe a missão de ligar pelo fio as regiões de Mato Grosso ao Amazonas a Corte brasileira deu-se início a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas – CLTEMTA, que ficará conhecida como Comissão Rondon. Sendo está uma grandiosa missão que resultaria em descobertas científicas e territoriais.

De acordo com a historiografia a região Noroeste do Brasil, principalmente na área que abrange a floresta amazônica, se caracterizou como trecho mais difícil da expedição, levando um período de onze meses para ser desbravada, visto que, o território era pouco conhecido e apresentava uma vegetação extensa, úmida, rios caudalosos infestados de piranhas, relevo bastante acidentado ao contrário do planalto que se encontrava no Cerrado. A comissão durante o tempo que permaneceu na região foi atacada frequentemente pelos índios Nambiquara, ocorrendo sua pacificação a partir de 1910.

Rondon por sua vez propôs a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais –SPITLN. Devido às experiências que teve de contato e pacificação com os povos nativos, Rondon acreditava que a criação do órgão seria uma forma de saldar uma dívida histórica. Para além, de acordo com os escritos acerca da Comissão Rondon existe uma divergência de pensamento a respeito da figura de Rondon, a primeira linha de pensamento observa o militar como humano/explorador enquanto a segunda o vê como esclarecido/bárbaro:

Quem se propõe a estudar as políticas indigenistas de Cândido Mariano da Silva Rondon imediatamente depara com uma divisão – um abismo, melhor dizendo – entre uma vasta literatura hagiográfica e uma obra revisionista em rápida expansão. Opostos binários como humano/explorador e esclarecido/bárbaro confrontam-se como peças de um tabuleiro de xadrez. (DIACON, 2006, p. 121)

A imagem construída acerca de Rondon se dá devido ao seu envolvimento com o pensamento positivista, visto que, era um homem de sua época. Para Rondon, o índio era um ser em evolução e que aos poucos poderia ser incorporado a civilização até atingir o estado positivista da humanidade, cabendo ao Estado brasileiro a missão de proteger e possibilitar as condições para sua assimilação. Diante disso, a proteção dos nativos seria essencial para se alcançar a assimilação, ou seja, o processo civilizador dos indígenas que ocorreria de forma lenta e sem violência como ocorreu outrora, tendo como resultado a perda de sua cultura e de sua identidade.

Ao longo da expedição os 350 homens que participaram desta empreitada acabaram por encontrar diversas dificuldades, falta de alimentação, calor escaldante, acampamentos insalubres, floresta densa e desconhecida, falta de higienização, e doenças tropicais tendo como destaque a malária, essa doença acabou por forçar a comissão a deixar de lado alguns de seus propósitos, sendo o maior obstáculo encontrado por Rondon, o que acarretou na criação de um Serviço Sanitário em 1909.

Em março de 1909, o primeiro tenente médico da força policial do Distrito Federal, Joaquim Augusto Tanajura, foi convidado para chefiar o serviço de saúde da Comissão, que seria por ele reorganizado em maio de 1910. O convite partira do Ministério da Viação, Indústria e Obras Públicas, diferindo daqueles dirigidos aos demais médicos militares que participaram da Comissão. (Vital, 2013, p. 80)

Em meio ao quadro de epidemias que se desenrolam na CR torna-se necessário a criação de agentes capazes de prevenir a proliferação das doenças entre os trabalhadores da comissão. Diante disso os médicos da CR teriam como objetivo “dar assistência clínica aos trabalhadores e também realizar estudos sobre as doenças e seus ciclos no noroeste dopaís” (Vital, 2013, p. 78). Os males mais frequentemente citados nos relatórios médicos eram o beribéri, a febre amarela e a malária considerada a pior, enquadradas no âmbito da medicina tropical¹⁸⁰. Pois, as manifestações das mesmas apresentavam-se de forma diferente em outras regiões, logo, os médicos deveriam considerar as características dos locais de manifestação: “Os médicos deveriam atentar para os ciclos de cheia de rios e aos fluxos migratórios, características locais ignoradas pelos médicos do litoral”.(Vital, 2013, p. 79).

Nesse sentido os conhecidos das populações locais tornaram-se importantes para a investigação das doenças e para as possíveis descobertas sobre suas manifestações, através do uso da *anamnésia*, “levou à identificação de doenças e ao conhecimento prévio dos ciclos da malária, tendo impacto importante em decisões e em estudos que deram origem à reorganização do serviço de saúde da comissão em 1910” (Vital, 2013, p. 80), até o momento “o serviço de saúde não possuía uma organização formal” (Vital, 2009, p. 2) ficando a critério dos médicos a forma de atuação do mesmo. Houve nesse período médicos que assumiram importantes papéis na linha telegráfica chefiada por Rondon (1907-1915), além de Joaquim Augusto Tanajura, Armando de Calazans, Manoel Andrade e Joaquim Rabelo¹⁸¹.

Diante disso, o Serviço de Saúde é reorganizado em 1910 sobre o comando de Joaquim Augusto Tanajura, sendo este o médico que permaneceu por mais tempo atuando na comissão, e responsável pela produção do relatório médico-sanitário mais detalhado da comissão, somando um total de 58 páginas que descreve a aparição das doenças e suas

¹⁸⁰ A principal referência nos estudos sobre profilaxia da malária naquele período era o relatório publicado em 1910 pelo médico sanitário Osvaldo Cruz como resultado de sua investigação na região de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que era praticamente a mesma coberta pela Comissão Rondon. CRUZ, Oswaldo Gonçalves. **Considerações gerais sobre as condições sanitárias do rio Madeira**. Rio de Janeiro: Madeira-Mamoré Railway Company/Papelaria Americana, 1910. Disponível em: <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=369>. Acesso em: 6/4/2019.

¹⁸¹ Rabelo atuou na comissão de 1908 a 1909.

manifestações nos acampamentos, a fim de elaborar estratégias para a prevenção das doenças em especial a malária, grande causadora das baixas na linha telegráfica.

O relatório de Tanajura traça a trajetória do sanitarista desde sua chegada em maio de 1909, destacando que ao chegar encontrou cerca de 47 doentes, sendo 43 praças e 4 civis, e logo de imediato foi preciso realizar os exames necessários para a prevenção das doenças. O médico relata que após a realização dos exames foi preciso se debruçar sobre a manipulação de fórmulas para os doentes, os quais estavam em condição preocupantes necessitante de uma medicação imediata.

Conforme apresentado nos relatórios sobre os casos de paludismo, foi observado que os doentes que se encontravam em situações graves já haviam sofrido da enfermidade em outro momento, como no caso descrito por Tanajura de Graciliano José dos Santos que sofria de beribéri. Para além, é relatado manifestações de ancilostomíase especialmente em crianças, doença causada por falta de higiene.

Ademais são registrados diversos outros tipos de moléstias: polinevrite, febres, pés-edemaciados, anemia, bronquite, reumatismo, blenorragia. As epidemias se manifestam devido às condições regionais e exaustiva que os trabalhadores da linha telegráfica estavam submetidos. A forma de contaminação em algumas regiões do empreendimento da CR, a exemplo da estação telegráfica de Aldeia Queimada, se dá a partir do contato com indivíduos contaminados de outras regiões.

De acordo com o relatório de 1909, redigido por Tanajura, que tratou da expedição ao rio Juruena a descreve como um flagelo, consistindo em campanha cansativa e perigosa por seu alto índice de insalubridade que quase consumiu seus membros. Ao chegar ao Juruena, o médico destaca que foi preciso medicar e examinar cerca de 36 praças e 5 civis, registrando que dois doentes vieram a óbito. É evidenciado no relatório o descaso com os trabalhadores ao apresentar casos de praças que sofriam com feridas nos pés por marchar enormes distâncias descalços, a exemplo do soldado Américo Leite (Guarda dos Telégrafos), que mesmo impedido caminhar foi obrigado a marchar 3.500 metros para mudança de acampamento.

O médico Armando Calazans, apresenta em seus relatos o quadro psicológico dos soldados enviados para trabalhar na comissão, destacando que cerca de 60% dos trabalhadores eram despreparados, enfraquecidos, fracos fisicamente e mórbidos, os quais eram submetidos a terrenos desconhecidos muitas vezes com água até o peito. Diante das condições que os mesmos se inseriam surgiram desde cedo manifestação de doenças endêmicas comuns em

áreas tropicais como se pode perceber detalhadamente no quadro nosológico contido no relatório do médico Armando Calazans para o período de 1907 a 1908.

Quadro 1 – Mapa Nosológico dos doentes na Primeira Seção da CLTEMTA(13/5/1907 a 27/2/1908) – Dr. Armando Calazans.

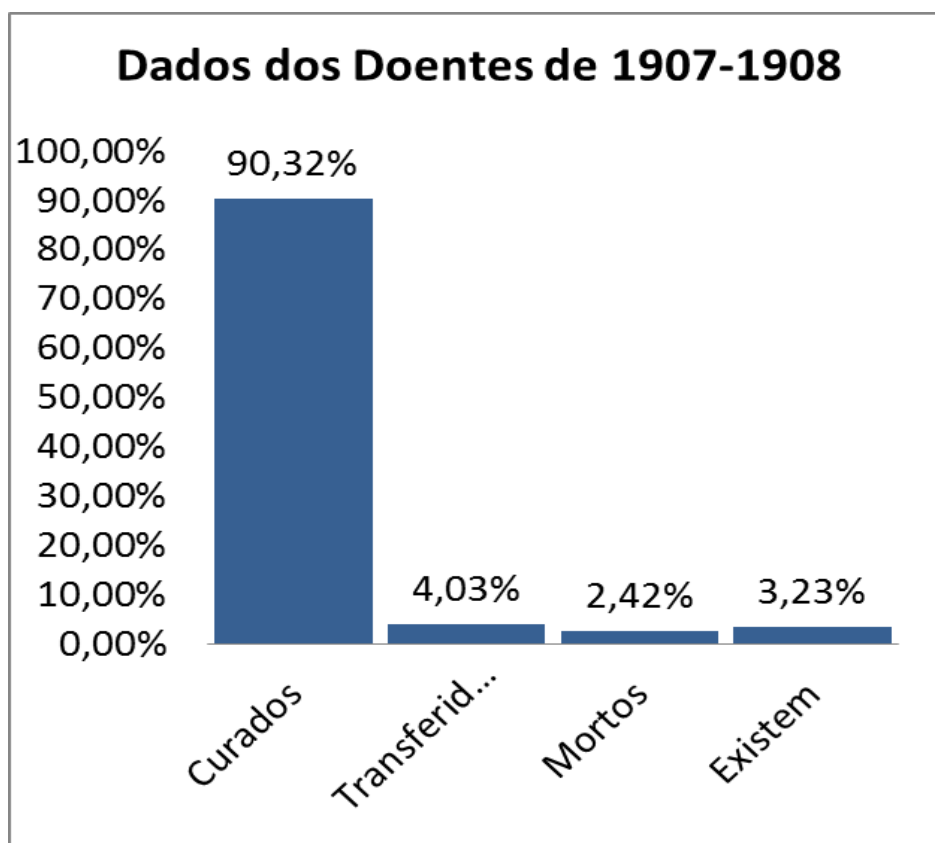
Mapa nosológico dos doentes na 1ª seção da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, desde 13 de Maio de 1907 a 27 de Fevereiro de 1908										
Doenças	Nº de Casos que Entraram	%	Nº de casos Curados	%	Nº de Casos Transferidos	%	Nº Mortos	%	Existentes	%
Abcesso Frio	1	0,27	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Abcesso Quente	6	1,61	6	1,79	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Adenite Inguinal	3	0,81	3	0,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Angina	3	0,81	3	0,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Arthite Suppurada Traumatica	1	0,27	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	8,33
Asthenia Pulmonar	2	0,54	0	0,00	2	13,33	0	0,00	0	0,00
Bronquite	16	4,30	16	4,76	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bronco-pneumonia	1	0,27	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Cancros Venereos	5	1,34	5	1,49	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Cephalalgia	9	2,42	9	2,68	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Colica Hepatica	2	0,54	2	0,60	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Colica Saturnica	1	0,27	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Condylomas	3	0,81	3	0,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Contusões	30	8,06	29	8,63	0	0,00	0	0,00	1	8,33
Diarrhéa	6	1,61	6	1,79	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Embaraço Gastrico	22	5,91	22	6,55	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Endocardite	1	0,27	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Enpydidimite	3	0,81	3	0,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Escarlatina	1	0,27	0	0,00	0	0,00	1	11,11	0	0,00
Escorbuto	1	0,27	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Feridas	39	10,48	39	11,61	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ferimentos	29	7,80	27	8,04	0	0,00	1	11,11	1	8,33
Furunculose	4	1,08	4	1,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Fractura	3	0,81	1	0,30	0	0,00	1	11,11	1	8,33
Gastralgia	1	0,27	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gastrite	3	0,81	3	0,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gonorrhéa	2	0,54	2	0,60	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Hernia Inguinal	2	0,54	0	0,00	1	6,67	0	0,00	1	8,33
Hemorroidas	1	0,27	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Luxação	1	0,27	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lymphatite	3	0,81	3	0,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Mordidura de Cobra	2	0,54	2	0,60	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Nevralgia	3	0,81	3	0,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Odontalgia	2	0,54	2	0,60	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Otite	1	0,27	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Osteo-arthite-tuberculosa	1	0,27	0	0,00	0	0,00	1	11,11	0	0,00
Paludismo	81	21,77	70	20,83	7	46,67	0	0,00	4	33,33
Paraphymosis	1	0,27	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Panarício	2	0,54	2	0,60	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Phymosis	4	1,08	4	1,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pleurodynia	2	0,54	2	0,60	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Polynevrite	3	0,81	0	0,00	2	13,33	0	0,00	1	8,33
Periostite Alveolo-dentario	2	0,54	2	0,60	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Rheumatismo	7	1,88	6	1,79	0	0,00	0	0,00	1	8,33
Sarnas	12	3,23	12	3,57	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Syphilis	6	1,61	5	1,49	1	6,67	0	0,00	0	0,00
Tachicardia	2	0,54	2	0,60	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Tuberculose Pulmonar	2	0,54	0	0,00	2	13,33	0	0,00	0	0,00
Ulceras	8	2,15	7	2,08	0	0,00	0	0,00	1	8,33
Variola	25	6,72	20	5,95	0	0,00	5	55,56	0	0,00
Vermes Intestinaes	1	0,27	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total:	372	100,00	336	100,00	15	100,00	9	100,00	12	100,00

Fonte: CALAZANS, s.d., p. 7.

Conforme o quadro acima, 55,56% dos óbitos se deram por varíola, 11,11% por escarlatina, 11,11% por osteo-artrite-tuberculosa e 22,22% se deram devido a ferimentos e

fraturas. O paludismo (malária) foi o que apresentou o maior número de registros de entradas na enfermaria totalizando 81 indivíduos ou 21,77% dos doentes, havendo 25 casos de varíola (6,72%) e um número elevado de atendimentos devido a ferimentos, feridas e contusões (26,34%). No período referido, 372 praças e civis foram atendidos na enfermaria da 1ª Seção.

Quadro2 - Levantamento de dados acerca dos doentes que se encontravam na 1ª seção entre os anos de 1907-1908



Diante disso, é notável que as condições higiênicas na comissão se encontravam péssimas, visto que, os trabalhadores adoeciam com frequência e em alguns dos casos chegavam a óbito, isso se deu desde dos primeiros contatos dos trabalhadores com a vida dura na linha de fios. Ademais, eram fatores que propiciavam as manifestações das doenças: a falta de alimentação, a exaustão devido ao trabalho desgastante exercido pelos trabalhadores da comissão, as condições climáticas favoráveis à doença e a falta de equipamentos de proteção para uso dos trabalhadores.

Os trabalhadores encontravam-se em uma situação desgastante, desumana e cruel, submetidos a castigos físicos e jornadas de trabalho exaustiva. A falta de comida, as

condições climáticas desfavoráveis, a indisciplina, ataques de animais selvagens e dos nativos, a dificuldade na locomoção e acidentes constantes, tornava a situação desses trabalhadores cada vez mais difícil.

Considerações finais

Diante das pretensões do século XIX a Comissão Rondon consistiu em um agente de atuação capaz de executar e atender as intenções modernizadoras do período, sendo a mesma influenciada pelo cenário que se desenrola no país em 1864-1870, pois possuía múltiplas intenções que vão além da comunicação inovadora da linha de fios, sendo também uma empreitada que tinha por objetivo fazer o reconhecimento das áreas fronteiriças do país e incorpora-las ao território Nacional, ou seja, a comissão atuou como empreendimento expansionista sendo parte do projeto nacional que visava a incorporação dos povos desconhecidos do noroeste brasileiro.

Durante os anos de 1907-1915, houveram nos acampamentos manifestações de doenças como febre amarela, polinevrite, bronquite, escarlatina, tuberculose, a malária e a varíola que desde dos primeiros anos de atuação da Comissão foram responsáveis pelas mortes nos acampamentos. A cada trecho construído correspondia a um homem morto, logo, a comissão consistiu em um empreendimento erguido a custa de vidas.

Referências

- CALAZANS, Armando. **Serviço Sanitário**: Seção de Cáceres a Mato Grosso, pelo doutor Armando Calazans, primeiro-tenente médico. Rio de Janeiro: CLTEMTA. (Publicação n.20). (Museu do Índio), s.d. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/MI_Bibliográfico/4724. Acesso em: 11/4/2019.
- CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. O medo do sertão: a malária e a Comissão Rondon (1907-1915). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.2, p. 471-497, abr.-jun. 2011.
- DIACON, Todd A. **Rondon**: O marechal da floresta. Tradução Laura Teixeira Motta. Coordenação Elio Gaspari e Lilia M. Schwartz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SÁ, Dominichi M.; SÁ, Magali R.; LIMA, Nísia T. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p. 779-810, jul.-set. 2008.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. 1. Ed. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998.

TANAJURA, Joaquim Augusto. **Serviço Sanitário: Expedição de 1909**. Rio de Janeiro: Pap. Luiz Macedo, [19 –]. (Comissão Rondon 19). Relatório médico – 1909.

VITAL, André Vasques. **Serviço Sanitário e Profilaxia Contra a Malária na Comissão Rondon: Medicina Tropical e Militar na Era Tanajura**. ANPUH- XX Simpósio Nacional de História, Fortaleza. 2009

_____. **Da malária e da ‘corrupção: medicina e saberes locais no noroeste do Brasil (Comissão Rondon, 1907-1915)**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Belém, V.8, nº. 1.2013.p. 77-94.

VIVEIROS, Esther M. T. C. **Rondon conta sua vida**. Prefácio de Raquel de Queirós. Rio de Janeiro: Livraria São José. 1958.

Crescimento da cidade e segregação urbana: caso do Residencial Leblon em Anápolis (GO)

Rubens Elias Santana Morais¹

Bruno Augusto de Souza²

Resumo: O presente artigo visa demonstrar de forma empírica e pautada em fundamentação teórica as contradições que o processo de crescimento urbano relacionado a expansão capitalista trás para a população mais carente da cidade que, por sua vez, é deslocada para área marginal da mesma como acontece no caso do Residencial Leblon em Anápolis (GO), *locus* de um conjunto de habitacional destinado para população de baixa renda, empreendimento construído pelo programa federal Minha Casa, Minha Vida. O bairro é fruto de um processo de segregação urbana resultante das articulações dos agentes urbanos se tornando produto das relações de interesse/poder. Se faz presentes as consequências das articulações empreendidas sobre o solo urbano o transformando em mercadoria endossando assim as disparidades cada vez maiores inerentes ao processo de urbanização nas cidades brasileiras.

Palavras – chave: espaço urbano, segregação urbana, agentes urbanos, Anápolis.

Introdução

Anápolis se configura como um dos principais municípios do estado de Goiás, há fatores positivos e negativos a partir dessa afirmação. Neste artigo analisamos a área urbana desse município, com foco no Residencial Leblon, Residencial construído e inaugurado no início do século XXI, no fim de 2012, com casas populares e contradições inerentes à luta pelo solo urbano das cidades médias brasileiras.

Conforme um município se expande territorialmente no Brasil, infelizmente, as classes sociais de menor renda sentem com maior ferocidade as consequências dessa expansão, seja pela expulsão dos locais “centrais”, ou mesmo na falta de acesso aos equipamentos urbanos, ao qual os mesmos necessitam para uma plena reprodução no espaço urbano.

Desenvolvimento

Nos idos dos séculos XVIII e XIX, Anápolis surgiu como ponto de abastecimento e descanso para os mascates, vendedores itinerantes, que faziam suas paradas às margens do rio das Antas, referência ao longo da qual a cidade se desenvolveu.

Anápolis se emancipou no início do século XX, especificamente em 1907, no período, Anápolis não apresentava uma produção agropecuária significativa, no entanto a cidade estava em um ponto estratégico, ao receber e distribuir os fluxos provenientes do Triângulo Mineiro e outros centros dinâmicos, encaminhando-os para o norte de Goiás e demais regiões, ao mesmo tempo em que recebia a produção local e regional, a processava de modo básico e a enviava para os centros econômicos mais importantes do país. Com isso, Anápolis passou a ser o lugar de armazenamento e processamento de produtos advindos da agropecuária, principalmente da produção de grãos.

Com a chegada da ferrovia em 1935, Anápolis fortaleceu ainda mais a posição de ponto estratégico e consolidou sua função de receptora e distribuidora de mercadorias, como afirma Polonial (1995, p. 41):

Anápolis foi duplamente beneficiada com a chegada da ferrovia. Primeiro, pela própria implementação da estrada de ferro, contribuindo para dinamizar a economia da região; segundo porque a cidade passou a ser ponto terminal dos trilhos, servindo como entreposto comercial na troca de mercadorias de vasta região do Estado de Goiás.

Outro fator fundamental que contribuiu para o atual desenvolvimento comercial da cidade foi o processo de ampliação da rede rodoviária na esteira da construção de Brasília no final da década de 1950 e início de 1960, pois a cidade se localiza no entroncamento das rodovias federais BR-153, BR-414 e BR-060, além das rodovias estaduais GO-222 e GO-330.

As rodovias contribuíram para a fluidez das atividades locais em uma dinâmica favorável para o desenvolvimento do comércio atacadista e de distribuição de mercadorias (LUZ, 2001). Isso gerou um atrativo para as pessoas que visavam a oportunidade de se obter melhores condições de vida, por conta da demanda de serviço que o comércio necessitava, assim, o espaço urbano anapolino passou a ser compreendido de outra forma, despertando o interesse das mais variadas formas de se usar o território urbano em prol do capital.

Na atualidade (ano de 2019), o espaço urbano anapolino se diferencia devido suas funções, trazendo a ele especificidades que o faz um objeto de estudo interdisciplinar que atrai

especulação sob os olhares do capital. Produto de compra e venda pelos agentes imobiliários, organizados pelo poder estatal e econômico, beneficiando os agentes com maior influência. Carlos (2011, p. 65) afirma que:

O espaço aparece e é vivido de forma distinta quando a habitação torna-se uma mercadoria, quando o ato de habitar passa a ser destituído de sentido, decorrente do fato de que os homens se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial, suas casas se reduzem à mercadoria, passíveis de serem trocadas ou derrubadas (em função das necessidades do crescimento econômico).

O espaço se encontra pautado na ordem do capital no qual sua função e re/funcionalização determinam sua especificidade. O morador não é dono de sua habitação, ele é usuário de tal espaço e só permanecerá por lá enquanto o capital permitir, pois o espaço é um produto de compra e venda pertencente ao fator econômico. Dessa forma, o espaço então habitado será destituído de seu verdadeiro uso e servirá ao processo de compra e venda.

Relações de interesse e o caso do Residencial Leblon

Esse espaço-mercadoria ausente de seu real sentido é colocado pelo capital como um bem material que possa ser adquirido e representa em sua materialidade, poder e status perante a sociedade. No ramo imobiliário, o importante é que esse espaço-mercadoria continue um produto de circulação que perpassasse por várias funções inseridas na ordem comercial, constituindo-se em moeda de troca.

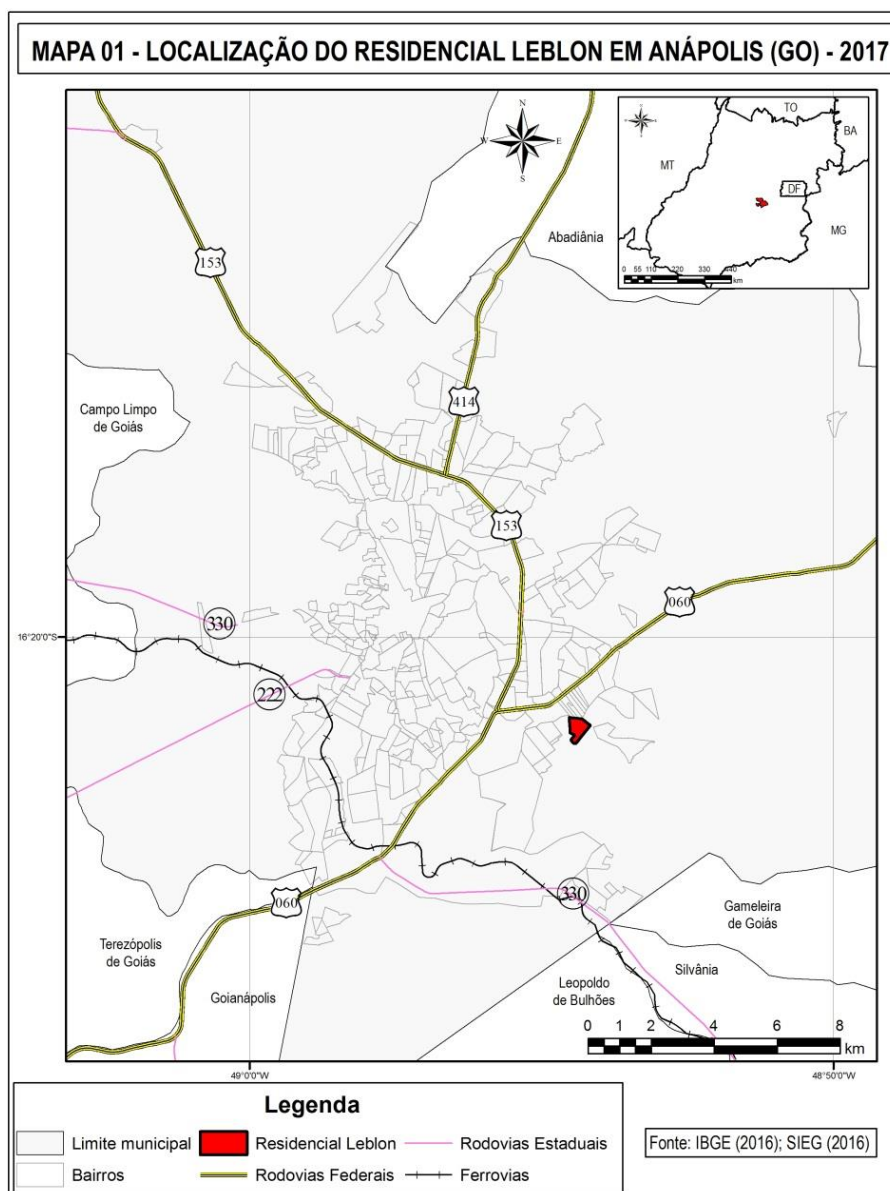
Dessa forma, se evidencia a ação de vários condicionantes na seleção do solo urbano, tornando-o planejado “em uma lógica capitalista”, e essa não é uma realidade distante do contexto urbano da cidade de Anápolis. Essas áreas diferenciadas dentro do espaço urbano são estabelecidas pelos agentes, Corrêa (1995, p. 12) os indica como:

- a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- b) os proprietários fundiários;
- c) os promotores imobiliários;
- d) o Estado; e
- e) os grupos sociais excluídos.

Tais agentes regidos pela lógica capitalista são, conscientes ou não, os grandes responsáveis pela dinâmica territorial que as cidades apresentam na atualidade. Levando em

consideração que alguns agentes possuem mais influência nessa organização espacial, se torna relevante o estudo de áreas específicas, como é o caso do Residencial Leblon, que se localiza na parte leste da cidade de Anápolis (GO) (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização do Residencial Leblon em Anápolis (GO), 2017



Fonte: IBGE (2016); SIEG (2016).

O Residencial Leblon é um conjunto habitacional inaugurado em novembro de 2012, um empreendimento com 825 unidades habitacionais horizontais que integram o programa federal Minha Casa, Minha Vida (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 2017). O

Residencial se encontra na parte leste da cidade, na qual compreende a região periférica da cidade, dessa forma, embasado nos conceitos de Corrêa (1995), o Residencial em questão é o *locus* de uma ação articulada pelos principais agentes urbanos a fim de se obter melhor uso do solo em beneficiamento do capital e, conseqüentemente, promovendo a segregação urbana.

Foto 1 – Residencial Leblon, Anápolis/GO, 2019



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

Portanto, o presente artigo envolve a análise do Residencial Leblon, buscando esclarecer os impactos presentes nas ações articuladas, especialmente pelos promotores imobiliários e o Estado no ordenamento do solo urbano de forma benéfica para a expansão do capital, privilegiando a classe burguesa dominante e a forma como o espaço geográfico se dá modificando a paisagem. Elencamos os processos de estabelecimento em áreas destinadas às classes detentoras de capital e as áreas de pior infraestrutura que, por sua vez, aumentam as desigualdades sociais presentes no espaço urbano, fenômeno cada vez mais evidente nas cidades brasileiras.

O espaço geográfico é constituído de variáveis diretamente ligadas ao homem que - envolvido nesse espaço - apresenta a necessidade de entendê-lo para que nele possa encontrar condições de sua existência.

Esse pensamento do homem sobre o espaço trouxe uma dimensão bem ampla sobre a forma como essa categoria de análise se vincula ao social, pois, deixa de existir algo constituído naturalmente e/ou aleatoriamente e passa a ser construído, como espaço pensado e formado para atender a uma lógica que rege o mundo, e nos dias atuais, essa lógica é a do capital.

O crescimento econômico que a cidade de Anápolis desempenha por ser um centro logístico também acarreta uma série de malefícios ligados com a disputa pelo espaço urbano gerando uma expansão para além da infraestrutura que a cidade possui, caso do Residencial Leblon, área destinada para famílias contempladas pelo programa federal Minha Casa, Minha Vida.

Foto 2 – Av. Ilha Formosa, Residencial Leblon Anápolis/GO, 2019



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

A produção do espaço na atualidade é estritamente voltada para o capital como afirma Carlos (2011, p. 64):

No capitalismo, essa produção adquire contornos e conteúdos diferenciados dos momentos históricos anteriores, expande-se territorial e socialmente (no sentido de que penetra em todos os lugares do mundo e em toda a sociedade) incorporando as atividades do homem, redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital. Nesse contexto, o próprio espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade. A produção do espaço se insere, assim, na lógica da produção capitalista que transforma todo o produto dessa produção em mercadoria.

A tomada de decisão na formação de áreas dispersas e não articulada com os núcleos dinâmicos que a cidade apresenta é resultado das interações dos agentes urbanos, especificamente de uma minoria elitizada que detém os meios de controle do solo entendido nesse processo como mercadoria.

O espaço é articulado em favor do capital, sendo esculpido nos moldes de uma disputa desleal guiada pelo capitalismo, suprimindo as demandas dos proprietários dos meios de produção e proprietários fundiários na reprodução do capital. Tal atividade é alicerçada pelas ações do Estado e dos promotores imobiliários.

De acordo com Souza (2016, p. 18):

Os agentes situados de maneira privilegiada no interior das relações sociais assimétricas, trabalham em prol de uma distribuição desigual da renda e dos recursos advindos da exploração capitalista do solo e das relações urbanas. A partir de um modelo socialmente perverso, uma oposição é engendrada: de um lado, a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria; de outro, a “proliferação” de déficits sociais representados pela restrição no acesso a serviços e equipamentos públicos. Como produto desta oposição materializada territorialmente, grande parte da população encontra-se imersa em problemas só minimizados por meio de protestos, sistematicamente criminalizados pelas estruturas hegemônicas de poder.

O resultado é a manutenção e concentração da riqueza, destituindo a população de baixa renda ao acesso a uma condição melhor de vida, aumentando as desigualdades, fazendo das cidades não um habitat homogêneo, mas perpetuando as contradições. No contexto atual, Corrêa (1995, p. 8) afirma: “Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”.

Distinguem-se assim dois tipos de segregação. De acordo com Corrêa (1995) existe o movimento de auto-segregação, que ocorre com mais frequência nas elites sociais que, por

consequente, tendem em sair de uma determinada localidade e se deslocam para outro local por meio de um movimento consciente e motivado por vontade/benefício próprio. Já, com as classes sociais de menor renda, ocorre o movimento de segregação induzida, que por pressão dos agentes urbanos privilegiados, são deslocados para as regiões onde se encontram áreas que despertem menor interesse das elites e do capital de forma inerente.

Tal processo de segregação acaba por resultar no surgimento de algumas atividades básicas de subsistência, no entanto essas atividades são poucas e muitas vezes ineficientes para atender as demandas da comunidade ali estabelecida. Contendo essas diferenciações, o espaço urbano reforça sua heterogeneidade formando territórios condizentes com a classe social ali predominante. A cidade passa a ser duas:

Uma visita rápida a essas metrópoles e cidades médias revela ao observador razoavelmente atento a existência de duas cidades, a da minoria de classe média e acima da média, e a da maioria de classe abaixo da média. Claro que nenhuma dessas áreas segregadas é pura, mas minhas pesquisas revelaram de forma inequívoca que existe, em todas as nossas metrópoles, uma área em que há uma clara concentração das camadas de mais alta renda, embora haja camadas de alta renda fora de tais áreas e embora nessas áreas tais camadas possam até não ser majoritárias. Entretanto, em tais áreas há uma acentuada concentração das camadas de mais alta renda. Também em todas as nossas metrópoles e cidades médias, essa segregação começa a se fazer acompanhar pelo desenvolvimento de dois centros urbanos: o centro tradicional que, abandonado pelas elites, progressivamente passa a ser ocupado pelo comércio e serviços dirigidos aos mais pobres, e um “centro novo”, estrategicamente localizado junto à área de grande concentração das camadas de mais alta renda, e concentrando o comércio e os serviços orientados para essas camadas (VILLAÇA, 2003, p. 33-34).

As dificuldades de acesso aos aparatos públicos como creches, escolas, praças, transporte, segurança e saúde, além de serviços privados essenciais para a subsistência como supermercados com diversidade de produtos, farmácias, entre outros, desencadeiam uma variedade de transtornos pelo fato da grande maioria das famílias que residem no Residencial Leblon exercerem atividades cotidianas em outras áreas da cidade no qual a logística acaba por inexistir, deixando as práticas rotineiras demoradas, custosas e até letais em casos de atendimento hospitalar urgente.

Outro fator recorrente na vida dos moradores do Residencial Leblon é a dificuldade de acesso ao Bairro, que é viável apenas pela BR-060 ou por meio da rotatória que compreende o encontro da Av. Juscelino Kubitschek com a BR-153 saindo pela Rua Francisco Valoz.

Fotos 3 e 4 – Rotatória de encontro entre a BR-153 e a Av. Juscelino Kubitschek/ saída da rotatória pela Rua Francisco Valoz, Anápolis/GO, 2019.



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

O Residencial possui uma avenida principal que perpassa por todo o Leblon, a Av. Ilha Formosa é o local onde se tem uma maior fluidez. Na parte oeste do Residencial é possível observar uma série de novas construções e áreas vagas, pois o conjunto de moradia popular foi construído na parte leste ficando a parte oeste do Residencial a espera de sua apropriação pelos interesses do capital.

Na foto 5, podemos observar ao fundo na parte leste do Residencial Leblon o conjunto de habitação popular e na parte oeste referenciada à frente na foto, é possível visualizar uma série de novas construções e áreas livres, percebendo-se diferenciações gritantes na paisagem. Na construção do conjunto habitacional, esse espaço à oeste do bairro estava totalmente vazio, sem nenhum empreendimento construído, ou seja, existia uma área que representava/afirmava a falta de interesse do poder público em articular os moradores da área com a cidade. Se essa integração entre a cidade e o Residencial Leblon se faz presente hoje por meio das novas construções na parte oeste do bairro, isso se deve ao interesse dos agentes urbanos que, por sua vez, tem vistas a atender os interesses do capital.

Portanto, a discussão permanente sobre o Residencial Leblon e outras áreas de segregação como resultado na convergência de interesses das classes sociais, a lógica do capital e as ações dos agentes formadores do espaço urbano se demonstram importantes. O contexto do desenvolvimento do espaço urbano anapolino, a ação do Estado como regulador do ordenamento territorial urbano e os efeitos e alterações ocorridas no cotidiano das pessoas que moram no Residencial em questão, fruto da segregação urbana necessitam de políticas que priorizem qualidade de vida e não apenas interesses do capital.

Foto 5 – Av. Ilha Formosa, conjunto habitacional ao fundo e construções mais recentes e áreas livres para novos empreendimentos a frente, Residencial Leblon, Anápolis/GO, 2019



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

Considerações finais

As políticas habitacionais existentes no Brasil, representam um passo importante para famílias de baixa renda adquirirem seus imóveis e com meios de pagar o imóvel adquirido, mas nem tudo é positivo para tais famílias.

As condições com que as famílias são alocadas no espaço urbano, muitas vezes estão muito aquém de uma plena reprodução no espaço urbano, ao utilizar os equipamentos públicos com que o cotidiano exerce influência sobre a vida das pessoas, pois nesses locais de habitações para famílias de baixa renda, há uma escassez de equipamentos urbanos, prejudicando as formas de vivência da população na localização específica e arredores.

Destacamos neste artigo, o Residencial Leblon, bairro presente no município de Anápolis, que por ser uma cidade média e com diferencial logístico, tende a se expandir com certa rapidez. No Residencial Leblon, os moradores sofrem com ocorrências da segregação ao qual os mesmos sofreram.

Referências bibliográficas

CARLOS, A. F. A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

FRANÇA, Maria Sousa. **A formação histórica de Anápolis e sua área de influência regional** In separata dos anais do VII Simpósio Nacional –ANPUH: Belo Horizonte, 2 a 8 de setembro de 1973, p. 654.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LUZ, J. S. **A especialização da atividade comercial atacadista: o setor atacadista-transportador moderno de Anápolis-GO**. Dissertação (mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

_____. **A (re) produção do espaço de Anápolis/GO: a trajetória da cidade média entre duas metrópoles – 179 – 2009**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

POLONIAL, J. M. **Anápolis nos tempos da ferrovia**. Dissertação. Departamento de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. **Notícias**. Disponível em <<http://www.anapolis.go.gov.br/portal/multimedia/noticias/ver/prefeitura-de-an-polis-inaugura-residencial-leblon1>>. Acesso em Jul./2017.

SILVEIRA, M. R. **Circulação, Transporte e Logística**. São Paulo. Outras Expressões, 2011.

SOARES, B. R. et al. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, n. 2, p. 11-34, 1999.

_____. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais In SPOSITO, M.E.B. **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular: 2007, p. 461-494.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SOUZA, Bruno Augusto de. **Valparaíso de Goiás (GO) e a segregação residencial produzida por um processo integrador/fragmentador**. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado), Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2016.

SPOSITO, E. S. Dinâmica econômica, fluxos e eixos de desenvolvimento. Avaliação da construção de uma temática. In: _____(Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

VILLAÇA, Flávio. **A recente Urbanização brasileira**. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Urbanização Brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ARTE, 2003, p. 28-41.

Cidade, espaço público e arte criativa

Talles Santos Faria Silva¹⁸²
João Luiz Pereira¹⁸³
Jean Carlos Vieira Santos¹⁸⁴

Resumo: Este artigo tem como chave interpretativa o deslindamento das reflexões e interpretações acerca dos enfeites natalinos urbanos feitos a partir de produtos recicláveis, numa perspectiva de valorização, identificação e contextualização criativa realizada por diferentes moradores do lugar, trazendo como recorte de pesquisa o município de Aparecida do Rio Doce, Goiás. Uma ordem importante, indispensável para esta investigação, diz respeito a fontes escritas, trabalhos de campo e entrevistas informais. Resultados obtidos neste artigo mostram uma arte criativa que também é dos artesãos e moradores de Aparecida do Rio Doce/GO. Essa temática jamais foi discutida no sentido de que a cultura praticada a partir de materiais reciclados pudesse existir de fato no território investigado. Durante os trabalhos de campo, muitos sujeitos afirmaram que, depois que a prefeitura passou a enfeitar a cidade para as festividades de Natal, o local ficou mais atrativo.

Palavras-chave: Aparecida do Rio Doce; Qualidade de vida; Criatividade; Praça.

Introdução

Nos tempos atuais, ao constatar o descaso com o meio ambiente urbano, a utilização de materiais plásticos recicláveis para decorar e enfeitar as cidades durante as festividades de Natal tem contribuído com a qualidade de vida, os momentos de lazer e a presença de moradores e visitantes nos espaços públicos. Este artigo tem como chave interpretativa o deslindamento das reflexões e interpretações acerca dos enfeites natalinos urbanos feitos a partir de produtos recicláveis, numa perspectiva de valorização, identificação e contextualização criativa realizada por diferentes moradores do lugar.

Esse processo de transubstanciação tem magna importância por se configurar, a partir da arte e das mãos criativas de diferentes sujeitos, como uma proposta de luz e cores

¹⁸² Mestrando pelo curso Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) E-mail: talles.ecn.ueg@hotmail.com.

¹⁸³ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás – UEG Campus Quirinópolis. E-mail: joaopereira-jlp@hotmail.com

¹⁸⁴ Orientador deste trabalho. Professor do Mestrado Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), do Mestrado em Geografia da UEG Campus Cora Coralina e dos cursos de Graduação e Tecnologia da UEG Campus Caldas Novas. Pós-doutorado em Turismo pela Universidade do Algarve (Portugal), Doutorado e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (IGUFU/Brasil). E-mail: Jean.vieira@ueg.br.

que marcam espaços públicos urbanos. Silva, Gomes e Silva (2009) arrazoam que, ao longo do tempo, o estudo da cidade tem motivado os pesquisadores:

[...] no desvendamento da sua lógica de funcionamento e de organização espacial. Mas afinal, há uma lógica no funcionamento e na organização das cidades? Há um modelo previamente determinado para seu estudo? Existe um tamanho ideal de cidade? Qual o papel da pequena cidade, no atual contexto político-econômico e na reprodução das relações cotidianas? (SILVA; GOMES; SILVA, 2009, p. 43).

A proposição que vigora neste trabalho é de que, em cidades pequenas do interior de Goiás, materiais reaproveitados são transformados em Papai Noel, trenós, renas, árvores de natal, guirlandas e inúmeros objetos que deixam espaços e territórios urbanos mais coloridos, iluminados e criativos. Deve-se considerar que o alcance da presente investigação é restrito, pois busca somente compreender a criatividade, a arte e suas formas e linguagens presentes em territórios urbanos específicos durante as festividades de Natal.

O recorte de estudo deste artigo concerne ao município de Aparecida do Rio Doce, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, mais precisamente no estado de Goiás. Diante desse pressuposto, não se descrevem apenas os territórios enfeitados do referido município, como também se investiga e se apresenta a opinião dos moradores sobre essa realidade composta por arte, criatividade e saber fazer artesanal. Sendo assim, este artigo resulta de investigações de fontes escritas, orais, aplicações de questionários e trabalhos de campo, envolvendo as metodologias qualitativas e quantitativas.

Uma ordem importante e indispensável para a construção deste estudo se refere às fontes escritas ou pesquisa documental (levantamento das referências). Essa etapa foi fundamental para a construção teórica, mas se constatou uma relativa escassez de obras no domínio da geografia urbana e arte criativa, tendo em vista que, para reduzir a lacuna teórica encontrada, os trabalhos de campo foram fundamentais. De acordo com Santos e Silva (2015), os trabalhos de campo podem ser considerados, literalmente, uma experiência científica marcante, uma viagem ao lugar de investigação que traz significados e existência à um artigo.

Um caminho produtivo a ser ressaltado se refere a ao rigor científico, assim como as expressões e terminologias subordinadas ao tema tratado, o que possibilitou leituras e formas diversas de pensar a geografia urbana no contexto da cidade pequena e a arte de enfeitar espaços públicos com produtos recicláveis.

Cidade Pequena: ponto de partida conceitual

Na região em que está localizada Aparecida do Rio Doce/GO, o cerrado é assunto notadamente negligenciado no Brasil, como pode ser verificado na Constituição Federal promulgada em 1988, na qual esse bioma natural não é citado com fins de preservação. Por isso, economicamente falando, percebeu-se uma brecha legal que levou à expansão indiscriminada da agricultura comercial, sem a contrapartida necessária de preservação e estudo adequados.

Esse bioma, além de concentrar fauna e flora pouco pesquisadas, é responsável por abastecer as principais bacias hidrográficas brasileiras (MOYSÉS; SILVA, 2008). De espaço interior, “virgem” e pouco urbanizado no passado, a expansão da agricultura científica criou lugares propícios à concentração demográfica urbana, notadamente em cidades de médio e pequeno porte.

Subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e de uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior (SANTOS, 2005a, p. 22).

Sobretudo no Centro-Oeste, tais cidades têm capitaneado a urbanização acelerada observada principalmente a partir da década de 1970. Apesar de essa população não ser considerada rural, pois mora em aglomerados urbanos, ela é essencialmente agrícola, pois depende, na maioria das vezes, do trabalho no campo, como os “[...] trabalhadores do campo estacionais (boias-frias)” (SANTOS, 2005b, p. 36) para seu sustento – nesse caso, formam grandes bolsões periféricos de pobreza nas aglomerações urbanas. Moysés e Silva (2008, p. 212) asseveram que:

Outro aspecto a ser considerado é que, nos municípios de porte médio, as possibilidades de vida mais digna e com menos desigualdades sociais são maiores. Neste sentido, políticas públicas voltadas para municípios deste porte deveriam ocupar prioritariamente a agenda dos governantes, com o objetivo de fortalecer sua economia e, com isso, reduzir a pressão migratória sobre os municípios maiores.

Geralmente, nessas cidades se desenvolvem não apenas as relações econômicas e sociais, como também o conhecimento científico para otimizar a produtividade rural, com vistas à maior geração de renda e competitividade num mercado que é, por definição, regido

por normas globais de produção e renda econômica – esses fatores também influenciam o cotidiano das cidades pequenas da região investigada. De acordo com Moysés e Silva (2008, p. 208), “[...] o fato é que o Centro-Oeste deixou de ser majoritariamente rural e passou a ser majoritariamente urbano a partir da década de 1970, exatamente quando o governo federal fez-se presente através da injeção de grandes somas de recursos na região”.

Por uma questão histórica de apropriação do território, a região do cerrado, onde se nota um afastamento do litoral e, conseqüentemente, das zonas de exportação comercial nos períodos coloniais e pré-científicos, permitiu que no passado recente e nos dias atuais a ocupação territorial fosse realizada sem o “vício” ou as vicissitudes históricas das tradições colonialistas de poder, o que levou à apropriação econômica do espaço por aqueles que detinham os saberes, a tecnologia e os recursos necessários à exploração das atividades comercialmente mais atrativas em nível global (SANTOS; SILVEIRA, 2001), além do conseqüente incentivo à geração de conhecimento, enquanto ciência, para a melhora desse local, com vistas à maior geração de produção e renda exigida pela economia global.

Como consequência, as cidades do Centro-Oeste poderiam utilizar o acúmulo de capital e renda para planejar uma qualidade de vida adequada, no que tange à configuração “verde”, o que notadamente não se consolida no plano real. Os investimentos do poder público têm se concentrado, em grande parte, nas necessidades de infraestrutura (transporte, saúde, educação e, em certa medida, saneamento básico), sem a preocupação com a influência das áreas verdes urbanas sobre a qualidade de vida da população, o que não é diferente em Aparecida do Rio Doce/GO. Londe e Mendes (2014, p. 269) postulam que:

No contexto da qualidade da vida urbana, as áreas verdes, além de atribuir melhorias ao meio ambiente e ao equilíbrio ambiental; contribuem para o desenvolvimento social e traz benefícios ao bem-estar, a saúde física e psíquica da população, ao proporcionarem condições de aproximação do homem com o meio natural, e dispõem de condições estruturais que favoreça a prática de atividades de recreação e de lazer.

Há, pois, a necessidade de aplicar políticas de governo e sociais voltadas à saúde da população como um todo, especialmente numa região onde ainda a urbanização é estabelecida. Santos e Silva (2016, p. 105) discorrem que “[...] a urbanização em Goiás no século XX sempre esteve ligada às ações do Estado, através dos projetos de desenvolvimento e planejamento territorial”.

Nesse entremeio, as cidades pequenas no interior goiano atendem ao agronegócio em sua maioria. De acordo com Santos (2010, p. 181), “[...] esses pequenos núcleos urbanos são denominados como cidades locais capazes de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função que implica uma vida de relações”. Contudo, as cidades do interior goiano podem ser vistas como um ente de muita complexidade, pois, nas primeiras décadas do século XXI, passaram:

[...] por grandes transformações com a territorialização das usinas sucroenergéticas. Dentre as mudanças ocorridas está a diminuição da produção da agricultura com cultivos de arroz, feijão, milho, verduras, frutas e pecuária em detrimento da expansão da cultura da cana-de-açúcar. Com isso, muitas áreas dos municípios [...], foram metamorfoseadas em territórios da cana-de-açúcar, mudando, assim, a paisagem, as relações socioeconômicas e culturais (VERISSÍMO; MATOS, 2015, p. 28).

Esses lugares apresentam múltiplas faces e formas, mistérios, nomenclaturas e territórios. São, também, multiplicadores de “[...] interações sociais, econômicas e culturais, nas quais o conteúdo e a forma são resultantes do conjunto de relações de poder estabelecidas no seu espaço físico” (SILVA; GOMES; SILVA, 2009, p. 43). Essas questões têm sido parte de inquietações diversas, sobretudo quando se verifica que a geografia urbana é uma área do conhecimento científico que estuda as cidades e as fragmenta em grandes, médias e pequenas.

Cavalcanti (2001, p. 12) sublinha que a “[...] geografia é uma das ciências que tem se dedicado à análise da cidade e da vida urbana. E suas categorias de análise vão orientando um determinado olhar para a cidade”. Nesse debate, salienta-se que as pequenas cidades também se revelam “[...] como áreas de mudanças socioespaciais importantes, na medida em que o desenvolvimento técnico-científico informacional projetou novos desafios, principalmente para os governantes dessas cidades” (SILVA; GOMES; SILVA, 2009, p. 48).

Nos estudos sobre pequenas cidades no Brasil:

[...] há uma tendência em classificá-la a partir do aspecto quantitativo populacional, ou seja, do número de população que habita e vive na cidade. Nesse sentido, tem sido comum denominar-se de pequena cidade aquela cuja população não ultrapassa vinte mil habitantes ou dez mil habitantes, como alguns estudiosos a classificam. Esse tipo de classificação tem sido proposta e utilizada por órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), [...] (SILVA; GOMES; SILVA, 2009, p. 48).

Segundo os autores citados, essa classificação é simples porque contempla tão somente a dimensão da população, quando deveria levar em conta a complexidade da cidade, mesmo que seja menor num nível espacial escalar; logo, tal concepção se apresenta como frágil e insuficiente para os que anseiam investigar as cidades pequenas. Nesse contexto, Fernandes (2018, p. 17-18), também sublinha que no entendimento sobre a conceituação de pequena cidade, o primeiro aspecto que se destaca é o quantitativo, mas que não existe uma teorização geral que seja adequada para a realidade de todos os países. “Aliás, não é apenas uma questão que tem variedade global. Em alguns países extensos, como o Brasil, a conceituação e a classificação das pequenas cidades variam de um Estado para o outro e até entre as regiões de um mesmo Estado”. Então:

[...] o número mínimo ou máximo de habitantes não pode ser o elemento determinante na discussão sobre a temática das pequenas cidades. Logo, a quantidade e as discussões numéricas devem ser norteadoras, como um primeiro passo, mesmo que complexo e passível de grande discussão, para o debate. Certamente, a utilização de um número não é suficiente para entender o universo das pequenas cidades brasileiras (FERNANDES, 2018, p. 19).

Desse modo, vale lembrar que a cidade pequena é o lócus privilegiado da vida social (CAVALCANTI, 2001), mostrando respeito à diversidade cultural, à interculturalidade e à pluralidade de conteúdos culturais e artísticos que proporcionam momentos de lazer e ludicidade aos moradores locais. No entanto, é preciso considerar que a maior parcela da população das “pequenas cidades tem suas vidas condicionadas às decisões do capital” (FERNANDES, 2018, p. 14).

Santos (2010, p. 180) lembra que, na rede urbana da microrregião de Quirinópolis/GO, a qual faz limites com o objeto aqui investigado, “[...] as funções ou papéis das cidades não são tão diferentes, na maioria, os serviços prestados são para atender ao agronegócio, com exceção de São Simão e Lagoa Santa que também atendem aos setores de lazer e turismo”. A economia de cidades pequenas, a exemplo de Aparecida do Rio Doce/GO, é dinamizada pelo agronegócio e por alguns setores de serviços ligados à comercialização de produtos, como vestuário e consumo imediato. Desse modo, consideram-se como características que definem a urbanização de Goiás:

[...] duas fases que apesar das disparidades que apresentam foram responsáveis pela construção do território goiano, impondo-lhe capacidade de produção e organização

social e econômica, primeiramente de forma mais arcaica baseada, principalmente, na extração urífera e agropecuária de subsistência para depois intensificar essa produção agropecuária e aparecer a nível nacional integrando e contribuindo para um campo econômico e social bem mais significativo (SANTOS; SILVA, 2016, p. 107).

Nas palavras de Silva, Gomes e Silva (2009, p. 51), a análise e a compreensão da cidade pequena “[...] requerem que sejam considerados os laços de sociabilidades que são construídos ao longo da história de vida cotidiana do povo e do lugar”. O tema “cidade pequena” possibilita, como qualquer outra temática sobre a geografia urbana, diversas abordagens, pois, segundo Carlos (2013, p. 94), a produção do espaço urbano se funda na “[...] contradição entre a produção social da cidade e sua apropriação privada. A existência da propriedade privada da riqueza apoiada numa sociedade de classes e a constituição do espaço como valor de troca geram a luta pelo direito à cidade”.

Tanto as cidades pequenas e médias quanto as metrópoles se encontram sob “[...] determinações do capitalismo, que tornou a própria cidade uma mercadoria e determinou seu uso pela lógica das relações que a envolvem e permitem a criação da mercadoria no movimento do processo de valorização do valor” (CARLOS, 2013, p. 99). Conforme Costa (2010, p. 23), o entendimento sobre a produção do espaço não deve se restringir ao âmbito da política, da economia ou da cultura, “[...] mas da imbricação das três abordagens para o melhor entendimento das espacialidades sociais, da realidade econômico-social dos lugares em diferentes momentos históricos”.

Sujeitos criativos de Aparecida do Rio Doce

Antes de trazer os depoimentos dos sujeitos criativos que, com seus saberes e fazeres, enfeitam os espaços públicos de Aparecida do Rio Doce/GO, convém pontuar que o trabalho desenvolvido é uma parceria com o poder público local. Por isso, é importante citar as palavras de Left (2001, p. 64), destacando que a problemática ambiental nas últimas décadas:

[...] promoveu a transformação dos conhecimentos teóricos e práticos nos quais se funde a racionalidade social e produtiva dominante. Os requerimentos de conhecimento para a construção de uma racionalidade ambiental dependem da perspectiva ideológica e política na qual se gera a sua demanda.

Nessa linha de raciocínio, o processo que visa à preservação e à proteção de um ambiente mais limpo exige, para sua implantação, um consenso que levará a relações entre pessoas adeptas à discussão apresentada neste trabalho, como conservação da cidade, do bairro ou de qualquer paisagem habitável, procurando deixar o urbano menos poluído possível. Um sujeito entrevistado durante os trabalhos de campo frisou que a atividade desenvolvida na cidade mostra:

[...] a importância da sociedade de Aparecida do Rio Doce/GO e de todo o planeta em conjunto, com responsabilidade e compromisso de cada vez mais desenvolver trabalhos de reciclagens, que visem à preservação de nossa maior riqueza, que é o meio ambiente. Os enfeites de Natal com material reciclado já faz [sic] parte do nosso cotidiano natalino, dos moradores de Aparecida do Rio Doce/GO. Esses materiais tornam os espaços públicos do lugar mais agradável, mais visitado [sic], por quem gosta de ver nossa arte (DEPOIMENTO OBTIDO DURANTE TRABALHO DE CAMPO).

Tal depoimento mostra que as “[...] cidades empreendem formas muito particulares de estarem no mundo. Com a expansão da urbanidade, a arte verdadeiramente ampliou seus limites” (FERREIRA, 2016, p. 23). Cumpre dizer que o trabalho realizado na cidade pequena do interior de Goiás se faz presente em ruas, praças e trevos, ou seja, nos espaços públicos, mostrando uma valorização da criatividade de sujeitos que são do lugar, que não recebem uma remuneração adequada pela atividade artesanal desenvolvida.

De fato, a praça se constitui enquanto território de sociabilidade do período natalino e de outros tempos da cidade, abrigando atividades díspares e comuns à comunidade de Aparecida do Rio Doce/GO. Nas cidades pequenas, os espaços públicos são utilizados para manifestações e transmissão de costumes, hábitos e práticas culturais, sem anular moradores e visitantes. De acordo, com Rafael (2018, p. 77), a praça é um espaço apropriado pela população para “[...] o lazer e a fé [...]. A praça mostra o que nós temos de mais sagrado e ao mesmo tempo era também onde se realizava namoros e casamentos e outras coisas mais”. Em outro depoimento, o entrevistado destaca que:

Nesse processo, devido ao crescente aumento dos produtos, com embalagens descartáveis nos tempos atuais, como as garrafas PET, aumentou e muito os volumes dos lixões nas cidades e, em Aparecida do Rio Doce/GO, não é diferente. As embalagens descartáveis são vistas em todos os lugares da minha cidade e, com isso, vêm contribuindo para uma demanda no gerenciamento da utilização dos resíduos plásticos por parte da prefeitura daqui; por isso, ela é a nossa maior parceira

(a prefeitura), que nos incentiva nesse trabalho que é um dom que Deus nos dá. Pode-se afirmar que, em Aparecida do Rio Doce/GO, a reciclagem já é uma tradição, uma preocupação de considerável parcela de nós, moradores (DEPOIMENTO OBTIDO DURANTE TRABALHO DE CAMPO).

Para conscientizar os moradores e valorizar o trabalho de arte e a criatividade no espaço urbano investigado, um dos entrevistados disse ser fundamental a educação ambiental nas escolas públicas do município. Conforme Ramos (2013, p. 83), os entendimentos acerca da natureza como uma extensão da existência humana, bem como da saúde como resultado da interação de aspectos biológicos e sociais, são “[...] fundamentais para a configuração do campo da saúde ambiental, assim como seus reflexos para a política brasileira”.

Logo, é imprescindível adequar os espaços urbanos de pequenas cidades às necessidades ambientais, especialmente com a reciclagem dos lixos descartados. “Para muitas pessoas os resíduos representam descuido e desmazelo da civilização. Os resíduos que estão fora de lugar é uma forma de poluição da paisagem” (SEWELL, 1978, p. 220).

Nessa manutenção do equilíbrio ecológico, pode-se considerar o meio ambiente como um patrimônio público. Relatos como o descrito abaixo mostram a tentativa do poder público local de quantificar o lixo que é transformado em arte em Aparecida do Rio Doce/GO:

Os estabelecimentos que descartam o lixo são os seguintes: bares, restaurantes, mercados e residências. Esse material é recolhido três vezes por semana. Estima-se que é jogado no aterro sanitário de 180 mil a 200 mil quilos de lixo em média por ano, sem que houvesse um processo de separação para ser reutilizado ou aproveitado em outra ocasião. O lixo recolhido em um dia de coleta foi pesado, chegando ao peso bruto de 2.500 a 3.000 kg/dia. Depois de separado, o peso líquido é de aproximadamente 500 a 600 quilos de material, que é destinado à reciclagem. Os materiais são papelão, garrafa PET e outros. Também foi feita uma estimativa do lixo que é recolhido por semana, chegando ao peso bruto de 6.400 a 6.600 quilos. E o peso líquido de materiais reciclados chega à marca de 1.500 a 1.800 quilos de material que pode ser reutilizado; então, por mês, o peso bruto é aproximadamente de 25 mil a 26 mil quilos de lixo, enquanto o peso líquido de um mês é de 6.500 a 7.200 quilos de material que é aproveitado. Então, durante um ano, estima-se que o peso bruto é de 180 mil a 200 mil quilos de lixo que é jogado no aterro sanitário; se houvesse uma separação desse material, chegaria ao peso líquido de 72 mil a 74 mil quilos de matéria-prima que seria reaproveitada durante um ano, podendo ser reutilizada na fabricação de outros produtos, como os enfeites de Natal construídos com garrafa PET (DEPOIMENTO OBTIDO DURANTE TRABALHO DE CAMPO).

Essa preocupação destacada no presente artigo é muito recente na história do município investigado e tem ocorrido, sobretudo, nas primeiras décadas do século XXI. Depoimentos mostram uma realidade urbana, mas se sabe que as atitudes mínimas de

preservação ambiental não ocorrem nos territórios rurais de Aparecida do Rio Doce/GO. Assim como acontece nas cidades, a reciclagem deve também ocorrer na zona rural, por existirem embalagens de uso veterinário, agrotóxicos, alumínio, vidros e outros metais.

Segundo os artistas entrevistados, não existe um modelo das obras construídas e expostas nos espaços públicos. Muitas vezes são feitos desenhos no chão e, depois, a ideia ganha forma, cuja aptidão revela grande maestria técnica e notabilismo, “[...] aliado ao bom critério na ornamentação dos objetos. Sem projetos desenhados e com a escola da vida [...] recria peças mais artísticas” (GANCHO, 2000, p. 14). No final de cada festa natalina, os trabalhos são recolhidos e guardados em um galpão público, pois são reaproveitados no ano subsequente.

Os enfeites de Aparecida do Rio Doce/GO fazem com que as pessoas se reúnam para observar, admirar, fotografar e registrar na memória as luzes de uma paisagem que está sempre iluminada. Assim, é possível dizer que esse espaço urbano se torna mais agradável, sustentável e limpo, expondo uma melhor qualidade de vida aos moradores. Sob esse viés, Lisboa e Rosendo (2017, p. 126) ponderam que “[...] os sistemas de limpeza urbana são constituídos essencialmente de serviços, os quais necessitam, para sua operação, do pleno engajamento da administração municipal, garantindo um fluxo de recursos permanente para sua realização” – tal fato foi observado durante os trabalhos de campo.

Pode-se alegar que o trabalho desenvolvido em Aparecida do Rio Doce/GO diz respeito a saberes e fazeres de base local, “[...] uma prática social e cultural, construídos a partir de um modo de vida, onde as pessoas do lugar envolvidas encontram as condições de se constituir como ser social, de enfrentar suas dificuldades cotidianas e de reproduzir suas humanidades” (SANTOS, FREITAS, CARNEIRO, 2018, p. 187). Com base em Ferreira (2016), a cultura define as particularidades de um lugar e de um povo, dando o tom e a personalidade diferenciada de bens e serviços, apresentando a arte criativa do lugar.

Segundo Nóbrega (2017, p. 232), este manuscrito atinge os objetivos ao refletir sobre o urbano, a arte criativa e o cotidiano que se apresentam como “[...] uma inevitabilidade do tempo presente que precisa ser entendido como um momento de organização histórica da vida em sociedade que dotará a própria sociedade de elementos capazes de pensar a vida para além do capital”. Na cidade investigada, a singularidade de mãos criativas proporciona um novo sentido aos espaços públicos, mostrando um repertório específico de sujeitos locais, com saberes e fazeres que enfeitam paisagens urbanas muitas vezes áridas e pouco atrativas.

Considerações Finais

Resultados obtidos neste artigo mostram uma arte criativa que também é dos artesãos e moradores de Aparecida do Rio Doce/GO. Essa temática jamais foi discutida no sentido de que a cultura praticada a partir de materiais reciclados pudesse existir de fato no território investigado. Assim, tencionou-se compreender como os enfeites natalinos foram capazes de promover os espaços públicos, gerando valores e interesses de lazer.

Com o trabalho desenvolvido, a cidade também atraiu o olhar de sujeitos que não são do lugar, consolidando uma arte domiciliar e de todos. Produzir este artigo foi reconhecer uma afortunada tarefa de aprofundar na cultura popular de sujeitos que transformam lixo em arte, apresentando um olhar interessado apenas na vida cotidiana, além de redescobrir os pequenos/grandes mundos do dia a dia, isto é, as formas de um trabalho artesanal do interior de Goiás, uma arte criativa viva no território.

Referências

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 95-110.

CAVALCANTI, L. de S. Geografia da cidade – a produção do espaço urbano de Goiânia. In: CAVALCANTI, L. de S. **Uma geografia da cidade** – elementos da produção do espaço urbano. Goiânia: Alternativa, 2001.

COSTA, E. B. **A concretude do fenômeno turismo e as cidades patrimônio-mercadoria: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 13 - 31. Janeiro/Junho 2018.

FERREIRA, J. A economia da cultura e o desenvolvimento do Brasil. In: CHAVES, M. P. S. R.; CARVALHO, N. L. A. (Orgs.). **Economia criativa: a experiência do observatório estadual da economia criativa do Amazonas**. Manaus: EDUA, 2016, p. 19-26.

GANCHO, L. M. P. C. **O centro oleiro de Redondo (1998/2000): contributo para o estudo do seu sistema técnico de produção cerâmica**. 244 f. 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LISBOA, R.; ROSENDO, J. dos S. Política pública de resíduos sólidos. **Espaço em Revista**, v. 19, n. 1, p. 126-141, jan./jun. 2017.

LONDE, P. R.; MENDES, P. C. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 10, n. 18, p. 264-272, 2014.

MOYSÉS, A.; SILVA, E. R. Ocupação e urbanização dos cerrados: desafios para a sustentabilidade. **Cadernos Metrópole**, n. 20, p. 197-220, 2008.

NÓBREGA, P. R. da C. Algumas reflexões e revisões sobre o urbano, a cidade e o cotidiano. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, ano 28, n. 2, p. 230-246, jul./dez. 2017.

RAFAEL, L. R. M. **Entre o ritmo, a cor e o movimento**: as territorialidades na festa de congada da cidade de Ituiutaba/MG. 121 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2018.

RAMOS, R. R. Saúde ambiental: uma proposta interdisciplinar. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 9, n. 16, p. 74-85, 2013.

SANTOS, J. C. V. **Políticas de Regionalização e Criação de Destinos Turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano**. 367 f. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SANTOS, J. C. V.; FREITAS, D. P.; CARNEIRO, V. A. Turismo, educação e trabalho de campo em uma paisagem protegida: uma realidade observada, analisada e contextualizada. **OKARA: Geografia em Debate**, v. 12, n. 1, p. 176-192, 2018.

SANTOS, J. C. V.; SILVA, J. A. A arte da olaria no turismo da região Algarve, Portugal. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 17, n. 3, p. 658-690, dez. 2015.

SANTOS, J. N. D. R.; SILVA, F. C. A. Análise das fases de urbanização do território goiano: uma resposta à atual configuração urbana de Goiás. **OKARA: Geografia em Debate**, v. 10, n. 1, p. 93-109, 2016.

SANTOS, M. A urbanização pretérita. In: SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005a, p. 19-30.

SANTOS, M. A revolução recente da população urbana, agrícola e rural. In: SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005b, p. 31-36.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEWELL, G. H. **Administração e controle de qualidade ambiental**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1978.

SILVA, A. B. da.; GOMES, R. de C. da C.; SILVA, V. P. da. Por uma concepção conceptual: as pequenas cidades em tela. In: SILVA, A. B. da.; GOMES, R. de C. da C.; SILVA, V. P. da. (Orgs.). **Pequenas cidades**: uma abordagem geográfica. Natal: EDUFRN, 2009, p. 43-68.

Passeios de Jundiá a Jaiara: desenho, uso e apropriação do espaço público das calçadas em dois bairros de Anápolis (GO)

Ana Laura Lopes Cabral¹⁸⁵
Oswaldo Lino Alves Junior¹⁸⁶
Janes Socorro Da Luz¹⁸⁷
Milena D'Ayala Valva¹⁸⁸

Resumo: O presente trabalho pretende formalizar as impressões e registros das atividades de campo propostas pela disciplina “A dimensão urbana em áreas do Cerrado”, correspondendo às discussões iniciadas em sala de aula sobre os conceitos de cidades, sistemas e habitar, diante da contemporaneidade. Para objeto de pesquisa, foram definidos dois bairros da cidade de Anápolis (GO): Jaiara e Jundiá, para, a partir deles, estabelecer parâmetros para uma análise comparativa do espaço urbano. A caminhada e a experiência de campo possibilitaram uma nova leitura destes lugares, e os registros realizados refletem paisagens heterogêneas a partir das quais surgiram novas questões; destas, a apropriação dos espaços públicos, especialmente no que se refere ao uso das calçadas e, de que modo as atividades desempenhadas nos trechos influenciam nessa dinâmica de utilização, são as questões regentes deste trabalho. Durante o campo foi possível perceber que, apesar da imagem construída no imaginário das pessoas a respeito dos dois bairros, de uniformidade, são caracterizados por uma heterogeneidade na sua composição, sendo possível perceber entre eles muito mais semelhanças que diferenças, especialmente no que diz respeito à ocupação do espaço público e utilização das calçadas, que, de maneira geral, é desvalorizado e pouco aproveitado frente a suas potencialidades.

Palavras-chave: espaço público, Jundiá, Jaiara.

Introdução

O presente trabalho pretende formalizar as impressões e registros das atividades de campo propostas pela disciplina “A dimensão urbana em áreas do Cerrado”, correspondendo às discussões iniciadas em sala de aula sobre os conceitos de *cidades, sistemas e habitar*, diante da contemporaneidade. Vemos na pesquisa de campo uma oportunidade de nos depararmos, de maneira muito concreta, com a realidade da vida urbana, as dinâmicas e fenômenos a ela associados. Esta experiência com o espaço vivido é que permite o borbulhar de novas questões, ou ainda a possibilidade de obter respostas que nem sempre encontramos nos debates teóricos, por mais fundamentados e atualizados que estejam.

¹⁸⁵ Mestranda no PPG em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da UEG. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: analaura-cabral@hotmail.com.

¹⁸⁶ Mestrando no PPG em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da UEG. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: osvaldojr.au@gmail.com.

¹⁸⁷ Orientadora deste trabalho. Docente do PPG em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da UEG. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: jnsluz@hotmail.com.

¹⁸⁸ Orientadora deste trabalho. Docente do PPG em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da UEG. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. E-mail: midayala@gmail.com.

Para objeto de pesquisa, definimos dois bairros da cidade de Anápolis: Jaiara e Jundiáí, para, a partir deles, estabelecer parâmetros para uma análise comparativa do espaço urbano. Sabe-se que o exercício comparativo sustenta-se antes pelas características comuns. Nos bairros analisados, a principal similaridade apontada é o período de seu surgimento no cenário de Anápolis: ambos foram planejados – e no próprio exercício do planejamento tem-se ainda um segundo fator em comum – no início da década de 1940.

Uma terceira característica que identificamos, e já como resultado da experiência do campo, é que ambas as regiões possuem uma espécie de rótulo urbano; carregam consigo uma determinada imagem disseminada pelos meios de comunicação e seus agentes produtores, e interiorizada pelo senso comum de boa parcela da população. Nos dois casos, porém, a realidade encontrada desmistificou os discursos frequentemente adotados, quebrando as expectativas do que se esperava encontrar.

Desenvolvimento

Sabe-se que o bairro Jundiáí foi proposto, em 1943, pela *Sociedade Imobiliária de Anápolis Ltda.*, que acabara de se formar por Jonas Duarte, Lindolfo Louza, e Plácido de Campos, os quais contrataram os serviços de João Alves Toledo, engenheiro e urbanista vindo de São Paulo, para o desenho urbano. Este projetou então, um bairro-jardim¹⁸⁹, numa área previamente adquirida pelos investidores, pouco distante do centro tradicional da cidade, porém, na outra margem do ribeirão das Antas (a partir do qual formou-se o núcleo urbano em 1860). A área do loteamento pôde então ser acessada pelos cidadãos a partir da construção de uma ponte sobre o curso d'água, conectando as avenidas Goiás e Barão do Rio Branco ao novo bairro, representando uma direção para a expansão urbana.

Simultaneamente, a criação da Vila Jaiara iniciou-se no contexto da chegada de uma indústria têxtil à cidade, a “Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Algodão, antiga Vicunha S/A-Indústrias Reunidas” (GARCIA, 2009), numa região mais afastada do centro de Anápolis. Também planejada em 1943, teve seu desenho realizado pelo engenheiro-agrônomo Luiz Caiado de Godoy, que homenageou seus filhos Jairo e Yara ao denominar o bairro por *Jayara* (LUZ, 2013, p. 9). Segundo Godofredo Sandoval Batista,

¹⁸⁹ Faz referência ao conceito de cidade-jardim, proposto no urbanismo por Ebenezer Howard (1902).

No alto, ao lado do Morro da Capuava, ficava um trecho de um quilômetro sem nenhuma casa, até se atingir a Vila Jaiara, onde os moradores se juntavam aos fazendeiros, que faziam suas compras no único estabelecimento comercial, instalado bem em frente à indústria têxtil: o Armazém Popular. (BATISTA, 2010, p. 79).

Figura 1. Diagrama com a localização dos bairros analisados.



Fonte: planta cadastral de Anápolis conforme Plano Diretor Participativo de 2016, alterada pelos autores (2019).

Apesar de contemporâneos, os dois bairros eram mencionados com diferente relevância nos jornais da época: enquanto os anúncios do bairro Jundiá dominavam com frequência as manchetes, com grande espaço nos jornais, a Vila Jayara, por sua vez, aparecia discretamente, em pequenas notas, ou até mesmo no rodapé da página (Figura 2). Mesmo assim, as duas regiões foram habitadas e cresceram ao longo dos anos, tanto em número de habitantes como no desenvolvimento de atividades de comércio e prestação de serviços para a

população local e adjacências, chegando a ser referidas em pesquisas recentes como novas centralidades de Anápolis. Nesse sentido, pode-se de dizer que ambos se caracterizam como subcentros, considerando este conceito “para designar aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços, que não o centro principal” (VILLAÇA, 2001, p. 293).

Figura 2. Publicação do jornal O Anápolis no dia 29/09/1946.



Fonte: registro dos autores sobre acervo do Museu Histórico Municipal Alderico Borges de Carvalho.

Indo além das discussões encontradas em trabalhos acadêmicos, encontram-se nos meios de comunicação discursos que chegam a apontar tanto a Vila Jaiara como o Bairro Jundiá como bairros autossuficientes, disseminando uma imagem que visa atender aos interesses dos grandes agentes produtores do espaço urbano, e que impregna o senso da população anapolina quanto a essas afirmativas.

Bairro Jundiá: sofisticado e autossuficiente.

Com quase 18 mil habitantes, o Jundiá é um dos bairros mais populosos da cidade. Ele também é conhecido como um bairro nobre, já que abriga uma fatia da população rica de Anápolis. [...] Após a construção do Parque Ipiranga, os imóveis no Jundiá se valorizaram muito. É nesse bairro onde está a maior concentração de

condomínios verticais concluídos ou em construção de Anápolis. Esse setor é ideal para quem quer viver com conforto e com tudo próximo: bancos, opções gastronômicas, escolas, supermercados, clínicas, praças etc.

Vila Jaiara: uma cidade dentro de outra cidade.

Não é à toa que a Jaiara é conhecida como “uma cidade dentro de Anápolis”. A grande Jaiara contabiliza hoje mais de 100 mil habitantes e tem o mais diverso perfil de moradores. Por ser muito grande, não é possível delimitá-lo como bairro residencial ou comercial, sendo ele, portanto, um bairro misto. A Jaiara conta com um intenso comércio popular, galerias e grandes supermercados. Além disso, a Faculdade FAMA localiza-se ali, o que atrai diversos calouros a morarem nos arredores da avenida Fernando Costa. (PREMIERE, 2017)

No entanto, a experiência de campo apresentou-nos uma realidade que não condiz com o universo discursivo hegemônico e homogeneizante dos agentes citados. A caminhada e a vivência do espaço urbano possibilitaram, nos mesmos lugares, uma nova leitura, e os registros realizados refletem paisagens heterogêneas a partir das quais surgiram novas questões; destas, a apropriação dos espaços públicos, especialmente no que se refere ao uso das calçadas e, de que modo as atividades desempenhadas nos trechos influência nessa dinâmica de utilização são as questões regentes do presente trabalho.

Em discussão acerca do espaço urbano, a autora Ana Fani Carlos afirma que o cidadão na habita de maneira indiferente a cidade, mas sim “lugares articulados por seus trajetos realizados” (CARLOS, 2007, p. 44), a partir de sua vivência, e do reconhecimento desses espaços. Suas relações se estabelecem no seu “caminhar” pela cidade (seja de ônibus, a pé, de carro), de maneira que os locais identificáveis para cada um são mais que apenas espaços construídos, mas “também pontos de encontro, lugares da ‘prosa diária’, do reconhecimento - que vão revelando a importância do nível do lugar como plano do vivido” (CARLOS, 2007, p. 44-45). Dessa forma, o espaço público é o lugar da troca, do estabelecimento de relações do indivíduo com o outro, da vivência urbana em sua plenitude.

Apesar da imagem conhecida popularmente dos dois bairros ser bastante distinta (a Vila Jaiara é tida como um local mais simples, em oposição à fama de bairro de elite que carrega o Jundiá), a experiência do campo nos permitiu observar que os dois bairros não são tão distintos assim, pelo menos no tangente à apropriação do espaço público. Inicialmente é importante destacar que no período em que foi realizado o trabalho de campo a Avenida Fernando Costa (principal eixo viário da Jaiara) passava por uma grande intervenção urbana, com modificações em sua estrutura viária, o que modificou, em partes, a sua utilização e também a ocupação do espaço público lindeiro a ela.

O espaço público é tema de discussão interdisciplinar, na medida em que é

compreendido como o espaço da ação política, ou pelo menos de sua possibilidade (SERPA, 2007, p. 9), e por isso interessa a diversas leituras, amparadas pela geografia, sociologia, urbanismo e áreas afins. Partindo dessa premissa, busca-se analisar a rua e a calçada em suas dimensões públicas, considerando aqui a rua e o passeio público como “esse palco da ação cotidiana, que revela não apenas a vitalidade da cidade, mas também as resistências ao processo de planejamento que tenta desfigurar essa vida” (HELEODORO, 2015, p. 13). Em sua mais ilustre obra, Jane Jacobs ressalta esse valor das calçadas, para além de abrigar pedestres ou servir para circulação. Em algumas áreas foi possível encontrar a ocorrência destas atividades cotidianas nos dois bairros (Figuras 3 a 6), sendo o espaço público o principal suporte destas ações.

Figuras 3 e 4. Bairro Jundiá: comércio informal e conversa na porta.



Fonte: registro dos autores.

Figuras 5 e 6. Vila Jaiara: crianças brincando e conversa debaixo da árvore.



Fonte: registro dos autores.

Por outro lado, existem também lugares em que estas ações não ocorrem devido a obstáculos materiais ou imateriais, que impedem o uso adequado destes espaços. Conforme

Serpa, “A privatização de ruas e acessos restringe o movimento de passantes, canaliza percursos e provoca a desertificação de muitas áreas públicas nas periferias urbanas” (SERPA, 2007, p. 32). O autor afirma, ainda, que a acessibilidade é física e também simbólica, e nos dois bairros é possível identificar que há grandes problemas de acessibilidade. Em ambos verificamos esta questão na apropriação do espaço público, com impedimentos à circulação nas calçadas, seja por colocação de entulhos, ou também pelos problemas encontrados na construção – com inúmeros desníveis – e manutenção do calçamento.

Figuras 7 e 8. À esquerda, problemas de acessibilidade no Jundiaí, com calçamento danificado e entulhos no passeio. À direita, problemas no calçamento na Vila Jaiara.



Fonte: registro dos autores.

Em relação às diferenças, o que mais se destaca é que, nas principais vias do Jundiaí (Avenida São Francisco, Avenida Santos Dummont e Avenida Mato Grosso) há uma movimentação dinâmica, com variadas atividades de comércio e prestação de serviços, enquanto na Vila Jaiara essa dinamicidade só é encontrada em grande proporção no início da Avenida Fernando Costa (onde ocorre o encontro da Avenida Tiradentes com a Avenida Presidente Kennedy), local que concentra a maior parte das atividades de prestação de serviços e institucionais (como a Faculdade FAMA e o SESI), e também de comércio (como o Jaiara Shopping) da região. Essa diferença, porém, talvez se dê pela extensão das avenidas, enquanto a avenida Fernando Costa tem aproximadamente 3 km, as avenidas Santos Dummont e São Francisco tem pouco mais de 1 km, e a Avenida Mato Grosso aproximadamente 1,8 km, dessa forma, há uma concentração de atividades próxima ao início da avenida Fernando Costa (que resulta numa região com concentração de atividades), enquanto no Bairro Jundiaí as atividades estão espalhadas ao longo das três avenidas, de

maneira que a concentração pode ser mais verificada nas proximidades da Praça Dom Emanuel, onde se iniciam a Avenida São Francisco e também a Avenida Santos Dummont.

Apesar dessas diferenças na forma como os usos se distribuem nos dois bairros, nos dois casos as atividades existentes influenciam na forma como as calçadas são utilizadas, em decorrência da diferenciação entre um local com prestação de serviço e outro com atividade comercial. Durante o campo foi possível perceber que a relação entre uso da edificação (comercial ou prestação de serviço) e a forma como a calçada é apropriada é muito semelhante nos dois locais: onde há predominância de atividade comercial, as calçadas são mais livres e com maior circulação de pessoas, enquanto nos locais em que há atividades de prestação de serviço, em geral há maior número de carros ocupando o passeio público. Tal fato ocorre, provavelmente, pelo fato de que as atividades de prestação de serviço demandam maior permanência do usuário, enquanto nas atividades de comércio a circulação das pessoas é mais rápida.

Figuras 9 e 10. Na Avenida Santos Dummont (à esquerda), no Bairro Jundiaí, carros ocupam as calçadas, forçando pedestres a circular pela rua. Na Avenida Mato Grosso, por sua vez, as calçadas são mais largas e livres para circulação dos pedestres.



Fonte: registro dos autores.

Figuras 11 e 12. Na Avenida Fernando Costa predominam as calçadas livres, com poucos locais com veículos estacionados.



Fonte: registro dos autores.

Vale também os aspectos observados no “interior” dos bairros. Nos dois casos, fora dos grandes eixos de circulação e mobilidade, há predominância do uso residencial, com raras e pontuais atividades de pequeno comércio local. Da mesma forma, o padrão construtivo nos dois locais é bastante semelhante, casas residenciais simples de um pavimento, sendo que, no Jundiá, em alguns trechos são encontrados edifícios de grande altura, enquanto na Jaiara são verificados poucos casos isolados de grandes edifícios. A principal semelhança dessas vias menores com os grandes eixos se dá na falta de acessibilidade das calçadas, mas, por sua vez, é possível notar maior presença de bancos e cadeiras, bem como jardins na frente dos lotes ou até mesmo nas calçadas, o que pode significar a existência de uma maior “relação” do morador com esse espaço público, enquanto nas grandes avenidas a relação maior é do “visitante” transeunte.

Considerações finais

Tanto o Bairro Jundiá quanto a Vila Jaiara são bairros tradicionais de Anápolis, possuindo atividades comerciais e de prestação de serviços, o que faz com que se caracterizem como novas centralidades, pela sua importância para articulação urbana (ambos são rota de passagem para inúmeros outros locais da cidade), cortados por alguns dos principais eixos de mobilidade da cidade, o que os torna pontos de atração, com grande circulação de pessoas durante todo o dia.

Durante o trabalho de campo foi possível perceber que, apesar da imagem construída no imaginário das pessoas a respeito dos locais, de uniformidade, são caracterizados por uma heterogeneidade na sua composição, sendo possível perceber entre eles muito mais semelhanças que diferenças, especialmente no que diz respeito à ocupação do espaço público e utilização das calçadas, que, de maneira geral, é desvalorizado e pouco aproveitado frente a suas potencialidades.

Referências

BATISTA, Godofredo Sandoval. **Anápolis: 150 anos de bairrismo**. Goiânia: Kelps, 2010.
CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

GARCIA, V.T. **A descentralização e a formação de novas centralidades em Anápolis: o**

caso da Vila Jaiara. Monografia de Graduação. UnUCSEH/Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2009.

HELEODORO, Talita Ines. A rua como espaço livre público. In: **X Colóquio QUAPÀ**, 2015, Brasília. X Colóquio QUAPÀ: produção e apropriação dos espaços livres e da forma urbana. 2015.

LUZ, Janes Socorro. As cidades médias e novas centralidades: a análise da formação de subcentros e eixos comerciais em Anápolis (GO). In: **Colóquio Nacional Henri Lefebvre: Produção e Reprodução do Espaço Urbano nas Cidades Brasileiras**. 30, 31 de Out. e 1 de Nov. de 2013.

PREMIERE. **Bairros em Anápolis**: um guia com as características dos principais setores da cidade. Matéria publicada em 2017. Disponível em:
<http://www.premiereimoveis.imb.br/blog/bairros-em-anapolis-caracteristicas-dos-principais-setores-da-cidade>. Acesso em: 23/01/2019.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

Centro e Centralidades como categorias de análise geográfica: limites e possibilidades

Kevin Guimarães Barbosa dos Santos¹⁹⁰
Marcelo de Mello¹⁹¹

Resumo: O presente artigo tem como finalidade analisar processos e formas espaciais dentro do espaço intraurbano. Como especificidade, foi lançado um olhar detalhado sobre diferentes modalidades de centralidades; bem como a mobilidade presente em sua produção. Ainda, foi lançado um olhar sobre processos não tão destacados pelas ciências que estudam a centralidade. Na realidade, constatamos que o processo seletivo de valorização do espaço urbano é marcado, também, pelo abandono de espaços públicos e privados. Neste contexto, os espaços abandonados muitas vezes tornam-se centralidades que atraem agentes sociais excluídos. Essas centralidades renfuncionalizadas por estes agentes são aqui entendidas como sendo uma nova categoria, a de centralidades marginais.

Palavras-chave: Espaço urbano, Centro, Centralidades, Centralidades Marginais.

Introdução

Um dos fenômenos mais estudados no processo de urbanização desde o século XX, até os dias atuais, é a centralidade. Este fenômeno vem se destacando em pesquisas de caráter quantitativo e qualitativo, que evidenciam desdobramentos específicos no espaço urbano. Segundo Sposito (2001, p. 236):

Analisando o processo de urbanização no século XX, verifica-se que um dos fenômenos mais marcantes dentre as transformações urbanas por que passam as cidades é o da multiplicação e diversificação das áreas de concentração de atividades e de serviços.

Esse processo pode ocorrer de forma intensa e ressalta outro fenômeno relevante para o pensamento geográfico: o fluxo. Contudo, é importante destacar que a produção de novas centralidades redundante, frequentemente, no surgimento de “centralidades abandonadas”. Esta realidade é evidenciada pela constante refuncionalização; bem como pelas dinâmicas que as cidades têm vivenciado no seu espaço intraurbano e interurbano.

¹⁹⁰ Mestrando do Programa de Pós-graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) E-mail: kevingbsk@gmail.com

¹⁹¹ Orientador deste trabalho. Docente do Curso de Geografia Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás E-mail: ueg.marcelo@gmail.com

Para o estudo aqui proposto, a categoria *espaço* se faz importante na medida em que possibilita o entendimento das relações sociais de produção, questão relevante para este estudo. É nesse sentido que Corrêa (2000) destaca que geógrafos críticos, principalmente Lefebvre, entendem que “o espaço é concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção” (CORRÊA, 2000, p. 26). Como também propõe Santos (1988):

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 1988, p. 25).

Na mesma perspectiva, Harvey (1980) define o espaço como “espaço relacional”. Segundo o autor, “[...] um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos” (HARVEY, 1980, p. 5). O espaço só pode ser analisado a partir das práticas humanas, que, por sua vez, resolve os mistérios filosóficos da natureza do espaço e a relação entre processos sociais e formas espaciais.

Segundo Corrêa (1995), o espaço urbano é definido pela fragmentação existente; bem como pela articulação das partes fragmentadas. Nesse processo, Corrêa revela que “as relações espaciais integram, ainda que diferentemente, as diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado cujo núcleo de articulação tem sido, tradicionalmente, o centro da cidade” (CORRÊA, 1995, p. 8).

A presente pesquisa se pauta nos conceitos de centro e centralidade. Como elemento central, destacamos a existência de centralidades marginalmente produzidas em espaços que, em momentos anteriores, estavam situados como centralidades.

Desenvolvimento

Centro e centralidade no pensamento geográfico

O que são os centros e as centralidades de uma cidade? Castells (1984, p. 181) entende que o centro é “um certo tipo de ocupação do espaço, um conjunto de actividades, de funções e de grupos sociais localizados num lugar de características mais ou menos específicas”. Já Villaça define o centro como sendo “um conjunto vivo de instituições sociais

e de cruzamento de fluxos de uma cidade real” (1998, p. 238). Segundo Corrêa (1995, p. 40), o centro, ou a área central aparece a partir das:

[...] demandas espaciais do capitalismo em sua fase concorrencial, onde a localização central constitui-se em fator crucial na competição capitalista. A área Central é, assim, e em grande parte, um produto da ação dos proprietários dos meios de produção, ainda que o Estado fosse chamado a intervir.

A partir destas definições, entende-se que o centro é definido pela associação dos elementos espaciais e sociais. É, portanto, uma combinação de ações humanas em suas relações sociais com diferentes valores culturais e ideológicos, materializadas em lugares específicos.

O surgimento dos centros pode ser explicado a partir de elementos espaço-temporais marcados pela disputa entre os sujeitos em busca de vantagens. Villaça (1998) aponta que:

O centro surge, então, a partir da necessidade de afastamentos indesejados, mas obrigatórios. Ele, como todas as “localizações” da aglomeração, surge em função de uma disputa: a disputa pelo controle (não necessariamente minimizado) do tempo e energia gastos nos deslocamentos humanos. (VILAÇA, 1998, p. 239).

Nesse processo, os agentes hegemônicos terão vantagens para definir ou redefinir os espaços a partir de suas necessidades. Eles têm o controle dos deslocamentos feitos no espaço urbano. Sendo assim, o centro aparece como um objeto de disputa, que será acessado de forma distinta pelas diferentes classes sociais na cidade (VILLAÇA, 1998).

Já a centralidade é entendida como uma nova forma de estruturação das cidades, expressão de diferentes centros. Sposito (2013, p. 72) esclarece que “em modos de produção pretéritos, tanto quanto em boa parte do desenvolvimento do modo capitalista de produção, as cidades tiveram suas estruturas espaciais articuladas em torno de um centro principal”.

Com o desenvolvimento das técnicas, principalmente dos transportes, que é um elemento de fluxo – que constitui a essência da centralidade –, se inicia o processo de descentralização da área central. Sposito (2013, p. 73) afirma que “a centralidade não é um lugar ou uma área da cidade, mas, sim, a condição e expressão de central que uma área pode exercer e representar”.

Para que a distinção de centro principal e centralidade sejam evidentes, Sposito (2001, p. 238) conceitua “o centro pelo que se localiza no território, a centralidade é

desvelada pelo que se movimenta no território [...]”. Assim os centros surgem como sendo os fixos no território e as centralidades serão os fluxos. Ainda, para a autora:

O que é central é redefinido em escalas temporais de médio e longo prazo pela mudança na localização territorial de atividades. A centralidade é redefinida continuamente, inclusive em escalas temporais de curto prazo, pelos fluxos que se desenham através da circulação das pessoas, das mercadorias, das informações, das idéias e dos valores. (SPOSITO, 2001, p. 238).

A articulação do espaço urbano é feita pela relação de produção e consumo, a partir de lógicas que organizam fluxos (CASTELLS, 1983). Castells (1983) afirma que as novas centralidades são estabelecidas por meio do “processo de troca urbana que compreende ao mesmo tempo um sistema de fluxo, isto é, a circulação, e as placas giratórias de comunicação, isto é, os centros” (CASTELLS, 1983, p. 316).

Ainda segundo o autor, em um momento anterior, o centro e os centros de uma cidade eram lugares de representatividade, ou seja, tinham uma carga simbólica. A caracterização destes não pode ser feita apenas pelas formas físicas presentes no espaço, mas sim pelo que elas representam, o que o lugar significa. Castells (1983, p. 318) afirma que:

O centro simbólico, portanto, é a organização espacial dos pontos de intersecção dos eixos do campo semântico da cidade, quer dizer o lugar ou os lugares que condensam de uma maneira intensa uma carga valorizante, em função da qual se organiza de forma significativa o espaço urbano.

Whitacker (2001) acrescenta, também, que a apropriação do espaço é marcada por representatividade, que irá variar pelas particularidades dos lugares e dos grupos sociais envolvidos no processo. O autor destaca que “[...] a centralidade assume nuances diversas e que já não se pode falar num único centro para essas cidades¹⁹²” (WHITACKER, 2001, p. 256).

Castells (1983) ressalta, ainda, a face de um centro como meio social. Ele trará uma “organização espacial dos processos de reprodução e transformações das relações sociais de uma estrutura urbana” (CASTELLS, 1983, p. 319).

¹⁹² O autor se refere a cidades de porte médio. O mesmo faz um estudo da cidade de Presidente Prudente, situada no estado de São Paulo, uma cidade média. Assim como Anápolis-GO, cidade como foco na pesquisa.

Para além do centro e da centralidade hegemônica

Os fenômenos da formação de centros, das novas centralidades, da refuncionalização das áreas centrais e o processo de migração ou mobilidade têm sido quase que unicamente pensado pela lógica hegemônica do capital.

Corrêa (1995) acredita que os processos espaciais, entre eles o centro e a centralidade, são importantes para se pensar o espaço urbano, concebido como produto de processos sociais forjados por diferentes agentes no espaço urbano, sendo eles: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos.

Cada um destes agentes está imbuído de interesses, com destaque para os três primeiros. Estes possuem, sobre tudo, o controle garantido pelo Estado (CORRÊA, 1995). A respeito do papel do Estado, Santos (1987, p. 115) esclarece que “o poder público também colabora para a supervalorização de certas áreas, para o melhor êxito da especulação, para a maior anarquia das localizações e dos fluxos [...]”.

A atuação dos agentes que reproduzem o modo de produção capitalista cria as áreas centrais, que inicialmente servem em sua lógica desigual. Mas o capital revela constante mobilidade e, a partir dessa premissa, quando determinado espaço é ponto de atração à centralidade se pode mover até ele. Segundo Carlos (2003, p. 49):

É o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada, em que o uso do solo é produto da condição geral do processo de produção da humanidade, que impõe uma determinada configuração ao espaço urbano.

A área central de uma cidade é materializada no solo. O solo tem uma carga mercadológica, vinculada a um valor de uso e um valor de troca. Harvey (1980, p. 135) esclarece que “o solo e suas benfeitorias são, na economia capitalista contemporânea, mercadorias”, sendo o solo uma mercadoria ele terá a atenção do império do capital. Carlos (2003, p. 45) afirma que:

O uso do solo ligado a momentos particulares do processo de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar na cidade. O ser humano necessita, para viver, ocupar um determinado lugar no espaço. Só que o ato em si, não é meramente ocupar uma parcela do espaço; tal ato envolve o de produzir o lugar.

E como esclarece Carlos, a produção do espaço urbano se dará de diferentes formas, em distintos momentos, por variados agentes e em diversos lugares. Segundo a autora, “o solo urbano enquanto mercadoria tem um valor em que se expressa através da localização, [...]” (CARLOS, 2003, p. 53). Se uma área perde seu valor outra será afetada, seguindo a lógica capitalista. Quando uma área central é refuncionalizada, outros espaços são afetados, na perspectiva da fragmentação articulada apresentada por Correa (1995). A uma relação de classes na (re)produção de espaço urbano, onde as classes hegemônicas terão o controle. Neste sentido, Santos (1987, p. 82) afirma que:

As condições “geográficas” são, indubitavelmente, condições sociais, porém de um tipo particular. O problema da dialética das classes, não há dúvida, sempre se acha presente, mas a diversidade (enorme) de situações espaciais de classe também constitui um problema.

Sendo assim, existem, dentro da cidade, os agentes sociais excluídos que, como os demais, são produtores do espaço urbano. Esses agentes terão papel relevante no processo de redefinição dos fluxos, que promove a mobilidade das centralidades. O papel dos agentes excluídos no processo de produção de centralidades não é, frequentemente, considerado nas pesquisas geográficas.

Centros e centralidades marginais

Para que se possa compreender a lógica do abandono do centro e de centralidades, é necessário abordar o aspecto da segregação socioespacial. Sposito (2013) chama a atenção para essa questão evidenciando a lógica de implantação de uma nova centralidade. Segundo a autora, “as grandes incorporações responsáveis pela implantação das novas superfícies comerciais e de serviços, não procuram a cidade, mas esperam e realizam ações para que a cidade e os cidadãos a procurem” (SPOSITO, 2013, p. 77).

A reestruturação do espaço intraurbano leva a uma dispersão da cidade. E essa lógica leva ao distanciamento das classes empobrecidas e/ou marginalizadas dos novos centros. Sposito (2013, p. 78) ressalta que:

A dispersão do tecido urbano, pela combinação de novas áreas residenciais para todos os padrões com novas superfícies comerciais, nos anéis em que antes predominava a “periferia” dos mais pobres, amplia as distâncias que todos têm de percorrer nas cidades.

Esse fato é evidenciado pela utilização do fluxo dos transportes públicos. Os segmentos de baixa renda não têm a opção do transporte individual, levando mais tempo para percorrer a cidade, além do fato que os principais eixos passam pelo centro tradicional, habitado agora pelos agentes marginalizados.

Mesmo não sendo o único fator de segregação, a autora afirma que “a ampliação do uso do transporte individual em todos os estratos sociais, [...], é fator primordial de segregação” (SPOSITO, 2013, p. 79). Na cidade (poli)cêntrica, a questão do transporte individual faz com que os cidadãos abastados tenham mais oportunidades de percorrer toda a cidade, de consumi-la, de morar onde e quando desejarem. Paula (2003, p. 54) afirma que:

A segregação não é um fenômeno que se dá naturalmente, antes constitui-se em um processo social e está intimamente ligado à própria produção social do espaço urbano. A cidade em sua constituição possui uma série de processos exclusivos que separam o pobre do rico, o ‘bom’ do ‘ruim’, o visível do invisível (ou daquilo que não se quer ver).

Corrêa apresenta uma perspectiva da segregação urbana como sendo dinâmica, podendo se ligar diretamente as mutações que ocorrem nos espaços centrais, de forma profunda nas cidades capitalistas. Para o autor:

A segregação é dinâmica, envolvendo espaço e tempo, e este processo de fazer e refazer pode ser mais rápido ou mais lento, de modo que uma fotografia, um padrão especial, pode permanecer por um logo período de tempo ou mudar rapidamente. (CORRÊA, 1995, p. 69).

O autor ainda acrescenta outro processo relacionado à dinâmica da segregação, que está ligada ao habitar ou vivenciar os espaços urbanos. Corrêa (1995, p. 70) aponta que:

A segregação tem um dinamismo onde uma determinada área social é habitada durante um período de tempo por um grupo social e, a partir de um dado momento, por outro grupo de status inferior ou, em alguns casos, superior, através do processo de renovação urbana.

Ao analisar a desigualdade e o processo de segregação, verifica-se que a cidade (o espaço intraurbano) não é para todos. O direito a cidade se restringe a uma pequena parcela da população: aquela que detêm maior poder aquisitivo. Carlos (2003, p. 79) ressalta que “quanto mais a sociedade se desenvolve, mais aprofundada as diferenças entre os indivíduos

(fundamentalmente nos países subdesenvolvidos)”. A refuncionalização dos centros e centralidades marginais, assim como os espaços para onde se moveram o interesse do capital, nos mostram variadas facetas do cotidiano dos habitantes do espaço intraurbano. Carlos ainda contribui com afirmação seguinte:

As desigualdades não podem mais ser ignoradas, não se pode mais governar forçando uma unanimidade. O acirramento das contradições urbanas, fruto do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, é um fato incontestável. O espaço urbano se reproduz, reproduzindo a segregação, fruto do privilégio conferido a uma parcela da sociedade brasileira. (CARLOS, 2003, p. 83).

As centralidades que são abandonadas pelo império do capital serão habitadas e terão em sua área novas funções, produzidas por atores como ambulantes de rua, usuários de droga, profissionais do sexo, moradores de rua etc.

Considerações finais

A presente pesquisa se preocupou em analisar como o centro e a centralidade tem se manifestado no espaço intraurbano, a partir de ações de agentes sociais excluídos. Pensar estes conceitos diretamente ligados à fluidez e mobilidade do capital, a partir dos interesses das classes abastadas, tem sido foco nos estudos ligados ao tema. Preocupamo-nos em seguir por uma linha que pensa o tema ligando-o aos sujeitos invisíveis, que habitam estas centralidades marginalmente produzidas.

A realidade aqui percebida evidencia um processo da mobilidade das centralidades, a partir do fluxo e acumulação do capital. O processo de refuncionalização aqui se apresenta de forma importante nas relações contraditórias que reproduzem os espaços.

Referências

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

_____. **A Questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CORREA, Roberto L. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E. C; GOMES, Paulo Cesar da C; CORREA, Roberto L. (Orgs). **Geografia: Conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-48.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.

PAULA, F. M. A. **Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia**: uma análise da centralidade dos setores Bueno, Oeste e Marista. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: _____ (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p. 235-253.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORREA, Roberto Lobato; PINTAUDI, S. M. (Orgs). **A cidade contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61-93.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 1998.

WHITACKER, A. M. Espaço e representação: algumas considerações acerca do centro de uma cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p. 225-273.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua V Edição, no ano de 2019, o “V Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão - SEPE”, destinado prioritariamente aos discentes e professores dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Geografia, História, Letras e Pedagogia do Campus Anápolis de CSEH-UEG e dos cursos de Pós-Graduação, adotou como tema geral *O financiamento da universidade pública no contexto das políticas neoliberais*. Tema apresentado na forma de mesa redonda por três pesquisadores das políticas de financiamento das universidades públicas no Brasil. Debateu-se o financiamento das universidades federais, estaduais e dos institutos federais de educação e tecnologia. Os pesquisadores e expositores demonstraram, que nos últimos três anos, os governos conservadores promoveram a redução das verbas para as instituições de ensino superior públicas de educação. Provaram que o financiamento da educação não é responsável pela crise econômica do país. Ao contrário, a precarização da educação pública visa atender demandas dos grupos de poder e do capital, para ampliar as desigualdades sociais e fortalecer a acumulação de capital, por meio da exploração do trabalho e do processo de alienação da população, uma vez que os usuários da educação pública são alunos das classes populares, com execução dos cursos destinados às elites. As atuais políticas da educação visam não apenas reduzir a qualidade do ensino, pesquisa e da extensão, como também calar as vozes críticas em relação à exploração social do trabalhador e as injustiças, incentivando a violência e a discriminação das diferenças e diversidades brasileiras e mundiais.

Os artigos e resumos expandidos tratam de diversas áreas e temas, de acordo com as pesquisas realizadas e em realização, estes foram inscritos em oito eixos previstos pelo evento: a) Língua, linguagem e ensino; b) Literatura, histórias e outras expressões culturais; c) Questões socioambientais urbanas e rurais; d) Educação e tecnologia; e) Política, estado e conflitos; f) Políticas públicas, educação e escola; g) territorialidade e identidades e; h) sociedade, economia e tendências contemporâneas.

Posteriormente, considerando a avaliação realizada pela comissão científica do evento, os citados resumos e artigos foram organizados em diferentes publicações; sendo um em Anais e dois em Ebook. O Anais contendo os resumos expandidos e os e-books os artigos completos sendo um dos e-books feito pelo próprio Campus CSEH e o outro pela Editora da

UEG. Este último composto por artigos completos indicados para publicação pela comissão de análise adoc, em virtude de sua qualidade e contribuição às discussões feitas nos eixos propostos. Os artigos escolhidos se destacaram tanto pela fundamentação teórica quanto pelas abordagens inovadoras e/ou críticas, em um cenário absolutamente adverso, em que o incentivo à produção científica, especialmente na área de Ciências Humanas, tem sido reduzido, dificultando sobremaneira a realização de pesquisas nas universidades públicas e, em particular na Universidade Estadual de Goiás/UEG.

Apesar de a Universidade Estadual de Goiás, desde sua criação, efetivamente não ter valorizado a necessária autonomia e promovido o devido apoio institucional para desenvolver as áreas e as linhas de pesquisa, o Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão – SEPE, se constituiu em um espaço privilegiado para a apresentação dos resultados das pesquisas realizadas, em 2019, por discentes e docentes dos cursos de licenciatura, de bacharelado e de pós-graduação.

Foram apresentados trabalhos que abarcaram questões como as dinâmicas social, ambiental, histórica, econômica e política, sejam no contexto de escolas, de bairros, do município de Anápolis e de outros municípios, do estado de Goiás e do Cerrado, seja outros ambientes como parques de preservação ambiental, produção de verduras, construção civil etc.. Nas análises estiveram presentes também discussões sobre o território, sobre as expressões culturais, as religiosidades, as produções arquitetônicas e manifestações folclóricas, entre outras.

Também foram objetos de análise questões a respeito da escola e da diversidade cultural presente nela e na sociedade, processos educativos realizados em espaços formais e não formais, a utilização de diferentes linguagens e tecnologias, práticas pedagógicas e discursivas, assim como as demandas e os avanços no campo da educação especial e inclusiva.

Concorreram para o sucesso do evento o trabalho coletivo realizado no âmbito dos Colegiados de Cursos e do Conselho Acadêmico do Câmpus CSEH; instâncias que deixaram de existir com a publicação do novo Estatuto da Universidade Estadual de Goiás. A qualidade dos trabalhos e das discussões feitas durante todo o evento, assim como o envolvimento de todos os participantes evidenciou a relevância desses colegiados para a vida acadêmica. Sua extinção, sem nenhuma discussão com a comunidade universitária, traz uma grande preocupação quanto a continuidade das instâncias de discussão democrática e demais atividades a serem desenvolvidas na Universidade Estadual de Goiás.

Na expectativa de que nossa luta pela democratização e autonomia da universidade continue, agradecemos a todos, docentes, discentes e pessoal do administrativo, pelo empenho e compromisso na realização do “ V Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão - SEPE”.



SEPE

ISSN 2447-9357

